



ecoPISTAS

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Companhia Aberta de Capital Autorizado – CVM nº 2241-1

CNPJ nº 10.841.050/0001-55 – NIRE 35.300.368.657

Rodovia Ayrton Senna, Km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba – SP

R\$ 370.000.000,00

370.000 Debêntures

Classificação de Risco Moody's: Aa2.br

Código ISIN – 1ª Série: BRASCPDBS003

Código ISIN – 2ª Série: BRASCPDBS011

Código ISIN – 3ª Série: BRASCPDBS029

Código ISIN – 4ª Série: BRASCPDBS037

A CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS ("Companhia" ou "Emissora") está realizando uma oferta pública de distribuição de 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures nominativas, escriturais, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada pelo penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, e com garantia adicional fidejussória, considerando o exercício de Debêntures Adicionais (conforme definido), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) na data da emissão, qual seja, 15 de janeiro de 2011 para as quatro séries ("Emissão" ou "Oferta", "Data de Emissão" e "Séries", respectivamente).

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de liquidação não solidária para todas as Séries, sendo a Oferta realizada com intermediação do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI") e em conjunto com o Coordenador Líder, "Coordenadores", em conformidade com os procedimentos estabelecidos na Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"). A Emissão será realizada em quatro séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será de 92.500 Debêntures, considerando o exercício de Debêntures Adicionais (conforme definido).

A quantidade de Debêntures foi aumentada, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding* (conforme definido abaixo), de forma proporcional entre as Séries, a critério da Emissora com a prévia concordância dos Coordenadores, em 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"), sendo que a oferta da Opção de Debêntures Adicionais foi realizada sob o regime de melhores esforços pelos Coordenadores. Foi mantido o preço das Debêntures originalmente ofertadas para a subscrição das Debêntures Adicionais.

A Emissão foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 27 de janeiro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Diário de Notícias" ("Diário de Notícias"), em 01 de fevereiro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), que deliberou sobre: (i) os termos e condições da Oferta e (ii) a delegação ao Conselho de Administração da Emissora para deliberar sobre as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações. ("AGF de 18 de janeiro de 2011").

Adicionalmente, a garantia fidejussória e o penhor de ações foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias Concessões"), realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 e publicada no DOESP e no jornal "Diário de Notícias", em 01 de fevereiro de 2011, na qual foram deliberadas as condições da concessão da fiança para as Debêntures desta Emissão.

As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário (a) por meio do SDT - Módulo de Distribuição de Títulos e do SND - Módulo Nacional de Debêntures, respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP"), sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; e/ou (b) por meio do DDA - Sistema de Distribuição de Ativos e do BOVESPAFIX (este último ambiente de negociação de ativos), respectivamente, ambos administrados e operacionalizados pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processadas pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Oferta e da negociação das Debêntures.

A Emissão é regulada pela "Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas" ("Escritura"), celebrada entre a Emissora, a Ecorodovias Concessões, e a Planner Trustee DTVM Ltda. representando, perante a Emissora, a comunhão dos interesses dos debenturistas ("Debenturistas") da presente emissão ("Agente Fiduciário"), em 07 de fevereiro de 2011. A Escritura foi devidamente registrada na JUCESP sob nº ED000661-0/000 em 14 de fevereiro de 2011.

A Oferta foi registrada sob os nºs CVM/SRE/DEB/2011/005 (1ª Série), CVM/SRE/DEB/2011/006 (2ª Série), CVM/SRE/DEB/2011/007 (3ª Série) e CVM/SRE/DEB/2011/008 (4ª Série), em 10 de março de 2011.

"O registro da presente Emissão não implica, por parte da CVM, garantia de veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre das debêntures a serem distribuídas."

Mais informações sobre a Emissora e a Oferta poderão ser obtidas junto aos Coordenadores e a CVM nos endereços indicados nas páginas 14 a 16 deste Prospecto.

A Companhia e os Coordenadores recomendam aos potenciais investidores a leitura cuidadosa deste Prospecto antes da tomada da decisão de investimento nas Debêntures. Este Prospecto não deve, em qualquer circunstância, ser considerado recomendação de compra das Debêntures. Ao decidir por adquirir as Debêntures, potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação da condição financeira da Emissora, de suas atividades e dos riscos decorrentes do investimento nas Debêntures. Este Prospecto deve ser lido em conjunto com as informações apresentadas no Formulário de Referência da Emissora, que é parte integrante deste Prospecto a partir da página 663.

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica.

Os investidores devem ler as seções "4. Fatores de Risco" e "5. Riscos de Mercado" nas páginas A-14 e A-46, respectivamente, do Formulário de Referência, e a seção "Fatores de Risco", iniciada na página 70 deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados com relação ao investimento nas Debêntures.



"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBIMA, não cabendo à ANBIMA qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBIMA, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos".

Coordenador Líder



Coordenadores

Coordenador



Bradesco BBI

A data deste Prospecto Definitivo é 10 de março de 2011.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

DEFINIÇÕES.....	5
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA	13
IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES.....	14
COMPANHIA EMISSORA	14
COORDENADOR LÍDER	14
COORDENADOR	14
CONSULTORES LEGAIS.....	15
AGENTE FIDUCIÁRIO.....	15
BANCO MANDATÁRIO	15
INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA	16
AUDITORES	16
INFORMAÇÕES ADICIONAIS	16
DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400	16
IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA	17
COORDENADOR LÍDER – BANCO ITAÚ BBA S.A.	17
BRADESCO BBI	18
DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA.....	20
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO	21
SUMÁRIO DA OFERTA	23
INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA.....	43
AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS	43
COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	43
CARACTERÍSTICAS DA OFERTA	43
CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES	44
ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS	57
CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO.....	58
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES	61
RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BRADESCO BBI	63
CUSTOS ESTIMADOS DA OFERTA.....	63
INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES	63
MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA	64
MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA	64
MODIFICAÇÃO DA OFERTA	64
SUSPENSÃO DA OFERTA	65
CANCELAMENTO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA.....	65

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES.....	65
CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA.....	67
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA	68
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS	69
FATORES DE RISCO	70
RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES.....	70
CAPACIDADE DE PAGAMENTO	76
CAPITALIZAÇÃO	77
ANEXOS	79
ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA E ALTERAÇÕES POSTERIORES.....	81
CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES.....	105
CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS	165
CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS	255
ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS.....	305
ATO SOCIETÁRIO DA COMPANHIA RELATIVO À EMISSÃO	357
ATO SOCIETÁRIO DA GARANTIDORA RELATIVO À EMISSÃO	373
SÚMULAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO	377
LAUDO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA DADAS EM GARANTIA DAS DEBÊNTURES, ELABORADO PELA ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.	383
DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER	397
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	403
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTE	405
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	463
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) DA GARANTIDORA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES INDEPENDENTE	493
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADA DA GARANTIDORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008, RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	601
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA	663
FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA.....	665

DEFINIÇÕES

Para os fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo devem ter o significado a eles atribuído nesta Seção, salvo se definido de outra forma neste Prospecto:

Acionistas	EcoRodovias Concessões e os membros do conselho de administração da Companhia.
Acionista Controlador	EcoRodovias Concessões.
AGD	Assembleia Geral de Debenturistas.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda.
ANBIMA	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais.
Anúncio de Encerramento	Anúncio de Encerramento da Oferta a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Brasil Econômico”, edição nacional, pela Companhia e Coordenadores, nos termos da Instrução CVM 400.
Anúncio de Início	Anúncio de Início da Oferta a ser publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Brasil Econômico”, edição nacional, pela Companhia e Coordenadores, nos termos do artigo 52 da Instrução CVM 400, em 15 de março de 2011.
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo.
Atualização	As Debêntures serão atualizadas a partir da Data de Emissão, com base na variação do IPCA, sendo o produto da atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente.
Auditor Independente	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso publicado nos termos do artigo 53 da Instrução CVM nº 400, em 19 de janeiro de 2011.
Banco Central ou BACEN	Banco Central do Brasil.
Banco Depositário ou Banco Arrecadador	Itaú Unibanco S.A.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.

BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BOVESPAFIX	Sistema de Negociação de Títulos de Renda Fixa da BM&FBOVESPA.
BR GAAP	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, as normas e instruções da CVM, as resoluções do CFC e as normas do IBRACON.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
Categoria B	Categoria em que a Companhia será registrada na CVM, conforme artigo 2º, inciso II da Instrução CVM 480.
CDI	Certificado de Depósito Interfinanceiro.
CETIP	Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.
CNPJ/MF	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica.
CMN	Conselho Monetário Nacional
Código ANBIMA	Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.
Código Civil	Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Contrato de Administração de Contas	Contrato de Administração de Contas celebrado entre a Companhia, o Acionista Controlador, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Depositário, em 15 de fevereiro de 2011.
Contrato de Cessão Fiduciária	Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, celebrado entre a Companhia, o Agente Fiduciário, o BNDES e o Banco Depositário, em 15 de fevereiro de 2011.
Contrato de Compartilhamento de Garantias	Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário, em 15 de fevereiro de 2011.
Contrato de Concessão	Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/ARTESP/2009, celebrado em 17 de junho de 2009.

Contrato de Distribuição	Instrumento Particular de Contrato de Coordenação, Colocação e Distribuição Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em ações, da Espécie com Garantia Real, em Regime de Garantia Firme da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.-Ecopistas, celebrado entre a Emissora e os Coordenadores.
Contratos de Emissão	Os Contratos de Garantia e o Contrato de Administração de Contas.
Contratos de Garantia	O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações.
Contrato de Penhor de Ações	Contrato de Penhor de Ações, celebrado entre a Companhia, a EcoRodovias Concessões, o Agente Fiduciário e o BNDES, em 15 de fevereiro de 2011.
Consultores Legais	Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown LLP, para a Companhia, e Pinheiro Neto Advogados, para os Coordenadores.
Coordenador Líder ou Itaú BBA	Banco Itaú BBA S.A.
Coordenador ou Bradesco BBI	Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenadores	O Coordenador Líder e o Bradesco BBI.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Emissão	15 de janeiro de 2011.
DDA	Sistema de Distribuição de Ativos, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.
Debêntures	Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Firme de Colocação, objeto desta Oferta.
Dólar, Dólar norte-americano ou US\$	Moeda corrente dos Estados Unidos.
DOESP	Diário Oficial do Estado de São Paulo.

EBITDA	Medição não contábil, que consiste no lucro líquido acrescido, do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), da depreciação e da amortização. O EBITDA não é uma linha de demonstrações financeiras elaborada de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os exercícios sociais apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para este ou para o lucro líquido ou como indicador do desempenho operacional ou de liquidez. O EBITDA não tem uma definição única e a definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias. O EBITDA, no entanto, apresenta limitações que prejudicam a sua utilização como medida da lucratividade da Companhia, em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios da Companhia, tais como despesas financeiras, tributos depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. O EBITDA é utilizado pela Companhia como medida adicional de desempenho de suas operações.
EBITDA Ajustado	Conforme descrito na Escritura de Emissão, corresponde ao lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as despesas financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as receitas financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Ecocataratas	Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas
EcoRodovias Concessões	EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
EcoRodovias Infraestrutura	EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.
Ecosul	Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul.
Ecovia Caminho do Mar	Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.
Ecovias dos Imigrantes	Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.
Emissora, Ecopistas ou Companhia	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Escritura de Emissão	Escritura Particular da 1ª Emissão Pública de Debêntures, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, anexo a este Prospecto a partir da página 305.
Estatuto Social	Estatuto Social da Emissora.
EUA ou Estados Unidos	Estados Unidos da América.
Eventos de Inadimplemento	Os eventos descritos na Cláusula 7.1.1 da Escritura de Emissão.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
Fitch Ratings	Fitch Ratings Brasil Ltda.
Formulário de Referência	Formulário de Referência da Companhia, conforme previsto na Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.
Garantias	São a fiança da Garantidora e as garantias constituídas por meio dos Contratos de Garantia, conforme descritas na seção “Informações sobre a Oferta - Garantias”, na página 46 deste Prospecto.
Garantidora	EcoRodovias Concessões.
Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> , correspondente às normas internacionais de contabilidade.
IGP-M	Índice Geral de Preços do Mercado, divulgado pela FGV.
Instituição Depositária	Itaú Corretora de Valores S.A.
Instrução CVM 358	Instrução CVM nº 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 361	Instrução CVM nº 361, de 5 de março de 2002, conforme alterada.
Instrução CVM 400	Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada.
Instrução CVM 480	Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009.
IOF	Imposto sobre Operações Financeiras.

IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo IBGE.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
ISS	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza.
JUCESP	Junta Comercial do Estado de São Paulo.
Lei das Sociedades por Ações	Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada.
Lei de Concessões	Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada.
Lei do Mercado de Valores Mobiliários	Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e posteriores alterações.
Moody's	Moody's America Latina Ltda.
NOTA	NOTA – Módulo de Notas Comerciais.
Oferta ou Emissão	A presente oferta pública de Debêntures.
Opção de Debêntures Adicionais	A opção da Emissora em aumentar, de forma proporcional entre as Séries, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> , a qual foi exercida por haver demanda na opinião da Emissora e dos Coordenadores, a quantidade de Debêntures em 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimo por cento) com relação à quantidade de Debêntures originalmente oferecida, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam: (a) controladores, pessoas jurídicas integrantes do mesmo grupo econômico da Emissora, ou administradores da Emissora; (b) controladores ou administradores dos Coordenadores e/ou Coordenadores Contratados; e (c) outras pessoas vinculadas à Oferta, bem como, os cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes e colaterais até o segundo grau de cada uma das pessoas referidas nos itens (a), (b) ou (c).
PIB	Produto Interno Bruto.
PIS	Programa de Integração Social.

Poder Concedente	Governo do Estado de São Paulo, por intermédio do DER/SP, conforme Decreto Estadual 40.028, de 30 de março de 1995, posteriormente sucedido pela ARTESP, de acordo com a Lei Complementar Estadual nº 914, de 14 de janeiro de 2002.
Preço de Integralização	Valor Nominal Unitário, acrescido da Atualização e da Remuneração, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a data de integralização.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	Procedimento de coleta de intenções de investimento a ser conduzido pelos Coordenadores, conforme o artigo 44 da Instrução CVM 400.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar desta Oferta, datado de 18 de janeiro de 2011.
Prospecto Definitivo ou Prospecto	Este Prospecto Definitivo desta Oferta, datado de 10 de março de 2011.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, conjuntamente considerados.
Real ou R\$	Moeda corrente do Brasil.
Remuneração	A remuneração das Debêntures é de 8,25%, na forma percentual ao ano, definido de acordo com o procedimento de <i>bookbuilding</i> , incidente sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado.
SAU	Serviço de Atendimento ao Usuário.
SDT	Módulo de Distribuição de Títulos, administrado e operacionalizado pela CETIP.
Sem Parar e Via Fácil	Serviços de pagamento eletrônico de pedágios.
SND	Módulo Nacional de Debêntures, administrado e operacionalizado pela CETIP.
SRF ou Receita Federal	Secretaria da Receita Federal.
Standard & Poor's	Standard & Poor's Ratings Services (Brasil)
STF	Supremo Tribunal Federal.
STJ	Superior Tribunal de Justiça.
STP	Serviços e Tecnologia de Pagamentos Ltda.
Taxa SELIC	Taxa dos financiamentos diários, com lastro em títulos federais, apurados no Sistema Especial de Liquidação e Custódia.

DEFINIÇÕES

TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, conforme determinado pelo CMN.
US GAAP	Práticas contábeis geralmente aceitas nos Estados Unidos.
Valor Nominal Unitário	R\$1 mil, na Data de Emissão.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação da Companhia	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, sociedade por ações constituída com prazo de duração indeterminado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.841.050/0001-55, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP, sob o NIRE 35.300.368.657.
Sede	A sede da Companhia está localizada na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, na Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores da Companhia localiza-se na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, CEP 08578-010, e o responsável por essa diretoria é o Sr. Flávio Viana Freitas. O telefone da Diretoria de Relações com Investidores é (11) 4646-3411 e o seu endereço eletrônico é flavio.freitas@ecopistas.com.br. Assuntos sobre a Oferta serão tratados com o Sr. Roberto Koiti Nakagome. O telefone do Sr. Roberto é (11) 3709-4990 e o seu endereço eletrônico é invest@ecorodovias.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Jornais em que Divulga Informações	A Companhia divulga informações no DOESP e no jornal “Diário de Notícias do Estado de São Paulo”. As informações sobre a Oferta serão divulgadas no jornal “Brasil Econômico”.
Website da Companhia	www.ecopistas.com.br. As informações constantes do <i>website</i> da Companhia não integram o presente Prospecto e nem são a ele incorporadas por referência.
Informações Adicionais	Quaisquer informações ou esclarecimentos adicionais sobre a Companhia e a Oferta poderão ser obtidos junto: (i) à Companhia, em sua sede social; (ii) aos Coordenadores nos endereços indicados neste Prospecto ou nos seus respectivos <i>websites</i> indicados a seguir: www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp ; e www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas ; (iii) ao Agente Fiduciário, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar, São Paulo, SP, 03548-132; (iv) à CVM, na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ou em seu <i>website</i> : www.cvm.gov.br ; (iv) ou à CETIP, localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1663, 1º andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

COMPANHIA EMISSORA

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste

Itaquaquecetuba, SP, 08578-010

At.: Sr. Roberto Koiti Nakagome

Telefone: (11) 3709-4990

Fac-símile: (11) 3709-4991

E-mail: roberto.nakagome@ecorodovias.com.br

Internet: www.ecopistas.com.br (neste *website* acessar “Dados Econômico-Financeiros”, no item “Debêntures” acessar o subitem “Prospecto Definitivo”)

COORDENADOR LÍDER

Banco Itaú BBA S.A.

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 4º andar

São Paulo, SP, 04538-132

At.: Sr. Eduardo Prado Santos

Telefone: (11) 3708-8717

Fac-símile: (11) 3708-8107

E-mail: epsantos@itaubba.com.br

Internet: www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

COORDENADOR

Banco Bradesco BBI S.A.

Avenida Paulista, nº 1450, 8º andar

São Paulo, SP, 01310-917

At.: Sr. João Carlos Zani

Telefone: (11) 2178-4800

Fac-símile: (11) 2178-4880

E-mail: zani@bradescobbi.com.br

Internet: www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas (neste *website* acessar “Ecopistas”, no item “Debêntures” e depois acessar “Prospecto Definitivo”)

CONSULTORES LEGAIS

Para a Companhia

Tauil & Chequer Advogados associado a Mayer Brown LLP

Av. Pres Juscelino Kubitschek, nº 1455, 5º e 6º andares

São Paulo, SP, 04543-011

At.: Sr. Carlos Motta

Telefone: (11) 2504-4210

Fac-símile: (11) 2504-4211

E-mail: cmotta@mayerbrown.com

Para os Coordenadores

Pinheiro Neto Advogados

Rua Hungria, nº 1.100

São Paulo, SP, 01455-000

At.: Sr. José Carlos Junqueira Sampaio Meirelles

Telefone: (11) 3247-8400

Fac símile: (11) 3247-8600

E-mail: jcmeirelles@pn.com.br

AGENTE FIDUCIÁRIO

Planner Trustee DTVM Ltda

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar

São Paulo, SP, 03548-132

At.: Sra. Viviane Rodrigues

Telefone: (11) 2172-2628

Fac símile: (11) 3078-7264

E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

BANCO MANDATÁRIO

Itaú Unibanco S.A.

Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal

São Paulo, SP, 04344-902

At.: Sra. Claudia Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

INSTITUIÇÃO DEPOSITÁRIA

Itaú Corretora de Valores S.A.

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar

São Paulo, SP, 04538-132

At.: Sra. Claudia Germano Vasconcellos

Telefone: (11) 5029-1910

Fac-símile: (11) 5029-1920

E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

AUDITORES

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Rua Alexandre Dumas, nº 1981

São Paulo, SP, 04717-906

At.: Sr. Ismar de Moura

Telefone: (11) 5186-1274

Fac-símile: (11) 5186-1333

E-mail: ismoura@deloitte.com

Internet: www.deloitte.com.br

INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Informações adicionais sobre a distribuição pública das Debêntures poderão ser obtidas com os Coordenadores ou nos endereços abaixo:

Comissão de Valores Mobiliários

Centro de Consulta da CVM-RJ

Rua 7 de Setembro, nº 111, 5º andar

Rio de Janeiro, RJ, 20159-900

Rua Cincinato Braga, nº 340, 2º, 3º e 4º andares

São Paulo, SP, 01333-010

Internet: www.cvm.gov.br

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos

Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 1º andar

São Paulo, SP, 01452-001

Internet: www.cetip.com.br

DECLARAÇÃO NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

As declarações da Companhia e do Coordenador Líder relativas ao artigo 56 da Instrução CVM 400 encontram-se anexas a este Prospecto nas páginas 399 e 401.

IDENTIFICAÇÃO DOS COORDENADORES DA OFERTA

COORDENADOR LÍDER – BANCO ITAÚ BBA S.A.

O Itaú BBA é um banco de atacado brasileiro com ativos na ordem de R\$ 197 bilhões, uma carteira de crédito de R\$ 102 bilhões, e patrimônio líquido de R\$ 12,2 bilhões em 30 de setembro de 2010. O banco faz parte do grupo Itaú Unibanco, sendo controlado diretamente pelo Itaú Unibanco Holding S.A. O Itaú BBA visa atuar em parceria com as grandes empresas, provendo o melhor e o mais completo conjunto de serviços financeiros. O Itaú BBA possui sucursais no Rio de Janeiro, Campinas, Porto Alegre, Belo Horizonte, Curitiba, Salvador, Montevidéu e Bahamas, além de escritórios de representação em Buenos Aires, Nova Iorque e Xangai.

A área de Investment Banking do Itaú BBA oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda fixa, renda variável e fusões e aquisições.

De acordo com o ranking ANBID, o Itaú BBA tem apresentado uma liderança consistente no ranking de distribuição de operações de renda fixa no mercado doméstico, tendo ocupado o primeiro lugar nos anos de 2004 à 2009 e 1º semestre de 2010, com participações de mercado entre 19% e 46%, sendo no 1º semestre de 2010 de 23%. Ainda em 2009, o Itaú BBA recebeu, pelo segundo ano consecutivo, o prêmio “World’s Best Investment Banks”, na categoria Brasil, concedido pela Global Finance, publicação americana especializada em instituições financeiras de todo o mundo. Recebeu também o prêmio de “Melhor Banco de Investimento da América Latina”, concedido pela “The Banker”. Recebeu da LatinFinance, pelo terceiro ano consecutivo, o prêmio de “Best Local Investment Bank in Brazil”. Recebeu ainda o prêmio de “Best Corporate Bond of the Year”, concedido pela participação como joint-bookrunner na emissão de Senior Notes pela Telemar.

Dentre as emissões de debêntures coordenadas pelo Banco Itaú BBA recentemente, destacam-se as ofertas de debêntures da OHL Brasil (R\$ 400 milhões, por meio de 2 concessionárias do grupo), Taesa (R\$ 815 milhões), BNDESPar (R\$ 2,025 bilhões), Hypermarcas S.A. (R\$ 651 milhões), Elektro Eletricidade e Serviços S.A. (R\$ 300 milhões), da Itaúsa – Investimentos Itaú S.A. (R\$ 1,0 bilhão), do Grupo OHL Brasil (R\$ 1,4 bilhão, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP (R\$ 548 milhões), da Ecorodovias Concessões (R\$ 600 milhões), da Alupar (R\$ 250 milhões), da Camargo Corrêa S.A. (R\$ 1,0 bilhão), da Anhanguera Educacional Participações S.A. (R\$ 200 milhões), da Vivo Participações S.A. (R\$ 810 milhões), da Companhia Energética do Ceará - Coelce (R\$ 245 milhões) e da Telemar Norte Leste S.A (R\$ 2,6 bilhões). Em operações de notas promissórias recentemente coordenadas pelo Banco Itaú BBA, destacam-se as operações da Redecard (R\$ 724 milhões), do Grupo OHL Brasil (R\$ 750 milhões, por meio de 4 concessionárias do grupo), da CTEEP - Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (R\$ 200 milhões), da Light Serviços de Eletricidade S.A. (R\$ 100 milhões), da Companhia Energética do Ceará (Coelce) (R\$ 245 milhões), da Concessionária do Rodoanel Oeste S.A (R\$ 650 milhões) e da Elektro Eletricidade e Serviços S.A (R\$ 120 milhões). Destacam-se ainda as operações FIDC Renner (R\$ 350 milhões), FIDC Globex (R\$ 1,166 milhões), FIDC CEEE IV-D (R\$ 130 milhões), FIDC Paulista Veículos II (R\$ 100 milhões), FIDC Energisa (R\$ 150 milhões), CRI PDG Securitizadora com risco PDG Realty (R\$ 405 milhões), CRI RB Capital com risco BR Distribuidora (R\$ 110,1 milhões), CRI WT PIC II com risco Volkswagen (R\$ 101,9 milhões) e as duas operações de CRI da BRC Securitizadora S.A. com risco Petrobras (R\$ 200 milhões e R\$ 120 milhões).

No segmento de renda fixa internacional, em 2010, o Itaú BBA participou como joint-bookrunner de 27 ofertas de bonds, cujo montante total alcançou US\$ 13,4 bilhões, sendo o banco que mais coordenou emissões para empresas brasileiras até Novembro de 2010. Em 2009 o Itaú BBA participou de 8 ofertas, com um montante total de US\$ 4,9 milhões. Dentre as operações recentemente em que o Itaú atuou como bookrunner ou joint-bookrunner, destacam-se as ofertas da Sabesp (US\$ 350 milhões), AB Inbev (R\$ 750 milhões), o BicBanco (US\$ 400 milhões), o conglomerado Itaú Unibanco (US\$ 1 bilhão), de Suzano (US\$ 650 milhões), da República do Brasil (US\$ 550 milhões; primeira vez que um banco brasileiro participou de uma oferta do Tesouro), da Telemar (US\$ 1,0 bilhão) da Construtora Norberto Odebrecht (US\$ 500 milhões), da IRSA (US\$ 150 milhões), da Gol (US\$ 300 milhões), da Marfrig (US\$ 500 milhões), da Globo Participações (US\$ 325 milhões), do Itaú (US\$ 1 bilhão), do Banco ABC Brasil (US\$ 300 milhões), da Magnesita (US\$ 400 milhões), do Banco Daycoval (US\$ 300 milhões), da BR Foods (US\$ 750 milhões) e do Banco Votorantim (US\$ 750 milhões), do BicBanco (US\$ 275 milhões).

Em renda variável, o Itaú BBA oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2009, o Itaú BBA atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R\$14,2 bilhões. No ranking ANBID, o banco terminou o ano de 2009 em primeiro lugar em número de operações, participando em 58% das operações ocorridas naquele ano.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Itaú BBA oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no número de transações em 2009, o Itaú BBA ficou em segundo lugar, com 24 operações realizadas com um volume total de R\$ 12,9 bilhões.

BRADESCO BBI

O Bradesco BBI opera na área de banco de investimento, destacando operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, private banking e asset management. Além do mercado local, o Bradesco BBI também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações com investidores estrangeiros.

O desempenho do Bradesco BBI na área de banco de investimento tem os seguintes destaques:

- Em 2010, atuou como Coordenador Líder da maior capitalização da história mundial, a Oferta Pública Primária de Ações Ordinárias e Preferenciais da Petrobras, no montante de R\$ 120,2 bilhões, cujos recursos foram utilizados na aquisição de reservas localizadas no pré-sal e também no plano de investimentos para os próximos anos. O Bradesco BBI orgulha-se em ter participado desta mega capitalização que tornou a Petrobras, na data da precificação, a quarta maior empresa e a 2ª maior petrolífera do mundo em valor de mercado;

- O Bradesco BBI tem marcada presença nos *IPOs* e *Follow-Ons* que foram a mercado nos primeiros nove meses de 2010. Em novembro de 2010, alcançou a segunda posição no ranking de Distribuição Consolidado ANBIMA, com o volume de R\$ 8,0 bilhões.
- Primeira posição no Ranking de Originação Renda Fixa Consolidado da ANBIMA por número de operações, divulgado em novembro de 2010, com um montante de 65 operações, totalizando mais de R\$ 12,5 bilhões em volume de transações acumuladas de 2010, o que representa 21,6% de participação de mercado;
- Terceira posição no Ranking ANBIMA de Fusões e Aquisições em número de operações realizadas no primeiro semestre de 2010;
- O Bradesco BBI atuou como assessor e estruturador financeiro da Santo Antônio Energia, usina hidrelétrica do Complexo Madeira, com capacidade instalada prevista de 3.150 MW, operação vencedora na categoria "*Infrastructure and Project Finance*", pela revista *The Banker*, edição especial "*Deals of the Year 2010*". Em junho de 2010, o Bradesco BBI, na condição de assessor financeiro da LLX Logística S.A. ("LLX"), obteve êxito na viabilização junto ao BNDES de Financiamento de Longo Prazo no montante total de R\$ 1,2 bilhão, para a implantação do Superporto Sudeste, terminal portuário de uso privativo misto, localizado no município de Itaguaí, Estado do Rio de Janeiro;
- Ocupando posição de destaque nos Rankings publicados pela ANBIMA em novembro de 2010, classificou-se em 1º lugar em número de operações nos Rankings de Securitização e Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários do Ranking ANBIMA de Originação;
- O Bradesco BBI atingiu a 7ª posição no Ranking de Emissões Privadas do Ranking ANBIMA de Mercados de Capitais Emissões Externas publicado em novembro de 2010.

Ademais, o Bradesco, controlador do Bradesco BBI, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em 100% dos municípios do Brasil. O Bradesco mantém uma rede de atendimento alicerçada em modernos padrões de eficiência e tecnologia, que possibilita oferecer a seus 22,5 milhões de correntistas comodidade e segurança. Clientes e usuários têm a disposição uma extensa Rede de Atendimento, com 6.374 agências convencionais e 6.194 unidades do Banco Postal. No terceiro trimestre de 2010, o lucro líquido foi de R\$ 7,1 bilhões, o patrimônio líquido chegou a R\$ 46,1 bilhões e os ativos totalizaram R\$ 611,9 bilhões.

DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES INCORPORADOS A ESTE PROSPECTO POR REFERÊNCIA

O seguinte documento e as informações nele contidas ficam expressamente incorporados a este Prospecto como se dele constassem para todos os efeitos legais e regulamentares:

Documento	Endereço Eletrônico
Formulário Cadastral	www.cvm.gov.br .
	www.ecopistas.com.br (selecionar item Relações com Investidores)

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES ACERCA DO FUTURO

Este Prospecto e o Formulário de Referência incluem estimativas e declarações acerca do futuro, inclusive nas seções “Fatores de Risco”, nas páginas 70 deste Prospecto e nos itens “4. Fatores de Risco”, na página A-14 do Formulário de Referência, “5. Riscos de Mercado”, na página A-46 do Formulário de Referência, “7. Atividades do Emissor”, na página A-68 do Formulário de Referência e “10. Comentários dos Administradores”, na página A-94 do Formulário de Referência, que envolvem riscos e incertezas e, portanto, não constituem garantias de resultados futuros de nossa Companhia.

As estimativas e declarações futuras têm por embasamento, em grande parte, as expectativas atuais, projeções futuras e tendências que afetam ou podem potencialmente vir a afetar nossos negócios operacionais e nossos setores de atuação, bem como nossa situação financeira e resultados operacionais e prospectivos. Embora acreditemos que essas estimativas e declarações futuras encontram-se baseadas em premissas razoáveis, estas estimativas e declarações estão sujeitas a diversos riscos, incertezas e suposições e são feitas com base nas informações atualmente disponíveis.

As estimativas e declarações futuras podem ser influenciadas por diversos fatores, incluindo, mas não se limitando a:

- conjuntura econômica, política e de negócios do Brasil e, em especial, nos mercados geográficos em que atuamos e possíveis intervenções governamentais, resultando em alteração na economia, tributos, tarifas ou ambiente regulatório no Brasil;
- alterações nas condições gerais da economia, incluindo, exemplificativamente, inflação, deflação, taxas de juros, preço de combustível, níveis de emprego, crescimento do PIB e da população, e confiança do consumidor;
- adoção de medidas por parte do Poder Concedente, incluindo atos unilaterais;
- as condições de infra-estrutura e logística de transportes no Brasil;
- redução de tráfego nas rodovias, inclusive como resultado do aumento dos preços dos combustíveis;
- alterações nas leis e regulamentos, presentes e futuros;
- obtenção de licenças e autorizações governamentais para construções e operação de nossa Companhia;
- capacidade de pagamento de nossos financiamentos e cumprimento de nossas obrigações financeiras;
- interesses do nosso Acionista Controlador;
- nosso nível de endividamento;
- nossa capacidade de identificar oportunidades de negócios;

- alteração em nossos custos de serviços e custos operacionais;
- capacidade de implementação de nossa estratégia operacional e plano de expansão;
- nossa capacidade de acessar o mercado de capitais ou financeiro em condições favoráveis;
- outros fatores que podem afetar nossas condições financeiras, liquidez e resultados das operações; e
- outros fatores de risco apresentados na seção “Fatores de Risco”, na página 70 e seguintes deste Prospecto.

As palavras “acredita”, “pode”, “poderá”, “estima”, “continua”, “antecipa”, “pretende”, “espera” e outras de significados similares, quando utilizadas neste Prospecto, têm por objetivo identificar e apresentar estimativas acerca do futuro. Tais estimativas e perspectivas para o futuro referem-se apenas à data em que foram expressas, sendo que nem a Companhia nem os Coordenadores assumem a obrigação de atualizar publicamente ou revisar quaisquer dessas estimativas em razão da ocorrência de uma nova informação, eventos futuros ou quaisquer outros fatores, exceto conforme determinado pela Instrução CVM 480. Em vista dos riscos e incertezas aqui descritos, as estimativas e perspectivas podem vir a não se concretizar, muitas delas estando além da capacidade de controle ou previsão da Companhia. Em vista dessas limitações, os investidores não devem tomar suas decisões de investimento exclusivamente com base nas estimativas e perspectivas para o futuro contidas neste Prospecto.

SUMÁRIO DA OFERTA

Esta seção não contém todas as informações sobre a Emissora que devem ser analisadas pelo investidor antes de tomar sua decisão de investimento nas Debêntures. O Prospecto deve ser lido integralmente e de forma cuidadosa, inclusive o disposto na seção “Fatores de Risco”, na página 70 deste Prospecto, nas demonstrações financeiras da Emissora e suas respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto a partir da página 403, e nas seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, nas páginas A-14 e A-46, respectivamente, do Formulário de Referência.

Emissora	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Capital Social da Emissora	O capital social da Emissora, nesta data, é de R\$ 191.725.000,00.
Coordenadores	Banco Itaú BBA S.A. e Banco Bradesco BBI S.A.
Coordenador Líder	Banco Itaú BBA S.A.
Agente Fiduciário	Planner Trustee DTVM Ltda
Banco Mandatário	Itaú Unibanco S.A.
Instituição Escrituradora	Itaú Corretora de Valores S.A.
Classificação de Risco das Debêntures	Moody's: “Aa2.br”
Autorizações Societárias	<p>A Emissão foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias”, em 01 de fevereiro de 2011 de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações, que deliberou sobre: (i) os termos e condições da Oferta e (ii) a delegação ao Conselho de Administração da Emissora para deliberar sobre as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.</p> <p>Adicionalmente, a garantia fidejussória e o penhor de ações foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da Ecorodovias Concessões, realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias”, em 01 de fevereiro de 2011 na qual foram deliberadas as condições da concessão da fiança e do penhor das ações para as Debêntures desta Emissão.</p>

Destinação dos Recursos	Os recursos líquidos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para o pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, cujo valor total aproximado na presente data é de R\$374 milhões. Para mais informações, ver seção “Destinação dos Recursos” na página 69 deste Prospecto.
Colocação	As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme de colocação, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores, devendo a Oferta ser efetivada de acordo com o resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> . Para informações sobre o plano da Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição – Plano da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.
Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	<p>Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos Coordenadores, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03, para definição das taxas finais aplicáveis para o cálculo da Remuneração das Debêntures a serem emitidas no âmbito da Emissão.</p> <p>O resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i> foi (i) objeto de aditamento de Escritura; e (ii) divulgado nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.</p> <p>Nos termos da regulamentação em vigor, no caso de não ser verificado um excesso de demanda superior a 1/3 da quantidade das Debêntures inicialmente ofertadas, Pessoas Vinculadas poderiam adquirir Debêntures na Oferta. Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.</p>
Valor Total da Emissão	O valor total da emissão será de R\$ 370.000.000,00 na Data de Emissão, onde a oferta base corresponde a R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), tendo sido aumentada em R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais) por conta da emissão de Debêntures Adicionais.
Quantidade de Debêntures	Serão emitidas 370.000 Debêntures, sendo que, deste total, (i) 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures referem-se à oferta base, e (ii) 20.000 (vinte mil) Debêntures referem-se ao exercício da opção de Debêntures Adicionais, observados os limites previstos em “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Quantidade”, na página 45 deste Prospecto.

Opção de Debêntures Adicionais	<p>A quantidade de Debêntures foi aumentada de forma proporcional entre as Séries, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>, a critério da Emissora com a prévia concordância dos Coordenadores, em 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. Foi mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.</p> <p>As Debêntures da Opção de Debêntures Adicionais foram objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).</p>
Valor Nominal Unitário	As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão.
Conversibilidade	As Debêntures não serão conversíveis em ações.
Espécie	As Debêntures serão da espécie com garantia real representada pelo penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.
Garantias	<p>As Debêntures contarão com uma fiança da Ecorodovias Concessões, nos termos da Escritura e contam com uma garantia real que será representada e constituída:</p> <p>(i) por um contrato de penhor de ações, a ser compartilhada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“<u>BNDES</u>”), da totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora detidas pela Ecorodovias representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Emissora e de todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a quaisquer das ações empenhadas, a ser celebrado entre (a) a Ecorodovias, (b) o Agente Fiduciário, (c) a Emissora e o (d) BNDES (“<u>Contrato de Penhor de Ações</u>”). Tendo em vista que há um penhor sobre as referidas ações, o qual foi constituído em favor dos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, o penhor das ações a ser concedido aos Debenturistas e ao BNDES terá eficácia a partir da data da averbação da desoneração dos gravames das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações.</p> <p>(ii) um contrato de cessão fiduciária (“<u>Contrato de Cessão Fiduciária</u>”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES, e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, de: (a) todos os direitos</p>

de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária N.º 006/ARTESP/2009, celebrado em 17 de junho de 2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (o “Poder Concedente” e o “Contrato de Concessão”) e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucro cessante contratadas nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 (“Direitos Emergentes da Concessão”); e **(c)** todos os direitos creditórios da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas do Projeto (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas do Projeto. Diante da cessão fiduciária descrita no sub-item “a” acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão Emissora, o contrato de cessão fiduciária que tem por objeto a cessão fiduciária descrita no sub-item “a” acima é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão e a liberação das garantias com a liquidação da Oferta de Debêntures.

A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B, em 05 de outubro de 2010, de modo que suas ações não possuirão autorização para serem negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Adicionalmente, em 18 de janeiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, o financiamento a ser contratado com o BNDES, no valor de R\$355.396.000,00, nos termos da Decisão nº Dir. 1 962/2010, expedida pela Diretoria do BNDES em reunião de 07 de dezembro de 2010. Este financiamento será garantido por fiança prestada pela EcoRodovias Concessões e pelas garantias reais constituídas pelo

Contrato de Penhor de Ações e pelo Contrato de Cessão Fiduciária descritos acima, e seu respectivo contrato encontra-se em fase de negociação pela Emissora e o BNDES e será formalizado antes da concessão do registro da presente Oferta pela CVM.

As Garantias serão compartilhadas, de forma “*pari passu*” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão. Para tanto, será celebrado (i) um contrato de compartilhamento de garantias entre o BNDES e o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”); e (ii) um contrato de administração de contas, a ser celebrado entre (a) a Emissora, (b) a EcoRodovias Concessões, (c) o Agente Fiduciário, (d) o BNDES, e (e) o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário (“Contrato de Administração de Contas”). O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações são denominados, em conjunto, “Contratos de Garantia”. Os Contratos de Garantia e o Contrato de Administração de Contas são denominados, em conjunto “Contratos da Emissão”.

Considerando que a Ecorodovias Concessões é uma companhia aberta registrada na CVM, as informações relativas à Garantidora estão disponíveis para consulta em seu formulário de referência, disponível no site www.cvm.gov.br.

Para maiores informações, veja a seção “Informações sobre a Oferta – *Garantias*”, na página 46 deste Prospecto.

Fiança

Garantia fidejussória temporária (fiança solidária) da Ecorodovias Concessões condicionada ao cumprimento de *Covenants* Financeiros, conforme descrito na Escritura. Com o cumprimento dos *Covenants* Financeiros, nas datas estipuladas, a Fiança será cancelada e a Ecorodovias Concessões deixará de ser parte da Escritura.

Considerando que a Ecorodovias Concessões é uma companhia aberta registrada na CVM, as informações relativas à Garantidora estão disponíveis para consulta em seu formulário de referência, disponível no site www.cvm.gov.br.

Séries

A emissão é realizada em 4 (quatro) séries, sendo que a alocação de Debêntures em cada uma das Séries foi de 92.500 Debêntures considerando o aumento de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício da opção de lote adicional.

Prazo de Subscrição	Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto na seção “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição - Plano da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.
Forma de Subscrição	As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.
Forma e Preço de Integralização	As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, observado o disposto em “Informações Sobre a Oferta - Características das Debêntures - Séries”, na página 45 deste Prospecto, sendo que (i) as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração aplicável, calculada <i>pro rata temporis</i> desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.
Negociação	As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e/ou do BOVESPAFIX.
Data de Emissão	Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2011.
Prazo e Data de Vencimento	Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da 1ª Série será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2023; (ii) das Debêntures da 2ª Série será de 135 (cento e trinta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022; (iii) das Debêntures da 3ª Série será de 138 (cento e trinta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2022; e (iv) das Debêntures da 4ª Série será de 141 (cento e quarenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022.
Pagamento do Valor Nominal	<p>➤ 1ª Série: Valor Nominal Unitário Atualizado, em 11 parcelas, conforme abaixo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • 15 de Janeiro de 2013: 1,3275% • 15 de Janeiro de 2014: 3,3000% • 15 de Janeiro de 2015: 3,3000% • 15 de Janeiro de 2016: 4,6580% • 15 de Janeiro de 2017: 5,3525% • 15 de Janeiro de 2018: 7,7763% • 15 de Janeiro de 2019: 10,2627% • 15 de Janeiro de 2020: 13,4773% • 15 de Janeiro de 2021: 16,9297% • 15 de Janeiro de 2022: 22,1787%

- 15 de Janeiro de 2023: 11,4373%

➤ 2ª Série: Valor Nominal Unitário Atualizado, em 11 parcelas, conforme abaixo:

- 15 de Abril de 2012: 1,3275%
- 15 de Abril de 2013: 3,3000%
- 15 de Abril de 2014: 3,3000%
- 15 de Abril de 2015: 4,6580%
- 15 de Abril de 2016: 5,3525%
- 15 de Abril de 2017: 7,7763%
- 15 de Abril de 2018: 10,2627%
- 15 de Abril de 2019: 13,4773%
- 15 de Abril de 2020: 16,9297%
- 15 de Abril de 2021: 22,1787%
- 15 de Abril de 2022: 11,4373%

➤ 3ª Série: Valor Nominal Unitário Atualizado, em 11 parcelas, conforme abaixo

- 15 de Julho de 2012: 1,3275%
- 15 de Julho de 2013: 3,3000%
- 15 de Julho de 2014: 3,3000%
- 15 de Julho de 2015: 4,6580%
- 15 de Julho de 2016: 5,3525%
- 15 de Julho de 2017: 7,7763%
- 15 de Julho de 2018: 10,2627%
- 15 de Julho de 2019: 13,4773%
- 15 de Julho de 2020: 16,9297%
- 15 de Julho de 2021: 22,1787%
- 15 de Julho de 2022: 11,4373%

➤ 4ª Série: Valor Nominal Unitário Atualizado, em 11 parcelas, conforme abaixo

- 15 de Outubro de 2012: 1,3275%
- 15 de Outubro de 2013: 3,3000%
- 15 de Outubro de 2014: 3,3000%
- 15 de Outubro de 2015: 4,6580%
- 15 de Outubro de 2016: 5,3525%
- 15 de Outubro de 2017: 7,7763%
- 15 de Outubro de 2018: 10,2627%
- 15 de Outubro de 2019: 13,4773%
- 15 de Outubro de 2020: 16,9297%
- 15 de Outubro de 2021: 22,1787%
- 15 de Outubro de 2022: 11,4373%

Remuneração das Debêntures A remuneração das Debêntures será a seguinte:

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 8,25 ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis e pagos anualmente.

Pagamento da Remuneração: O pagamento da Remuneração das respectivas Séries será feito anualmente, da seguinte forma:

➤ Pagamento da Remuneração da 1ª Série:

- 15 de Janeiro de 2012
- 15 de Janeiro de 2013
- 15 de Janeiro de 2014
- 15 de Janeiro de 2015
- 15 de Janeiro de 2016
- 15 de Janeiro de 2017
- 15 de Janeiro de 2018
- 15 de Janeiro de 2019
- 15 de Janeiro de 2020
- 15 de Janeiro de 2021
- 15 de Janeiro de 2022
- 15 de Janeiro de 2023

➤ Pagamento da Remuneração da 2ª Série:

- 15 de Abril de 2012
- 15 de Abril de 2013
- 15 de Abril de 2014
- 15 de Abril de 2015
- 15 de Abril de 2016
- 15 de Abril de 2017
- 15 de Abril de 2018
- 15 de Abril de 2019
- 15 de Abril de 2020
- 15 de Abril de 2021
- 15 de Abril de 2022

➤ Pagamento da Remuneração da 3ª Série:

- 15 de Julho de 2012
- 15 de Julho de 2013
- 15 de Julho de 2014
- 15 de Julho de 2015
- 15 de Julho de 2016
- 15 de Julho de 2017
- 15 de Julho de 2018
- 15 de Julho de 2019
- 15 de Julho de 2020
- 15 de Julho de 2021

- 15 de Julho de 2022

➤ Pagamento da Remuneração da 4ª Série:

- 15 de Outubro de 2012
- 15 de Outubro de 2013
- 15 de Outubro de 2014
- 15 de Outubro de 2015
- 15 de Outubro de 2016
- 15 de Outubro de 2017
- 15 de Outubro de 2018
- 15 de Outubro de 2019
- 15 de Outubro de 2020
- 15 de Outubro de 2021
- 15 de Outubro de 2022

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em reunião de seu Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada aos Debenturistas, sem distinção entre as Séries, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo:
 - (a) se o resgate será total ou parcial, (sendo parcial, proporcional a todas as Séries) e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações);
 - (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista;
 - (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas;
 - (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas;
 - (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e
 - (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;
- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem, através de correspondência formal encaminhada à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, findo o qual a

Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;

- (c) a Emissora deverá comunicar a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração da respectiva Série (o "Saldo Devedor"), acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, quando se tratar de resgate antecipado parcial, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas, na data do efetivo resgate parcial, deverão adotar todos os procedimentos de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário" junto a CETIP sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas. Fica ainda estabelecido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura ou qualquer outra formalidade.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e Atualização, conforme definidos na Escritura, da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior da Remuneração da respectiva Série, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures objeto da aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, a livre e exclusivo critério da Emissora, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura.

A aquisição deverá ocorrer de forma proporcional entre as Séries e as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

Eventos de Inadimplemento e Vencimento Antecipado

Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora e pela EcoRodovias Concessões (“Fiadora”), enquanto a Fiança permanecer válida, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial:

(a) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas controladas detentoras de concessões rodoviárias (“Controladas da Fiadora”); (ii) pedido de autofalência pela Emissora, Fiadora e/ou quaisquer Controladas da Fiadora; (iii) pedido de falência da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora;

(b) propositura, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas

da Fiadora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;

(c) descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data do respectivo vencimento;

(d) protestos de títulos contra a Emissora e Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora e/ou a Fiadora tiver ciência da respectiva ocorrência, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadora no prazo legal;

(e) pagamentos aos acionistas da Emissora e/ou Fiadora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora ou Fiadora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora, ou da Fiadora;

(f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias, que não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de notificação neste sentido;

(g) a Emissora ou a Fiadora inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora, pela Fiadora e/ou Controladas da Fiadora;

(h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou

obrigação da Emissora ou da Fiadora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas;

(i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadora, e as obrigações da Emissora e/ou Fiadora constantes da Escritura, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas (conjuntamente, “Contratos da Oferta”) forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;

(j) a Emissora ou Fiadora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nos documentos relativos às Debêntures e a Fiança, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se realizada nos termos das alíneas (m) e (n) abaixo;

(k) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora ou Fiadora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora ou pela Fiadora, de suas obrigações relativas às Debêntures, sendo que, no caso de incapacidade de gestão dos negócios que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Fiadora, deverá ser apresentada nova garantia de fiança nos termos da Cláusula 6.8 da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis;

(l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;

(m) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;

(n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Fiadora, enquanto perdurar a Fiança, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto

no caso de uma cisão da Fiadora em que cumulativamente, os seguintes requisitos sejam atendidos: (i) todos os ativos cindidos sejam vertidos para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ou controladas, diretas ou indiretas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.; (ii) seja realizada uma única vez durante a vigência das Debêntures; (iii) a Fiadora não deixaria de deter diretamente 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., da Concessionárias Ecovia Caminho do Mar S.A., da Emissora, ou não deixaria de deter diretamente 90% (noventa por cento) do capital social da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.; e (iv) a contribuição do montante que irá ser vertido para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. no âmbito da cisão da Fiadora não poderá representar ativo cujos montante seja superior a 20% (vinte por cento) do total de ativos da Fiadora na época da cisão;

(o) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre propriedade, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sobre suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, da Emissora exceto: (i) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos; (ii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas exigidos pelo poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão celebrado pela Emissora; e (iii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas já existentes na Data de Emissão das Debêntures;

(p) a Emissora conceder ou tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos (“*intercompany*”) para ou de quaisquer sociedades do grupo econômico da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 150.000.000,000 (cento e cinquenta milhões de reais);

(q) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;

(r) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Primav Construções e Comércio S.A. e/ou da Impregilo International Infrastructures N.V. do controle acionário da Emissora, exceto no caso em que a referida troca de controle não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em relação ao *rating* da mesma no momento imediatamente anterior ao da troca de controle. Para efeitos desse item serão considerados

como válidos os *ratings* da Standard&Poor's, Fitch ou a classificação equivalente pela Moody's;

(s) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente;

(t) transformação da Emissora ou Fiadora em sociedade limitada;

(u) a Fiadora deixar de deter o controle direto da Emissora, exceto se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. tornar-se a nova controladora, ou se a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. deixar de ser a controladora indireta da Emissora;

(v) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à Fiança prestada pela Fiadora e/ou dos Contratos de Garantia;

(w) não captar novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos ou qualquer outra forma de tomada de recursos, exceto financiamento direto junto ao BNDES, a partir da data da integralização das Debêntures que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e

(x) não observância dos seguintes *Covenants* Financeiros, todos a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de março de 2011 (exceto para a alínea "iii" abaixo, que somente será observada trimestralmente a partir do cancelamento da Fiança conforme o disposto na Cláusula 6.12.1 e 6.12.2 da Escritura), com base nas últimas demonstrações financeiras da Emissora, sendo as demonstrações financeiras trimestrais revisadas, e as anuais auditadas:

(i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;

(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e

(iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

"Patrimônio Líquido": significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.

“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$$

Onde:

i. considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

ii. considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;

iii. considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

$$(+)\text{ Ativo Circulante } (-)\text{ caixa, bancos e aplicações financeiras } - \\ (-)\text{ Passivo Circulante } (-)\text{ Dívida de curto prazo}$$

iii.1. Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.

iii.2. Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.

iii.3. Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;

iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e

v. considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora; durante o referido período.

“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas ((a), (b), (c), (e), (g), (h), (j), (m), (n), (o), (p), (q), (s), (u), (t), (v) e (w) acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável.

Na Assembleia mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75%

(setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura.

**Quoruns de Instalação e
Deliberação em Assembléias
Gerais de Debenturistas**

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Para os efeitos da Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, Fiadora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, às datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, qualquer modificação na cláusula de Vencimento Antecipado, alteração dos termos e condições da Fiança ou dos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas na Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no

mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos na Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Fiadora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.

Para mais informações, vide seção “Informações Sobre a Oferta – Características das Debêntures – Vencimento Antecipado”, na página 51 deste Prospecto e “Fatores de Risco – Riscos Relativos à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.”, na página 72 deste Prospecto.

Público Alvo

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

Pessoas Vinculadas

Não houve participação de Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

Inadequação da Oferta	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, nas páginas 70 a 75 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” constantes das páginas A-14 e A-46 do Formulário de Referência.
Regime de Colocação – Garantia Firme	A Oferta foi realizada sob o regime de garantia firme de colocação. Para mais informações, ver “Informações Sobre a Oferta – Contrato de Distribuição - Regime de Colocação”, na página 59 deste Prospecto.
Fatores de Risco	Para explicação acerca dos fatores de risco que devem ser considerados veja a seção “Fatores de Risco”, na página 70 deste Prospecto, e as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado”, conforme páginas A-14 e A-46 do Formulário de Referência.
Informações Adicionais	<p>Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre a Emissora ou a Oferta poderão ser obtidas com os Coordenadores e/ou na CVM, nos endereços indicados na seção “Identificação de Administradores, Consultores e Auditores”, na página 14 deste Prospecto.</p> <p>Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta, ver seção “Informações Sobre a Oferta”, na página 23 deste Prospecto.</p>

INFORMAÇÕES SOBRE A OFERTA

AUTORIZAÇÕES SOCIETÁRIAS

A Emissão foi aprovada em Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias”, em 01 de fevereiro de 2011, de acordo com o disposto no artigo 62, I, da Lei das Sociedades por Ações, que deliberou sobre: (i) os termos e condições da Oferta e (ii) a delegação ao Conselho de Administração da Emissora para deliberar sobre as condições constantes do artigo 59, parágrafo 1º da Lei das Sociedades por Ações.

Adicionalmente, a garantia fidejussória e o penhor de ações foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração da EcoRodovias Concessões, realizada em 18 de janeiro de 2011, cuja ata foi arquivada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias”, edição nacional, em 01 de fevereiro de 2011, na qual foram deliberadas as condições da concessão da fiança e do penhor das ações para as Debêntures desta Emissão.

COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Na data deste Prospecto, o capital social da Emissora era de R\$191.725.000,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais) representado por 191.725.000,00 (cento e noventa e uma milhões, setecentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal.

Na data deste Prospecto, a composição do nosso capital social subscrito e integralizado é a seguinte:

Nome / Razão Social	Total de Ações	Participação em %
Ecorodovias Concessões	191.724.995	99,99999739%
Conselheiros	5	0,00000261%
Outros	0	0,00%
Total	191.725.000	100%

CARACTERÍSTICAS DA OFERTA

Colocação

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob o regime de garantia firme, nos termos do Contrato de Distribuição, com a intermediação dos Coordenadores.

Coleta de Intenções de Investimento (Bookbuilding)

Foi adotado o procedimento de coleta de intenções de investimento, sem a participação de Pessoas Vinculadas, organizado pelos Coordenadores, nos termos do artigo 23, parágrafos 1º e 2º, e do artigo 44 da Instrução CVM 400, sem recebimento de reservas, sem lotes mínimos ou máximos, no qual serão definidas, com a Emissora:

- a emissão de Debêntures da 1ª Série, 2ª Série, 3ª Série, e 4ª Série, conforme previsto no item “Séries”, na página 45 deste Prospecto; e
- a taxa final aplicável à Remuneração das Debêntures, conforme previsto no item “— Remuneração das Debêntures”, na página 49 deste Prospecto.

O resultado do Procedimento de *Bookbuilding* foi ratificado por meio de aditamento à Escritura de Emissão e foi divulgado por meio do Anúncio de Início.

Participarão do Procedimento de *Bookbuilding* os investidores do público alvo da Oferta (ver o item “— Contrato de Distribuição – Público Alvo da Oferta”, na página 60 deste Prospecto).

Não houve participação de Pessoas Vinculadas no procedimento de *Bookbuilding*.

Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas na Oferta e os Coordenadores verificassem excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas seriam automaticamente canceladas.

Prazo de Subscrição

Respeitadas (i) a concessão do registro da Oferta pela CVM; (ii) a publicação do Anúncio de Início; e (iii) a disponibilização do Prospecto Definitivo aos investidores, as Debêntures serão subscritas, a qualquer tempo, em até seis meses contados da data da publicação do Anúncio de Início, observado o disposto no item “— Contrato de Distribuição – Plano da Oferta”, na página 60 deste Prospecto.

Forma de Subscrição

As Debêntures serão subscritas por meio do SDT e/ou do DDA.

Forma e Preço de Integralização

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição e em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BM&FBOVESPA, observado o disposto no item “— Séries”, na página 45 deste Prospecto, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo Valor Nominal, acrescido da Atualização e da Remuneração aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data de Integralização.

Negociação

As Debêntures serão registradas para negociação no mercado secundário por meio do SND e/ou do BOVESPAFIX.

CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Número da Emissão

As Debêntures representam a primeira emissão de debêntures da Emissora.

Valor Total da Emissão

O valor total da emissão será de R\$370.000.000,00 na Data de Emissão, onde a oferta base corresponde a R\$350.000.000,00, tendo sido aumentada em R\$20.000.000,00 por conta da emissão de Debêntures Adicionais.

Quantidade

Serão emitidas 370.000 Debêntures, sendo que, deste total, (i) 350.000 Debêntures referem-se à oferta base, e (ii) 20.000 Debêntures referem-se ao exercício da opção de Debêntures Adicionais abaixo descrito.

A quantidade de Debêntures da oferta base foi aumentada de forma proporcional entre as Séries, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora com a prévia concordância dos Coordenadores, em 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida, nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400. Será mantido preço único para a subscrição das Debêntures Adicionais.

Valor Nominal

As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 na Data de Emissão.

Séries

A emissão será realizada em 4 (quatro) séries, sendo que a alocação de Debêntures em cada uma das Séries será de 92.500 Debêntures, considerando o aumentado de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício da opção de lote adicional.

Forma

As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pela Instituição Escrituradora, e, adicionalmente, (i) para as Debêntures custodiadas na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures; e (ii) para as Debêntures custodiadas na BM&FBOVESPA, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista, que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.

Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real representada pelo penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures”, na página 70 deste Prospecto.

Garantias

Garantias Reais

A garantia real será representada e constituída:

(i) por um contrato de penhor de ações, a ser compartilhada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), da totalidade das ações ordinárias de emissão da Emissora detidas pela Ecorodovias representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Emissora e de todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das ações empenhadas, a ser celebrado entre **(a)** a Ecorodovias, **(b)** o Agente Fiduciário, **(c)** a Emissora e **(d)** o BNDES (“Contrato de Penhor de Ações”). Tendo em vista que há um penhor sobre as referidas ações, o qual foi constituído em favor dos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, o penhor das ações a ser concedido aos Debenturistas e ao BNDES terá eficácia a partir da data da averbação da desoneração dos gravames das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações;

(ii) um contrato de cessão fiduciária (“Contrato de Cessão Fiduciária”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES, e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, de: **(a)** todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária N.º 006/ARTESP/2009, celebrado em 17 de junho de 2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (o “Poder Concedente” e o “Contrato de Concessão”) e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucro cessante contratadas nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 (“Direitos Emergentes da Concessão”); e **(c)** todos os direitos creditórios da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas do Projeto (conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas do Projeto. Os direitos creditórios mencionados nos itens (a), (b) e (c) acima são denominados conjuntamente “Direitos Creditórios”). Diante da cessão fiduciária descrita no sub-item “a” acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão Emissora, o contrato de cessão fiduciária que tem por objeto a cessão fiduciária descrita no sub-

item “a” acima é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão e a liberação das garantias com a liquidação da Oferta.

A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B, em 05 de outubro de 2010, de modo que suas ações não possuirão autorização para serem negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

Adicionalmente, em 18 de janeiro de 2011, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, o financiamento a ser contratado com o BNDES, no valor de R\$355.396.000,00, nos termos da Decisão nº Dir. 1 962/2010, expedida pela Diretoria do BNDES em reunião de 07 de dezembro de 2010. Este financiamento será garantido por fiança prestada pela EcoRodovias e Concessões e pelas garantias reais constituídas pelo Contrato de Penhor de Ações e pelo Contrato de Cessão Fiduciária descritos acima, e seu respectivo contrato encontra-se em fase de negociação pela Emissora e o BNDES e será formalizado antes da concessão do registro da presente Oferta pela CVM.

As Garantias serão compartilhadas, de forma “pari passu” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão. Para tanto, será celebrado (i) um contrato de compartilhamento de garantias entre o BNDES e o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”); e (ii) um contrato de administração de contas, a ser celebrado entre (a) a Emissora, (b) a Fiadora, (c) o Agente Fiduciário, (d) o BNDES, e (e) o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário (“Contrato de Administração de Contas”). O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações são denominados, em conjunto, “Contratos de Garantia”. Os Contratos de Garantia e o Contrato de Administração de Contas são denominados, em conjunto “Contratos da Emissão”. Considerando que a Ecorodovias Concessões é uma companhia aberta registrada na CVM, as informações relativas à Garantidora estão disponíveis para consulta em seu formulário de referência, disponível no site www.cvm.gov.br.

Fiança

A EcoRodovias Concessões irá constituir, nos termos da Escritura de Emissão, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, uma fiança, cujas condições encontram-se descritas na Escritura de Emissão (a “Fiança”). Considerando que a Ecorodovias Concessões é uma companhia aberta registrada na CVM, as informações relativas à Garantidora estão disponíveis para consulta em seu formulário de referência, disponível no site www.cvm.gov.br.

Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 15 de janeiro de 2011.

Prazo e Data de Vencimento

Observado o disposto na Escritura de Emissão, o prazo (i) das Debêntures da 1ª Série será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de Janeiro de 2023; (ii) das Debêntures da 2ª Série será de 135 (cento e trinta e cinco) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022; (iii) das Debêntures da 3ª Série será de 138 (cento e trinta e oito) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2022; e (iv) das

Debêntures da 4ª Série será de 141 (cento e quarenta e um) meses, contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022.

Pagamento do Valor Nominal Unitário

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 1ª Série”):

Data da Amortização I	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15 de Janeiro de 2013	1,3275%
15 de Janeiro de 2014	3,3000%
15 de Janeiro de 2015	3,3000%
15 de Janeiro de 2016	4,6580%
15 de Janeiro de 2017	5,3525%
15 de Janeiro de 2018	7,7763%
15 de Janeiro de 2019	10,2627%
15 de Janeiro de 2020	13,4773%
15 de Janeiro de 2021	16,9297%
15 de Janeiro de 2022	22,1787%
15 de Janeiro de 2023	11,4373%

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 2ª Série”):

Data da Amortização II	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
15 de Abril de 2012	1,3275%
15 de Abril de 2013	3,3000%
15 de Abril de 2014	3,3000%
15 de Abril de 2015	4,6580%
15 de Abril de 2016	5,3525%
15 de Abril de 2017	7,7763%
15 de Abril de 2018	10,2627%
15 de Abril de 2019	13,4773%
15 de Abril de 2020	16,9297%
15 de Abril de 2021	22,1787%
15 de Abril de 2022	11,4373%

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 3ª Série”):

Data da Amortização III	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de Julho de 2012	1,3275%
15 de Julho de 2013	3,3000%
15 de Julho de 2014	3,3000%
15 de Julho de 2015	4,6580%
15 de Julho de 2016	5,3525%
15 de Julho de 2017	7,7763%
15 de Julho de 2018	10,2627%
15 de Julho de 2019	13,4773%
15 de Julho de 2020	16,9297%
15 de Julho de 2021	22,1787%
15 de Julho de 2022	11,4373%

O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 4ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir ("Amortização da 4ª Série"):

Data da Amortização IV	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série a ser Amortizado
15 de Outubro de 2012	1,3275%
15 de Outubro de 2013	3,3000%
15 de Outubro de 2014	3,3000%
15 de Outubro de 2015	4,6580%
15 de Outubro de 2016	5,3525%
15 de Outubro de 2017	7,7763%
15 de Outubro de 2018	10,2627%
15 de Outubro de 2019	13,4773%
15 de Outubro de 2020	16,9297%
15 de Outubro de 2021	22,1787%
15 de Outubro de 2022	11,4373%

Remuneração das Debêntures

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a 8,25% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis e pagos anualmente.

Repactuação Programada

Não haverá repactuação programada.

Oferta de Resgate Antecipado

A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em reunião de seu Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada aos Debenturistas, sem distinção entre as Séries, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo:

- (a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Escritura ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate será total ou parcial, (sendo parcial, proporcional a todas as Séries) e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das Sociedades por Ações); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e à operacionalização do resgate das Debêntures;

- (b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem, através de correspondência formal encaminhada à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;
- (c) a Emissora deverá comunicar a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado; e
- (d) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração da respectiva Série (o “Saldo Devedor”), acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, quando se tratar de resgate antecipado parcial, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário”, sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas, na data do efetivo resgate parcial, deverão adotar todos os procedimentos de “operação de compra e venda definitiva no mercado secundário” junto a CETIP sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas. Fica ainda estabelecido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento à Escritura ou qualquer outra formalidade.

As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

Aquisição Facultativa

A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e Atualização, conforme definidos na Escritura, da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior da Remuneração da respectiva Série, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações.

As Debêntures objeto da aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, a livre e exclusivo critério da Emissora, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento à Escritura.

A aquisição deverá ocorrer de forma proporcional entre as Séries e as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

Encargos Moratórios

Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor devido aos Debenturistas relativamente a qualquer obrigação decorrente da Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Atualização e da Remuneração, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, (i) multa moratória de 2%; e (ii) juros de mora de 1% ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento.

Decadência dos Direitos aos Acréscimos

O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas na Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos da Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impontualidade no pagamento.

Local de Pagamento

Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura de Emissão serão efetuados pela Emissora, por meio da CETIP ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou, ainda, por meio do Banco Mandatário para os Debenturistas que não tiverem suas Debêntures custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA.

Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista na Escritura de Emissão até o primeiro dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem nenhum acréscimo aos valores a serem pagos, exceto pelos casos cujos pagamentos devam ser realizados pela CETIP ou pela BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo.

Imunidade Tributária

Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de dez dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória da referida imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado de seus pagamentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

Vencimento Antecipado

Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, enquanto a Fiança permanecer válida, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do

efetivo pagamento, calculada pro *rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial:

- (a) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas controladas detentoras de concessões rodoviárias (“Controladas da Fiadora”); (ii) pedido de autofalência pela Emissora, Fiadora e/ou quaisquer Controladas da Fiadora; (iii) pedido de falência da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora;
- (b) propositura, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (d) protestos de títulos contra a Emissora e Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora e/ou a Fiadora tiver ciência da respectiva ocorrência, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadora no prazo legal;
- (e) pagamentos aos acionistas da Emissora e/ou Fiadora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora ou Fiadora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora, ou da Fiadora;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias, que não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de notificação neste sentido;
- (g) a Emissora ou a Fiadora inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora, pela Fiadora e/ou Controladas da Fiadora;

- (h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou da Fiadora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas;
- (i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadora, e as obrigações da Emissora e/ou Fiadora constantes da Escritura, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas (conjuntamente, “Contratos da Oferta”) forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- (j) a Emissora ou Fiadora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nos documentos relativos às Debêntures e a Fiança, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se realizada nos termos das alíneas (m) e (n) abaixo;
- (k) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora ou Fiadora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora ou pela Fiadora, de suas obrigações relativas às Debêntures, sendo que, no caso de incapacidade de gestão dos negócios que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Fiadora, deverá ser apresentada nova garantia de fiança nos termos da Cláusula 6.8 da Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis;
- (l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;
- (m) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Fiadora, enquanto perdurar a Fiança, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto no caso de uma cisão da Fiadora em que cumulativamente, os seguintes requisitos sejam atendidos: (i) todos os ativos cindidos sejam vertidos para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ou controladas, diretas ou indiretas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.; (ii) seja realizada uma única vez durante a vigência das Debêntures; (iii) a Fiadora não deixaria de deter diretamente 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., da Concessionárias Ecovia Caminho do Mar S.A., da Emissora, ou não deixaria de deter diretamente 90% (noventa por cento) do capital social da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.; e (iv) a contribuição do montante que irá ser vertido para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. no âmbito da cisão da Fiadora não poderá representar ativo cujo montante seja superior a 20% (vinte por cento) do total de ativos da Fiadora na época da cisão;

- (o) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre propriedade, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sobre suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, da Emissora exceto: (i) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos; (ii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas exigidos pelo poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão celebrado pela Emissora; e (iii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas já existentes na Data de Emissão das Debêntures;
- (p) a Emissora conceder ou tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos (“intercompany”) para ou de quaisquer sociedades do grupo econômico da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- (q) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (r) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Primav Construções e Comércio S.A. e/ou da Impregilo International Infrastructures N.V. do controle acionário da Emissora, exceto no caso em que a referida troca de controle não resulte em rebaixamento do rating da Emissão em relação ao rating da mesma no momento imediatamente anterior ao da troca de controle. Para efeitos desse item serão considerados como válidos os ratings da Standard&Poor’s, Fitch ou a classificação equivalente pela Moody’s;
- (s) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente;
- (t) transformação da Emissora ou Fiadora em sociedade limitada;
- (u) a Fiadora deixar de deter o controle direto da Emissora, exceto se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. tornar-se a nova controladora, ou se a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. deixar de ser a controladora indireta da Emissora;
- (v) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à Fiança prestada pela Fiadora e/ou dos Contratos de Garantia;
- (w) não captar novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos ou qualquer outra forma de tomada de recursos, exceto financiamento direto junto ao BNDES, a partir da data da integralização das Debêntures que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e
- (x) não observância dos seguintes Covenants Financeiros, todos a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de março de 2011 (exceto para a alínea “iii” abaixo, que somente será observada trimestralmente a partir do cancelamento da Fiança conforme o disposto na Cláusula 6.12.1 e 6.12.2 da Escritura), com base nas últimas demonstrações financeiras da Emissora, sendo as demonstrações financeiras trimestrais revisadas, e as anuais auditadas:

- (i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e
- (iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.

“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$$

Onde:

i. considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

ii. considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;

iii. considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

$$(+)\text{ Ativo Circulante } (-)\text{ caixa, bancos e aplicações financeiras } - \text{ Passivo Circulante } (-)\text{ Dívida de curto prazo}$$

iii.1. Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.

iii.2. Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no

curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.

iii.3. Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;

iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e

v. considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora; durante o referido período.

“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante

A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (j), (m), (n), (o), (p), (q), (s), (u), (t), (v) e (w) acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere este item deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na Assembleia mencionada acima, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração

das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos da Escritura.

O investidor deve ler a seção “Fatores de Risco – Fatores de Risco Relativos à Oferta e às Debêntures – As obrigações da Emissora constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.”, na página 72 deste Prospecto.

Publicidade

Exceto pelo aviso ao mercado a que se refere o artigo 53 da Instrução CVM 400, pelo Anúncio de Início, pelo Anúncio de Encerramento e por eventuais outros avisos aos investidores que sejam publicados até a data de publicação do Anúncio de Encerramento, que somente serão publicados no jornal “Brasil Econômico”, todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso, no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal “Diário de Notícias”, sempre imediatamente após a ciência do ato a ser divulgado. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e a publicação, na forma de aviso, no jornal a ser substituído.

ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

Convocação

Os Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e da Escritura.

Instalação

A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações.

Para os efeitos da Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, Fiadora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

Deliberações

Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação.

As alterações referentes ao prazo de vigência das Debêntures, às datas de amortização de principal, à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, qualquer modificação na cláusula de Vencimento Antecipado, alteração dos termos e condições da Fiança ou dos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

Toda e qualquer alteração nas cláusulas ou condições previstas na Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos na Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

Representantes Legais

Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Fiadora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

Comparecimento do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

Aplicação da Lei das Sociedades por Ações

Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a Assembleia Geral de acionistas.

CONTRATO DE DISTRIBUIÇÃO

O Contrato de Distribuição está disponível para consulta e cópia na sede da Emissora e dos Coordenadores indicada na seção “Identificação da Emissora, dos Administradores, dos Coordenadores, dos Consultores e dos Auditores”, na página 14 deste Prospecto.

Regime de Colocação

Observadas as condições previstas no Contrato de Distribuição, os Coordenadores realizarão a colocação, em regime de garantia firme, de 350.000 Debêntures, no prazo de até três dias úteis contados da data de publicação do Anúncio de Início, exceto para as Debêntures Adicionais, as quais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação. O Coordenador Líder e o Coordenador se comprometem a estruturar a Emissão em regime de garantia firme de liquidação para a totalidade das Debêntures da oferta base, pelo preço de subscrição das Debêntures, sem solidariedade entre os Coordenadores, respeitando os volumes conforme previstos na tabela abaixo.

Na eventualidade do exercício da garantia firme pelos Coordenadores, a mesma será exercida por ambos, respeitados o volume máximo de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), conforme a proporção da tabela indicada abaixo:

Instituição	Valor da Garantia Firme (em R\$)	Quantidade de Debêntures	Proporção para cada Coordenador
Itaú IBBA	200.000.000,00	200.000	57,14%
Bradesco BBI	150.000.000,00	150.000	42,86%

O prazo máximo para a colocação das Debêntures será de cinco dias úteis, contados da data de publicação do Anúncio de Início (“Prazo de Colocação”). Até as 17h00 do último dia do Prazo de Colocação, o Coordenador Líder e Coordenador deverão exercer a garantia firme de subscrição sobre o saldo das Debêntures que não foram efetivamente colocadas, isto é, subscritas e integralizadas, observando-se a proporção indicada acima. O eventual exercício da garantia firme por parte dos Coordenadores será exercida sem solidariedade entre o Coordenador Líder e o Coordenador, observando-se a proporção indicada acima para cada Coordenador e limitado ao valor máximo de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais).

As Debêntures serão integralizadas à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, segundo os critérios de liquidação financeira da CETIP e/ou BM&FBOVESPA (“Data de Integralização”). As Debêntures serão subscritas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido da remuneração e da atualização das Debêntures, calculada pro rata temporis, desde a Data de Emissão até a Data de Integralização (“Preço de Subscrição”). As transferências realizadas por qualquer um dos Coordenadores à Emissora para instituição financeira diversa do respectivo Coordenador, relativas a valores porventura recebidos após as 16h00 da Data de Integralização, serão transferidos à Emissora no primeiro dia útil subsequente sem qualquer acréscimo ou penalidade.

Não será admitida a distribuição parcial das Debêntures, sendo que a Oferta somente será concluída em havendo a subscrição e integralização, durante o Prazo de Colocação, da totalidade das Debêntures. Os Coordenadores serão responsáveis pela subscrição e integralização das Debêntures objeto de garantia firme que não tenham sido subscritas e integralizadas no âmbito da Oferta, sendo a responsabilidade dos Coordenadores limitada à quantidade de Debêntures alocada para cada Coordenador, nos termos do Contrato de Distribuição. Adicionalmente, as Debêntures da 1ª Série, as Debêntures da 2ª Série, as Debêntures da 3ª Série e as Debêntures da 4ª Série serão oferecidas aos investidores em quantidades iguais de modo que a quantidade de Debêntures de cada uma das Séries a ser emitida deverá ser a mesma quantidade de Debêntures das demais.

Os Coordenadores poderão, a qualquer momento após a publicação do Anúncio de Encerramento e até a Data de Vencimento, revender as Debêntures eventualmente adquiridas em virtude do exercício da garantia firme de colocação, pelo saldo não amortizado do Valor Nominal Unitário atualizado pela Remuneração aplicável às Debêntures, conforme o caso, com ou sem aplicação de ágio ou deságio, conforme o caso, de acordo com a demanda do mercado e as condições mercadológicas prevalentes à época da Oferta. A revenda das Debêntures aqui mencionada deverá ser efetuada em observância à regulamentação aplicável.

O Preço de Integralização das Debêntures será o correspondente ao Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data da sua efetiva subscrição e integralização, nos termos da Escritura de Emissão.

Plano da Oferta

Os Coordenadores iniciarão a Oferta após o registro da Oferta junto à CVM, a publicação do Anúncio de Início e a disponibilização do Prospecto Definitivo ao público investidor. A colocação das Debêntures junto ao público investidor será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP; e do BOVESPAFIX, administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA.

Observadas as disposições da regulamentação aplicável, os Coordenadores realizarão a Oferta conforme o plano da Oferta adotado em conformidade com o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400, o qual leva em consideração as relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica dos Coordenadores e da Emissora, devendo assegurar: (i) que o tratamento conferido aos investidores seja justo e equitativo; (ii) a adequação do investimento ao perfil de risco do público alvo da Oferta; e (iii) que os representantes dos Coordenadores recebam previamente exemplares dos Prospectos para leitura obrigatória e que suas dúvidas possam ser esclarecidas por pessoas designadas pelos Coordenadores.

As Debêntures serão objeto de distribuição pública, sob regime de garantia firme de colocação até o limite de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) descrito acima. Não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes mínimos ou máximos, sendo que, em caso de excesso de demanda, os Coordenadores, com expressa anuência da Emissora, organizarão a colocação das Debêntures perante os investidores interessados, podendo levar em conta suas relações com clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica. As Debêntures serão colocadas junto a pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimento, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados assim considerados pelas regras vigentes no país, levando em conta o perfil de risco dos destinatários da Emissão. O eventual exercício da garantia firme por parte dos Coordenadores será exercida na taxa teto do Procedimento de *Bookbuilding* e de forma proporcional entre as Séries, observado ainda o limite da garantia firma prestada por cada Coordenador.

Público Alvo da Oferta

O público alvo da Oferta é composto por investidores institucionais ou qualificados, conforme definido no artigo 109 da Instrução CVM 409, podendo, entretanto, ser atendidos outros investidores, pessoas físicas ou

jurídicas, não qualificados, clientes dos Coordenadores, que tenham amplo conhecimento dos termos, condições e riscos inerentes às Debêntures, bem como acesso aos Prospectos.

Pessoas Vinculadas

Não houve participação de Pessoal Vinculada no Procedimento de *Bookbuilding*.

Caso houvesse participação de Pessoas Vinculadas e o Coordenador Líder verificasse excesso de demanda superior em um terço da quantidade total de Debêntures ofertadas, em observância ao artigo 55 da Instrução CVM 400 as ordens de Pessoas Vinculadas sejam automaticamente canceladas.

Estabilização de Preços e Garantia de Liquidez

Não serão celebrados contrato de estabilização de preços ou contrato de garantia de liquidez tendo por objeto as Debêntures.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E OS COORDENADORES

Relacionamento entre a Companhia e o Itaú BBA

Além do relacionamento referente à Oferta descrito neste Prospecto, a Emissora ou sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relacionamento comercial com o Coordenador Líder e/ou com as sociedades integrantes de seu conglomerado econômico, incluindo operações financeiras dentre as quais se destacam, na data deste Prospecto, as seguintes operações com a Emissora, e/ou suas sociedades controladas:

- (i) serviços financeiros de cash management, especificamente, (a) serviços de cobrança bancária, que foram contratados em 2001, por prazo indeterminado, totalizando um valor médio mensal de aproximadamente R\$70 milhões. Não mantemos junto ao Coordenador Líder nenhum contrato de remuneração para este serviço; (b) serviços de folha de pagamentos, que foram contratados em 2001, por prazo indeterminado, para atender aproximadamente 1.700 funcionários da EcoRodovias Infraestrutura e/ou controladas diretas ou indiretas, totalizando um valor médio mensal de aproximadamente R\$2,5 milhões. Não mantemos junto ao Coordenador Líder nenhum contrato de remuneração para este serviço; e (c) prestação de serviços cobrança SISPAG/boletos, que foram contratados em 2001, por prazo indeterminado, totalizando um valor médio mensal de aproximadamente R\$45 milhões. Não mantemos junto ao Coordenador Líder nenhum contrato de remuneração para este serviço;
- (ii) aplicações financeiras em CDBs e/ou operações de debêntures compromissadas com diversas empresas do grupo da Emissora, em valor total aproximado de R\$0,1 milhão, com variados prazos de vencimento;

- (iii) operações de fiança Finame e leasing, perfazendo montante total aproximado de R\$3,7 milhões, conforme a tabela abaixo:

Tipo de operação	Tomador/ Devedor	Data do Contrato	Data de Vencimento	Valor Tomado	Saldo em Aberto na data deste Prospecto Preliminar	Indexador
Leasing	Ecovias dos Imigrantes	23/12/2009	23/12/2012	R\$590.000,00	R\$427.319,81	Pré-fixado
Leasing	Ecovias dos Imigrantes	07/06/2013	07/06/2013	R\$594.000,00	R\$498.386,68	Pré-fixado
Fiança	Ecovias dos Imigrantes	26/11/2007	30/10/2012	R\$1.789.380,02	R\$2.156.433,96	Pré-fixado
Leasing	EcoCataratas	24/03/2010	24/03/2013	R\$528.750,00	R\$420.276,05	Pré-fixado
Finame	Ecopátio Cubatão	11/09/2009	16/12/2013	R\$236.352,86	R\$220.068,02	TJLP

- (iv) O Coordenador Líder detém em carteira própria 10 notas promissórias da quinta emissão de notas promissórias comerciais de distribuição pública da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, com emissão em 13 de dezembro de 2010 e vencimento em 10 de abril de 2011, no valor total de aproximadamente R\$371 milhões.

A EcoRodovias Concessões, nossa Controladora, contratou o Itaú BBA para atuar como Coordenador Líder em sua 1ª emissão de debêntures simples, com valor nominal unitário de R\$1.000,00, totalizando R\$600.000.000,00, emitidas em 15 de novembro de 2009, em três séries, da forma nominativa e escritural, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real de alienação fiduciária de 51% das ações detidas pela EcoRodovias Infraestrutura no capital social e no capital votante da EcoRodovias Concessões, bem como cessão fiduciária de direitos creditórios devidos à EcoRodovias Concessões e/ou à EcoRodovias Infraestrutura decorrentes de dividendos e juros sobre capital próprio que venham a ser declarados ou pagos pela Ecovia Caminho do Mar, pela Ecosul ou pela Ecocataratas para a EcoRodovias Concessões e/ou para nós, e garantia adicional fidejussória de aval prestada por nós.

A EcoRodovias Infraestrutura e a Primav Construções e Comércio S.A., nossos controladores indiretos, em conjunto com a CR Almeida S.A. - Engenharia de Obras, contrataram o Itaú BBA, para atuar como coordenador líder na oferta inicial de distribuição primária de 92.000.000 e de distribuição secundária de 33.220.000 ações ordinárias, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames. A Oferta foi realizada em 30 de abril de 2010 e totalizou o no valor de aproximado de R\$ 1.400 milhões de reais.

Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta, não há qualquer remuneração a ser paga, por nós, ao Coordenador Líder ou sociedades do seu conglomerado econômico cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Ação, exceção feita a eventuais ganhos decorrentes das atividades de estabilização das nossas Debêntures. Poderemos, no futuro, contratar o Coordenador Líder ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos assessorar na realização de investimentos em quaisquer outras operações necessárias para a condução das atividades da EcoRodovias Infraestrutura, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Debêntures com seus clientes. O Coordenador Líder e/ou suas afiliadas poderão adquirir Debêntures na Oferta como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta.

RELACIONAMENTO ENTRE A EMISSORA E O BRADESCO BBI

Na data deste Prospecto, além do relacionamento relativo à Oferta, a Companhia não manteve e não mantém qualquer relacionamento comercial com o Bradesco BBI e com sociedades pertencentes ao seu conglomerado.

A Emissora poderá, no futuro, contratar o Bradesco BBI ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-la, inclusive na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução de suas atividades.

CUSTOS ESTIMADOS DA OFERTA

A tabela abaixo demonstra o custo estimado da Oferta, calculada com base no valor na Data de Emissão, assumindo a colocação da totalidade das Debêntures.

Custos	Valor Total (R\$)	Valor por Debênture (R\$) ⁽¹⁾	% do Valor Total da Oferta
Comissão de Estruturação e Coordenação	1.850.000,00	5,00	0,50%
Comissão de Colocação	1.850.000,00	5,00	0,50%
Prêmio de Garantia Firme	1.750.000,00	4,73	0,47%
Comissão de Sucesso	1.825.662,99	4,93	0,49%
Tributos incidentes sobre o comissionamento	1.087.771,44	2,94	0,29%
Despesas com Publicidade	150.000,00	0,41	0,04%
Prospectos	30.000,00	0,08	0,01%
Agência de Classificação de Risco	33.516,00	0,09	0,01%
Taxa de Registro na CVM	249.000,00	0,67	0,07%
Taxa de Registro na ANBIMA	12.000,00	0,03	0,00%
Despesas Estimadas	10.000,00	0,03	0,00%
Assessores Legais	370.000,00	1,00	0,10%
Auditores	350.000,00	0,95	0,09%
Outras ⁽²⁾	0	0	0
Total dos Custos	9.567.950,43	25,86	2,59%
Valor Líquido para Emissora	360.432.049,57	974,14	97,41%

⁽¹⁾ O custo da Oferta por Debêntures corresponde ao quociente obtido pela divisão do custo total da Oferta pelo número de Debêntures.

⁽²⁾ Inclui despesas gerais, incluindo despesas com roadshow.

INADEQUAÇÃO DA OFERTA A CERTOS INVESTIDORES

O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (i) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (ii) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado e/ou do setor de distribuição de energia elétrica. Os investidores devem ler a seção “Fatores de Risco”, iniciada na página 70 deste Prospecto, em conjunto com os com as seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” iniciadas nas páginas A-14 e A-46, respectivamente, do Formulário de Referência.

MANIFESTAÇÃO DE ACEITAÇÃO À OFERTA

Os investidores a partir da data de publicação do Anúncio de Início deverão manifestar sua aceitação à Oferta ao Coordenador Líder, por meio dos procedimentos da CETIP e da BM&FBOVESPA.

MANIFESTAÇÃO DE REVOGAÇÃO DA ACEITAÇÃO À OFERTA

Caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelo investidor ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta seja suspensa, nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta seja modificada, nos termos dos artigos 25 a 27 da Instrução CVM 400, o investidor poderá revogar sua aceitação à Oferta, devendo, para tanto, informar sua decisão aos Coordenadores: (i) até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data de disponibilização do Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima; e (ii) até às 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão ou modificação da Oferta, no caso das alíneas (b) e (c) acima, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

MODIFICAÇÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de modificação da Oferta. O pleito de modificação da Oferta presumir-se-á deferido caso não haja manifestação da CVM em sentido contrário no prazo de dez dias úteis, contado do seu protocolo na CVM. Tendo sido deferida a modificação, a CVM poderá, por sua própria iniciativa ou a requerimento do ofertante, prorrogar o prazo da Oferta por até 90 dias. É sempre permitida a modificação da Oferta para melhorá-la em favor dos investidores ou para renúncia a condição da Oferta estabelecida pela Emissora.

A modificação deverá ser divulgada imediatamente através de meios ao menos iguais aos utilizados para a divulgação da Oferta e os Coordenadores deverão se acautelar e se certificar, no momento do recebimento das aceitações da Oferta, de que o manifestante está ciente de que a Oferta original foi alterada e de que tem conhecimento das novas condições. Nesse caso, os investidores que já tiverem aderido à Oferta deverão ser comunicados diretamente a respeito da modificação efetuada, para que confirmem, até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a modificação da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

SUSPENSÃO DA OFERTA

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (i) poderá suspender, a qualquer tempo, a Oferta se (a) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (b) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta; e (ii) deverá suspender a Oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis.

O prazo de suspensão da Oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da Oferta e cancelar o respectivo registro, aplicando-se, neste caso, o disposto no item “Cancelamento ou Revogação da Oferta”, na página 65 deste Prospecto. A Emissora deverá dar conhecimento da suspensão aos investidores que já tenham aceitado a Oferta, facultando-lhes a possibilidade de revogar a aceitação até as 16 horas do quinto dia útil subsequente à data em que foi comunicada por escrito a suspensão da Oferta, o interesse em revogar sua aceitação à Oferta, presumindo-se, na falta da manifestação, o interesse do investidor em não revogar sua aceitação. Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, o referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

CANCELAMENTO OU REVOGAÇÃO DA OFERTA

Nos termos dos artigos 19 e 20 da Instrução CVM 400, a CVM poderá cancelar, a qualquer tempo, a Oferta se (i) estiver se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro da Oferta; ou (ii) for havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro da Oferta. A rescisão do Contrato de Distribuição importará no cancelamento do registro da Oferta. Nos termos do artigo 25 e seguintes da Instrução CVM 400, havendo, a juízo da CVM, alteração substancial, posterior e imprevisível nas circunstâncias de fato existentes quando da apresentação do pedido de registro da Oferta, ou que o fundamentem, acarretando aumento relevante dos riscos assumidos pela Emissora e inerentes à própria Oferta, a CVM poderá acolher pleito de revogação da oferta.

Se o investidor revogar sua aceitação e se o investidor já tiver efetuado o pagamento do Preço de Integralização, referido Preço de Integralização será devolvido sem juros ou correção monetária, sem reembolso e com dedução dos valores relativos aos tributos e encargos incidentes, se existentes, no prazo de três dias úteis contados da data da respectiva revogação.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES

O Prospecto Definitivo está disponível nos seguintes endereços e páginas da Internet: (i) **Companhia** (www.ecopistas.com.br (neste *website* acessar “Dados Econômico-Financeiros”, no item “Debêntures” acessar o subitem “Prospecto Definitivo”); (ii) **Itaú BBA** (<http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp>); (iii) **Bradesco BBI** (www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas, neste *website* acessar “Ecopistas”, no item “Debêntures” e

depois acessar “Prospecto Definitivo”) (iv) **BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros** (www.bmfbovespa.com.br/rendafixa, nessa página, selecionar “**Debêntures**” no menu à esquerda, e, posteriormente, clicar no *link* “**Prospectos**” no menu à esquerda. Neste item, no campo “**Emissor**”, selecionar a “**Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**” e clicar em “**ok**”, e, neste item, clicar no *link* do Prospecto Definitivo); (v) **CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos** (www.cetip.com.br, nessa página, acessar “**Ativos**” e, em seguida, selecionar “**Debêntures**” em “**Títulos Privados de Renda Fixa**”. Na sequência, selecionar “**Prospectos**”, no menu à direita, e, neste item, acessar o Prospecto Definitivo no *link* ao lado do nome **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**); (vi) **Comissão de Valores Mobiliários – CVM** (www.cvm.gov.br, nessa página, acessar, em “**acesso rápido**”, o item “**ITR, DFP, IAN, IPE e outras Informações**” e digitar “**Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**” no campo disponível e, em seguida, acessar “**Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**”, posteriormente em “**Prospecto de Distribuição Pública**” e clicar em “**Consultar**” no quadro Prospecto Definitivo); e (vii) **ANBIMA - Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais** (<http://cop.anbid.com.br/webpublic/OfferList.aspx>, nesse *site*, no campo “**Emissor/Ofertante**”, digitar **Ecopistas** e clicar em “**Pesquisar**”. Na sequência, selecionar a oferta pública de “**Debêntures**” e, neste item, clicar no *link* para o Prospecto Definitivo na seção “**Documentação**”).

CRONOGRAMA ESTIMADO DAS ETAPAS DA OFERTA

Encontra-se abaixo um cronograma estimado das principais etapas da Oferta:

N.º	Evento	Data de Realização/ Data Prevista ⁽¹⁾⁽²⁾
1.	Protocolo na CVM do pedido registro da Oferta	05/10/2010
2.	Publicação do Aviso ao Mercado	
	Disponibilização do Prospecto Preliminar	19/01/2011
	Início das Apresentações a Potenciais Investidores	
3.	Encerramento das Apresentações a Potenciais Investidores	25/01/2011
4.	Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	18/02/2011
5.	Registro da Oferta na CVM	10/03/2011
6.	Disponibilização deste Prospecto Definitivo	11/03/2011
7.	Publicação do Anúncio de Início com a divulgação do resultado do Procedimento de <i>Bookbuilding</i>	15/03/2011
8.	Liquidação da Oferta	15/03/2011
9.	Publicação do Anúncio de Encerramento	17/03/2011

⁽¹⁾ As datas previstas para os eventos futuros são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, atrasos e antecipações sem aviso prévio, a critério da Emissora e do Coordenador Líder.

⁽²⁾ Caso ocorram alterações das circunstâncias, suspensão, prorrogação, revogação ou modificação da Oferta, tal cronograma poderá ser alterado. Para informações sobre manifestação de aceitação à Oferta, manifestação de revogação da aceitação à Oferta, modificação da Oferta, suspensão da Oferta e cancelamento ou revogação da Oferta, ver seções "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Aceitação à Oferta", na página 64 deste Prospecto, "Informações Sobre a Oferta – Manifestação de Revogação da Aceitação da Oferta", na página 64 deste Prospecto, "Informações Sobre a Oferta – Modificação da Oferta", na página 64 deste Prospecto, "Informações Sobre a Oferta – Suspensão da Oferta", na página 65 deste Prospecto e "Informações Sobre a Oferta – Cancelamento ou Revogação da Oferta", na página 65 deste Prospecto.

Quaisquer comunicados ao mercado relativos à Oferta serão informados por meio de publicação de aviso no jornal "Diário de Notícias" e na página da Emissora na rede mundial de computadores (www.ecopistas.com.br).

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

Na data deste Prospecto, a Emissora havia contratado com o Coordenador Líder as operações de empréstimo mencionadas na seção “Informações Sobre a Oferta – Relacionamento entre a Emissora e o Coordenador Líder”, conforme página 61 deste Prospecto.

A intenção do Coordenador Líder com a concessão dos créditos acima descritos foi receber a remuneração decorrente dos juros e taxas cobrados.

Não há qualquer conflito de interesse decorrente da concessão dos empréstimos acima descritos.

Não há quaisquer títulos ou obrigações com o Coordenador Líder concedendo direito de subscrição de ações representativas do capital social da Emissora, incluindo, mas não se limitando a, bônus de subscrição e/ou opções.

Adicionalmente, exceto pela remuneração prevista na seção “Informações Sobre a Oferta – Custos Estimados da Oferta”, na página 63 deste Prospecto, não há qualquer outra a ser paga pela Emissora ao Coordenador Líder cujo cálculo esteja relacionado ao Preço de Integralização das Debêntures.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Recebemos pelas Debêntures recursos líquidos no montante de aproximadamente R\$360,4 milhões provenientes da emissão das 370.000 (trezentas e setenta mil) debêntures, considerando o exercício da opção das Debêntures do Lote Adicional, após a dedução das comissões devidas aos Coordenadores e das despesas estimadas relativas à Oferta.

Os recursos obtidos por meio da integralização das Debêntures, imediatamente após a liquidação financeira das Debêntures, serão integralmente destinados para o pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia, emitidas em 13 de dezembro de 2010, no montante R\$371,0 milhões, correspondentes a 10 notas no valor nominal unitário de R\$37,1 milhões, com prazo de vencimento de 120 dias a contar da data de emissão, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos na cártula da 5ª emissão de notas promissórias da Companhia.

Na presente data, o valor total aproximado da dívida decorrente da emissão das referidas notas promissórias da 5ª emissão da Companhia, cujos recursos foram utilizados exclusivamente para o refinanciamento das notas promissórias da 4ª emissão Companhia, é de R\$374 milhões. Para mais informações acerca destas e das demais emissões de notas promissórias da Companhia, vide seção “6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais passaram a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas” na página A-60 do Formulário de Referência.

FATORES DE RISCO

O investimento em nossas Debêntures envolve alto grau de risco. Os potenciais investidores devem considerar cuidadosamente os riscos descritos abaixo antes de tomar uma decisão de investimento nas Debêntures. Nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais podem ser afetados de maneira adversa por quaisquer desses riscos. Os potenciais investidores podem perder parte substancial ou todo o seu investimento. Os riscos descritos abaixo são aqueles que atualmente acreditamos que poderão afetar os investidores de maneira adversa, podendo riscos adicionais e incertezas atualmente não conhecidos, ou que atualmente consideramos irrelevantes, também prejudicar nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais de maneira significativa. Para os fins desta seção, a indicação de que um risco, incerteza ou problema pode ou terá “um efeito adverso para a Companhia” ou nos “afetará adversamente” significa que o risco, incerteza ou problema pode resultar em um efeito material adverso em nossos negócios, condições financeiras, resultados de operações, fluxo de caixa e/ou perspectivas e/ou o preço de mercado das Debêntures.

Informações sobre os Fatores de Risco relativos ao Brasil, a nós e ao nosso setor de atuação, encontram-se no Formulário de Referência, nos termos da Instrução CVM 480. Vide seções “4. Fatores de Risco” e “5. Riscos de Mercado” nas páginas A-14 e A-46, respectivamente, do Formulário de Referência da Companhia.

RISCOS RELACIONADOS ÀS DEBÊNTURES

A limitação na execução das Garantias poderá afetar o recebimento do valor do crédito dos Debenturistas.

Caso venha a ser declarado o vencimento antecipado das obrigações assumidas por nós no âmbito da Oferta, seu eventual pagamento dependerá, principalmente, do sucesso da excussão das Garantias. O processo de excussão da garantia fidejussória das Debêntures, tanto judicial quanto extrajudicial, também pode ser demorado e seu sucesso está sujeito a diversos fatores que estão fora do controle da Emissora. Ademais, a Garantidora poderá não ter recursos ou bens suficientes para honrar o pagamento integral das obrigações decorrentes das Debêntures e de outras obrigações da Companhia para as quais a Garantidora tenha prestado fiança e que vençam antecipadamente. O processo de excussão da garantia real das Debêntures, que serão compartilhadas com o BNDES, tanto judicial quanto extrajudicial, pode ser demorado e seu sucesso depende de diversos fatores que não estão sob nosso controle ou de nossos respectivos credores. Na hipótese de excussão da garantia representada pelo penhor das ações ordinárias, a transferência e a alienação extrajudicial destas ações dependerá de prévia anuência da ARTESP, de acordo com o artigo 27, caput, parágrafo primeiro e incisos I e II, e com o artigo 28, caput, da Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e de acordo com o Contrato de Concessão. O produto da excussão das Garantias pode não corresponder aos valores pelos quais referidos direitos e/ou ativos foram avaliados ou pode não ser suficiente para pagar integralmente ou até mesmo parcialmente o saldo devedor das Debêntures.

Requeremos nosso registro de companhia aberta na categoria B perante a CVM, sendo que tal categoria não permite que nossas ações sejam negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários. Assim, as ações dadas em garantia não possuem nenhuma liquidez, o que pode afetar adversamente o seu preço de venda, em caso de exercício da garantia real. Ademais, a venda das ações objeto da garantia real que

resultar em alteração de nosso controle acionário está condicionada à aprovação prévia da ARTESP, o que pode resultar em atrasos no processo de venda e na limitação dos participantes no processo de alienação das referidas ações.

Além disso, observados os termos do artigo 28 da Lei de Concessões, a cessão fiduciária dos direitos emergentes da Concessão deve observar o limite que não comprometa nossa operacionalização e a continuidade da prestação do serviço. Tendo em vista o disposto na referida lei, o produto da excussão das garantias que serão compartilhadas com o BNDES deverá ser utilizado com os pagamentos abaixo descritos na seguinte ordem:

- (a) de tributos incidentes sobre a receita de pedágio da Emissora, a saber, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza — ISS, a Contribuição para o Programa de Integração Social — PIS, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social — COFINS, e tributos incidentes sobre o resultado, a saber, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica — IRPJ, e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido — CSLL;
- (b) de despesas de operação e manutenção de rotina da rodovia, observados os valores acordados no Contrato de Concessão, corrigidos pelo IPCA data base julho de 2008, como limite total mensal máximo para tais despesas, referente ao Lote 23;
- (c) à ARTESP do valor mensal variável correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio efetivamente obtida pela Emissora no mês anterior ao pagamento; e
- (d) das obrigações garantidas pelas Garantias, na proporção do saldo devedor para cada credor acrescido das respectivas remunerações, calculados *pro rata temporis* até a data do efetivo pagamento.

Tal limitação pode fazer com que o montante dos créditos cedidos em garantia não seja suficiente para o pagamento do saldo devedor das Debêntures, em caso de vencimento antecipado.

As Garantias (exceto a fiança da Garantidora) serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias e sua execução de forma eficiente poderá depender de uma ação conjunta e coordenada dos credores.

Quando constituídas, as Garantias da presente Emissão (exceto a fiança da Garantidora) serão compartilhadas com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias, contrato esse que prevê a possibilidade dos credores executarem as garantias em conjunto ou separadamente, conforme opção dos credores à época, caso ocorra o vencimento antecipado das Debêntures ou do financiamento do BNDES e sem guardar ordem de preferência entre os credores. Segundo referido contrato, eventuais valores arrecadados após a excussão das Garantias serão utilizados para os pagamentos identificados no fator de risco anterior e o saldo será rateado entre os credores, na proporção de sua participação no total atualizado da dívida no momento da execução.

Diante disso, o produto da execução das Garantias pode não ser suficiente para satisfação de todos os credores, inclusive os Debenturistas. Ademais, eventuais conflitos entre os Credores poderão resultar em

atrasos na excussão das Garantias ou na execução das Garantias da forma não mais eficiente, o que pode resultar em prejuízos aos credores.

A indenização devida na hipótese de caducidade da concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente, cujos créditos serão cedidos em garantia do cumprimento das obrigações das Debêntures, em compartilhamento com o BNDES, pode ser insuficiente.

Em caso de descumprimento do contrato de concessão ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da concessão, ou seja, a concessão poderá ser extinta por decreto do Órgão da Administração Pública Direta, outorgante da concessão à Companhia (“Poder Concedente”) e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos pela concessionária.

Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com nossos empregados.

Com o resgate das notas promissórias comerciais da 5ª emissão Emissora, os créditos de indenização devidos pelo Poder Concedente também serão cedidos em garantia do cumprimento das obrigações das Debêntures, em compartilhamento com o BNDES. A indenização devida na hipótese de caducidade da concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente pode ser insuficiente para honrarmos nossos compromissos com terceiros, com nossos empregados ou com os Debenturistas.

Término Antecipado da Concessão.

O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária, ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

Não há garantias da capacidade de pagamento da Garantidora.

As Debêntures da presente Oferta possuem garantia fidejussória prestada pela Garantidora, sociedade holding que é nossa controladora e que controla também outras empresas. A Garantidora obtém sua receita principalmente por meio da distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio de suas controladas e, portanto, depende da distribuição do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas.

Algumas das controladas da Garantidora são, ou podem no futuro, estar sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a transferência de capital para a Garantidora e/ou requeiram que as demais dívidas de suas controladas estejam subordinadas às dívidas incorridas sob tais contratos de empréstimo. Inclusive, atualmente os dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outras distribuições declaradas ou pagas

pela Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e a própria Ecopistas foram dadas em cessão fiduciária em contratos de investimentos das dívidas vigentes. Além disso, algumas das controladas da EcoRodovias Infraestrutura, no caso Ecorodovias Concessões, a própria Ecopistas e Ecovias dos Imigrantes, celebraram contratos de empréstimo, que limitam a distribuição de dividendos em caso de atraso no pagamento das obrigações estipuladas em referidos contratos. Ainda, a Garantidora é também fiadora em financiamentos de outras controladas como Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas, Ecosul e da própria Companhia. Assim, não há garantias de que suas controladas apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio à Garantidora, ou então de que honrarão as obrigações que também são garantidas pela Garantidora, o que pode limitar ou restringir completamente a capacidade de a Garantidora honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento de nossa Companhia.

Nossas obrigações constantes da Escritura de Emissão estão sujeitas a hipóteses de vencimento antecipado.

A Escritura de Emissão estabelece hipóteses de vencimento antecipado (automático ou não) de nossas obrigações. Caso ocorra a declaração do vencimento antecipado das Debêntures, todas as nossas obrigações objeto da Escritura de Emissão deverão ser declaradas antecipadamente vencidas e deverá ocorrer o imediato pagamento, por nós, do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures devidamente atualizado, acrescido do rendimento calculado *pro rata temporis*, e demais encargos. Não há garantias de que disporemos de recursos suficientes em caixa para, no caso de vencimento antecipado das Debêntures, fazer face ao respectivo pagamento, hipótese em que poderemos sofrer um impacto negativo relevante em nossos resultados e operações, podendo os investidores sofrer um prejuízo relevante neste caso, com a perda parcial ou total dos valores investidos. Para mais informações, vide seção “Informações Relativas à Oferta – Vencimento Antecipado”, na página 51 deste Prospecto.

Volatilidade e liquidez dos mercados de títulos brasileiros; a baixa liquidez do mercado secundário brasileiro para negociação de debêntures poderá dificultar a venda das Debêntures e afetar o valor recebido pelos investidores em caso de venda.

Os mercados de títulos brasileiros são substancialmente menores, menos líquidos, mais concentrados e mais voláteis do que os principais mercados de títulos americanos e europeus, e não são tão regulamentados ou supervisionados como estes.

Os investimentos em títulos brasileiros, tal como as Debêntures, estão sujeitos a riscos econômicos e políticos, envolvendo, dentre outros: (a) mudanças nos ambientes regulatório, fiscal, econômico e político que podem afetar a capacidade dos investidores de receber pagamentos, no todo ou em parte, com relação a seus investimentos; (b) restrições a investimentos estrangeiros e a repatriação de capital investido; e (c) a capitalização de mercado relativamente pequena e a liquidez dos mercados de títulos brasileiros, que podem limitar substancialmente a capacidade de negociar as Debêntures ao preço e no momento desejado.

Adicionalmente, o mercado secundário existente no Brasil para negociação de debêntures: (a) apresenta historicamente baixa liquidez, e não há nenhuma garantia de que existirá no futuro um mercado para negociação das Debêntures que permita aos Debenturistas sua alienação ao preço e no momento desejado; e (b) pode ser negativamente afetado por uma crise no mercado de dívida local ou internacional, fazendo

com que os titulares das Debêntures possam ter dificuldade em realizar a venda desses títulos no mercado secundário.

Eventual rebaixamento na classificação de risco das Debêntures emitidas no âmbito desta Oferta poderá acarretar redução de liquidez das Debêntures para negociação no mercado secundário.

Para se realizar uma classificação de risco (*rating*), certos fatores relativos à nossa Companhia são levados em consideração, tais como nossa condição econômico-financeira, administração e desempenho. São analisadas, também, características da Oferta e das Debêntures, assim como as obrigações assumidas por nós e os fatores político-econômicos que podem afetar nossa condição financeira.

As avaliações representam uma opinião quanto às nossas condições de honrar nossos compromissos financeiros, tais como pagamento do principal e juros no prazo estipulado. A classificação de risco atribuída a esta Oferta baseia-se na condição e nas informações quando da respectiva Oferta. Não existe garantia de que a classificação de risco permanecerá inalterada durante a vigência das Debêntures. Um eventual rebaixamento de nossa classificação de risco ou da classificação de risco da Oferta durante a vigência das Debêntures poderá afetar negativamente o preço desses valores mobiliários bem como sua negociação no mercado secundário.

Adicionalmente, alguns dos principais investidores que adquirem valores mobiliários por meio de ofertas públicas no Brasil (tais como entidades de previdência complementar) estão sujeitos a regulamentações específicas que condicionam seus investimentos em valores mobiliários a determinadas classificações de risco. Assim, o rebaixamento da classificação de risco da Oferta pode obrigar esses investidores a alienar suas Debêntures no mercado secundário, podendo vir a afetar negativamente o preço dessas Debêntures e sua negociação nesse mercado.

Um eventual rebaixamento da classificação de risco atribuída às Debêntures em nível igual ou inferior a “Aa2.br” pela Moody’s, em razão de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Primav Construções e Comércio S.A. e/ou da Impregilo International Infrastructures N.V. do controle acionário da Emissora, acarretará vencimento antecipado das obrigações decorrentes das Debêntures. Não há garantias de que disporemos de recursos suficientes em caixa para, no caso de vencimento antecipado das Debêntures, fazer face ao respectivo pagamento, hipótese em que poderemos sofrer um impacto negativo relevante em nossos resultados e operações, podendo os investidores sofrer um prejuízo relevante neste caso, com a perda parcial ou total dos valores investidos.

As Debêntures estão sujeitas a eventual oferta de resgate antecipado, a critério da Emissora

A Companhia reserva-se o direito de, a seu livre e exclusivo critério e nos termos da Escritura de Emissão, realizar, a qualquer tempo, o resgate antecipado das Debêntures, o que ocasionará a redução do horizonte de investimento dos titulares de Debêntures. Nesse caso, os titulares de Debêntures poderão não conseguir reinvestir o montante percebido com o pagamento antecipado das Debêntures em modalidade de investimento que os remunere nos mesmos níveis das Debêntures.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta poderá ter um impacto adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures e na liquidez das Debêntures.

Nos termos do artigo 55 da Instrução CVM 400, caso não haja, na Oferta, excesso de demanda superior em um terço à quantidade de valores mobiliário ofertada, será permitida a participação de Pessoas Vinculadas, inclusive de sociedades integrantes do grupo econômico de nossos Acionistas Controladores. A participação de investidores que sejam Pessoas Vinculadas no Procedimento de *Bookbuilding* poderá causar um impacto adverso na definição da taxa de remuneração final das Debêntures, além de um impacto adverso na liquidez das Debêntures no mercado secundário.

CAPACIDADE DE PAGAMENTO

Nossos administradores, com base em análise de nossos indicadores de desempenho e de geração operacional de caixa, entendem que possuímos plenas condições para honrar nossas obrigações de curto e médio prazo, incluindo as Debêntures. Pretendemos pagar o montante principal da nossa dívida de curto e longo prazo descrito na Seção “Capitalização” na página 77 deste Prospecto, inclusive as Debêntures, e os respectivos juros, com recursos provenientes da nossa geração operacional de caixa.

Os fluxos de caixa de nossas atividades operacionais de investimento e de financiamento, em 30 de setembro de 2010, estão descritos na tabela a seguir:

(Em R\$ mil)

	Em 30 de setembro de 2010
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	51.903
Caixa líquido utilizados nas atividades de investimentos	(85.876)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	(43.207)
Redução do saldo do caixa e equivalentes a caixa	(77.180)

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir apresenta informações sobre: (i) nosso endividamento total efetivo, composto pelo endividamento de curto e longo prazo, debêntures e patrimônio líquido da Companhia, em 30 de setembro de 2010; e (ii) o endividamento ajustado para refletir os recursos líquidos recebidos com as Debêntures da presente Oferta, considerando o exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar.

<i>(em R\$ mil, exceto %)</i>	Em 30 de setembro de 2010			
	Efetivo	% do Total	Ajustado ⁽²⁾	% do Total
Endividamento	361.382	65,8%	343.204	64,7%
Endividamento de Curto Prazo	361.382	65,8%	-	0,0%
Endividamento de Longo Prazo	-	0,0%	-	0,0%
Debêntures	-	0,0%	343.204	64,7%
Patrimônio Líquido	187.611	34,2%	187.611	35,3%
Capitalização Total⁽¹⁾	548.993	100,0%	530.815	100,0%

(1) A capitalização total corresponde ao resultado da soma do total dos empréstimos e financiamentos com as Debêntures e o patrimônio líquido.

(2) Ajustado para refletir o recebimento dos recursos líquidos das Debêntures da presente Oferta, considerando o exercício da Opção de Debêntures Adicionais e da Opção de Lote Suplementar.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ANEXOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESTATUTO SOCIAL DA COMPANHIA E ALTERAÇÕES POSTERIORES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS
CNPJ/MF n.º 10.841.050/0001-55
NIRE 35.300.368.657

ATA DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 29 de setembro de 2010, às 11:00 horas, na sede social, na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.

CONVOCAÇÃO: Dispensada nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

PRESENÇA: Acionistas representando a totalidade do capital social.

MESA: Sr. Marcelino Rafart de Seras, designando como secretário o Sr. Federico Botto.

ORDEM DO DIA: Deliberar sobre: (i) a abertura de capital da Companhia, cujo registro deverá ser solicitado à Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Instrução da CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009 ("Instrução CVM 480"); (ii) a alteração do número de membros que compõem a Diretoria da Companhia e a criação da Diretoria de Relações com Investidores; (iii) a designação das atribuições de cada membro da Diretoria; e (iv) a atualização e consolidação do Estatuto Social da Companhia.

DELIBERAÇÕES: Os Acionistas presentes aprovaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições:

- i. a abertura de capital da Companhia, autorizando a Diretoria a praticar todos e quaisquer atos e assinar todos e quaisquer documentos necessários à implementação de tal deliberação, inclusive, mas a tanto não se limitando, com a apresentação de pedido de registro à CVM, nos termos da Instrução CVM 480;
- ii. a revisão do *caput* do artigo 12 do Estatuto Social, para alterar o número de membros que compõem a Diretoria da Companhia, que passará a ser composta por 03 (três) membros, e criar a Diretoria de Relações com Investidores. Dessa forma, o *caput* do artigo 12, do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: "**Art. 12.** A Diretoria da Sociedade é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes

no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente e um Diretor de Relações com Investidores”;

- iii. a revisão do artigo 13, designando a atribuição de cada um dos membros da Diretoria. Dessa forma, o artigo 13, do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação: *“Compete aos Diretores da Sociedade as responsabilidades a seguir definidas. § 1º. Ao Diretor Presidente compete: (a) exercer a direção geral dos negócios da Sociedade; (b) manter coordenação constante entre a Sociedade e demais empresas do Sistema EcoRodovias, bem como entre a Sociedade e o Conselho de Administração e, através deste, com a Assembleia Geral de Acionistas; (c) assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da Sociedade; (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais com a manifestação prévia do Conselho de Administração ou Assembleia Geral de Acionistas nas questões que envolvam matéria correlata à competência destes; (e) disponibilizar, com apoio dos serviços corporativos, as contas e os relatórios periódicos da Sociedade; (f) promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, através do Conselho de Administração; (g) adequar a organização da Sociedade às suas finalidades; (h) implementar o regimento interno e coordenar a elaboração do manual de organização da Sociedade; (i) formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral de Acionistas; (j) representar a Sociedade, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Superintendente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (k) com exclusividade e de modo isolado, receber citações, intimações e notificações judiciais, podendo para tanto constituir procurador; (l) certificar-se de que a Sociedade mantém adequadamente segurados, por seguradora renomada, todos os seus ativos passíveis de serem segurados; (m) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos auditores da Sociedade; e (n) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área. § 2º. Compete ao Diretor Superintendente, em alinhamento com o Diretor Presidente, a gestão executiva do Contrato de Concessão, a representação institucional da Sociedade e a garantia dos resultados pactuados com os acionistas, compreendendo: (a) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias para o fiel e tempestivo cumprimento do Contrato de Concessão, bem como, para o seu permanente equilíbrio econômico-financeiro; (b)*

cumprir os programas de investimentos e de conservação rodoviária da Sociedade, contando com apoios e serviços corporativos de engenharia; (c) dirigir e controlar as inspeções das estruturas, dos pavimentos, drenagens, edificações e obras civis diversas; (d) orientar e controlar ações de segurança em obras civis e serviços de conservação; (e) administrar e gerenciar os orçamentos e custos das obras civis e serviços de ampliação e conservação rodoviária; (f) dirigir, orientar e controlar as atividades operacionais do sistema rodoviário, conforme previstas no Contrato de Concessão; (g) dirigir e controlar as inspeções de rotina para a preservação e guarda do sistema rodoviário, bem como as operações de apoio ao trânsito; (h) orientar e controlar os serviços de limpeza de pista; (i) orientar e controlar ações de segurança de tráfego e de arrecadação de pedágio; (j) avaliar o equilíbrio entre eficiência e qualidade dos serviços operacionais; (k) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais; (l) orientar e controlar os serviços de assistência aos usuários; (m) administrar a frota de viaturas e a manutenção do equipamento rodoviário; (n) dirigir, orientar e controlar as atividades de negociação, comercialização e marketing inerentes às receitas acessórias da Sociedade, bem como identificar oportunidades de negócios logísticos; (o) supervisionar a atuação da assessoria da qualidade e do meio ambiente; (p) supervisionar a atuação das assessorias de comunicação e de marketing; (q) supervisionar o funcionamento da ouvidoria, assegurando sua independência; (r) orientar os serviços administrativo-financeiros prestados pela estrutura corporativa; (s) supervisionar os serviços jurídicos locais; e (t) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área. § 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (a) a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras; (b) a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira; (c) o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Sociedade nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais; (d) a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das ações, estratégias e resultados da Sociedade, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho de ações com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e no Conselho de Administração; (e) a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado; (f) a manutenção dos respectivos registros da Sociedade junto às entidades reguladoras; e (g) a manutenção das políticas de divulgação de fatos relevantes e de negociação de valores mobiliários permanentemente atualizadas. § 4º. Os Diretores deverão observar

eventuais normas e regimentos internos existentes na Sociedade.”


- iv. consolidar o Estatuto Social, cuja íntegra, já consideradas as alterações acima referidas e outros ajustes pertinentes, consta do anexo a esta ata.

Fica consignado que a proposta de reformulação do Estatuto Social da Companhia foi submetida à análise prévia da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, tendo sido obtida tal aprovação nesta data, conforme disposições constantes do Contrato de Concessão Rodoviária 006/ARTESP/2009, celebrado em 17/06/2009, entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. Itaquaquecetuba, 29 de setembro de 2010. Presidente: Marcelino Rafart de Seras. Secretário: Federico Botto.

ACIONISTAS: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.; Marcelino Rafart de Seras; Federico Botto; Roberto Koiti Nakagome; e Marcello Guidotti.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Federico Botto
Secretário da Mesa



CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS
CNPJ/MF n.º 10.841.050/0001-55
NIRE 35.300.368.657

ESTATUTO SOCIAL

CAPÍTULO I – Denominação, Sede, Objeto Social e Duração

- Art. 1º. **A CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS** é uma sociedade anônima regida por este Estatuto, pelas leis aplicáveis e demais determinações das autoridades competentes.
- Art. 2º. A Sociedade tem sede, foro e domicílio em São Paulo, Estado de São Paulo, na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.
- Art. 3º. A Sociedade tem por objeto social realizar, sob regime de concessão, a exploração, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias, nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos, compreendendo: I – SP-070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116, km 117+400, Taubaté; II – SP-019: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-070, km 19+300, Guarulhos; final do trecho do km 2+400, no início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; III – SPI-179/060 – interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR 116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP-070, km 60+300, Guararema; IV – SPI-035/056 – interligação Itaquaquecetuba: início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+000, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento com a SP-070, km 35+700, Itaquaquecetuba; V – SP-099 – Rodovia dos Tamoios: início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos; VI – SP-070 – trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté; VII – segmentos

transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S/A durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

Art. 4º. O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II – Capital Social e Ações

Art. 5º. O capital social é de R\$ 191.725.000,00 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e cinco mil reais), totalmente integralizado e dividido em 191.725.000 (cento e noventa e um milhões, setecentas e vinte e cinco mil) ações ordinárias sem valor nominal.

§ 1º. Cada ação emitida pela Sociedade confere o direito a um voto nas Assembleias Gerais.

§ 2º. As ações da Sociedade são nominativas.

§ 3º. Os custos decorrentes do depósito das ações escriturais em instituição financeira, incluindo os relacionados à transferência e averbação, poderão ser cobrados diretamente do acionista pela depositária.

Art. 6º. Fica autorizado o aumento do capital social, até o limite de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e demais condições da emissão, subscrição e integralização destas ações.

CAPÍTULO III – Administração

Art. 7º. São órgãos de administração da Sociedade:

- (I) O Conselho de Administração; e
- (II) A Diretoria.

Art. 8º. A remuneração dos membros dos órgãos de administração será fixada pela Assembleia Geral da Sociedade.

Parágrafo único. A Assembleia Geral poderá fixar o montante global da remuneração dos administradores, cabendo, neste caso, ao Conselho de Administração deliberar sobre a distribuição entre os seus próprios membros e os da Diretoria.

Art. 9º. O Conselho de Administração será composto por 4 (quatro) Conselheiros efetivos, segundo o deliberado pela Assembleia Geral, que também poderá eleger suplentes.

§ 1º. O mandato dos membros do Conselho de Administração é unificado e de 1 (um) ano, permitida a recondução. Não havendo recondução, o membro do Conselho de Administração permanecerá no pleno exercício de suas funções até a investidura da pessoa eleita para o substituir.

§ 2º. O eleito para o Conselho de Administração é investido no exercício das suas funções mediante assinatura do termo de posse, lavrado no livro de atas do órgão, no prazo da lei.

§ 3º. No caso de vacância de qualquer dos cargos de conselheiros e dos respectivos suplentes, a Assembleia Geral procederá ao preenchimento do(s) cargo(s) vago(s).

§ 4º. O Conselho de Administração terá um presidente, que terá mandato de 1 (um) ano, escolhido por seus membros efetivos. Em caso de impedimento ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, as suas funções serão exercidas pelo Conselheiro efetivo por ele designado; na falta do Presidente e do conselheiro por ele designado, os conselheiros presentes escolherão um deles para dirigir os trabalhos da reunião.

§ 5º. O Conselho de Administração, com o objetivo de melhor subsidiar suas discussões e deliberações, poderá se desdobrar em comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, com ou sem a participação de profissionais não integrantes do órgão mas ligados, como empregado ou prestador de serviços autônomo, à Sociedade.

§ 6º. Serão também admitidos votos enviados por correspondência registrada, facsímile ou outro meio de transmissão escrita, desde que recebidos pelo Presidente do Conselho de Administração antes de encerrada a reunião.

Art. 10. O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente a cada mês ou sempre que necessário, por convocação do seu Presidente ou de qualquer um de seus membros efetivos.

§ 1º. A convocação, com a designação de dia e hora e a especificação detalhada das matérias que serão objeto de discussão e deliberação ou apenas de discussão, será encaminhada por escrito aos Conselheiros com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência.

§ 2º. O quorum de instalação do Conselho de Administração, em primeira convocação, é o da maioria de seus membros. Em segunda convocação, feita com pelo menos 7 (sete) dias de antecedência, o quorum de instalação é de qualquer número de Conselheiros.

§ 3º. O quorum de deliberação do Conselho de Administração é o da unanimidade de seus membros.

§ 4º. Estando presentes à reunião todos os membros do Conselho de Administração, é dispensável a convocação com as formalidades e antecedência exigidas neste estatuto e, se todos concordarem, poderá ser objeto de discussão e deliberação qualquer assunto de competência do órgão.

Art. 11. Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Sociedade, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias:

- (I) eleger ou destituir os membros da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores;
- (II) Aprovar: (a) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Sociedade em valor até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e não previstos no Plano de Negócios; (b) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou bens do ativo permanente de valor até R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (c) relatórios de acompanhamento dos Planos de Negócios da Sociedade; (d) a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; (e) o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Sociedade;

- (III) aprovar as emissões de ações até o limite estatutário permitido, inclusive suas colocações no mercado;
- (IV) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários;
- (V) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Sociedade, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Sociedade;
- (VI) escolher os auditores independentes da Sociedade; e,
- (VII) aprovar a celebração de contratos, em valores de até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Sociedade ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*).

Art. 12. A Diretoria da Sociedade é composta por 3 (três) membros, acionistas ou não, residentes no país, sendo um Diretor Presidente, um Diretor Superintendente e um Diretor de Relações com Investidores.

§ 1º. Os Diretores são eleitos e destituíveis pelo Conselho de Administração. O mandato é de 2 (dois) anos, permitida a reeleição. O prazo de gestão do diretor se estenderá até a investidura do novo eleito no mesmo cargo.

§ 2º. A investidura dos Diretores em seus cargos será feita mediante a assinatura do termo de posse, lavrado no livro de Atas das Reuniões da Diretoria, no prazo da lei.

§ 3º. Nas ausências e impedimentos do Diretor Presidente, suas funções serão exercidas pelo Diretor Superintendente. Vagando cargo de Diretor, o Conselho de Administração será convocado para eleger o substituto.

Art. 13. Compete aos Diretores da Sociedade as responsabilidades a seguir definidas.

§ 1º. Ao Diretor Presidente compete: (a) exercer a direção geral dos negócios da Sociedade; (b) manter coordenação constante entre a Sociedade e demais empresas do Sistema EcoRodovias, bem como entre a Sociedade e o Conselho de Administração e, através deste, com a Assembleia Geral de Acionistas; (c) assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da Sociedade; (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais com a manifestação prévia do Conselho de Administração ou Assembleia Geral de Acionistas nas questões que envolvam matéria correlata à competência destes; (e) disponibilizar, com apoio dos serviços corporativos, as contas e os relatórios periódicos da Sociedade; (f) promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação prévia da Assembleia Geral de Acionistas, através do Conselho de Administração; (g) adequar a organização da Sociedade às suas finalidades; (h) implementar o regimento interno e coordenar a elaboração do manual de organização da Sociedade; (i) formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Sociedade, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral de Acionistas; (j) representar a Sociedade, na forma deste Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Superintendente, observadas as disposições deste Estatuto Social; (k) com exclusividade e de modo isolado, receber citações, intimações e notificações judiciais, podendo para tanto constituir procurador; (l) certificar-se de que a Sociedade mantém adequadamente segurados, por seguradora renomada, todos os seus ativos passíveis de serem segurados; (m) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos auditores da Sociedade; e (n) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área.

§ 2º. Compete ao Diretor Superintendente, em alinhamento com o Diretor Presidente, a gestão executiva do Contrato de Concessão, a representação institucional da Sociedade e a garantia dos resultados pactuados com os acionistas, compreendendo: (a) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias para o fiel e tempestivo cumprimento do Contrato de Concessão, bem como, para o seu permanente equilíbrio econômico-financeiro; (b) cumprir os programas de investimentos e de conservação rodoviária da Sociedade, contando com apoios e serviços corporativos de engenharia; (c) dirigir e controlar as inspeções das estruturas, dos pavimentos, drenagens, edificações e obras civis diversas; (d)

orientar e controlar ações de segurança em obras civis e serviços de conservação; (e) administrar e gerenciar os orçamentos e custos das obras civis e serviços de ampliação e conservação rodoviária; (f) dirigir, orientar e controlar as atividades operacionais do sistema rodoviário, conforme previstas no Contrato de Concessão; (g) dirigir e controlar as inspeções de rotina para a preservação e guarda do sistema rodoviário, bem como as operações de apoio ao trânsito; (h) orientar e controlar os serviços de limpeza de pista; (i) orientar e controlar ações de segurança de tráfego e de arrecadação de pedágio; (j) avaliar o equilíbrio entre eficiência e qualidade dos serviços operacionais; (k) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais; (l) orientar e controlar os serviços de assistência aos usuários; (m) administrar a frota de viaturas e a manutenção do equipamento rodoviário; (n) dirigir, orientar e controlar as atividades de negociação, comercialização e marketing inerentes às receitas acessórias da Sociedade, bem como identificar oportunidades de negócios logísticos; (o) supervisionar a atuação da assessoria da qualidade e do meio ambiente; (p) supervisionar a atuação das assessorias de comunicação e de marketing; (q) supervisionar o funcionamento da ouvidoria, assegurando sua independência; (r) orientar os serviços administrativo-financeiros prestados pela estrutura corporativa; (s) supervisionar os serviços jurídicos locais; e (t) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área.

- § 3º. Compete ao Diretor de Relações com Investidores: (a) a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras; (b) a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira; (c) o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Sociedade nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais; (d) a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das ações, estratégias e resultados da Sociedade, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho de ações com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e no Conselho de Administração; (e) a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado; (f) a manutenção dos respectivos registros da Sociedade junto às entidades reguladoras; e (g) a

manutenção das políticas de divulgação de fatos relevantes e de negociação de valores mobiliários permanentemente atualizadas.

§ 4º. Os Diretores deverão observar eventuais normas e regimentos internos existentes na Sociedade.

Art. 14. A representação da Sociedade, ativa ou passiva, nos atos e negócios em geral, será feita por:

- (I) 2 (dois) Diretores assinando em conjunto;
- (II) 1 (um) Diretor assinando em conjunto com 1 (um) procurador com poderes especiais; ou
- (III) 2 (dois) procuradores com poderes especiais assinando em conjunto.

Art. 15. A Sociedade poderá ser representada por 1 (um) Diretor ou 1 (um) procurador com poderes especiais, isoladamente, quando da outorga de mandatos "ad judicium".

Art. 16. Ao procurador referido nos incisos II e III do art. 14 e no "caput" do art. 15 será outorgada procuração por instrumento, público ou privado, assinado por 2 (dois) Diretores e seus poderes vigorarão pelo prazo máximo de 1 (um) ano, vedado o substabelecimento, salvo na hipótese de mandato outorgado para fins judiciais, que poderá ser outorgado por prazo indeterminado.

Parágrafo único. É vedado expressamente aos Diretores e Procuradores comprometerem a Companhia em operações estranhas ao negócio ou ao objeto social.

CAPÍTULO IV – Conselho Fiscal

Art. 17. O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

Art. 18. A Assembleia Geral que eleger os membros do Conselho Fiscal deverá fixar sua remuneração e aprovar o regimento interno do órgão.

CAPÍTULO V – Assembleia Geral

Art. 19. A Assembleia Geral reunir-se-á, ordinariamente, no primeiro quadrimestre após o término do exercício social e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem, mediante convocação na forma da lei.

§ 1º. A Assembleia Geral será convocada pelo Presidente do Conselho de Administração ou por Acionistas detentores de, no mínimo, 5% (cinco por cento) do Capital Social votante da Sociedade.

§ 2º. As deliberações das Assembleias Gerais serão tomadas por maioria absoluta de votos, não se computando os votos em branco.

Art. 20. A Assembleia Geral será presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou, na sua ausência, pelo membro do Conselho de Administração por ele indicado. Não tendo havido indicação, será presidida pelo acionista presente escolhido pelos demais. O Presidente da Assembleia escolherá o Secretário.

Art. 21. Compete à Assembleia Geral, além das matérias a ela reservadas pela legislação vigente, as seguintes:

- (I) Aprovar: (a) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Sociedade em valor superior a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) e não previstos no Plano de Negócios; (b) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou de bens do ativo permanente de valor igual ou superior a R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (c) o “Plano de Negócios”, definido como o Orçamento Anual, consistente no planejamento das atividades da e suas alterações; (d) endividamento, investimentos e despesas de capital não previstos ou superiores aos previstos no Plano de Negócios; (e) a assinatura, alteração ou rescisão de contratos de concessão rodoviária, de que seja parte a Sociedade; (f) a participação da Sociedade em licitações públicas; (g) a proposição de ações judiciais ou instauração de arbitragem envolvendo o poder concedente da concessão titularizada pela Sociedade relacionado ao respectivo contrato de concessão; (h) a abertura ou encerramento de filiais, escritórios ou agências da Sociedade, no Brasil ou exterior; (i) a instituição financeira depositária das ações e demais valores mobiliários escriturais de emissão da Sociedade; (j) o Código de Ética da Sociedade;

- (II) Aprovar a celebração de contratos, em valores acima de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), entre a Sociedade e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Sociedade ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer de seus acionistas solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms' length*);
 - (III) Reforma do Estatuto Social, incluindo, mas sem limitação, do objeto social, mediante prévia aprovação do Poder Concedente, desdobramento de ações, agrupamento ou reagrupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, bem como qualquer redução de capital da Sociedade;
 - (IV) Aprovar a incorporação, fusão, cisão, transformação, dissolução ou liquidação da Sociedade; e,
 - (V) Autorizar os administradores a declarar falência ou requerer recuperação judicial.
- Art. 22. Para participar e deliberar nas Assembleias Gerais, o acionista se identificará e apresentará à Sociedade comprovantes de sua condição de acionista, mediante documento fornecido pela instituição financeira indicada pela Sociedade para administração das suas ações escriturais. Para efeito de deliberação serão desconsideradas as alterações de posições acionárias ocorridas na data da Assembleia Geral.
- § 1º. A Sociedade adotará, na fiscalização da regularidade documental da representação do acionista, o princípio da boa-fé, presumindo-se verdadeiras as declarações que prestar. Com exceção da não apresentação da procuração, se for o caso, e do comprovante de custódia de ações, quando estas constem nos registros da Sociedade como de titularidade da instituição custodiante, nenhuma irregularidade formal, como a apresentação de documentos por cópia, ou a falta de autenticação de cópias, será motivo para impedimento do voto do acionista cuja regularidade da documentação for colocada em dúvida.
- § 2º. Na hipótese do item anterior, os votos do acionista impugnado serão computados normalmente, cabendo à Sociedade, no prazo de 5 (cinco) dias úteis posteriores à Assembleia Geral, notificar o acionista impugnado de que, através de elementos

definitivos de prova posteriormente obtidos, demonstrou-se que: (i) o acionista impugnado não estava corretamente representado na Assembleia Geral; ou, (ii) o acionista impugnado não era titular, na data da Assembleia Geral, da quantidade de ações declarada. Nestas hipóteses, independentemente de realização de nova Assembleia Geral, a Sociedade desconsiderará os votos do acionista impugnado, que responderá por perdas e danos que o seu ato tiver causado.

- Art. 23. As deliberações da Assembleia Geral, ressalvadas as hipóteses especiais previstas em lei, serão tomadas por maioria de votos dos presentes, não se computando os votos em branco.

CAPÍTULO VI – Exercício Social, Lucros, Reservas e Dividendos

- Art. 24. O exercício social tem início em 1º de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano. No término do exercício social, serão elaboradas as demonstrações financeiras exigidas em lei.
- Art. 25. Após as deduções legais, o lucro líquido do exercício terá a destinação deliberada pela Assembleia Geral, a partir de proposta apresentada pela administração, ouvido o Conselho Fiscal, se em funcionamento.
- Art. 26. É assegurado aos acionistas dividendo obrigatório de pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.
- Art. 27. A Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior.
- Art. 28. Reverterão em favor da Sociedade os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da publicação da ata da Assembleia Geral que os declarou.
- Art. 29. A Sociedade poderá, por deliberação do Conselho de Administração, levantar mensal, trimestral ou semestralmente demonstrações contábeis intercalares, podendo declarar, por deliberação dos órgãos de administração, dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, observado o disposto no artigo 204 da Lei nº 6.404/76, de 15 de dezembro de 1976.

CAPÍTULO VII – Disposições Especiais

Art. 30. A Sociedade é uma sociedade de propósito específico e sua finalidade única é explorar o objeto social referido na cláusula 3ª deste Estatuto. Ela não poderá praticar quaisquer atos estranhos a esta finalidade, nem participar, como acionista ou quotista, de outras sociedades.

§ 1º. O objeto da Sociedade estabelecido na cláusula 3ª deste Estatuto não poderá ser alterado.

§ 2º. Os recursos à disposição da Sociedade serão aplicados exclusivamente no desenvolvimento de atividades relacionadas à concessão, ressalvadas unicamente as aplicações financeiras.

Art. 31. A composição do controle acionário da Sociedade não poderá ser alterada até dois anos após a assinatura do contrato de concessão relativo ao objeto social.

Art. 32. Durante todo o prazo da concessão, o controle societário da Sociedade não poderá ser modificado sem prévia autorização da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

Art. 33. As seguintes deliberações, negócios ou registros somente poderão ser adotadas, celebrados ou efetivados pela Sociedade depois de serem submetidas à prévia aprovação da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP:

- (I) quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário, direto ou indireto, observado o disposto no art. 28 deste Estatuto;
- (II) emissão de títulos e valores mobiliários que contenham dispositivo de conversão em ações ou que tenham como garantia ações integrantes do grupo controlador;
- (III) contratação de empréstimos ou obrigações com terceiros ou com instituições financeiras no Brasil ou no exterior, que tenha como garantia direitos emergentes da concessão ou ações integrantes do grupo controlador;
- (IV) contratação de empréstimos ou obrigações com prazos de amortização que excedam o termo final do contrato de concessão;
- (V) operações de fusão, associação, incorporação ou cisão;
- (VI) qualquer redução do capital social; e
- (VII) registro de quaisquer acordos de acionistas e suas alterações.

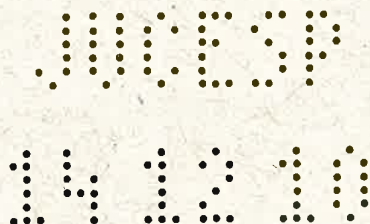
- Art. 34. Os direitos emergentes da concessão somente poderão ser oferecidos, pela Sociedade, em garantia de financiamento até o limite em que não comprometa a execução das obras e operacionalização e continuidade dos serviços concedidos, observadas as disposições dos arts. 28 e 28-A da Lei nº 8.987/95.
- Art. 35. Qualquer alteração no presente Estatuto será submetido à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP.

CAPÍTULO VII – Juízo Arbitral

- Art. 36. A Sociedade, seus Acionistas, Administradores e os membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições da lei e do presente Estatuto. Para tanto, assinarão compromisso arbitral nos termos aprovado pelo Conselho de Administração.

CAPÍTULO VIII - Disposições Gerais

- Art. 37. A sociedade será liquidada nos casos e pela forma prevista em lei, cabendo à Assembleia Geral eleger o liquidante e aprovar sua remuneração.
- Art. 38. Os casos omissos no presente estatuto serão resolvidos nos termos das atribuições do Conselho de Administração e da Assembleia Geral, atendo-se à Lei das Sociedades anônimas e demais legislação pertinente.
- Art.39. À Sociedade é vedado conceder empréstimos em favor de seus controladores e Partes Relacionadas de seus controladores.
- Art. 40. A Sociedade deverá manter arquivado na sede social os Acordos de Acionistas, se houver, as Atas de Assembleia Geral, as Atas de Reunião do Conselho de Administração e de Diretoria, bem como todos os demais documentos inerentes à sua operação, os quais deverão ser observados em todos os seus termos.



JUCESP PROTOCOLO
2.116.059/10-0



Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas
CNPJ/MF n. 10.841.050/0001-55
NIRE 35.300.368.657

Ata de Assembleia Geral Extraordinária

Data, Horário e Local: 03 de dezembro de 2010, às 11:00 horas, na sede social, na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.

Convocação: Dispensada nos termos do §4º, do artigo 124 da Lei n. 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

Presença: Acionistas representando a totalidade do capital social.

Mesa: Sr. Marcelino Rafart de Seras, designado como Presidente; e o Sr. Federico Botto, designando como secretário.

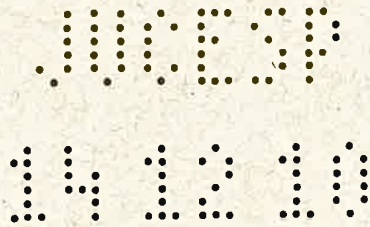
Ordem do dia: Deliberar sobre: **(a)** a alteração dos artigos 9º, 11 e 33 do Estatuto Social da Companhia, conforme exposto abaixo; **(b)** a alteração do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; e **(c)** a eleição do Conselheiro Efetivo para o cargo criado, retificando a composição do Conselho de Administração.

Deliberações: Os Acionistas presentes aprovaram, por unanimidade dos votos e sem quaisquer restrições:

(a) Alteração dos artigos 9º, 11 e 33 do Estatuto Social da Companhia, conforme exposto abaixo:

- i. a revisão do artigo 9º, §4º, do Estatuto Social da Companhia, para alterar a forma de substituição do Presidente do Conselho de Administração da Companhia, em caso de impedimento ou ausência do mesmo. Dessa forma, o §4º do referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"§4º. O Conselho de Administração terá um presidente, que terá mandato de 1 (um) ano, escolhido por seus membros efetivos. Em caso de impedimento ou ausência do Presidente do Conselho de Administração, as suas funções serão exercidas por Conselheiro efetivo designado pelos conselheiros presentes à primeira reunião do Conselho de Administração posterior ao referido impedimento ou ausência."



- ii. a revisão do artigo 11, inciso IV, para deixar claro que o Conselho de Administração da Companhia deve se pronunciar sobre as emissões de debêntures simples, desde que previamente aprovadas pela Assembleia Geral. Dessa forma, o inciso IV do referido artigo passa a vigorar com a seguinte redação:

"(IV) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral, deliberar sobre as emissões de debêntures simples, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários;"

- iii. a revisão do artigo 33, inciso I, em razão da correção de referência cruzada ao artigo 32 do Estatuto Social da Companhia. Dessa forma, o inciso I do artigo 33 passa a vigorar com a seguinte redação:

"(I) quaisquer operações que importem em modificação da composição do controle acionário, direto ou indireto, observado o disposto no art. 32 deste Estatuto;"

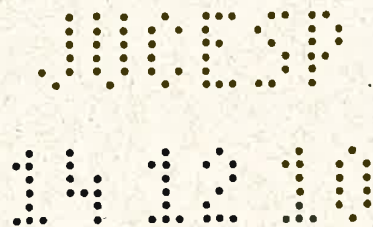
(b) Alteração do número de membros do Conselho de Administração da Companhia:

- i. a revisão do *caput* do artigo 9º, do Estatuto Social, para alterar o número de membros do Conselho de Administração, que passará a ser composto por 05 (cinco) membros efetivos, podendo haver suplentes. Diante dessa deliberação, o *caput* do artigo 9º, do Estatuto Social, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 9. O Conselho de Administração será composto por 5 (cinco) Conselheiros efetivos, segundo o deliberado pela Assembleia Geral, que também poderá eleger suplentes."

(c) Eleição do Conselheiro Efetivo para o cargo criado, retificando a composição do Conselho de Administração:

- i. diante da deliberação contida no item (b) iv acima, eleger, para o cargo de Conselheiro Efetivo criado, o Sr. **Dario Rais Lopes**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Cédula de Identidade RG n. 5.933.941-X, e inscrito no CPF/MF sob n. 976.825.438-68, residente e domiciliado na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 11º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, o qual cumprirá mandato até 1º de março de 2011. O Conselheiro eleito declara expressamente, sob as penas da lei, que não está incurso em nenhum dos crimes previstos em lei que o impeça de exercer atividade mercantil.
- ii. em razão da eleição do novo membro para o Conselho de Administração, este passa a ser constituído pelos seguintes membros efetivos: **MARCELINO RAFART DE SERAS**, brasileiro, viúvo, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG n. 373.267-PR, e inscrito no CPF/MF sob o n. 428.355.429-49; **FEDERICO BOTTO**, italiano, casado,




engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RNE n. V485541-0, e inscrito no CPF/MF sob o n. 232.605.088-64; **ROBERTO KOITI NAKAGOME**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG n. 16.153.975-0, e inscrito no CPF/MF sob o n. 066.469.048-39; **MARCELLO GUIDOTTI**, italiano, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RNE n. V369292-I, e inscrito no CPF/MF sob o n. 837.310.750-91; e **DARIO RAIS LOPES**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Cédula de Identidade RG n. 5.933.941-X, e inscrito no CPF/MF sob o n. 976.825.438-68, todos residentes e domiciliados na Capital do Estado de São Paulo, com escritório na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3900, 11º andar, Itaim Bibi. Os referidos membros efetivos do Conselho de Administração têm mandato até 1º de março de 2011.

Fica consignado que a proposta de reformulação do Estatuto Social da Companhia foi submetida à análise prévia da Agência Reguladora dos Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, tendo sido obtida tal aprovação nesta data, conforme disposições constantes do Contrato de Concessão Rodoviária 006/ARTESP/2009, celebrado em 17/06/2009, entre a Companhia e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP.

Encerramento: Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente deu por encerrados os trabalhos, suspendendo antes a sessão, para que se lavrasse a presente ata, que depois de lida, foi aprovada e assinada pela totalidade dos presentes. Itaquapecetuba, 03 de dezembro de 2010. Presidente: Marcelino Rafart de Seras. Secretário: Frederico Botto.

Acionistas: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.; Marcelino Rafart de Seras; Frederico Botto; Roberto Koiti Nakagome; Marcello Guidotti; e Dario Rais Lopes.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada em livro próprio.


Frederico Botto
Secretário da Mesa



JUCESP
14 12 10

TERMO DE POSSE

Em 03 de dezembro de 2010, compareceu na sede da **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**, o Senhor **Dario Rais Lopes**, brasileiro, casado, engenheiro aeronáutico, portador da Cédula de Identidade RG n. 5.933.941-X, e inscrito no CPF/MF sob n. 976.825.438-68, residente e domiciliado na Av. Brigadeiro Faria Lima; 3900, 11º andar, Itaim Bibi, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para tomar posse do cargo de Conselheiro, para o qual foi eleito em Assembléia Geral Ordinária realizada em 03 de dezembro de 2010, com mandato até 1º de março de 2011, para o que foi lavrado o presente termo que a seguir assina.

O Senhor **Dario Rais Lopes** declara expressamente, sob as penas da lei, que não possui qualquer impedimento por lei especial, que não está incurso em nenhum crime que o impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a sociedade, bem como que não está condenado ou sob efeitos de condenação a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato, ou por crime contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade.

Para os fins do parágrafo segundo, do artigo 149, da Lei 6404, de 15 de dezembro de 1976 e posteriores alterações, o endereço acima mencionado será o local onde o Senhor **Dario Rais Lopes** receberá citações e intimações de processos administrativos e judiciais relativos aos atos de sua gestão.

São Paulo, 03 de dezembro de 2010.


DARIO RAIS LOPES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES E OUTRAS AVENÇAS

Pelo presente instrumento particular, as partes:

(i) **Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**, sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Ecorodovias");

(ii) **Planner TruStee DTVM Ltda.**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Contrato Social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Ecopistas, abaixo definida ("Debenturistas");

(iii) **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**, empresa pública federal, com sede na Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, neste ato representado de acordo com seu estatuto social (o "BNDES") e em conjunto com a Agente Fiduciário representando os Debenturistas (as "Partes Garantidas");

e ainda como interveniente anuente,

(iv) **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Ecopistas" ou "Emissora");

vêm por meio deste e na melhor forma de direito firmar o presente Contrato de Penhor de Ações ("Contrato"), contendo as seguintes considerações:

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 17 de junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/ARTESP/2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente") e a Ecopistas, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração pela Ecopistas do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto e seus respectivos acessos ("Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto");

(ii) A Ecopistas deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a emissão de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, para distribuição pública (a "Emissão" e as "Debêntures"), cujas condições e características estão descritas na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Garantia Adicional Fidejussória, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas celebrada em 07 de fevereiro de 2011 entre a Ecopistas, a Ecorodovias e o Agente Fiduciário ("Escritura"), cujas condições estão descritas no Anexo III ao presente Contrato;

(iii) A Ecopistas deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a obtenção de um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), cujos recursos serão destinados para investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a ECOPISTAS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP em 17/06/2009, o qual foi estabelecido por meio de um contrato de financiamento mediante abertura de crédito, cuja cópia encontra-se no Anexo IV (o "Contrato BNDES") e em conjunto com a Escritura, os "Contratos Garantidos");

(iv) A Ecorodovias é legítima proprietária de 191.724.995 ações ordinárias, representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital social da Ecopistas;

(v) As Ações, conforme definidas abaixo, detidas pela Ecorodovias estão empenhadas, em primeiro grau, em favor dos detentores de notas promissórias comerciais da 5ª Emissão de Notas Promissórias da Ecopistas ("5ª Emissão" e "Gravames da 5ª Emissão");

(vi) Em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Ecopistas nos termos dos Contratos Garantidos, a Ecorodovias concordou em empenhar as Ações, conforme abaixo definidas, tão logo seja realizada a Condição Suspensiva nos termos da Cláusula 3.1. abaixo, em favor das Partes Garantidas;

(vii) Ainda em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Ecopistas nos termos dos Contratos Garantidos, a Ecopistas celebrou nesta data o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos ("Contrato de Cessão Fiduciária", quando em conjunto com o presente Contrato, os "Contratos de Garantia"), por meio do qual será transferida fiduciariamente às Partes Garantidas e em benefício destas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, os direitos descritos no Contrato de Cessão Fiduciária. Diante da cessão fiduciária descrita acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª Emissão, o contrato de cessão fiduciária que tem por objeto referida cessão fiduciária é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão ("NPs da 5ª Emissão") e a liberação das garantias com a liquidação da Emissão das Debêntures; e


(viii) As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos nos Contratos Garantidos.

Assim sendo, as partes têm entre si justo e contratado este Contrato, que será regido pelas disposições estabelecidas em sequência.

DO OBJETO DO CONTRATO

1.1. O objeto deste Contrato é a constituição de penhor sobre as Ações, conforme abaixo definido, para assegurar o pagamento pela Ecopistas das obrigações dos Contratos Garantidos ("Obrigações Garantidas").

 BNDES


Cláudia Patrícia Zavedo
Advogada

1.2. Para os fins do artigo 1.424 do Código Civil, as Obrigações Garantidas são compostas por todas as obrigações de pagamento da Ecopistas às Partes Garantidas, nos termos dos Contratos Garantidos, e que correspondem:

(a) ao montante de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) acrescido de uma remuneração (a "Remuneração") correspondente a um *spread* na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B 2017, acrescida de um *spread* equivalente a, no máximo, 2,20% ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado (conforme definido na Escritura, o "Valor Nominal Unitário Atualizado") ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures conforme aplicável, que poderá ser aumentado em até 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"), correspondente a um montante de até R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais), sendo que o montante da Opção de Debêntures Adicionais realizado será acrescido da Remuneração, com vencimentos em 15 de janeiro de 2023 para a 1ª série, 15 de abril de 2022 para a 2ª série, 15 de julho de 2022 para a 3ª série, e 15 de outubro de 2022 para a 4ª série, respectivamente, conforme das definições da Escritura;

(b) ao montante de R\$ R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), atualizado nos termos do Contrato BNDES, acrescido de juros, comissões, pena convencional, multas e despesas previstos no Contrato BNDES; e

(c) às comissões, despesas, multas, encargos e demais custos previstos neste Contrato e nos demais Contratos de Garantia (conforme definidos na Escritura).

DA CONSTITUIÇÃO DO PENHOR DE AÇÕES

2.1. Em garantia do fiel e pontual cumprimento das Obrigações Garantidas, a Ecorodovias, nos termos do artigo 1.431 e seguintes do Código Civil e do artigo 40 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"), em caráter irrevogável e irretratável, neste ato dá em penhor em favor das Partes Garantidas, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições, que não sejam os gravames das NPs da 5ª Emissão, os seguintes bens:

(a) a totalidade das ações ordinárias de emissão da Ecopistas de sua titularidade, representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital social da Ecopistas ("Percentual do Penhor") na data deste Contrato ("Ações");

(b) todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das Ações ("Rendimentos das Ações Empenhadas"), que deverão ser integralmente depositados pela Ecopistas na conta nº 90.055-0, mantida na agência 2001, junto ao Itaú Unibanco S.A. ("Conta de Distribuição sobre as Ações");

(c) as ações derivadas das Ações por meio de desdobramento, grupamento ou bonificação, inclusive mediante a permuta, venda ou qualquer outra forma de alienação das Ações e quaisquer bens ou títulos nos quais as Ações sejam convertidas (incluindo quaisquer depósitos, títulos ou valores mobiliários);

(d) o direito de subscrição de novas ações representativas do capital social da Ecopistas, bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias, certificados, títulos ou outros valores mobiliários conversíveis em ações, relacionados à participação societária da Ecorodovias na Ecopistas, bem como quaisquer direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pela Ecorodovias até o pagamento integral de todas as Obrigações Garantidas;

(e) quaisquer novas ações de emissão da Ecopistas, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, que venham a ser subscritas, adquiridas ou que, de qualquer outra forma, venham a ser de titularidade da Ecorodovias, sendo que quaisquer das novas ações previstas nos itens "c", "d" e neste item "e" ("Ações Adicionais") deverão integrar a definição de Ações, para efeitos da constituição da garantia representada pelo Contrato; e

(f) todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas às Ações Adicionais, que integrarão a definição de Rendimentos das Ações Empenhadas.

2.2. A Ecorodovias compromete-se a complementar a garantia ora prestada por meio de penhor de ações adicionais, em número que assegure a manutenção do Percentual do Penhor e a celebrar todos os documentos adicionais e a tomar todas as medidas ou providências necessárias para formalizar o penhor de tais ações adicionais em favor das Partes Garantidas.

2.2.1. Os Rendimentos das Ações empenhadas deverão ser integralmente depositados pela Ecopistas na Conta de Distribuição sobre as Ações.

2.2.2. Enquanto a Ecopistas estiver cumprindo regularmente as obrigações decorrentes dos Contratos Garantidos, os Rendimentos das Ações serão liberados à Ecorodovias, na conta 10642-6, agência 0910, do Banco Itaú Unibanco S.A., imediatamente após o depósito, caso este seja realizado até às 12 horas (meio dia), ou no dia útil subsequente, caso o depósito seja realizado após às 12 horas (meio dia). Na hipótese da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES ou declaração de vencimento antecipado nos termos dos Contratos Garantidos, a Conta de Distribuição sobre as Ações será bloqueada conforme disposições do Contrato de Administração de Contas até que o inadimplemento tenha sido sanado, para reforçar a garantia do integral e pontual pagamento das Obrigações Garantidas. A Conta de Distribuição sobre as Ações é de titularidade da Ecorodovias e é cedida fiduciariamente às Partes Garantidas por meio do Contrato de Cessão Fiduciária, sendo que a administração da Conta de Distribuição sobre as Ações será regida pelo Contrato de Administração de Contas.

2.2.3. A Ecopistas e a Ecorodovias obrigam-se a adotar todas as medidas e providências, de modo a assegurar que as Partes Garantidas tenham preferência com relação ao recebimento dos Rendimentos das Ações Empenhadas.

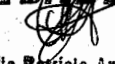
2.3. Atualmente, as Ações possuem as seguintes características:

Companhia Emissora das Ações	Titular das Ações	Forma das Ações	Quantidade Total das Ações	% do Capital Social representado pelas Ações
Ecopistas	Ecorodovias	Nominativas	191.724.995	99,99 %

Para fins deste Contrato, o valor unitário das Ações em 30 de junho de 2010 foi apurado com base no laudo de avaliação preparado pela Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda., datado de 11 de dezembro de 2010, o qual está anexo aos Prospectos da emissão das Debêntures.

2.4. Durante a vigência do presente Contrato, a Ecorodovias não poderá vender ou de outra forma transferir as Ações, salvo mediante o consentimento prévio (i) de Debenturistas

BNDES


Cláudia Patrícia Azavedo
Advogada

representando 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação, a ser deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula 9.4.3 da Escritura; e (ii) do BNDES, não obstante as autorizações previstas no Contrato de Concessão.

2.5. O penhor ora constituído, as disposições contidas no presente Contrato e a proibição de transferência das Ações sem o consentimento prévio por escrito das Partes Garantidas descrita na Cláusula 2.4 acima, deverão ser averbados no Livro de Registro de Ações da Ecopistas, de acordo com os termos dos artigos 39 da Lei das Sociedades por Ações.

2.6. A averbação no Livro de Registro de Ações da Ecopistas deverá ter a seguinte redação:

"Nos termos do Capítulo III, Seção VII, da Lei 6.404/76, as ações de número [●] a [●] estão empenhadas em favor (a) da comunhão dos titulares das debêntures da 1ª Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas representados pelo Agente Fiduciário Planner Trustee DTVM Ltda., e (b) do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, nos termos do Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 10.2.1962.1, celebrado em 02 de fevereiro de 2011, ações estas que estão vinculadas e sujeitas aos termos e condições do Contrato de Penhor de Ações firmado entre a Ecorodovias, a Ecopistas, o BNDES e o Agente Fiduciário em [●] de [●] de 2011, do qual uma cópia se encontra arquivada na sede desta Companhia, anexa ao presente Livro de Registro de Ações. A excussão do penhor e a transferência das ações estão sujeitos à prévia autorização do Poder Concedente."

2.7. A Ecorodovias e a Ecopistas comprometem-se a entregar às Partes Garantidas cópia autenticada das averbações contempladas no Livro de Registro de Ações da Ecopistas na forma da Cláusula 2.6, e a informar de imediato e entregar cópia autenticada de eventuais averbações adicionais requeridas de tempos em tempos, segundo os termos do presente Contrato.

DA CONDIÇÃO SUSPENSIVA

3.1. As Partes Garantidas concordam que a validade e eficácia do penhor objeto deste Contrato está sujeita a desoneração do penhor de primeiro grau das Ações, por parte do agente de garantia ("Agente de Garantias") das notas promissórias comerciais emitidas pela Companhia no montante de até R\$371.000.000,00 (trezentos e setenta e um milhões de reais) ("Condição Suspensiva"), de modo que este Contrato passará a produzir efeitos a partir da data da averbação da desoneração dos Gravames da 5ª Emissão das Ações no Livro de Registro de Ações da Emissora.

DO COMPARTILHAMENTO

4.1. A garantia prevista neste Contrato será compartilhada entre as Partes Garantidas; em caráter não solidário, de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, conforme definido e regulado no Contrato de Compartilhamento de Garantias.

OBRIGAÇÕES DA ECORODOVIAS

5.1. A Ecorodovias obriga-se perante os Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e o BNDES, a menos que de outro modo autorizem, a cumprir as seguintes obrigações:

(a) manter durante o período de vigência do presente Contrato, a sua atual participação no capital social da Ecopistas;



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

- (b) não alienar, empenhar, gravar ou onerar as Ações, salvo o penhor de ações objeto deste Contrato e os Gravames da 5ª Emissão já constituídos;
- (c) manter empenhada a totalidade das Ações em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e do BNDES, durante o período de vigência do presente Contrato;
- (d) arcar com eventuais despesas decorrentes dos procedimentos de execução do penhor constituído nos termos deste Contrato;
- (e) manter as Partes Garantidas indenizadas e a salvo de todas e quaisquer responsabilidades, custos e despesas (incluindo, mas sem limitação, honorários e despesas advocatícias) razoavelmente despendidos que venham comprovadamente incorrer: (i) referentes ou provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relativamente a qualquer parte das Ações e das Ações Adicionais; (ii) referentes ou resultantes de qualquer comprovada violação pela Ecopistas ou pela Ecorodovias de qualquer das declarações emitidas ou das obrigações assumidas neste Contrato; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento do penhor sobre as Ações e sobre as Ações Adicionais de acordo com este Contrato;
- (f) defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos das Partes Garantidas sobre as Ações e sobre as Ações Adicionais, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Ecorodovias venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia; e
- (g) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que possa restringir os direitos ou a capacidade das Partes Garantidas.

DA EXCUSSÃO DAS AÇÕES EMPENHADAS


6.1. Na hipótese de declaração de vencimento antecipado das Debêntures ou do Contrato BNDES, o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, e o BNDES ficam, de forma individual ou conjunta, autorizados e habilitados a dispor de, cobrar, receber, realizar, vender, seja em juízo ou de forma particular, ou ceder, total ou parcialmente, as Ações conforme preços e/ou em termos e condições compatíveis com a prática de mercado e, observado o disposto na Cláusula 6.1.1 abaixo, independentemente de qualquer notificação à Ecopistas ou à Ecorodovias, observado o inciso IV, artigo 1.433 do Código Civil, a aplicar os recursos assim recebidos, exclusivamente no pagamento das Obrigações Garantidas de acordo com a Participação no Valor Total Atualizado da dívida oriunda das Debêntures e do Contrato BNDES, nos termos da Cláusula 4.1 acima.

6.1.1. A transferência e a alienação extrajudicial das ações descritas nesta Cláusula 6.1 dependem de prévia anuência da ARTESP, de acordo com o artigo 27, caput, parágrafo primeiro e incisos I e II, e com o artigo 28, caput, da Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e de acordo com o Contrato de Concessão.

6.2. O Agente Fiduciário e o BNDES aplicarão o produto da excussão da garantia constituída nos termos deste Contrato no pagamento:

- (a) de eventuais despesas decorrentes dos procedimentos de execução do penhor constituído nos termos deste Contrato em caso de descumprimento da Ecopistas em efetuar tal pagamento; e
- (b) para liquidação integral das Obrigações Garantidas na proporção do saldo devedor de cada Parte Garantida conforme Cláusula 3 do Contrato de Compartilhamento de Garantias, nos termos dos Contratos Garantidos.




Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

6.2.1. Caso exista, após a excussão da garantia constituída nos termos deste Contrato, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Ecopistas permanecerá responsável pelo referido saldo até o integral pagamento da Obrigações Garantidas.

6.2.2. Após a utilização do produto da referida venda e transferência das Ações na liquidação das Obrigações Garantidas, o produto excedente, se houver, deverá ser entregue à Ecorodovias.

6.3. O início de qualquer ação ou procedimento para excutir ou executar a garantia objeto deste Contrato não prejudicará, de maneira alguma, nem diminuirá, os direitos das Partes Garantidas de propor qualquer ação ou procedimento contra a Ecopistas ou a Ecorodovias para garantir a cobrança de quaisquer importâncias devidas aos Debenturistas e/ou ao BNDES nos termos deste Contrato, tampouco a propositura de qualquer outra ação ou procedimento prejudicará, de maneira alguma, ou diminuirá os direitos dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, e/ou do BNDES de propor ação ou procedimento para a excussão ou execução da garantia constituída nos termos deste Contrato.

6.4. Para possibilitar o fiel cumprimento do presente instrumento, a Ecorodovias outorga ao Agente Fiduciário e ao BNDES procurações, irrevogáveis e irretratáveis, nos termos dos modelos constantes do Anexo I e II, por meio dos quais o Agente Fiduciário e/ou o BNDES ficam autorizados, no caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e/ou do Contrato BNDES, na qualidade de mandatários da Ecorodovias, a firmar, se necessário, quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, incluindo os previstos no artigo 1.422, no inciso IV do artigo 1.433 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005. O mencionado mandato é outorgado em caráter irrevogável e irretratável, durante todo o prazo de vigência das Obrigações Garantidas, sendo sua outorga condição essencial para a formalização da garantias objeto deste Contrato, nos termos do artigo 684 do Código Civil.

DOS DIREITOS DE VOTO ANTES E APÓS UM INADIMPLEMENTO

7.1. Enquanto não ocorrer um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, ou a declaração de vencimento antecipado, a Ecorodovias poderá exercer o direito de voto vinculado às Ações de sua titularidade, comprometendo-se (i) a não aprovar e/ou realizar qualquer ato em desacordo com o disposto neste Contrato ou que prejudique o pagamento e cumprimento integral das Obrigações Garantidas ou comprometa o penhor aqui constituído; e (ii) a submeter as seguintes matérias à aprovação prévia e conjunta do BNDES e de Debenturistas representando 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação:

- (a) alteração no direito de voto das Ações;
- (b) criação de nova espécie ou classe de ações de emissão da Ecopistas;
- (c) liquidação, dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, reorganização ou outro ato que possa implicar numa reestruturação financeira; e
- (d) fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra espécie de reorganização societária envolvendo a Ecopistas.

7.1.1 As demais matérias a serem aprovadas pelas assembléias de acionistas da Ecopistas não serão sujeitas ao disposto no item 7.1. acima.

7.2. As Partes desde já reconhecem e concordam que será nula e ineficaz perante a Ecorodovias, a Ecopistas, o Agente Fiduciário, o BNDES ou qualquer terceiro, qualquer ato ou

BNDES

Cláudia Patrícia Aguiar
adv.

negócio jurídico relacionado às Ações praticado em desacordo com as disposições deste Contrato, em especial as relativas ao exercício do direito de voto definidas neste Contrato.

7.3. Em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, ou a declaração de vencimento antecipado, a Ecorodovias deverá exercer seu direito de voto relacionado às Ações em estrita observância às instruções escritas fornecidas em conjunto pelo Agente Fiduciário e pelo BNDES, abstando-se de praticar quaisquer atos que conflitem com tais instruções, incluindo, entre outros, deliberações relacionadas a qualquer das seguintes matérias, nos casos em que são resolvidas por voto dos acionistas:

- (a) alterações no Estatuto Social da Ecopistas;
- (b) declaração ou distribuição de dividendos e quaisquer outras espécies de distribuições pela Ecopistas;
- (c) liquidação, dissolução, falência, recuperação judicial ou extrajudicial, reorganização ou outro ato que possa implicar numa reestruturação financeira; e
- (d) fusão, cisão, incorporação ou qualquer outra espécie de reorganização societária envolvendo a Ecopistas.


DAS DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

8.1. A Ecopistas declara e garante que:

- (a) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato e para cumprir suas obrigações contratuais;
- (b) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração e cumprimento deste Contrato;
- (c) o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e exequível contra a Ecopistas de acordo com os termos ora contratados;
- (d) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações, bem como a Emissão e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida pela Ecopistas e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção dos constantes no Contrato de Cessão Fiduciária celebrado nesta data, entre a Ecopistas, o BNDES, o Itaú Unibanco S.A. e o Agente Fiduciário, tampouco desrespeito aos limites de endividamento da Ecopistas previsto pela legislação aplicável; e
- (e) nenhum registro, pedido, autorização ou arquivamento junto a órgãos ou agências governamentais ou terceiros é necessário no que diz respeito à celebração do presente Contrato, ou para sua validade ou exequibilidade, exceção feita ao registro do presente Contrato e de seus anexos perante o competente Registro de Títulos e Documentos e a aprovação da ARTESP.

8.2. A Ecorodovias declara e garante que:

- (a) tem plenos poderes, autorização e capacidade para celebrar este Contrato, para cumprir suas obrigações contratuais e empenhar as Ações, nos termos deste Contrato;
- (b) tomou todas as medidas necessárias para autorizar a celebração e cumprimento deste Contrato;


[Handwritten signature]

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

- (c) o presente Contrato constitui uma obrigação legal, válida e exequível contra a Ecorodovias, de acordo com os termos ora contratados;
- (d) a celebração deste Contrato e o cumprimento de suas obrigações não infringem qualquer disposição legal, contratual ou obrigação anteriormente assumida pela Ecorodovias e não resultará na criação ou imposição de qualquer ônus sobre seus ativos, com exceção do penhor das Ações estabelecido por meio deste Contrato;
- (e) após a desoneração do gravame de penhor de primeiro grau das Ações, por parte do Agente de Garantias mencionada na cláusula 3.1 deste Contrato, a Ecorodovias é a única e legítima titular das Ações; e
- (f) que as Ações estão e permanecerão livres e desembaraçadas de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza, exceto (i) pelo penhor objeto deste Contrato e (ii) pelos gravames existentes por conta das NPs da 5ª Emissão.

8.3. As declarações e garantias aqui prestadas pela Ecorodovias e pela Ecopistas são válidas e verdadeiras nesta data, comprometendo-se a Ecorodovias e a Ecopistas a indenizar o BNDES e os Debenturistas contra todas e quaisquer reivindicações, danos, perdas, responsabilidades e despesas (incluindo, sem limitação, despesas e honorários advocatícios razoáveis) que venham a incorrer em decorrência da inveracidade de quaisquer de suas declarações e garantias aqui contidas.

8.4. O Agente Fiduciário declara e garante que:

- (a) é uma instituição devidamente constituída e existente de acordo com as leis da República Federativa do Brasil, devidamente autorizada a conduzir suas atividades comerciais e com poderes para livremente exercer a administração de seus bens;
- (b) se encontra autorizado, nos termos de seu contrato social, da lei e pelas autoridades governamentais a cumprir e executar todas as disposições contidas neste Contrato e nenhuma outra autorização, consentimento ou aprovação, notificação ou registro respectivamente de, à ou com qualquer autoridade governamental ou qualquer outra pessoa foi exigido ou deve ser obtido ou feito para a devida celebração, entrega, protocolo, registro ou cumprimento deste Contrato ou de qualquer operação aqui contemplada; e
- (c) a celebração, entrega e cumprimento do presente Contrato não viola qualquer dispositivo de seu contrato social, qualquer obrigação por ele anteriormente assumida ou quaisquer leis e regulamentos a que se encontre sujeito.


DA DIVISIBILIDADE

9.1. A nulidade ou ineficácia de qualquer das cláusulas deste Contrato não prejudicará a validade e a eficácia das suas demais cláusulas. Caso qualquer das cláusulas deste Contrato venha a ser declarada nula, no todo ou em parte, as Partes, de boa-fé, envidarão esforços no sentido de substituir a cláusula declarada nula por outra de teor e objetivo equivalentes.

DA AUSÊNCIA DE RENÚNCIA

10.1. O atraso ou não exercício pelo Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, ou do BNDES, de qualquer poder ou direito aqui contido não deverá operar como uma renúncia, tampouco como novação ou alteração contratual, a não ser que expressamente manifestado pelo Agente Fiduciário ou pelo BNDES. Os direitos e recursos estabelecidos no presente Contrato são cumulativos, poderão ser exercidos isolada ou simultaneamente e não excluem quaisquer direitos ou recursos estabelecidos em lei.

 BNDES


Claudia Patricia Azevedo
Advogada

DAS RENÚNCIAS E ADITAMENTOS; SUCESSORES E CESSIONÁRIOS

11.1. Toda e qualquer renúncia, aditamento ou modificação de qualquer dos termos ou disposições do presente Contrato somente será válida se por escrito e assinada pelas partes contratantes. O presente Contrato obriga as partes e seus respectivos sucessores e cessionários.

11.2. A Ecopistas e a Ecorodovias não poderão ceder quaisquer de suas obrigações em virtude deste Contrato sem o consentimento prévio e por escrito de ambos o BNDES e o Agente Fiduciário ou seus sucessores ou cessionários. O consentimento prévio do Agente Fiduciário será deliberado em Assembléia Geral de Debenturistas, nos termos da Cláusula [9.4.3] da Escritura.

DOS DIREITOS CUMULATIVOS

12.1. Os direitos, recursos, poderes e prerrogativas estipulados neste Contrato são cumulativos e não exclusivos de quaisquer outros direitos, poderes ou recursos estipulados pela lei.

DAS NOTIFICAÇÕES

13.1. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

(a) Se para a Ecopistas:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991
At.: Sr. Marcello Guidotti
Email: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br

(b) Se para a Ecorodovias:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares
CEP 09845-000 – São Bernardo do Campo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991
At.: Sr. Roberto Koiti Nakagome
Email: roberto.nakagome@ecorodovias.com.br

(c) Se para o BNDES:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Av. República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro, RJ
At: Sra. Adely Maria Branquinho das Dores (Chefe do Departamento de Transportes e Logística)
Telefone: (21) 2172-7745
Fax: (21) 2172-6238
E-mail: adores@bndes.gov.br
Com cópia para:
Sr. Daniel Augusto da Silva Nobre (Gerente)



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

E-mail: nobre@bndes.gov.br e
Sr. Berardo Raposo Vidal (Advogado)
E-mail: bernardo.raposo@bndes.gov.br

(d) Se para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda
Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 10º andar
CEP 03548-132 – São Paulo / SP
Tel: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
At.: Sra. Viviane Rodrigues
E-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br

(e) Se para a ARTESP:

Endereço: Rua Urussuí, nº 300
CEP: 04542-051 - Itaim Bibi, São Paulo, SP
At.: Sr. Carlos Eduardo Sampaio Doria – Diretor Geral
Tel.: (11) 3465-2000
Fax: (11) 3465-2000

13.2. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

DO REGISTRO DESTES CONTRATO

14.1. A Ecopistas por este ato se compromete a efetuar o registro do presente Contrato e qualquer alteração no Cartório de Registro de Títulos e Documentos competente no prazo de 20 (vinte) dias corridos da data de assinatura do Contrato ou da respectiva alteração, bem como enviar uma via original devidamente registrada do Contrato e seus respectivos aditamentos ao Agente Fiduciário 2 (dois) dias úteis após a obtenção dos referidos registros, além de manter arquivada uma cópia do Contrato e de seus respectivos aditamentos em sua sede social.

DO PRAZO

15.1. O presente Contrato é celebrado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título e permanece em vigor até o total cumprimento das Obrigações Garantidas.

15.2. Após a satisfação das Obrigações Garantidas, o Agente Fiduciário e/ou BNDES deverão proceder à desoneração das Ações que ainda estiverem gravadas nos termos deste Contrato, praticando imediatamente todos os atos e celebrando os documentos necessários à referida liberação.

DO FORO E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

16.1. As partes elegem o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, como competente para dirimir toda e qualquer disputa decorrente do Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser.

 **BNDES**


Cláudia R. Azavedo
Advogada

16.2. O BNDES e o Agente Fiduciário poderão, a seu critério exclusivo, requerer, individual ou solidariamente, a execução específica das obrigações aqui assumidas pela Ecopistas, conforme estabelecem os artigos 461, 621 e 632 do Código de Processo Civil. No caso da execução específica ser requerida individualmente pelo BNDES ou o Agente Fiduciário, representando a comunhão dos Debenturistas, o credor que requerer a execução deverá notificar previamente o outro credor neste sentido.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Cláudia Patrícia Borges de Azevedo, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 4 (quatro) vias de igual teor e conteúdo, na presença das testemunhas identificadas abaixo:

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011

* * *

 **BNDES**

Cláudia Patrícia Borges de Azevedo
Advogada

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, a Ecorodoviãs Concessões e Serviços S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Planner Trustee DTVM Ltda

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

Nome:

Cargo:

Federico Botto
Diretor Presidente

Nome:

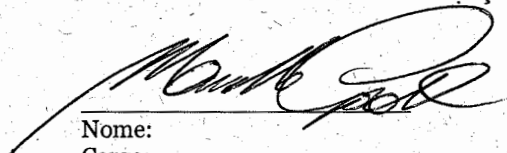
Cargo:

Roberto Koiti Nakagome
Procurador

BNDES
Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Planner Trustee DTVM Ltda

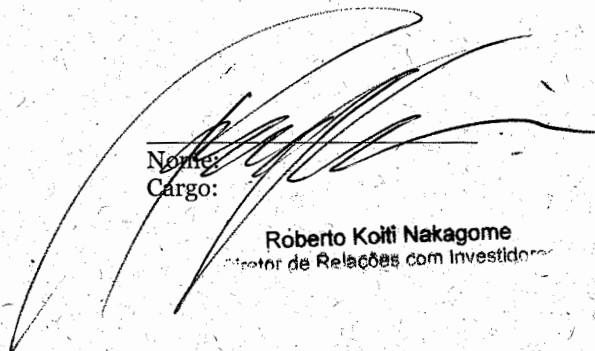
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.



Nome:

Cargo:

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças



Nome:

Cargo:

Roberto Koiti Nakagome
Diretor de Relações com Investidores



BNDES
Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Planner Trustee DTVM Ltda

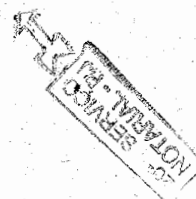
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Nome: Wagner Bittencourt
Cargo: Wagner Bittencourt
Diretor

Nome: Luiz Fernando Linck Dorneles
Cargo: Luiz Fernando Linck Dorneles
Diretor

BNDES

Cláudia Regina Azevedo
Advogada



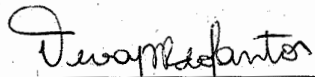
20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES, -X-X-X
Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011
Edson de Carvalho - Substituto ; VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
Wandira Regina Cario Lobato - Substituta
Firma: 8,12 Lei 3217/4644/111: 2,42 Total: 10,54 Reel

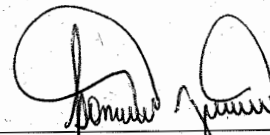


Página de Assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e a Planner Trustee DTVM Ltda


Planner Trustee DTVM Ltda



Nome: Viviane Rodrigues
Cargo: Diretora



Nome: Flávio D. Aguetoni
Cargo: Procurador



Cláudia Lúcia Azevedo
Advogada

Página de Assinatura do Instrumento Particular de Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e a Planner Trustee DTVM Ltda

Testemunhas

1. Maria Silvia de Arruda Borges
 Nome: Maria Silvia de Arruda Borges
 R.G.: CPF: 370.704.022-09
 SSP/DETRAN: 03.87.4352-5
 SSP/DETRAN: 03.574.352-5

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ

2. Newton Dantas Gravata
 Nome: Newton Dantas Gravata
 R.G.: IFP 05279555-6
 CPF: 551.129.437-34

BNDES

Cláudia Azevedo
 Advogada

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de NEWTON DANTAS GRAVATA - X - X
 Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011
 : Edson de Carvalho - Substituto : VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
 : Wandria Regina Cario Lobo - Substituta
 Firma: 4,06 Lei 3217/4664/111: 1,21 Total: 5,27 Recibo: 453

20º OFÍCIO DE NOTAS - RJ

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
 RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA
 ESI
 SHF96383

110º Ofício de Notas
 Rua Sao Jose 20 lj A - RJ - Tel. 2533-6593 - Nº 835434
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s): MARIA SILVIA DE ARRUDA BORGES - 45/183-SHF-89196, #
 Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2011 Conf por, as 16:29:59
 1- Em Testemunho da verdade
 JOSELITA SANTOS OLIMPIO TORQUATO - Autorizado - NCM - 1
 Firma 0,86 + Dados 3,20 + FETJ 0,81 + Fundos 0,40 = R\$ 5,27

SELO DE FISCALIZAÇÃO
 CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
 RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA
 ESI
 SHF96383
 11º OFÍCIO DE NOTAS - RJ
 TEL: 2220-9545
 RIO DE JANEIRO

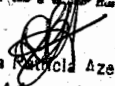
ANEXO I

MODELO DE PROCURAÇÃO – AGENTE FIDUCIÁRIO

Pelo presente instrumento particular, **Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**, sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Outorgante**"), nomeia e constitui (i) Planner Trustee DTVM Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, ("**Outorgado**"), na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da primeira emissão pública de debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries ("**Debêntures**"), seu bastante procurador com poderes irrevogáveis e irretratáveis, nos termos do artigo 684 do Código Civil, para, agindo individualmente, praticar e executar em seu nome todo e qualquer ato que venha a ser necessário, especificamente com relação ao Contrato de Penhor de Ações datado de [●] de fevereiro de 2011, celebrado pelo Outorgante, pelo Outorgado, pela Ecopistas e pelo BNDES ("**Contrato**") de acordo com o qual o Outorgante empenhou em favor dos Outorgados as Ações (conforme definido no Contrato), especialmente poderes para, em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e do Contrato BNDES firmado em 02 de fevereiro de 2011 entre a Ecopistas, o BNDES e a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:

- a) dispor, cobrar, receber, realizar, vender ou ceder, total ou parcialmente as Ações e os Rendimentos sobre as Ações, assim como quaisquer valores mantidos na Conta de Distribuição sobre as Ações, a preços e em termos e condições compatíveis com a prática de mercado independente de qualquer notificação ao Outorgante, em conformidade com as disposições do inciso IV, artigo 1.433 do Código Civil, e aplicar o produto assim recebido para o pagamento dos créditos identificados na Cláusula 6.2 do Contrato, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação, ficando investido de todos os poderes necessários a tanto, incluindo, sem limitação, poder para representar o Outorgante perante qualquer autoridade governamental brasileira, inclusive, sem limitação, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, a Secretaria de Estado dos Transportes e o Ministério dos Transportes, quando necessário, para que os poderes aqui conferidos ao Outorgado sejam plenamente exercidos, assinar quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, incluindo os previstos no artigo 1.422 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;
- b) praticar todos os atos necessários para receber todos os dividendos, lucros, bonificações, prêmios, rendimentos, distribuições e demais direitos relativos ou atribuíveis às Ações, os Rendimentos sobre as Ações e os valores depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações, na hipótese de as Obrigações Garantidas se tornarem vencidas e não forem pagas;
- c) praticar todos os atos e assinar quaisquer instrumentos junto a qualquer terceiros ou autoridade governamental, incluindo, sem limitação, a solicitação da prévia anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP para alienação extrajudicial das Ações, de acordo com o artigo 27, caput, parágrafo primeiro e incisos I e II, e com o artigo 28, caput, da Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e de acordo com o Contrato de Concessão, e a representação perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM e qualquer bolsa de valores no caso de venda pública das Ações, pelo critério de melhor preço; e

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

d) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com os termos do Contrato para dar cumprimento a seu objeto.

O Outorgado poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos no Contrato.

O presente instrumento deverá permanecer válido e em pleno vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato.

[Local e Data]

OUTORGANTE:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.



Cláudia Regina Azevedo
Advogada

ANEXO II

MODELO DE PROCURAÇÃO – BNDES


Pelo presente instrumento particular, **Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**, sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("**Outorgante**"), nomeia e constitui **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES**, empresa pública federal, com sede na Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89 ("**Outorgado**"), na qualidade única e exclusiva de credor da Outorgante, o qual compartilha as garantias estabelecidas no Contrato, abaixo definido, para, agindo individualmente, praticar e executar em seu nome todo e qualquer ato que venha a ser necessário, especificamente com relação ao Contrato de Penhor de Ações datado de [●] de [●] de 2011, celebrado pelo Outorgante, pelo Outorgado, pela Ecopistas e pela **Planner Trustee DTVM Ltda**, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social, na qualidade de representante da comunhão dos debenturistas da primeira emissão pública de debêntures simples, não-conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios e garantia adicional fidejussória, em quatro séries ("**Debêntures**" e "**Contrato**", respectivamente) de acordo com o qual o Outorgante empenhou em favor do Outorgado as Ações (conforme definido no Contrato), especialmente poderes para, em caso de declaração de vencimento antecipado das Debêntures e do Contrato BNDES firmado em 02 de fevereiro de 2011 entre a Ecopistas, o BNDES e a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.:

a) dispor, cobrar, receber, realizar, vender ou ceder, total ou parcialmente as Ações e os Rendimentos sobre as Ações, assim como quaisquer valores mantidos na Conta de Distribuição sobre as Ações, a preços e em termos e condições compatíveis com a prática de mercado independente de qualquer notificação ao Outorgante, em conformidade com as disposições do inciso IV, artigo 1.433 do Código Civil, e aplicar o produto assim recebido para o pagamento dos créditos identificados na Cláusula 6.2 do Contrato, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação, ficando investido de todos os poderes necessários a tanto, incluindo, sem limitação, poder para representar o Outorgante perante qualquer autoridade governamental brasileira, inclusive, sem limitação, perante a Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP, a Secretaria de Estado dos Transportes e o Ministério dos Transportes, quando necessário, para que os poderes aqui conferidos ao Outorgado sejam plenamente exercidos, assinar quaisquer documentos e praticar quaisquer atos necessários para tanto, incluindo os previstos no artigo 1.422 e nos artigos 1.454 e 1.455 do Código Civil, e todas as faculdades previstas na Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005;

b) praticar todos os atos necessários para receber todos os dividendos, lucros, bonificações, prêmios, rendimentos, distribuições e demais direitos relativos ou atribuíveis às Ações, os Rendimentos sobre as Ações e os valores depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações, na hipótese de as Obrigações Garantidas se tornarem vencidas e não forem pagas;

c) praticar todos os atos e assinar quaisquer instrumentos junto a qualquer terceiros ou autoridade governamental, incluindo, sem limitação, a solicitação da prévia anuência da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transportes do Estado de São Paulo – ARTESP para alienação extrajudicial das Ações, de acordo com o artigo 27, caput, parágrafo primeiro e incisos I e II, e com o artigo 28, caput, da Lei Federal 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 e de acordo com o Contrato de Concessão, e a representação perante a Comissão de Valores Mobiliários -

 **BNDES**


Cláudia Regina Azevedo
Advogada

CVM e qualquer bolsa de valores no caso de venda pública das Ações, pelo critério de melhor preço; e

d) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com os termos do Contrato para dar cumprimento a seu objeto.

O Outorgado poderá substabelecer, no todo ou em parte, com reserva de iguais, os poderes ora conferidos.

As expressões com letras maiúsculas utilizadas e não definidas no presente instrumento deverão ter os significados que lhes são atribuídos no Contrato.

O presente instrumento deverá permanecer válido e em pleno vigor até o integral cumprimento de todas as obrigações decorrentes do Contrato.

[Local e Data]

OUTORGANTE:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

 **BNDES**

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

ANEXO III

TERMOS E CONDIÇÕES DAS DEBÊNTURES

Emissora:	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	
Espécie:	Com garantia real	
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações	
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais	
Montante:	R\$ 350.000.000,00, na Data de Emissão, sendo que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da opção de lote suplementar em até R\$ 20.000.000,00	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000,00 na Data de Emissão	
Quantidade:	350.000 debêntures sendo que o número de debêntures alocado em cada Série será de 87.500. A quantidade pode ser aumentada de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício de opção de lote adicional	
Séries:	4 séries	
Data de Emissão:	15 de janeiro de 2011	
Repactuação:	As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.	
Garantias	Garantias Reais compartilhadas com o BNDES:	Penhor de 100% das ações detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. equivalente a 99,99% do capital social da Emissora
		100% dos recebíveis futuros de pedágio e receitas acessórias do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto 100% dos direitos à indenização decorrente da extinção da concessão
	Garantia Fidejussória:	Garantia fidejussória temporária (fiança solidária) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – Condicionado o cancelamento ao cumprimento dos covenants financeiros (i) e (ii) por 2 anos consecutivos e ao final do 2º ano o cumprimento do covenant (iii), definidos abaixo
Prazo e Data de Vencimento:	1ª Série: 15 de janeiro de 2023 (144 meses) 2ª Série: 15 de abril de 2022 (135 meses) 3ª Série: 15 de julho de 2022 (138 meses) 4ª Série: 15 de outubro de 2022 (141 meses)	
Amortização Principal:	1ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.01.2013 2ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.04.2012 3ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.07.2012 4ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.10.2012	
Remuneração:	Atualização Monetária: anual, pela variação do IPCA Juros Remuneratórios: a serem definidos em processo de <i>bookbuilding</i> , com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano, base 252 dias úteis	
Pagamento da Remuneração:	A atualização monetária será devida juntamente com o valor nominal ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização de cada uma das Séries	
Preço Integralização:	Valor nominal unitário atualizado acrescido da respectiva remuneração	
Colocação	Somente serão atendidos os pedidos de subscrição de investidores que apresentarem pedidos em quantidades iguais de Debêntures para as 4 Séries	
Negociação:	CETIP e/ou BOVESPAFIX	
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Séries imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento	
Oferta de Resgate Antecipado:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, sem distinção entre as Séries, endereçada aos Debenturistas, sendo assegurado a todos os titulares de debêntures igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures por eles detidas	
Eventos Vencimento Antecipado:	Usuais, conforme Escritura de Emissão, cuja cópia encontra-se anexa ao Prospecto Preliminar	

Covenants Financeiros:	<p>(i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;</p> <p>(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e</p> <p>(iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.</p> <p>“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.</p> <p>“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.</p> <p>“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:</p> $\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$ <p>Onde:</p> <p>considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;</p> <p>considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;</p> <p>considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:</p> <p>(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo</p> <p>iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.</p> <p>iii.2. Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.</p> <p>iii. 3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;</p> <p>iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e</p> <p>considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período.</p> <p>“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (<i>commercial papers</i>), títulos emitidos no mercado internacional (<i>bonds, eurobonds, short term notes</i>), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.</p>
Destinação Recursos:	<p>dos Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta serão integralmente destinados para o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora descritas na seção “Informações Sobre títulos e Valores Mobiliários”, no Prospecto Preliminar, no valor do principal de R\$371 milhões (trezentos e setenta milhões de reais);</p>
Público Alvo:	<p>Pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme definidos no artigo</p>

	109 da Instrução CVM n.º 409/2004
Inadequação do Investimento:	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.
Regime de Colocação:	Garantia Firme
Apresentações para potenciais investidores:	19 de janeiro de 2011 a 26 janeiro de 2011
Data Estimada do Bookbuilding	18 de fevereiro de 2011
Data Estimada da Liquidação:	04 de março de 2011
Coordenadores:	Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário:	Planner Trustee DTVM Ltda
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Agente Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.

ANEXO IV

CÓPIA DO CONTRATO BNDES




Cláudia Regina Azevedo
Advogada

CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº
10.2.1962.1, QUE ENTRE SI FAZEM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E A DAS RODOVIAS
AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO
S.A. - ECOPISTAS, COM
INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA
FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a **CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS**, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, sociedade anônima, com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.841.050/0001-55, por seus representantes abaixo assinados; e, comparecendo, ainda, como **INTERVENIENTE**.

I - **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**, doravante denominada **INTERVENIENTE**, sociedade anônima, com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Jardim Represa, São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.873.873/0001-10, por seus representantes abaixo assinados,

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e trezentos e noventa e seis mil reais), dividido em 12 (doze) Subcréditos, nos seguintes valores:

I - **Subcrédito "A"**: R\$ 106.965.000,00 (cento e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação

PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

II – **Subcrédito “B”**: R\$ 12.453.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

III – **Subcrédito “C”**: R\$ 65.310.000,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e dez mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

IV – **Subcrédito “D”**: R\$ 27.999.000,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

V – **Subcrédito “E”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VI – **Subcrédito “F”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VII – **Subcrédito “G”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VIII – **Subcrédito “H”**: R\$ 22.218.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

IX – **Subcrédito “I”**: R\$ 4.848.000,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

X – **Subcrédito “J”**: R\$ 11.281.000,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e um mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada,

quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

XI – **Subcrédito “K”**: R\$ 29.846.000,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira; e

XII – **Subcrédito “L”**: R\$ 9.169.000,00 (nove milhões, cento e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO

O crédito ora aberto é destinado a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em 17/06/2009, sendo:

I – **Subcrédito “A”**: destinado a investimentos relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, e (vii) obras de implantação da Nova Marginal Tietê, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

II - **Subcrédito “B”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia Hélio Smidt SP-019, na interseção com a SP-070; (ii) do Trevo dos Pimentas na Rodovia SP-070; (iii) de caixas de contenção de produtos perigosos às margens do Rio Paraíba e dos Córregos da Vidoca e da Dívida; e para reforma de praça de pesagem fixa na SP-070 km 21;

III - **Subcrédito “C”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

IV - **Subcrédito “D”**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação

rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

V - **Subcrédito "E"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VI - **Subcrédito "F"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VII - **Subcrédito "G"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VIII - **Subcrédito "H"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

IX - **Subcrédito "I"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; e (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070;

X - **Subcrédito "J"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

XI - **Subcrédito "K"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070; e (iii) de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

XII - **Subcrédito "L"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

SEGUNDA**ATUALIZAÇÃO DO VALOR DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

Os subcréditos, em epígrafe, não utilizados serão atualizados, a partir da data de assinatura deste Contrato até a data de sua utilização, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, obedecidos os procedimentos previstos na Cláusula Sétima, adiante.

PARÁGRAFO ÚNICO

Observado o disposto no "caput" desta Cláusula, o BNDES poderá reduzir os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", antes de sua utilização total, passando o valor dessa redução a constituir os Subcréditos "M", "N", "O", "P", "Q" e "R" sob as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverão permanecer igual ao estabelecido, respectivamente, nos incisos III e V da Cláusula Décima. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

TERCEIRA**DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO**

Os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" serão postos à disposição da BENEFICIÁRIA em parcela única no dia 15 do mês de utilização e os Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Sétima, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor dos subcréditos será disponibilizado mediante crédito em conta-corrente aberta no BNDES em nome da BENEFICIÁRIA, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA, cujo saldo total remanescente dos recursos será transferido para a conta corrente nº 10558-4, que a BENEFICIÁRIA possui no Banco Itaú, agência nº 0910.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" a ser colocado à disposição da BENEFICIÁRIA será calculado de acordo com o critério

estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

QUARTA

JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização dos subcréditos, que equivalerá ao custo médio representativo das captações de recursos sem vinculação a repasse em condições específicas bem como instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S. A. - BNDESPAR indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aí incluídos todos os tributos, contribuições, comissões e despesas diretamente incidentes sobre essas operações, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de cálculo da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado nos termos da Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os juros serão calculados dia a dia pelo sistema de juros compostos, sobre o saldo devedor atualizado, e exigíveis, anualmente:

- a) Em relação aos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;
- b) Em relação ao Subcrédito "L": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A taxa de referência a que se refere o "caput" desta Cláusula será publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União (Seção 3) no dia 25 (vinte e cinco) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano ou na primeira edição subsequente àquele dia, se a referida publicação oficial não for editada naquela data, e estará disponível na página oficial do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br) nas mesmas datas acima mencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Durante o período em que não existam, cumulativamente, os passivos do BNDES e da BNDESPAR de que trata o caput desta Cláusula, será utilizada a taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUARTO

Caso os títulos referidos no Parágrafo Terceiro deixem de ser representativos da dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA, será utilizada a taxa interna de retorno do título que melhor reflita, a critério do BNDES, a dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUINTO

A taxa interna de retorno de que tratam os Parágrafos Terceiro e Quarto será apurada utilizando-se a média das taxas divulgadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, ou, em sua ausência, por outra fonte de informação escolhida pelo BNDES, com o objetivo de obter preços de referência para o mercado secundário dos títulos a que se refere o Parágrafo Terceiro, nos 40 (quarenta) dias úteis contados retroativamente a cada data base de cálculo, esta incluída, aplicando-se interpolação simples para o prazo de 10 (dez) anos caso não existam títulos com tal prazo de vencimento.

QUINTA**JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "A", "B", "C", "D", "J" e "K":**

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" incidirão juros de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

TC = $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência

correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos dos incisos I, II e IV da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será exigível de acordo com a seguinte periodicidade:

I - Para os Subcréditos "A", "B" e "C": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2012, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Para o Subcrédito "D": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2013, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Para os Subcréditos "J" e "K": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2015, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

SEXTA

ENCARGO POR RESERVA DE CRÉDITO

A BENEFICIÁRIA pagará ao BNDES o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e
- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da BENEFICIÁRIA, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência do encargo a que se referem os incisos I e II, retromencionados, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

SÉTIMA

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA DOS SUBCRÉDITO "E", "F", "G", "H", "I" e

"L"

O saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente do Subcrédito "E", "F", "G", "H", "I" e "L", aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras

despesas, comissões e demais encargos pactuados, será atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e aplicado pelo BNDES segundo o seguinte critério: apuração em dias úteis da Unidade Monetária IPCA do BNDES – UMIPCA, expressa em reais, com base na variação do IPCA, sendo que o valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) de cada mês deverá corresponder ao valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) do mês imediatamente anterior atualizado pelo IPCA mensal divulgado pelo IBGE no início do mês corrente, devendo o intervalo entre os dias 16 (dezesesseis) e 14 (quatorze) ser calculado *pro rata temporis* exponencial por dias úteis pela aplicação do último IPCA divulgado pelo IBGE em data anterior a cada dia 16 (dezesesseis).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do previsto no caput desta Cláusula, em qualquer mês onde o dia 15 (quinze) seja um dia não-útil será considerado o primeiro dia útil imediatamente posterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de o IPCA mensal somente ser divulgado pelo IBGE após o dia 14 (quatorze) do mês, continuará a ser adotada, para os fins previstos no caput desta Cláusula, até a data da divulgação pelo IBGE, a última UMIPCA utilizada pelo BNDES.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na ocorrência do previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, quando da divulgação do IPCA para o mês, pelo IBGE, a UMIPCA utilizada no período de que trata o citado Parágrafo Segundo desta Cláusula, será ajustada de forma a refletir a inflação divulgada.

PARÁGRAFO QUARTO

As eventuais diferenças apuradas, por força do previsto no parágrafo anterior, serão incorporadas ao saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” se positivas ou reduzidas deste saldo devedor se negativas.

PARÁGRAFO QUINTO

O saldo devedor proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” poderá, a qualquer momento, passar a ser remunerado, no todo ou em parte, pelo mesmo critério legal adotado para a remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT,

observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, tendo por base o saldo devedor apurado nos termos desta Cláusula, na data em que se efetivar a alteração, aplicando-se a essa parcela as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverá permanecer igual ao estabelecido na Cláusula Décima, incisos III e V. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

OITAVA

NÃO DIVULGAÇÃO OU EXTINÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO

CONSUMIDOR AMPLO - IPCA

Na hipótese de não divulgação do IPCA pelo IBGE pelo período de 6 (seis) meses ou de extinção do IPCA mencionado nas Cláusulas Segunda, Quarta e Sétima, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, o BNDES escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração por escrito, à BENEFICIÁRIA.

NONA

DO PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" e "E", "F", "G", "H", "I" e "L" será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para a BENEFICIÁRIA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Considerando que a dívida proveniente dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" está sujeita a atualização anual, nos termos da Cláusula Sétima, o Aviso de Cobrança a que se refere esta Cláusula será emitido pelo BNDES com a indicação de um valor referencial em Unidade Monetária IPCA do BNDES - UMIPCA, cujo valor deverá ser obtido no Departamento de Cobrança da Área Financeira do BNDES - AF/DECOB.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

PARÁGRAFO TERCEIRO

O BNDES deixará à disposição da BENEFICIÁRIA as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

DÉCIMA**AMORTIZAÇÃO**

O principal da dívida decorrente de cada Subcrédito deste Contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

I - Subcréditos "A", "B" e "C":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2012 e a última em 15 (quinze) de junho de 2021, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Subcrédito "D":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida deste Subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2014 e a última em 15 (quinze) de junho de 2023, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2014 e a última em 15 (quinze) de julho de 2023; observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

IV - Subcréditos "J" e "K":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2016 e a última em 15 (quinze) de junho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

V - Subcrédito "L":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida deste Subcrédito, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2016 e a última em 15 (quinze) de julho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO

A BENEFICIÁRIA compromete-se a liquidar em 15 (quinze) de julho de 2025, com a última prestação de amortização, todas as obrigações deste Contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA**GARANTIA DA OPERAÇÃO**

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, a BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE darão ao BNDES:

- I - em **PENHOR**, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, as ações de emissão da BENEFICIÁRIA e de titularidade da INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital social da BENEFICIÁRIA, conforme a seguir discriminado ("Ações Empenhadas"), observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", referidas no inciso I da Cláusula Décima Terceira, com as seguintes especificações:

- a) Quantidade de ações: 191.724.995 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e cinco);
- b) Espécie: Ordinárias;
- c) Forma: Nominativas.

II – **CESSÃO FIDUCIÁRIA**, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, e até final liquidação de todas as obrigações nele assumidas pela BENEFICIÁRIA, dos seguintes direitos:

(a) de todos os direitos emergentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado, em 17/06/2009, entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Contrato de Concessão”);

(b) todos os direitos de crédito da BENEFICIÁRIA, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão;

(c) todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA sobre os valores a serem depositados e mantidos nas “Contas do Projeto”, a saber “Conta Centralizadora”, “Conta Garantia”, “Conta Reserva do Serviço da Dívida”, “Conta de Operação” e “Conta dos Direitos Emergentes da Concessão”, definidas no Parágrafo Quinto da presente Cláusula, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, sendo tais contas de titularidade da BENEFICIÁRIA, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser celebrado entre a BENEFICIÁRIA, a Interviente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Depositário, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, estes dois últimos como Intervientes-Anuentes;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O penhor a que se refere o inciso I da presente Cláusula, será formalizado através de Contrato de Penhor de Ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Interviente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. obrigará-se a empenhar, em favor do BNDES e do Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da BENEFICIÁRIA, bem como quaisquer

direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelas mesmas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Interveniente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. nomeará, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, como seus procuradores, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome da INTERVENIENTE acima referida: (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do penhor sobre as ações empenhadas, e/ou (ii) alienar as ações empenhadas, no todo ou em parte, por meio de venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações garantidas, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação.

PARÁGRAFO QUARTO

A cessão a que se refere o inciso II desta Cláusula será formalizada através de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

PARÁGRAFO QUINTO

O Contrato de Administração de Contas a que se refere o inciso II, alínea "c", do *caput* desta Cláusula, deverá prever as seguintes contas:

a) **CONTA CENTRALIZADORA:** conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, centralizadora de todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA, com exceção dos direitos emergentes da concessão, que serão depositados diretamente na "Conta dos Direitos Emergentes da Concessão";

b) **CONTA DE OPERAÇÃO:** conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, parcela dos recursos depositados na Conta Centralizadora, segundo percentuais anuais pré-definidos com base em relatório a ser fornecido pela BENEFICIÁRIA que demonstre qual o percentual da receita bruta total dos últimos 12 meses foi destinado para pagamento dos Custos de O&M (pagamento da outorga, tributos, custos e despesas operacionais projetados, e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público), sendo o percentual inicial a ser

transferido da Conta Centralizadora para a Conta de Operação de 46% (quarenta e seis por cento) do saldo verificado na Conta Centralizadora ao final de cada dia ("Percentual Conta Operação");

b.1) Os recursos da Conta de Operação deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA ("Contratos Garantidos"), observado o disposto no item (b.3) deste parágrafo; e (ii) desde que a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) esteja devidamente preenchida, nos termos do item "e" deste parágrafo. Tais recursos deverão ser utilizados pela BENEFICIÁRIA para pagamento dos Custos de Operação do Projeto a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Primeira.

b.2) Se a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta de Operação em montante suficiente para a Conta Reserva de O&M. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M), o saldo excedente, se houver da Conta de Operação deverá ser transferido para a Conta Movimento.

b.3) Caso ocorra inadimplemento, no âmbito dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá mensalmente (i) transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Movimento em volume tal para cobrir os Custos de O&M conforme relatório mensal de Custos de O&M fornecido pela BENEFICIÁRIA e (ii) após as transferências em (i), transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Garantia.

c) CONTA GARANTIA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, a parcela restante dos depósitos efetuados no respectivo dia na Conta Centralizadora, após a transferência do Percentual Conta Operação;

c.1) Os recursos da Conta Garantia deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos; e (ii) desde que a Conta Reserva do Serviço da Dívida esteja devidamente preenchida, nos termos da alínea "d" do presente Parágrafo;

c.2) Se a Conta Reserva do Serviço da Dívida não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados ou, uma vez preenchida, os recursos nela depositados sejam utilizados em virtude de inadimplemento, conforme definido nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta Garantia em montante suficiente para o atingimento dos valores estipulados para a Conta Reserva do Serviço da Dívida. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva do

Serviço da Dívida, o saldo excedente, se houver, da Conta Garantia deverá ser transferido para a Conta Movimento;

c.3) Caso ocorra inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta Garantia.

d) CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, a qual deverá ser constituída com volume que atenda, de maneira global:

- para cada subcrédito em TJLP: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida;

- para cada subcrédito em IPCA: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 (um terço) do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 (um quarto) do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos do subcrédito;

- no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures.

d.1) A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá estar devidamente preenchida, observado os valores acima definidos, nos seguintes prazos:

d.1.1) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente Contrato, relativamente a cada subcrédito em IPCA: até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação;

d.1.2) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente, relativamente aos subcréditos em TJLP: até 15 dias contados da data da última prestação vencida;

d.1.3) no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: no dia seguinte à liquidação das Debêntures, nos termos da referida Escritura de Emissão.

e) CONTA RESERVA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (OU CONTA RESERVA DE O&M): conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, na qual serão depositados os

recursos em montante equivalente ao custo operacional da BENEFICIÁRIA por um período de 3 (três) meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela BENEFICIÁRIA nos 3 (três) meses antecedentes.

e.1) A Conta Reserva de O&M poderá ser movimentada pela BENEFICIÁRIA nas seguintes hipóteses: (i) para a complementação dos valores retidos na Conta Reserva de O&M; (ii) para sacar recursos da Conta Reserva de O&M, caso o seu saldo seja superior ao mínimo previsto para o seu preenchimento, salvo na hipótese de inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, caso em que o valor excedente deverá ser transferido pelo Banco Depositário para a Conta Garantia; e (iii) mediante a ocorrência de um evento extraordinário que resulte em necessidade adicional de despesas operacionais por parte da BENEFICIÁRIA, devidamente comprovado, e desde que a BENEFICIÁRIA comprove que não tem recursos suficientes para o pagamento destas despesas operacionais adicionais. Fica o Banco Depositário responsável pela verificação do saldo da Conta Reserva de O&M e pelo acompanhamento do atendimento do montante mínimo estabelecido para o seu preenchimento;

e.2) A BENEFICIÁRIA deverá recompor o saldo da Conta Reserva de O&M no prazo de até um mês contado de referido saque.

f) CONTA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO: conta de titularidade da Concessionária, na qual serão depositados todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão referentes a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão;

g) CONTA MOVIMENTO: conta corrente de titularidade da BENEFICIÁRIA, de livre movimentação, que receberá os valores liberados da Conta Garantia e da Conta de Operação, desde que ausente inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, e que estejam preenchidas a Conta Reserva do Serviço da Dívida e a Conta Reserva de O&M.

PARÁGRAFO SEXTO

Os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida poderão ser aplicados em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituídos, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil).

BNDES

Benedito Raposo
advogado

PARÁGRAFO SÉTIMO

Reserva-se o BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, havendo ocorrido, a seu critério, depreciação da garantia.

PARÁGRAFO OITAVO

As garantias mencionadas nos incisos I e II, do *caput* serão compartilhadas com os Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas.

PARÁGRAFO NONO

Em caso de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário será responsável por reter os recursos depositados nas Contas do Projeto e transferi-los ao BNDES e ao Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto do Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias a que se refere o parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO

As garantias referidas nesta Cláusula são consideradas um todo indivisível em relação ao valor da dívida.

DÉCIMA SEGUNDA**ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO****DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E/OU DO FAT**

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e/ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Quinta poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

DÉCIMA TERCEIRA**OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA**

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878 de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571/2008, de 04 de março de 2008 e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total dos Subcréditos "A", "B" e "C" até 30/06/2011 (trinta de junho de dois mil e onze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - utilizar o total do Subcrédito "D" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- IV - utilizar o total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze);
- V - utilizar o total dos Subcréditos "J" e "K" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- VI - utilizar o total do Subcrédito "L" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze);
- VII - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do

Meio Ambiente (SISNAMA) ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

- VIII - na hipótese de ocorrer, em função do projeto de que trata a Cláusula Primeira, redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- IX - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira;
- X - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- XI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- XII - comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- XIII - não constituir penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) que será(ão) dado(s) em garantia ao BNDES, sem a prévia autorização deste, sob pena de vencimento antecipado do presente Contrato;
- XIV - comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o Projeto, em especial, mas não se limitando, ao Mandado de Segurança nº 053.09.019188-1, que tramita perante o Juízo da 12ª Vara de Fazenda Pública da Justiça Estadual Paulista, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria BENEFICIÁRIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos;
- XV - manter-se adimplente com o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira;
- XVI - não alterar o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira, sem anuência formal do BNDES, exceto no caso de alterações que não impactem no equilíbrio econômico financeiro do Contrato de

Concessão, as quais poderão ser celebradas pela BENEFICIÁRIA independentemente de anuência do BNDES, comprometendo-se a BENEFICIÁRIA a apresentar tais alterações ao BNDES tão logo estas sejam formalizadas;

- XVII - não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias reais de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que garantias do mesmo tipo sejam prestadas ao BNDES, com iguais condições e grau de prioridade, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XVIII, da presente Cláusula;
- XVIII - comunicar ao BNDES, prévia e formalmente, a constituição de garantia real em virtude de determinação legal ou para a garantia do juízo em ações judiciais e para os processos administrativos nos quais figure no pólo passivo, bem como nos casos de propriedade fiduciária em financiamentos para aquisição de equipamentos;
- XIX - manter durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento relação Patrimônio Líquido / Passivo Total mínima de 20%;
- XX - após o atingimento do Completion a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Décima Oitava, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio que em conjunto ou isoladamente superem o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, amortização de principal ou pagamentos de juros de mútuos contraídos junto a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo, na hipótese de: (i) haver prestação da dívida com o BNDES com pagamento em atraso; ou (ii) a Conta Reserva do Serviço da Dívida, não estar devidamente preenchida; ou (iii) o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), apurado trimestralmente de acordo com a fórmula apresentada no Anexo I ao presente Contrato, se mostrar inferior a 1,2; (iv) o índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser superior a 4;
- XXI - exigir de seus auditores pronunciamento expresso nos pareceres sobre o atendimento ou não do ICSD e do Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, bem como o envio de correspondência ao BNDES apresentando a memória de cálculo destes covenants e a conclusão de sua análise;
- XXII - durante todo o período do financiamento, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; (v) prestação de garantia fidejussória em favor de terceiros; (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; (viii) participação em outras sociedades, exceto na qualidade de cotista de fundo de investimento regulado pela Instrução CVM nº 409/04 (desde que expressamente vedada, no Regulamento do fundo, a aplicação em derivativos com finalidade distinta a hedge); (ix) constituição, em favor de

terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do projeto com exceção dos Debenturistas;

XXIII - durante todo o período do financiamento, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no Contrato de Concessão a que se refere o *caput* do Parágrafo Único, da Cláusula Primeira;

XXIV - solicitar a prévia anuência do BNDES para aditar a Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA em relação as seguintes matérias: (i) liberar garantias contratadas, exceto se já previsto inicialmente na escritura; (ii) alterar condições financeiras (principal, taxa de juros, prazo de carência e amortização, moeda/índice de correção), com exceção de aumento de principal até o limite de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) e/ou redução da taxa de juros em função do processo de "bookbuilding"; (iii) cessão de direitos e obrigações da BENEFICIÁRIA a terceiros; (iv) alteração de covenants, exceto se já previsto inicialmente;

XV - não alienar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar seus direitos e obrigações relativos às debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;

PARÁGRAFO ÚNICO:

O EBITDA Ajustado, mencionado no inciso XVIII da presente Cláusula, é calculado subtraindo da receita líquida os custos operacionais e as despesas operacionais e administrativas, e somando as despesas com depreciação e amortização, além das despesas referentes à provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária.

DÉCIMA QUARTA

OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE CONTROLADORA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de Controladora e de Prestadora da garantia real citada no inciso I, do *caput* da Cláusula Décima Primeira, já devidamente qualificada no preâmbulo deste Contrato, assume, neste ato, a obrigação de:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, que também declara(m) conhecer;

- II - submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BENEFICIÁRIA ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;
- III - não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA a novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- IV - não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA;
- V - tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação;
- VI - suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da BENEFICIÁRIA, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto, bem como ao cumprimento da obrigação prevista no inciso XIV da Cláusula Décima Terceira;
- VII - manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da BENEFICIÁRIA, bem com não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- VIII - manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela BENEFICIÁRIA de sua propriedade;
- IX - na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização;
- X - Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão em decorrência de sentença transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança n.º 053.09.019.188-1, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a INTERVENIENTE deverá pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da referida decisão.

DÉCIMA QUINTA**RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL**

Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da Beneficiária responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica o disposto no "caput" desta Cláusula se houver prévia anuência do BNDES ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

DÉCIMA SEXTA**PROCURAÇÃO RECÍPROCA**

A BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

DÉCIMA SÉTIMA**CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**" retromencionadas, e das estabelecidas nas "**NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO**", a que se refere o artigo 2º das mesmas "**DISPOSIÇÕES**", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) abertura, pela BENEFICIÁRIA, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) comprovação pela Beneficiária da integral liberação, pelo Itaú BBA, da cessão fiduciária das receitas de pedágio da BENEFICIÁRIA, bem como do penhor de 100% (cem por cento) das ações de sua emissão, garantias estas

que asseguram as notas promissórias comerciais emitidas pela BENEFICIÁRIA;

- c) a formalização jurídica, em termos satisfatórios ao BNDES, e atendendo as condições aqui estabelecidas, dos seguintes contratos: o Contrato de Penhor de Ações a que se refere parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que se refere o parágrafo quarto da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Administração de Contas a que se refere a alínea "c" do inciso II da Cláusula Décima Primeira e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a que se refere o Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima Primeira;
- d) a averbação do penhor de ações a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Primeira no Livro de Registro de Ações da BENEFICIÁRIA.

II - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da beneficiária ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débito - CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo.
- c) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre a continuidade da validade de tal documento;
- d) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, de listagem contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES, de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos deste Contrato estão credenciados no BNDES.

III - Para utilização dos recursos provenientes dos Subcréditos "B", "C" e "K" de que tratam os incisos II, III e XI do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverá ser apresentada(o):

- a) Licença de Instalação do projeto relativo a cada subcrédito em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou,

em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; ou

- b) Documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental.

IV - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "E", "F", "G", "H" e "I" de que tratam os incisos V, VI, VII, VIII e IX, do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverão ser apresentados:

- a) Licença de Instalação do projeto relativo aos subcréditos em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ou documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental; e
- b) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C" e "D".

V - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "L" de que trata o inciso XII, do caput da Cláusula Primeira, deverá ser apresentada:

- a) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K".

DÉCIMA OITAVA

FIANÇA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, no preâmbulo qualificada, aceita o presente Contrato na qualidade de fiador e principal pagador, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, e responsabilizando-se, solidariamente, até final liquidação deste Contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, neste instrumento, pela BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO

A garantia mencionada no caput da presente Cláusula será liberada se cumpridas as condições estabelecidas para o *Completion*, a seguir discriminadas:

- (a) constituição das garantias previstas nos incisos I e II da Cláusula Décima Primeira;

(b) manutenção, durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento (ainda que não concluído tal prazo), da relação Patrimônio Líquido / Passivo Total da BENEFICIÁRIA igual ou superior a 20%;

(c) atendimento do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor do que 4;

(d) atendimento do ICSD maior ou igual a 1,2 durante 24 meses consecutivos.

DÉCIMA NONA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA e pela INTERVENIENTE, será observado o disposto nos arts. 40 a 47-A das “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES”, a que se refere a Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na apuração do saldo devedor vencido do Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L”, de que tratam, respectivamente, os incisos V, VI, VII, VIII, IX e XII, do *caput* da Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento.

VIGÉSIMA

MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, a BENEFICIÁRIA pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

VIGÉSIMA PRIMEIRA

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das “DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES” mencionadas na Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liquidação antecipada, parcial ou total, da parcela de recursos de que tratam os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, quando autorizada pelo BNDES, deverá ser realizada juntamente com o valor apurado correspondente ao saldo devedor, na data de sua liquidação, dos demais subcréditos previstos na citada Cláusula Primeira, respeitada a proporcionalidade entre o(s) saldo(s) devedor(es) desse(s) subcrédito(s).

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quando da apuração do saldo devedor na liquidação antecipada parcial ou total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento observado o disposto nas Cláusulas Quarta e Sétima deste Contrato, no que couber.

VIGÉSIMA SEGUNDA**EFEITOS DA CESSÃO DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

A BENEFICIÁRIA declara, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, que nada tem a opor quanto à futura cessão, pelo BNDES, dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", anuindo, desde já, que todas as obrigações a serem cumpridas perante o BNDES decorrentes deste contrato, após a cessão dos supracitados subcréditos, permanecem integralmente em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO

O BNDES nos termos do art. 290 do Código Civil notificará a Beneficiária da cessão de que trata o caput desta Cláusula.

VIGÉSIMA TERCEIRA**VENCIMENTO ANTECIPADO**

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Terceira, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso VI da Cláusula Décima Terceira;
- b) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- c) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- d) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) que serão dado(s) em garantia ao BNDES, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira;
- f) o vencimento antecipado das debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.86.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na BENEFICIÁRIA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento, desde que o pagamento ocorra no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A declaração de vencimento antecipado com base no estipulado na alínea "b" não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Beneficiária, observado o devido processo legal.

BNDES
Bernardo Raposo
Advogado

VIGÉSIMA QUARTA**VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS**

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no caput desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede da BENEFICIÁRIA, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

VIGÉSIMA QUINTA**AUTORIZAÇÃO**

A BENEFICIÁRIA autoriza o BNDES a descontar da primeira parcela do crédito, quando de sua utilização, o valor de R\$ 485.011,67 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sessenta e sete centavos), relativo à segunda e última parcela da Comissão de Estudo do projeto mencionado na Cláusula Primeira deste Contrato, cuja primeira parcela no valor de R\$ 225.780,33 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta reais e trinta e três centavos) foi paga em 20 de Agosto de 2010.

A BENEFICIÁRIA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS apresentou a Certidão Negativa de Débito - CND nº 200762010-21025030, expedida em 27 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como a INTERVENIENTE ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., que apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 291712010-21034020, expedida em 13 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Bernardo Raposo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de FEVEREIRO de 2011

Pelo BNDES:

ARMANDO MARIANTE CARVALHO
Presidente em exercício

Wagner Bittencourt

Wagner Bittencourt
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

(Folha de Assinaturas do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.1962.1, celebrado entre o BNDES e a CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, com a Intervenção de Terceiro)

Pela BENEFICIÁRIA:

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

Federico Botto
Diretor Presidente

Flavio Viana de Freitas
Diretor Superintendente

INTERVENIENTE-FIADOR

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

TESTEMUNHAS:

Nome: Maria Silvia de Arruda Borges
Identidade: CPF: 370.737.027-53
CPF: SSP/DETRAN: 03.574.352-5

Nome: JOLIO CERRA SILVA SOUZA
Identidade: 3763035
CPF: 366 2785 2772

RECONHECIMENTO OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS | CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA DR. CANECA 1241 - CEP: 01007-002 FONE: (11) 3171-9833 - FAX: (11) 3171-1074 / 3171-1314 E-MAIL: sac@cerqueira.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELINO RAFART DE SERAS, FEDERICO BOTTO, FLAVIO VIANA DE FREITAS e MARCELLO GUIDOTTI, em documento com valor econômico, do mês de fevereiro de 2011.

Em Teste da verdade. Cód.: 1998400311410000160182

CASSIO DE LIRA GOMES - Escrevente Autorizado
Valido somente com o selo de autenticidade. (Ord 4: Total)

Cassio de Lira Gomes
Escrevente Autorizado

COLEÇÃO do Brasil

1028AA260812
1028AA260811
1028AA260809
1028AA260810

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

I. CEDENTE:

(i) Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "Cedente";

II. CESSIONÁRIOS:

(ii) Plannier Trustee DTVM Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, de emissão da Cedente ("Agente Fiduciário");

(iii) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657-248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados, doravante denominado "BNDES", e em conjunto com o Agente Fiduciário "Cessionários" ou "Partes Garantidas"; e

III. BANCO DEPOSITÁRIO:

(iv) Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF 60.701.190/0001-04, neste ato representada por seus representantes legais, doravante designada "Banco Depositário" e, em conjunto com a Cedente e os Cessionários, "Partes";

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 17 de junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/ARTESP/2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente") e a Cedente, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração pela Cedente do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto e seus respectivos acessos ("Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto");

(ii) Através do exercício de suas atividades, a Cedente arrecada recursos relativos ao pagamento de tarifas do serviço público concedido, pelos usuários do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, cobradas através de seus postos de pedágio, diretamente ou mediante recebíveis sacados contra a STP - Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. provenientes dos sistemas "Via Fácil" e "Sem Parar", distribuídos pelo Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões");

(iii) A Cedente deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a emissão de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, para distribuição pública ("Debêntures" e "Emissão"), cujas condições e características estão descritas na Escritura da Primeira Emissão

Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas celebrada em 07 de fevereiro de 2011 entre a Cedente, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1.º e 2.º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.873.873/0001-10 ("Ecorodovias"), e o Agente Fiduciário ("Escritura"), cujas condições são descritas no Anexo I ao presente Contrato;

(iv) A Cedente deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a obtenção de um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), cujos recursos serão destinados para investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a ECOPISTAS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP em 17/06/2009, o qual foi formalizado por meio de um contrato de financiamento mediante abertura de crédito, cuja cópia encontra-se no Anexo II ("Contrato BNDES", em conjunto com a Escritura, denominados os "Contratos Garantidos");

(v) a cessão fiduciária objeto deste Contrato, conforme abaixo definido, foi aprovada pela ARTESP, conforme autorização veiculada no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 18 de dezembro de 2010, referente ao processo protocolado sob o nº 166.072/10.

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos ("Contrato"), que será regido pelas cláusulas e condições a seguir.

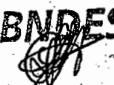
CLÁUSULA PRIMEIRA - CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

1.1. Para assegurar (i) o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes dos Contratos Garantidos, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas; e (ii) o ressarcimento de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da excussão de garantias prestadas, conforme descrição dos Contratos Garantidos (doravante denominadas "Obrigações Garantidas"), a Cedente cede fiduciariamente em benefício dos Cessionários, nos termos do Contrato de Concessão, do artigo 66-B da Lei n.º 4.728/65, com a nova redação dada pelo artigo 55 da Lei n.º 10.931, de 02 de agosto de 2004, conforme alterada ("Lei n.º 10.931/04"), e dos artigos 18 a 20 da Lei n.º 9.514, de 20 de novembro de 1997, conforme alterada ("Lei n.º 9.514/97") em caráter irrevogável e irretratável os seguintes direitos, livres e desembaraçados de quaisquer ônus, gravames ou restrições:

a) todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, cujos valores deverão ser depositados na conta nº 90.054-3 da agência 2001 do Itaú Unibanco S.A. ("Conta dos Direitos Emergentes da Concessão");

b) todos os direitos de crédito da Cedente presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucro cessante contratadas nos termos do Contrato de Concessão;

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

c) todos os direitos creditórios da Cedente sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas contas n.º 90.050-1 da agência 2001 ("Conta Centralizadora"), n.º 90.051-9 da agência 2001 ("Conta Garantia"), n.º 90.056-8 da agência 2001 ("Conta Reserva do Serviço da Dívida") e n.º 90.052-7 da agência 2001 ("Conta de Operação"), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Cedente de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas dos Direitos Emergentes da Concessão, Conta Centralizadora, Conta Garantia, Conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta de Operação, sendo todas as referidas contas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data entre a Cedente o Banco Depositário e as Partes Garantidas como intervenientes-anuentes ("Contrato de Administração de Contas"), cuja cópia encontra-se anexa como Anexo III (os direitos creditórios mencionados nos itens (a), (b) e (c) são denominados conjuntamente "Direitos Creditórios"). A Conta Garantia, a Conta de Operação, a Conta Reserva do Serviço da Dívida, a Conta Centralizadora e a Conta dos Direitos Emergentes da Concessão, em conjunto, são denominadas as "Contas do Projeto", e os Direitos Creditórios e as Contas do Projeto são denominados conjuntamente "Direitos e Contas Cedidas".

1.2. As Obrigações Garantidas têm suas características devidamente descritas nos Anexos I e II ao presente Contrato, em cumprimento ao disposto no artigo 66-B. § 4º, da Lei nº 4.728, de 14 de julho de 1965.

CLÁUSULA SEGUNDA - CONDIÇÕES SUSPENSIVAS

2.1. Os Cessionários concordam que a validade e eficácia da cessão fiduciária objeto deste Contrato está sujeita às seguintes condições suspensivas ("Condições Suspensivas"):

(i) liberação da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, por parte do agente de garantia ("Agente de Garantias") das 5ª emissão de notas promissórias comerciais emitidas pela Cedente no montante de até R\$371.000.000,00;

(ii) obtenção da aprovação da ARTESP; e

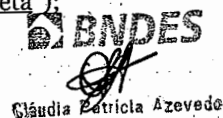
(iii) comprovação, pela Cedente, do registro do presente Contrato nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos localizados na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo e na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, o que deverá ocorrer no prazo de 10 (dez) dias contados da efetivação do registro.

2.1.1. Este Contrato passará a produzir efeitos a partir da data da averbação da desoneração do gravame de penhor de primeiro grau das ações no Livro de Registro de Ações da Emissora, da data da aprovação da ARTESP ou do registro deste Contrato nos termos da Cláusula 2.1, item (iii), o que ocorrer por último.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS REGISTROS E NOTIFICAÇÕES

3.1. A Cedente deverá enviar, em até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato, notificação por escrito aos seguintes Agentes de Intermediação de Pagamentos (conforme definido abaixo), com cópia para o Agente Fiduciário, BNDES e Banco Depositário, elaborada nos termos dos modelos constantes do Anexo IV ("Notificação aos Agentes de Intermediação de Pagamentos"), de forma a instruí-los a depositar todo o valor por eles arrecadado na Conta Centralizadora:

(a) no que se refere aos recursos recebidos em espécie diretamente nas praças de pedágio, ao banco ou empresa prestador de serviço de coleta de recursos, conforme o caso, junto ao qual serão depositados todos os valores em espécie relativos à cobrança e recolhimento dos referidos Direitos Creditórios, sendo certo que referidos depósitos serão realizados pelas empresas de coleta e transporte de valores contratadas pela Cedente ("Bancos ou Empresas de Coleta");


Cláudia Patrícia Azevedo

(b) às entidades administradoras dos sistemas de pagamento eletrônico instalados nas praças de pedágio (tais como "Sem Parar", "Via Fácil" ou qualquer outro sistema de pagamento eletrônico assemelhado) ("Administradoras de Sistemas de Pagamento Eletrônico"), no que se refere aos recursos recebidos por tais entidades;

(c) às empresas administradoras de vale pedágio ("Coletoras de Vale Transporte"), no que se refere aos recursos recebidos por este meio de pagamento; e

(d) às entidades administradoras de cartões de crédito com as quais a Cedente celebrou convênio para a utilização de cartões de crédito nas praças de pedágio ("Administradoras de Cartões de Crédito"), no que se refere aos recursos recebidos mediante a utilização de cartões de crédito (as Administradoras de Cartões de Crédito, os Bancos ou Empresas de Coleta, as Coletoras de Vale Transporte e as Administradoras de Sistemas de Pagamento Eletrônico referidos em conjunto como "Agentes de Intermediação de Pagamentos" e, individual e indistintamente, como "Agente de Intermediação de Pagamentos").

3.2. A Cedente também deverá enviar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato, notificação por escrito à ARTESP, elaborada nos termos do modelo constante do Anexo V ("Notificação ao Poder Concedente"), com cópia para o Agente Fiduciário, ao BNDES e ao Banco Depositário, para atestar a ciência da ARTESP com relação à cessão fiduciária de todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive, sem limitação, os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, bem como para que os recursos decorrentes dos direitos emergentes de eventuais indenizações sejam depositados na Conta de Direitos Emergentes da Concessão.

3.3. A Cedente deverá comunicar o Agente Fiduciário e o BNDES, por escrito, acerca da celebração de novos contratos ou de aditamento ou rescisão, por qualquer motivo, de qualquer contrato celebrado com qualquer dos Agentes de Intermediação de Pagamentos ou aditamento ou rescisão, por qualquer motivo, do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data de celebração, aditamento ou rescisão do respectivo contrato, conforme o caso.

3.4. A Cedente dará cumprimento imediato a qualquer outra exigência de qualquer lei aplicável que venha a vigorar no futuro; necessária à preservação, constituição, aperfeiçoamento e prioridade absoluta da cessão fiduciária ora constituída, fornecendo a respectiva comprovação aos Cessionários.


3.5. A Cedente deverá registrar o presente Contrato ou qualquer aditamento nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos identificados no item 2.1 (iii) acima, às suas expensas, devendo ainda a Cedente apresentar ao Agente Fiduciário e ao BNDES (i) o protocolo dos pedidos de registro no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de assinatura deste Contrato ou do respectivo aditamento e (ii) os comprovantes dos registros acima descritos no prazo de até 10 (dez) dias contados da data da efetivação do registro.

CLÁUSULA QUARTA - DECLARAÇÕES E OBRIGAÇÕES DA CEDENTE

4.1. A Cedente declara que:

a) após a liberação da cessão fiduciária dos Direitos Creditórios, por parte do Agente de Garantias mencionado na cláusula segunda deste Contrato, os Direitos e Contas Cedidas estarão livres e desembaraçadas de qualquer ônus ou gravame e não penderá sobre os mesmos qualquer litígio, ação, processo judicial ou não;

b) exceto pela autorização da ARTESP e da Notificação ao Poder Concedente, não é necessária a obtenção de qualquer aprovação governamental ou quaisquer consentimentos, aprovações ou notificações com relação à criação e manutenção da cessão fiduciária sobre os Direitos e Contas Cedidas de acordo com este Contrato; e


Cláudia Patrícia Amorato
Advogada

c) a lista de Direitos Creditórios relacionados na Cláusula 1.1. acima contempla atualmente todos os direitos de crédito, presentes e futuros, que a Cedente detém.

4.2 Até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, a Cedente compromete-se a:

a) não constituir sobre os Direitos e Contas Cedidas qualquer outro ônus ou gravame além da cessão fiduciária objeto deste Contrato e a não vender, ceder em garantia, arrendar, alugar ou de qualquer outra forma alienar qualquer parte dos Direitos e Contas Cedidas a terceiros, exceto se previamente aprovado pelos Cessionários;

b) manter os Cessionários indenes e a salvo de todos e quaisquer custos e despesas (incluindo, sem limitação, honorários advocatícios) que os Cessionários venham comprovadamente incorrer (i) provenientes de qualquer atraso no pagamento dos tributos incidentes ou devidos relacionados a qualquer dos Direitos e Contas Cedidas; (ii) resultantes de comprovada violação de qualquer das declarações assumidas neste Contrato; e (iii) referentes à formalização e ao aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos e Contas Cedidas, de acordo com este Contrato;

c) indicar, quando da celebração de novos contratos com Agentes de Intermediação de Pagamentos para recebimento de valores referentes aos Direitos e Contas Cedidas, a Conta Centralizadora da Cedente junto ao Banco Depositário, para o depósito de todo e qualquer valor referente à realização dos Direitos Creditórios;

d) notificar, nos termos dos Anexos IV e V, conforme o caso, todos os Agentes de Intermediação de Pagamentos e o Poder Concedente acerca da obrigação assumida pela Cedente nos termos deste Contrato, de forma irrevogável e irretroatável, de depositar todo e qualquer valor que receber referente à realização dos Direitos Creditórios em sua conta junto ao Banco Depositário;

e) depositar todo e qualquer valor que receber referente à realização dos Direitos Creditórios na Conta Centralizadora, observada a Cláusula 4.3 e 4.4;

f) a defender, de forma tempestiva e eficaz, os direitos dos Cessionários sobre os Direitos e Contas Cedidas, contra quaisquer procedimentos ou processos que venham a ser propostos por terceiros ou que a Cedente venha a ter ciência e que possam, de qualquer forma, afetar adversamente a presente garantia;

g) não terminar ou alterar quaisquer contratos ou instrumentos relacionados aos Direitos e Contas Cedidas, sem a prévia e expressa anuência dos Cessionários, sendo que referida anuência não poderá ser injustificadamente recusada, segundo critérios de razoabilidade e princípios de boa-fé, salvo na hipótese de alteração unilateral nos contratos de adesão celebrados pela Cedente, relativos aos termos e condições de recebimento dos valores referentes ao pedágio, em que não será necessária a prévia e expressa anuência dos Cessionários;

h) não celebrar qualquer contrato ou praticar qualquer ato que restrinja os direitos ou a capacidade dos Cessionários de vender ou de outra forma dispor dos Direitos e Contas Cedidas, no todo ou em parte, após a ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, ou da declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos;

i) cumprir com os termos e condições do Contrato de Administração de Contas, observado que um inadimplemento no Contrato de Administração de Contas será considerado um evento de inadimplemento nos termos deste Contrato;

j) manter e preservar todos os direitos reais de garantia constituídos nos termos deste Contrato e eventuais aditamentos e notificar no prazo de 5 (cinco) dias úteis o Agente Fiduciário e o BNDES sobre qualquer evento, fato ou circunstância, incluindo, sem limitação, qualquer decisão, ação judicial, procedimento administrativo, procedimento arbitral, reivindicação, investigação ou alteração de legislação (ou na sua interpretação) ou, ainda, qualquer evento, fato ou circunstância potencial que vier a ser de seu conhecimento e que possa ser justificadamente considerado como



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

apto a afetar a validade, legalidade ou eficácia da garantia real constituída nos termos deste Contrato;

l) quando solicitado pelas Partes Garantidas, fornecer prontamente todas as informações e/ou cópias autenticadas dos documentos comprobatórios relacionados aos Direitos e Contas Cedidas para verificar o atendimento às disposições do presente Contrato, bem como dar cumprimento a todas as instruções escritas recebidas do Agente Fiduciário e do BNDES para o cumprimento do presente Contrato, especialmente quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES;

m) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, ou em prazo menor que venha a ser determinado por autoridade competente, fornecer às Partes Garantidas todas as informações, cópias de documentos, declarações e comprovações que venham a ser solicitadas com relação aos Direitos Creditórios, de forma a permitir que as Partes Garantidas verifiquem o cumprimento das obrigações ora assumidas e executem, caso aplicável, as disposições do presente Contrato;

n) comunicar às Partes Garantidas, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, qualquer ato ou fato que possa depreciar ou ameaçar a garantia prestada nos termos deste Contrato;

o) informar imediatamente às Partes Garantidas sobre a ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES;

p) informar as Partes Garantidas, imediatamente após o seu recebimento, sobre qualquer comunicação recebida da ARTESP com relação a processo administrativo, investigação ou imposição de qualquer penalidade decorrente do descumprimento de qualquer dever legal ou contratual da Cedente que possa afetar o recebimento dos Direitos Creditórios;

q) praticar todos os atos, assinar todo e qualquer documento, necessários à manutenção dos direitos decorrentes deste Contrato, bem como a proceder, às suas expensas, ao registro deste Contrato e de seus anexos ou aditamentos nos cartórios de título e documentos competentes;


r) não alterar ou encerrar as Contas do Projeto ou permitir que seja alterado qualquer termo ou condição dos respectivos contratos de abertura de conta corrente ou de investimento, nem praticar qualquer ato, ou abster-se de praticar qualquer ato, que possa, de qualquer forma, resultar na alteração, encerramento ou oneração das Contas do Projeto; e

s) durante a vigência deste Contrato, não dar aos Agentes de Intermediação de Pagamentos ou ao Poder Concedente instrução diversa daquela contida nos modelos de notificação anexados a este Contrato no que se refere ao recebimento dos Direitos Creditórios.

4.3. Caso ocorra um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, ou a declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos, a Cedente deverá depositar, na Conta Centralizadora, todo e qualquer recurso advindo de direito creditório relacionado à receita acessória da Cedente resultante da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário ("Receita Acessória"), nos termos do Contrato de Concessão.

4.4. A Cedente deverá enviar relatório trimestral ao Agente Fiduciário contendo a previsão mensal de recebimento de Receita Acessória para o período de 03 (três) meses subsequentes à data do relatório ("Relatório da Receita Acessória"). Caso o Relatório da Receita Acessória indique que a Receita Acessória representará mais de 6% (seis por cento) da receita consolidada da Cedente em qualquer dos meses cobertos pelo Relatório da Receita Acessória, qualquer valor da Receita Acessória que supere o limite de 6% (seis por cento) deverá ser depositado pela Cedente na Conta Centralizadora, no último dia útil do mês que, segundo informações do Relatório da Receita Acessória, registrará recebimento de Receita Acessória acima do limite de 6% (seis por cento) indicado nesta cláusula, independentemente da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, ou da

BNDES


Cláudia Patrícia Azavedo
Advogada

declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos.

CLÁUSULA QUINTA - EXCUSSÃO DA CESSÃO FIDUCIÁRIA

5.1. Ocorrendo a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas nos termos dos Contratos Garantidos, os Cessionários poderão promover a excussão dos Direitos e Contas Cedidas, conforme os seguintes procedimentos:

a) Os Cessionários, nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias celebrado entre os Cessionários nesta data (o "Contrato de Compartilhamento de Garantias") e do Contrato de Administração de Contas, estarão autorizados, de forma irrevogável e irretratável, a exigir da ARTESP, do Banco Depositário, e de quaisquer outros devedores dos Direitos Creditórios, que seja mantido o depósito dos recursos relativos aos Direitos Creditórios diretamente na Conta Centralizadora, em favor dos Cessionários, nos termos do inciso IV do artigo 19 da Lei n.º 9.514/1997;

b) Os Cessionários, observado o disposto na Cláusula 12 do Contrato de Administração de Contas, enviarão uma notificação ao Banco Depositário requerendo o bloqueio imediato do saldo diário das Contas do Projeto (com exceção dos recursos depositados na Conta Reserva de O&M, conforme definido no Contrato de Administração de Contas, e observadas as disposições da Cláusula 12 do mesmo contrato, de modo a respeitar os pagamentos da Cedente para que ela possa dar prosseguimento às suas atividades, ou seja, efetuar os pagamentos relativos às despesas necessárias para o seu regular funcionamento); e

c) Os Cessionários, observado o disposto na Cláusula 12 do Contrato de Administração de Contas, enviarão uma notificação ao Banco Depositário requerendo o resgate de qualquer aplicação realizada por conta dos recursos mantidos nas Contas do Projeto.

5.1.1. O BNDES e o Agente Fiduciário aplicarão os recursos obtidos com os procedimentos identificados no item 5.1 acima no pagamento das Obrigações Garantidas, na proporção do saldo devedor de cada Cessionário conforme Cláusula 3 do Contrato de Compartilhamento de Garantias. Não obstante tal fato, os Cessionários reconhecem a obrigação da Cedente realizar os pagamentos necessários para seu regular funcionamento, nos termos da Cláusula 12 do Contrato de Administração de Contas.

5.1.2. Havendo, após a execução da presente garantia conforme previsto no item 5.1.1 acima, saldo em aberto das Obrigações Garantidas, a Cedente permanece responsável pelo efetivo e total liquidação do saldo devedor das Obrigações Garantidas.

5.1.3. Caso, após a aplicação dos recursos na forma do item 5.1.1 acima, seja verificada a existência de saldo excedente, referido saldo deverá ser imediatamente disponibilizado pelos Cessionários à Cedente.

5.1.4. O exercício da prerrogativa prevista neste item 5.1 não impedirá os Cessionários de executar a garantia decorrente do Contrato de Penhor de Ações, conforme definido nos Contratos Garantidos, ou qualquer outra garantia outorgada aos Cessionários.

5.2. Sem prejuízo do disposto nas cláusulas precedentes, aos Cessionários, compete o direito de:

a) promover a intimação dos devedores dos Direitos Creditórios para que não paguem à Cedente e paguem exclusivamente na Conta Centralizadora, conforme definida na Cláusula 1.1 (c), acima e na Cláusula 12 do Contrato de Administração de Contas; e

b) usar das ações, recursos e execuções, judiciais e extrajudiciais, para receber os Direitos Creditórios.

5.2.1. A Cedente concorda e reconhece expressamente que os Cessionários poderão praticar todos os atos necessários para a venda e transferência dos Direitos e Contas Cedidas, inclusive,

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

conforme aplicável, receber valores, dar quitação e transigir, podendo solicitar todas as averbações, registros e autorizações, observadas as condições de excussão da cessão fiduciária previstas nesta Cláusula Quinta e na legislação aplicável.

5.2.2. A Cedente desde já se obriga a praticar todos os atos e cooperar com os Cessionários em tudo que se fizer necessário ao cumprimento dos procedimentos aqui previstos, inclusive no que se refere ao atendimento das exigências legais e regulamentares necessárias ao recebimento dos Direitos e Contas Cedidas.

CLÁUSULA SEXTA - MANDATO

6.1. Ficam os Cessionários, para os fins e efeitos deste Contrato e desta Cláusula Sexta, irrevogável e expressamente autorizados a, no caso de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, e de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, nos termos dos Contratos Garantidos, receber, resgatar, alienar, ceder ou transferir, nas melhores condições e preço comercialmente disponíveis, parte ou a totalidade dos Direitos e Contas Cedidas, desde que não seja realizada por preço vil, nomeando-os a Cedente, nos termos dos Artigos 683 e seguintes do Código Civil, em caráter irrevogável e irretratável, seus procuradores para que os Cessionários, em conjunto ou separadamente, pratiquem todos os atos e assinem todos os documentos que necessários forem, cujos emolumentos e despesas razoavelmente despendidos que os Cessionários venham comprovadamente incorrer serão suportados exclusivamente pela Cedente e, em especial, para a execução plena da presente garantia. Para tanto, a Cedente, nesta data, entrega aos Cessionários procurações na forma do Anexo VI ao presente Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

7.1. Compartilhamento. Os Cessionários declaram e reconhecem que observarão o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias quando do exercício dos direitos e prerrogativas que detêm decorrentes do presente Contrato.

7.2 Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

7.3. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos Contratos Garantidos.

7.4. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

Se para a Cedente:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. –Ecopistas
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

At.: Sr. Marcello Guidotti
Email: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br

Se para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
At.: Sra Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
E-mail: vrodrigues@plannercorretora.com.br

Se para os BNDES:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Av. República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro, RJ
At: Sra. Adely Maria Brânquinho das Dores (Chefe do Departamento de Transportes e Logística)
Telefone: (21) 2172-7745
Fax: (21) 2172-6238
E-mail: adores@bndes.gov.br
Com cópia para:
Sr. Daniel Augusto da Silva Nobre (Gerente)
E-mail: nobre@bndes.gov.br e
Sr. Barbardo Raposo Vidal (Advogado)
E-mail: bernardo.raposo@bndes.gov.br

Se para o Banco Depositário:

Itaú Unibanco S.A.
Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º andar, Torre Eudoro Villela
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Fax: (11) 5029-1535
At.: "Gerência de Trustee"
Email: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

7.4.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

7.5. Alterações. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.

7.6. Irrevogabilidade. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

7.7. Anexos aos Contratos. Os anexos a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos anexos. Não obstante, reconhecem as Partes a unicidade e indivisibilidade das disposições do Contrato e dos anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes.

7.8. Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

7.9. Único Acordo. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

7.10. Cessão. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

7.11. Despesas. Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Cedente.

7.12. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos dos Contratos Garantidos.

7.13. Lei de Regência. O presente Contrato será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

7.14. Foro. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Cláudia Patrícia Borges de Azevedo, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

[*restante da página intencionalmente deixado em branco*]

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Página 1/5 de assinaturas do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos"

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

1.

Nome:

Cargo:

Frederico Botto
Diretor Presidente

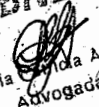
2.

Nome:

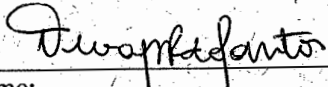
Cargo:

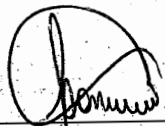
Roberto Koiti Nakagom.
Procurador

 **BNDES**


Cláudia Azevedo
Advogada

Planner Trustee DTVM Ltda

1. 
Nome: **Viviane Rodrigues**
Cargo: **Diretora**

2. 
Nome: **Flávio D. Aguetoni**
Cargo: **Procurador**

 **BNDDES**

Cláudia R. Azevedo
Advogada

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

1. Wagner Bittencourt
Nome: **Wagner Bittencourt**
Cargo: **Diretor**

2. Luiz Fernando Linck Dorneles
Nome: **Luiz Fernando Linck Dorneles**
Cargo: **Diretor**

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

SERVIÇO NOTARIAL - RJ
20º

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

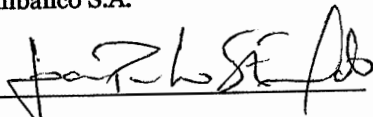
Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de **WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES, -X-X-X**
Em testemunho da verdade, Rio de Janeiro, 16/02/2011
Edson de Carvalho - Substituto
Mandisa Regina Carlo Lobato - Substituta
Firma: 8,12 Lei 3217/04/111: 2,42 Total: 10,54

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA POR SEMELHANÇA

UNJ 1410
SF 96371

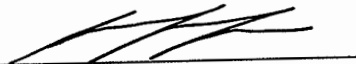
XER
SF 96372

Itaú Unibanco S.A.

1. 

Nome:

Cargo: JOÃO PAULO S. EUVALDO
GERENTE COMERCIAL - 003841996

2. 

Nome:

Cargo: Maria Aparecida Simionato
Gerente Comercial
CPF: 057.761.968-42
RG: 14.036.873-5



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Testemunhas:

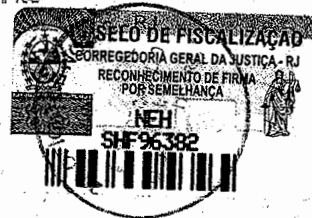
1. Newton Dantas Gravata
 Nome: Newton Dantas Gravata
 RG.: IFP 05279555-6
 CPF: 551.129.437-34

2. Maria Silvia de S. Borges
 Nome: Maria Silvia de Arruda Borges
 RG.: CPF: 370.737.027-53
 CPF: SSP/DETRAN: 03.574.352-8

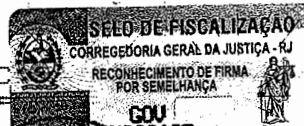
Claudia Paes Azevedo
 Advogada

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
 AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de NEWTON DANTAS
 GRAVATA X-X-X
 Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011.
 Edson de Carvalho Substituto VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
 Wandria Regina Cario Lobato Substituta
 Firma: 4,06 Lei 3217/0664/111: 1,21 Total: 5,27 Recibo: 453



119º Ofício de Notas -
 Rua São José 20 lj A - RJ - Tel. 2533-6593 - Nº 835423
 Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
 MARIA SILVIA DE ARRUDA BORGES 45/183-SHC
 89185, #===== Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2011 Conf por as 16:29:48
 1- Em Testemunho da verdade
 JOSELITA SANTOS OLÍMPIO TOROADO - Autorizado - HCN - 1
 Firma 0,86 + Dados 3,20 + FETJ 0,81 + Fundos 0,40 = R\$.5,27



DESCRIÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

Emissora:	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	
Espécie:	Com garantia real	
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações	
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais	
Montante:	R\$ 350.000.000,00, na Data de Emissão, sendo que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da opção de lote suplementar em até R\$ 20.000.000,00	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000,00 na Data de Emissão	
Quantidade:	350.000 debêntures sendo que o número de debêntures alocado em cada Série será de 87.500. A quantidade pode ser aumentada de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício de opção de lote adicional	
Séries:	4 séries	
Data de Emissão:	15 de janeiro de 2011	
Repactuação:	As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.	
Garantias	Garantias Reais compartilhadas com o BNDES:	Penhor de 100% das ações detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. equivalente a 99,99% do capital social da Emissora
		100% dos recebíveis futuros de pedágio e receitas acessórias do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto
		100% dos direitos à indenização decorrente da extinção da concessão
	Garantia Fidejussória:	Garantia fidejussória temporária (fiança solidária) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – Condicionado o cancelamento ao cumprimento dos covenants financeiros (i) e (ii) por 2 anos consecutivos e ao final do 2º ano o cumprimento do covenant (iii), definidos abaixo
Prazo e Data de Vencimento:	1ª Série: 15 de janeiro de 2023 (144 meses) 2ª Série: 15 de abril de 2022 (135 meses) 3ª Série: 15 de julho de 2022 (138 meses) 4ª Série: 15 de outubro de 2022 (141 meses)	
Amortização do Principal:	1ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.01.2013 2ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.04.2012 3ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.07.2012 4ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.10.2012	
Remuneração:	Atualização Monetária: anual, pela variação do IPCA Juros Remuneratórios: a serem definidos em processo de <i>bookbuilding</i> , com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano, base 252 dias úteis	
Pagamento da Remuneração:	A atualização monetária será devida juntamente com o valor nominal ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização de cada uma das Séries	
Preço de Integralização:	Valor nominal unitário atualizado acrescido da respectiva remuneração	
Colocação	Somente serão atendidos os pedidos de subscrição de investidores que apresentarem pedidos em quantidades iguais de Debêntures para as 4 Séries	
Negociação:	CETIP e/ou BOVESPAFIX	
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Séries imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento	
Oferta de Resgate Antecipado:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, sem distinção entre as Séries, endereçada aos Debenturistas, sendo assegurado a todos os titulares de debêntures igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures por eles detidas	
Eventos de Vencimento Antecipado:	Usuais, conforme Escritura de Emissão, cuja cópia encontra-se anexa ao Prospecto Preliminar	

Covenants Financeiros:	<p>(i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;</p> <p>(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e</p> <p>(iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.</p> <p>“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.</p> <p>“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.</p> <p>“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:</p> $\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$ <p>Onde:</p> <p>considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;</p> <p>considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;</p> <p>considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:</p> <p>(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo</p> <p>iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.</p> <p>iii.2 Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.</p> <p>iii. 3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;</p> <p>iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e</p> <p>considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora durante o referido período.</p> <p>“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (<i>commercial papers</i>), títulos emitidos no mercado internacional (<i>bonds, eurobonds, short term notes</i>), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.</p>
-------------------------------	--

Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta serão integralmente destinados para o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora descritas na seção “Informações Sobre títulos e Valores Mobiliários”, no Prospecto Preliminar, no valor do principal de R\$371 milhões (trezentos e setenta milhões de reais);
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/2004
Inadequação do Investimento:	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.
Regime de Colocação:	Garantia Firme
Apresentações para potenciais investidores:	19 de janeiro de 2011 a 26 janeiro de 2011
Data Estimada do Bookbuilding	18 de fevereiro de 2011
Data Estimada da Liquidação:	04 de março de 2011
Coordenadores:	Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário:	Planner Trustee DTVM Ltda
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Agente Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.

ANEXO II ao "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos

CÓPIA DO CONTRATO BNDES



Cláudia F. Azevedo
Advogada

CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº
10.2.1962.1, QUE ENTRE SI FAZEM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E A DAS RODOVIAS
AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO
S.A. - ECOPISTAS, COM
INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA
FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a **CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS**, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, sociedade anônima, com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.841.050/0001-55, por seus representantes abaixo assinados; e, comparecendo, ainda, como **INTERVENIENTE**.

I - **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**, doravante denominada **INTERVENIENTE**, sociedade anônima, com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Jardim Represa, São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.873.873/0001-10, por seus representantes abaixo assinados,

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e trezentos e noventa e seis mil reais), dividido em 12 (doze) Subcréditos, nos seguintes valores:

I - **Subcrédito "A"**: R\$ 106.965.000,00 (cento e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação

PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

II – **Subcrédito “B”**: R\$ 12.453.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

III – **Subcrédito “C”**: R\$ 65.310.000,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e dez mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

IV – **Subcrédito “D”**: R\$ 27.999.000,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

V – **Subcrédito “E”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VI – **Subcrédito “F”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VII – **Subcrédito “G”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VIII – **Subcrédito “H”**: R\$ 22.218.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

IX – **Subcrédito “I”**: R\$ 4.848.000,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

X – **Subcrédito “J”**: R\$ 11.281.000,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e um mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada,

quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

XI – **Subcrédito “K”**: R\$ 29.846.000,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira; e

XII – **Subcrédito “L”**: R\$ 9.169.000,00 (nove milhões, cento e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO

O crédito ora aberto é destinado a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em 17/06/2009, sendo:

I – **Subcrédito “A”**: destinado a investimentos relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, e (vii) obras de implantação da Nova Marginal Tietê, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

II - **Subcrédito “B”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia Hélio Smidt SP-019, na interseção com a SP-070; (ii) do Trevo dos Pimentas na Rodovia SP-070; (iii) de caixas de contenção de produtos perigosos às margens do Rio Paraíba e dos Córregos da Vidoca e da Dívida; e para reforma de praça de pesagem fixa na SP-070 km 21;

III - **Subcrédito “C”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

IV - **Subcrédito “D”**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação

rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

V - **Subcrédito "E"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VI - **Subcrédito "F"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VII - **Subcrédito "G"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VIII - **Subcrédito "H"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

IX - **Subcrédito "I"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; e (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070;

X - **Subcrédito "J"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

XI - **Subcrédito "K"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070; e (iii) de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

XII - **Subcrédito "L"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

SEGUNDA**ATUALIZAÇÃO DO VALOR DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

Os subcréditos, em epígrafe, não utilizados serão atualizados, a partir da data de assinatura deste Contrato até a data de sua utilização, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, obedecidos os procedimentos previstos na Cláusula Sétima, adiante.

PARÁGRAFO ÚNICO

Observado o disposto no "caput" desta Cláusula, o BNDES poderá reduzir os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", antes de sua utilização total, passando o valor dessa redução a constituir os Subcréditos "M", "N", "O", "P", "Q" e "R" sob as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverão permanecer igual ao estabelecido, respectivamente, nos incisos III e V da Cláusula Décima. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

TERCEIRA**DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO**

Os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" serão postos à disposição da BENEFICIÁRIA em parcela única no dia 15 do mês de utilização e os Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Sétima, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor dos subcréditos será disponibilizado mediante crédito em conta-corrente aberta no BNDES em nome da BENEFICIÁRIA, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA, cujo saldo total remanescente dos recursos será transferido para a conta corrente nº 10558-4, que a BENEFICIÁRIA possui no Banco Itaú, agência nº 0910.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" a ser colocado à disposição da BENEFICIÁRIA será calculado de acordo com o critério

estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

QUARTA

JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização dos subcréditos, que equivalerá ao custo médio representativo das captações de recursos sem vinculação a repasse em condições específicas bem como instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S. A. - BNDESPAR indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aí incluídos todos os tributos, contribuições, comissões e despesas diretamente incidentes sobre essas operações, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de cálculo da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado nos termos da Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os juros serão calculados dia a dia pelo sistema de juros compostos, sobre o saldo devedor atualizado, e exigíveis, anualmente:

- a) Em relação aos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;
- b) Em relação ao Subcrédito "L": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A taxa de referência a que se refere o "caput" desta Cláusula será publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União (Seção 3) no dia 25 (vinte e cinco) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano ou na primeira edição subsequente àquele dia, se a referida publicação oficial não for editada naquela data, e estará disponível na página oficial do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br) nas mesmas datas acima mencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Durante o período em que não existam, cumulativamente, os passivos do BNDES e da BNDESPAR de que trata o caput desta Cláusula, será utilizada a taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUARTO

Caso os títulos referidos no Parágrafo Terceiro deixem de ser representativos da dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA, será utilizada a taxa interna de retorno do título que melhor reflita, a critério do BNDES, a dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUINTO

A taxa interna de retorno de que tratam os Parágrafos Terceiro e Quarto será apurada utilizando-se a média das taxas divulgadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, ou, em sua ausência, por outra fonte de informação escolhida pelo BNDES, com o objetivo de obter preços de referência para o mercado secundário dos títulos a que se refere o Parágrafo Terceiro, nos 40 (quarenta) dias úteis contados retroativamente a cada data base de cálculo, esta incluída, aplicando-se interpolação simples para o prazo de 10 (dez) anos caso não existam títulos com tal prazo de vencimento.

QUINTA**JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "A", "B", "C", "D", "J" e "K":**

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" incidirão juros de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

TC = $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência

correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos dos incisos I, II e IV da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será exigível de acordo com a seguinte periodicidade:

I - Para os Subcréditos "A", "B" e "C": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2012, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Para o Subcrédito "D": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2013, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Para os Subcréditos "J" e "K": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2015, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

SEXTA

ENCARGO POR RESERVA DE CRÉDITO

A BENEFICIÁRIA pagará ao BNDES o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e
- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da BENEFICIÁRIA, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência do encargo a que se referem os incisos I e II, retromencionados, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

SÉTIMA

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA DOS SUBCRÉDITO "E", "F", "G", "H", "I" e

"L"

O saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente do Subcrédito "E", "F", "G", "H", "I" e "L", aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras

despesas, comissões e demais encargos pactuados, será atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e aplicado pelo BNDES segundo o seguinte critério: apuração em dias úteis da Unidade Monetária IPCA do BNDES – UMIPCA, expressa em reais, com base na variação do IPCA, sendo que o valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) de cada mês deverá corresponder ao valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) do mês imediatamente anterior atualizado pelo IPCA mensal divulgado pelo IBGE no início do mês corrente, devendo o intervalo entre os dias 16 (dezesesseis) e 14 (quatorze) ser calculado *pro rata temporis* exponencial por dias úteis pela aplicação do último IPCA divulgado pelo IBGE em data anterior a cada dia 16 (dezesesseis).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do previsto no caput desta Cláusula, em qualquer mês onde o dia 15 (quinze) seja um dia não-útil será considerado o primeiro dia útil imediatamente posterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de o IPCA mensal somente ser divulgado pelo IBGE após o dia 14 (quatorze) do mês, continuará a ser adotada, para os fins previstos no caput desta Cláusula, até a data da divulgação pelo IBGE, a última UMIPCA utilizada pelo BNDES.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na ocorrência do previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, quando da divulgação do IPCA para o mês, pelo IBGE, a UMIPCA utilizada no período de que trata o citado Parágrafo Segundo desta Cláusula, será ajustada de forma a refletir a inflação divulgada.

PARÁGRAFO QUARTO

As eventuais diferenças apuradas, por força do previsto no parágrafo anterior, serão incorporadas ao saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” se positivas ou reduzidas deste saldo devedor se negativas.

PARÁGRAFO QUINTO

O saldo devedor proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” poderá, a qualquer momento, passar a ser remunerado, no todo ou em parte, pelo mesmo critério legal adotado para a remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT,

observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, tendo por base o saldo devedor apurado nos termos desta Cláusula, na data em que se efetivar a alteração, aplicando-se a essa parcela as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverá permanecer igual ao estabelecido na Cláusula Décima, incisos III e V. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

OITAVA

NÃO DIVULGAÇÃO OU EXTINÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO

CONSUMIDOR AMPLO - IPCA

Na hipótese de não divulgação do IPCA pelo IBGE pelo período de 6 (seis) meses ou de extinção do IPCA mencionado nas Cláusulas Segunda, Quarta e Sétima, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, o BNDES escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração por escrito, à BENEFICIÁRIA.

NONA

DO PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" e "E", "F", "G", "H", "I" e "L" será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para a BENEFICIÁRIA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Considerando que a dívida proveniente dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" está sujeita a atualização anual, nos termos da Cláusula Sétima, o Aviso de Cobrança a que se refere esta Cláusula será emitido pelo BNDES com a indicação de um valor referencial em Unidade Monetária IPCA do BNDES - UMIPCA, cujo valor deverá ser obtido no Departamento de Cobrança da Área Financeira do BNDES - AF/DECOB.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

PARÁGRAFO TERCEIRO

O BNDES deixará à disposição da BENEFICIÁRIA as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

DÉCIMA**AMORTIZAÇÃO**

O principal da dívida decorrente de cada Subcrédito deste Contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

I - Subcréditos "A", "B" e "C":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2012 e a última em 15 (quinze) de junho de 2021, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Subcrédito "D":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida deste Subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2014 e a última em 15 (quinze) de junho de 2023, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2014 e a última em 15 (quinze) de julho de 2023; observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

IV - Subcréditos "J" e "K":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2016 e a última em 15 (quinze) de junho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

V - Subcrédito "L":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vencendo da dívida deste Subcrédito, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2016 e a última em 15 (quinze) de julho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO

A BENEFICIÁRIA compromete-se a liquidar em 15 (quinze) de julho de 2025, com a última prestação de amortização, todas as obrigações deste Contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA**GARANTIA DA OPERAÇÃO**

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, a BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE darão ao BNDES:

- I - em **PENHOR**, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, as ações de emissão da BENEFICIÁRIA e de titularidade da INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital social da BENEFICIÁRIA, conforme a seguir discriminado ("Ações Empenhadas"), observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", referidas no inciso I da Cláusula Décima Terceira, com as seguintes especificações:

- a) Quantidade de ações: 191.724.995 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e cinco);
- b) Espécie: Ordinárias;
- c) Forma: Nominativas.

II – **CESSÃO FIDUCIÁRIA**, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, e até final liquidação de todas as obrigações nele assumidas pela BENEFICIÁRIA, dos seguintes direitos:

(a) de todos os direitos emergentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado, em 17/06/2009, entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Contrato de Concessão”);

(b) todos os direitos de crédito da BENEFICIÁRIA, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão;

(c) todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA sobre os valores a serem depositados e mantidos nas “Contas do Projeto”, a saber “Conta Centralizadora”, “Conta Garantia”, “Conta Reserva do Serviço da Dívida”, “Conta de Operação” e “Conta dos Direitos Emergentes da Concessão”, definidas no Parágrafo Quinto da presente Cláusula, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, sendo tais contas de titularidade da BENEFICIÁRIA, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser celebrado entre a BENEFICIÁRIA, a Interveniente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Depositário, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, estes dois últimos como Intervenientes-Anuentes;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O penhor a que se refere o inciso I da presente Cláusula, será formalizado através de Contrato de Penhor de Ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Interveniente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. obrigará-se a empenhar, em favor do BNDES e do Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da BENEFICIÁRIA, bem como quaisquer

direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelas mesmas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Interveniente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. nomeará, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, como seus procuradores, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome da INTERVENIENTE acima referida: (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do penhor sobre as ações empenhadas, e/ou (ii) alienar as ações empenhadas, no todo ou em parte, por meio de venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações garantidas, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação.

PARÁGRAFO QUARTO

A cessão a que se refere o inciso II desta Cláusula será formalizada através de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

PARÁGRAFO QUINTO

O Contrato de Administração de Contas a que se refere o inciso II, alínea "c", do *caput* desta Cláusula, deverá prever as seguintes contas:

a) **CONTA CENTRALIZADORA**: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, centralizadora de todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA, com exceção dos direitos emergentes da concessão, que serão depositados diretamente na "Conta dos Direitos Emergentes da Concessão";

b) **CONTA DE OPERAÇÃO**: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, parcela dos recursos depositados na Conta Centralizadora, segundo percentuais anuais pré-definidos com base em relatório a ser fornecido pela BENEFICIÁRIA que demonstre qual o percentual da receita bruta total dos últimos 12 meses foi destinado para pagamento dos Custos de O&M (pagamento da outorga, tributos, custos e despesas operacionais projetados, e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público), sendo o percentual inicial a ser

transferido da Conta Centralizadora para a Conta de Operação de 46% (quarenta e seis por cento) do saldo verificado na Conta Centralizadora ao final de cada dia ("Percentual Conta Operação");

b.1) Os recursos da Conta de Operação deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA ("Contratos Garantidos"), observado o disposto no item (b.3) deste parágrafo; e (ii) desde que a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) esteja devidamente preenchida, nos termos do item "e" deste parágrafo. Tais recursos deverão ser utilizados pela BENEFICIÁRIA para pagamento dos Custos de Operação do Projeto a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Primeira.

b.2) Se a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta de Operação em montante suficiente para a Conta Reserva de O&M. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M), o saldo excedente, se houver da Conta de Operação deverá ser transferido para a Conta Movimento.

b.3) Caso ocorra inadimplemento, no âmbito dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá mensalmente (i) transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Movimento em volume tal para cobrir os Custos de O&M conforme relatório mensal de Custos de O&M fornecido pela BENEFICIÁRIA e (ii) após as transferências em (i), transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Garantia.

c) CONTA GARANTIA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, a parcela restante dos depósitos efetuados no respectivo dia na Conta Centralizadora, após a transferência do Percentual Conta Operação;

c.1) Os recursos da Conta Garantia deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos; e (ii) desde que a Conta Reserva do Serviço da Dívida esteja devidamente preenchida, nos termos da alínea "d" do presente Parágrafo;

c.2) Se a Conta Reserva do Serviço da Dívida não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados ou, uma vez preenchida, os recursos nela depositados sejam utilizados em virtude de inadimplemento, conforme definido nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta Garantia em montante suficiente para o atingimento dos valores estipulados para a Conta Reserva do Serviço da Dívida. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva do

Serviço da Dívida, o saldo excedente, se houver, da Conta Garantia deverá ser transferido para a Conta Movimento;

c.3) Caso ocorra inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta Garantia.

d) CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, a qual deverá ser constituída com volume que atenda, de maneira global:

- para cada subcrédito em TJLP: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira parcela vincenda de amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida;

- para cada subcrédito em IPCA: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 (um terço) do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 (um quarto) do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos do subcrédito;

- no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures.

d.1) A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá estar devidamente preenchida, observado os valores acima definidos, nos seguintes prazos:

d.1.1) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente Contrato, relativamente a cada subcrédito em IPCA: até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação;

d.1.2) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente, relativamente aos subcréditos em TJLP: até 15 dias contados da data da última prestação vencida;

d.1.3) no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: no dia seguinte à liquidação das Debêntures, nos termos da referida Escritura de Emissão.

e) CONTA RESERVA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (OU CONTA RESERVA DE O&M): conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, na qual serão depositados os

recursos em montante equivalente ao custo operacional da BENEFICIÁRIA por um período de 3 (três) meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela BENEFICIÁRIA nos 3 (três) meses antecedentes.

e.1) A Conta Reserva de O&M poderá ser movimentada pela BENEFICIÁRIA nas seguintes hipóteses: (i) para a complementação dos valores retidos na Conta Reserva de O&M; (ii) para sacar recursos da Conta Reserva de O&M, caso o seu saldo seja superior ao mínimo previsto para o seu preenchimento, salvo na hipótese de inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, caso em que o valor excedente deverá ser transferido pelo Banco Depositário para a Conta Garantia; e (iii) mediante a ocorrência de um evento extraordinário que resulte em necessidade adicional de despesas operacionais por parte da BENEFICIÁRIA, devidamente comprovado, e desde que a BENEFICIÁRIA comprove que não tem recursos suficientes para o pagamento destas despesas operacionais adicionais. Fica o Banco Depositário responsável pela verificação do saldo da Conta Reserva de O&M e pelo acompanhamento do atendimento do montante mínimo estabelecido para o seu preenchimento;

e.2) A BENEFICIÁRIA deverá recompor o saldo da Conta Reserva de O&M no prazo de até um mês contado de referido saque.

f) CONTA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO: conta de titularidade da Concessionária, na qual serão depositados todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão referentes a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão;

g) CONTA MOVIMENTO: conta corrente de titularidade da BENEFICIÁRIA, de livre movimentação, que receberá os valores liberados da Conta Garantia e da Conta de Operação, desde que ausente inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, e que estejam preenchidas a Conta Reserva do Serviço da Dívida e a Conta Reserva de O&M.

PARÁGRAFO SEXTO

Os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida poderão ser aplicados em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituídos, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil).

BNDES

Benedito Raposo
advogado

PARÁGRAFO SÉTIMO

Reserva-se o BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, havendo ocorrido, a seu critério, depreciação da garantia.

PARÁGRAFO OITAVO

As garantias mencionadas nos incisos I e II, do *caput* serão compartilhadas com os Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas.

PARÁGRAFO NONO

Em caso de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário será responsável por reter os recursos depositados nas Contas do Projeto e transferi-los ao BNDES e ao Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto do Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias a que se refere o parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO

As garantias referidas nesta Cláusula são consideradas um todo indivisível em relação ao valor da dívida.

DÉCIMA SEGUNDA**ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO****DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E/OU DO FAT**

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e/ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Quinta poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

DÉCIMA TERCEIRA**OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA**

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878 de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571/2008, de 04 de março de 2008 e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total dos Subcréditos "A", "B" e "C" até 30/06/2011 (trinta de junho de dois mil e onze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - utilizar o total do Subcrédito "D" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- IV - utilizar o total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze);
- V - utilizar o total dos Subcréditos "J" e "K" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- VI - utilizar o total do Subcrédito "L" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze);
- VII - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do

Meio Ambiente (SISNAMA) ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

- VIII - na hipótese de ocorrer, em função do projeto de que trata a Cláusula Primeira, redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- IX - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira;
- X - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- XI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- XII - comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- XIII - não constituir penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) que será(ão) dado(s) em garantia ao BNDES, sem a prévia autorização deste, sob pena de vencimento antecipado do presente Contrato;
- XIV - comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o Projeto, em especial, mas não se limitando, ao Mandado de Segurança nº 053.09.019188-1, que tramita perante o Juízo da 12ª Vara de Fazenda Pública da Justiça Estadual Paulista, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria BENEFICIÁRIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos;
- XV - manter-se adimplente com o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira;
- XVI - não alterar o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira, sem anuência formal do BNDES, exceto no caso de alterações que não impactem no equilíbrio econômico financeiro do Contrato de

Concessão, as quais poderão ser celebradas pela BENEFICIÁRIA independentemente de anuência do BNDES, comprometendo-se a BENEFICIÁRIA a apresentar tais alterações ao BNDES tão logo estas sejam formalizadas;

- XVII - não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias reais de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que garantias do mesmo tipo sejam prestadas ao BNDES, com iguais condições e grau de prioridade, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XVIII, da presente Cláusula;
- XVIII - comunicar ao BNDES, prévia e formalmente, a constituição de garantia real em virtude de determinação legal ou para a garantia do juízo em ações judiciais e para os processos administrativos nos quais figure no pólo passivo, bem como nos casos de propriedade fiduciária em financiamentos para aquisição de equipamentos;
- XIX - manter durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento relação Patrimônio Líquido / Passivo Total mínima de 20%;
- XX - após o atingimento do Completion a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Décima Oitava, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio que em conjunto ou isoladamente superem o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, amortização de principal ou pagamentos de juros de mútuos contraídos junto a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo, na hipótese de: (i) haver prestação da dívida com o BNDES com pagamento em atraso; ou (ii) a Conta Reserva do Serviço da Dívida, não estar devidamente preenchida; ou (iii) o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), apurado trimestralmente de acordo com a fórmula apresentada no Anexo I ao presente Contrato, se mostrar inferior a 1,2; (iv) o índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser superior a 4;
- XXI - exigir de seus auditores pronunciamento expresso nos pareceres sobre o atendimento ou não do ICSD e do Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, bem como o envio de correspondência ao BNDES apresentando a memória de cálculo destes covenants e a conclusão de sua análise;
- XXII - durante todo o período do financiamento, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; (v) prestação de garantia fidejussória em favor de terceiros; (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; (viii) participação em outras sociedades, exceto na qualidade de cotista de fundo de investimento regulado pela Instrução CVM nº 409/04 (desde que expressamente vedada, no Regulamento do fundo, a aplicação em derivativos com finalidade distinta a hedge); (ix) constituição, em favor de

terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do projeto com exceção dos Debenturistas;

XXIII - durante todo o período do financiamento, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no Contrato de Concessão a que se refere o *caput* do Parágrafo Único, da Cláusula Primeira;

XXIV - solicitar a prévia anuência do BNDES para aditar a Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA em relação as seguintes matérias: (i) liberar garantias contratadas, exceto se já previsto inicialmente na escritura; (ii) alterar condições financeiras (principal, taxa de juros, prazo de carência e amortização, moeda/índice de correção), com exceção de aumento de principal até o limite de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) e/ou redução da taxa de juros em função do processo de "bookbuilding"; (iii) cessão de direitos e obrigações da BENEFICIÁRIA a terceiros; (iv) alteração de covenants, exceto se já previsto inicialmente;

XV - não alienar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar seus direitos e obrigações relativos às debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;

PARÁGRAFO ÚNICO:

O EBITDA Ajustado, mencionado no inciso XVIII da presente Cláusula, é calculado subtraindo da receita líquida os custos operacionais e as despesas operacionais e administrativas, e somando as despesas com depreciação e amortização, além das despesas referentes à provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária.

DÉCIMA QUARTA

OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE CONTROLADORA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de Controladora e de Prestadora da garantia real citada no inciso I, do *caput* da Cláusula Décima Primeira, já devidamente qualificada no preâmbulo deste Contrato, assume, neste ato, a obrigação de:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, que também declara(m) conhecer;

- II - submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BENEFICIÁRIA ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;
- III - não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA a novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- IV - não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA;
- V - tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação;
- VI - suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da BENEFICIÁRIA, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto, bem como ao cumprimento da obrigação prevista no inciso XIV da Cláusula Décima Terceira;
- VII - manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da BENEFICIÁRIA, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- VIII - manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela BENEFICIÁRIA de sua propriedade;
- IX - na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização;
- X - Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão em decorrência de sentença transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança n.º 053.09.019.188-1, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a INTERVENIENTE deverá pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da referida decisão.

DÉCIMA QUINTA**RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL**

Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da Beneficiária responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica o disposto no "caput" desta Cláusula se houver prévia anuência do BNDES ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

DÉCIMA SEXTA**PROCURAÇÃO RECÍPROCA**

A BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

DÉCIMA SÉTIMA**CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO**

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**" retromencionadas, e das estabelecidas nas "**NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO**", a que se refere o artigo 2º das mesmas "**DISPOSIÇÕES**", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) abertura, pela BENEFICIÁRIA, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) comprovação pela Beneficiária da integral liberação, pelo Itaú BBA, da cessão fiduciária das receitas de pedágio da BENEFICIÁRIA, bem como do penhor de 100% (cem por cento) das ações de sua emissão, garantias estas

que asseguram as notas promissórias comerciais emitidas pela BENEFICIÁRIA;

- c) a formalização jurídica, em termos satisfatórios ao BNDES, e atendendo as condições aqui estabelecidas, dos seguintes contratos: o Contrato de Penhor de Ações a que se refere parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que se refere o parágrafo quarto da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Administração de Contas a que se refere a alínea "c" do inciso II da Cláusula Décima Primeira e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a que se refere o Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima Primeira;
- d) a averbação do penhor de ações a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Primeira no Livro de Registro de Ações da BENEFICIÁRIA.

II - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da beneficiária ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débito - CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo.
- c) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre a continuidade da validade de tal documento;
- d) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, de listagem contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES, de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos deste Contrato estão credenciados no BNDES.

III - Para utilização dos recursos provenientes dos Subcréditos "B", "C" e "K" de que tratam os incisos II, III e XI do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverá ser apresentada(o):

- a) Licença de Instalação do projeto relativo a cada subcrédito em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou,

em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; ou

- b) Documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental.

IV - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "E", "F", "G", "H" e "I" de que tratam os incisos V, VI, VII, VIII e IX, do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverão ser apresentados:

- a) Licença de Instalação do projeto relativo aos subcréditos em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ou documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental; e
- b) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C" e "D".

V - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "L" de que trata o inciso XII, do caput da Cláusula Primeira, deverá ser apresentada:

- a) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K".

DÉCIMA OITAVA

FIANÇA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, no preâmbulo qualificada, aceita o presente Contrato na qualidade de fiador e principal pagador, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, e responsabilizando-se, solidariamente, até final liquidação deste Contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, neste instrumento, pela BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO

A garantia mencionada no caput da presente Cláusula será liberada se cumpridas as condições estabelecidas para o *Completion*, a seguir discriminadas:

- (a) constituição das garantias previstas nos incisos I e II da Cláusula Décima Primeira;

(b) manutenção, durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento (ainda que não concluído tal prazo), da relação Patrimônio Líquido / Passivo Total da BENEFICIÁRIA igual ou superior a 20%;

(c) atendimento do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor do que 4;

(d) atendimento do ICSD maior ou igual a 1,2 durante 24 meses consecutivos.

DÉCIMA NONA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA e pela INTERVENIENTE, será observado o disposto nos arts. 40 a 47-A das “**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**”, a que se refere a Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na apuração do saldo devedor vencido do Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L”, de que tratam, respectivamente, os incisos V, VI, VII, VIII, IX e XII, do *caput* da Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento.

VIGÉSIMA

MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, a BENEFICIÁRIA pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

VIGÉSIMA PRIMEIRA

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das “**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**” mencionadas na Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liquidação antecipada, parcial ou total, da parcela de recursos de que tratam os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, quando autorizada pelo BNDES, deverá ser realizada juntamente com o valor apurado correspondente ao saldo devedor, na data de sua liquidação, dos demais subcréditos previstos na citada Cláusula Primeira, respeitada a proporcionalidade entre o(s) saldo(s) devedor(es) desse(s) subcrédito(s).

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quando da apuração do saldo devedor na liquidação antecipada parcial ou total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento observado o disposto nas Cláusulas Quarta e Sétima deste Contrato, no que couber.

VIGÉSIMA SEGUNDA**EFEITOS DA CESSÃO DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

A BENEFICIÁRIA declara, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, que nada tem a opor quanto à futura cessão, pelo BNDES, dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", anuindo, desde já, que todas as obrigações a serem cumpridas perante o BNDES decorrentes deste contrato, após a cessão dos supracitados subcréditos, permanecem integralmente em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO

O BNDES nos termos do art. 290 do Código Civil notificará a Beneficiária da cessão de que trata o caput desta Cláusula.

VIGÉSIMA TERCEIRA**VENCIMENTO ANTECIPADO**

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Terceira, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso VI da Cláusula Décima Terceira;
- b) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- c) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- d) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) que serão dado(s) em garantia ao BNDES, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira;
- f) o vencimento antecipado das debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.86.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na BENEFICIÁRIA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento, desde que o pagamento ocorra no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A declaração de vencimento antecipado com base no estipulado na alínea "b" não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Beneficiária, observado o devido processo legal.

VIGÉSIMA QUARTA**VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS**

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no caput desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede da BENEFICIÁRIA, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

VIGÉSIMA QUINTA**AUTORIZAÇÃO**

A BENEFICIÁRIA autoriza o BNDES a descontar da primeira parcela do crédito, quando de sua utilização, o valor de R\$ 485.011,67 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sessenta e sete centavos), relativo à segunda e última parcela da Comissão de Estudo do projeto mencionado na Cláusula Primeira deste Contrato, cuja primeira parcela no valor de R\$ 225.780,33 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta reais e trinta e três centavos) foi paga em 20 de Agosto de 2010.

A BENEFICIÁRIA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS apresentou a Certidão Negativa de Débito - CND nº 200762010-21025030, expedida em 27 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como a INTERVENIENTE ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., que apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 291712010-21034020, expedida em 13 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Bernardo Raposo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de FEVEREIRO de 2011

Pelo BNDES:

ARMANDO MARIANTE CARVALHO
Presidente em exercício

Wagner Bittencourt

Wagner Bittencourt
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

(Folha de Assinaturas do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.1962.1, celebrado entre o BNDES e a CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, com a Intervenção de Terceiro)

Pela BENEFICIÁRIA:

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

Federico Botto
Diretor Presidente

Flavio Viana de Freitas
Diretor Superintendente

INTERVENIENTE-FIADOR

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

TESTEMUNHAS:

Nome: Maria Silvia de Arruda Borges
Identidade: CPF: 370.737.027-53
CPF: SSP/DETRAN: 03.574.352-5

Nome: JOLIO CERRA SILVA SOUZA
Identidade: 3763035
CPF: 366 2785 2772

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS | CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA DR. CANECA 1241 - CEP: 01007-002 FONE: (11) 3171-9833 FAX: (11) 3171-1074/2174-1314 E-MAIL: sac@cerqueira.com.br

Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELINO RAFART DE SERAS, FEDERICO BOTTO, FLAVIO VIANA DE FREITAS e MARCELLO GUIDOTTI, em documento com valor econômico, do fê.
São Paulo, 07 de fevereiro de 2011.
Em Teste da verdade. Cód.: 1998400311410000160182

CASSIO DE LIRA GOMES - Escrevente Autorizado
Valido somente com o selo de autenticidade. (Qtd 4: Total)


Cassio de Lira Gomes
Escrevente Autorizado

Colégio Notarial do Brasil - SP
Pessoa Econômica 1
Cód. 349
1028AA260812
1028AA260811
1028AA260809
1028AA260810

ANEXO III ao "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos"

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

SIENDES


Iáucia Patrícia Azevedo
Advogada

CONTRATO DE ADMINISTRAÇÃO DE CONTAS

Pelo presente instrumento particular,

I. CONTRATANTES:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social, por seus representantes legais, doravante designada "Concessionária";

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1.º e 2.º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Acionista ou Ecorodovias");

II. CONTRATADO:

Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 60.701.190/0001-04, localizada na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, n.º 100, Olavo Setubal, neste ato representada por seus representantes legais, doravante designada "Banco Depositário";

III. INTERVENIENTE ANUENTES:

(i) Planner Trustee DTVM Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, de emissão da Cedente ("Agente Fiduciário"); e

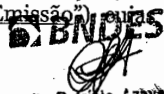
(ii) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, n.º 100, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.657.248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados, doravante denominado "BNDES", e em conjunto com o Agente Fiduciário "Credores", e em conjunto com o Banco Depositário e a Concessionária, "Partes"; e

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 17 de junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Concessão Rodoviária n.º 006/ARTESP/2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente") e a Concessionária, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração pela Concessionária do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto e seus respectivos acessos ("Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto");

(ii) Através do exercício de suas atividades, a Concessionária arrecada recursos relativos ao pagamento de tarifas do serviço público concedido, pelos usuários do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, cobradas através de seus postos de pedágio, diretamente ou mediante recebíveis sacados contra a STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. provenientes dos sistemas "Via Fácil" e "Sem Parar", distribuídos pelo Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, nos termos do Capítulo IV da Lei n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões");

(iii) A Concessionária deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a emissão de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, para distribuição pública ("Debêntures" e "Emissão");


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

condições e características estão descritas na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas celebrada em 07 de fevereiro de 2011 entre a Concessionária, a Ecorodovias e o Agente Fiduciário (“Escritura”), cujas condições são descritas no Anexo I ao presente Contrato;

(iv) A Concessionária deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a obtenção de um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), cujos recursos serão destinados para investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a ECOPISTAS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP em 17/06/2009, o qual foi estabelecido por meio de um contrato de financiamento mediante abertura de crédito, cuja cópia encontra-se no Anexo II (“Contrato BNDES”, em conjunto com a Escritura, denominados os “Contratos Garantidos”);

(v) A fim de garantir o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Concessionária decorrentes dos Contratos Garantidos, a Concessionária, a Ecorodovias, o BNDES e o Agente Fiduciário celebraram, nesta data, o Contrato de Penhor de Ações (“Contrato de Penhor de Ações”) e (ii) a Concessionária, o BNDES, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário celebraram, nesta data, o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos (“Contrato de Cessão Fiduciária”), sendo que o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária são denominados conjuntamente de “Contratos de Garantias” ou “Garantias”;

Resolvem as Partes celebrar o presente Contrato de Administração de Contas (doravante denominado simplesmente “Contrato”), que passa a fazer parte integrante e inseparável dos Contratos Garantidos e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Exceto quando definidos no presente Contrato, os termos cujas letras apareçam em maiúscula, neste instrumento deverão ter o mesmo significado a eles atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária e nos Contratos Garantidos.

CLÁUSULA I - DAS CONTAS:

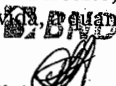
1.1. CONTA CENTRALIZADORA: conta de titularidade da Concessionária, centralizadora dos Direitos Creditórios, movimentável apenas pelo Banco Depositário, aberta sob o nº 90.050-1, na Agência nº 2001, do Banco Depositário.

1.2. CONTA GARANTIA: conta de titularidade da Concessionária, movimentável apenas pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, a parcela restante dos depósitos efetuados no respectivo dia na Conta Centralizadora, após a transferência do Percentual Conta Operação definido na Cláusula 3.1, aberta sob o nº 90.051-9, na Agência nº 2001, do Banco Depositário.

1.3. CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA: conta de titularidade da Concessionária, movimentável apenas pelo Banco Depositário, na qual serão depositados recursos em montante equivalente ao Serviço da Dívida (conforme definido abaixo), aberta sob o nº 90.056-8, na Agência nº 2001, do Banco Depositário, a qual deverá ser constituída com volume que atenda, de maneira global o Serviço da Dívida, que deverá ser composto pela soma das alíneas (a) a (c), respeitando os prazos de constituição conforme subitem 1.3.1 abaixo:

(a) para cada subcrédito em TJLP concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida, nos termos do Contrato BNDES; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida, nos termos do Contrato BNDES;

(b) para cada subcrédito em IPCA concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 (um terço) do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 2/3 (dois terços) do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito;


Cláudia Patrícia Lzevedo
Advogada

equivalente a 1/4 (um quarto) do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos do subcrédito;

- (c) no que se refere às Debêntures objeto da Escritura: constituição da quantia equivalente a próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures. Será utilizando como base para o valor projetado, fórmula definida na Escritura, sendo que para a Atualização Monetária deverá ser utilizado no lugar do IPCA, a expectativa da variação do IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IPCA") divulgada no último relatório FOCUS publicado pelo Banco Central do Brasil.

1.3.1. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá estar devidamente preenchida, observado os valores acima definidos, nos seguintes prazos:

(a) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES, relativamente a cada subcrédito em IPCA: até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação.

(b) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES por meio do Contrato BNDES, relativamente aos subcréditos em TJLP: até 15 dias contados da data da última prestação vencida.

(c) no que se refere às Debêntures objeto da Escritura: no dia seguinte à liquidação das Debêntures, nos termos da referida Escritura.

1.4. **CONTA DE OPERAÇÃO:** conta de titularidade da Concessionária, movimentável apenas pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, parcela dos recursos depositados na Conta Centralizadora, aberta sob o nº 90.052-7, na Agência nº 2001, do Banco Depositário, observado o Percentual Conta Operação definido na Cláusula 3.1.

1.5. **CONTA RESERVA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (OU CONTA RESERVA DE O&M):** conta de titularidade da Concessionária, na qual serão depositados os recursos em montante equivalente ao custo operacional da Concessionária por um período de 3 (três) meses, nos termos da cláusula 8, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela Concessionária nos 3 (três) meses antecedentes, aberta sob o nº 90.053-5, na Agência nº 2001, do Banco Depositário.

1.6. **CONTA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO:** conta de titularidade da Concessionária, na qual serão depositados todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão referentes a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, cujos valores deverão ser depositados, aberta sob o nº 90.054-3, na Agência nº 2001, do Banco Depositário.

1.7. **CONTA DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES:** conta de titularidade da ECORODOVIAS, na qual serão depositados os recursos referentes aos Rendimentos das Ações Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações), nº 90.055-0, na Agência nº 2001, do Banco Depositário.

1.7.1. A Conta Centralizadora, a Conta Garantia, a Conta Reserva do Serviço da Dívida, a Conta de Operação e a Conta dos Direitos Emergentes da Concessão quando referidas em conjunto serão denominadas "Contas do Projeto".

1.8. **CONTA MOVIMENTO:** conta corrente de titularidade da Concessionária, de livre movimentação nº 10558-4, na Agência nº 0910, do Banco Depositário, que receberá os valores liberados da Conta Garantia e da Conta de Operação, desde que (i) não haja qualquer Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, e (ii) estejam preenchidas a Conta Reserva do Serviço da Dívida e a Conta Reserva de O&M, de acordo com disposições das Cláusulas V e VII deste Contrato. A Conta Movimento poderá ser alterada (agência e conta) pela Concessionária, mediante pedido formal e mediante anuência do Banco Depositário, que terá o prazo de 3 (três) dias úteis para promover a alteração solicitada.

1.8.1. A alteração a que se refere a Cláusula 1.8 acima deverá ser comunicada aos Credores pelo Banco Depositário, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após sua efetivação.

BNDES


Jéssica Patrícia Azevedo
Advogada

CLÁUSULA II - OBJETO

2.1. Este contrato tem por objeto:

- (a) a administração das receitas provenientes dos Direitos Creditórios depositadas nas Contas do Projeto, em garantia do fiel, integral e pontual cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Concessionária, nos termos dos Contratos Garantidos, incluindo principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas previstas nos Contratos Garantidos, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância comprovadamente desembolsada por conta da excussão de garantias prestadas e quaisquer outros acréscimos devidos aos Credores, com relação aos Contratos Garantidos e seus eventuais aditamentos ("Obrigações Garantidas"); e
- (b) a administração das Contas do Projeto, da Conta de Distribuição sobre as Ações e da Conta Reserva de O&M; e
- (c) regular os termos e condições segundo os quais o Banco Depositário atuará como mandatário da Concessionária, responsável pela administração dos Direitos, das Contas Cedidas e da Conta de Distribuição sobre as Ações.

2.2 A Conta de Distribuição sobre as Ações e as Contas do Projeto, exceto no que se refere à Conta de Operação que deverá ter condições específicas de bloqueio, poderão sofrer retenção por determinação dos Credores, na hipótese da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, e as receitas decorrentes da retenção, com exceção do Valor de OPEX Mensal (definido na Cláusula 12.4 adiante), poderão ser aplicadas na liquidação das Obrigações Garantidas nos termos da Cláusula Oitava deste Contrato, e observado as disposições da Cláusula 12.4. Nos termos das Cláusulas 5.6 e 7.2 abaixo, a Conta Garantia e a Conta de Operação poderão sofrer retenções para fins de ajuste de valores, respectivamente, na Conta Reserva do Serviço da Dívida e na Conta Reserva de O&M.

2.3 As Partes declaram e reconhecem que o presente Contrato é celebrado nos termos e condições do disposto no Contrato de Concessão e na Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, especialmente seu artigo 28.

2.5 As Partes declaram e reconhecem que o não cumprimento de qualquer obrigação nos termos do presente Contrato, especialmente em relação às obrigações pertinentes às Contas do Projeto, à Conta de Distribuição sobre as Ações e à Conta Reserva de O&M será considerado como um evento de inadimplemento para os fins dos Contratos Garantidos e será incluído no conceito de Evento de Inadimplemento para fins deste Contrato.

CLÁUSULA III - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA CENTRALIZADORA

3.1. A Conta Centralizadora acolherá os depósitos, diariamente efetuados pelos Agentes de Intermediação de Pagamento, de todos os recursos recebidos em virtude do pagamento de quaisquer Direitos Creditórios, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária. Os recursos depositados na Conta Centralizadora serão transferidos para a Conta Garantia e para a Conta de Operação, nos termos a seguir:

(i) 46% (quarenta e seis por cento) do saldo verificado na Conta Centralizadora ("Percentual Conta Operação"), ao final de cada dia, será transferido para a Conta de Operação até às 12 horas do dia seguinte.

(ii) O restante do saldo verificado na Conta Centralizadora ("Percentual Conta Garantia" e em conjunto com o Percentual Conta Operação "Percentuais de Retenção"), ao final de cada dia, será transferido para a Conta Garantia até às 12 horas do dia seguinte, salvo quando da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, observado o disposto na Cláusula 12 deste Contrato;

3.1.1. Os Percentuais de Retenção deverão ser revisados anualmente, com base em relatório a ser fornecido pela Concessionária que demonstre qual o percentual da receita bruta total dos últimos 12 meses foi destinado para pagamento de outorga, tributos, custos e despesas operacionais realizados, e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público ("Percentual de Operação Realizado"), e que contenha memória de cálculo dos valores definidos para o Cálculo de OPEX conforme determinado na Cláusula 8.1.1. abaixo ("Relatório Anual"), devendo o primeiro relatório ser emitido em 15 de janeiro de 2012 e os demais a cada 12 meses

BNDES

Gláucia Patrícia Bezerra
Advogada

(“Data de Verificação dos Percentuais de Retenção”). Caso, em uma Data de Verificação dos Percentuais de Retenção, seja verificado que a diferença entre o Percentual da Conta Operação e o Percentual de Operação Realizado supera 10% para mais ou para menos, o Percentual de Operação Realizado deverá ser adotado no lugar do Percentual Conta Operação para os doze meses seguintes ao do respectivo Relatório Anual.

3.1.2. Sem prejuízo do disposto na cláusula 3.1.1, caso a Concessionária deseje alterar os Percentuais de Retenção deverá ser convocada uma Assembléia Geral de Debenturistas, e obtida aprovação prévia do BNDES. O quórum para alteração dos Percentuais deverá seguir a Cláusula 9.4.3 da Escritura.

3.2. A Conta Centralizadora passará a receber os depósitos dos Direitos Creditórios, conforme mencionado na Cláusula 3.1 acima, mediante a formalização e aperfeiçoamento da cessão fiduciária dos Direitos e Contas Cedidas, conforme previsto no Contrato de Cessão Fiduciária, em especial, o atendimento das condições suspensivas ali previstas.

3.3. Caso o fluxo de depósitos na Conta Centralizadora seja interrompido ou seja reduzido em mais de 50% (cinquenta por cento), considerando a média dos 90 (noventa) dias anteriores, tal fato configurar-se-á um evento de inadimplemento para fins deste Contrato e o Banco Depositário deverá notificar os Credores para que estes possam tomar as medidas cabíveis, podendo, inclusive, declarar vencimento antecipado. Esta verificação deverá ser feita pelo Banco Depositário em cada Data de Verificação (definida no item 5.6 abaixo).

CLÁUSULA IV - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA GARANTIA

4.1. Os recursos da Conta Garantia deverão diariamente até as 12 horas ser transferidos para a Conta Movimento desde que (i) não tenha ocorrido qualquer Notificação de Bloqueio (definido na Cláusula 11.1 abaixo); e (ii) o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida (definido na Cláusula 5.6 abaixo), seja superior ao valor do Serviço da Dívida, nos termos da Cláusula 5.6.

4.2. Caso, na Data de Verificação, o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida, conforme definido abaixo, esteja inferior ao Serviço da Dívida, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta Garantia para a Conta Reserva do Serviço da Dívida em montante suficiente para adequação do Saldo Efetivo do Serviço da Dívida em valor equivalente ao Serviço da Dívida. Caso exista saldo excedente na Conta Garantia após o atingimento do Saldo Efetivo do Serviço da Dívida, o excedente deverá ser transferido para a Conta Movimento até às 12 horas do mesmo dia.

4.3. Caso ocorra um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta de Garantia, na forma da Cláusula 12 deste Contrato.

CLÁUSULA V - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA

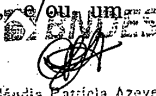
5.1. A Conta Reserva do Serviço da Dívida poderá ser composta por montantes advindos da Conta Movimento, os quais serão transferidos pela própria Concessionária.

5.2. O saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida, a ser composto nos termos desta Cláusula 5, deverá ser verificado mensalmente pelo Banco Depositário, observado o disposto nas Cláusulas 5.6 e 5.7, de forma que mensalmente sejam mantidos recursos na Conta Reserva do Serviço da Dívida equivalentes ao montante do Serviço da Dívida.

5.3. Para que sejam respeitadas as disposições acima, a Concessionária deverá constituir a Conta Reserva do Serviço da Dívida e depositar o montante equivalente ao Serviço da Dívida nos valores e prazos estipulados na cláusula 1.3 acima.

5.4. A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá permanecer preenchida até a quitação das Obrigações Garantidas pela Concessionária e, mediante recebimento de instruções da Concessionária, somente poderá ser movimentada pela mesma apenas para depósitos dos recursos necessários para a complementação dos valores retidos na Conta Reserva do Serviço da Dívida.

5.5. Caso ocorra um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta Reserva do Serviço da Dívida, bem como as quotas dos fundos provenientes de aplicações dos recursos desta conta, na forma da Cláusula 12 deste Contrato.

5.6. O Banco Depositário se obriga a verificar e a ajustar, conforme a Cláusula 5.9, o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida, para que este saldo seja equivalente ao Serviço da Dívida, no dia 15 de cada mês ("Data de Verificação"), mediante o recebimento das informações do montante do Serviço da Dívida por parte dos Credores, conforme a Cláusula 5.7, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva dos Credores. Para efeito de apuração do cumprimento pela Concessionária do montante equivalente ao Serviço da Dívida, conforme definido na Cláusula 1.3, serão considerados o saldo da Conta Reserva do Serviço da Dívida e o valor das quotas dos fundos provenientes de aplicações com valores desta Conta, líquidos de tributos e outros custos e encargos aplicáveis do dia útil anterior a Data de Verificação ("Saldo Efetivo do Serviço da Dívida").

5.7. O Agente Fiduciário se compromete a calcular e informar por escrito o valor projetado do Serviço da Dívida referente à Escritura (alínea "c" da definição de Serviço da Dívida) em até 2 (dois) Dias Úteis de cada Data de Verificação ao Banco Depositário, e o BNDES se obriga a informar o valor projetado do Serviço da Dívida conforme Contrato BNDES (alíneas "b" e "c" da definição de Serviço da Dívida) mediante solicitação via e-mail do Banco Depositário, devendo esta solicitação se realizar até o dia 10 de cada mês, com cópia para a Concessionária. Caso o BNDES não disponibilize em até 2 (dois) Dias Úteis de cada Data de Verificação o valor projetado, a Concessionária se obriga a informar o referido valor ao Banco Depositário.

5.8. Caso venha a ser verificado pelo Banco Depositário em uma Data de Verificação, ou caso a qualquer tempo seja notificado pela Concessionária e uma vez verificada tal informação pelo Banco Depositário nos termos da Cláusula 5.6 acima, que o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida possui montante superior ao Serviço da Dívida, o Banco Depositário deverá transferir, após a Data de Verificação nos termos da Cláusula 5.6 acima, o valor excedente para a Conta Movimento, salvo na hipótese de ocorrência de Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, notificado por qualquer um dos Credores ao Banco Depositário. Caso não exista saldo suficiente na Conta Reserva de Serviço da Dívida para ajustar o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida para valor equivalente ao do Serviço da Dívida, o Banco Depositário está autorizado a resgatar o valor necessário em quotas de fundos de investimentos, conforme a Cláusula Sexta, líquidos de tributos e outros custos e encargos aplicáveis até que se atinja o Serviço da Dívida da Data de Verificação em questão.

5.9. Caso o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida numa Data de Verificação seja inferior ao valor do Serviço da Dívida, conforme Cláusula 5.6 acima, o Banco Depositário está também autorizado a transferir da Conta Garantia para a Conta Reserva do Serviço da Dívida, os valores necessários para que o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida atinja o valor do Serviço da Dívida para o referido mês, a responsabilizando-se a Concessionária pelo envio de Notificação de Investimento, informando como os valores retidos deverão ser aplicados. Caso não exista saldo suficiente na Conta Garantia em até 3 (três) dias úteis ("Data Limite"), para a composição do Saldo Efetivo do Serviço da Dívida em valor equivalente ao do Serviço da Dívida, o Banco Depositário deverá notificar via e-mail a Concessionária, com cópias para o Agente Fiduciário e para o BNDES. A Concessionária deverá em até 2 (dois) dias úteis a contar da Data Limite, depositar os recursos necessários de modo que o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida atinja o valor do Serviço da Dívida do referido mês. Caso o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida não seja completado pela Concessionária no prazo estipulado, configurar-se-á um evento de inadimplemento para fins deste Contrato e o Banco Depositário deverá notificar via e-mail o Agente Fiduciário e o BNDES imediatamente para que os Credores possam tomar as medidas cabíveis, podendo, inclusive, declarar vencimento antecipado.

CLÁUSULA VI – DOS INVESTIMENTOS PERMITIDOS

6.1. Os recursos retidos nas Contas do Projeto e na Conta Reserva de O&M serão automaticamente aplicados pelo Banco Depositário, um dia útil após o recebimento da Notificação de Investimento (conforme definido abaixo) em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituídos, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil) ("Investimentos Permitidos"). Para proceder a aplicação dos valores depositados ou retidos nas Contas do Projeto e na Conta Reserva de O&M, o Banco Depositário deverá receber a instrução pela Concessionária em qual fundo e/ou títulos públicos federais dos Investimentos Permitidos, deverá(ao) ser(em) feita(s) a(s) aplicação(ões) ("Notificação de Investimentos, conforme modelo no Anexo VI"). O Banco Depositário

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo

deverá acatar as Notificações de Investimento desde que não haja o recebimento da Notificação de Bloqueio e após o recebimento de uma Notificação de Desbloqueio (abaixo definida), ambas expedidas pelos Credores, ou a declaração de vencimento antecipado das Obrigações Garantidas.

6.1.1. Os recursos retidos nas Contas do Projeto e/ou na Conta Reserva de O&M poderão somente ser transferidos e aplicados dentro do conglomerado do Banco Depositário.

6.2. Quaisquer rendimentos de valores resultantes de aplicações em Investimentos Permitidos líquidos de impostos com os recursos advindos das Contas do Projeto e da Conta Reserva de O&M deverão ser considerados mensalmente para fins de apuração do Saldo Efetivo do Serviço da Dívida e Saldo Efetivo de O&M, conforme definido abaixo respectivamente. O Banco Depositário terá acesso aos valores dos extratos das aplicações em fundo/quotas para fins de verificação do Saldo Efetivo do Serviço da Dívida e Saldo Efetivo de O&M.

CLÁUSULA VII - FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE OPERAÇÃO

7.1. Os recursos da Conta de Operação deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente até às 12 horas desde que (i) não tenha ocorrido qualquer Notificação de Bloqueio; e (ii) o Saldo Efetivo de O&M seja equivalente ao Montante Mínimo de Gastos em O&M (conforme definidos abaixo).

7.2. Caso, na Data de Verificação, o Montante Mínimo de Gastos em O&M esteja insuficiente, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta de Operação em montante suficiente para a Conta Reserva de O&M para adequação do Saldo Efetivo de O&M em valor equivalente ao Montante Mínimo de Gastos em O&M. Após o atingimento do Montante Mínimo de Gastos em O&M, o saldo excedente, se houver da Conta de Operação deverá ser transferido para a Conta Movimento até às 12 horas do mesmo dia.

7.3. Caso ocorra um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta de Operação, na forma da Cláusula 12 deste Contrato.

CLÁUSULA VIII – FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA RESERVA DE O&M

8.1 A Concessionária deverá preencher, até os 6 (seis) meses seguintes a assinatura deste Contrato, a Conta Reserva de O&M, na qual serão depositados recursos, necessários para o pagamento das despesas operacionais da Concessionária por um período de 3 (três) meses, com base naquilo que foi gasto pela Concessionária no período de 3 (três) meses antecedentes.

8.1.1. A Conta Reserva de O&M poderá ser composta por montantes advindos da Conta Movimento da Concessionária, os quais serão transferidos pela própria Concessionária. A Concessionária deverá realizar, mensalmente, cálculo para verificar os montantes gastos por ela para a manutenção de suas despesas operacionais no período composto pelos 3 (três) meses que antecederem referido cálculo (“Cálculo de Opex”), de forma que a Conta Reserva de O&M mensalmente deverá ter saldo equivalente ao último Cálculo de Opex (“Montante Mínimo de Gastos em O&M”).

8.1.2. O Cálculo de Opex deverá incluir os pagamentos:

a) de tributos incidentes sobre a receita de pedágio da Emissora, a saber, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS, e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, e tributos incidentes sobre o resultado, a saber, o Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ, e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;

(b) de despesas de operação e manutenção de rotina da rodovia, observados os valores acordados no Contrato de Concessão, corrigidos pelo IPCA data base julho de 2008, como limite total mensal máximo para tais despesas, referente ao Lote 23; e

(c) à ARTESP do valor mensal variável correspondente a 3% (três por cento) da receita bruta de pedágio efetivamente obtida pela Emissora no mês anterior ao pagamento.

BNDES
Gláucia Azevedo
Advogada

8.2. O Banco Depositário se obriga a verificar e a ajustar, conforme a Cláusula 8.3, o saldo da Conta Reserva de O&M, para que a soma do saldo da Conta Reserva de O&M e do valor das quotas dos fundos provenientes de aplicações com valores desta Conta, líquidos de tributos e outros custos e encargos aplicáveis do dia útil anterior ("Saldo Efetivo de O&M") seja equivalente ao Montante Mínimo de Gastos em O&M na Data de Verificação, mediante o recebimento das informações por parte da Concessionária conforme a Cláusula 8.1, sendo certo que a responsabilidade pela veracidade das informações é exclusiva da Concessionária.

8.3. Caso o Saldo Efetivo de O&M numa Data de Verificação seja inferior ao Montante Mínimo de Gastos em O&M, conforme Cláusula 8.1, o Banco Depositário deverá transferir da Conta de Operação para a Conta Reserva de O&M, os valores necessários para o cumprimento do Montante Mínimo de Gastos em O&M. Caso não exista saldo suficiente na Conta Operação até a Data Limite, para a composição do Saldo Efetivo de O&M em valor equivalente ao Montante Mínimo de Gastos em O&M, o Banco Depositário deverá notificar via e-mail a Concessionária, com cópias para o Agente Fiduciário e para o BNDES. A Concessionária deverá em até 2 (dois) dias úteis a contar da Data Limite, depositar os recursos necessários de modo que o valor do Saldo Efetivo de O&M atinja o Montante Mínimo de Gastos em O&M do referido mês. Caso a Concessionária não cumpra o Montante Mínimo de Gastos em O&M no prazo estipulado, configurar-se-á um evento de inadimplemento para fins deste Contrato e o Banco Depositário deverá notificar via e-mail o Agente Fiduciário e o BNDES imediatamente para que os Credores possam tomar as medidas cabíveis, podendo, inclusive, declarar vencimento antecipado.

8.4. A Conta Reserva de O&M poderá ser movimentada pela Concessionária nas seguintes hipóteses: (i) para a complementação dos valores retidos na Conta Reserva de O&M, caso o último Cálculo de Opex seja superior aos montantes já retidos na Conta Reserva de O&M; (ii) para sacar recursos da Conta Reserva de O&M, caso o último Cálculo de Opex seja inferior aos montantes retidos na Conta Reserva de O&M, salvo na hipótese de Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, notificado por qualquer um dos Credores ao Banco Depositário; e (iii) mediante a ocorrência de um evento extraordinário que resulte em necessidade adicional de despesas operacionais por parte da Concessionária devidamente comprovado e desde que a Concessionária comprove que não tem recursos suficientes para o pagamento destas despesas operacionais adicionais. Fica o Banco Depositário responsável pela verificação do saldo da Conta Reserva de O&M e pelo acompanhamento do atendimento do Montante Mínimo de Gastos em O&M.

8.4.1. A Concessionária deverá recompor o saldo da Conta Reserva de O&M de forma a cumprir com suas obrigações nos termos desta Cláusula 8 no prazo de até um mês contado de referido saque.

8.5. A Concessionária obriga-se, a enviar mensalmente ao Agente Fiduciário e ao BNDES, em até 3 (três) dias úteis após o encerramento de cada mês, com cópia para o Banco Depositário, memória de cálculo com o Cálculo de Opex referente aos 3 (três) meses que antecederem o referido cálculo.

CLÁUSULA IX – FLUXO DE DEPÓSITOS E MOVIMENTAÇÃO DA CONTA DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES

9.1. A Conta de Distribuição sobre as Ações receberá todos os valores provenientes dos Rendimentos das Ações, observado o disposto no Contrato de Penhor de Ações. Os recursos depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações serão transferidos para a conta nº 10.642-6, agência 0910 no Itaú Unibanco S.A., de titularidade da Ecorodovias, imediatamente após o depósito, caso este seja realizado até às 12 horas (meio dia), ou no dia útil subsequente, caso o depósito seja realizado após às 12 horas (meio dia).

9.1.1. Caso ocorra um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá bloquear a Conta de Distribuição sobre as Ações e reter os recursos, na forma da Cláusula 12 deste Contrato.

CLÁUSULA X - ORDEM DE UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS DA CONTA MOVIMENTO

10.1. Independentemente da ocorrência de qualquer evento de inadimplemento, e os recursos não sejam retidos na Conta Garantia e na Conta de Operação, nos termos da Cláusula 12, a Concessionária deverá usar o saldo dos recursos depositados na Conta Movimento de acordo com a seguinte ordem diária de prioridade: (i) pagamento de tributos e impostos incidentes sobre a receita de pedágio; (ii) despesas de operação, manutenção de rotina da rodovia e seguros previstos, observados os valores acordados como limite total mensal máximo para tais despesas, referentes ao Lote 23; (iii) pagamento do Poder

 BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo

Concedente do valor mensal variável correspondente a 3 (três por cento) da receita bruta efetivamente obtida pela Emissora no mês anterior ao pagamento; (iv) amortização de principal e de juros relativos às Obrigações Garantidas; (v) investimentos previstos no Contrato de Concessão; (vi) preenchimento da Conta Reserva de O&M (vii) preenchimento da Conta Reserva do Serviço da Dívida; (viii) pagamento das demais obrigações da Concessionária e (ix) pagamento de dividendos, inclusive o pagamento de dividendo mínimo obrigatório nos termos da lei.

CLÁUSULA XI - DISPOSIÇÕES COMUNS ÀS CONTAS DO PROJETO, À CONTA DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES E À CONTA RESERVA DE O&M

11.1. As Contas do Projeto e a Conta de Distribuição sobre as Ações serão movimentadas, única e exclusivamente pelo Banco Depositário, por meio do mecanismo de lançamentos contábeis, não sendo permitida a emissão de cheques contra elas e/ou cartões de crédito/débito, ou quaisquer ordens de pagamento ou transferência, exceto no caso de cumprimento de ordem judicial e/ou conforme autorizado por este Contrato.

11.2. As Contas do Projeto, a Conta de Distribuição sobre as Ações e a Conta Reserva de O&M não poderão ser encerradas até a final e total liquidação das Obrigações Garantidas, conforme notificação a ser encaminhada por escrito ao Banco Depositário pelos Credores, observado o disposto no Contrato de Cessão Fiduciária.

11.3. As Partes reconhecem que poderão ocorrer, durante o prazo de vigência deste Contrato, alterações nos sistemas de contas correntes do Banco Depositário, resultando, eventualmente, em modificação na numeração das Contas do Projeto, da Conta de Distribuição sobre as Ações ou da agência à qual pertençam, devendo, contudo, tais alterações serem comunicadas aos Credores e à Concessionária, com antecedência, pelo Banco Depositário. Nestas hipóteses, fica certo e ajustado, desde já, que modificações sistêmicas deste cunho, não descaracterizarão os conceitos de Contas do Projeto, da Conta de Distribuição sobre as Ações e da Conta Reserva de O&M aqui explicitados, aplicando-se às novas contas todos os termos e disposições deste Contrato.

11.4. Exceto conforme previsto na Cláusula 11.3 acima, as Contas do Projeto, a Conta de Distribuição sobre as Ações e a Conta de O&M não poderão ser alteradas em nenhuma hipótese, salvo se com anuência prévia e por escrito dos Credores.

11.5. O Banco Depositário, neste ato autorizado pela Concessionária, compromete-se a enviar aos Credores, até o 10º (décimo) dia de cada mês, informações relativas às Contas do Projeto, a Conta de Distribuição sobre as Ações e a Conta Reserva de O&M, inclusive extratos bancários.

CLÁUSULA XII - BLOQUEIO DAS CONTAS DO PROJETO E DA CONTA DE DISTRIBUIÇÃO SOBRE AS AÇÕES

12.1. No caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, qualquer dos Credores poderá enviar ao Banco Depositário, uma notificação requerendo o bloqueio imediato do saldo diário das Contas do Projeto, da Conta de Distribuição sobre as Ações e da Conta de Operação, observado o disposto na Cláusula 12.4.1 ("Notificação de Bloqueio"), cabendo ao Banco Depositário bloquear a totalidade dos recursos depositados na Conta Garantia e caso já cumpridos o Valor de Opex Mensal, conforme Cláusula 12.4, os recursos excedentes da Conta Operação.

12.1.1. Caso o Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou o inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, esteja relacionado à falta de pagamento do Serviço da Dívida relativo às Obrigações Garantidas da Concessionária, os montantes retidos na Conta Reserva do Serviço da Dívida deverão ser utilizados pelos Credores para quitar o Serviço da Dívida pendente, conforme proporção definida no Contrato de Compartilhamento de Garantias.

12.1.2. Caso sejam sacados recursos da Conta Reserva de Serviço da Dívida ou as quotas de fundos decorrentes dos Investimentos Permitidos advindos de depósitos da Conta Reserva de Serviço da Dívida sejam resgatas, o Banco Depositário deverá bloquear a Conta Garantia e transferir para a Conta Reserva de Serviço da Dívida os valores necessários para que se atinja o montante equivalente ao Serviço da Dívida da última Data de Verificação, na medida em que o Banco Depositário receba as informações acima citadas. Uma vez recompostos os valores da Conta Reserva do Serviço da Dívida e verificado o adimplemento da Concessionária junto aos Credores, a Conta Garantia será desbloqueada e o seu saldo



Cláudia Patrícia Azevedo

transferido para a Conta Movimento pelo Banco Depositário.

12.1.3. O bloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações (exceto no que se refere à Conta de Operação, nos estritos termos da Cláusula 12.4) deverá ser realizado pelo Banco Depositário imediatamente após o recebimento da Notificação de Bloqueio enviada pelos Credores nos termos do Anexo III deste Contrato. O bloqueio da Conta de Operação seguirá necessariamente os trâmites previstos nas Cláusulas 12.4 a 12.4.2 abaixo.

12.1.4. O Banco Depositário informará imediatamente aos Credores e à Concessionária sobre a efetivação do bloqueio.

12.2. O desbloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações deverá ocorrer após o recebimento da notificação expedida pelos Credores ("Notificação de Desbloqueio"), declarando ao Banco Depositário o adimplemento das Obrigações Garantidas pela Concessionária, mediante envio de notificação na forma do Anexo IV a este Contrato.

12.2.1. A Notificação de Desbloqueio deverá ser enviada pelos Credores no prazo de 48 (quarenta e oito) horas do adimplemento pela Concessionária. Uma vez recebida a Notificação de Desbloqueio, o Banco Depositário deverá desbloquear, em até 24 (vinte e quatro) horas, as Contas do Projeto ou a Conta de Distribuição sobre as Ações, conforme o caso, incluindo o eventual saldo acumulado e bloqueado até então, não podendo recusar o referido desbloqueio. O Banco Depositário somente acatará as instruções decorrentes de uma Notificação de Desbloqueio enviada pelo Credor que tiver solicitado o bloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações. Caso a Notificação de Desbloqueio tenha sido enviada por Credor diverso ao que tenha encaminhado a Notificação de Bloqueio, o Banco Depositário somente efetuará o desbloqueio da Conta de Distribuição sobre as Ações das Contas do Projeto após receber a confirmação de desbloqueio do Credor que houver solicitado o bloqueio da Conta de Distribuição sobre as Ações e das Contas do Projeto.

12.3. Ocorrendo o vencimento antecipado de qualquer dos Contratos Garantidos, conforme notificação a ser enviada por escrito por qualquer dos Credores, respeitado o Contrato de Compartilhamento de Garantias, ao Banco Depositário, este último fica desde já autorizado a transferir aos Credores, diariamente, em conta corrente a ser indicada por estes na notificação sobre o vencimento antecipado, os recursos depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto (exceto da Conta Centralizadora e nos estritos termos da Cláusula 12.4 no que se refere à Conta de Operação),

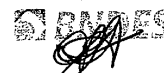
12.3.1. O disposto acima continuará até que as Obrigações Garantidas tenham sido liquidadas, de forma que o Banco Depositário está autorizado a continuar retendo os Direitos Creditórios e Rendimentos das Ações, conforme o caso, mantidos na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto (exceto na Conta Centralizadora e nos estritos termos da Cláusula 12.4 no que se refere à Conta de Operação) e transferindo diariamente os montantes ali retidos aos Credores, até o integral cumprimento das Obrigações Garantidas, conforme notificado pelos Credores, por escrito.

12.3.2 É vedado ao Banco Depositário efetuar qualquer retenção de valores da Conta de Distribuição sobre as Ações e das Contas do Projeto a título de compensação de créditos de sua titularidade, devendo todos os valores decorrentes do bloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações serem entregues aos Credores, nas proporções estabelecidas no Contrato de Compartilhamento de Garantias, em contas-correntes a serem indicadas pelos mesmos.

12.4. Ocorrendo o bloqueio da Conta de Distribuição sobre as Ações e das Contas do Projeto, o Banco Depositário deverá utilizar o equivalente a 1/3 (um terço) do valor apurado do último Cálculo de OPEX ("Valor OPEX Mensal") a fim de determinar o valor máximo mensal que a Concessionária receberá para fazer frente aos gastos para a manutenção de suas despesas operacionais nos meses seguintes ao da data de bloqueio.

12.4.1. O Banco Depositário manterá controle diário dos valores que transitarão pela Conta Centralizadora e pela Conta de Operação, e deverá transferir diariamente para a Conta Movimento, quaisquer valores ali creditados até que o montante depositado na Conta Movimento atinja o Valor de OPEX Mensal apurado com base no último relatório mensal de Cálculo de OPEX. Uma vez verificado que o Valor de OPEX Mensal fora atingido, o Banco Depositário deverá bloquear quaisquer valores creditados na Conta de Operação, transferindo imediatamente tais valores para a Conta Garantia.

12.4.2. O procedimento mencionado na Cláusula 12.4.1 deverá ser aplicado a cada mês, até que ocorra a Notificação de Desbloqueio.



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

CLÁUSULA XIII - VIGÊNCIA

13.1. O presente Contrato entrará em vigor na data da assinatura da Escritura e do Contrato BNDES e permanecerá em vigor até o cumprimento integral das Obrigações Garantidas.

CLÁUSULA XIV - PROCURAÇÃO IRREVOGÁVEL

14.1. A Concessionária, nos termos deste Contrato, outorga aos Credores uma procuração irrevogável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, respeitando as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e observado o modelo do Anexo V a este Contrato, com os seguintes poderes: (i) autorizar o Banco Depositário a reter recursos depositados nas Contas do Projeto e na Conta de Distribuição sobre as Ações, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, imediatamente após a Notificação de Bloqueio, conforme prevista na Cláusula 12 acima, e (ii) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos à Conta de Distribuição sobre as Ações e às Contas do Projeto. Sob nenhuma circunstância deverá o Banco Depositário aceitar ou executar quaisquer instruções, com respeito à Conta de Distribuição sobre as Ações e às Contas do Projeto ou aos recursos depositados nas mesmas, da Concessionária ou de qualquer terceiro, ou em inobservância das regras e limites previstos neste Contrato.

14.2. Para o pleno exercício das funções previstas neste Contrato, a Concessionária constitui o Banco Depositário seu bastante procurador, de forma irrevogável e irretirável, para os fins do disposto nos artigos 684 e 686, parágrafo único, do Código Civil Brasileiro, para que, respeitadas as cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato e observado o modelo do Anexo V a este Contrato, (i) acate e cumpra as instruções dadas pelos Credores, (ii) efetue bloqueios, imediatamente após o recebimento de Notificação de Bloqueio, conforme a Cláusula 8 acima, em caso de ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, e os respectivos desbloqueios na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto (exceto nos estritos termos da Cláusula 12.4 no que se refere à Conta de Operação); (iii) invista em Investimentos Permitidos os recursos bloqueados na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto; (iv) transfira aos Credores os recursos bloqueados nas Contas do Projeto e na Conta de Distribuição sobre as Ações, em pagamento das Obrigações Garantidas, na hipótese de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento do Serviço da Dívida, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias; e (v) pratique todos e quaisquer atos previstos neste Contrato que sejam necessários ao fiel cumprimento desse mandato.

CLÁUSULA XV - DECLARAÇÕES, GARANTIAS E OBRIGAÇÕES

15.1. O Banco Depositário neste ato, declara-se ciente de que a totalidade dos recursos a qualquer tempo depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto mantidas junto ao Banco Depositário foram, respectivamente, empenhados e cedidos fiduciariamente em favor dos Credores nos termos do Contrato de Penhor e do Contrato de Cessão Fiduciária.

15.1.1. O Banco Depositário, neste ato, declara conhecer os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias.

15.2. As Partes, em conjunto ou individualmente, conforme o caso, concordam que:

(a) o Banco Depositário é obrigado a:

I - conferir aos recursos depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações, nas Contas do Projeto e na Conta Reserva de O&M, mantidas junto a ele nos termos deste instrumento, o mesmo grau de diligência que confere a seus próprios bens e estará obrigado a investir quaisquer recursos bloqueados nos termos deste Contrato;

II - informar imediatamente aos Credores o descumprimento, por parte da Concessionária, de qualquer obrigação referente à cessão fiduciária prevista no Contrato de Cessão Fiduciária;

III - não acatar ordem da Concessionária, no que se refere à cessão fiduciária dos Direitos e Contas Cedidas, em desacordo com o presente Contrato, sem a anuência por escrito dos Credores;

IV - promover, nos termos do disposto neste Contrato, a retenção e transferência dos valores depositados

 BNDES

Cláudia Patrícia Zevado

na Conta Garantia e na Conta Reserva do Serviço da Dívida, bem como na Conta de Operação, observados os termos da Cláusula 11.4, após informação dos Credores nos termos deste Contrato, bem como executar todos os atos e procedimentos previstos contratualmente para assegurar a cessão fiduciária dos Direitos Creditórios e Contas Cedidas;

V - sempre que solicitado, fornecer aos Credores os extratos da Conta de Distribuição sobre as Ações, das Contas do Projeto e da Conta Reserva de O&M e relatório informando sobre o cumprimento das obrigações de manutenção do saldo do Serviço da Dívida;

VI - utilizar os valores da Concessionária depositados consigo para pagamento das obrigações pecuniárias estipuladas nos Contratos Garantidos nos casos previstos de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos;

VII - obter, junto aos Credores, no dia 10 (dez) de cada mês, informações sobre: (i) o saldo devedor dos Contratos Garantidos; (ii) o valor das prestações de amortização do principal e acessórios da dívida dos Contratos Garantidos; e (iii) a indicação das contas correntes de titularidade dos Credores;

VIII- nos termos da Cláusula 12 deste Contrato, em caso de insuficiência de recursos para o pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente dos Contratos Garantidos, reter e transferir aos Credores, e mediante o recebimento de notificação dos Credores, os valores disponíveis na Conta Garantia, Conta Reserva do Serviço da Dívida e da Conta de Operação, após a eventual necessidade de recomposição do Montante Mínimo de Gastos em O&M e de liberação do Valor de OPEX Mensal nos termos da Cláusula Oitava e 12.4 deste Contrato, sendo que a Conta Garantia, e a Conta de Operação (nos estritos termos da Cláusula 12.4) permanecerão bloqueadas até que haja total cumprimento das obrigações pecuniárias em atraso e a recomposição do valor mínimo do Serviço da Dívida;

IX- caso o Saldo Efetivo do Serviço da Dívida seja inferior ao valor do Serviço da Dívida, debitar a Conta Garantia, a partir da Data de Verificação do referido mês, reter e transferir os valores disponíveis em tal Conta para a Conta Reserva do Serviço da Dívida, sendo que a Conta Garantia permanecerá bloqueada até que haja a recomposição do valor do Serviço da Dívida aplicável para o referido mês;

X- em caso de insuficiência do Montante Mínimo de Gastos em O&M da Conta Reserva de O&M, debitar a Conta de Operação, a partir da Data de Verificação do referido mês, reter e transferir os valores disponíveis em tal conta para recompor o Montante Mínimo de Gastos em O&M,

XI - bloquear a Conta de Operação no caso de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, mas desde que tal bloqueio siga os termos das Cláusulas 12.4 a 12.4.2 acima;

XII - transferir da Conta Reserva do Serviço da Dívida para a Conta Movimento o valor que porventura exceder o valor mínimo do Serviço da Dívida; e

XIII - enviar aos Credores, até o 10º (décimo) dia de cada mês, informações relativas às Contas do Projeto, à Conta de Distribuição sobre as Ações e à Conta Reserva de O&M, inclusive extratos bancários.

(b) a Concessionária indenizará e isentará o Banco Depositário de todos e quaisquer prejuízos comprovados decorrentes do seu descumprimento deste Contrato, exceto nos casos de culpa comprovada ou dolo do Banco Depositário e com respeito a pedidos de indenização baseados em tal culpa ou dolo decididos contra o Banco Depositário;

(c) o Banco Depositário não tem e não terá qualquer interesse nos recursos depositados nas Contas do Projeto, na Conta de Distribuição sobre as Ações e na Conta Reserva de O&M, agindo apenas como fiel depositário e permanecendo apenas com a posse dos mesmos;

(d) o Banco Depositário não faz nenhuma declaração quanto à validade, valor, autenticidade ou possibilidade de cobrança de qualquer garantia ou outro documento ou instrumento mantido por ele ou a ele entregue;

(e) o Banco Depositário somente atuará em atendimento às notificações recebidas dos Credores nos termos do presente Contrato, com exceção dos casos expressamente previstos em sentido contrário neste Contrato;

(f) o Banco Depositário, pelo presente Contrato, está autorizado a obedecer e cumprir todas as decisões

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

emanadas pelo juízo competente que afetem qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo Banco Depositário. O Banco Depositário não será responsável perante qualquer de seus sucessores, herdeiros ou representantes pessoais em razão do cumprimento dessas decisões, não obstante que tal decisão seja posteriormente revertida, modificada, revogada ou abandonada. Porém, na hipótese de reversão, modificação, revogação ou abandono da decisão, o Banco Depositário fica obrigado a dar imediato cumprimento à tal nova decisão;

(g) no caso de cumprimento de qualquer medida judicial envolvendo qualquer importância em dinheiro, documentos ou coisas mantidos pelo Banco Depositário, o cumprimento de referida medida será comunicado em 1 (um) dia útil à Concessionária e aos Credores;

(h) quando da cessação de qualquer Evento de Inadimplemento nos termos da Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES e dos Contratos Garantidos, os Credores deverão dar imediato conhecimento ao Banco Depositário, com orientação para a imediata liberação dos respectivos valores bloqueados nas Contas do Projeto e na Conta de Distribuição sobre as Ações;

(i) quaisquer notificações enviadas pelo BNDES ou pelo Agente Fiduciário ao Banco Depositário, deverão ser encaminhadas pelo respectivo remetente com cópia, para ciência, ao outro Credor; e

(j) a Concessionária desde já autoriza o Banco Depositário, em caso de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento do Serviço da Dívida, a transferir, na hipótese e nos termos da Cláusula 8 do Contrato, da Conta Garantia e da Conta Reserva do Serviço da Dívida para as contas correntes indicadas pelos Credores e uma vez observado o Contrato de Compartilhamento de Garantias, a importância necessária ao pagamento integral da prestação de amortização do principal e dos acessórios da dívida decorrente dos Contratos Garantidos, devendo o valor mínimo do Serviço da Dívida ser recomposto por meio de bloqueio dos valores depositados na Conta Garantia.

CLÁUSULA XVI - SUBSTITUIÇÃO DO BANCO DEPOSITÁRIO

16.1. O Banco Depositário poderá, a qualquer momento, renunciar às suas funções e exonerar-se de suas obrigações nos termos do presente Contrato, mediante envio de aviso prévio por escrito dessa renúncia à Concessionária, e aos Credores, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias ("Notificação de Renúncia").

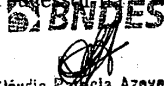
16.1.1. A Concessionária deverá, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados do recebimento da Notificação de Renúncia, nomear, de comum acordo com os Credores, um sucessor para a função de banco depositário, fornecendo uma notificação conjunta por escrito ao Banco Depositário renunciante, na qual indicará de igual modo os números das contas bancárias para as quais serão transferidos os recursos depositados nas Contas do Projeto, na Conta de Distribuição sobre as Ações, na Conta Reserva de O&M e na Conta Movimento.

16.2. A Concessionária poderá, a qualquer momento e de comum acordo com os Credores, destituir o Banco Depositário, mediante envio de aviso prévio por escrito ao Banco Depositário com 30 (trinta) dias de antecedência da destituição da função de banco depositário, a data em que referida destituição entrará em vigor, seu sucessor na função de Banco Depositário, bem como os dados bancários para a transferência dos recursos sob a administração do Banco Depositário.

16.3. Quando do recebimento da notificação de que trata a Cláusula 16.2. acima, o Banco Depositário deverá entregar os recursos depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações, nas Contas do Projeto, na Conta Reserva de O&M e na Conta Movimento até então mantidos sob sua responsabilidade, nos termos deste Contrato, ao banco depositário sucessor indicado pela Concessionária em conjunto com os Credores.

16.4. A renúncia do Banco Depositário não implicará no cancelamento ou fechamento das Contas do Projeto, da Conta de Distribuição sobre as Ações, da Conta Reserva de O&M e da Conta Movimento que estejam sob sua administração, nem dará ao Banco Depositário renunciante ou destituído qualquer direito de movimentação dos recursos depositados em referidas contas para satisfazer créditos que o Banco Depositário tenha contra a Concessionária.

16.5. A exoneração do Banco Depositário se dará mediante a formalização de aditivo ao presente Contrato, bem como mediante a transferência dos recursos depositados nas Contas do Projeto, na Conta de Distribuição sobre as Ações, na Conta Reserva de O&M e na Conta Movimento para seu sucessor na função de Banco Depositário.


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

CLÁUSULA XVII - DISPOSIÇÕES GERAIS

17.1. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

17.2. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos Contratos Garantidos.

17.3. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.

Se para a Concessionária:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991
At.: Sr. Marcello Guidotti
Email: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br

Se para o BNDES:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Endereço: Av. República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro, RJ
At: Sra. Adely Maria Branquinho das Dores (Chefe do Departamento de Transportes e Logística)
Telefone: (21) 2172-7745
Fax: (21) 2172-6238
E-mail: adored@bndes.gov.br,
Com cópia para:
Sr. Daniel Augusto da Silva Nobre (Gerente)
E-mail: nobre@bndes.gov.br e
Sr. Berbarido Raposo Vidal (Advogado)
E-mail: bernardo.raposo@bndes.gov.br

Se para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar
CEP 03548-132 – São Paulo/SP
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Telefone: (11) 2172-2628
Fax: (11) 2172-2628
E-mail: vrodriques@plannercorretora.com.br

Se para o Banco Depositário:

Endereço: Avenida Engenheiro Armando de Arruda Pereira, 707, 7ª andar
Torre Eudoro Villela, São Paulo, SP
CEP 04344-908
Fax: (11) 5029-1535
Aos cuidados de: Gerência de Trustee
E-mail: trustee.operacional@itau-unibanco.com.br

17.3.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado



Cláudia Patrícia Zeveuo
Advogada

pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

17.4. Alterações. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes.

17.5. Irrevogabilidade. As Partes celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

17.6. Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

17.7. Único Acordo. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

17.8. Cessão. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes, dos direitos e obrigações nele previstos.

17.9. Despesas. Fica expressamente acordado entre as Partes que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Concessionária.

17.10. Lei de Regência. O presente Contrato será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

17.11. Foro. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Cláudia Patrícia Borges de Azevedo, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 5 (cinco) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

[restante da página intencionalmente deixado em branco]

 **BNDES**

Cláudia Patrícia Borges de Azevedo
Advogada

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

1.

Nome:

Cargo:

Federico Botto
Diretor Presidente


2.

Nome:

Cargo:

Roberto Koiti Nakagom.
Procurador

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

1.

Nome:
Cargo:

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

2.

Nome:
Cargo:

Roberto Koiti Nakagome
Diretor de Relações com Investidores

 BNDES


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

BANCO DEPOSITÁRIO

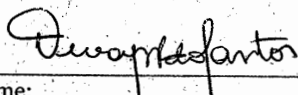
1. 
Nome: JOÃO PAULO S. EUVALDO
Cargo: GERENTE COMERCIAL - 003841996

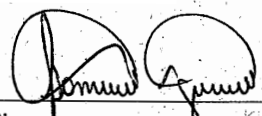
2. 
Nome: Maria Aparecida Simionato
Cargo: Gerente Comercial
CPF: 057.761.968-42
RG: 14.036.873-5



 **BNDES**

Cláudia Maria Azeredo
Advogada

AGENTE FIDUCIÁRIO

1. 
Nome: _____
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora

2. 
Nome: _____
Cargo: **Flávio D. Aguetoni**
Processador

 **BNDES**

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

1. Wagner Bittencourt
Nome: **Wagner Bittencourt**
Cargo: **Diretor**

2. Luiz Fernando Linck Dorneles
Nome: **Luiz Fernando Linck Dorneles**
Cargo: **Diretor**

BNDES

Wandria Regina Cario Lobo
Advogada

25º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de **WAGNER BITTENCOURT DE OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES, -X-X-X**
Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011
Edson de Carvalho - Substituto : **VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA**
Wandria Regina Cario Lobo - Substituta
Firma: 8,12 Lei 3217/4664/111: 2,42 Total: 10,54 Recibo: 45



Página 6/6 de assinaturas do "Contrato de Administração de Contas"

Testemunhas:

Maria Silvia de A. Borges

Nome:

Cargo:

Maria Silvia de Arruda Borges

CPF: 370.737.027-53

SSP/DETRAN: 03.574.352-5

Newton Dantas Gravata

Nome:

Cargo:

Newton Dantas Gravata

IFP 05279555-6

CPF: 551.129.437-7

Cláudia Pereira Azevedo
Adelegada

BNDES

20º OFÍCIO DE NOTAS
RJ - ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de NEWTON DANTAS
GRAVATA-X-X-Y
Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011
Edson de Carvalho Substituto ; VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
Mandaci Regina Cario Lobato - Substituta
Firma: 4,06 Lei 3217/9464/111: 1,21 Total: 5,27 Recibo: 453

20º OFÍCIO DE NOTAS

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR SEMELHANÇA
RRS
SHF96391

119 Ofício de Notas -
Rua São José 20 1j A - RJ - Tel. 2533-6593 - Nº 835427
Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
MARIA SILVIA DE ARRUDA BORGES-45/183-SHC
89189, #
Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2011 Conf por X as 16:29:51
1- Em Testemunho da verdade
JOSELITA SANTOS OLÍMPIO TORRES - Autorizado - MCM - 1
Firma 0,86 + Dados 3,20 + FETO 0,81 + Fundos 0,40 = R\$ 5,27

SELO DE FISCALIZAÇÃO
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA - RJ
RECONHECIMENTO DE FIRMA
POR SEMELHANÇA
ZCH
SHC89189

11º OFÍCIO DE NOTAS
TEL.: 2263-1801
RIO DE JANEIRO

Anexo I ao Contrato de Administração de Contas

Resumo das condições das Debêntures

Emissora:	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	
Espécie:	Com garantia real	
Conversibilidade:	Não conversíveis em ações	
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais	
Montante:	R\$ 350.000.000,00, na Data de Emissão, sendo que tal montante pode ser aumentado, em virtude do exercício da opção de lote suplementar em até R\$ 20.000.000,00	
Valor Nominal Unitário:	R\$ 1.000,00 na Data de Emissão	
Quantidade:	350.000 debêntures sendo que o número de debêntures alocado em cada Série será de 87.500. A quantidade pode ser aumentada de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício de opção de lote adicional	
Séries:	4 séries	
Data de Emissão:	15 de janeiro de 2011	
Repactuação:	As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.	
Garantias	Garantias Reais compartilhadas com o BNDES:	Penhor de 100% das ações detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. equivalente a 99,99% do capital social da Emissora
		100% dos recebíveis futuros de pedágio e receitas acessórias do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto 100% dos direitos à indenização decorrente da extinção da concessão
	Garantia Fidejussória:	Garantia fidejussória temporária (fiança solidária) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – Condicionado o cancelamento ao cumprimento dos covenants financeiros (i) e (ii) por 2 anos consecutivos e ao final do 2º ano o cumprimento do covenant (iii), definidos abaixo
Prazo e Data de Vencimento:	1ª Série: 15 de janeiro de 2023 (144 meses) 2ª Série: 15 de abril de 2022 (135 meses) 3ª Série: 15 de julho de 2022 (138 meses) 4ª Série: 15 de outubro de 2022 (141 meses)	
Amortização Principal:	1ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.01.2013 2ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.04.2012 3ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.07.2012 4ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.10.2012	
Remuneração:	Atualização Monetária: anual, pela variação do IPCA Juros Remuneratórios: a serem definidos em processo de <i>bookbuilding</i> , com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano, base 252 dias úteis	
Pagamento da Remuneração:	A atualização monetária será devida juntamente com o valor nominal ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização de cada uma das Séries	
Preço Integralização:	Valor nominal unitário atualizado acrescido da respectiva remuneração	
Colocação	Somente serão atendidos os pedidos de subscrição de investidores que apresentarem pedidos em quantidades iguais de Debêntures para as 4 Séries	
Negociação:	CETIP e/ou BOVESPAFIX	
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Séries imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento	
Oferta de Resgate Antecipado:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, sem distinção entre as Séries, endereçada aos Debenturistas, sendo assegurado a todos os titulares de debêntures igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures por eles detidas	
Eventos Vencimento Antecipado:	Usuais, conforme Escritura de Emissão, cuja cópia encontra-se anexa ao Prospecto Preliminar	
Covenants Financeiros:	(i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras; (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e (iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses. “Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados. “Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.	

	<p>“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:</p> $\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$ <p>Onde:</p> <p>considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;</p> <p>considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pagos no referido período;</p> <p>considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período, (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:</p> <p>(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo</p> <p>iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.</p> <p>iii.2. Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.</p> <p>iii. 3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;</p> <p>iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e</p> <p>considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período.</p> <p>“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (<i>commercial papers</i>), títulos emitidos no mercado internacional (<i>bonds</i>, <i>eurobonds</i>, <i>short term notes</i>), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.</p>
Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta serão integralmente destinados para o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora descritas na seção “Informações Sobre títulos e Valores Mobiliários”, no Prospecto Preliminar, no valor do principal de R\$371 milhões (trezentos e setenta milhões de reais);
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/2004
Inadequação do Investimento:	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.
Regime de Colocação:	Garantia Firme
Apresentações para potenciais investidores:	19 de janeiro de 2011 a 26 janeiro de 2011
Data Estimada do Bookbuilding	18 de fevereiro de 2011
Data Estimada da Liquidação:	04 de março de 2011
Coordenadores:	Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário:	Planner Trustee DTVM Ltda
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Agente Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.

Anexo II ao Contrato de Administração de Contas

Cópia do Contrato BNDES

BNDES
Jáudia Paes de Azevedo
Advogada

Anexo III ao Contrato de Administração de Contas

Modelo de Notificação de Bloqueio

[data]

AO

Banco [●] [Denominação Social Completa do Banco Depositário]

[Endereço]

C.c: Planner Trustee DTVM Ltda ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Ref. Notificação de Bloqueio

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Administração de Contas datado de [●] de [●] de 2011 entre Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Concessionária”), Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Ecorodovias”), Planner Trustee DTVM Ltda (“Agente Fiduciário”), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário (“Contrato de Administração de Contas”).

As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas no presente Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Contrato de Administração de Contas.

Nos termos da Cláusula [●] do Contrato de Administração, vimos, pela presente, notificá-los da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, da ocorrência de um inadimplemento relativo ao Contrato BNDES e/ou de um evento de inadimplemento nos termos do Contrato de Administração de Contas.


Isto posto, requeremos que V.Sa proceda com o bloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações de titularidade da Concessionária e da Ecorodovias, conforme o caso, nos termos do Contrato de Administração de Contas. Qualquer instrução diversa da contida na presente notificação deverá ser acatada por V.Sas. apenas quando assinada [em conjunto] pelo(s) signatário(s) desta notificação.

Sendo o que nos resta para o momento, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

[Planner Trustee DTVM e/ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES]

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Anexo IV ao Contrato de Administração de Contas

Modelo de Notificação de Desbloqueio

[data]

AO

Banco [●] [Denominação Social Completa do Banco Depositário]

[Endereço]

C.c: Planner Trustee DTVM Ltda ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES

Ref. Notificação de Desbloqueio

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Administração de Contas datado de [●] de janeiro de 2011 entre Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Concessionária”), Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Ecorodovias”), Planner Trustee DTVM Ltda. (“Agente Fiduciário”), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES”) e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário (“Contrato de Administração de Contas”).

As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas no presente Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído no Contrato de Administração de Contas.

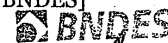
Nos termos da Cláusula 12 do Contrato de Administração, vimos, pela presente, notificá-los da cura do Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, da ocorrência de um evento de inadimplemento relativa ao Contrato BNDES e/ou de um Evento de Inadimplemento nos termos do Contrato de Administração de Contas.

Isto posto, requeremos que V.Sa proceda com o desbloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações de titularidade da Concessionária e da Ecorodovias, conforme o caso. Qualquer instrução diversa da contida na presente notificação deverá ser acatada por V.Sas. apenas quando assinada em conjunto pelo Agente Fiduciário e BNDES.

Sendo o que nos resta para o momento, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

[Planner Trustee DTVM Ltda e/ou Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES]

 BNDES


Cláudia Carolina Azevedo
Advogada

Anexo V ao Contrato de Administração de Contas

Modelo de procuração

MODELO DE PROCURAÇÃO

(i) Pelo presente instrumento, [CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55,] [ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.873.873/0001-10,] neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (doravante denominada "Outorgante"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretirável, Planner Trustee DVTM Ltda, sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu estatuto social, (doravante denominado "Outorgado"), seu bastante procurador, com poderes para, em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários com relação ao Contrato de Administração de Contas, datado de [●] de 2011, celebrado entre a Outorgante, o Outorgado, a [Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas] [Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.], a [Planner Trustee DVTM Ltda] e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, (doravante denominado "Contrato de Administração de Contas") e o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, datado de [●] de 2010, celebrado entre a Outorgante, o Outorgado, a [Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas], a [Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.], a [Planner Trustee DVTM Ltda] e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, (doravante denominado "Contrato de Cessão Fiduciária"), inclusive, mas sem limitação:

(i) nos termos do Contrato de Administração de Contas, demandar o pagamento dos Direitos e Contas Cedidas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, podendo exercer desde logo todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 66-B da Lei 4.728/65, e no parágrafo primeiro do artigo 661 do Código Civil Brasileiro;

(ii) sacar ou transferir recursos das [Para a Acionista: Conta de Distribuição sobre as Ações] [Para a Concessionária: Conta Centralizadora, Conta de Operação, Conta Garantia, Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Dos Direitos Emergentes Da Concessão];

(iii) resgatar qualquer aplicação resultando dos recursos nas [Para a Acionista: Conta de Distribuição sobre as Ações] [Para a Concessionária: Conta Centralizadora, Conta de Operação, Conta Garantia, Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Dos Direitos Emergentes da Concessão];

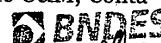
(iv) representar a Outorgante perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer outras pessoas de direito público ou privado, no âmbito do exercício dos direitos decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas;

(v) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para aperfeiçoar ou executar as garantias constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas;

(vi) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas, visando ao seu fiel cumprimento;

(vii) autorizar o Banco Depositário a reter recursos depositados nas [para a Acionista: Conta de Distribuição sobre as Ações] [para a Concessionária: Conta Centralizadora, Conta de Operação, Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta dos Direitos Emergentes da Concessão], em caso de ocorrência de um evento de inadimplemento, imediatamente após a Notificação de Bloqueio;

(viii) solicitar e receber quaisquer informações e documentos, inclusive extratos bancários, relativos às [para a Acionista: Conta de Distribuição sobre as Ações] [para a Concessionária: Conta Centralizadora, Conta de Operação, Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta Reserva de O&M, Conta do Dos Direitos Emergentes da Concessão];



Cláudia Patrícia Rezende
Advogada

(ix) investir em Investimentos Permitidos os recursos retidos nas Contas do Projeto e na Conta Reserva de O&M, desde que não tenha recebido uma Notificação de Bloqueio e após o recebimento de uma Notificação de Desbloqueio;

(x) transferir aos Credores os recursos bloqueados nas [para a Acionista: Conta de Distribuição sobre as Ações] [para a Concessionária: Conta Centralizadora, Conta Reserva do Serviço da Dívida, Conta dos Direitos Emergentes da Concessão, em pagamento das Obrigações Garantidas, na hipótese de declaração de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos e/ou inadimplemento do Serviço da Dívida, respeitados os termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias e da Cláusula 5.2 do Contrato de Penhor de Ações e da Cláusula 5.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária; e

(xi) praticar todos e quaisquer atos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas que sejam necessários ao fiel cumprimento desse mandato.

O presente instrumento é irrevogável e deverá permanecer válido e em pleno vigor até o pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas.

As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas no presente instrumento terão o mesmo significado a elas atribuído no Contrato de Cessão Fiduciária e Contrato de Administração de Contas.

São Paulo, [●] de [●] de 2011

[CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS]



Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

[ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:



Cláudia Patrícia Zave
Advogada

Anexo VI ao Contrato de Administração de Contas

MODELO DE NOTIFICAÇÃO DE INVESTIMENTO
AO
[.] (Razão social da Instituição Financeira Elegida)
A/C [.]

Ref. Notificação de Investimento

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Administração de Contas datado de ____ de ____ de 2011, firmado entre a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Concessionária”), a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Ecorodovias”), a Planner Trustee DTVM Ltda. (“Agente Fiduciário”), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES (“BNDES” em conjunto com o Agente Fiduciário “Credores”) e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário (“Contrato de Administração de Contas”).

Nos termos da Cláusula 6.1 do Contrato de Administração, solicitamos adotar os procedimentos abaixo, relativamente à conta vinculada nº agência 2001:

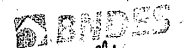
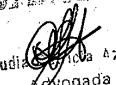
Procedimentos: efetuar aplicação de R\$... (...) em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento constituído por títulos públicos federais de renda fixa, exclusivamente.

Qualquer instrução diversa da contida nesta notificação deverá ser acatada por V. Sas., apenas, quando assinada, [em conjunto], pelo(s) signatário(s) desta notificação.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.

Atenciosamente,

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas



Cláudia Oliveira Azevedo
Advogada

ANEXO IV ao "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos

MODELOS DE NOTIFICAÇÃO AOS AGENTES DE INTERMEDIÇÃO DE PAGAMENTOS

[data]

À

[Denominação Social Completa do Agente de Intermediação de Pagamentos]

[Endereço]

C.c: [Planner]

Rua [●]

São Paulo, SP

[C.c: Banco Depositário]

[C.c: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro

At: [●]]

Ref. Notificação de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios


Prezados Senhores,

Vimos, pela presente, notificá-los da cessão fiduciária de recebíveis constituída pela Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Concessionária") em favor da Planner Trustee DTVM Ltda ("Agente Fiduciário"), na qualidade de representante dos interesses da comunhão dos titulares das debêntures da primeira emissão da Concessionária ("Debêntures") e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("BNDES"), por meio do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, celebrado em [●] de [●] de 2011 ("Contrato de Cessão Fiduciária"). Neste sentido, no âmbito do Contrato de Cessão Fiduciária, foi cedida fiduciariamente em favor do Agente Fiduciário e do BNDES a titularidade e a posse indireta de todos os direitos de crédito [depositados, arrecadados, auferidos, recebidos ou coletados] por V.Sas. relativos à exploração das praças de pedágio pela Concessionária em decorrência do [Inserir a denominação completa do contrato em questão] celebrado entre V.Sas. e a Concessionária em [data], tendo por objeto a [administração de sistema de pagamento eletrônico] [contrato de prestação de serviços de coleta de recursos] [contrato de administração de cartões de crédito] por V.Sas.

Isto posto, requeremos, de forma irrevogável e irretratável, que todos os montantes [depositados, arrecadados, recebidos, coletados ou auferidos] por V.Sas. decorrentes de direitos de crédito de titularidade da Concessionária presentes e futuros passem, doravante, a ser depositados exclusivamente e imediatamente após seu recebimento na Conta Corrente nº [●], na Agência [●] do [●], de titularidade da Concessionária. Neste sentido, qualquer instrução diversa da contida na presente notificação deverá ser acatada por V.Sas. apenas quando assinada em conjunto pelo Agente Fiduciário e pelo BNDES.

A obrigatoriedade de depósito dos montantes devidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos na conta-corrente indicada acima permanecerá em vigor até notificação a ser encaminhada à V.Sas. comunicando o cumprimento integral de nossas obrigações perante os credores, conforme venha a ser atestado pelos mesmos.

 BNDES


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

Sendo o que nos resta para o momento, colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos necessários.


Atenciosamente,

[•]

Ciente e de acordo em ____/____/____

[DENOMINAÇÃO SOCIAL COMPLETA DO AGENTE DE INTERMEDIÇÃO DE PAGAMENTOS]




Cláudia Regina Azevedo
Advogada

MODELO DE NOTIFICAÇÃO AO PODER CONCENTE

[local], [•] de [•] de [•]

À Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP
[endereço]
A.c:/ Sr. [•]

Cópia para:

(i) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Endereço: Avenida República do Chile, nº 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro
At: [•]

(ii) Planner Trustee DTVM Ltda
Endereço: [•]
At.: [•]

Ref.: Cessão Fiduciária dos Créditos Oriundos dos Direitos Emergentes da Concessão

Prezados Senhores,

Fazemos referência ao Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP ("Poder Concedente"), conforme Lei Complementar Estadual nº 914 de janeiro de 2002, e a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas") em 17 de junho de 2009, e posteriores aditamentos ("Contrato de Concessão"), tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração pela Ecopistas do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto e respectivos acessos ("Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto"), para informar e requerer o quanto segue:

- 1) A Ecopistas obteve recursos por meio (i) de emissão de debêntures formalizada pela Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, celebrada entre a Ecopistas, a Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. e Planner Trustee DTVM Ltda ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Ecopistas (os "Debenturistas"), em 07 de fevereiro de 2011 (a "Escritura"); e (ii) de financiamento formalizado pelo [descrever o nome do contrato] celebrado entre a Ecopistas e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (o "BNDES") em 02 de fevereiro de 2011 (o "Contrato BNDES").
- 2) Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, conforme autorizado pelo artigo 28 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, a Ecopistas realizou, de forma irrevogável e irretroatável, a cessão fiduciária da totalidade dos créditos por ela detidos em função de eventual indenização devida e/ou paga por parte do Poder Concedente, aos Debenturistas e ao BNDES, na ocorrência de qualquer hipótese de

 BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

extinção do Contrato de Concessão por parte do Poder Concedente, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 (a "Indenização do Poder Concedente" e a "Condição", respectivamente).

- 3) Fica o Poder Concedente neste ato devidamente notificado da cessão fiduciária de crédito realizada.
- 4) Desta forma, solicitamos que os eventuais pagamentos a que a Ecopistas tenha direito na hipótese de Indenização do Poder Concedente sejam efetuados exclusivamente na conta corrente nº 90.054-3, mantida na agência nº 2001 do Itaú Unibanco S.A..
- 5) Qualquer instrução diversa para pagamento da indenização de que trata o parágrafo 4 acima somente deverá ser acatada por V.Sas. se essa instrução diversa for-lhe apresentada mediante documento escrito, enviado e assinado pelo Agente Fiduciário, na qualidade de representante dos Debenturistas, e pelo BNDES.
- 6) A obrigatoriedade de depósito dos montantes devidos nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos na conta-corrente indicada acima permanecerá em vigor até notificação a ser encaminhada ao Poder Concedente, comunicando o cumprimento integral das obrigações constantes da Escritura e do Contrato BNDES perante os credores, conforme venha a ser atestado pelos mesmos.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários.

Atenciosamente,

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

Nome:

Cargo:

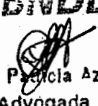
Ciente em [•] de [•] de [•]:

Agência Reguladora de Serviços Públicos de Transporte do Estado de São Paulo - ARTESP

Nome:

Cargo:

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada


MODELO DE PROCURAÇÃO

Pelo presente instrumento, CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social (doravante denominada "Outorgante"), nomeia e constitui, de forma irrevogável e irretratável, (i) Planner Trustee DTVM Ltda, sociedade com sede e foro na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo na Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ sob o n.º 67.030.395/0001-46, (doravante denominado "Agente Fiduciário"); e (ii) o **Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES**, empresa pública federal, com sede na Avenida República do Chile, n.º 100, na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 33.657.248/0001-89 ("BNDES") ("Agente Fiduciário" e BNDES denominados em conjunto "Outorgados"), seus bastantes procuradores, com poderes para, agindo individual ou conjuntamente, em seu nome, praticar todos e quaisquer atos necessários ou recomendáveis com relação ao Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos, datado de [●], celebrado entre a Outorgante, os Outorgados e o Itaú Unibanco S.A., (doravante denominado "Contrato de Cessão Fiduciária"), inclusive, mas sem limitação:

- (i) nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, demandar o pagamento dos Direitos e Contas Cedidas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, podendo exercer desde logo todos os direitos e praticar todos os atos previstos no artigo 66-B da Lei 4.728/65, e no parágrafo primeiro do artigo 661 do Código Civil Brasileiro;
- (ii) sacar ou transferir recursos para a Concessionária: da Conta Centralizadora, Conta de Garantia, Conta de Operação, Conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta de Direitos Emergentes da Concessão;
- (iii) resgatar qualquer aplicação resultando dos recursos para a Concessionária: da Conta Centralizadora, Conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta dos Direitos Emergentes da Concessão;
- (iv) representar a Outorgante perante quaisquer autoridades governamentais e quaisquer outras pessoas de direito público ou privado, no âmbito do exercício dos direitos decorrentes do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (v) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para aperfeiçoar ou executar as garantias constituídas de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária; e
- (vi) praticar todos os atos e assinar qualquer instrumento que seja necessário de acordo com o Contrato de Cessão Fiduciária, visando ao seu fiel cumprimento.

Os Outorgados poderão subestabelecer, no todo ou em parte, com ou sem reserva, os poderes ora conferidos, os quais são adicionais e não revogam quaisquer poderes outorgados pela Outorgante aos Outorgados no Contrato de Cessão Fiduciária.

 **BNDES**


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

O presente instrumento é irrevogável e deverá permanecer válido e em pleno vigor até o pagamento de todas as Obrigações Garantidas, conforme definidas no Contrato de Cessão Fiduciária.


São Paulo, [●] de [●] de 2011

[CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS]

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

BNDES


Fláudia Carolina Azevedo
Advogada

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS E OUTRAS AVENÇAS

As partes abaixo relacionadas ("Partes Garantidas"):

(i) Planner Trustee DTVM Ltda, sociedade com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima nº 3900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, representando a comunhão dos debenturistas da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, de emissão da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas ("Agente Fiduciário"); e

(ii) BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços na Cidade do Rio de Janeiro, na Avenida República do Chile, nº 100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes legalmente habilitados infra-assinados ("BNDES").

CONSIDERANDO QUE:

(i) Em 17 de junho de 2009, foi celebrado o Contrato de Concessão Rodoviária nº 006/ARTESP/2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo ("ARTESP" ou "Poder Concedente") e a Concessionária, conforme aditado ("Contrato de Concessão"), tendo por objeto a recuperação, o reforço, a monitoração, o melhoramento, a manutenção, a conservação, a operação e a exploração pela Concessionária do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto e seus respectivos acessos ("Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto");

(ii) Através do exercício de suas atividades, a Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas ("Concessionária" ou "Ecopistas") arrecada recursos relativos ao pagamento de tarifas do serviço público concedido, pelos usuários do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, cobradas através de seus postos de pedágio, diretamente ou mediante recebíveis sacados contra a STP – Serviços e Tecnologia de Pagamentos S.A. provenientes dos sistemas "Via Fácil" e "Sem Parar", distribuídos pelo Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, nos termos do Capítulo IV da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, conforme alterada ("Lei de Concessões");

(iii) A Concessionária deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a emissão de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em quatro séries, para distribuição pública ("Debêntures" e "Emissão"), cujas condições e características estão descritas na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas celebrada em 07 de fevereiro de 2011 entre a Concessionária, a Acionista e o Agente Fiduciário ("Escritura"), cujas condições são descritas no Anexo I ao presente Contrato;

(iv) A Concessionária deliberou, em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2011, a obtenção de um financiamento junto ao BNDES, no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), cujos recursos serão destinados para investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a ECOPISTAS e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP em 17/06/2009, o qual foi estabelecido por meio de um contrato de financiamento mediante abertura de crédito, cuja cópia encontra-se no Anexo II ("Contrato BNDES", em conjunto com a Escritura, denominados os "Contratos Garantidos").

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

(v) A fim de garantir o integral pagamento de todas as quantias devidas pela Concessionária decorrentes dos Contratos Garantidos, a Concessionária, a Acionista, o BNDES e o Agente Fiduciário celebraram, nesta data, o Contrato de Penhor de Ações e Outras Avenças ("Contrato de Penhor de Ações") e (ii) a Concessionária, a Acionista, o BNDES, o Agente Fiduciário e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de Banco Depositário celebraram, nesta data, o Contrato de Cessão Fiduciária de Diretos Creditórios e Outros Ativos ("Contrato de Cessão Fiduciária"), sendo que o Contrato de Penhor de Ações e o Contrato de Cessão Fiduciária são denominados conjuntamente de "Contratos de Garantia";

Resolvem as Partes Garantidas celebrar o presente Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças (doravante denominado simplesmente "Contrato"), que passa a fazer parte integrante e inseparável dos Contratos Garantidos e que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

Cláusula 1 - Definições e Condições Suspensivas

1.1 As expressões iniciadas em letras maiúsculas utilizadas e não expressamente definidas no presente Contrato terão o mesmo significado a elas atribuído nos Contratos Garantidos ou nos Contratos de Garantia.

1.2. A validade e eficácia deste Contrato e o compartilhamento aqui previsto estão sujeitas às condições suspensivas estabelecidas nos Contratos de Garantia.

Cláusula 2 - Garantias Compartilhadas

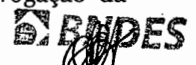
2.1. O presente Contrato tem por objeto regular as relações entre as Partes Garantidas na hipótese de não cumprimento de obrigações assumidas pela Companhia e pela Acionista e em qualquer dos Contratos Garantidos e seus contratos acessórios, bem como definir a proporção da participação de cada uma das Partes Garantidas no rateio dos valores que vierem a ser apurados com a execução das Garantias Compartilhadas, conforme definido abaixo.

2.1.1. As Partes Garantidas, por este Contrato, declaram-se credores conjuntos, nos termos do artigo 260 do Código Civil, não solidários, da Companhia, para o fim específico da execução das Garantias Compartilhadas.

2.1.2. Para assegurar o cumprimento de todas e quaisquer obrigações decorrentes dos Contratos Garantidos, inclusive, mas não limitado às obrigações pecuniárias, como pagamento do principal, juros, encargos, comissões, pena convencional, multas, tarifas, despesas, honorários advocatícios e outras despesas, bem como o ressarcimento de toda e qualquer importância desembolsada por conta da constituição, do aperfeiçoamento e do exercício de direitos e da execução das Garantias Compartilhadas e obrigações assumidas, quaisquer outros acréscimos e encargos moratórios ("Obrigações Garantidas"), foram constituídas as seguintes garantias e assumidas as seguintes obrigações e compromissos ("Garantias Compartilhadas"):

(i) (a) Penhor sobre a totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela Acionista, representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Companhia, de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Penhor de Ações, cuja cópia constitui o Anexo III ao presente Contrato; e (b) penhor dos Rendimentos das Ações Empenhadas (conforme definido no Contrato de Penhor de Ações), valores a serem depositados e mantidos na conta nº 90.055-0 da agência 2001 ("Conta de Distribuição sobre as Ações"). Tendo em vista que há um penhor sobre as referidas ações, o qual foi constituído em favor dos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, o penhor das ações a ser concedido às Partes Garantidas, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, terá eficácia tão logo a condição suspensiva constante na Cláusula 3.1 do Contrato de Penhor de Ações seja realizada; e

(ii) Cessão fiduciária pela Companhia de: (a) todos os direitos emergentes do Contrato de Cessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da

 BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, cujos valores deverão ser depositados na conta n.º 90.054-3 da agência 2001 ("Conta dos Direitos Emergentes da Concessão"); (b) todos os direitos de crédito da Companhia presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão; e (c) todos os direitos creditórios da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas contas n.º 90.050-1 da agência 2001 ("Conta Centralizadora"), n.º 90.056-8 da agência 2001 ("Conta Reserva do Serviço da Dívida"), n.º 90.051-9 da agência 2001 ("Conta Garantia") e n.º 90.052-7 da agência 2001 ("Conta de Operação") (deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão), bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados na Conta Centralizadora, Conta dos Direitos Emergentes da Concessão, Conta de Garantia, Conta Reserva do Serviço da Dívida e Conta de Operação, contas estas de titularidade da Emissora, e mantidas junto ao Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Banco Depositário"), cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas celebrado nesta data entre a Companhia, a Acionista, o Banco Depositário e as Partes Garantidas como intervenientes-anuentes ("Contrato de Administração de Contas"), cuja cópia encontra-se anexa ao Contrato de Cessão Fiduciária. Os direitos creditórios mencionados nos itens (a), (b) e (c) e no item (i) (b) acima são denominados conjuntamente "Direitos Creditórios"; e as contas mencionadas no item (c) acima são denominadas conjuntamente Contas do Projeto; e os Direitos Creditórios e as Contas do Projeto são denominados conjuntamente "Direitos e Contas Cedidas", tudo de acordo com os termos e condições expressos no Contrato de Cessão Fiduciária, cuja cópia constitui o Anexo III ao presente Contrato. Diante da cessão fiduciária descrita no sub-item "a" acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, o contrato de cessão fiduciária que tem por objeto a cessão fiduciária descrita no sub-item "a" acima é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão e a liberação das garantias com a liquidação da Emissão das Debêntures.

2.1.3. Na hipótese de qualquer Parte Garantida vir a obter garantia adicional para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações previstas nos Contratos Garantidos, além daquelas mencionadas no item 2.1.2 acima e da Fiança, nos termos da Escritura, em favor dos debenturistas (não compartilhada com o BNDES), bem como da Fiança da Acionista, nos termos do Contrato BNDES (não compartilhada com os debenturistas), fica desde já estabelecido que tais garantias adicionais estarão sujeitas ao presente Contrato e serão incluídas na definição de Garantias Compartilhadas.

Cláusula 3 - Compartilhamento

3.1. As Garantias Compartilhadas mencionadas no item 2.1.2 serão compartilhadas entre as Partes Garantidas, em caráter não solidário, de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, abaixo definido.

3.2. A Participação no Valor Total Atualizado das Partes Garantidas deverá ser calculada de acordo com a fórmula a seguir:

$$\text{Participação no Valor Total Atualizado} = \frac{\text{V. Atual}}{\text{V.T. Atualizado}}$$

na qual:

BNDES

Claudia Patricia Azevedo
Advogada

V. Atual ou Valor Atual é (i) para os valores devidos em relação ao Contrato BNDES, o saldo devedor do Contrato BNDES (incluindo juros, despesas e eventuais encargos moratórios) na data da declaração de vencimento antecipado, nos termos do Contrato BNDES ou (ii) para os valores devidos em relação à Escritura, o saldo devedor das Debêntures (incluindo juros, despesas e eventuais encargos moratórios) devidos na data de declaração de vencimento antecipado, nos termos da Escritura; e

V.T. Atualizado ou Valor Total Atualizado é a soma do (i) saldo devedor decorrente do Contrato BNDES (incluindo juros, despesas e eventuais encargos moratórios) na data da declaração de vencimento antecipado, nos termos do Contrato BNDES e (ii) saldo devedor das Debêntures (incluindo juros, despesas e eventuais encargos moratórios) na data de declaração de vencimento antecipado, nos termos da Escritura.

O termo "Participação no Valor Atualizado" refere-se a Participação no Valor Total Atualizado das Debêntures ou a Participação no Valor Total Atualizado do BNDES, conforme o contexto.

3.2.1 Na data da apuração da Participação no Valor Total Atualizado de cada uma das Partes Garantidas as mesmas deverão notificar uma a outra informando o respectivo Valor Atual.

3.3. Todo e qualquer numerário, bem, direito ou outro benefício que qualquer uma das Partes Garantidas venha a receber da Companhia, da Acionista ou de terceiros, em virtude de remição, excussão ou execução das Garantias Compartilhadas, será partilhado entre as Partes Garantidas de acordo com a sua Participação no Valor Total Atualizado, calculado conforme a fórmula descrita na Cláusula 3.2 acima.

3.4. Se, em decorrência da remição, excussão ou execução das Garantias Compartilhadas, qualquer das Partes Garantidas, eventualmente, vier a receber parcela maior do que aquela que lhe seria devida de acordo com a Cláusula 3.2, tal Parte Garantida deverá, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas contado a partir do recebimento, reembolsar a outra Parte Garantida da diferença apurada, respeitada a Participação no Valor Total Atualizado de cada Parte Garantida.

3.5. Qualquer pagamento feito a qualquer Parte Garantida, pela Companhia ou por terceiros (inclusive pagamentos antecipados), com relação a quaisquer Contratos Garantidos de forma diversa daquela prevista no respectivo Contrato Garantido, será considerado como um pagamento feito a todas as Partes Garantidas e a Participação no Valor Total Atualizado de cada Parte Garantida deverá ser aplicado ao montante pago para determinação dos montantes a receber por cada Parte Garantida. Na hipótese de qualquer Parte Garantida receber qualquer valor que exceda a participação a que fizer jus, tal Parte Garantida deterá tais importâncias excedentes como depositário, devendo no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, prestar contas sobre os valores recebidos e repassar tais valores à outra Parte Garantida, observada a Participação no Valor Total Atualizado, de acordo com as disposições da Cláusula 3.4 do presente Contrato, sob pena de considerar-se devido à Parte Garantida prejudicada(s) atualização monetária de acordo com o período de atraso do reembolso.

3.6. Qualquer alteração dos Contratos Garantidos que implique alteração do prazo ou aumento dos montantes garantidos pelas Garantias Compartilhadas, dependerá sempre da anuência prévia e expressa de todas as Partes Garantidas.

Cláusula 4 - Vencimento Antecipado e Excussão das Garantias

4.1. Caso qualquer Parte Garantida tenha a intenção de declarar o vencimento antecipado das Obrigações Garantidas, decorrentes de seu respectivo Contrato Garantido, tal parte deverá notificar a outra Parte Garantida no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas antes da data de efetiva declaração de vencimento antecipado.

4.1.1. Em caso de vencimento antecipado automático, nos termos da Escritura, o Agente Fiduciário deverá notificar o BNDES em até 24 (vinte e quatro) horas após do respectivo evento

BNDES
Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

4.2. As Garantias Compartilhadas serão executadas em conjunto ou separadamente pelas Partes Garantidas, conforme opção destas à época, em caso de vencimento antecipado de qualquer um dos Contratos Garantidos, e sem guardar ordem de preferência entre as Partes Garantidas. Entretanto, as Partes Garantidas envidarão seus melhores esforços para buscar uma solução em conjunto.

4.3. A Parte Garantida que optar por propor uma medida judicial contra a Companhia e/ou a Acionista deverá notificar as demais Partes Garantidas com antecedência de 15 (quinze) dias da propositura de referida medida judicial, sempre respeitando o disposto neste Contrato.

4.4. Para efetivação das medidas judiciais mediante a propositura de ação judicial, as Partes Garantidas poderão, para sua representação, contratar escritório de advocacia escolhido em conjunto pelas Partes Garantidas. Na hipótese das Partes Garantidas concordarem em contratarem escritórios diversos para representá-las, referidos escritórios deverão envidar seus melhores esforços para executar as Garantias Compartilhadas da forma mais célere e buscando o benefício conjunto das Partes Garantidas.

4.5. Sempre que necessário, as Partes Garantidas reunir-se-ão para discutir acerca de quaisquer matérias relacionadas às Obrigações Garantidas e aos Contratos Garantidos.

4.6. A Conta de Distribuição sobre as Ações e as Contas do Projeto, exceto no que se refere à Conta de Operação que deverá ter condições específicas de bloqueio, poderão ser bloqueadas no caso da ocorrência de um Evento de Inadimplemento, conforme definido na Escritura, e/ou de inadimplemento relativo ao Contrato BNDES, sem a necessidade de vencimento antecipado dos Contratos Garantidos. O bloqueio das Contas do Projeto e da Conta de Distribuição sobre as Ações está regulado de acordo com as disposições do Contrato de Administração de Contas.

4.6.1. Os valores depositados na Conta de Distribuição sobre as Ações e nas Contas do Projeto, exceto no que se refere a valores na Conta de Operação poderão ser acessados, nos termos do Contrato de Administração de Contas, caso tenha ocorrido a declaração de vencimento antecipado ou um inadimplemento de obrigação de natureza pecuniária conforme estabelecido nos Contratos Garantidos.

4.6.2. Em caso de acesso aos valores depositados nas Contas do Projeto, nos termos desta cláusula 4.6, tais valores serão utilizados para (i) ajuste da Conta Reserva do Serviço da Dívida, nos termos do Contrato de Administração de Contas, ou (ii) em caso de declaração e vencimento antecipado dos Contratos Garantidos, no pagamento do Valor Total Atualizado, de modo compartilhado de acordo com a Participação no Valor Total Atualizado de cada Parte Garantida estabelecida na Cláusula 3 deste Contrato, sendo que a distribuição entre as Partes Garantidas dos valores depositados em tais contas, deverá respeitar a Cláusula 6.2 do Contrato de Penhor de Ações e a Cláusula 5.1.1 do Contrato de Cessão Fiduciária.

Cláusula 5 - Distribuição de Valores Arrecadados da Execução

5.1. Até a liquidação total da dívida decorrente dos Contratos Garantidos, os valores arrecadados com a execução de qualquer uma das Garantias Compartilhadas deverão ser rateados entre as Partes Garantidas sem preferências ou prioridades entre as Partes Garantidas, mas proporcionalmente à Participação no Valor Total Atualizado estabelecida na Cláusula 3.2, da seguinte forma:

a) em primeiro lugar, deverão ser pagas todas as despesas incorridas com a execução das Garantias Compartilhadas, as quais deverão ser levadas em consideração, ainda que tais despesas tenham sido pagas proporcionalmente por cada uma das Partes Garantidas;

b) em seguida, os valores arrecadados deverão ser distribuídos entre as Partes Garantidas, respeitada a Participação no Valor Total Atualizado estabelecida na Cláusula 3.2; e

c) o saldo que remanesça será creditado em favor da Companhia ou da Acionista, conforme o caso.

BNDES

Cláudia Patricia Arevedo
a cargo de

5.2. Não obstante qualquer disposição em contrário prevista neste Contrato, nenhuma Parte Garantida poderá praticar qualquer ato para a execução das Garantias que implique redução dos direitos proporcionais de qualquer outra Parte Garantida nos termos de qualquer Contrato Garantido.

Cláusula 6 - Do Registro do Contrato

6.1. Imediatamente após a assinatura deste Contrato, as Partes Garantidas deverão registrá-lo no competente registro de Títulos e Documentos das Cidades de São Paulo, Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e deverá ser entregue ao BNDES e ao Agente Fiduciário uma via original do presente Contrato devidamente registrado. As Partes Garantidas comprometem-se outrossim, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após a assinatura de qualquer aditamento a este Contrato, a solicitar o registro de referido instrumento à margem deste Contrato nos cartórios indicados nesta cláusula e a enviar ao BNDES e ao Agente Fiduciário uma via original de referido aditamento devidamente registrado no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis a contar da obtenção do registro.

Cláusula 7 - Disposições Gerais

7.1. Execução Específica. As obrigações assumidas neste Contrato poderão ser objeto de execução específica, nos termos do disposto nos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil Brasileiro, sem que isso signifique renúncia a qualquer outra ação ou providência, judicial ou não, que objetive resguardar direitos decorrentes do presente Contrato.

7.2. Ausência de Renúncia ou Novação. Nenhuma ação ou omissão de qualquer das Partes Garantidas importará em renúncia de seus direitos, que poderão ser exercidos a qualquer tempo, nem significará novação de quaisquer das obrigações decorrentes do presente Contrato. Os direitos e recursos previstos neste Contrato são cumulativos, podendo ser exercidos individual ou simultaneamente, e não excluem quaisquer outros direitos ou recursos previstos nos Contratos Garantidos.

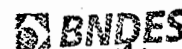
7.3. Notificações. Qualquer aviso, instrução ou outro método de comunicação exigidos ou permitidos nos termos deste Contrato serão dados por escrito através de entrega em mãos, fac-símile, serviço de entrega rápida ou por correspondência registrada, com recibo de entrega, postagem paga antecipadamente, endereçados à parte que receber os mesmos em seus respectivos endereços conforme disposto abaixo, ou àquele outro endereço conforme tal parte possa designar através de aviso às demais partes.


Se para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM LTDA
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar,
CEP 04538-132 - São Paulo, SP
Tel: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Email: vrodriques@plannercorretora.com.br

Se para os BNDES:

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES
Endereço: Av. República do Chile, nº 100, Rio de Janeiro, RJ
At: Sra. Adely Maria Branquinho das Dores (Chefe do Departamento de Transportes e Logística)
Telefone: (21) 2172-7745
Fax: (21) 2172-6238
E-mail: adores@bndes.gov.br
Com cópia para:
Sr. Daniel Augusto da Silva Nobre (Gerente)

 **BNDES**


Cláudia Patricia Azevedo
Advogada

E-mail: nobre@bndes.gov.br e
Sr. Berbarido Raposo Vidal (Advogado)
E-mail: bernardo.raposo@bndes.gov.br

7.3.1. Todo e qualquer aviso, instrução e comunicação nos termos deste Contrato serão válidos e considerados entregues na data de seu recebimento, conforme comprovado através de protocolo assinado pela parte à qual são entregues ou, em caso de transmissão por fac-símile ou correio, com aviso de recebimento.

7.4. Alterações. Toda e qualquer modificação, alteração ou aditamento ao presente Contrato somente será válido se feito por instrumento escrito, assinado pelas Partes Garantidas.

7.5. Irrevogabilidade. As Partes Garantidas celebram este Contrato em caráter irrevogável e irretratável, obrigando-se ao seu fiel, pontual e integral cumprimento por si e por seus sucessores, a qualquer título.

7.6. Anexos ao Contrato. Os anexos a este Contrato são dele parte integrante e inseparável. Em caso de dúvidas entre o Contrato e seus anexos prevalecerão as disposições do Contrato, dado o caráter complementar dos anexos. Não obstante, reconhecem as Partes Garantidas a unicidade e indivisibilidade das disposições do Contrato e dos anexos, que deverão ser interpretadas de forma harmônica e sistemática, tendo como parâmetro a natureza do negócio celebrado entre as Partes Garantidas.

7.7. Renúncia. A tolerância e as concessões recíprocas terão caráter eventual e transitório e não configurarão, em qualquer hipótese, renúncia, transigência, remição, perda, modificação, redução ou ampliação de qualquer direito, faculdade, privilégio, prerrogativa ou poderes conferidos a qualquer das Partes Garantidas nos termos deste Contrato, assim como, quando havidas, o serão, expressamente, sem o intuito de novar as obrigações previstas neste Contrato.

7.8. Único Acordo. O presente Contrato constitui o único e integral acordo entre as Partes Garantidas com relação aos assuntos aqui tratados, substituindo todos os outros documentos, cartas, memorandos ou propostas entre as Partes Garantidas, bem como os entendimentos orais mantidos entre as mesmas, anteriores à presente data.

7.9. Cessão. Salvo disposição em contrário prevista neste Contrato, é expressamente vedada a cessão a terceiros, por qualquer das Partes Garantidas, dos direitos e obrigações nele previstos.

7.10. Despesas. Fica expressamente acordado entre as Partes Garantidas que todos e quaisquer custos, despesas, encargos, emolumentos e tributos relacionados à celebração e registro do presente Contrato, das garantias nele previstas ou de qualquer alteração do mesmo serão de responsabilidade e correrão por conta da Companhia.

7.11. Vigência. O presente Contrato entra em vigor na presente data e permanecerá em pleno vigor e efeito até o pagamento integral de todos os valores devidos em decorrência das Obrigações Garantidas nos termos dos Contratos Garantidos.

7.12. Lei de Regência. O presente Contrato será regido e interpretado segundo as leis da República Federativa do Brasil.

7.13. Foro. Fica eleito o foro da Comarca do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas deste Contrato, com renúncia a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Cláudia Patrícia Borges de Azevedo, advogada do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justas e contratadas, firmam o presente Contrato em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para os mesmos fins e efeitos de direito, obrigando-se por si, por seus sucessores ou cessionários a qualquer título, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

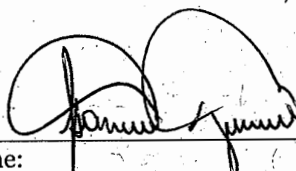
Rio de Janeiro, 15 de fevereiro de 2011.

BNDES

Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA

1. 
Nome: _____
Cargo: **Viviane Rodrigues**
Diretora

2. 
Nome: _____
Cargo: **Flávio D. Aguetoni**
Procurador



Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

1. Wagner Bittencourt
Nome: Wagner Bittencourt
Cargo: Diretor

2. Luz Fernando Linck Dorneles
Nome: Luz Fernando Linck Dorneles
Cargo: Diretor

Cláudia Carolina Azevedo
Advogada



20º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALIBRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-8545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de WAGNER BITTENCOURT DE
OLIVEIRA, LUIZ FERNANDO LINCK DORNELES, -X-X-X
Em testemunho da verdade, Rio de Janeiro 16/02/2011
Edson de Carvalho - Substituto VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
Mandria Regina Cario Lobato - Substituta
Firmas: 9,12 Lei 3217/4664/1111 2,42 Total: 10,54 Recibo: 45



Testemunhas:

1. Maria Silvia de Arruda Borges
Nome:

Maria Silvia de Arruda Borges
CPF: 370.737.027-53
SSP/DETRAN: 03.574.352-5

2. Newton Dantas Gravata
Nome:

Newton Dantas Gravata
CPF: 551.129.437-54

IBNDES

Lucia Pereira Azevedo
Advogada

26º OFÍCIO DE NOTAS - NOTÁRIA VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
AV. ALMIRANTE BARROSO, 2 - SBLJ - TEL.: (21) 2220-9545 - RJ

Reconheço, por Semelhança, a(s) firma(s) de NEWTON DANTAS
GRAVATA-X-X-X

Em testemunho da verdade. Rio de Janeiro 16/02/2011

Edson de Carvalho - Substituto 1 - VERA LÚCIA CARIO SEQUEIRA
Mandria Regina Cario Lebrão - Substituta

Firma 4,06 Lei 3217/4664/111: 1,21 Total: 5,27



119 Ofício de Notas -
Rua São José 20 lj A - RJ - Tel. 2533-6593 - Nº 835432

Reconheço por semelhança a(s) firma(s):
MARIA SILVIA DE ARRUDA BORGES-15/183-SHE

89194. #=====

Rio de Janeiro, 16 de Fevereiro de 2011 Conf por as 16:29:53

1- Em Testemunho da verdade
JOSELITA SANTOS OLIMPIO TORQUATO - Autorizado - HCN - 1

Firma 0,86 + Dados 3,20 + FETJ 0,81 + Fundos 0,40 = R\$ 5,27



ANEXO I ao “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças”

Condições da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Emissora:	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	
Espécie:	Com garantia real	
Convertibilidade:	Não convertíveis em ações	
Tipo e Forma:	Nominativas e escriturais	
Montante:	R\$ 350.000.000,00, na Data de Emissão, sendo que tal montante pode ser aumentado em virtude do exercício da opção de lote suplementar em até R\$ 20.000.000,00	
Valor Unitário:	R\$ 1.000,00 na Data de Emissão	
Quantidade:	350.000 debêntures sendo que o número de debêntures alocado em cada Série será de 87.500. A quantidade pode ser aumentada de forma proporcional entre as Séries em virtude do exercício de opção de lote adicional	
Séries:	4 séries	
Data de Emissão:	15 de janeiro de 2011	
Repactuação:	As Debêntures não estarão sujeitas à repactuação.	
Garantias	Garantias Reais compartilhadas com o BNDES:	Penhor de 100% das ações detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. equivalente a 99,99% do capital social da Emissora
		100% dos recebíveis futuros de pedágio e receitas acessórias do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto 100% dos direitos à indenização decorrente da extinção da concessão
	Garantia Fidejussória:	Garantia fidejussória temporária (fiança solidária) da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. – Condicionado o cancelamento ao cumprimento dos covenants financeiros (i) e (ii) por 2 anos consecutivos e ao final do 2º ano o cumprimento do covenant (iii), definidos abaixo
Prazo e Data de Vencimento:	1ª Série: 15 de janeiro de 2023 (144 meses) 2ª Série: 15 de abril de 2022 (135 meses) 3ª Série: 15 de julho de 2022 (138 meses) 4ª Série: 15 de outubro de 2022 (141 meses)	
Amortização Principal:	1ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.01.2013 2ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.04.2012 3ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.07.2012 4ª Série: Anualmente, em 11 parcelas, a partir de 15.10.2012	
Remuneração:	Atualização Monetária: anual, pela variação do IPCA Juros Remuneratórios: a serem definidos em processo de <i>bookbuilding</i> , com taxa teto correspondente ao cupom da NTN-B 2017 + 2,20% ao ano, base 252 dias úteis	
Pagamento da Remuneração:	A atualização monetária será devida juntamente com o valor nominal ou saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização de cada uma das Séries	
Preço Integralização:	Valor nominal unitário atualizado acrescido da respectiva remuneração	
Colocação	Somente serão atendidos os pedidos de subscrição de investidores que apresentarem pedidos em quantidades iguais de Debêntures para as 4 Séries	
Negociação:	CETIP e/ou BOVESPAFIX	
Aquisição Facultativa:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração calculado <i>pro rata temporis</i> , desde a Data de Emissão ou da data de pagamento da Remuneração da 1ª, 2ª, 3ª ou 4ª Série imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do seu efetivo pagamento	
Oferta de Resgate Antecipado:	A Emissora poderá, a qualquer tempo, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em Reunião de seu Conselho de Administração, realizar uma oferta de resgate antecipado parcial ou total das Debêntures, sem distinção entre as Séries,	

	endereçada aos Debenturistas, sendo assegurado a todos os titulares de debêntures igualdade de condições para aceitar o resgate das debêntures por eles detidas
Eventos Vencimento Antecipado:	de Usuais, conforme Escritura de Emissão, cuja cópia encontra-se anexa ao Prospecto Preliminar
Covenants Financeiros:	<p>(i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;</p> <p>(ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e</p> <p>(iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.</p> <p>“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.</p> <p>“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.</p> <p>“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:</p> $\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$ <p>Onde:</p> <p>considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;</p> <p>considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, pagos no referido período;</p> <p>considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período, (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:</p> <p>(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo</p> <p>iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.</p> <p>iii.2 Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.</p> <p>iii.3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;</p> <p>iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e</p> <p>considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período.</p> <p>“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (<i>commercial papers</i>), títulos emitidos no mercado internacional (<i>bonds, eurobonds, short term notes</i>), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.</p>

Destinação dos Recursos:	Os recursos líquidos obtidos por meio da Oferta serão integralmente destinados para o pagamento de parte da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora descritas na seção “Informações Sobre títulos e Valores Mobiliários”, no Prospecto Preliminar, no valor do principal de R\$371 milhões (trezentos e setenta milhões de reais);
Público Alvo:	Pessoas físicas e jurídicas, fundos de investimentos, fundos de pensão, entidades administradoras de recursos de terceiros registradas na CVM, entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, seguradoras, entidades de previdência complementar e de capitalização e investidores institucionais ou qualificados, conforme definidos no artigo 109 da Instrução CVM n.º 409/2004
Inadequação do Investimento:	O investimento nas Debêntures não é adequado a investidores que (a) necessitem de liquidez, tendo em vista a possibilidade de serem pequenas ou inexistentes as negociações das Debêntures no mercado secundário; e/ou (b) não estejam dispostos a correr o risco de crédito de empresa do setor privado.
Regime de Colocação:	Garantia Firme
Apresentações para potenciais investidores:	19 de janeiro de 2011 a 26 janeiro de 2011
Data Estimada do Bookbuilding	18 de fevereiro de 2011
Data Estimada da Liquidação:	04 de março de 2011
Coordenadores:	Banco Itaú BBA S.A. (Coordenador Líder) e Banco Bradesco BBI S.A.
Agente Fiduciário:	Planner Trustee DTVM Ltda
Banco Mandatário:	Banco Itaú S.A.
Agente Escriturador:	Itaú Corretora de Valores S.A.

ANEXO II ao "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças"

Cópia do Contrato BNDES



[Handwritten signature]
Iáudia Pinheiro Azevedo
Advogada

CONTRATO DE FINANCIAMENTO
MEDIANTE ABERTURA DE CRÉDITO Nº
10.2.1962.1, QUE ENTRE SI FAZEM O
BANCO NACIONAL DE
DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
SOCIAL - BNDES E A DAS RODOVIAS
AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO
S.A. - ECOPISTAS, COM
INTERVENIÊNCIA DE TERCEIRO, NA
FORMA ABAIXO:

O **BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES**, neste ato denominado simplesmente BNDES, empresa pública federal, com sede em Brasília, Distrito Federal, e serviços nesta Cidade, na Avenida República do Chile nº 100, inscrito no CNPJ sob o nº 33.657.248/0001-89, por seus representantes abaixo assinados;

e

a **CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS**, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**, sociedade anônima, com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 10.841.050/0001-55, por seus representantes abaixo assinados; e, comparecendo, ainda, como **INTERVENIENTE**.

I - **ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.**, doravante denominada **INTERVENIENTE**, sociedade anônima, com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, Jardim Represa, São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ sob o nº 08.873.873/0001-10, por seus representantes abaixo assinados,

têm, entre si, justo e contratado o que se contém nas cláusulas seguintes:

PRIMEIRA

NATUREZA, VALOR E FINALIDADE DO CONTRATO

O BNDES abre à BENEFICIÁRIA, por este Contrato, um crédito no valor de R\$ 355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões e trezentos e noventa e seis mil reais), dividido em 12 (doze) Subcréditos, nos seguintes valores:

I - **Subcrédito "A"**: R\$ 106.965.000,00 (cento e seis milhões, novecentos e sessenta e cinco mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação

PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

II – **Subcrédito “B”**: R\$ 12.453.000,00 (doze milhões, quatrocentos e cinquenta e três mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

III – **Subcrédito “C”**: R\$ 65.310.000,00 (sessenta e cinco milhões, trezentos e dez mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

IV – **Subcrédito “D”**: R\$ 27.999.000,00 (vinte e sete milhões, novecentos e noventa e nove mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

V – **Subcrédito “E”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VI – **Subcrédito “F”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VII – **Subcrédito “G”**: R\$ 21.769.000,00 (vinte e um milhões, setecentos e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

VIII – **Subcrédito “H”**: R\$ 22.218.000,00 (vinte e dois milhões, duzentos e dezoito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

IX – **Subcrédito “I”**: R\$ 4.848.000,00 (quatro milhões, oitocentos e quarenta e oito mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda;

X – **Subcrédito “J”**: R\$ 11.281.000,00 (onze milhões, duzentos e oitenta e um mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada,

quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira;

XI – **Subcrédito “K”**: R\$ 29.846.000,00 (vinte e nove milhões, oitocentos e quarenta e seis mil reais), à conta dos seus recursos ordinários, que são compostos, dentre outras fontes, pelos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, pelos recursos originários do FAT - Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP, respeitada, quanto à sua alocação, a legislação aplicável a cada uma das aludidas fontes, observado o disposto no parágrafo segundo da Cláusula Terceira; e

XII – **Subcrédito “L”**: R\$ 9.169.000,00 (nove milhões, cento e sessenta e nove mil reais), a ser provido com recursos ordinários do BNDES, no âmbito da Resolução nº 1321/06, de 13 de julho de 2006, da Diretoria do BNDES, observado o disposto na Cláusula Segunda.

PARÁGRAFO ÚNICO

O crédito ora aberto é destinado a investimentos relativos à recuperação, conservação especial, implantação de melhorias e ampliação de capacidade – com aquisição e instalação de equipamentos e sistemas operacionais – no corredor formado pelas rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, além de acessos, de acordo com o previsto no Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP, em 17/06/2009, sendo:

I – **Subcrédito “A”**: destinado a investimentos relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, e (vii) obras de implantação da Nova Marginal Tietê, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

II - **Subcrédito “B”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia Hélio Smidt SP-019, na interseção com a SP-070; (ii) do Trevo dos Pimentas na Rodovia SP-070; (iii) de caixas de contenção de produtos perigosos às margens do Rio Paraíba e dos Córregos da Vidoca e da Dívida; e para reforma de praça de pesagem fixa na SP-070 km 21;

III - **Subcrédito “C”**: destinado a investimentos relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

IV - **Subcrédito “D”**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação

rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

V - **Subcrédito "E"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VI - **Subcrédito "F"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VII - **Subcrédito "G"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação da Marginal Ayrton Senna;

VIII - **Subcrédito "H"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

IX - **Subcrédito "I"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2011 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; e (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070;

X - **Subcrédito "J"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08;

XI - **Subcrédito "K"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a obras de implantação: (i) de faixa de rolamento adicional na Rodovia SP-070, pista oeste; (ii) de dispositivo de entroncamento no km 121,3 da Rodovia SP-070; e (iii) de prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto até o município de Taubaté;

XII - **Subcrédito "L"**: destinado a investimentos a realizar a partir de 1º de julho de 2013 relativos a: (i) estudos e projetos; (ii) compensações ambientais; (iii) aquisição, instalação e montagem de equipamentos, veículos e sistemas operacionais novos; (iv) implantação de passarelas, postos de pesagem e de atendimento ao usuário; (v) reforma de praças de pedágio e do prédio administrativo; e (vi) obras de conservação rodoviária especial e de melhoria e recuperação dos elementos de segurança rodoviários, estando os investimentos (iv), (v) e (vi) restritos aqueles dispensados de licenciamento ambiental, nos termos do Artigo 1º da Resolução SMA-SP nº 81/08.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

SEGUNDA**ATUALIZAÇÃO DO VALOR DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

Os subcréditos, em epígrafe, não utilizados serão atualizados, a partir da data de assinatura deste Contrato até a data de sua utilização, observado o prazo mínimo de 12 (doze) meses, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, obedecidos os procedimentos previstos na Cláusula Sétima, adiante.

PARÁGRAFO ÚNICO

Observado o disposto no "caput" desta Cláusula, o BNDES poderá reduzir os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", antes de sua utilização total, passando o valor dessa redução a constituir os Subcréditos "M", "N", "O", "P", "Q" e "R" sob as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverão permanecer igual ao estabelecido, respectivamente, nos incisos III e V da Cláusula Décima. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

TERCEIRA**DISPONIBILIDADE DO CRÉDITO**

Os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" serão postos à disposição da BENEFICIÁRIA em parcela única no dia 15 do mês de utilização e os Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", parceladamente, depois de cumpridas as condições suspensivas de utilização referidas na Cláusula Décima Sétima, em função das necessidades para a realização do projeto financiado, respeitada a programação financeira do BNDES, que está subordinada à definição de recursos para suas aplicações, pelo Conselho Monetário Nacional.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O valor dos subcréditos será disponibilizado mediante crédito em conta-corrente aberta no BNDES em nome da BENEFICIÁRIA, não movimentável, na qual serão efetuados, ainda, os débitos determinados por lei e os autorizados contratualmente pela BENEFICIÁRIA, cujo saldo total remanescente dos recursos será transferido para a conta corrente nº 10558-4, que a BENEFICIÁRIA possui no Banco Itaú, agência nº 0910.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O valor de cada parcela dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" a ser colocado à disposição da BENEFICIÁRIA será calculado de acordo com o critério

estabelecido na lei instituidora da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP para a determinação dos saldos devedores dos financiamentos contratados pelo Sistema BNDES até 30 de novembro de 1994.

QUARTA

JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" incidirão juros à taxa de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da taxa de referência divulgada pelo BNDES, vigente na data de utilização dos subcréditos, que equivalerá ao custo médio representativo das captações de recursos sem vinculação a repasse em condições específicas bem como instrumentos derivativos do BNDES e da BNDES Participações S. A. - BNDESPAR indexados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, aí incluídos todos os tributos, contribuições, comissões e despesas diretamente incidentes sobre essas operações, no trimestre civil imediatamente anterior ao mês de cálculo da referida taxa de juros, calculados sobre o saldo devedor atualizado nos termos da Cláusula Sétima.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Os juros serão calculados dia a dia pelo sistema de juros compostos, sobre o saldo devedor atualizado, e exigíveis, anualmente:

- a) Em relação aos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;
- b) Em relação ao Subcrédito "L": no dia 15 (quinze) do mês de julho de cada ano, a partir de 15 (quinze) de julho de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal, e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

PARÁGRAFO SEGUNDO

A taxa de referência a que se refere o "caput" desta Cláusula será publicada pelo BNDES no Diário Oficial da União (Seção 3) no dia 25 (vinte e cinco) dos meses de janeiro, abril, julho e outubro de cada ano ou na primeira edição subsequente àquele dia, se a referida publicação oficial não for editada naquela data, e estará disponível na página oficial do BNDES na Internet (www.bndes.gov.br) nas mesmas datas acima mencionadas.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Durante o período em que não existam, cumulativamente, os passivos do BNDES e da BNDESPAR de que trata o caput desta Cláusula, será utilizada a taxa interna de retorno das Notas do Tesouro Nacional Série B (NTN-B), com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUARTO

Caso os títulos referidos no Parágrafo Terceiro deixem de ser representativos da dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA, será utilizada a taxa interna de retorno do título que melhor reflita, a critério do BNDES, a dívida mobiliária federal interna competitiva indexada ao IPCA com prazo de vencimento de 10 (dez) anos.

PARÁGRAFO QUINTO

A taxa interna de retorno de que tratam os Parágrafos Terceiro e Quarto será apurada utilizando-se a média das taxas divulgadas pela ANDIMA – Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro, ou, em sua ausência, por outra fonte de informação escolhida pelo BNDES, com o objetivo de obter preços de referência para o mercado secundário dos títulos a que se refere o Parágrafo Terceiro, nos 40 (quarenta) dias úteis contados retroativamente a cada data base de cálculo, esta incluída, aplicando-se interpolação simples para o prazo de 10 (dez) anos caso não existam títulos com tal prazo de vencimento.

QUINTA**JUROS INCIDENTES SOBRE OS SUBCRÉDITOS "A", "B", "C", "D", "J" e "K":**

Sobre o principal da dívida da BENEFICIÁRIA decorrente dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" incidirão juros de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano (a título de remuneração), acima da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP, divulgada pelo Banco Central do Brasil, observada a seguinte sistemática:

I - Quando a TJLP for superior a 6% (seis por cento) ao ano:

- a) O montante correspondente à parcela da TJLP que vier a exceder 6% (seis por cento) ao ano será capitalizado no dia 15 (quinze) de cada mês da vigência deste Contrato e no seu vencimento ou liquidação, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta, e apurado mediante a incidência do seguinte termo de capitalização sobre o saldo devedor, aí considerados todos os eventos financeiros ocorridos no período:

TC = $[(1 + TJLP)/1,06]^{n/360} - 1$ (termo de capitalização igual a, abre colchete, razão entre a TJLP acrescida da unidade, e um inteiro e seis centésimos, fecha colchete, elevado à potência

correspondente à razão entre "n" e trezentos e sessenta, deduzindo-se de tal resultado a unidade), sendo:

TC - termo de capitalização;

TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo Banco Central do Brasil; e

n - número de dias existentes entre a data do evento financeiro e a data de capitalização, vencimento ou liquidação da obrigação, considerando-se como evento financeiro todo e qualquer fato de natureza financeira do qual resulte ou possa resultar alteração do saldo devedor deste Contrato.

- b) O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da parcela não capitalizada da TJLP de 6% (seis por cento) ao ano, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na alínea "a", e considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

II - Quando a TJLP for igual ou inferior a 6% (seis por cento) ao ano:

O percentual de 2,45% (dois inteiros e quarenta e cinco centésimos por cento) ao ano acima da TJLP (remuneração), referido no "caput" desta Cláusula, acrescido da própria TJLP, incidirá sobre o saldo devedor, nas datas de exigibilidade dos juros mencionadas no Parágrafo Segundo ou na data de vencimento ou liquidação deste Contrato, sendo considerado, para o cálculo diário de juros, o número de dias decorridos entre a data de cada evento financeiro e as datas de exigibilidade acima citadas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O montante referido no inciso I, alínea "a", que será capitalizado, incorporando-se ao principal da dívida, será exigível nos termos dos incisos I, II e IV da Cláusula Décima.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O montante apurado nos termos do inciso I, alínea "b", ou do inciso II será exigível de acordo com a seguinte periodicidade:

I - Para os Subcréditos "A", "B" e "C": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2011, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2012, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Para o Subcrédito "D": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2013, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2014, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Para os Subcréditos "J" e "K": trimestralmente, no dia 15 (quinze) dos meses de março, junho, setembro e dezembro de cada ano, no período compreendido entre 15 de fevereiro de 2011 e 15 de dezembro de 2015, e mensalmente, a partir do dia 15 de janeiro de 2016, inclusive, juntamente com as parcelas de amortização do principal e no vencimento ou liquidação deste Contrato, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

SEXTA

ENCARGO POR RESERVA DE CRÉDITO

A BENEFICIÁRIA pagará ao BNDES o Encargo por Reserva de Crédito de 0,1% (um décimo por cento), cobrável por período de 30 (trinta) dias, ou fração, e incidente sobre:

- I - o saldo não utilizado de cada parcela do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data da utilização, quando será exigível o seu pagamento; e
- II - o saldo não utilizado do crédito, a partir do dia imediato ao da sua disponibilidade até a data do cancelamento, efetuado a pedido da BENEFICIÁRIA, ou por iniciativa do BNDES, e cujo pagamento será exigível na data do pedido, ou da decisão do BNDES, conforme o caso.

PARÁGRAFO ÚNICO

A incidência do encargo a que se referem os incisos I e II, retromencionados, ocorrerá no caso de fixação de esquema de disponibilidade de recursos.

SÉTIMA

ATUALIZAÇÃO DO VALOR DA DÍVIDA DOS SUBCRÉDITO "E", "F", "G", "H", "I" e

"L"

O saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente do Subcrédito "E", "F", "G", "H", "I" e "L", aí incluídos o principal, juros compensatórios e moratórios, outras

despesas, comissões e demais encargos pactuados, será atualizado anualmente pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado e divulgado mensalmente pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE e aplicado pelo BNDES segundo o seguinte critério: apuração em dias úteis da Unidade Monetária IPCA do BNDES – UMIPCA, expressa em reais, com base na variação do IPCA, sendo que o valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) de cada mês deverá corresponder ao valor da UMIPCA no dia 15 (quinze) do mês imediatamente anterior atualizado pelo IPCA mensal divulgado pelo IBGE no início do mês corrente, devendo o intervalo entre os dias 16 (dezesesseis) e 14 (quatorze) ser calculado *pro rata temporis* exponencial por dias úteis pela aplicação do último IPCA divulgado pelo IBGE em data anterior a cada dia 16 (dezesesseis).

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Para os fins do previsto no caput desta Cláusula, em qualquer mês onde o dia 15 (quinze) seja um dia não-útil será considerado o primeiro dia útil imediatamente posterior.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Na hipótese de o IPCA mensal somente ser divulgado pelo IBGE após o dia 14 (quatorze) do mês, continuará a ser adotada, para os fins previstos no caput desta Cláusula, até a data da divulgação pelo IBGE, a última UMIPCA utilizada pelo BNDES.

PARÁGRAFO TERCEIRO

Na ocorrência do previsto no Parágrafo Segundo desta Cláusula, quando da divulgação do IPCA para o mês, pelo IBGE, a UMIPCA utilizada no período de que trata o citado Parágrafo Segundo desta Cláusula, será ajustada de forma a refletir a inflação divulgada.

PARÁGRAFO QUARTO

As eventuais diferenças apuradas, por força do previsto no parágrafo anterior, serão incorporadas ao saldo devedor da BENEFICIÁRIA proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” se positivas ou reduzidas deste saldo devedor se negativas.

PARÁGRAFO QUINTO

O saldo devedor proveniente dos Subcréditos “E”, “F”, “G”, “H”, “I” e “L” poderá, a qualquer momento, passar a ser remunerado, no todo ou em parte, pelo mesmo critério legal adotado para a remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo PIS/PASEP e do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT,

observado o disposto na Cláusula Décima Segunda, tendo por base o saldo devedor apurado nos termos desta Cláusula, na data em que se efetivar a alteração, aplicando-se a essa parcela as mesmas condições dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K", à exceção do vencimento das prestações de amortização, que deverá permanecer igual ao estabelecido na Cláusula Décima, incisos III e V. Se ocorrer essa hipótese, o BNDES deverá comunicar a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

OITAVA

NÃO DIVULGAÇÃO OU EXTINÇÃO DO ÍNDICE NACIONAL DE PREÇOS AO

CONSUMIDOR AMPLO - IPCA

Na hipótese de não divulgação do IPCA pelo IBGE pelo período de 6 (seis) meses ou de extinção do IPCA mencionado nas Cláusulas Segunda, Quarta e Sétima, pela superveniência de normas legais ou regulamentares, ou alteração dos critérios de sua aplicação, o BNDES escolherá um índice substituto que melhor preserve o valor real da operação e a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração por escrito, à BENEFICIÁRIA.

NONA

DO PROCESSAMENTO E COBRANÇA DA DÍVIDA

A cobrança do principal e encargos dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K" e "E", "F", "G", "H", "I" e "L" será feita mediante Aviso de Cobrança expedido pelo BNDES, com antecedência, para a BENEFICIÁRIA liquidar aquelas obrigações nas datas de seus vencimentos.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Considerando que a dívida proveniente dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L" está sujeita a atualização anual, nos termos da Cláusula Sétima, o Aviso de Cobrança a que se refere esta Cláusula será emitido pelo BNDES com a indicação de um valor referencial em Unidade Monetária IPCA do BNDES - UMIPCA, cujo valor deverá ser obtido no Departamento de Cobrança da Área Financeira do BNDES - AF/DECOB.

PARÁGRAFO SEGUNDO

O não recebimento do Aviso de Cobrança não eximirá a BENEFICIÁRIA da obrigação de pagar as prestações do principal e os encargos nas datas estabelecidas neste Contrato.

BNDES

Bernardo Raposo
Advogado

PARÁGRAFO TERCEIRO

O BNDES deixará à disposição da BENEFCIÁRIA as informações, dados e cálculos que servirem de base para apuração dos valores devidos.

DÉCIMA**AMORTIZAÇÃO**

O principal da dívida decorrente de cada Subcrédito deste Contrato deve ser pago ao BNDES da seguinte forma:

I - Subcréditos "A", "B" e "C":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2012 e a última em 15 (quinze) de junho de 2021, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

II - Subcrédito "D":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida deste Subcrédito, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2014 e a última em 15 (quinze) de junho de 2023, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

III - Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2014 e a última em 15 (quinze) de julho de 2023; observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

IV - Subcréditos "J" e "K":

Em 114 (cento e quatorze) prestações mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida destes Subcréditos, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de janeiro de 2016 e a última em 15 (quinze) de junho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta;

V - Subcrédito "L":

Em 10 (dez) prestações anuais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida deste Subcrédito, atualizado nos termos da Cláusula Sétima, dividido pelo número de prestações de amortização ainda não vencidas, vencendo-se a primeira prestação em 15 (quinze) de julho de 2016 e a última em 15 (quinze) de julho de 2025, observado o disposto na Cláusula Vigésima Quarta.

PARÁGRAFO ÚNICO

A BENEFICIÁRIA compromete-se a liquidar em 15 (quinze) de julho de 2025, com a última prestação de amortização, todas as obrigações deste Contrato.

DÉCIMA PRIMEIRA**GARANTIA DA OPERAÇÃO**

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações decorrentes deste Contrato, como o principal da dívida, juros, comissões, pena convencional, multas e despesas, a BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE darão ao BNDES:

- I - em **PENHOR**, em caráter irrevogável e irretratável, até a final liquidação de todas as obrigações decorrentes deste Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, as ações de emissão da BENEFICIÁRIA e de titularidade da INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., representativas de 99,99% (noventa e nove vírgula nove por cento) do capital social da BENEFICIÁRIA, conforme a seguir discriminado ("Ações Empenhadas"), observado o disposto nos artigos 25 e 26 das "DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES", referidas no inciso I da Cláusula Décima Terceira, com as seguintes especificações:

- a) Quantidade de ações: 191.724.995 (cento e noventa e um milhões, setecentos e vinte e quatro mil, novecentos e noventa e cinco);
- b) Espécie: Ordinárias;
- c) Forma: Nominativas.

II – **CESSÃO FIDUCIÁRIA**, em caráter irrevogável e irretratável, a partir da assinatura do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, e até final liquidação de todas as obrigações nele assumidas pela BENEFICIÁRIA, dos seguintes direitos:

(a) de todos os direitos emergentes da concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009, celebrado, em 17/06/2009, entre a BENEFICIÁRIA e a Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP (“Contrato de Concessão”);

(b) todos os direitos de crédito da BENEFICIÁRIA, presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucros cessantes contratadas nos termos do Contrato de Concessão;

(c) todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA sobre os valores a serem depositados e mantidos nas “Contas do Projeto”, a saber “Conta Centralizadora”, “Conta Garantia”, “Conta Reserva do Serviço da Dívida”, “Conta de Operação” e “Conta dos Direitos Emergentes da Concessão”, definidas no Parágrafo Quinto da presente Cláusula, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela BENEFICIÁRIA de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, sendo tais contas de titularidade da BENEFICIÁRIA, todas mantidas junto ao Banco Depositário, cuja movimentação se dará exclusivamente nos termos do Contrato de Administração de Contas a ser celebrado entre a BENEFICIÁRIA, a Interviente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., o Banco Depositário, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, estes dois últimos como Intervientes-Anuentes;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

O penhor a que se refere o inciso I da presente Cláusula, será formalizado através de Contrato de Penhor de Ações.

PARÁGRAFO SEGUNDO

A Interviente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. obrigará-se a empenhar, em favor do BNDES e do Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, todas e quaisquer outras ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, ordinárias ou preferenciais, com ou sem direito de voto, e ainda quaisquer outros direitos, tais como direitos de subscrição e bônus de subscrição, debêntures conversíveis, partes beneficiárias e quaisquer outros títulos ou valores mobiliários relacionados ao capital social da BENEFICIÁRIA, bem como quaisquer

direitos de preferência, opções ou outros direitos sobre mencionados títulos, que venham a ser subscritos, adquiridos ou de qualquer modo detidos pelas mesmas até o pagamento integral de todas as obrigações estabelecidas no presente Contrato na Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A Interviente EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. nomeará, em caráter irrevogável e irretratável, nos termos do Artigo 684 do Código Civil, o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, como seus procuradores, com plenos poderes especiais para, na ocorrência de inadimplemento das obrigações garantidas, em nome da INTERVENIENTE acima referida: (i) praticar todos os atos necessários e firmar qualquer instrumento perante qualquer autoridade governamental e quaisquer documentos necessários ou recomendáveis para a excussão do penhor sobre as ações empenhadas, e/ou (ii) alienar as ações empenhadas, no todo ou em parte, por meio de venda amigável ou pública, obedecida a legislação aplicável, e utilizar o produto da alienação no pagamento das obrigações garantidas, assim como tomar qualquer providência e firmar quaisquer instrumentos necessários à transferência definitiva da propriedade das ações empenhadas, podendo, inclusive, dar e receber quitação.

PARÁGRAFO QUARTO

A cessão a que se refere o inciso II desta Cláusula será formalizada através de Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos.

PARÁGRAFO QUINTO

O Contrato de Administração de Contas a que se refere o inciso II, alínea "c", do *caput* desta Cláusula, deverá prever as seguintes contas:

a) **CONTA CENTRALIZADORA:** conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, centralizadora de todos os direitos creditórios da BENEFICIÁRIA, com exceção dos direitos emergentes da concessão, que serão depositados diretamente na "Conta dos Direitos Emergentes da Concessão";

b) **CONTA DE OPERAÇÃO:** conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, parcela dos recursos depositados na Conta Centralizadora, segundo percentuais anuais pré-definidos com base em relatório a ser fornecido pela BENEFICIÁRIA que demonstre qual o percentual da receita bruta total dos últimos 12 meses foi destinado para pagamento dos Custos de O&M (pagamento da outorga, tributos, custos e despesas operacionais projetados, e quaisquer outros pagamentos necessários à manutenção mínima da operacionalização e continuidade da prestação do serviço público), sendo o percentual inicial a ser

transferido da Conta Centralizadora para a Conta de Operação de 46% (quarenta e seis por cento) do saldo verificado na Conta Centralizadora ao final de cada dia ("Percentual Conta Operação");

b.1) Os recursos da Conta de Operação deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos do presente Contrato e da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA ("Contratos Garantidos"), observado o disposto no item (b.3) deste parágrafo; e (ii) desde que a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) esteja devidamente preenchida, nos termos do item "e" deste parágrafo. Tais recursos deverão ser utilizados pela BENEFICIÁRIA para pagamento dos Custos de Operação do Projeto a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Primeira.

b.2) Se a Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M) não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta de Operação em montante suficiente para a Conta Reserva de O&M. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva de Operação e Manutenção (ou Conta Reserva de O&M), o saldo excedente, se houver da Conta de Operação deverá ser transferido para a Conta Movimento.

b.3) Caso ocorra inadimplemento, no âmbito dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá mensalmente (i) transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Movimento em volume tal para cobrir os Custos de O&M conforme relatório mensal de Custos de O&M fornecido pela BENEFICIÁRIA e (ii) após as transferências em (i), transferir os recursos depositados na Conta Operação para a Conta Garantia.

c) CONTA GARANTIA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, para a qual serão transferidos, diariamente, a parcela restante dos depósitos efetuados no respectivo dia na Conta Centralizadora, após a transferência do Percentual Conta Operação;

c.1) Os recursos da Conta Garantia deverão ser transferidos para Conta Movimento diariamente desde que (i) não tenha ocorrido inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos; e (ii) desde que a Conta Reserva do Serviço da Dívida esteja devidamente preenchida, nos termos da alínea "d" do presente Parágrafo;

c.2) Se a Conta Reserva do Serviço da Dívida não estiver devidamente preenchida nos prazos estipulados ou, uma vez preenchida, os recursos nela depositados sejam utilizados em virtude de inadimplemento, conforme definido nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário deverá reter e transferir os valores da Conta Garantia em montante suficiente para o atingimento dos valores estipulados para a Conta Reserva do Serviço da Dívida. Após o atingimento dos valores estipulados para Conta Reserva do

Serviço da Dívida, o saldo excedente, se houver, da Conta Garantia deverá ser transferido para a Conta Movimento;

c.3) Caso ocorra inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário, após notificação efetuada por qualquer um dos Credores, deverá reter os recursos na Conta Garantia.

d) CONTA RESERVA DO SERVIÇO DA DÍVIDA: conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, movimentável pelo Banco Depositário, a qual deverá ser constituída com volume que atenda, de maneira global:

- para cada subcrédito em TJLP: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da primeira parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 3 (três) vezes o valor da soma da última parcela vencida de amortização de principal e encargos da dívida;

- para cada subcrédito em IPCA: até o vencimento da primeira parcela de amortização, a quantia equivalente a 1/3 (um terço) do valor referente ao desembolso realizado, dividido pelo número total de prestações do subcrédito; e, após o pagamento da primeira parcela de amortização de principal e encargos da dívida, a quantia equivalente a 1/4 (um quarto) do valor da última parcela vencida de amortização de principal e encargos do subcrédito;

- no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: constituição da quantia equivalente à próxima parcela de amortização do principal e/ou juros das Debêntures.

d.1) A Conta Reserva do Serviço da Dívida deverá estar devidamente preenchida, observado os valores acima definidos, nos seguintes prazos:

d.1.1) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente Contrato, relativamente a cada subcrédito em IPCA: até 3 meses anteriores ao vencimento de cada prestação;

d.1.2) no que se refere ao crédito concedido pelo BNDES através do presente, relativamente aos subcréditos em TJLP: até 15 dias contados da data da última prestação vencida;

d.1.3) no que se refere às Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA: no dia seguinte à liquidação das Debêntures, nos termos da referida Escritura de Emissão.

e) CONTA RESERVA DE OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO (OU CONTA RESERVA DE O&M): conta de titularidade da BENEFICIÁRIA, na qual serão depositados os

recursos em montante equivalente ao custo operacional da BENEFICIÁRIA por um período de 3 (três) meses, a serem estimados com base naquilo que foi gasto pela BENEFICIÁRIA nos 3 (três) meses antecedentes.

e.1) A Conta Reserva de O&M poderá ser movimentada pela BENEFICIÁRIA nas seguintes hipóteses: (i) para a complementação dos valores retidos na Conta Reserva de O&M; (ii) para sacar recursos da Conta Reserva de O&M, caso o seu saldo seja superior ao mínimo previsto para o seu preenchimento, salvo na hipótese de inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, caso em que o valor excedente deverá ser transferido pelo Banco Depositário para a Conta Garantia; e (iii) mediante a ocorrência de um evento extraordinário que resulte em necessidade adicional de despesas operacionais por parte da BENEFICIÁRIA, devidamente comprovado, e desde que a BENEFICIÁRIA comprove que não tem recursos suficientes para o pagamento destas despesas operacionais adicionais. Fica o Banco Depositário responsável pela verificação do saldo da Conta Reserva de O&M e pelo acompanhamento do atendimento do montante mínimo estabelecido para o seu preenchimento;

e.2) A BENEFICIÁRIA deverá recompor o saldo da Conta Reserva de O&M no prazo de até um mês contado de referido saque.

f) CONTA DOS DIREITOS EMERGENTES DA CONCESSÃO: conta de titularidade da Concessionária, na qual serão depositados todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão referentes a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão;

g) CONTA MOVIMENTO: conta corrente de titularidade da BENEFICIÁRIA, de livre movimentação, que receberá os valores liberados da Conta Garantia e da Conta de Operação, desde que ausente inadimplemento, nos termos dos Contratos Garantidos, e que estejam preenchidas a Conta Reserva do Serviço da Dívida e a Conta Reserva de O&M.

PARÁGRAFO SEXTO

Os recursos depositados na Conta Reserva do Serviço da Dívida poderão ser aplicados em fundos de investimento financeiro de liquidez diária, com carteira de investimento e constituídos, exclusivamente, por títulos públicos federais de renda fixa (LBC, LFT, BBC, LTN e outros que venham a ser criados pelo Tesouro Nacional ou pelo Banco Central do Brasil).

BNDES

Benedito Raposo
advogado

PARÁGRAFO SÉTIMO

Reserva-se o BNDES o direito de requerer reavaliação dos bens gravados, havendo ocorrido, a seu critério, depreciação da garantia.

PARÁGRAFO OITAVO

As garantias mencionadas nos incisos I e II, do *caput* serão compartilhadas com os Debenturistas titulares das Debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, conforme Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a ser celebrado entre o BNDES e o Agente Fiduciário dos Debenturistas.

PARÁGRAFO NONO

Em caso de inadimplemento e/ou de vencimento antecipado, nos termos dos Contratos Garantidos, o Banco Depositário será responsável por reter os recursos depositados nas Contas do Projeto e transferi-los ao BNDES e ao Agente Fiduciário dos Debenturistas titulares das Debêntures objeto do Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, observado o disposto no Contrato de Compartilhamento de Garantias a que se refere o parágrafo anterior.

PARÁGRAFO DÉCIMO

As garantias referidas nesta Cláusula são consideradas um todo indivisível em relação ao valor da dívida.

DÉCIMA SEGUNDA**ALTERAÇÃO DO CRITÉRIO LEGAL DE REMUNERAÇÃO****DOS RECURSOS ORIGINÁRIOS DO FUNDO PIS/PASEP E/OU DO FAT**

Na hipótese de vir a ser substituído o critério legal de remuneração dos recursos repassados ao BNDES, originários do Fundo de Participação PIS/PASEP e/ou do Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, a remuneração prevista na Cláusula Quinta poderá, a critério do BNDES, passar a ser efetuada mediante utilização do novo critério de remuneração dos aludidos recursos, ou outro, indicado pelo BNDES, que, além de preservar o valor real da operação, a remunere nos mesmos níveis anteriores. Nesse caso, o BNDES comunicará a alteração, por escrito, à BENEFICIÁRIA.

DÉCIMA TERCEIRA**OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA BENEFICIÁRIA**

Obriga-se a BENEFICIÁRIA a:

- I - cumprir, no que couber, até final liquidação da dívida decorrente deste Contrato, as **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, aprovadas pela Resolução nº 665, de 10 de dezembro de 1987, parcialmente alteradas pela Resolução nº 775, de 16 de dezembro de 1991, pela Resolução nº 863, de 11 de março de 1996, pela Resolução nº 878 de 04 de setembro de 1996, pela Resolução nº 894, de 06 de março de 1997, pela Resolução nº 927, de 1º de abril de 1998, pela Resolução nº 976, de 24 de setembro de 2001, pela Resolução nº 1.571/2008, de 04 de março de 2008 e pela Resolução nº 1.832, de 15 de setembro de 2009, todas da Diretoria do BNDES, publicadas no Diário Oficial da União (Seção I), de 29 de dezembro de 1987, 27 de dezembro de 1991, 08 de abril de 1996, 24 de setembro de 1996, 19 de março de 1997, 15 de abril de 1998, 31 de outubro de 2001, 25 de março de 2008 e 06 de novembro de 2009, respectivamente, cujo exemplar é entregue, neste ato, à BENEFICIÁRIA, a qual, após tomar conhecimento de todo o conteúdo do mesmo, declara aceitá-lo como parte integrante e inseparável deste Contrato, para todos os fins e efeitos jurídicos;
- II - utilizar o total dos Subcréditos "A", "B" e "C" até 30/06/2011 (trinta de junho de dois mil e onze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- III - utilizar o total do Subcrédito "D" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- IV - utilizar o total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H" e "I" até 30/06/2013 (trinta de junho de dois mil e treze);
- V - utilizar o total dos Subcréditos "J" e "K" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze), sem prejuízo de poder o BNDES, antes ou depois do termo final desse prazo, ao abrigo das garantias constituídas neste Contrato, estender o referido prazo, mediante expressa autorização, por via epistolar, independentemente de outra formalidade ou registro;
- VI - utilizar o total do Subcrédito "L" até 30/06/2015 (trinta de junho de dois mil e quinze);
- VII - apresentar ao BNDES, no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias, contado a partir da liberação da última parcela do crédito decorrente deste Contrato, a Licença de Operação do projeto ora financiado, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do

Meio Ambiente (SISNAMA) ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

- VIII - na hipótese de ocorrer, em função do projeto de que trata a Cláusula Primeira, redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA durante o período de vigência do presente Contrato, oferecer programa de treinamento voltado para as oportunidades de trabalho na região e/ou programa de recolocação dos trabalhadores em outras empresas, após ter submetido ao BNDES, para apreciação, documento que especifique e ateste a conclusão das negociações realizadas com a(s) competente(s) representação(ões) dos trabalhadores envolvidos no processo de demissão;
- IX - adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira;
- X - manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente, durante o período de vigência deste Contrato;
- XI - observar, durante o período de vigência deste Contrato, o disposto na legislação aplicável às pessoas portadoras de deficiência;
- XII - comunicar ao BNDES, na data do evento, o nome e o CPF/MF de pessoa que, exercendo função remunerada ou estando entre seus proprietários, controladores ou diretores, tenha sido diplomada ou empossada como Deputado(a) Federal ou Senador(a);
- XIII - não constituir penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) que será(ão) dado(s) em garantia ao BNDES, sem a prévia autorização deste, sob pena de vencimento antecipado do presente Contrato;
- XIV - comunicar ao BNDES a ocorrência de qualquer decisão interlocutória ou sentença, quer em primeira instância, quer em outros graus de jurisdição, inclusive quanto ao deferimento de tutela de urgência e ao julgamento de recursos já interpostos, bem como sobre a interposição de recursos e o ajuizamento de outras ações que possam acarretar efeito adverso para o Projeto, em especial, mas não se limitando, ao Mandado de Segurança nº 053.09.019188-1, que tramita perante o Juízo da 12ª Vara de Fazenda Pública da Justiça Estadual Paulista, sendo tal comunicação efetuada mediante a apresentação de declaração da própria BENEFICIÁRIA, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data em que a BENEFICIÁRIA teve conhecimento da existência de tal ação, recurso ou decisão judicial, podendo, ainda, o BNDES exigir a apresentação de Certidões Cartorárias dos respectivos juízos;
- XV - manter-se adimplente com o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira;
- XVI - não alterar o Contrato de Concessão a que alude o caput do parágrafo único, da Cláusula Primeira, sem anuência formal do BNDES, exceto no caso de alterações que não impactem no equilíbrio econômico financeiro do Contrato de

Concessão, as quais poderão ser celebradas pela BENEFICIÁRIA independentemente de anuência do BNDES, comprometendo-se a BENEFICIÁRIA a apresentar tais alterações ao BNDES tão logo estas sejam formalizadas;

- XVII - não constituir, salvo autorização prévia e expressa do BNDES, garantias reais de qualquer espécie em operações com outros credores, sem que garantias do mesmo tipo sejam prestadas ao BNDES, com iguais condições e grau de prioridade, ressalvadas as hipóteses previstas no inciso XVIII, da presente Cláusula;
- XVIII - comunicar ao BNDES, prévia e formalmente, a constituição de garantia real em virtude de determinação legal ou para a garantia do juízo em ações judiciais e para os processos administrativos nos quais figure no pólo passivo, bem como nos casos de propriedade fiduciária em financiamentos para aquisição de equipamentos;
- XIX - manter durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento relação Patrimônio Líquido / Passivo Total mínima de 20%;
- XX - após o atingimento do Completion a que se refere o Parágrafo Único da Cláusula Décima Oitava, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio que em conjunto ou isoladamente superem o mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado, amortização de principal ou pagamentos de juros de mútuos contraídos junto a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo, na hipótese de: (i) haver prestação da dívida com o BNDES com pagamento em atraso; ou (ii) a Conta Reserva do Serviço da Dívida, não estar devidamente preenchida; ou (iii) o índice de cobertura do serviço da dívida (ICSD), apurado trimestralmente de acordo com a fórmula apresentada no Anexo I ao presente Contrato, se mostrar inferior a 1,2; (iv) o índice de Dívida Líquida/EBITDA Ajustado ser superior a 4;
- XXI - exigir de seus auditores pronunciamento expresso nos pareceres sobre o atendimento ou não do ICSD e do Índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado, bem como o envio de correspondência ao BNDES apresentando a memória de cálculo destes covenants e a conclusão de sua análise;
- XXII - durante todo o período do financiamento, não realizar, sem prévio consentimento do BNDES, (i) alteração de seu objeto social; (ii) concessão de mútuos a partes relacionadas ao Grupo EcoRodovias ou a acionistas deste Grupo; (iii) redução de capital social; (iv) estorno e devolução de recursos contabilizados no Patrimônio Líquido sob a rubrica de Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital; (v) prestação de garantia fidejussória em favor de terceiros; (vi) transferência de ativos a terceiros, salvo quando se tratar de bens comprovadamente inservíveis ou obsoletos; (vii) alienação de bens essenciais à operação, sem que ocorra sua reposição/substituição por novos de idêntica finalidade; (viii) participação em outras sociedades, exceto na qualidade de cotista de fundo de investimento regulado pela Instrução CVM nº 409/04 (desde que expressamente vedada, no Regulamento do fundo, a aplicação em derivativos com finalidade distinta a hedge); (ix) constituição, em favor de

terceiros, de garantias ligadas aos recebíveis do projeto com exceção dos Debenturistas;

XXIII - durante todo o período do financiamento, manter-se regular com o pacote de seguros exigido no Contrato de Concessão a que se refere o *caput* do Parágrafo Único, da Cláusula Primeira;

XXIV - solicitar a prévia anuência do BNDES para aditar a Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA em relação as seguintes matérias: (i) liberar garantias contratadas, exceto se já previsto inicialmente na escritura; (ii) alterar condições financeiras (principal, taxa de juros, prazo de carência e amortização, moeda/índice de correção), com exceção de aumento de principal até o limite de R\$ 370.000.000,00 (trezentos e setenta milhões de reais) e/ou redução da taxa de juros em função do processo de "bookbuilding"; (iii) cessão de direitos e obrigações da BENEFICIÁRIA a terceiros; (iv) alteração de covenants, exceto se já previsto inicialmente;

XV - não alienar, gravar ou, por qualquer forma, negociar ou onerar seus direitos e obrigações relativos às debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;

PARÁGRAFO ÚNICO:

O EBITDA Ajustado, mencionado no inciso XVIII da presente Cláusula, é calculado subtraindo da receita líquida os custos operacionais e as despesas operacionais e administrativas, e somando as despesas com depreciação e amortização, além das despesas referentes à provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária.

DÉCIMA QUARTA

OBRIGAÇÕES DA INTERVENIENTE CONTROLADORA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., na qualidade de Controladora e de Prestadora da garantia real citada no inciso I, do *caput* da Cláusula Décima Primeira, já devidamente qualificada no preâmbulo deste Contrato, assume, neste ato, a obrigação de:

- I - cumprir o disposto nos artigos 27, parágrafo 2º, e 36 das retromencionadas **"DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES"**, que também declara(m) conhecer;

- II - submeter à aprovação do BNDES quaisquer propostas de matérias concernentes à oneração a qualquer título, de ação de sua propriedade, de emissão da BENEFICIÁRIA, à venda, aquisição, incorporação, fusão, cisão de ativos ou qualquer outro ato que importe ou possa vir a importar em modificações na atual configuração da BENEFICIÁRIA ou em transferência do controle acionário da BENEFICIÁRIA, ou em alteração da sua qualidade de acionista controlador da BENEFICIÁRIA, nos termos do art. 116 da Lei nº 6.404, de 15.12.76;
- III - não promover a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, de dispositivo que importe em:
 - a) restrições à capacidade de crescimento da BENEFICIÁRIA ou ao seu desenvolvimento tecnológico;
 - b) restrições de acesso da BENEFICIÁRIA a novos mercados; ou
 - c) restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras das operações com o BNDES;
- IV - não promover atos ou medidas que prejudiquem ou alterem o equilíbrio econômico-financeiro da BENEFICIÁRIA;
- V - tomar todas as providências necessárias para garantir o atendimento da finalidade da presente operação;
- VI - suprir, de forma solidária, mediante aumentos do capital social da BENEFICIÁRIA, em dinheiro, as insuficiências de recursos necessários à execução do projeto, bem como ao cumprimento da obrigação prevista no inciso XIV da Cláusula Décima Terceira;
- VII - manter, durante a vigência do presente Contrato, suas atuais participações no capital social da BENEFICIÁRIA, bem como não alienar, empenhar, gravar ou onerar suas ações representativas do capital social da BENEFICIÁRIA, sem prévia e expressa anuência do BNDES;
- VIII - manter empenhadas ao BNDES, durante a vigência do presente Contrato, a totalidade das ações emitidas pela BENEFICIÁRIA de sua propriedade;
- IX - na hipótese de extinção do Contrato de Concessão por acordo entre as partes, pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 60 (sessenta) dias a contar do término do Contrato de Concessão, independentemente do recebimento de eventual indenização;
- X - Na hipótese de extinção do Contrato de Concessão em decorrência de sentença transitada em julgado nos autos do Mandado de Segurança n.º 053.09.019.188-1, em trâmite perante a 12ª Vara da Fazenda Pública de São Paulo, a INTERVENIENTE deverá pagar, de forma solidária, a totalidade do saldo devedor junto ao BNDES, em até 90 (noventa) dias a contar da data do trânsito em julgado da referida decisão.

DÉCIMA QUINTA

RESPONSABILIDADE NA SUCESSÃO EMPRESARIAL

Na hipótese de sucessão empresarial, os eventuais sucessores da Beneficiária responderão solidariamente pelas obrigações decorrentes deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Não se aplica o disposto no "caput" desta Cláusula se houver prévia anuência do BNDES ao afastamento da solidariedade na cisão parcial.

DÉCIMA SEXTA

PROCURAÇÃO RECÍPROCA

A BENEFICIÁRIA e a INTERVENIENTE, neste ato e de forma irrevogável e irretratável, constituem-se mútua e reciprocamente procuradores até solução final da dívida ora assumida, com poderes para receber citações, notificações e intimações, e, ainda, com poderes "ad judicium" para o foro em geral, que poderão ser substabelecidos para advogado, tudo com relação a quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais que contra eles forem promovidos pelo BNDES, em decorrência deste Contrato, podendo praticar todos os atos necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

DÉCIMA SÉTIMA

CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO CRÉDITO

A utilização do crédito, além do cumprimento, no que couber, das condições previstas nos artigos 5º e 6º das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**" retromencionadas, e das estabelecidas nas "**NORMAS E INSTRUÇÕES DE ACOMPANHAMENTO**", a que se refere o artigo 2º das mesmas "**DISPOSIÇÕES**", fica sujeita ao atendimento das seguintes:

I - Para utilização da primeira parcela do crédito:

- a) abertura, pela BENEFICIÁRIA, de conta corrente junto ao BNDES;
- b) comprovação pela Beneficiária da integral liberação, pelo Itaú BBA, da cessão fiduciária das receitas de pedágio da BENEFICIÁRIA, bem como do penhor de 100% (cem por cento) das ações de sua emissão, garantias estas

que asseguram as notas promissórias comerciais emitidas pela BENEFICIÁRIA;

- c) a formalização jurídica, em termos satisfatórios ao BNDES, e atendendo as condições aqui estabelecidas, dos seguintes contratos: o Contrato de Penhor de Ações a que se refere parágrafo primeiro da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e Outros Ativos a que se refere o parágrafo quarto da Cláusula Décima Primeira; o Contrato de Administração de Contas a que se refere a alínea "c" do inciso II da Cláusula Décima Primeira e o Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças a que se refere o Parágrafo Oitavo da Cláusula Décima Primeira;
- d) a averbação do penhor de ações a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Primeira no Livro de Registro de Ações da BENEFICIÁRIA.

II - Para utilização de cada parcela do crédito:

- a) inexistência de qualquer fato que, a critério do BNDES, venha alterar substancialmente a situação econômico-financeira da beneficiária ou que possa comprometer a execução do empreendimento ora financiado, de forma a alterá-lo ou impossibilitar sua realização, nos termos previstos no projeto aprovado pelo BNDES;
- b) apresentação, pela BENEFICIÁRIA, de Certidão Negativa de Débito - CND ou de Certidão Positiva de Débito com Efeitos de Negativa - CPD-EN, expedidas pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, por meio da INTERNET a serem extraídas pela BENEFICIÁRIA no endereço www.receita.fazenda.gov.br e verificadas pelo BNDES no mesmo.
- c) comprovação de regularidade de situação perante os órgãos ambientais, ou quando tal comprovação já tenha sido apresentada e esteja em vigor, declaração da BENEFICIÁRIA sobre a continuidade da validade de tal documento;
- d) apresentação, preferencialmente por meio de arquivo eletrônico, de listagem contendo dados que identifiquem os bens correspondentes à parcela do crédito a ser utilizada, discriminando o equipamento, o fabricante, o valor, assim como outras informações que venham a ser solicitadas pelo BNDES, de forma a comprovar que as máquinas e equipamentos adquiridos com recursos deste Contrato estão credenciados no BNDES.

III - Para utilização dos recursos provenientes dos Subcréditos "B", "C" e "K" de que tratam os incisos II, III e XI do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverá ser apresentada(o):

- a) Licença de Instalação do projeto relativo a cada subcrédito em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou,

em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA; ou

- b) Documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental.

IV - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "E", "F", "G", "H" e "I" de que tratam os incisos V, VI, VII, VIII e IX, do caput da Cláusula Primeira, respectivamente, deverão ser apresentados:

- a) Licença de Instalação do projeto relativo aos subcréditos em questão, oficialmente publicada, expedida pelo órgão competente, de âmbito estadual, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), ou, em caráter supletivo, pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA ou documento emitido pelo órgão ambiental competente em que se ateste estar o projeto relativo aos Subcréditos em questão dispensado da necessidade de licenciamento ambiental; e
- b) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C" e "D".

V - Para utilização dos recursos provenientes do Subcrédito "L" de que trata o inciso XII, do caput da Cláusula Primeira, deverá ser apresentada:

- a) Comprovação ao BNDES da utilização de pelo menos 40% (quarenta por cento) do valor total dos Subcréditos "A", "B", "C", "D", "J" e "K".

DÉCIMA OITAVA

FIANÇA

A INTERVENIENTE EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, no preâmbulo qualificada, aceita o presente Contrato na qualidade de fiador e principal pagador, renunciando expressamente aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil, e responsabilizando-se, solidariamente, até final liquidação deste Contrato, pelo fiel e exato cumprimento de todas as obrigações assumidas, neste instrumento, pela BENEFICIÁRIA.

PARÁGRAFO ÚNICO

A garantia mencionada no caput da presente Cláusula será liberada se cumpridas as condições estabelecidas para o *Completion*, a seguir discriminadas:

- (a) constituição das garantias previstas nos incisos I e II da Cláusula Décima Primeira;

(b) manutenção, durante o prazo de utilização dos recursos do financiamento (ainda que não concluído tal prazo), da relação Patrimônio Líquido / Passivo Total da BENEFICIÁRIA igual ou superior a 20%;

(c) atendimento do índice Dívida Líquida/EBITDA Ajustado menor do que 4;

(d) atendimento do ICSD maior ou igual a 1,2 durante 24 meses consecutivos.

DÉCIMA NONA

INADIMPLEMENTO

Na ocorrência de inadimplemento das obrigações assumidas pela BENEFICIÁRIA e pela INTERVENIENTE, será observado o disposto nos arts. 40 a 47-A das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere a Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO ÚNICO

Na apuração do saldo devedor vencido do Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", de que tratam, respectivamente, os incisos V, VI, VII, VIII, IX e XII, do *caput* da Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento.

VIGÉSIMA

MULTA DE AJUIZAMENTO

Na hipótese de cobrança judicial da dívida decorrente deste Contrato, a BENEFICIÁRIA pagará multa de 10% (dez por cento) sobre o principal e encargos da dívida, além de despesas extrajudiciais, judiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data de propositura da medida judicial de cobrança.

VIGÉSIMA PRIMEIRA

LIQUIDAÇÃO ANTECIPADA DA DÍVIDA

Na hipótese de liquidação antecipada da dívida, serão liberadas as garantias, aplicando-se às demais obrigações o disposto no art. 18, parágrafo segundo, das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**" mencionadas na Cláusula Décima Terceira, inciso I.

PARÁGRAFO PRIMEIRO

A liquidação antecipada, parcial ou total, da parcela de recursos de que tratam os Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, quando autorizada pelo BNDES, deverá ser realizada juntamente com o valor apurado correspondente ao saldo devedor, na data de sua liquidação, dos demais subcréditos previstos na citada Cláusula Primeira, respeitada a proporcionalidade entre o(s) saldo(s) devedor(es) desse(s) subcrédito(s).

PARÁGRAFO SEGUNDO

Quando da apuração do saldo devedor na liquidação antecipada parcial ou total dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", previstos na Cláusula Primeira, tanto a atualização do valor da dívida como os encargos serão calculados *pro rata temporis* por dias úteis até a data do efetivo pagamento observado o disposto nas Cláusulas Quarta e Sétima deste Contrato, no que couber.

VIGÉSIMA SEGUNDA**EFEITOS DA CESSÃO DOS SUBCRÉDITOS "E", "F", "G", "H", "I" e "L"**

A BENEFICIÁRIA declara, neste ato, de forma irrevogável e irretratável, que nada tem a opor quanto à futura cessão, pelo BNDES, dos Subcréditos "E", "F", "G", "H", "I" e "L", anuindo, desde já, que todas as obrigações a serem cumpridas perante o BNDES decorrentes deste contrato, após a cessão dos supracitados subcréditos, permanecem integralmente em vigor.

PARÁGRAFO ÚNICO

O BNDES nos termos do art. 290 do Código Civil notificará a Beneficiária da cessão de que trata o caput desta Cláusula.

VIGÉSIMA TERCEIRA**VENCIMENTO ANTECIPADO**

O BNDES poderá declarar vencido antecipadamente este Contrato, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, se, além das hipóteses previstas nos artigos 39 e 40 das "**DISPOSIÇÕES APLICÁVEIS AOS CONTRATOS DO BNDES**", a que se refere o inciso I da Cláusula Décima Terceira, forem comprovados pelo BNDES:

- a) a redução do quadro de pessoal da BENEFICIÁRIA sem atendimento ao disposto no inciso VI da Cláusula Décima Terceira;
- b) a existência de sentença condenatória transitada em julgado em razão da prática de atos, pela Beneficiária, que importem em trabalho infantil, trabalho escravo ou crime contra o meio ambiente;
- c) a inclusão em acordo societário, estatuto ou contrato social da BENEFICIÁRIA, ou das empresas que a controlam, de dispositivo que importe em restrições ou prejuízo à capacidade de pagamento das obrigações financeiras decorrentes desta operação;
- d) a constituição, sem a prévia autorização do BNDES, de penhor ou gravame sobre o(s) direito(s) creditório(s) que serão dado(s) em garantia ao BNDES, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira;
- f) o vencimento antecipado das debêntures objeto da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures da BENEFICIÁRIA;

PARÁGRAFO PRIMEIRO

Na hipótese de aplicação dos recursos concedidos por este Contrato em finalidade diversa da prevista na Cláusula Primeira, o BNDES, sem prejuízo do disposto no "caput" desta Cláusula, comunicará o fato ao Ministério Público Federal, para os fins e efeitos da Lei nº 7.492, de 16.06.86.

PARÁGRAFO SEGUNDO

Este Contrato também vencerá antecipadamente, com a exigibilidade da dívida e imediata sustação de qualquer desembolso, na data da diplomação como Deputado(a) Federal ou Senador(a), de pessoa que exerça função remunerada na BENEFICIÁRIA, ou esteja entre os seus proprietários, controladores ou diretores, pessoas incursas nas vedações previstas pela Constituição Federal, artigo 54, incisos I e II. Não haverá incidência de encargos de inadimplemento, desde que o pagamento ocorra no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da data da diplomação, sob pena de não o fazendo incidirem os encargos previstos para as hipóteses de vencimento antecipado por inadimplemento.

PARÁGRAFO TERCEIRO

A declaração de vencimento antecipado com base no estipulado na alínea "b" não ocorrerá se efetuada a reparação imposta ou enquanto estiver sendo cumprida a pena imposta à Beneficiária, observado o devido processo legal.

VIGÉSIMA QUARTA**VENCIMENTO EM DIAS FERIADOS**

Todo vencimento de prestação de amortização de principal e encargos que ocorra em sábados, domingos ou feriados nacionais, estaduais, distritais ou municipais, inclusive os bancários será, para todos os fins e efeitos deste Contrato, deslocado para o primeiro dia útil subsequente, sendo os encargos calculados até essa data, e se iniciando, também a partir dessa data, o período seguinte regular de apuração e cálculo dos encargos deste Contrato.

PARÁGRAFO ÚNICO

Para efeito do disposto no caput desta Cláusula, salvo disposição expressa em contrário, serão considerados os feriados do lugar onde estiver a sede da BENEFICIÁRIA, cujo endereço estiver indicado neste Contrato.

VIGÉSIMA QUINTA**AUTORIZAÇÃO**

A BENEFICIÁRIA autoriza o BNDES a descontar da primeira parcela do crédito, quando de sua utilização, o valor de R\$ 485.011,67 (quatrocentos e oitenta e cinco mil, onze reais e sessenta e sete centavos), relativo à segunda e última parcela da Comissão de Estudo do projeto mencionado na Cláusula Primeira deste Contrato, cuja primeira parcela no valor de R\$ 225.780,33 (duzentos e vinte e cinco mil, setecentos e oitenta reais e trinta e três centavos) foi paga em 20 de Agosto de 2010.

A BENEFICIÁRIA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS apresentou a Certidão Negativa de Débito - CND nº 200762010-21025030, expedida em 27 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, bem como a INTERVENIENTE ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., que apresentou a Certidão Negativa de Débito – CND nº 291712010-21034020, expedida em 13 de Setembro de 2010, pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

As folhas do presente Instrumento são rubricadas por Bernardo Raposo, advogado do BNDES, por autorização dos representantes legais que o assinam.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente em 3 (três) vias, de igual teor e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 02 de FEVEREIRO de 2011

Pelo BNDES:

ARMANDO MARIANTE CARVALHO
Presidente em exercício

Wagner Bittencourt

Wagner Bittencourt
Diretor

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

(Folha de Assinaturas do Contrato de Financiamento mediante abertura de crédito nº 10.2.1962.1, celebrado entre o BNDES e a CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, com a Intervenção de Terceiro)

Pela BENEFICIÁRIA:

[Assinatura]

34º C. César

[Assinatura]

34º C. César

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

Federico Botto
Diretor Presidente

Flavio Viana de Freitas
Diretor Superintendente

INTERVENIENTE-FIADOR

34º C. César

34º C. César

[Assinatura]

[Assinatura]

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças

TESTEMUNHAS:

Maria Silvia A. Borges

Nome: Maria Silvia de Arruda Borges
Identidade: CPF: 370.737.027-53
CPF: SSP/DETRAN: 03.574.352-5

[Assinatura]

Nome: JULIO CESAR SILVA SOUZA
Identidade: 3763035
CPF: 366 2785 2772

OFICIAL DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS | CERQUEIRA CESAR - SÃO PAULO/SP
RUA DR. CANECA 1241 - CEP: 01007-002 FONE: (11) 3171-9833 FAX: (11) 3171-1074/2174-1314 E-MAIL: sac@cesar.com.br
Reconheço por semelhança as firmas de: MARCELINO RAFART DE SERAS, FEDERICO BOTTO, FLAVIO VIANA DE FREITAS e MARCELLO GUIDOTTI, em documento com valor econômico, do mês de São Paulo, 07 de fevereiro de 2011.
Em Teste da verdade. Cód.: 1998400311410000160182
CASSIO DE LIRA GOMES - Escrevente Autorizado
Valido somente com o selo de autenticidade. (Ord 4: Total)


Cassio de Lira Gomes
Escrevente Autorizado

COLEÇÃO DE LIRA GOMES
Econômico 1
1028AA260812
1028AA260811
1028AA260809
1028AA260810

ANEXO III ao "Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças"

CONTRATO DE PENHOR DE AÇÕES


BNDES


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

ANEXO IV ao “Contrato de Compartilhamento de Garantias e Outras Avenças”

CONTRATO CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

BNDES


Cláudia Patrícia Azevedo
Advogada

ESCRITURA DE EMISSÃO DAS DEBÊNTURES E ADITAMENTOS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR PENHOR DE AÇÕES E CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS, EM QUATRO SÉRIES, DA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

Pelo presente instrumento particular:

(i) **Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**, sociedade por ações com sede na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, CEP 08578-010, no Município de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Emissora");

(ii) **Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.**, sociedade por ações com sede na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1.º e 2.º andares, CEP 09845-000, no Município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Ecorodovias" ou "Fiadora"); e,

(iii) **Planner Trustee DTVM Ltda.**, sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da presente emissão ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar a presente Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Escritura" e "Debêntures", respectivamente), contendo as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA I - DA AUTORIZAÇÃO

1.1. A Escritura é firmada com base nas seguintes autorizações:

1.2. Assembleia Geral Extraordinária da Emissora, realizada em 18 de janeiro de 2011 ("AGE"), na qual os acionistas aprovaram a realização da emissão de Debêntures e delegaram ao Conselho de Administração da Emissora poderes para deliberar sobre as condições constantes do parágrafo 1º do artigo 59 da Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das S.A."); e

1.3. Reunião do Conselho de Administração da Fiadora realizada em 18 de janeiro de 2011, na qual foi deliberada a concessão da Fiança (conforme definido abaixo) e do penhor de ações no âmbito da Emissão (conforme definido abaixo) ("RCA da Fiadora").

CLÁUSULA II - DOS REQUISITOS

A primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, exceto para as Debêntures da Opção de Debêntures Adicionais, as quais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Emissora ("Emissão") será feita com a observância dos seguintes requisitos:

2.1. Arquivamento e Publicação das Deliberações Societárias

2.1.1. A ata da AGE que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") em 27 de janeiro de 2011 sob o n.º 34.973/11-4 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal Diário de Notícias do

Estado de São Paulo (“Diário de Notícias”) em 01 de fevereiro de 2011. A RCA da Fiadora realizada em 18 de janeiro de 2011 que aprovou a concessão da Fiança (conforme definido abaixo) e do penhor de ações que deliberou sobre a presente Emissão foi devidamente registrada na JUCESP em 27 de janeiro de 2011 sob o n.º 34.974/11-8 e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo (“DOESP”) e no jornal “Diário de Notícias” em 01 de fevereiro de 2011.

2.1.2. Os atos societários que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da presente Escritura também serão arquivados na JUCESP e devidamente publicados.

2.2. Inscrição da Escritura

A Escritura e seus aditamentos serão inscritos na JUCESP e no Cartório de Títulos e Documentos competente, de acordo com o disposto no inciso II do artigo 62 da Lei das S.A. e no artigo 129 da Lei nº 6015 de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, respectivamente, incluindo o primeiro aditamento à presente Escritura, que deliberará sobre a taxa de juros aplicável às Debêntures após a realização do procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da Emissão, em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e o artigo 44 da Instrução CVM 400, conforme definida na Cláusula abaixo (“Procedimento de Bookbuilding”).

2.3. Registro na Comissão de Valores Mobiliários

A Emissão deverá ter sido registrada na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), na forma da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Lei das S.A., bem como das demais disposições legais e regulamentares pertinentes, especialmente a Instrução da CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”).

2.4. Registro para distribuição nos Mercados Primário e Secundário

As Debêntures da presente Emissão serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”) e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), também administrado e operacionalizado pelo CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, e/ou do Sistema BOVESPAFIX (“BOVESPAFIX”) (ambiente de negociação de ativos de renda fixa) administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (“BM&FBOVESPA”), sendo processados pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação de Debêntures.

2.5. Registro dos Contratos de Garantia

Os Contratos de Garantia, conforme definidos abaixo, nos quais serão formalizadas as garantias mencionadas nas Cláusulas 3.7 e 3.8 abaixo, deverão ser registrados nos Cartórios de Registro de Títulos e Documentos competentes, nos termos do artigo 129 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, sendo o respectivo penhor das ações devidamente averbada no Livro de Registro de Ações da Emissora, nos termos do disposto no artigo 40 da Lei das S.A.

2.6. Registro na ANBIMA

A Emissão deverá ser registrada junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (“ANBIMA”) no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data da concessão do respectivo registro na CVM, nos termos do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários (“Código ANBIMA”).

CLÁUSULA III - DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO COMUNS ÀS QUATRO SÉRIES

As Debêntures desta Emissão terão as seguintes características e condições:

3.1. Valor Total e Número da Emissão

O valor total da Emissão é de R\$ 350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais), na Data de Emissão, conforme definida na Cláusula 3.9 abaixo, colocadas sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, exceto para as Debêntures da Opção de Debêntures Adicionais, as quais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação e serão limitadas ao montante de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais) adicionais ao valor originalmente oferecido, , conforme definidas nas Cláusulas 3.3.1 e 3.3.2 desta Escritura.

3.2. Valor Nominal Unitário

O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").

3.3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries

A Emissão será realizada em quatro séries, sendo que o número de Debêntures a ser alocado em cada série será de 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures. Serão emitidas um total de 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures.

3.3.1. A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada de forma proporcional entre as Séries, exclusivamente na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora com a prévia concordância do Banco Itaú BBA ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), em até 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Serão mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente oferecidas para a subscrição das Debêntures Adicionais. As Debêntures da Opção de Debêntures Adicionais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação até o limite de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

3.3.2. A Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais, caso as respectivas opções sejam exercidas.

3.4. Forma

As Debêntures terão a forma escritural, nominativa, sem a emissão de certificados representativos de debêntures. Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito emitido pela instituição responsável pela escrituração das Debêntures (a "Instituição Depositária"). Adicionalmente, será reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato expedido pela CETIP em nome do Debenturista. Para as Debêntures depositadas na BM&FBOVESPA, será emitido, pela BM&FBOVESPA, extrato de custódia, em nome do Debenturista, que será igualmente reconhecido como comprovante de titularidade das Debêntures.

3.5. Conversibilidade

As Debêntures não serão conversíveis em ações.

3.6. Espécie

As Debêntures serão da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

3.7. Garantias

A garantia real será representada e constituída:

(i) por um contrato de penhor de ações, a ser compartilhada com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), da totalidade das ações ordinárias de emissão da

Emissora detidas pela Ecorodovias representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Emissora e de todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das ações empenhadas, a ser celebrado entre (a) a Ecorodovias, (b) o Agente Fiduciário, (c) a Emissora e (d) o BNDES (“Contrato de Penhor de Ações”), cuja minuta é parte integrante desta Escritura como Anexo I. Tendo em vista que há um penhor sobre as referidas ações, o qual foi constituído em favor dos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, o penhor das ações a ser concedido aos Debenturistas e ao BNDES terá eficácia a partir da data da averbação da desoneração dos gravames das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora, conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações;

(ii) um contrato de cessão fiduciária, cuja minuta é parte integrante desta Escritura como Anexo II (“Contrato de Cessão Fiduciária”), a ser celebrado entre a Emissora, o Agente Fiduciário, o BNDES, e o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário, de: **(a)** todos os direitos de crédito da Emissora presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão (conforme definido abaixo), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Emissora de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária N.º 006/ARTESP/2009, celebrado em 17 de junho de 2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (o “Poder Concedente” e o “Contrato de Concessão”) e todas as receitas acessórias associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucro cessante contratadas nos termos do Contrato de Concessão; **(b)** todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995 (“Direitos Emergentes da Concessão”); e **(c)** todos os direitos creditórios da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas do Projeto (conforme definidas na alínea (c) da Cláusula 1 do Contrato de Cessão Fiduciária), deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas do Projeto (os direitos creditórios mencionados nos itens (a), (b) e (c) são denominados conjuntamente “Direitos Creditórios”). Diante da cessão fiduciária descrita no sub-item “a” acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão Emissora, o contrato de cessão fiduciária que tem por objeto a cessão fiduciária descrita no sub-item “a” acima é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão e a liberação das garantias com a liquidação da Oferta de Debêntures.

A Emissora requereu seu registro de companhia aberta na categoria B, em 05 de outubro de 2010, de modo que suas ações não possuirão autorização para serem negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários.

As Garantias serão compartilhadas, de forma “pari passu” e sem ordem de preferência de recebimento no caso de excussão. Para tanto, será celebrado (i) um contrato de compartilhamento de garantias entre o BNDES e o Agente Fiduciário, representando os Debenturistas, (“Contrato de Compartilhamento de Garantias”), cuja minuta é parte integrante desta Escritura como Anexo III; e (ii) um contrato de administração de contas, a ser celebrado entre (a) a Emissora, (b) a Fiadora, (c) o Agente Fiduciário, (d) o BNDES, e (e) o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário (“Contrato de Administração de Contas”). O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações são denominados, em conjunto, “Contratos de Garantia”. Os Contratos de Garantia e o Contrato de Administração de Contas são denominados, em conjunto “Contratos da Emissão”.

3.8. Fiança

A Ecorodovias constitui, pela presente Escritura, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, uma fiança, cujas condições são descritas em maior detalhe na Cláusula VI desta Escritura (a “Fiança”).

3.9. Data de Emissão

Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries será o dia 15 de janeiro de 2011 (“Data de Emissão”).

3.10. Local de Pagamento

Os pagamentos a que fizerem jus as Debêntures serão efetuados pela Emissora no dia do seu respectivo vencimento por intermédio da CETIP e/ou da BM&FBOVESPA, conforme as Debêntures estejam custodiadas na CETIP ou na BM&FBOVESPA, ou por meio da instituição responsável pela escrituração das Debêntures para os Debenturistas que não estejam depositadas em custódia vinculada à BM&FBOVESPA e à CETIP.

3.11. Imunidade dos Debenturistas

Caso qualquer titular de Debênture goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, no prazo mínimo de 15 (quinze) dias antes da data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontados dos seus rendimentos os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

3.12. Prorrogação dos Prazos

Considerar-se-ão automaticamente prorrogados até o primeiro dia útil subsequente, sem acréscimo de juros ou de qualquer outro encargo moratório aos valores a serem pagos, os prazos para pagamento de qualquer obrigação prevista ou decorrente da presente Escritura, quando a data de tais pagamentos coincidir com dia em que não haja expediente comercial ou bancário na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP e/ou BM&FBOVESPA, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

3.13. Encargos Moratórios

Ocorrendo atraso imputável à Emissora no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Atualização e Remuneração das Debêntures (conforme definido na Cláusula 4.7. desta Escritura) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

3.14. Mora do Debenturista

Sem prejuízo do disposto na Cláusula 3.13 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura, ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de qualquer rendimento, acréscimos ou encargos moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do seu respectivo vencimento.

3.15. Publicidade

Todos os atos e decisões que vierem, de qualquer forma, a envolver os interesses dos Debenturistas serão obrigatoriamente comunicados, na forma de avisos, no Jornal Diário de Notícias e no DOESP.

3.16. Comunicações

As comunicações a serem enviadas por qualquer das partes nos termos desta Escritura, se feitas por fac-símile ou correio eletrônico, serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente), devendo os respectivos originais ser encaminhados até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem; se feitas por correspondência, as comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pelos Correios ou por telegrama, nos endereços constantes da qualificação a seguir:

(a) Para a Emissora:

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. –Ecopistas
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 11º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991
At.: Sr. Marcello Guidotti
E-mail: marcello.guidotti@ecorodovias.com.br

(b) Para a Ecorodovias:

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1º e 2º andares
CEP 09845-000 – São Bernardo do Campo, SP
Tel: (11) 3709-4990
Fax: (11) 3709-4991
At.: Sr. Roberto Koiti Nakagome
E-mail: roberto.nakagome@ecorodovias.com.br

(c) Para o Agente Fiduciário:

Planner Trustee DTVM Ltda
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3900, 10º andar
CEP 03548-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 2172-2628
Fax: (11) 3078-7264
At.: Sra. Viviane Rodrigues
Email: vrodrigues@plannercorretora.com.br

(d) Para o Banco Mandatário:

Itaú Unibanco S.A.
Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setúbal
CEP 04344-902 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1910
Fax: (11) 5029-1920
At.: Sra. Cláudia Germano Vasconcellos
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(e) Para a Instituição Depositária:

Itaú Corretora de Valores S.A.
Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar
CEP 04538-132 – São Paulo, SP
Tel: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920
At.: Sra. Cláudia Germano Vasconcellos
E-mail: escrituracaorf@itau-unibanco.com.br

(f) Para a CETIP:

CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos
Avenida República do Chile, n.º 230, 11.º andar, Rio de Janeiro, RJ
Avenida Brigadeiro Faria Lima, n.º 1.663, 4.º andar, São Paulo, SP.
At.: Gerência de Valores Mobiliários
E-mail: gr.debentures@cetip.com.br
Site: www.cetip.com.br

(g) Para a BM&FBOVESPA:

BM&FBOVESPA S.A. – BOLSA DE VALORES, MERCADORIAS E FUTUROS
Rua Antonio Prado, n.º 48, São Paulo, SP
Rua XV de Novembro, n.º 275, São Paulo, SP
Site: www.bmfbovespa.com.br

3.17. Banco Mandatário

O banco mandatário da Emissão é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Eng. Armando de Arruda Pereira, 707, 9º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-10 (o “Banco Mandatário”).

3.18. Instituição Depositária

A instituição depositaria da Emissão é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Instituição Depositária”).

3.19. Destinação dos Recursos

O montante líquido obtido pela Emissora com a distribuição das Debêntures será integralmente utilizado para o pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora de R\$ 371 milhões. Os recursos para o pagamento do restante da dívida em questão serão provenientes de recursos do caixa da Emissora.

3.20. Repactuação

As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação.

3.21. Aquisição de Debêntures pela Emissora

3.21.1. A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e Atualização, conforme definidos abaixo, da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior da Remuneração da respectiva Série, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das S.A (“Aquisição”).

3.21.2. As Debêntures objeto da Aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria da Emissora, ou colocadas novamente no mercado, a livre e exclusivo critério da Emissora, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura.

3.21.3. A Aquisição deverá ocorrer de forma proporcional entre as Séries e as Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

3.22. Oferta de Resgate Antecipado

3.22.1. A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em reunião de seu Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada aos Debenturistas, sem distinção entre as Séries, assegurado a todos os Debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstos abaixo ("Oferta de Resgate Antecipado"):

(a) a Emissora realizará a Oferta de Resgate Antecipado por meio de comunicação ao Agente Fiduciário e, na mesma data, por meio de publicação de anúncio nos termos da Cláusula 3.16 acima ("Edital de Oferta de Resgate Antecipado"), o qual deverá descrever os termos e condições da Oferta de Resgate Antecipado, incluindo: (a) se o resgate será total ou parcial, (sendo parcial, proporcional a todas as Séries) e, se for parcial, o procedimento para o resgate parcial (sorteio, nos termos do artigo 55, parágrafo 1º, da Lei das S.A.); (b) o valor do prêmio de resgate, caso exista; (c) se a Oferta de Resgate Antecipado estará condicionada à aceitação desta por um percentual mínimo de Debenturistas; (d) a data efetiva para o resgate e pagamento das Debêntures a serem resgatadas; (e) a forma de manifestação dos Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado; e (f) demais informações necessárias para tomada de decisão pelos Debenturistas e para a operacionalização do resgate das Debêntures;

(b) após a publicação do Edital de Oferta de Resgate Antecipado, os Debenturistas que optarem pela adesão à Oferta de Resgate Antecipado terão o prazo de 10 (dez) dias úteis para se manifestarem, através de correspondência formal encaminhada à Emissora, com cópia para o Agente Fiduciário, findo o qual a Emissora terá o prazo de 3 (três) dias úteis para proceder à liquidação da Oferta de Resgate Antecipado, a qual ocorrerá em uma única data, observado que a Emissora somente poderá resgatar a quantidade de Debêntures que tenham sido indicadas por seus respectivos titulares em adesão à Oferta de Resgate Antecipado;

(c) a Emissora deverá comunicar a CETIP e/ou a BM&FBOVESPA, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, sobre a realização da Oferta de Resgate Antecipado com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis da respectiva data do resgate antecipado; e

(d) o valor a ser pago aos Debenturistas no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado será equivalente ao Valor Nominal das Debêntures, ou saldo do Valor Nominal das Debêntures, conforme o caso, acrescido da Atualização e Remuneração (o "Saldo Devedor"), acrescido, se for o caso, de prêmio de resgate que, a exclusivo critério da Emissora, venha a ser oferecido no âmbito da Oferta de Resgate Antecipado.

3.22.2. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, quando se tratar de resgate antecipado parcial, o resgate antecipado parcial deverá ocorrer por meio de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário", sendo que todas as etapas desse processo, tais como habilitação dos Debenturistas, qualificação, sorteio, apuração, rateio e validação das quantidades de Debêntures a serem resgatadas, serão realizadas fora do âmbito da CETIP. Os Debenturistas, na data do efetivo resgate parcial, deverão adotar todos os procedimentos de "operação de compra e venda definitiva no mercado secundário" junto a CETIP sob pena de não terem suas Debêntures efetivamente resgatadas. Fica ainda estabelecido que, caso a CETIP venha a implementar outra funcionalidade para operacionalização do resgate antecipado parcial, não haverá a necessidade de aditamento a esta Escritura ou qualquer outra formalidade.

3.22.3. As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

CLÁUSULA IV - CONDIÇÕES FINANCEIRAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Quantidade

Serão emitidas 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures para cada uma das 4 Séries, totalizando até 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures, excluídas as Debêntures Adicionais.

4.2. Prazo e Data de Vencimento

4.2.1. O prazo de vencimento das Debêntures a serem alocadas na 1ª Série (as “Debêntures da 1ª Série”) será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2023, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série ainda não amortizado, nos termos do da Cláusula 4.3.1., juntamente com o valor da Remuneração da 1ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

4.2.2. O prazo de vencimento das Debêntures a serem alocadas na 2ª Série (as “Debêntures da 2ª Série”) será de 135 (cento e trinta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, nos termos do da Cláusula 4.3.2., juntamente com o valor da Remuneração da 2ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

4.2.3. O prazo de vencimento das Debêntures a serem alocadas na 3ª Série (as “Debêntures da 3ª Série”) será de 138 (cento e trinta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série ainda não amortizado, nos termos do da Cláusula 4.3.3., juntamente com o valor da Remuneração da 3ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

4.2.4. O prazo de vencimento das Debêntures a serem alocadas na 4ª Série (as “Debêntures da 4ª Série”) será de 141 (cento e quarenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 4ª Série ainda não amortizado, nos termos do da Cláusula 4.3.4., juntamente com o valor da Remuneração da 4ª Série em moeda corrente nacional, nos termos desta Escritura.

4.3. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal

4.3.1. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 1ª Série”):

Data da Amortização I	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15 de Janeiro de 2013	1,3275%
15 de Janeiro de 2014	3,3000%
15 de Janeiro de 2015	3,3000%
15 de Janeiro de 2016	4,6580%
15 de Janeiro de 2017	5,3525%
15 de Janeiro de 2018	7,7763%
15 de Janeiro de 2019	10,2627%
15 de Janeiro de 2020	13,4773%
15 de Janeiro de 2021	16,9297%
15 de Janeiro de 2022	22,1787%
15 de Janeiro de 2023	11,4373%

4.3.2. O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 2ª Série”):

Data da Amortização II	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
15 de Abril de 2012	1,3275%
15 de Abril de 2013	3,3000%
15 de Abril de 2014	3,3000%
15 de Abril de 2015	4,6580%
15 de Abril de 2016	5,3525%
15 de Abril de 2017	7,7763%

Data da Amortização II	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
15 de Abril de 2018	10,2627%
15 de Abril de 2019	13,4773%
15 de Abril de 2020	16,9297%
15 de Abril de 2021	22,1787%
15 de Abril de 2022	11,4373%

- 4.3.3.** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 3ª Série”):

Data da Amortização III	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de Julho de 2012	1,3275%
15 de Julho de 2013	3,3000%
15 de Julho de 2014	3,3000%
15 de Julho de 2015	4,6580%
15 de Julho de 2016	5,3525%
15 de Julho de 2017	7,7763%
15 de Julho de 2018	10,2627%
15 de Julho de 2019	13,4773%
15 de Julho de 2020	16,9297%
15 de Julho de 2021	22,1787%
15 de Julho de 2022	11,4373%

- 4.3.4.** O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 4ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir (“Amortização da 4ª Série”):

Data da Amortização IV	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série a ser Amortizado
15 de Outubro de 2012	1,3275%
15 de Outubro de 2013	3,3000%
15 de Outubro de 2014	3,3000%
15 de Outubro de 2015	4,6580%
15 de Outubro de 2016	5,3525%
15 de Outubro de 2017	7,7763%
15 de Outubro de 2018	10,2627%
15 de Outubro de 2019	13,4773%
15 de Outubro de 2020	16,9297%
15 de Outubro de 2021	22,1787%
15 de Outubro de 2022	11,4373%

4.4. Atualização e Remuneração das Debêntures

- 4.4.1.** A partir da Data de Emissão, as Debêntures farão jus ao seguinte rendimento, composto pela Atualização e pela Remuneração, calculado separadamente para cada Série (“Remuneração”).

4.5. Atualização das Debêntures

- 4.5.1.** As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado (“Atualização”), a partir da Data de Emissão, pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística –

IBGE ("IPCA"), calculada de forma *pro rata temporis* por dias úteis ("Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures"), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente, segundo a seguinte fórmula, calculado separadamente para cada Série:

$$VNa = VNe \times C$$

onde:

- VNa = Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva Série, atualizado calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;
- VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures da respectiva série, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento; e
- C = fator acumulado das variações mensais do IPCA, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$C = \prod_{k=1}^n \left[\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}} \right]$$

onde:

- n = número total de números-índices considerados na atualização monetária, sendo n um número inteiro;
- NI_k = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês de atualização, caso a atualização seja em data anterior ou na própria data de aniversário do ativo. Após a data de aniversário, valor do número-índice do mês de atualização;
- NI_{k-1} = valor do número-índice do IPCA do mês anterior ao mês "k";
- dup = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou última data de aniversário da respectiva Série, imediatamente anterior e a data de cálculo, limitado ao número total de dias úteis de vigência do índice de preço, sendo "dup" um número inteiro; e
- dut = número de dias úteis contidos entre a Data de Emissão ou data de aniversário imediatamente anterior e a próxima data de aniversário da respectiva Série, sendo "dut" um número inteiro.

Sendo que:

- (i) A aplicação do IPCA incidirá no menor período permitido pela legislação em vigor, sem necessidade de ajuste à Escritura ou qualquer outra formalidade.
- (ii) O IPCA deverá ser utilizado considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo;
- (iii) Considera-se data de aniversário o dia 15 (quinze) de cada mês ou o primeiro dia útil seguinte caso o dia 15 (quinze) não seja dia útil;
- (iv) Considera-se como mês de atualização, o período mensal compreendido entre duas datas de aniversários consecutivas do ativo em questão;

(v) Os fatores resultantes da expressão: $\left(\frac{NI_k}{NI_{k-1}} \right)^{\frac{dup}{dut}}$ são considerados com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

(vi) O produtório é executado a partir do fator mais recente, acrescentando-se, em seguida, os mais remotos. Os resultados intermediários são calculados com 16 casas decimais, sem arredondamento; e

(vii) Os valores dos finais de semana ou feriados serão iguais ao valor do dia útil subsequente, apropriando o pro rata do último dia útil anterior.

4.5.2. Caso, se até a data de aniversário da respectiva Série NI_k não houver sido divulgado, deverá ser utilizado em substituição a NI_k na apuração do Fator “C” um número-índice projetado, calculado com base na última projeção disponível, divulgada pela ANBIMA (“Número-Índice Projetado” e “Projeção”) da variação percentual do IPCA, conforme fórmula a seguir:

$$NI_{kp} = NI_{k-1} \times (1 + \text{projeção})$$

onde:

NI_{kp} : Número-Índice Projetado do IPCA para o mês de atualização, calculado com 2 casas decimais, com arredondamento; e

Projeção: variação percentual projetada pela ANBIMA referente ao mês de atualização.

(i) o Número-Índice Projetado será utilizado, provisoriamente, enquanto não houver sido divulgado o número-índice correspondente ao mês de atualização, não sendo, porém, devida nenhuma compensação entre a Emissora e os Debenturistas quando da divulgação posterior do IPCA que seria aplicável; e

(ii) o número-índice do IPCA, bem como as projeções de sua variação, deverão ser utilizados considerando idêntico número de casas decimais divulgado pelo órgão responsável por seu cálculo/apuração.

4.5.3. Na ausência de apuração e/ou divulgação do IPCA por prazo superior a 10 (dez) dias úteis contados da data esperada para apuração e/ou divulgação (“Período de Ausência do IPCA”) ou, ainda, na hipótese de extinção ou inaplicabilidade por disposição legal ou determinação judicial do IPCA, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (na forma e nos prazos estipulados no artigo 124 da Lei da S.A. e nesta Escritura), para definir, de comum acordo com a Emissora, observada a regulamentação aplicável, o novo parâmetro a ser aplicado, o qual deverá refletir parâmetros utilizados em operações similares existentes à época (a “Taxa Substitutiva”). A Assembleia Geral de Debenturistas será realizada no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados do último dia do Período de Ausência do IPCA ou da extinção ou inaplicabilidade por imposição legal do IPCA o que ocorrer primeiro. Até a deliberação desse parâmetro será utilizada, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações pecuniárias previstas nesta Escritura, a mesma taxa diária produzida pelo último IPCA divulgado, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os titulares das Debêntures quando da deliberação do novo parâmetro de remuneração para as Debêntures.

4.5.4. Caso o IPCA venha a ser divulgado antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, a referida Assembleia Geral de Debenturistas não será mais realizada, e o IPCA a partir da data de sua validade, voltará a ser utilizada para o cálculo da Atualização.

4.5.5. Caso não haja acordo sobre a Taxa Substitutiva entre a Emissora e Debenturistas representando, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora optará por uma das alternativas a seguir estabelecidas, obrigando-se a Emissora a

comunicar por escrito ao Agente Fiduciário, no prazo de 10 (dez) dias contados a partir da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, qual a alternativa escolhida entre:

(a) a Emissora deverá resgatar antecipadamente e, conseqüentemente, cancelar a totalidade das Debêntures, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo seu Valor Nominal Unitário atualizado nos termos desta Escritura, acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis*, a partir da Data de Emissão ou da Data de Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme o caso. Nesta alternativa, para cálculo da Atualização será utilizada para cálculo do fator “C” a última variação disponível do IPCA divulgada oficialmente; ou

(b) apresentar cronograma de amortização da totalidade das Debêntures em circulação, não excedendo o prazo de vencimento final e o prazo médio de amortização das Debêntures. Durante o prazo de amortização das Debêntures pela Emissora, a periodicidade do pagamento da Remuneração continuará sendo aquela estabelecida nesta Escritura, observado que, até a amortização integral das Debêntures da referida Série será utilizada uma taxa alternativa, que poderá ser a Taxa Substitutiva. Referido cronograma e a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) precisam ser necessariamente aprovados em Assembleia Geral de Debenturistas, seguindo os quóruns aplicáveis mencionados na Cláusula IX abaixo. Caso a taxa alternativa (que poderá ser a Taxa Substitutiva) seja referenciada em prazo diferente de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, essa taxa deverá ser ajustada de modo a refletir a base de 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis.

4.6. Periodicidade e Valor de Pagamento da Atualização

A Atualização das Debêntures será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização, conforme tabelas abaixo.

Pagamento da Atualização da 1ª Série
15 de Janeiro de 2013
15 de Janeiro de 2014
15 de Janeiro de 2015
15 de Janeiro de 2016
15 de Janeiro de 2017
15 de Janeiro de 2018
15 de Janeiro de 2019
15 de Janeiro de 2020
15 de Janeiro de 2021
15 de Janeiro de 2022
15 de Janeiro de 2023

Pagamento da Atualização da 2ª Série
15 de Abril de 2012
15 de Abril de 2013
15 de Abril de 2014
15 de Abril de 2015
15 de Abril de 2016
15 de Abril de 2017
15 de Abril de 2018
15 de Abril de 2019
15 de Abril de 2020
15 de Abril de 2021
15 de Abril de 2022

Pagamento da Atualização da 3ª Série
15 de Julho de 2012
15 de Julho de 2013
15 de Julho de 2014
15 de Julho de 2015
15 de Julho de 2016
15 de Julho de 2017
15 de Julho de 2018
15 de Julho de 2019
15 de Julho de 2020
15 de Julho de 2021
15 de Julho de 2022

Pagamento da Atualização da 4ª Série
15 de Outubro de 2012
15 de Outubro de 2013
15 de Outubro de 2014
15 de Outubro de 2015
15 de Outubro de 2016
15 de Outubro de 2017
15 de Outubro de 2018
15 de Outubro de 2019
15 de Outubro de 2020
15 de Outubro de 2021
15 de Outubro de 2022

4.7. Remuneração

4.7.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração (a “Remuneração”) correspondente a um *spread*, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B 2017, acrescida de um *spread* equivalente a, no máximo, 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis e pagos anualmente, conforme definido na Cláusula 4.8. abaixo.

4.7.2. A Remuneração, mencionada na Cláusula 4.7.1 acima, será apurada na data de conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, e será divulgada nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.7.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros-1]\}$$

onde,

J = valor dos juros da respectiva Série devidos no final de cada Período de Capitalização calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento. Período de Capitalização significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade e é calculado separadamente para cada Série;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da respectiva Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{FatorJuros} = \left\{ \left[\left(\frac{\text{taxa}}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = taxa de juros fixa a ser apurada no Procedimento de Bookbuilding, na forma percentual ao ano, informada com 4 (quatro) casas decimais;
DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior da respectiva Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;

4.8. Periodicidade do pagamento da Remuneração das Debêntures

O pagamento da Remuneração das respectivas Séries será feito anualmente, a partir do 12º mês para as Debêntures da 2ª Série, a partir do 15º mês para as Debêntures da 3ª Série, a apartir do 18º mês para as Debêntures da 4ª Série e a partir do 24º mês para as Debêntures da 1ª Série a contar da Data de Emissão, conforme tabelas abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de Janeiro de 2012
15 de Janeiro de 2013
15 de Janeiro de 2014
15 de Janeiro de 2015
15 de Janeiro de 2016
15 de Janeiro de 2017
15 de Janeiro de 2018
15 de Janeiro de 2019
15 de Janeiro de 2020
15 de Janeiro de 2021
15 de Janeiro de 2022
15 de Janeiro de 2023

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
15 de Abril de 2012
15 de Abril de 2013
15 de Abril de 2014
15 de Abril de 2015
15 de Abril de 2016
15 de Abril de 2017
15 de Abril de 2018
15 de Abril de 2019
15 de Abril de 2020
15 de Abril de 2021
15 de Abril de 2022

Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de Julho de 2012
15 de Julho de 2013
15 de Julho de 2014



Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de Julho de 2015
15 de Julho de 2016
15 de Julho de 2017
15 de Julho de 2018
15 de Julho de 2019
15 de Julho de 2020
15 de Julho de 2021
15 de Julho de 2022

Pagamento da Remuneração da 4ª Série
15 de Outubro de 2012
15 de Outubro de 2013
15 de Outubro de 2014
15 de Outubro de 2015
15 de Outubro de 2016
15 de Outubro de 2017
15 de Outubro de 2018
15 de Outubro de 2019
15 de Outubro de 2020
15 de Outubro de 2021
15 de Outubro de 2022

4.9. Integralização

A integralização das Debêntures será à vista, na data de subscrição, em moeda corrente nacional, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP e/ou BMF&BOVESPA, conforme disposto na Cláusula abaixo.

4.10. Preço de Subscrição

As Debêntures serão subscritas e integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário, acrescido de sua Remuneração e Atualização, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a data de integralização, de acordo com o disposto nas Cláusulas 4.5 e 4.7 desta Escritura.

CLÁUSULA V - DOS COMPROMISSOS DA EMISSORA E DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS

5.1. Até a amortização total do saldo devedor das Debêntures, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Emissora obriga-se a:

- (a) utilizar os recursos oriundos da Emissão conforme estabelecido na Cláusula 3.20 acima;
- (b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Emissora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Emissora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos do (A) Contrato de Concessão e (B) desta Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;
- (c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a Emissora e seus ativos, ou a capacidade da Emissora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura, dos Contratos de Garantia e/ou do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;
- (d) notificar o Agente Fiduciário acerca de qualquer inadimplemento ou descumprimento relevante por parte da Emissora ou do Poder Concedente de qualquer obrigação nos termos do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Emissora tomar conhecimento do respectivo inadimplemento ou descumprimento;

- (e) fornecer ao Agente Fiduciário cópia de qualquer comunicação enviada pelo Poder Concedente à Emissora relativa a uma possível causa de término, vencimento antecipado ou resilição, ou resolução do Contrato de Concessão, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data do recebimento pela Emissora da referida comunicação;
- (f) manter vigentes as apólices de seguro que sejam estabelecidas em decorrência de disposição expressa no Contrato de Concessão, informando ao Agente Fiduciário as renovações e/ou alterações que eventualmente ocorram nas referidas apólices;
- (g) notificar imediatamente o Agente Fiduciário sobre a ocorrência de quaisquer (A) descumprimentos de obrigações previstas nesta Escritura, nos Contratos de Garantia e no Contrato de Concessão, e (B) Eventos de Vencimento Antecipado (conforme definidos na Cláusula 7.1 abaixo);
- (h) não constituir, em favor de terceiros, garantias ligadas aos Direitos Creditórios oriundos do Contrato de Concessão e da exploração das rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, com exceção do compartilhamento de garantia com o BNDES nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária;
- (i) manter válidas todas as concessões, autorizações e licenças (inclusive licenças ambientais) necessárias à exploração de seus negócios, especialmente com relação às licenças e autorizações, sejam elas requeridas ou não nos termos do Contrato de Concessão, e que possam impactar adversamente e de forma significativa, a condução de seus negócios, observado o disposto no Formulário de Referência, Prospecto Preliminar e o que constará no Prospecto Definitivo;
- (j) não celebrar mútuos, empréstimos, financiamentos, adiantamentos, ou qualquer outra forma de tomada de recursos com seus acionistas (diretos ou indiretos) ou qualquer empresa coligada que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- (k) não captar novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos ou qualquer outra forma de tomada de recursos, exceto financiamento direto junto ao BNDES, a partir da data da integralização das Debêntures que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais);
- (l) não constituir, em favor de terceiros, garantias ligadas aos Direitos Creditórios e Contas Cédidas (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária) oriundos do Contrato de Concessão e da exploração das rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, com exceção do compartilhamento de garantia com o BNDES nos termos do Contrato de Compartilhamento de Garantias;
- (m) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora;
- (n) encaminhar ao Agente Fiduciário: (i) no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados do recebimento da notificação pelo Agente Fiduciário, sempre considerando o escopo da solicitação, informações razoáveis sobre a Emissora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventualmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial da Emissora; (ii) dentro do prazo legalmente estabelecido, após o término de cada exercício social ou de cada trimestre social, ou nas datas de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de demonstrativo de apuração dos índices financeiros previstos na alínea (w) da Cláusula 7.1.1. abaixo, com sua respectiva memória de cálculo, cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício ou cópia de suas informações trimestrais relativas ao respectivo trimestre, ambas acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes e/ou relatório de revisão especial, conforme o caso, acompanhado de relatório demonstrando a apuração dos índices financeiros previstos na Cláusula VI abaixo, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração e de declaração do Diretor de Relações com Investidores atestando o cumprimento das disposições constantes nesta Escritura; (iii) cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, nos prazos legalmente previstos; e (iv) cópia de qualquer correspondência

ou notificação judicial ou extrajudicial recebida pela Emissora relacionada a um evento de inadimplemento, imediatamente após o seu recebimento;

(o) cumprir as determinações emanadas da CVM, entregando os documentos solicitados e prestando, ainda, as informações que lhe forem solicitadas;

(p) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(q) manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos das normas, regulamentos e instruções da CVM aplicáveis;

(r) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(s) cumprir com a obrigação de: (i) contratar ou manter contratada agência classificadora de risco que seja a Standard & Poors, Moody's ou Fitch, ou outra agência de *rating* de renome internacional, aceita por Debenturistas representativos por pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, que as substitua caso estas venham a deixar de existir, para manter atualizado o relatório de classificação de risco das Debêntures, com periodicidade mínima de 1 (um) ano, até o vencimento das Debêntures, além de fazer com que tal agência classificadora de risco dê ampla divulgação de tal classificação de risco ao mercado; (ii) assegurar que seja entregue ao Agente Fiduciário os relatórios de classificação de risco, no prazo de 3 (três) dias úteis contados da data de disponibilização dos referidos relatórios; e (iii) comunicar em até 3 (três) dias úteis ao Agente Fiduciário qualquer alteração da classificação de risco das Debêntures;

(t) encaminhar imediatamente à CVM e ao Agente Fiduciário e divulgar na página da rede mundial de computadores pertinente, o relatório referido na alínea anterior;

(u) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(v) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Emissora;

(w) estruturar e manter um adequado e eficiente atendimento aos Debenturistas, tendo em vista assegurar o eficiente tratamento aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e órgão destinados ao atendimento de seus acionistas ou contratar instituição financeira autorizada para prestar esse serviço;

(x) convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que sejam do interesse dos Debenturistas caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável;

(y) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas;

(z) fornecer ao Agente Fiduciário no prazo máximo de 90 (noventa) dias corridos após o término de cada exercício social, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias após o término de cada trimestre do exercício social, ou nas respectivas datas de divulgação, o que ocorrer primeiro, (a) cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas e revisadas relativas ao exercício social então encerrado ou das informações financeiras consolidadas e revisadas relativas ao respectivo trimestre, conforme o caso, acompanhadas de parecer dos auditores independentes, caso não estejam disponíveis na CVM; e (b) relatório contendo memória de cálculo detalhada para acompanhamento dos *Covenants* Financeiros previstos no item "6.12" e "7.1" alínea "w", compreendendo todas as rubricas necessárias para a obtenção destes e assinado por representante legal da Emissora; e



(aa) observar os termos do artigo 1.427 do Código Civil, que estabelece que, salvo cláusula expressa, o terceiro que presta garantia real por dívida alheia não fica obrigado a substituí-la ou reforçá-la, quando, sem culpa, se perca, deteriore, ou desvalorize.

5.2. Até que seja firmado um aditamento a esta Escritura para refletir o cancelamento da Fiança, nos termos da Cláusula VI abaixo, e a menos que o Agente Fiduciário de outra forma previamente autorize, a Fiadora obriga-se a, enquanto perdurar a Fiança:

(a) fornecer, dentro de prazo razoável, sempre considerando-se o escopo da solicitação, as informações sobre a Fiadora e seus ativos que o Agente Fiduciário eventual e razoavelmente requerer, desde que tais informações sejam necessárias à defesa dos direitos dos Debenturistas e ressalvadas as informações de natureza estratégica e/ou confidencial da Fiadora;

(b) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer mudança na natureza ou escopo dos negócios e operações da Fiadora, ou sobre qualquer evento ou fato, que no entendimento da Emissora afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a condição financeira da Fiadora ou sua capacidade de cumprir suas obrigações nos termos dos Contratos de Garantia e deste Escritura, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contado a partir da data que a Emissora tomar conhecimento da respectiva mudança ou evento;

(c) notificar o Agente Fiduciário sobre qualquer condenação em decisão transitada em julgado decorrente de processo judicial, que afete ou que possa afetar adversamente, de forma significativa, a Fiadora e seus ativos, ou a capacidade da Fiadora de cumprir suas obrigações nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia, no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados a partir da data que a Fiadora tomar conhecimento do respectivo trânsito em julgado do processo;

(d) submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;

(e) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;

(f) manter em vigor as autorizações para celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e cumprir com todas as obrigações aqui previstas, satisfazendo todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(g) cumprir, em todos seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, vigentes e aplicáveis à condução de seus negócios, exceto aquelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, que estejam sendo contestados judicialmente ou administrativamente, de boa-fé, pela Fiadora;

(h) observar e cumprir com todas as suas obrigações constantes desta Escritura, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas;

(i) durante a vigência das Debêntures, não permitir que as ações da Emissora e a distribuição de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições que venham a ser declaradas ou pagas pela Emissora, assim como quaisquer ativos ou direitos da Emissora sejam onerados ou utilizados, adicionais às garantias prestadas e vigentes na Data de Emissão, exceto para a constituição da garantia regulada no Contrato de Penhor de Ações, não podendo assim ser oferecidos como garantia de qualquer outra operação ou empresas do grupo da Fiadora.

CLÁUSULA VI - DA FIANÇA

6.1. A Fiadora assume, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Emissora representada pelas Debêntures, na Data de Emissão, acrescido da Remuneração e Atualização da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, e dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas

nesta Escritura, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao Agente Fiduciário ("Valor Garantido").

6.2. O Valor Garantido será pago pela Fiadora no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado a partir de comunicação por escrito enviada pelo Agente Fiduciário à Fiadora informando a falta de pagamento, na data de pagamento respectiva, de qualquer valor devido pela Fiadora nos termos desta Escritura de Emissão, incluindo, mas não se limitando aos montantes devidos aos Debenturistas a título de principal, Atualização, Remuneração ou encargos de qualquer natureza. Os pagamentos serão realizados pela Fiadora de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura.

6.3. A Fiadora expressamente renuncia aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 da Lei n.º 5.869, de 11 de janeiro de 1973 ("Código de Processo Civil").

6.4. A Fiadora sub-rogar-se-á nos direitos dos Debenturistas caso venha a honrar, total ou parcialmente, a presente fiança, sendo certo que a Fiadora obriga-se a somente exigir tais valores da Emissora após os Debenturistas terem recebido integralmente o Valor Garantido ou até que seja cancelada, nos termos da Cláusula 6.12.3 abaixo.

6.5. A presente Fiança entrará em vigor na data de assinatura desta Escritura, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido ou até ser cancelada nos termos do disposto na Cláusula 6.12.3 abaixo.

6.6. A Fiadora desde já reconhece como prazo determinado, para fins do artigo 835 do Código Civil Brasileiro, a data do pagamento integral do Valor Garantido.

6.7. A Fiadora declara que é uma sociedade por ações devidamente organizada, constituída e existente sob a forma de sociedade por ações, de acordo com as leis brasileiras, bem como que são verdadeiras as declarações e garantias constantes da Cláusula 10.2 abaixo.

6.8. Nas hipóteses de ocorrência, com relação à Fiadora, de qualquer dos eventos a que se refere a Cláusula VII desta Escritura, o Agente Fiduciário requererá a substituição da Fiança ora prestada, que deverá ser realizada no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados da data do recebimento, pela Emissora, de notificação solicitando a substituição.

6.9. A substituição da Fiadora estará sujeita à prévia aprovação dos Debenturistas.

6.10. A Fiança de que trata esta Cláusula foi devidamente aprovada em RCA da Fiadora, realizada em 18 de janeiro de 2011.

6.11. A Fiança de que trata esta Cláusula, enquanto permanecer válida, poderá ser excutida e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes for necessário até a integral liquidação do Valor Garantido devidos em razão das Debêntures.

6.12. Do cálculo dos índices financeiros aplicáveis à Emissora e eventual cancelamento da Fiança

6.12.1. A Emissora deverá observar os seguintes índices financeiros ("Covenants Financeiros"), a serem apurados anualmente a partir de 31 de março de 2011 inclusive, e calculados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas demonstrações financeiras da Emissora:

- (i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;
- (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e

- (iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.

“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$$

Onde:

i. considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

ii. considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;

iii. considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-)
Dívida de curto prazo

iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.

iii. 2 Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.

iii. 3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;

iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e

v. considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora; durante o referido período.



“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante

6.12.2. A alteração de qualquer dos *Covenants* Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

6.12.3. Caso seja verificado que os *Covenants* Financeiros “i” e “ii” mencionados na Cláusula 6.12.1 acima foram cumpridos pela Emissora durante os últimos 24 meses consecutivos, e que no a partir do 24º mês o *Covenant* Financeiro “iii” da mesma Cláusula 6.12.1 foi devidamente cumprido naquele momento pela Emissora, o Agente Fiduciário notificará a Fiadora e a Emissora imediatamente para que seja realizado um aditamento à presente Escritura de modo a cancelar a Fiança ora prestada. Neste aditamento, a Fiadora deixará de ser parte desta Escritura, não restando mais obrigações a ela.

6.12.4. Se por qualquer razão, o Agente Fiduciário não notificar a Emissora e a Fiadora conforme mencionado na Cláusula 6.12.3 acima, a Fiadora e/ou a Emissora poderão notificar o Agente Fiduciário de modo a celebrarem o aditamento mencionado acima com a maior brevidade possível.

CLÁUSULA VII- VENCIMENTO ANTECIPADO

7.1. Na ocorrência de qualquer dos eventos listados abaixo, o Agente Fiduciário poderá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Emissora e pela Fiadora, enquanto a Fiança prevista na Cláusula VI acima permanecer válida, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial (“Vencimento Antecipado” e “Evento de Inadimplemento”):

- (a) decretação de falência da Emissora, da Fiadora e/ou de quaisquer de suas controladas detentoras de concessões rodoviárias (“Controladas da Fiadora”); (ii) pedido de autofalência pela Emissora, Fiadora e/ou quaisquer Controladas da Fiadora; (iii) pedido de falência da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora formulado por terceiros não elidido no prazo legal; (iv) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, independentemente do deferimento do respectivo pedido; ou (v) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora;
- (b) propositura, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, de plano de recuperação extrajudicial a qualquer credor ou classe de credores, independentemente de ter sido requerida ou obtida homologação judicial do referido plano, ou ainda, ingresso, pela Emissora, Fiadora e/ou de quaisquer Controladas da Fiadora, em juízo, de requerimento de recuperação judicial, independentemente de deferimento do processamento da recuperação ou de sua concessão pelo juiz competente;
- (c) descumprimento pela Emissora e/ou pela Fiadora de qualquer obrigação pecuniária relacionada às Debêntures, não sanado no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data do respectivo vencimento;
- (d) protestos de títulos contra a Emissora e Fiadora, cujo valor, individual ou em conjunto, seja superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), e que não sejam sanados, declarados ilegítimos ou

comprovados como tendo sido indevidamente efetuados, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data em que a Emissora e/ou a Fiadora tiver ciência da respectiva ocorrência, à exceção do protesto efetuado por erro ou má-fé de terceiro, desde que validamente comprovado pela Emissora e/ou Fiadora no prazo legal;

- (e) pagamentos aos acionistas da Emissora e/ou Fiadora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora ou Fiadora estiver em mora com relação às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo legal obrigatório previsto no estatuto social da Emissora, ou da Fiadora;
- (f) falta de cumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações não-pecuniárias, que não sejam sanadas no prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados de notificação neste sentido;
- (g) a Emissora ou a Fiadora inadimplir qualquer dívida financeira em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora, R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, se tal inadimplemento não for sanado no prazo de cura aplicável a tal pagamento, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento: (i) tiver a concordância do credor correspondente; ou, ainda (ii) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora, pela Fiadora e/ou Controladas da Fiadora;
- (h) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação da Emissora ou da Fiadora em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas;
- (i) as declarações e garantias prestadas pela Emissora e/ou Fiadora, e as obrigações da Emissora e/ou Fiadora constantes desta Escritura, do Contrato de Distribuição, dos Contratos de Garantia e do Contrato de Administração de Contas (conjuntamente, "Contratos da Oferta") forem descumpridas e/ou provarem-se falsas, incorretas ou enganosas;
- (j) a Emissora ou Fiadora transferir ou por qualquer forma ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e obrigações que respectivamente adquirirá e assumirá nos documentos relativos às Debêntures e a Fiança, sem a prévia anuência dos Debenturistas, exceto se realizada nos termos das alíneas (m) e (n) abaixo;
- (k) desapropriação, confisco ou qualquer outra medida de qualquer entidade governamental brasileira que resulte na incapacidade de gestão de seus negócios, pela Emissora ou Fiadora, desde que tal desapropriação, confisco ou outra medida afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento, pela Emissora ou pela Fiadora, de suas obrigações relativas às Debêntures, sendo que, no caso de incapacidade de gestão dos negócios que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Fiadora, deverá ser apresentada nova garantia de fiança nos termos da Cláusula 6.8 desta Escritura, em até 5 (cinco) dias úteis;
- (l) não cumprimento de qualquer decisão ou sentença judicial condenatória transitada em julgado contra a Emissora e/ou a Fiadora, em valor unitário ou agregado igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) com relação à Emissora e R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) com relação à Fiadora, atualizado mensalmente, a partir da Data de Emissão, pela variação positiva do IPCA (ou seu equivalente em outras moedas), ou seu contravalor em outras moedas, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis contados da data estipulada para pagamento;

- (m) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Emissora por outra companhia, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas;
- (n) cisão, fusão ou ainda, incorporação da Fiadora, enquanto perdurar a Fiança, sem a prévia e expressa autorização dos Debenturistas, exceto no caso de uma cisão da Fiadora em que cumulativamente, os seguintes requisitos sejam atendidos: (i) todos os ativos cindidos sejam vertidos para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ou controladas, diretas ou indiretas, da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.; (ii) seja realizada uma única vez durante a vigência das Debêntures; (iii) a Fiadora não deixaria de deter diretamente 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., da Concessionárias Ecovia Caminho do Mar S.A., da Emissora, ou não deixaria de deter diretamente 90% (noventa por cento) do capital social da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A.; e (iv) a contribuição do montante que irá ser vertido para a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. no âmbito da cisão da Fiadora não poderá representar ativo cujo montante seja superior a 20% (vinte por cento) do total de ativos da Fiadora na época da cisão;
- (o) a Emissora criar ou permitir a existência de quaisquer ônus ou gravames sobre propriedade, receitas e ativos e qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros sobre suas receitas ou recebíveis, no presente ou no futuro, da Emissora exceto: (i) penhores ou depósitos para garantir direitos e obrigações trabalhistas, fiscais ou judiciais da Emissora, desde que liberados em 30 (trinta) dias da data em que forem constituídos; (ii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas exigidos pelo poder concedente, nos termos do Contrato de Concessão celebrado pela Emissora; e (iii) ônus ou gravames sobre as propriedades, ativos ou receitas já existentes na Data de Emissão das Debêntures;
- (p) a Emissora conceder ou tomar mútuos, empréstimos ou adiantamentos (“*intercompany*”) para ou de quaisquer sociedades do grupo econômico da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 150.000.000,00 (cento e cinquenta milhões de reais);
- (q) ocorrência de mudança de controle acionário direto da Emissora, sem a prévia anuência dos Debenturistas;
- (r) ocorrência de alteração societária que venha a resultar na exclusão, de forma direta ou indireta, da Primav Construções e Comércio S.A. e/ou da Impregilo International Infrastructures N.V. do controle acionário da Emissora, exceto no caso em que a referida troca de controle não resulte em rebaixamento do *rating* da Emissão em relação ao *rating* da mesma no momento imediatamente anterior ao da troca de controle. Para efeitos desse item serão considerados como válidos os *ratings* da Standard&Poor’s, Fitch ou a classificação equivalente pela Moody’s;
- (s) alteração do objeto social disposto no estatuto social da Emissora realizada sem o prévio consentimento dos Debenturistas, exceto se tal alteração for determinada pelo Poder Concedente;
- (t) transformação da Emissora ou Fiadora em sociedade limitada;
- (u) a Fiadora deixar de deter o controle direto da Emissora, exceto se a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. tornar-se a nova controladora, ou se a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. deixar de ser a controladora indireta da Emissora;
- (v) anulação, nulidade ou inexecutabilidade quanto à emissão das Debêntures e/ou à Fiança prestada pela Fiadora e/ou dos Contratos de Garantia;
- (w) não captar novos empréstimos, financiamentos, adiantamento de recursos ou qualquer outra forma de tomada de recursos, exceto financiamento direto junto ao BNDES, a

partir da data da integralização das Debêntures que, de forma individual ou agregada, superem o montante de R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais); e

- (x) não observância dos seguintes *Covenants* Financeiros, todos a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de março de 2011 (exceto para a alínea “iii” abaixo, que somente será observada trimestralmente a partir do cancelamento da Fiança conforme o disposto na Cláusula 6.12.1 e 6.12.2), com base nas últimas demonstrações financeiras da Emissora, sendo as demonstrações financeiras trimestrais revisadas, e as anuais auditadas:
- (i) superior à 20% (vinte por cento), obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das demonstrações financeiras;
 - (ii) Índice de Cobertura do Serviço da Dívida igual ou superior a 1,20; e
 - (iii) menor à 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBITDA Ajustado dos últimos 12 meses.

“Patrimônio Líquido”: significa a soma das seguintes contas das demonstrações financeiras da Emissora (a) Capital Social, (b) Reserva de Capital, (c) Ajustes de Avaliação Patrimonial, (d) Reservas de Lucros, (e) Ações em Tesouraria, e (f) Lucros (Prejuízos) Acumulados.

“Passivo Total”: São todas as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas.

“Índice de Cobertura do Serviço da Dívida”: significa a seguinte equação, calculado com base nos últimos 12 meses de uma data de verificação:

$$\frac{\text{EBITDA Ajustado} - \text{Impostos} - \text{Variação de Capital de Giro}}{\text{Amortização de Principal} + \text{Pagamento de Juros}}$$

Onde:

i. considera-se como “EBITDA Ajustado”, o lucro ou prejuízo operacional, antes da contribuição social e imposto de renda, adicionando-se as Despesas Financeiras, depreciação e amortização, e excluindo as Receitas Financeiras e adicionando, ainda, os custos com a provisão para manutenção da infraestrutura rodoviária e outras provisões similares que possam ser introduzidas através da alteração nas normas e procedimentos contábeis a partir da Data da Emissão, e deverá ser calculado, ao longo do prazo de vigência das Debêntures, com base nas contas contábeis citadas na presente definição e derivadas das demonstrações preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil;

ii. considera-se como “Impostos”, o somatório do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido pagos no referido período;

iii. considera-se como “Variação de Capital de Giro”, a Necessidade de Capital de Giro no referido período (-) Necessidade de Capital de Giro do período anterior, sendo tal Necessidade de Capital de Giro apurada como segue:

(+) Ativo Circulante (-) caixa, bancos e aplicações financeiras – Passivo Circulante (-) Dívida de curto prazo

iii.1 Ativo Circulante: É representado pelas disponibilidades financeiras e outros bens e direitos que se espera sejam transformados em disponibilidades, vendidos ou usados dentro de um ano ou no decorrer de um ciclo operacional.

iii. 2 Passivo Circulante: São as obrigações conhecidas ou calculáveis e os encargos estimados, inclusive contingências passivas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se

no curso do exercício seguinte à data do levantamento dos balancetes mensais e do balanço patrimonial.

iii. 3 Dívida de Curto prazo: equivalente aos saldos de curto prazo de empréstimos, financiamento, Swaps, Leasing Financeiros, Debêntures e demais títulos de dívida de emissão da Emissora, inclusive saldo de mútuos;

iv. considera-se como “Amortização de Principal”, valores pagos relacionados ao principal de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora, durante o referido período; e

v. considera-se como “Pagamento de Juros”, valores pagos relacionados aos juros de dívidas de Empréstimos, Financiamentos, Swaps, Arrendamentos Mercantis (Leasings) Financeiros, Debêntures e demais Títulos de Dívida de emissão da Emissora, excetuando-se as amortizações decorrentes de mútuos contraídos com a Fiadora; durante o referido período.

“Dívida Líquida”: significa (a) a soma do passivo referente a empréstimos, financiamentos, debêntures, encargos financeiros provisionados e não pagos, notas promissórias (*commercial papers*), títulos emitidos no mercado internacional (*bonds, eurobonds, short term notes*), registrados no passivo circulante e no exigível a longo prazo, (b) soma dos valores referente a concessão, conforme conta “Credor pela Concessão” das demonstrações financeiras da Emissora (c) diminuído pelos saldos de caixa e aplicações financeiras registrados no ativo circulante.

7.2. A ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas alíneas (a), (b), (c), (e), (g), (h), (j), (m), (n), (o), (p), (q), (s), (u), (t), (v) e (w) da Cláusula 7.1 acima acarretará o vencimento antecipado das Debêntures sendo que o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento do que for devido.

7.3. Na ocorrência de quaisquer dos eventos indicados nas demais alíneas da Cláusula 7.1 acima, que não estão indicadas na Cláusula 7.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar, em até 5 (cinco) dias úteis contados da data em que tomar conhecimento do evento, uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre a declaração do vencimento antecipado das debêntures. A Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere esta Cláusula deverá ser realizada no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, a contar da data da primeira convocação, ou no prazo de 8 (oito) dias corridos, a contar da data da segunda convocação, se aplicável. Na Assembleia mencionada, que será instalada de acordo com os procedimentos e quorum previstos na Cláusula IX desta Escritura, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures.

7.4. Na hipótese: (i) de não instalação da Assembleia Geral de Debenturistas mencionada na Cláusula 10.2 acima por falta de quorum; ou (ii) de não ser aprovado o exercício da faculdade prevista na Cláusula 7.2 acima por titulares que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7.5. Em caso de declaração do vencimento antecipado das Debêntures, a Emissora obriga-se a efetuar o pagamento do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Emissão, e de quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora nos termos desta Escritura, em até 10 (dez) dias úteis contados do recebimento, pela Emissora, de comunicação por escrito a ser enviada pelo Agente Fiduciário à Emissora por meio de carta protocolizada no endereço constante da Cláusula 3.16 desta Escritura, sob pena de, em não o fazendo, ficar obrigada, ainda, ao pagamento dos encargos moratórios previstos na Cláusula 3.14 acima.

CLÁUSULA VIII - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

8.1. Nomeação

8.1.1. A Emissora constitui e nomeia a Planner Trustee DTVM Ltda., acima qualificada, como o Agente Fiduciário dos Debenturistas da Emissão, a qual, neste ato e pela melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura, representar perante a Emissora a comunhão dos Debenturistas.

8.1.2. O exercício permanente da função de Agente Fiduciário é privativo das pessoas indicadas no artigo 7º da Instrução CVM nº 28 de 23 de novembro de 1983 ("Instrução CVM 28").

8.2. Substituição

8.2.1. Nas hipóteses de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha do novo Agente Fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

8.2.2. Se a convocação da Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere a Cláusula 9.1 acima não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo acima citado, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário.

8.2.3. A remuneração do novo agente fiduciário será definida na própria Assembleia Geral de Debenturistas que o escolher, observado o disposto na Cláusula 8.2.5 abaixo.

8.2.4. Na hipótese de não poder o Agente Fiduciário continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, pedindo sua substituição.

8.2.5. É facultado aos Debenturistas, após o encerramento da distribuição das Debêntures no mercado, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

8.2.6. A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28, e eventuais normas posteriores.

8.2.7. O Agente Fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso a Assembleia Geral de Debenturistas não delibere sobre a matéria, observado que o eventual substituto não poderá, em hipótese alguma, receber remuneração superior ao seu antecessor.

8.2.8. A substituição do Agente Fiduciário deverá ser operada por meio de aditamento a presente Escritura, aditamento este que deverá ser inscrito na JUCESP.

8.2.9. O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data da assinatura desta Escritura e o novo agente fiduciário a partir de eventual aditamento em que for nomeado como substituto para exercer a função, devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição.

8.2.10. Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.

8.3. Deveres

8.3.1. Além de outros previstos em lei, ou em ato normativo da CVM, na presente Escritura e nos Contratos de Garantia, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (a) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, aplicando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios negócios;
- (b) renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflitos de interesse ou de qualquer outra circunstância que lhe impeça o exercício da função;
- (c) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (d) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- (e) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e respectivos aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes;
- (f) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (g) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- (h) solicitar, quando julgar necessário para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas perante órgãos e entidades públicas e ofícios de registros públicos;
- (i) solicitar, quando considerar necessário, e desde que permitido pela legislação aplicável, auditoria extraordinária na Emissora;
- (j) convocar, quando necessário, a Assembleia Geral de Debenturistas, através de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- (k) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, na data da primeira publicação, cópia do edital de convocação e da proposta a ser submetida à Assembleia Geral de Debenturistas;
- (l) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (m) enviar à CVM, à BM&FBOVESPA e à CETIP, no mesmo dia da Assembleia Geral de Debenturistas, sumário das deliberações tomadas e, no prazo de 10 (dez) dias, cópia da ata da referida Assembleia;
- (n) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea (b), da Lei das S.A., o qual deverá conter, ao menos, as seguintes informações: (i) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na prestação obrigatória de informações pela Emissora; (ii) alterações estatutárias ocorridas no período; (iii) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora; (iv) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado; (v) amortização, conversão, repactuação, aquisição facultativa e pagamento de rendimento das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora; (vi) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão de Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora; (vii) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora e Fiadora nesta Escritura e nos Contratos de Garantia; (viii) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures; e (ix) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;

- (o) disponibilizar exemplar do relatório de que trata a alínea anterior aos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses, a contar do encerramento do exercício social da Emissora, ao menos nos seguintes locais: (i) na sede da Emissora; (ii) no local indicado pelo Agente Fiduciário; (iii) na CVM; (iv) na BM&FBOVESPA e na CETIP; (v) na instituição líder da colocação das Debêntures, inclusive, na hipótese de o prazo para a apresentação do relatório vencer antes do encerramento do prazo máximo da distribuição primária das Debêntures;
- (p) publicar, às expensas da Emissora, no órgão da imprensa estabelecido na Cláusula 3.15 desta Escritura, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra a sua disposição nos locais indicados na alínea (o) acima;
- (q) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, à instituição depositária, à CETIP e à BM&FBOVESPA;
- (r) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura, especialmente daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
- (s) calcular trimestralmente os índices financeiros previstos na Cláusula VI acima e convocar Assembleia Geral de Debenturistas na ocorrência de qualquer descumprimento dos referidos índices financeiros;
- (t) notificar os Debenturistas, por edital e individualmente, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura ou nos Contratos de Garantia indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada: (i) à CVM; (ii) à BM&FBOVESPA e (iii) à CETIP;
- (u) fazer com que a Emissora cumpra a obrigação prevista na (f) acima bem como encaminhar à CVM o relatório de avaliação (*rating*) objeto de atualização ali previsto, no prazo máximo de 15 (quinze) dias da sua veiculação;
- (v) verificar a regularidade da constituição do penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, de acordo com laudo de avaliação a ser apresentado anualmente por auditoria independente;
- (w) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas, inclusive nas hipóteses de Oferta de Resgate Antecipado, inutilizando os certificados correspondentes às Debêntures resgatadas;
- (x) acompanhar as obrigações da Emissora nos Contratos de Garantia, bem como cumprir com as obrigações estabelecidas pelo Agente Fiduciário nos Contratos de Garantia; e
- (y) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes de eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures.

8.4. Atribuições Específicas

8.4.1. O Agente Fiduciário utilizará de quaisquer processos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora:

- (a) declarar, observadas as condições desta Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
- (b) tomar toda e qualquer providência necessária para a realização dos créditos dos Debenturistas;
- (c) requerer a falência da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias; e



(d) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora, após a inobservância desta última de notificação que lhe tenha sido encaminhada requerendo o cumprimento da obrigação em atraso, mediante a concessão de prazo de, pelo menos, 5 (cinco) dias.

8.4.2. O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas nas alíneas da Cláusula anterior se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar pelo quorum de aprovação de Debenturistas que representem a unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na alínea (d) da mesma Cláusula.

8.4.3. O Agente Fiduciário prestará contas à Emissora das despesas necessárias à salvaguarda dos direitos e interesses dos Debenturistas, para o fim de ser, imediatamente, ressarcido pela Emissora.

8.4.4. O crédito do Agente Fiduciário por despesas que tenha feito para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas, que não tenha sido saldado na forma da Cláusula 8.4.3 acima, será acrescido à dívida da Emissora e gozará das mesmas garantias das Debêntures, preferindo a estas na ordem de pagamento.

8.5. Remuneração

8.5.1. Será devida ao Agente Fiduciário ou à instituição que vier a substituí-lo nesta qualidade, a título de honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura, uma remuneração a ser paga em parcelas anuais de R\$24.000,00 (vinte e quatro mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 3º (terceiro) dia útil após a assinatura desta Escritura de Emissão e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subseqüentes.

8.5.2. As parcelas serão atualizadas, na menor periodicidade admitida por lei, pelo IPCA, ou, na sua falta, pelo índice que vier a substituí-lo, e serão corrigidas anualmente desde a data de pagamento da primeira parcela até à data de pagamento de cada parcela, calculados *pro rata die* se necessário.

8.5.3. As parcelas serão acrescidas de: (i) Imposto Sobre Serviços de qualquer natureza (ISS); (ii) Programa de Integração Social (PIS); (iii) Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS); e (iv) quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do Agente Fiduciário, excetuando-se o imposto de renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

8.5.4. O Agente Fiduciário será reembolsado pela Emissora por todas as despesas razoáveis que comprovadamente incorrer para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, no prazo de até 10 (dez) dias contados da entrega dos documentos comprobatórios:

(a) publicação de relatórios, editais de convocação, avisos e notificações, conforme previsto nesta Escritura, e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis;

(b) locomoções dentro e entre Estados da Federação e respectivas hospedagens e alimentações, quando necessárias ao desempenho das funções, desde que as despesas sejam razoáveis, comprovadas; e

(c) extração de certidões e eventuais levantamentos adicionais e especiais ou periciais que vierem a ser imprescindíveis, se ocorrerem omissões e/ou obscuridades nas informações pertinentes aos estritos interesses dos Debenturistas.

8.5.5. O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenha sido saldado na forma prevista na Cláusula acima será acrescido à dívida da Emissora, tendo preferência sobre estas na ordem de pagamento.

8.5.6. No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas razoáveis com procedimentos legais e administrativos, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e



posteriormente, conforme previsto em lei, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem, também, os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas razoáveis reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese da Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia prévia dos Debenturistas para cobertura do risco da sucumbência.

8.5.7. No caso de inadimplência do pagamento dos honorários do Agente Fiduciário pela Emissora incidirão os Encargos Moratórios da Cláusula 3.13 desta Escritura.

CLÁUSULA IX - DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

9.1. Convocação

9.1.1. Os Debenturistas da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries poderão, a qualquer tempo, reunir-se em Assembleia, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das S.A., a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas.

9.1.2. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada pelo Agente Fiduciário, pela Emissora ou por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.

9.1.3. A convocação se dará mediante anúncio publicado, pelo menos 3 (três) vezes, no órgão de imprensa estabelecido na Cláusula 3.16 desta Escritura, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de Assembleias gerais constantes da Lei das S.A., da regulamentação aplicável e desta Escritura.

9.2. Quorum de Instalação

9.2.1. A Assembleia Geral de Debenturistas instalar-se-á, em primeira convocação, com a presença de Debenturistas que representem a metade, no mínimo, das Debêntures em circulação por série e, em segunda convocação, com qualquer quorum, conforme previsto na Lei das S.A.

9.2.2. Para os efeitos da presente Escritura, considera-se Debêntures em circulação todas as Debêntures subscritas, excluídas aquelas mantidas em tesouraria pela Emissora, Fiadora ou detidas por seus controladores, diretos ou indiretos, controladas ou coligadas, bem como por seus respectivos executivos e administradores e respectivos cônjuges.

9.3. Mesa Diretora

A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

9.4. Quorum de Deliberação

9.4.1. Nas deliberações da Assembleia Geral de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não.

9.4.2. A renúncia à declaração de vencimento antecipado das Debêntures dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de todas as séries em conjunto.

9.4.3. As alterações referentes à redução da Remuneração aplicável às Debêntures, alteração de prazos de vencimento e pagamentos de principal e Remuneração, qualquer modificação na cláusula de Vencimento Antecipado, alteração dos termos e condições da Fiança ou dos Contratos de Garantia, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 90% (noventa



por cento) das Debêntures em circulação de todas as Séries em conjunto. As alterações pertinentes ao prazo de vigência das Debêntures, e às datas de amortização de principal, dependerão de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação de cada Série.

9.4.4. Toda e qualquer alteração nas Cláusulas ou condições previstas nesta Escritura, dependerá de aprovação de Debenturistas que representem, no mínimo, 75% (setenta e cinco por cento) das Debêntures em circulação de todas as séries em conjunto, exceto se houver outro quorum específico previsto para a matéria.

9.4.5. Toda e qualquer alteração dos quoruns previstos nesta Escritura dependerá da aprovação dos Debenturistas com um quorum no mínimo igual ao que está sendo alterado.

9.4.6. Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora e da Fiadora nas Assembleias Gerais de Debenturistas.

9.4.7. O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

9.4.8. Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas, no que couber, o disposto na Lei das S.A., sobre a assembleia geral de acionistas.

CLÁUSULA X - DECLARAÇÕES E GARANTIAS

10.1. Declarações e Garantias do Agente Fiduciário

O Agente Fiduciário declara e garante à Emissora, na data da assinatura desta Escritura, que:

- (a) está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (b) não tem qualquer impedimento legal, sob as penas da lei, conforme artigo 66, parágrafo 3º, da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares, para exercer a função que lhe é conferida;
- (c) aceita a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (d) a celebração desta Escritura e os Contratos de Garantia e o cumprimento de suas obrigações previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- (e) esta Escritura e os Contratos de Garantia contém obrigações válidas e vinculante do Agente Fiduciário, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;
- (f) é equiparado a uma instituição financeira devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis brasileiras;
- (g) os representantes legais que assinam esta Escritura têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- (h) não exerce a função de agente fiduciário de debêntures de emissão da Emissora, ou em sociedade coligada, controlada, controladora da Emissora ou integrante do mesmo grupo, exceto com relação às Debêntures da presente Emissão;
- (i) não tem qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer, plenamente, suas funções;

(j) aceita integralmente todas as Cláusulas e condições da Escritura e dos Contratos de Garantia; e

(k) está ciente da regulamentação aplicável às Debêntures e à Emissão, emanada da CVM, do Banco Central do Brasil e demais autoridades e órgãos competentes.

10.1.1. O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que lhe tenha sido ou seja encaminhado pela Emissora, para se basear nas suas decisões.

10.2. Declarações e Garantias da Emissora e da Fiadora

A Emissora e a Fiadora declaram e garantem ao Agente Fiduciário, na data da assinatura desta Escritura, que:

(a) estão devidamente autorizadas a celebrar esta Escritura e os Contratos de Garantia e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;

(b) a celebração desta Escritura e dos Contratos de Garantia, bem como a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora ou a Fiadora sejam parte, nem irá resultar em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora ou da Fiadora, exceto por aqueles já existentes na presente data; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;

(c) a celebração desta Escritura, dos Contratos de Garantia, e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora ou pela Fiadora;

(d) esta Escritura e os Contratos de Garantia, e as obrigações aqui previstas constituem obrigações da Emissora e da Fiadora, exigíveis de acordo com os seus termos e condições;

(e) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, no mínimo, e observadas as disposições legais e regulamentares pertinentes, todas as informações relevantes em relação à Emissora, nas respectivas datas de cada evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e da Fiadora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas;

(f) as declarações, informações e fatos contidos no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e à Fiadora são verdadeiras;

(g) as opiniões, análises e expectativas expressas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão em relação à Emissora e à Fiadora foram dadas de boa-fé, sendo expressas após serem consideradas todas as circunstâncias relevantes e com base em suposições razoáveis;

(h) não há fatos relativos à Emissora e à Fiadora que, nas respectivas datas dos Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, cuja omissão, no contexto dessa Emissão, faça com que alguma declaração relevante do prospecto da Emissão seja enganosa, incorreta ou inverídica; as demonstrações financeiras da Emissora e da Fiadora representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Fiadora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de forma consistente com práticas passadas;

(i) as informações financeiras da Emissora e da Fiadora, em todo os seus aspectos relevantes, representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora e da Fiadora e foram devidamente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil;



(j) a Emissora e a Fiadora estão cumprindo, em todos os seus aspectos relevantes, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;

(l) exceto pelas contingências informadas no Prospecto Preliminar e Prospecto Definitivo da Emissão, não há qualquer ação judicial, processo administrativo ou arbitral, inquérito ou outro tipo de investigação governamental, que seja de conhecimento da Emissora e da Fiadora, que possa vir a causar impacto adverso relevante na Emissora, em sua condição financeira;

(m) não tem conhecimento de fato que impeça o Agente Fiduciário de exercer, plenamente, suas funções, nos termos da Lei das S.A., e demais normas aplicáveis, inclusive regulamentares;

(n) não há qualquer ligação entre a Emissora ou a Fiadora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente as suas funções; e

(o) esta Escritura constitui uma obrigação legal, válida e vinculante da Emissora, exequível de acordo com seus termos e condições.

10.3. A Emissora obriga-se, de forma irrevogável e irretratável, a indenizar os Debenturistas e o Agente Fiduciário por todos e quaisquer prejuízos, danos, perdas, custos e/ou despesas (incluindo custas judiciais e honorários advocatícios razoáveis) diretamente incorridos e comprovados pelos Debenturistas e pelo Agente Fiduciário em razão da inveracidade ou incorreção de quaisquer das suas declarações prestadas nos termos desta Cláusula XIII.

CLÁUSULA XI - TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 585, incisos I e II, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica, submetendo-se às disposições dos artigos 461, 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura.

CLÁUSULA XII - DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Esta Escritura é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as partes e seus sucessores a qualquer título.

12.2. Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a quaisquer das partes e/ou aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da outra parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como constituindo uma renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas pelas partes nesta Escritura ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

12.3. A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à Cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da Cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da Cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.

12.4. O Agente Fiduciário não é obrigado, para se basear nas suas decisões, a efetuar qualquer verificação de veracidade das deliberações societárias e atos da administração da Emissora ou ainda de qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora ou por seus colaboradores. O Agente Fiduciário não será ainda, em nenhuma

circunstância, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Empresa, nos termos da legislação aplicável.

12.5. Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

12.6. Fica eleito o Foro da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura e para a execução das obrigações de pagamento previstas nesta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2011.



Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

Nome:

Cargo:

Federico Botto
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Flavio Viana de Freitas
Diretor Superintendente e de
Relações com Investidores

Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

Marcelino Rafael de Seras
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Federico Botto
Diretor VP Executivo

Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.

Nome:
Cargo:

Nome:
Cargo:

Flávio D. Aguetoni
Procurador

Página de Assinatura Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Testemunhas



Nome:

RG: **Wanusa Trannin**

RG: 1.081.745



Nome:

RG: **Vanessa Renata da Silva**

CPF 277 423.998-22

RG 29 946 481-7







Anexo I da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

MINUTA DO INSTRUMENTO PARTICULAR DE PENHOR DE AÇÕES REPRESENTATIVAS DO CAPITAL DA CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS



Handwritten signature and circular stamp. The stamp is circular with the text "CONSULTORIA JURÍDICA" around the top edge and "LUIZ ALBERTO" around the bottom edge. A handwritten signature is written over the stamp.

Anexo II da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

MINUTA DO CONTRATO DE CESSÃO FIDUCIÁRIA DE DIREITOS CREDITÓRIOS E OUTROS ATIVOS

Anexo III da Escritura da Primeira Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

MINUTA DO CONTRATO DE COMPARTILHAMENTO DE GARANTIAS

INSTRUMENTO PARTICULAR DE PRIMEIRO ADITAMENTO À ESCRITURA DA PRIMEIRA EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL REPRESENTADA POR PENHOR DE AÇÕES E CESSÃO CREDITÓRIOS, EM QUATRO SÉRIES, DA CONCESSIONÁRIA D CARVALHO PINTO S.A. - ECOPI

JUCESP PROTOCOLO
0.170.856/11-2



Por este instrumento particular:

(i) CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo, na Rodovia Ayrton Senna, km 32, Pista Oeste, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 10.841.050/0001-55, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social ("Ecopistas" ou "Emissora");

(ii) ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A., companhia aberta, com sede na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, na Rodovia dos Imigrantes, km 28,5, 1.º e 2.º andares, CEP 09845-000, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 08.873.873/0001-10, neste ato representada na forma do seu Estatuto Social ("Fiadora" ou "Ecorodovias"); e

(iii) PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA., sociedade limitada, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Avenida Brigadeiro Faria Lima n.º 3.900, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 67.030.395/0001-46, neste ato representada na forma de seu contrato social, ("Agente Fiduciário"), representando a comunhão dos debenturistas da 1ª emissão de debêntures da Emissora ("Debenturistas"),

vêm por esta e na melhor forma do direito firmar o presente instrumento particular de primeiro aditamento ("Aditamento") à Escritura da 1ª (primeira) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Escritura"), celebrada em 07 de fevereiro de 2011, contendo as seguintes cláusulas e condições:

CAPÍTULO I
DA AUTORIZAÇÃO

1.1 O presente Aditamento é celebrado de acordo com a ata de Assembléia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 18 de janeiro de 2011 ("AGE"), a qual aprovou o limite máximo de remuneração a ser paga no contexto da Emissão, e cuja ata foi arquivada na Junta Comercial do Estado de São Paulo ("JUCESP") e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal Diário de Notícias do Estado de São Paulo.

1.2. Este Aditamento será arquivado na JUCESP.

CAPÍTULO II
DA RETIFICAÇÃO

2.1. Considerando o término do Procedimento de *Bookbuilding*, que estabeleceu a taxa de juros aplicável às Debêntures, as partes acordam em alterar as cláusulas 3.3.1, 3.3.2, 4.1, e 4.7 da Escritura, que passam a vigorar com a nova redação que lhes é atribuída abaixo:

"**3.3.1.** A quantidade de Debêntures foi aumentada de forma proporcional entre as Séries, na data da conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*, a critério da Emissora com a prévia concordância do Banco Itaú BBA ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Coordenador" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), em 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida



("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Foram mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente oferecidas para a subscrição das Debêntures Adicionais."

3.3.2. Considerando o exercício da Opção de Debêntures Adicionais, a Emissora obriga-se a tomar todas as medidas necessárias para a emissão de Debêntures Adicionais."

"4.1. Quantidade

Foram emitidas 92.500 (noventa e duas mil e quinhentas) Debêntures para cada uma das quatro Séries, totalizando 370.000 (trezentas e setenta mil) Debêntures, incluídas as Debêntures Adicionais."

"4.7. Remuneração

4.7.1. As Debêntures farão jus a uma remuneração (a "Remuneração") correspondente a 8,25% (oito inteiros e vinte e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da respectiva Série, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da Remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e pagos anualmente, conforme definido na Cláusula 4.8. abaixo.

4.7.2. A Remuneração, mencionada na Cláusula 4.7.1 acima, foi apurada na data de conclusão do Procedimento de Bookbuilding, e divulgada nos termos do parágrafo 2º do artigo 23 da Instrução CVM 400.

4.7.3. O cálculo da Remuneração obedecerá à seguinte fórmula:

$$J = \{VNa \times [FatorJuros - 1]\}$$

onde,

J = valor dos juros da respectiva Série devidos no final de cada Período de Capitalização calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento. Período de Capitalização significa o intervalo de tempo que se inicia na Data de Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data prevista do pagamento da Remuneração imediatamente anterior, nos casos dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista do pagamento da Remuneração correspondente ao período. Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade e é calculado separadamente para cada Série;

VNa = Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da respectiva Série, calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros fixos, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = \left\{ \left[\left(\frac{taxa}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right] \right\}$$

onde:

taxa = 8,2500

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a Data de Pagamento de Remuneração imediatamente anterior da respectiva Série e a data atual, sendo "DP" um número inteiro;



CAPÍTULO III DAS RATIFICAÇÕES

3.1. Ficam ratificadas, nos termos em que se encontram redigidas, todas as cláusulas, itens, características e condições constantes da Escritura da Emissão e não expressamente alteradas por este Aditamento.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1. Este Aditamento é firmado em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

4.2. Os termos utilizados neste Aditamento que não estiverem aqui definidos têm o mesmo significado que lhes foi atribuído na Escritura.

Estando assim, as partes, certas e ajustadas, firmam o presente instrumento, em 3 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também o assinam.

São Paulo, 18 de fevereiro de 2011.



Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – ECOPISTAS

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS

Nome:

Cargo:


Federico Botto
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:


Roberto Koiti Nakagome
Procurador





Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Escritas

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

Nome:

Cargo:

Marcelino Rafart de Seras
Diretor Presidente

Nome:

Cargo:

Marcello Guidotti
Diretor de Finanças



Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecobistas

PLANNER TRUSTEE DTVM LTDA.



Nome:
Cargo: Viviane Rodrigues
Diretora



Nome:
Cargo: Flávio D. Aguetoni
Procurador



Página de Assinatura do Primeiro Aditamento à Escritura da 1ª Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real de Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas

TESTEMUNHAS:

Nome:
RG:


Renato Martinelli Campana

RG: 28.971.763-2

SSP/SP
CPF 042.566.684-03

Nome:
RG:


Vanessa Renata da Silva

CPF 277 423.998-22

RG 29 946 481-7

SSP/SP

R



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATO SOCIETÁRIO DA COMPANHIA RELATIVO À EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)



JUCESP PROTOCOLO
0.052.545/11-8



CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS
CNPJ/MF nº 10.841.050/0001-55
NIRE 35.300.368.657

**ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM 18 DE JANEIRO DE 2011**

1. Data, Hora e Local: No dia 18 de janeiro de 2011, às 10:30 horas, na sede da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas (“Companhia” ou “Beneficiária”), localizada na Rodovia Ayrton Senna, Km 32, Pista Oeste, Cidade de Itaquaquecetuba, Estado de São Paulo.

2. Convocação e Presença: Convocação dispensada, conforme artigo 124, parágrafo 4º, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”), em virtude da presença de acionistas representando a totalidade do capital social, conforme constatado no Livro de Presença de Acionistas.

3. Composição da Mesa: Presidente: Marcelino Rafart de Seras, Secretário: Marcello Guidotti.

4. Ordem do Dia: (i) aprovar, na forma do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações, a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Companhia; e (ii) aprovar o financiamento a ser contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), no valor de R\$355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), nos termos da Decisão nº Dir. 1 962/2010, expedida pela Diretoria do BNDES em reunião de 7 de dezembro de 2010, também garantido por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios.

5. Deliberações: foi deliberado, pela unanimidade dos acionistas presentes e sem quaisquer ressalvas:

5.1. Autorizar a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Companhia, no valor total de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais),

podendo ser aumentado de forma proporcional entre as séries em até 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida tendo em vista a Opção de Debêntures Adicionais, conforme definidas abaixo ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta", respectivamente), conforme termos e condições da "Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas" ("Escritura de Emissão"), cujos recursos líquidos serão integralmente destinados ao pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Emissora no valor de R\$371.000.000,00 (trezentos e setenta e um milhões de reais), sendo que os recursos para o pagamento do restante da dívida em questão serão provenientes de recursos do caixa da Companhia. A Oferta será registrada na Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

5.1.1. Determinar que a Emissão terá as seguintes características:

- 1. Colocação e Negociação.** As Debêntures serão objeto de distribuição pública sob regime de garantia firme de subscrição e integralização. As Debêntures serão registradas para distribuição no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos ("SDT"), administrado e operacionalizado pela CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos ("CETIP") e para negociação no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures ("SND"), também administrado e operacionalizado pelo CETIP, sendo a distribuição e a negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas na CETIP, e/ou por meio do Sistema BOVESPAFIX ("BOVESPAFIX") (ambiente de negociação de ativos de renda fixa) administrado e operacionalizado pela BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"), sendo processados pela BM&FBOVESPA a custódia e a liquidação financeira da Emissão e da negociação de Debêntures.
- 2. Valor Nominal Unitário e Valor Total da Emissão.** O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000,00 (um mil reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo) ("Valor Nominal Unitário").
- 3. Quantidade de Debêntures e Número de Séries.** Serão emitidas 87.500 (oitenta e sete mil e quinhentas) Debêntures para cada uma das 4 séries, totalizando até 350.000 (trezentos e cinquenta mil) Debêntures, excluídas as Debêntures Adicionais (conforme definidas abaixo). A quantidade de Debêntures poderá ser aumentada, exclusivamente



na data da conclusão do procedimento de coleta de intenção de investimentos realizado nos termos do artigo 44 da Instrução CVM 400 ("Procedimento de Bookbuilding"), a critério da Companhia com a prévia concordância do Banco Itaú BBA S.A. ("Coordenador Líder") e do Banco Bradesco BBI S.A. ("Bradesco BBI" e, em conjunto com o Coordenador Líder, os "Coordenadores"), em até 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida ("Debêntures Adicionais"), nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM nº 400 ("Opção de Debêntures Adicionais"). Serão mantidas as mesmas condições e preço das Debêntures originalmente oferecidas para a subscrição das Debêntures Adicionais. As Debêntures da Opção de Debêntures Adicionais serão objeto de distribuição sob o regime de melhores esforços de colocação até o limite de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais).

4. **Data de Emissão, Prazo e Data de Vencimento.** Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries será 15 de janeiro de 2011 ("Data de Emissão"). Ressalvadas as hipóteses de vencimento antecipado, aquisição antecipada e de oferta de resgate antecipado previstas na Escritura de Emissão: (i) o prazo de vencimento das debêntures a serem alocadas na 1ª Série ("Debêntures da 1ª Série") será de 144 (cento e quarenta e quatro) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de janeiro de 2023, data em que será pago o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 1ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures da 1ª Série em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura de Emissão; (ii) o prazo de vencimento das debêntures a serem alocadas na 2ª série ("Debêntures da 2ª Série") será de 135 (cento e trinta e cinco) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de abril de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 2ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures da 2ª Série em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura de Emissão; (iii) o prazo de vencimento das debêntures a serem alocadas na 3ª série ("Debêntures da 3ª Série") será de 138 (cento e trinta e oito) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de julho de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 3ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures das Debêntures da 3ª Série em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura de Emissão; e (iv) o prazo de vencimento das debêntures a serem alocadas na 4ª série ("Debêntures da 4ª Série") será de 141 (cento e quarenta e um) meses contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 15 de outubro de 2022, data em que será pago o Valor Nominal Unitário atualizado das Debêntures da 4ª Série ainda não amortizado, juntamente com o valor da Remuneração (conforme definido abaixo) das Debêntures da 4ª Série em moeda corrente nacional, nos termos da Escritura de Emissão.

5. **Tipo, Conversibilidade, Espécie e Forma.** As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios. As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa e escritural, sem emissão de certificados representativos de debêntures.
6. **Banco Mandatário e Instituição Depositária.** O Itaú Unibanco S.A. será o banco mandatário e o Itaú Corretora de Valores S.A. será a instituição depositária.
7. **Atualização das Debêntures.** As Debêntures terão o seu Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário atualizado ("Atualização"), a partir da Data de Emissão, pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo apurado mensalmente e divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA") ("Valor Nominal Unitário Atualizado"), sendo o produto da Atualização incorporado ao Valor Nominal Unitário das Debêntures automaticamente conforme previsto na Escritura de Emissão, calculado separadamente para cada série de Debêntures.
8. **Pagamento da Atualização.** A Atualização das Debêntures será paga juntamente com o Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, e na proporção do Valor Nominal Unitário amortizado, exclusivamente nas datas de Amortização, conforme tabelas abaixo.

Pagamento da Atualização da 1ª Série
15 de Janeiro de 2013
15 de Janeiro de 2014
15 de Janeiro de 2015
15 de Janeiro de 2016
15 de Janeiro de 2017
15 de Janeiro de 2018
15 de Janeiro de 2019
15 de Janeiro de 2020
15 de Janeiro de 2021
15 de Janeiro de 2022
15 de Janeiro de 2023

Pagamento da Atualização da 2ª Série
15 de Abril de 2012
15 de Abril de 2013
15 de Abril de 2014

15 de Abril de 2015
15 de Abril de 2016
15 de Abril de 2017
15 de Abril de 2018
15 de Abril de 2019
15 de Abril de 2020
15 de Abril de 2021
15 de Abril de 2022

Pagamento da Atualização da 3ª Série
15 de Julho de 2012
15 de Julho de 2013
15 de Julho de 2014
15 de Julho de 2015
15 de Julho de 2016
15 de Julho de 2017
15 de Julho de 2018
15 de Julho de 2019
15 de Julho de 2020
15 de Julho de 2021
15 de Julho de 2022

Pagamento da Atualização da 4ª Série
15 de Outubro de 2012
15 de Outubro de 2013
15 de Outubro de 2014
15 de Outubro de 2015
15 de Outubro de 2016
15 de Outubro de 2017
15 de Outubro de 2018
15 de Outubro de 2019
15 de Outubro de 2020
15 de Outubro de 2021
15 de Outubro de 2022

9. **Remuneração.** As Debêntures farão jus a uma remuneração ("Remuneração") correspondente a um *spread*, na forma percentual ao ano, a ser definida em Procedimento de *Bookbuilding*, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B 2017, acrescida de um *spread* equivalente a, no máximo, 2,20% (dois inteiros e vinte décimos por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor

Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures das respectivas séries, conforme o caso, a partir da Data da Emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, calculado em regime de capitalização composta de forma *pro rata temporis* por dias úteis e pagos anualmente. Fica a diretoria autorizada a celebrar qualquer aditamento à Escritura de Emissão para alterar a taxa de remuneração, desde que em valor menor do que a Remuneração ora aprovada.

10. **Pagamento da Remuneração.** O pagamento da Remuneração das respectivas Séries será feito anualmente, conforme tabelas abaixo.

Pagamento da Remuneração da 1ª Série
15 de Janeiro de 2012
15 de Janeiro de 2013
15 de Janeiro de 2014
15 de Janeiro de 2015
15 de Janeiro de 2016
15 de Janeiro de 2017
15 de Janeiro de 2018
15 de Janeiro de 2019
15 de Janeiro de 2020
15 de Janeiro de 2021
15 de Janeiro de 2022
15 de Janeiro de 2023

Pagamento da Remuneração da 2ª Série
15 de Abril de 2012
15 de Abril de 2013
15 de Abril de 2014
15 de Abril de 2015
15 de Abril de 2016
15 de Abril de 2017
15 de Abril de 2018
15 de Abril de 2019
15 de Abril de 2020
15 de Abril de 2021
15 de Abril de 2022



Pagamento da Remuneração da 3ª Série
15 de Julho de 2012
15 de Julho de 2013
15 de Julho de 2014
15 de Julho de 2015
15 de Julho de 2016
15 de Julho de 2017
15 de Julho de 2018
15 de Julho de 2019
15 de Julho de 2020
15 de Julho de 2021
15 de Julho de 2022

Pagamento da Remuneração da 4ª Série
15 de Outubro de 2012
15 de Outubro de 2013
15 de Outubro de 2014
15 de Outubro de 2015
15 de Outubro de 2016
15 de Outubro de 2017
15 de Outubro de 2018
15 de Outubro de 2019
15 de Outubro de 2020
15 de Outubro de 2021
15 de Outubro de 2022

11. Periodicidade de Pagamento do Valor Nominal.

- (i) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 1ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização I	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15 de Janeiro de 2013	1,3275%
15 de Janeiro de 2014	3,3000%
15 de Janeiro de 2015	3,3000%
15 de Janeiro de 2016	4,6580%
15 de Janeiro de 2017	5,3525%

Data da Amortização I	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 1ª Série a ser Amortizado
15 de Janeiro de 2018	7,7763%
15 de Janeiro de 2019	10,2627%
15 de Janeiro de 2020	13,4773%
15 de Janeiro de 2021	16,9297%
15 de Janeiro de 2022	22,1787%
15 de Janeiro de 2023	11,4373%

- (ii) o Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 2ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização II	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 2ª Série a ser Amortizado
15 de Abril de 2012	1,3275%
15 de Abril de 2013	3,3000%
15 de Abril de 2014	3,3000%
15 de Abril de 2015	4,6580%
15 de Abril de 2016	5,3525%
15 de Abril de 2017	7,7763%
15 de Abril de 2018	10,2627%
15 de Abril de 2019	13,4773%
15 de Abril de 2020	16,9297%
15 de Abril de 2021	22,1787%
15 de Abril de 2022	11,4373%

- (iii) O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 3ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização III	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de Julho de 2012	1,3275%
15 de Julho de 2013	3,3000%
15 de Julho de 2014	3,3000%
15 de Julho de 2015	4,6580%
15 de Julho de 2016	5,3525%

Data da Amortização III	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 3ª Série a ser Amortizado
15 de Julho de 2017	7,7763%
15 de Julho de 2018	10,2627%
15 de Julho de 2019	13,4773%
15 de Julho de 2020	16,9297%
15 de Julho de 2021	22,1787%
15 de Julho de 2022	11,4373%

- (iv) O Valor Nominal Unitário Atualizado das Debêntures da 4ª Série será amortizado em 11 (onze) parcelas, conforme a tabela a seguir:

Data da Amortização IV	Percentual do Valor Nominal Unitário das Debêntures da 4ª Série a ser Amortizado
15 de Outubro de 2012	1,3275%
15 de Outubro de 2013	3,3000%
15 de Outubro de 2014	3,3000%
15 de Outubro de 2015	4,6580%
15 de Outubro de 2016	5,3525%
15 de Outubro de 2017	7,7763%
15 de Outubro de 2018	10,2627%
15 de Outubro de 2019	13,4773%
15 de Outubro de 2020	16,9297%
15 de Outubro de 2021	22,1787%
15 de Outubro de 2022	11,4373%

- 12. Repactuação.** As Debêntures não serão objeto de repactuação.
- 13. Aquisição Antecipada de Debêntures.** A Companhia poderá, a qualquer tempo, adquirir as Debêntures em circulação, por preço não superior ao saldo do seu Valor Nominal Unitário acrescido da Remuneração e Atualização da respectiva Série, calculado *pro rata temporis*, desde a Data de Emissão ou da data de pagamento imediatamente anterior da Remuneração da respectiva Série, até a data do seu efetivo pagamento, observando o disposto no parágrafo 2º, do artigo 55, da Lei das Sociedades por Ações ("Aquisição"). As Debêntures objeto da Aquisição poderão ser canceladas a qualquer momento, permanecer em tesouraria, ou colocadas novamente no mercado, a livre e exclusivo critério da Emissora, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento da Escritura de Emissão. A Aquisição deverá ocorrer de forma proporcional entre as Séries e as

Debêntures adquiridas pela Companhia para permanência em tesouraria, quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures em circulação.

- 14. Oferta de Resgate Antecipado.** A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, mediante deliberação em reunião do Conselho de Administração, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Debêntures, endereçada aos debenturistas, sem distinção entre as Séries, assegurado a todos os debenturistas igualdade de condições para aceitar o resgate das Debêntures de que forem titulares, de acordo com os termos e condições previstas na Escritura de Emissão ("Oferta de Resgate Antecipado").
- 15. Garantias.** A garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios será constituída por meio de: (i) um penhor de ações, a ser compartilhado com o BNDES, da totalidade das ações ordinárias de emissão da Companhia detidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Ecorodovias"), representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) do capital social da Companhia e de todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Ecorodovias, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a, quaisquer das ações empenhadas, a ser celebrado entre: (a) a Ecorodovias, (b) o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), representando os debenturistas, (c) a Companhia e (d) o BNDES ("Contrato de Penhor de Ações"). Tendo em vista que há um penhor sobre as referidas ações, o qual foi constituído em favor dos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia, o penhor das ações a ser concedido aos debenturistas e ao BNDES terá validade e eficácia a partir da data da averbação da desoneração dos gravames das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia conforme previsto no Contrato de Penhor de Ações; (ii) um contrato de cessão fiduciária ("Contrato de Cessão Fiduciária") a ser celebrado entre: (a) a Emissora; (b) o Agente Fiduciário; (c) o BNDES; e (d) o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário ("Bando Depositário"), de: (a) todos os direitos de crédito da Companhia presentes e futuros decorrentes da prestação dos serviços de exploração, operação, conservação e construção das praças de pedágio instaladas no Sistema Rodoviário, nos termos do Contrato de Concessão, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão Rodoviária Nº 006/ARTESP/2009, celebrado em 17 de junho de 2009, entre o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Estado dos Transportes, representada pela Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (o "Poder Concedente" e o "Contrato de Concessão") e todas as receitas acessórias

associadas ou decorrentes da concessão do Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, incluindo, sem limitação, as receitas de pedágio e todas e quaisquer indenizações a serem recebidas nos termos das garantias e apólices de seguro de lucro cessante contratadas nos termos do Contrato de Concessão; (b) todos os direitos emergentes do Contrato de Concessão, inclusive os relativos a eventuais indenizações a serem pagas pelo Poder Concedente em decorrência da extinção, caducidade, encampação, ou revogação da concessão objeto do Contrato de Concessão, consoante o disposto no artigo 35 da Lei nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995; (c) todos os direitos creditórios da Companhia sobre todos os valores a serem depositados e mantidos nas Contas do Projeto (conforme definido no Contrato de Cessão Fiduciária), exceto os recursos depositados e mantidos na Conta de Distribuição sobre as Ações, que são objeto de penhor nos termos do Contrato de Penhor de Ações, deduzida dos valores dos pagamentos essenciais para o cumprimento pela Companhia de suas obrigações nos termos do Contrato de Concessão, bem como quaisquer aplicações financeiras, incluindo quotas de fundo de investimento resultantes de aplicações dos recursos depositados nas Contas do Projeto (os direitos creditórios mencionados nos itens (a), (b) e (c) são denominados conjuntamente "Direitos Creditórios"). Diante da cessão fiduciária descrita no item (a) acima, a qual também é dada em garantia aos detentores das notas promissórias comerciais da 5ª emissão da Companhia, o Contrato de Cessão Fiduciária é firmado com a condição suspensiva de que haja o pagamento das notas promissórias da 5ª emissão e a liberação das garantias. Adicionalmente, será celebrado: (i) um contrato de compartilhamento de garantias entre o BNDES, o Agente Fiduciário, representando os debenturistas e a Companhia, ("Contrato de Compartilhamento de Garantias"), cuja minuta é parte integrante da Escritura de Emissão como Anexo III; e (ii) um contrato de administração de contas, a ser celebrado entre: (a) a Companhia; (b) a Ecorodovias; (c) o Agente Fiduciário (conforme definido abaixo); (d) o BNDES; e (e) o Itaú Unibanco S.A., na qualidade de banco depositário e arrecadador ("Contrato de Administração de Contas"). O Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Penhor de Ações são denominados, em conjunto, "Contratos de Garantia". Os Contratos de Garantia e o Contrato de Administração de Contas são denominados, em conjunto "Contratos da Emissão"). Ainda, a Ecorodovias constituirá em favor dos debenturistas representados pelo Agente Fiduciário (conforme definido abaixo), uma fiança, cujas condições são descritas na Cláusula VI da Escritura de Emissão.

16. **Encargos Moratórios.** Ocorrendo atraso imputável à Companhia no pagamento de qualquer quantia devida aos titulares das Debêntures, os débitos em atraso, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, ficarão sujeitos à multa moratória de 2% (dois por cento) e juros de mora *pro rata temporis* de 1% (um por cento) ao mês, ambos incidentes sobre os valores em atraso devidamente acrescidos da Atualização e da Remuneração das Debêntures

(conforme definido na Escritura de Emissão) desde a data de inadimplemento até a data do seu efetivo pagamento.

- 17. Vencimento antecipado.** Na ocorrência de qualquer dos eventos de vencimento antecipado a serem previstos na Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário deverá declarar antecipadamente vencidas a totalidade das obrigações relativas às Debêntures e exigirá o imediato pagamento, pela Companhia e pela Ecorodovias ("Fiadora"), enquanto a Fiança prevista na Escritura de Emissão permanecer válida, do saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Atualização e da Remuneração devida desde a Data de Emissão até a data do efetivo pagamento ou do Pagamento da Remuneração imediatamente anterior, calculada *pro rata temporis*, e demais encargos moratórios, independentemente de aviso, interpelação ou notificação judicial ou extrajudicial. Os termos das hipóteses de vencimento antecipado constarão da Escritura de Emissão e deverão seguir padrões de mercado de operações desta natureza.
- 18. Agente fiduciário.** A Companhia constituiu e nomeou a Planner Corretora de Valores S.A. como agente fiduciário desta Emissão ("Agente Fiduciário").

5.2. Autorizar o financiamento a ser contratado com o BNDES, no valor de R\$355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), nos termos da Decisão nº Dir. 1 962/2010, expedida pela Diretoria do BNDES em reunião de 7 de dezembro de 2010, também garantido por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, que será formalizado por meio de um contrato ("Contrato BNDES").

5.3. Fica a Diretoria da Companhia desde já autorizada a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução das deliberações ora aprovadas, incluindo, mas sem limitação, praticar os atos necessários à celebração (i) da Escritura de Emissão, Contrato de Distribuição sob regime de garantia firme de subscrição e integralização, à celebração do Contrato BNDES, à formalização das garantias e à contratação dos Coordenadores e outras instituições financeiras autorizadas a operar no mercado de valores mobiliários como intermediadoras da Oferta, do Agente Fiduciário, do banco mandatário, da instituição depositária, consultores jurídicos e demais instituições cuja contratação eventualmente se faça necessária para a realização da Oferta, fixando-lhes os respectivos honorários. A Diretoria também poderá realizar a publicação e o registro dos documentos de natureza societária ou outros relativos à Oferta e ao Contrato BNDES perante os órgãos competentes e o registro da Oferta perante a CVM e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - ANBIMA. Todos os atos relativos às deliberações ora aprovadas que tenham sido praticados pela Diretoria anteriormente à data desta Assembleia, ficam também expressamente confirmados e ratificados.

6. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, esta ata foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Assinaturas:** *Presidente:* Marcelino Rafart de Servas. *Secretário:* Marcello Guidotti. *Acionistas:* Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., representada por Marcelino Rafart de Seras e Marcello Guidotti, Roberto Koiti Nakagome, Federico Botto, Marcello Guidotti, Dario Rais Lopes e Marcelino Rafart de Seras.

Cópia fiel extraída do Livro de Atas de Assembleia Geral da Companhia.



Marcello Guidotti - Secretário



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ATO SOCIETÁRIO DA GARANTIDORA RELATIVO À EMISSÃO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.
Companhia Aberta
CNPJ nº 08.873.873/0001-10
NIRE 35.300.366.166

Ata da Reunião do Conselho de Administração,
realizada em 18 de janeiro de 2011

1. **DATA, LOCAL E HORA:** Aos 18 dias do mês de janeiro de 2011, na sede da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia"), localizada na Rodovia dos Imigrantes 160, Km 28,5, 1º andar, na Cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, às 10:00 horas.
2. **CONVOCAÇÃO:** Dispensada a convocação, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração.
3. **COMPOSIÇÃO DA MESA:** Presidente: Marco Antonio Cassou; Secretário: Marcelino Rafart de Seras.
4. **ORDEM DO DIA:** aprovar, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") e do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a outorga, pela Companhia, de garantias ao cumprimento das obrigações pecuniárias decorrentes das Debêntures (conforme abaixo definido) emitidas pela Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas") e do Contrato BNDES (conforme abaixo definido).
5. **DELIBERAÇÕES:** Aprovadas pela unanimidade dos conselheiros, as seguintes deliberações:
 - 5.1. Em razão (i) da primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Ecopistas, no montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("Debêntures" e "Emissão", respectivamente), que poderá ser aumentada de forma proporcional entre as séries em até 5,71% (cinco inteiros e setenta e um centésimos por cento) com relação à quantidade originalmente oferecida tendo em vista a opção de debêntures adicionais, e (ii) do financiamento a ser contratado pela Ecopistas com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") por meio de contrato de financiamento mediante abertura de crédito ("Contrato BNDES"), no valor de R\$355.396.000,00 (trezentos e cinquenta e cinco milhões trezentos e noventa e seis mil reais), nos termos da Decisão n.º Dir. 1 962/2010, expedida pela Diretoria do BNDES em reunião de 07 de dezembro de 2010 ("Decisão BNDES"), decidiram os conselheiros aprovar, nos termos da Lei das Sociedades por Ações e do artigo 14 do Estatuto Social da Companhia, a outorga de fiança pela Companhia assumindo, em caráter irrevogável e irretratável, a condição de fiadora solidária e principal pagadora do valor total da dívida da Ecopistas representada (a) pelas Debêntures, na data de emissão das Debêntures, acrescido da remuneração e atualização da 1ª, 2ª, 3ª e 4ª Séries, conforme o caso, previstos na "Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas" ("Escritura"), (b) pelo Contrato BNDES, acrescido da remuneração e atualização aplicáveis, e (c) dos encargos moratórios aplicáveis, bem como das demais obrigações pecuniárias acessórias previstas na Escritura e no Contrato

BNDES, inclusive, mas não limitado, àquelas devidas ao agente fiduciário ("Valor Garantido"), renunciando expressamente aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 366, 827, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil Brasileiro e artigos 77 e 595 do Código de Processo Civil ("Fiança"). A Fiança entrará em vigor na data de assinatura da Escritura e do Contrato BNDES, respectivamente, permanecendo válida em todos os seus termos até o pagamento integral do Valor Garantido, ou até ser cancelada nos termos da Escritura e do Contrato BNDES.

5.2. Em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Ecopistas nos termos do Contrato BNDES e da Escritura, decidiram os conselheiros aprovar a constituição de penhor da totalidade das ações ordinárias de emissão da Ecopistas detidas pela Companhia, representativas de 99,99% (noventa e nove inteiros e noventa e nove centésimos por cento) de seu capital social e de todos os dividendos, lucros, rendimentos, bonificações, direitos, juros sobre capital próprio, distribuições e demais valores recebidos ou a serem recebidos ou de qualquer outra forma distribuídos ou a serem distribuídos à Companhia, assim como todas as outras quantias pagas ou a serem pagas em decorrência de, ou relacionadas a quaisquer das ações empenhadas, em favor do BNDES e da Planner Corretora de Valores S.A., na qualidade de agente fiduciário representando os debenturistas da Emissão de Debêntures da Ecopistas, nos termos do Contrato de Penhor de Ações, a ser celebrado entre a Companhia, a Planner Corretora de Valores S.A., o BNDES e a Ecopistas ("Penhor").

5.3. Em razão do financiamento a ser contratado pela Ecopistas com o BNDES, decidiram os conselheiros aprovar a assunção, no Contrato BNDES, de todas as obrigações decorrentes da condição de garantidora, bem como de interveniente controladora, nos termos da Decisão BNDES.

5.4. Autorizar a Diretoria da Companhia a praticar todos e quaisquer atos e a celebrar todos e quaisquer documentos necessários à execução da deliberação ora aprovada podendo, inclusive, celebrar qualquer instrumento ou aditamento relacionado às Debêntures, o Contrato BNDES, a Fiança e o Penhor ora autorizados.

6. **ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a ser tratado, lavrou-se a presente ata, a qual, após lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes.

7. **ASSINATURAS:** Presidente: Sr. Marco Antonio Cassou. Secretário: Sr. Marcelino Rafart de Seras. Conselheiros: Marco Antônio Cassou, Cesar Beltrão de Almeida, João Alberto Gomes Bernacchio, Massimo Villa, Alessandro Rivano e Giuseppe Quarta.

CERTIDÃO

Confere com o original lavrado em livro próprio.

Marcelino Rafart de Seras - *Secretário*

SÚMULAS DE CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Rating Action: Moody's atribui rating Aa2.br às debêntures seniores com garantias reais da Ecopistas; perspectiva estável

Global Credit Research - 17 Jan 2011

Aproximadamente BRL350 milhões de instrumentos de dívida afetados

Sao Paulo, January 17, 2011 -- Moody's America Latina Ltda (Moody's) atribuiu rating Ba1 na escala global e rating Aa2.br na escala nacional brasileira a BRL350 milhões em debêntures seniores com garantias reais a serem emitidas pela Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. (Ecopistas) e garantidas pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (Ecorodovias Concessões). Ao mesmo tempo, Moody's atribuiu ratings de emissor Ba2 na escala global e Aa3.br na escala nacional brasileira a Ecopistas. A perspectiva de todos os ratings é estável. Esta é a primeira vez que a Moody's atribui ratings a Ecopistas.

As debêntures serão emitidas em quatro séries de BRL87,5 milhões cada, com prazos de vencimento entre 135 e 144 meses, que começarão a ser amortizadas anualmente entre 15 e 24 meses após a data da emissão. As debêntures serão garantidas pelo penhor das ações da concessionária, cessão fiduciária de suas receitas futuras de pedágios e direitos de indenização sobre os ativos da concessão. A emissão proposta das debêntures públicas conta com garantia firme dos bancos coordenadores para a colocação de BRL350 milhões sendo que o montante da emissão pode chegar até BRL370 milhões dependendo das condições de mercado e eventual exercício da opção de lote adicional. Os recursos serão utilizados para refinanciar cerca de BRL371 milhões em notas promissórias com vencimento em junho de 2011.

FUNDAMENTOS DO RATING

Os ratings de emissor Ba2 e Aa3.br refletem o importante serviço que o sistema de rodovias da Ecopistas fornece ao conectar a área metropolitana de São Paulo às cidades industriais do Vale do Paraíba e o ambiente regulatório relativamente estável para concessões de pedágios no Estado de São Paulo. O histórico limitado desta concessão recém-adquirida, o elevado nível de endividamento e os altos investimentos nos próximos cinco anos limitam o rating, assim como a forte competição de rota alternativa, a Rodovia Presidente Dutra (NovaDutra).

Os ratings Ba1 e Aa2.br atribuídos aos BRL350 milhões em debêntures seniores com garantias reais estão um nível acima do rating de emissor da Ecopistas para refletir a fiança solidária da Ecorodovias Concessões. Criada recentemente para consolidar os negócios de pedágios do grupo, a Ecorodovias Concessões é uma holding intermediária da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. (Ecorodovias Infraestrutura). Ecopistas se beneficia significativamente do perfil de crédito do grupo Ecorodovias, que é um dos maiores operadores de concessões rodoviárias no Brasil, com 1.459 quilômetros sob concessão de longo prazo. Além da Ecopistas, o grupo possui quatro concessões mais maduras estrategicamente localizadas nos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul que vencem entre 2021 e 2026. Este portfólio diversificado contribui para os fluxos de caixa estáveis e previsíveis do grupo.

Moody's observa que o rating de emissor da Ecopistas incorpora o perfil de risco de sua controladora devido à integração operacional e financeira da Ecorodovias com suas subsidiárias operacionais e às cláusulas de default cruzado ("cross default") existentes no contrato da dívida proposta da Ecopistas.

Ecorodovias Infraestrutura tem indicadores de crédito fortes no consolidado. Seu índice médio de Caixa das Operações (FFO) sobre Dívida girou ao redor de 27% nos últimos três anos e seu índice de cobertura de juros de caixa ao redor de 3,9x. Na visão da Moody's, esses indicadores devem se deteriorar nos próximos anos dada a forte estratégia de investimento de seus controladores e as atuais oportunidades de investimento no setor brasileiro de infra-estrutura. Esta deterioração, porém, será limitada no nível da Ecorodovias Concessões dados os parâmetros financeiros mínimos incorporados em seus acordos financeiros vigentes até 2015. Essas cláusulas financeiras exigem que Ecorodovias Concessões mantenha um índice máximo de Dívida Líquida sobre EBITDA de 2,75x e um índice mínimo de EBITDA sobre Resultado Financeiro Líquido de 3.0x.

Nas debêntures propostas da Ecopistas também foram incluídas cláusulas contratuais restritivas que devem limitar sua alavancagem, tais como o índice máximo de Dívida Líquida sobre EBITDA de 4,0x, um índice mínimo de cobertura do serviço de dívida de 1,2x e um índice mínimo de capitalização dos acionistas de 20%; no entanto, essas cláusulas não são aplicáveis enquanto Ecorodovias for a fiadora. A fiança deve ser liberada quando Ecopistas tiver cumprido com as cláusulas financeiras restritivas por um período de vinte e quatro meses consecutivos.

As projeções da Moody's indicam que a Ecopistas não será capaz de cumprir com essas cláusulas financeiras antes de 2015 devido aos investimentos elevados. Após este período, o crescimento esperado nos volumes de tráfego deve fortalecer a geração de caixa da empresa e diminuir sua alavancagem. A projeção da Moody's considera o forte desempenho recente do tráfego pedagiado na Ecopistas, o qual está 25% acima do previsto pelo consultor independente, em função de um PIB mais alto e o aumento resultante nos volumes de tráfego de veículos comerciais. Esses veículos representam atualmente um terço do volume total de tráfego e tendem a ter uma correlação elevada com o crescimento econômico regional.

A concessão da Ecopistas requer melhorias nas rodovias existentes e a construção de uma extensão de 6,8 quilômetros de rodovia em Taubaté, o que Moody's estima que custará cerca de BRL600 milhões durante os seis primeiros anos da concessão. Embora não haja um contrato de EPC abrangente, o que expõe a empresa a custos maiores de investimentos, o risco de construção é administrável dado o baixo nível de complexidade e o histórico do grupo em concluir projetos similares. O BNDES deverá financiar cerca de 60% das necessidades de investimento da Ecopistas. No final de 2010, o BNDES aprovou um empréstimo de longo prazo de BRL355,4 milhões, o qual compartilhará as mesmas garantias das debêntures propostas.

ARTESP, a autoridade de concessão de São Paulo desde 2002, de um modo geral, apóia as operadoras de rodovias pedagiadas. De uma perspectiva do crédito, o ambiente regulatório de São Paulo pode ser considerado acima da média brasileira em termos de transparência dos mecanismos de estabelecimento de tarifas e proteção contra eventos fora do controle da concessionária. O contrato de concessão permite aumentos anuais de tarifas em linha com a inflação, conforme medido pelo índice de preços do consumidor (IPC-A).

Os cálculos da Moody's prevêem que o índice de cobertura de juros de caixa da Ecopistas atinja uma média de 2,4x nos próximos cinco anos, até que os investimentos necessários sejam concluídos. Após este período, a amortização programada reduzirá gradualmente a alavancagem. O índice de cobertura de juros de caixa deve melhorar para 4,0x à medida que as debêntures estiverem mais próximas do vencimento. Moody's espera que o Caixa Gerado nas Operações (FFO) sobre Dívida atualmente em cerca de 5% cresça para acima de 15% após a fase de investimentos.

Como uma empresa controladora, os dividendos das subsidiárias operacionais da Ecorodovias Concessões são sua fonte primária de caixa. Outras fontes de caixa incluem receitas de partes relacionadas provenientes de contratos de serviços administrativos, financeiros e de engenharia com as suas subsidiárias. Em 2008 e 2009, as concessionárias operacionais de rodovias pedagiadas, incluindo a Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataras e Ecosul, distribuíram cerca de BRL235 milhões por ano em dividendos para a controladora, e cerca de BRL135 milhões em 2010. Esses dividendos estão limitados pelo serviço de dívidas no nível dessas subsidiárias operacionais, que representam cerca de 65% da dívida consolidada da Ecorodovias Concessões. No entanto, consideramos esses dividendos como sendo uma fonte confiável de caixa dado o perfil operacional maduro dessas concessões rodoviárias e suas necessidades relativamente baixas de investimentos. Por outro lado, Ecopistas não será capaz de distribuir dividendos significativos nos próximos cinco anos devido aos seus investimentos elevados. Para os próximos dois anos, Moody's prevê que o fluxo anual de dividendos das subsidiárias operacionais e receitas de partes relacionadas cobrirão modestamente as despesas gerais e os pagamentos para serviço de dívida da Ecorodovias Concessões. Estas projeções excluem a Ecocataratas uma vez que o controle desta subsidiária foi transferido para a Ecorodovias Infraestrutura em dezembro de 2010.

Em uma base consolidada, Ecorodovias Concessões tem uma posição de liquidez desafiadora, evidenciada por BRL826 milhões em dívida de curto prazo comparado com uma posição de caixa de BRL241 milhões em 30 de setembro de 2010; no entanto, o risco é amplamente mitigado pelo histórico de acesso do grupo ao mercado de capitais e pela forte posição de caixa de sua controladora Ecorodovias Infraestrutura, que obteve BRL1,2 bilhão recursos através de uma oferta de ações em abril de 2010.

A perspectiva estável reflete a expectativa da Moody's de que Ecopistas manterá uma alavancagem relativamente elevada nos próximos cinco anos, principalmente como resultado de um investimento elevado durante esse período. Depois disso, o crescimento esperado no volume de tráfego deve fornecer à empresa uma melhor geração de caixa e uma menor alavancagem. Moody's espera que a empresa obtenha adequada captação de longo prazo no prazo esperado para seu programa de investimentos. Moody's também espera que uma alavancagem adicional na Ecorodovias Concessões será administrada de maneira prudente para que os indicadores de crédito permaneçam de acordo com as cláusulas financeiras de suas debêntures.

O rating ou a perspectiva poderia ser elevada se Ecopistas administrar de maneira eficiente suas necessidades de investimento e Ecorodovias Concessões melhorar constantemente seu perfil de liquidez e obter indicadores de crédito sustentáveis, em linha com as projeções ou que excedam o desempenho esperado em uma base consolidada. Quantitativamente, uma elevação do rating poderia ocorrer caso o índice de FFO sobre Dívida da Ecorodovias Concessões no consolidado permanecer acima de 35% e a cobertura de juros ficar acima de 4,5x em uma base sustentável.

O rating ou a perspectiva poderia ser rebaixada se Ecopistas tiver desempenho abaixo das expectativas, gerando indicadores de crédito mais fracos, com o índice de FFO sobre Dívida caindo abaixo de 7% e o índice de cobertura de juros permanecendo abaixo de 2,0x por um período prolongado. Os ratings ou perspectiva também poderiam ser rebaixados como resultado de um nível mais baixo de suporte implícito da Ecorodovias Infraestrutura ou uma deterioração significativa na capacidade creditícia da Ecorodovias Concessões. Quantitativamente, um rebaixamento poderia ocorrer se Ecorodovias Concessões tiver desempenho consolidado abaixo do esperado gerando indicadores de crédito mais fracos, tais como FFO sobre Dívida abaixo de 25% e índice de cobertura de juros menor que 3,5x por um período prolongado.

Os Ratings em Escala Nacional da Moody's (NSRs em inglês) têm o intuito de serem avaliações relativas da idoneidade creditícia entre as emissões de dívida e os emissores de um dado país, a fim de permitir que os participantes do mercado diferenciem melhor os riscos relativos. Os NSRs são diferentes dos ratings globais da Moody's pois não são globalmente comparáveis ao universo global de entidades classificadas pela Moody's, mas apenas a NSRs de outras emissões e emissores classificados no mesmo país. Os NSRs são designados por um modificador ".nn" que indica o país relevante, como ".br" no caso do Brasil. Para maiores informações sobre a abordagem da Moody's para ratings na escala nacional, consulte as Diretrizes para Implementação de Ratings da Moody's publicadas em agosto de 2010 sob o título "Mapeamento dos Ratings na Escala Nacional da Moody's para Ratings na Escala Global" ("Mapping Moody's National Scale Ratings to Global Scale Ratings").

A principal metodologia utilizada para a atribuição de ratings a Ecopistas foi a "Operational Toll Roads Rating Methodology" publicada em dezembro de 2006. Outras metodologias e fatores que podem ter sido considerados nesse processo de rating também podem ser encontrados no site da Moody's.

Ecopistas é uma subsidiária operacional da Ecorodovias Infraestrutura, a qual é controlada pelo Grupo CR Almeida (45%) e pelo Grupo Impregilo (29.2%). Nos últimos doze meses findos em 30 de setembro de 2010, Ecorodovias Infraestrutura reportou receitas consolidadas de BRL1.210 milhões (USD680 milhões) e EBITDA de BRL911 milhões (USD512 bilhões) pelos quais Ecopistas foi 12% e 10% responsável, respectivamente.

Ecopistas detém uma concessão de 30 anos para operar serviços de pedágio nos sistemas rodoviários da Ayrton Senna e Carvalho Pinto, que compõem uma rodovia de 135 quilômetros, com quatro praças de pedágio entre as cidades de São Paulo e Taubaté no Vale do Paraíba. A agência regulatória do Estado, ARTESP, concedeu esta concessão em abril de 2009.

DISCLOSURES REGULATÓRIOS

As fontes de informação usadas no processo de atribuição do rating foram: partes envolvidas no rating, partes não envolvidas no rating, informações públicas, informações confidenciais e proprietárias da Moody's Investors Service, informações confidenciais e proprietárias da Moody's Analytics.

A Moody's Investors Service considera que a qualidade da informação disponível sobre o emissor ou instrumento é satisfatória para os propósitos de atribuição de rating de crédito.

A Moody's adota todas as medidas necessárias para que as informações utilizadas na atribuição de ratings seja de qualidade suficiente e proveniente de fontes que a Moody's considera confiáveis incluindo, quando apropriado, fontes de terceiros. No entanto, a Moody's não realiza serviços de auditoria, e não pode realizar, em todos os casos, verificação ou confirmação independente das informações recebidas nos

processos de rating.

Consulte a aba de ratings na página do emissor/entidade no Moodys.com para visualizar o histórico e a última ação de rating deste emissor.

A data em que alguns Ratings de Crédito foram atribuídos pela primeira vez diz respeito a uma época em que os ratings da Moody's Investors Service não eram integralmente digitalizados e pode ser que os dados precisos não estejam disponíveis. Consequentemente, a Moody's Investors Service fornece uma data que acredita ser a mais confiável e precisa com base nas informações disponíveis. Consulte a página de divulgação de ratings em nosso website www.moodys.com para obter maiores informações.

Consulte a página de Política de Crédito (Credit Policy) no moodys.com para ter acesso às metodologias utilizadas na determinação dos ratings, mais informações sobre o significado de cada categoria de rating e a definição de default e recuperação.

Sao Paulo
Cristiane Spercel
Associate Analyst
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

New York
Chee Mee Hu
MD - Project Finance
Infrastructure Finance Group
Moody's Investors Service
JOURNALISTS: 212-553-0376
SUBSCRIBERS: 212-553-1653

Moody's America Latina Ltda.
Avenida Nacoes Unidas, 12.551
16th Floor, Room 1601
Sao Paulo, SP 04578-903
Brazil
JOURNALISTS: 800-891-2518
SUBSCRIBERS: 55-11-3043-7300



© 2011 Moody's Investors Service, Inc. and/or its licensors and affiliates (collectively, "MOODY'S"). All rights reserved.

CREDIT RATINGS ARE MOODY'S INVESTORS SERVICE, INC.'S ("MIS") CURRENT OPINIONS OF THE RELATIVE FUTURE CREDIT RISK OF ENTITIES, CREDIT COMMITMENTS, OR DEBT OR DEBT-LIKE SECURITIES. MIS DEFINES CREDIT RISK AS THE RISK THAT AN ENTITY MAY NOT MEET ITS CONTRACTUAL, FINANCIAL OBLIGATIONS AS THEY COME DUE AND ANY ESTIMATED FINANCIAL LOSS IN THE EVENT OF DEFAULT. CREDIT RATINGS DO NOT ADDRESS ANY OTHER RISK, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO: LIQUIDITY RISK, MARKET VALUE RISK, OR PRICE VOLATILITY. CREDIT RATINGS ARE NOT STATEMENTS OF CURRENT OR HISTORICAL FACT. CREDIT RATINGS DO NOT CONSTITUTE INVESTMENT OR FINANCIAL ADVICE, AND CREDIT RATINGS ARE NOT RECOMMENDATIONS TO PURCHASE, SELL, OR HOLD PARTICULAR SECURITIES. CREDIT RATINGS DO NOT COMMENT ON THE SUITABILITY OF AN INVESTMENT FOR ANY PARTICULAR INVESTOR. MIS ISSUES ITS CREDIT RATINGS WITH THE EXPECTATION AND UNDERSTANDING THAT EACH INVESTOR WILL MAKE ITS OWN STUDY AND EVALUATION OF EACH SECURITY THAT IS UNDER CONSIDERATION FOR PURCHASE, HOLDING, OR SALE.

ALL INFORMATION CONTAINED HEREIN IS PROTECTED BY LAW, INCLUDING BUT NOT LIMITED TO, COPYRIGHT LAW, AND NONE OF SUCH INFORMATION MAY BE COPIED OR OTHERWISE REPRODUCED, REPACKAGED, FURTHER TRANSMITTED, TRANSFERRED, DISSEMINATED, REDISTRIBUTED OR RESOLD, OR STORED FOR SUBSEQUENT USE FOR ANY SUCH PURPOSE, IN WHOLE OR IN PART, IN ANY FORM OR MANNER OR BY ANY MEANS WHATSOEVER, BY ANY PERSON WITHOUT MOODY'S PRIOR WRITTEN CONSENT. All information contained herein is obtained by MOODY'S from sources believed by it to be accurate and reliable. Because of the possibility of human or mechanical error as well as other factors, however, all information contained herein is provided "AS IS" without warranty of any kind. MOODY'S adopts all necessary measures so that the information it uses in assigning a credit rating is of sufficient quality and from sources Moody's considers to be reliable, including, when appropriate, independent third-party sources. However, MOODY'S is not an auditor and cannot in every instance independently verify or validate information received in the rating process. Under no circumstances shall MOODY'S have any liability to any person or entity for (a) any loss or damage in whole or in part caused by, resulting from, or relating to, any error (negligent or otherwise) or other circumstance or contingency within or outside the control of MOODY'S or any of its directors, officers, employees or agents in connection with the procurement, collection, compilation, analysis, interpretation, communication, publication or delivery of any such information, or (b) any direct, indirect, special, consequential, compensatory or incidental damages whatsoever (including without limitation, lost profits), even if MOODY'S is advised in advance of the possibility of such damages,

resulting from the use of or inability to use, any such information. The ratings, financial reporting analysis, projections, and other observations, if any, constituting part of the information contained herein are, and must be construed solely as, statements of opinion and not statements of fact or recommendations to purchase, sell or hold any securities. Each user of the information contained herein must make its own study and evaluation of each security it may consider purchasing, holding or selling. NO WARRANTY, EXPRESS OR IMPLIED, AS TO THE ACCURACY, TIMELINESS, COMPLETENESS, MERCHANTABILITY OR FITNESS FOR ANY PARTICULAR PURPOSE OF ANY SUCH RATING OR OTHER OPINION OR INFORMATION IS GIVEN OR MADE BY MOODY'S IN ANY FORM OR MANNER WHATSOEVER.

MIS, a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Corporation ("MCO"), hereby discloses that most issuers of debt securities (including corporate and municipal bonds, debentures, notes and commercial paper) and preferred stock rated by MIS have, prior to assignment of any rating, agreed to pay to MIS for appraisal and rating services rendered by it fees ranging from \$1,500 to approximately \$2,500,000. MCO and MIS also maintain policies and procedures to address the independence of MIS's ratings and rating processes. Information regarding certain affiliations that may exist between directors of MCO and rated entities, and between entities who hold ratings from MIS and have also publicly reported to the SEC an ownership interest in MCO of more than 5%, is posted annually at www.moody's.com under the heading "Shareholder Relations — Corporate Governance — Director and Shareholder Affiliation Policy."

Any publication into Australia of this document is by MOODY'S affiliate, Moody's Investors Service Pty Limited ABN 61 003 399 657, which holds Australian Financial Services License no. 336969. This document is intended to be provided only to "wholesale clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001. By continuing to access this document from within Australia, you represent to MOODY'S that you are, or are accessing the document as a representative of, a "wholesale client" and that neither you nor the entity you represent will directly or indirectly disseminate this document or its contents to "retail clients" within the meaning of section 761G of the Corporations Act 2001.

Notwithstanding the foregoing, credit ratings assigned on and after October 1, 2010 by Moody's Japan K.K. ("MJKK") are MJKK's current opinions of the relative future credit risk of entities, credit commitments, or debt or debt-like securities. In such a case, "MIS" in the foregoing statements shall be deemed to be replaced with "MJKK". MJKK is a wholly-owned credit rating agency subsidiary of Moody's Group Japan G.K., which is wholly owned by Moody's Overseas Holdings Inc., a wholly-owned subsidiary of MCO.

This credit rating is an opinion as to the creditworthiness or a debt obligation of the issuer, not on the equity securities of the issuer or any form of security that is available to retail investors. It would be dangerous for retail investors to make any investment decision based on this credit rating. If in doubt you should contact your financial or other professional adviser.

**LAUDO DE AVALIAÇÃO DAS AÇÕES DA COMPANHIA DADAS EM GARANTIA DAS DEBÊNTURES,
ELABORADO PELA ERNST & YOUNG AUDITORES INDEPENDENTES S.S.**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Avaliação Econômico-Financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna
e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Data-base: 30 de junho de 2010

11 de novembro de 2010

Confidencial

São Paulo, 11 de novembro de 2010

Sra. Ana Sílvia de Almeida

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

Rodovia Ayrton Senna, s/n - Km 32 Pista Oeste
Itaquaquecetuba, 08578-010 - SP - Brasil

Prezada Sra. Ana Sílvia de Almeida,

De acordo com nossos entendimentos recentes, apresentamos a seguir o relatório de avaliação econômico-financeira da empresa concessionária rodoviária estadual Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (doravante denominada "Ecopistas", "Empresa" ou "concessionária") na data-base 30 de junho de 2010.

O objetivo do trabalho foi efetuar a avaliação econômico-financeira da Ecopistas dentro do contexto da Instrução CVM nº 400, art. 32, parágrafo III. A avaliação econômico-financeira tem como objetivo estimar o valor da Ecopistas, cujas ações serão dadas em garantia em processo de emissão pública de debêntures. É importante ressaltar que o trabalho descrito nesta proposta não deve ser utilizado para fins de atendimento às normas contábeis BR GAAP¹, US GAAP² e IFRS³ ou a qualquer outra norma da CVM⁴.

Ressalta-se que não faz parte do escopo deste trabalho calcular valores econômicos da Empresa por classe ou espécie de ações nem eventual prêmio de controle. Dessa forma, a Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda. (doravante denominada "Ernst & Young Terco") não efetuará qualquer tipo de juízo em relação à distribuição do valor econômico calculado entre as diversas espécies e/ou classes de ações da Empresa.

1 *Generally Accepted Accounting Principles in Brazil* - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil.

2 *Generally Accepted Accounting Principles in the United States* - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos.

3 *International Financial Reporting Standards* - Normas Internacionais de Contabilidade.

4 Comissão de Valores Mobiliários.

O período projetivo considerado para avaliação da Ecopistas foi de 29 anos, de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2039.

Este relatório contempla objetivo, procedimentos e metodologia por nós utilizados, bem como as premissas mercadológicas e operacionais que envolveram o cálculo da estimativa/ expectativa do valor de investimento para a **Ecopistas**.

Como resultado final do presente trabalho, obtivemos a estimativa/ expectativa de valor de investimento da Ecopistas de aproximadamente **R\$ 907.138 mil (novecentos e sete milhões, cento e trinta e oito mil Reais)** em 30 de junho de 2010.

Agradecemos a oportunidade de colaborarmos com a **Concessionária da Ecopistas**. Caso haja quaisquer dúvidas ou necessidade de informações adicionais, entre em contato com o Sr. Sérgio Barcelos Dutra de Almeida ou com o Sr. Kenzo Otsuka pelo número (+55 11) 2573-3347.

Atenciosamente,



Sérgio Barcelos Dutra de Almeida
Sócio

Ernst & Young Terco



Kenzo Otsuka
Gerente Sênior
Ernst & Young Terco

Confidencial

1. Sumário Executivo	8
1.1 Nosso Projeto	9
1.2 Sumário da Avaliação	10
2. Introdução	12
2.1 Contexto, Objetivo e Considerações Gerais	13
2.2 Metodologia de Avaliação	15
2.3 Premissas da Avaliação	16
2.4 Limitações	18
2.5 Fontes de Informação	21
2.6 Trabalho Realizado	23
3. Análise Macroeconômica	24
4. Análise da Indústria	29
5. Análise da Ecopistas	34
5.1 Descrição da Ecopistas	35
5.2 Informações Financeiras Históricas	37
5.3 Projeções Financeiras	38
6. Avaliação da Ecopistas	47
6.1 Análise da Metodologia de Avaliação	48
6.2 Implementação da Metodologia do Fluxo de Caixa Descontado ("FCD")	49
7. Conclusão	55
8. Anexos	57
8.1 Metodologia de Avaliação	58
8.2 Metodologia do Fluxo de Caixa Descontado ("FCD")	60

8.3 Cálculo do WACC.....	65
8.4 Empresas Comparáveis.....	68

Termos e Definições

ABCR	Associação Brasileira de Concessionárias de Rodovias
Administração	Refere-se à administração da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Anfavea	Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores
ANTT	Agência Nacional de Transportes Terrestres
ARTESP	Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo
ASA	<i>American Society of Appraisers</i> - Sociedade Americana de Avaliadores
BACEN	Banco Central do Brasil
BR GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles in Brazil</i> - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos no Brasil
BRL ou R\$	Real (Moeda Brasileira)
CAGR	<i>Compound Annual Growth Rate</i> - Taxa Composta de Crescimento Anual
CNT	Confederação Nacional do Transporte
CAPEX	<i>Capital Expenditures</i> - Novos Investimentos em Ativo Fixo
CAPM	<i>Capital Asset Pricing Model</i> - Modelo de Precificação de Ativos
Cliente	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Concessionária	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
COPOM	Comitê de Políticas Monetárias
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
CVM	Comissão de Valores Mobiliários
Data-base	30 de junho de 2010
Ecopistas	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Ecorodovias	Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A.
Empresa	Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Ernst & Young Terco	Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda.
EBIT	<i>Earnings Before Interest and Taxes</i> - Lucro Antes dos Juros e Impostos
EBITDA	<i>Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization</i> - Lucro Antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização

Confidencial

6 Avaliação Econômico-Financeira da Ecopistas - 30 de junho de 2010

EUA	Estados Unidos da América
EYT	Ernst & Young Terco Assessoria Empresarial Ltda.
FCD	Fluxo de Caixa Descontado
Fenabrave	Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores
FGV	Fundação Getúlio Vargas
Fipe	Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
LPI	<i>Logistics Performance Index</i>
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFRS	<i>International Financial Reporting Standards</i> - Normas Internacionais de Contabilidade
IGP-M	Índice Geral de Preços - Mercado
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
Nuci	Nível de Utilização da Capacidade Instalada
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PIB	Produto Interno Bruto
PPP	Parceria Público-Privada
Relatório	Este relatório, datado em 11 de novembro de 2010
RIR	Regulamento do Imposto de Renda
Selic	Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Taxa básica de juros
Setor	Concessionárias de Rodovias
USD ou US\$	Dólares Americanos (Moeda dos Estados Unidos da América)
US GAAP	<i>Generally Accepted Accounting Principles in the United States</i> - Princípios Contábeis Geralmente Aceitos nos Estados Unidos
Valor de investimento	"...valor com base em lucros esperados ou retorno monetário a um investidor (...)" ou "...valor para um investidor em particular, com base em requerimentos de investimentos individuais, como distinção do conceito de valor de mercado, que é impecional (...)" (ASA)
WACC	Weighted Average Cost Of Capital - Custo Médio Ponderado de Capital

Confidencial

7 Avaliação Econômico-Financeira da Ecopistas - 30 de junho de 2010

1. Sumário Executivo

1.1 Nosso Projeto	9
1.2 Sumário da Avaliação	10

Confidencial

8 Avaliação Econômico-Financeira da Ecopistas – 30 de junho de 2010

Conforme solicitação da Ecopistas, a Ernst & Young Terco elaborou uma avaliação econômico-financeira da Empresa.

A avaliação econômico-financeira tem como objetivo estimar o valor da concessionária cujas ações serão dadas em garantia em processo de emissão pública de debêntures.

O período projetado considerado foi de 29 anos, de 1º de julho de 2010 a 30 de junho de 2039.

Nossa análise foi baseada em informações fornecidas pela Administração. De acordo com as práticas profissionais, a avaliação econômico-financeira da Ecopistas é derivada da aplicação da Abordagem da Renda através do uso do método do Fluxo de Caixa Descontado.

1.2 Sumário da Avaliação

O objetivo deste relatório é apresentar as premissas e resultados da avaliação econômico-financeira da **Ecopistas** em 30 de junho de 2010. Para estes cálculos e expectativas/ estimativas, consideraram-se os seguintes procedimentos:

- ▶ A avaliação econômico-financeira da **Ecopistas** foi realizada através da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado;
- ▶ O padrão de valor utilizado foi o valor de investimento;
- ▶ Discussões e reuniões com a administração e funcionários da **Ecopistas** durante os trabalhos;
- ▶ Obtenção de dados históricos contábeis, operacionais e gerenciais da **Ecopistas**;
- ▶ Análise do mercado em que a **Ecopistas** está inserida, de forma a identificar perspectivas futuras de crescimento e rentabilidade;
- ▶ Análise crítica do plano de negócios da **Ecopistas** fornecido pela **Administração**;
- ▶ Projeção dos demonstrativos financeiros da **Ecopistas** (demonstrativo de resultado e fluxo de caixa livre) com base nas informações financeiras disponibilizadas pela **Administração** e em análises de mercado;
- ▶ Outros Ativos e Passivos Não-Operacionais da **Ecopistas**, quando observados, foram adicionados/ subtraídos ao valor dos fluxos de caixa descontados; e
- ▶ Cálculo da taxa de desconto, em termos nominais, que reflete adequadamente os riscos inerentes da **Ecopistas** e do setor.

Os resultados do valor da **Ecopistas** contidos neste relatório dependem das premissas que serviram de base para as projeções. O método do Fluxo de Caixa Descontado não antecipa mudanças nos ambientes externo e interno em que a **Ecopistas** está inserida, exceto aquelas apontadas neste relatório.

Como resultado final do trabalho, obtivemos a estimativa/ expectativa de valor de investimento da **Ecopistas** de aproximadamente **R\$ 907.138 mil (novecentos e sete milhões, cento e trinta e oito mil Reais)** em 30 de junho de 2010.

De acordo com a metodologia e as premissas descritas neste relatório, os resultados encontrados para a avaliação econômico-financeira da Ecopistas, em 30 de junho de 2010, são apresentados a seguir:

Sumário dos Resultados (em R\$ 000')		Múltiplos Implícitos	
(=) Valor Operacional da Ecopistas	1.430.126	Valor Operacional/ Receita Líquida	9,2x
(+) Ativos Não-Operacionais	608	Valor Operacional/ EBITDA	14,8x
(-) Passivos Não-Operacionais	(523.596)	Valor Operacional/ Patrimônio Líquido	10,8x
(=) Valor do Negócio da Ecopistas	907.138	Valor do Negócio/ Receita Líquida	5,8x
Fonte: Ecopistas/ Ernst & Young Terco		Valor do Negócio/ EBITDA	9,4x
		Valor do Negócio/ Patrimônio Líquido	6,8x
		Fonte: Ecopistas/ Ernst & Young Terco	

Os resultados obtidos pela utilização da metodologia do Fluxo de Caixa Descontado na avaliação da Ecopistas são relevantes no contexto da operação planejada, dado que:

- ▶ As premissas de crescimento e lucratividade estão em linha com os dados históricos e com as tendências de mercado;
- ▶ Os parâmetros de avaliação são consistentes com os dados financeiros fornecidos, com o tamanho da Ecopistas e com a expectativa de crescimento de longo prazo; e
- ▶ Nossa avaliação considera que as regras do contrato de concessão serão respeitadas durante todo o período projetado. Não incluímos nas taxas de desconto qualquer efeito de um eventual risco de alteração de regras, em função da imponderabilidade e do baixo risco atualmente vislumbrado de tal situação.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÕES DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO DA EMISSORA PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS, companhia aberta com sede na Rodovia Ayrton Senna, Km 32, pista oeste, S/N – Prédio da Praça de Pedágio, Itaquaquecetuba, estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 10.841.050/0001-55, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Companhia"), no âmbito da oferta pública de distribuição de debêntures simples da 1ª emissão da Companhia ("Oferta"), a ser realizada pela Companhia e sob a coordenação do Banco Itaú BBA S.A., na qualidade de coordenador líder ("Coordenador Líder"), nos termos das Instruções da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), vem, pela presente, declarar, nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400, exclusivamente para os fins do processo de registro da Oferta na CVM, o quanto segue:

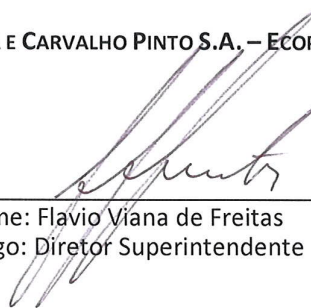
- (i) o Prospecto Preliminar da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Companhia ("Prospecto Preliminar") e a Escritura da Primeira Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Companhia ("Escritura de Emissão" e "Debêntures", respectivamente) contêm, e o Prospecto Definitivo da Oferta Pública de Distribuição de Debêntures Simples da 1ª Emissão da Companhia ("Prospecto Definitivo") conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta, das Debêntures a serem ofertados, da Companhia e suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, sendo tais informações verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- (ii) o Prospecto Preliminar foi, e o Prospecto Definitivo será, elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, a Instrução CVM 400;
- (iii) as informações prestadas e a serem prestadas, por ocasião do registro da Oferta, do arquivamento do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo, bem como aquelas fornecidas ao mercado durante a Oferta, respectivamente, são e serão verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes para permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta; e
- (iv) a Companhia é responsável pela veracidade, consistência, qualidade e suficiência das informações prestadas por ocasião do registro e fornecidas ao mercado durante a distribuição.

Sendo o que cumpria para o momento, renova os votos de estima e consideração e subscreve-se.

Itaquaquecetuba, 14 de janeiro de 2011.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. – ECOPISTAS


Nome: Frederico Botto
Cargo: Diretor Presidente


Nome: Flavio Viana de Freitas
Cargo: Diretor Superintendente



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DECLARAÇÃO

BANCO ITAÚ BBA S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Av. Brig. Faria Lima 3400, 4º andar (parte), inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o n.º 17.298.092/0001-30, representada na forma de seu Estatuto Social ("Coordenador Líder"), na qualidade de instituição responsável por coordenar e colocar a distribuição pública de 350.000 (trezentas e cinquenta mil) Debêntures Simples, Não-Convertíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, além de garantia adicional fidejussória, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas ("Emissora"), com valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais) ("Debêntures"), perfazendo o montante total de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais) ("Emissão"), vem, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), declarar que:

Considerando que:

- (i) o Coordenador Líder constituiu assessores legais para auxiliá-lo na implementação da Oferta;
- (ii) para a realização da Oferta, está sendo efetuada auditoria jurídica na Emissora e em suas controladas, iniciada em setembro de 2010, a qual prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta ("Prospecto Definitivo");
- (iii) por solicitação do Coordenador Líder, a Emissora contratou os auditores independentes que auditaram suas demonstrações financeiras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009 e que estão auditando as demonstrações financeiras da Emissora para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2010, tendo em vista a Emissora ter sido constituída em 27 de abril de 2009, para aplicação dos procedimentos previstos nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA n.º 12, de 7 de março de 2006, com relação ao Prospecto Preliminar e ao Prospecto Definitivo;
- (iv) a Emissora disponibilizou os documentos que considera relevantes para a Oferta;
- (v) além dos documentos a que se refere o item (iv) acima, foram solicitados pelo Coordenador Líder documentos e informações adicionais relativos à Emissora;



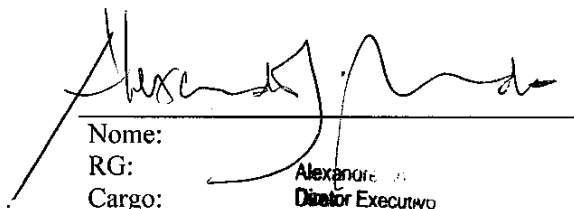
- (vi) conforme informações prestadas pela Emissora, esta disponibilizou, para análise do Coordenador Líder e de seus consultores legais, todos os documentos, bem como foram prestadas todas as informações, consideradas relevantes sobre os negócios da Emissora, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta; e
- (vii) a Emissora participou da elaboração do Prospecto Preliminar e participará da elaboração do Prospecto Definitivo, diretamente e através de seus consultores legais.

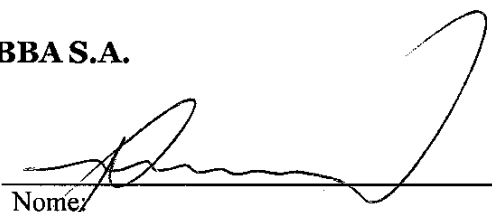
O Coordenador Líder declara que tomou todas as cautelas e agiu com elevados padrões de diligência, para assegurar que: (i) as informações prestadas pela Emissora fossem verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão; e (ii) as informações fornecidas ao mercado durante todo o prazo da Emissão, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro da Emissora, que venham a integrar o prospecto preliminar e o prospecto definitivo, fossem suficientes, permitindo aos investidores a tomada de decisão fundamentada a respeito da Emissão.

Adicionalmente, o Coordenador Líder declara que o prospecto preliminar da Emissão contém e o prospecto definitivo da Emissão conterá as informações relevantes necessárias ao conhecimento, pelos investidores, da Emissão, das Debêntures, da Emissora, suas atividades, situação econômico-financeira, os riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes, bem como que o prospecto preliminar da Emissão foi e o prospecto definitivo da Emissão será preparado de acordo com as normas pertinentes.

São Paulo, 18 de janeiro de 2011.

BANCO ITAÚ BBA S.A.


Nome: _____
RG: _____
Cargo: _____
Alexandre Acude
Diretor Executivo


Nome: _____
RG: _____
Cargo: **MARIO BERTONCINI**
Diretor



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) DA COMPANHIA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO EM
30 DE SETEMBRO DE 2010 E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES
INDEPENDENTE**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Concessionária das Rodovias
Ayrton Senna e Carvalho
Pinto S.A. - Ecopistas***

*Relatório de Revisão dos
Auditores Independentes das
Informações Trimestrais - ITR
Terceiro Trimestre - 2010*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e o relatório de desempenho e as notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, durante o exercício de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 3 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 5 de novembro de 2010



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

2010-0257

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIACÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
4 - NIRE 35.300.368.657		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA AYRTON SENNA, S/N - KM 32		2 - BAIRRO OU DISTRITO RIO ABAIXO	
3 - CEP 08578-010	4 - MUNICÍPIO ITAQUAQUECETUBA		5 - UF SP
6 - DDD 11	7 - TELEFONE 4646-3461	8 - TELEFONE 4646-0000	9 - TELEFONE 4359-6005
10 - TELEX 0000000			
11 - DDD 11	12 - FAX 0000-0000	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000
15 - E-MAIL ecopistas@ecopistas.com.br			

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME FLAVIO VIANA DE FREITAS	
2 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIA AYRTON SENNA, S/N - KM 32	
3 - BAIRRO OU DISTRITO ITAQUAQUECETUBA	
4 - CEP 08578-010	5 - MUNICÍPIO ITAQUAQUECETUBA
6 - UF SP	
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 4646-3461
9 - TELEFONE 4646-0000	10 - TELEFONE 4359-6005
11 - TELEX 0000000	
12 - DDD 11	13 - FAX 0000-0000
14 - FAX 0000-0000	15 - FAX 0000-0000
16 - E-MAIL flavio.freitas@ecopistas.com.br	

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES						10 - CÓDIGO CVM 00385-9	
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ISMAR DE MOURA						12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 051.550.278-29	

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONG ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	191.725	139.725	85.946
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	191.725	139.725	85.946
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO Privada Nacional
4 - CÓDIGO ATIVIDADE 1140 - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL CONCESSÃO E EXPLORAÇÃO DE RODOVIAS
6 - TIPO DE CONSOLIDADO Não Apresentado
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES Sem Ressalva


01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CODIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AVRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	31/05/2010	105.725	19.779	Subscrição Particular em Dinheiro	19.779	1,000000000000
02	11/06/2010	139.725	34.000	Subscrição Particular em Dinheiro	34.000	1,000000000000
03	29/07/2010	164.224	24.500	Subscrição Particular em Dinheiro	24.500	1,000000000000
04	31/08/2010	191.725	27.500	Subscrição Particular em Dinheiro	27.500	1,000000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 16/11/2010	2 - ASSINATURA
------------------------	----------------

Rubricado tão-somente para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU


01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	674.563	664.918
1.01	Ativo Circulante	14.016	15.348
1.01.01	Disponibilidades	3.487	3.138
1.01.01.01	Caixa e equivalentes caixa	3.487	3.138
1.01.02	Créditos	8.085	10.886
1.01.02.01	Clientes	7.872	7.238
1.01.02.02	Créditos Diversos	213	3.648
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	213	3.648
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	2.444	1.324
1.01.04.01	Despesas antecipadas	2.030	716
1.01.04.02	Outros créditos	414	608
1.02	Ativo Não Circulante	660.547	649.570
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.378	3.296
1.02.01.01	Créditos Diversos	4.990	3.296
1.02.01.01.01	Imposto de renda e contr soc diferidos	4.990	3.296
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	0	0
1.02.01.03	Outros	388	0
1.02.02	Ativo Permanente	655.169	646.274
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	0	0
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	109.289	95.416
1.02.02.03	Intangível	545.880	550.858
1.02.02.04	Diferido	0	0

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	674.563	664.918
2.01	Passivo Circulante	461.572	531.272
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	361.382	350.213
2.01.01.01	Notas promissórias	361.382	350.213
2.01.02	Debêntures	0	0
2.01.03	Fornecedores	5.663	3.340
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	1.629	1.437
2.01.05	Dividendos a Pagar	0	0
2.01.06	Provisões	751	0
2.01.06.01	Provisão pra IR e CS	751	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	708	708
2.01.08	Outros	91.439	175.574
2.01.08.01	Obrigações sociais	1.854	1.700
2.01.08.02	Outras contas a pagar	2.216	1.327
2.01.08.03	Credor pela concessão	87.369	172.547
2.02	Passivo Não Circulante	25.380	836
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	25.380	836
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	0	0
2.02.01.03	Provisões	14	0
2.02.01.03.01	Provisão para contingência	14	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.04.01	Empresas ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	25.000	0
2.02.01.06	Outros	366	836
2.02.01.06.01	Credor pela concessão	0	0
2.02.01.06.02	IR e CS diferidos	366	836
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	187.611	132.810
2.05.01	Capital Social Realizado	191.725	139.725
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	0	0
2.05.04.01	Legal	0	0
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

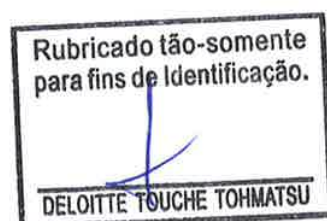
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reals Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	(4.114)	(6.915)
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
Data-Base - 30/09/2010
ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYTTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	44.621	126.161	29.658	33.153
3.01.01	Receita com arrecadação de pedágio	42.749	119.007	28.923	32.387
3.01.02	Receita acessórias	1.872	7.154	735	766
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.847)	(10.868)	(2.548)	(2.850)
3.02.01	Imposto s/ arrecad. e de rec. acessórias	(3.847)	(10.868)	(2.548)	(2.850)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	40.774	115.293	27.110	30.303
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(18.369)	(53.745)	(13.860)	(15.694)
3.05	Resultado Bruto	22.405	61.548	13.250	14.609
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(18.362)	(60.231)	(21.444)	(23.730)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(4.179)	(13.586)	(6.238)	(6.716)
3.06.03	Financeiras	(13.960)	(46.426)	(15.206)	(17.014)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	154	1.187	1.540	1.707
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(14.114)	(47.613)	(16.746)	(18.721)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	5	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(223)	(224)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	4.043	1.317	(8.194)	(9.121)
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	4.043	1.317	(8.194)	(9.121)
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(232)	(1.034)	7	7
3.11	IR Diferido	(1.010)	586	2.755	3.082
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 99999-9	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	3 - CNPJ 10.841.050/0001-55
---------------------------	---	--------------------------------

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	2.801	869	(5.432)	(6.032)
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	191.725	191.725	85.946	85.946
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,01461	0,00453		
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)			(0,06320)	(0,07018)

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	27.233	51.903	4.184	4.624
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	25.260	70.708	12.987	14.360
4.01.01.01	Lucro/(prejuízo) antes IR e CS	4.266	1.541	(8.194)	(9.121)
4.01.01.02	Depreciação e amortização	7.351	20.579	5.066	5.781
4.01.01.03	Enc financ e var monet sobre notas prom	11.169	30.868	7.259	8.383
4.01.01.04	Variação monet s/ direito de outorga	2.460	16.334	8.856	9.317
4.01.01.05	Baixa do ativo imobilizado	0	1.372	0	0
4.01.01.06	Const/Atualiz monet prov contingência	14	14	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.973	(18.805)	(8.803)	(9.736)
4.01.02.01	Clientes	(634)	(1.194)	(3.445)	(4.982)
4.01.02.02	Impostos a recuperar	3.435	591	(341)	(341)
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(1.702)	618	(2.544)	(3.506)
4.01.02.04	Outros créditos	194	897	(21)	(299)
4.01.02.05	Fornecedores	2.323	(540)	1.897	2.808
4.01.02.07	Impostos, taxas e contribuições	192	56	794	1.108
4.01.02.08	Obrigações sociais	154	997	495	903
4.01.02.09	Empresas ligadas	0	608	(152)	(60)
4.01.02.10	Impostos diferidos	(2.878)	0	0	0
4.01.02.11	Juros pagos	0	(21.190)	(5.640)	(5.640)
4.01.02.12	Imposto de renda e contr social pagos	0	(283)	7	7
4.01.02.13	Outras contas a pagar	889	635	147	266
4.01.03	Outros	0	0	0	0
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(16.246)	(85.876)	(92.173)	(211.094)
4.02.01	Aquisição de imobilizado	(16.245)	(85.624)	(8.975)	(9.096)
4.02.02	Aquisição de intangível	(1)	(252)	(83.198)	(201.998)
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(10.638)	(43.207)	0	217.060
4.03.01	Pagamento de credor pela concessão	(87.638)	(237.464)	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 30/09/2009 a 30/09/2009
4.03.02	Captação de notas promissórias	0	348.257	0	278.687
4.03.03	Pagamento de notas promissórias	0	(350.000)	0	(82.352)
4.03.04	Aporte de capital	52.000	171.000	0	20.725
4.03.05	Adiantamento para futuro aumento capital	25.000	25.000	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	349	(77.180)	(87.989)	10.590
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.138	80.667	98.579	0
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	3.487	3.487	10.590	10.590

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	139.725	0	0	0	(6.915)	0	132.810
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	139.725	0	0	0	(6.915)	0	132.810
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	2.801	0	2.801
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	52.000	0	0	0	0	0	52.000
5.08.01	Subscrição do capital social	52.000	0	0	0	0	0	52.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	191.725	0	0	0	(4.114)	0	187.611

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LÚCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	20.725	0	0	0	(4.983)	0	15.742
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	20.725	0	0	0	(4.983)	0	15.742
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	869	0	869
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	171.000	0	0	0	0	0	171.000
5.08.01	Subscrição do capital social	171.000	0	0	0	0	0	171.000
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	191.725	0	0	0	(4.114)	0	187.611

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

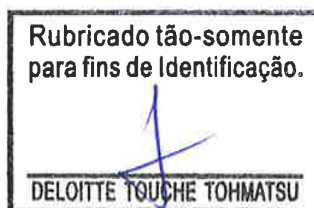
10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba - SP: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de artes e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia possui a obrigação contratual para pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Do total da obrigação, R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo está sendo pago em 18 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento final em dezembro de 2010.

Em 30 de setembro de 2010, para atender os compromissos de ampliações futuras conforme do contrato de concessão, são estimados R\$722.755 até 2039.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

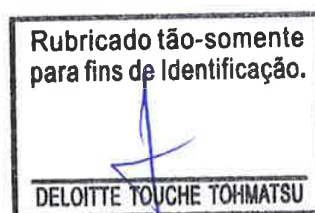
Insuficiência de capital circulante líquido

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$447.556, substancialmente composta por notas promissórias captadas para o financiamento das operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 13. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e os recursos disponíveis na controladora e nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS
INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das informações trimestrais envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações intermediárias. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de suas recuperações pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos períodos.



06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS
EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicos foram emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação em 2010. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10 e pela Resolução CFC nº 1.281/10, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos, interpretações e orientações na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos (CPC) e as interpretações (ICPC) que poderão ter impacto nas informações trimestrais da Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
41	Resultado por ação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

ICPC	Título
01	Contratos de Concessão
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28

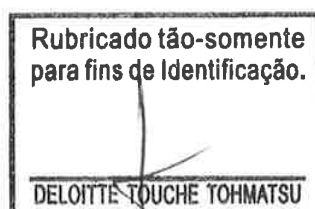
A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos e interpretações técnicos emitidos pelo CPC, razão pela qual ainda não os adotou na preparação das demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2010. A Companhia entende que os principais impactos ocorrerão pela forma de registro das concessões que será substancialmente alterada pela ICPC 01 - Contratos de Concessão. No entanto, devido à complexidade de alguns temas e às indefinições quanto aos critérios de reconhecimento dos contratos de concessão, ainda não foi possível estimar os efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio e os correspondentes ônus de 3% são reconhecidos quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como "Receitas antecipadas", no passivo circulante, na rubrica "Outras contas a pagar", sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Ativo circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, até as datas de encerramento dos períodos. As operações registradas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata.

- Instrumentos financeiros

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidas para negociação ou designadas pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do período.

- Outros instrumentos financeiros

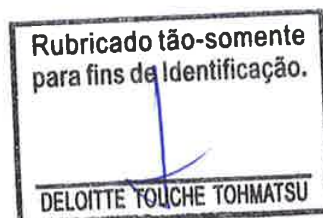
São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável ("impairment").

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 9.

Os encargos financeiros decorrentes de notas promissórias obtidas com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

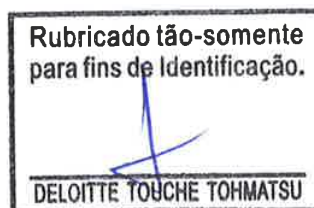
- Intangível

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 30 anos e amortizados linearmente ao resultado por esse prazo.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda não tivesse registrada. A Companhia não identificou evidências de que o valor do ativo não seria recuperado e, portanto, não foi necessário estimar o valor recuperável em 30 de setembro de 2010.



06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções para não ultrapassar o prazo de realização de 10 (dez) anos.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS, Cofins e ISS são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido ("pro rata temporis"), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 13).

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Lucro (Prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas de encerramento dos trimestres.

f) Ajuste a valor presente

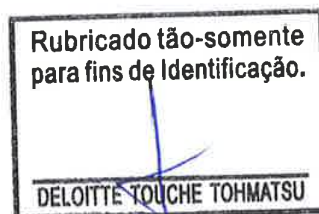
Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 30 de setembro de 2010 (vide nota explicativa nº 15).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Caixa	3	3
Bancos conta movimento	19	23
Numerário em trânsito (a)	391	169
Fundo de troco	387	662
Aplicações financeiras (b)	<u>2.687</u>	<u>2.281</u>
	<u>3.487</u>	<u>3.138</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica "Bancos conta movimento".

(b) Referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CLIENTES

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Pedágio eletrônico	7.409	6.452
Cupons de pedágio	99	241
Outros	<u>364</u>	<u>545</u>
	<u>7.872</u>	<u>7.238</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 30 de setembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O "aging list" das contas a receber está assim representado:

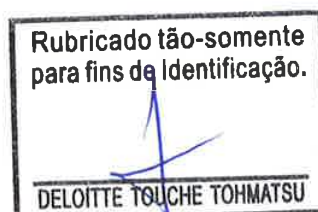
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
A vencer	<u>7.872</u>	<u>7.238</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	200	3.162
Outros impostos a recuperar	<u>13</u>	<u>486</u>
	<u>213</u>	<u>3.648</u>

8. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 30 de setembro de 2010 é de R\$2.030 (R\$716 em 30 de junho de 2010) e é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 23).



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

9. IMOBILIZADO

	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	30.09.10			30.06.10
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Construção e projetos/ampliação principal	-	62.650	(775)	61.875	65
Pavimentações e conservação especial	11,1	25.415	(2.175)	23.240	17.317
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5	5.716	(994)	4.722	3.388
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	16.659	(2.325)	14.334	11.743
Máquinas e equipamentos	10,0	294	(15)	279	286
Móveis e utensílios	10,0	554	(52)	502	509
Terrenos e edifícios	17,6	245	-	245	217
Demais melhorias e ampliações	8,0	2.996	(47)	2.949	60.917
Obras em andamento, adiantamentos a fornecedores e outros	-	1.160	(17)	1.143	974
		<u>115.689</u>	<u>(6.400)</u>	<u>109.289</u>	<u>95.416</u>

Em 30 de setembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos empréstimos ou de processos de qualquer natureza.

A movimentação do saldo no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Custo:

	30.06.10	Adições	Transfe- rência	30.09.10
Construção e projetos/ampliação principal	90	2.201	60.359	62.650
Pavimentações e conservação especial	18.481	6.934	-	25.415
Sinalização e dispositivos de segurança	3.993	1.723	-	5.716
Hardware e equipamentos de pedágio	13.376	3.283	-	16.659
Máquinas e equipamentos	294	-	-	294
Móveis e utensílios	547	7	-	554
Terrenos e edifícios	245	-	-	245
Demais melhorias e ampliações	61.465	1.890	(60.359)	2.996
Obras em andamento, adiantamentos a fornecedores e outros.	953	207	-	1.160
	<u>99.444</u>	<u>16.245</u>	<u>-</u>	<u>115.689</u>



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Depreciação acumulada:

	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>30.09.10</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(25)	(231)	(519)	(775)
Pavimentações e conservação especial	(1.164)	(1.011)	-	(2.175)
Sinalização e dispositivos de segurança	(605)	(389)	-	(994)
Hardware e equipamentos de pedágio	(1.633)	(692)	-	(2.325)
Máquinas e equipamentos	(8)	(7)	-	(15)
Móveis e utensílios	(38)	(14)	-	(52)
Demais melhorias e ampliações	(548)	(18)	519	(47)
Outros	(7)	(10)	-	(17)
	<u>(4.028)</u>	<u>(2.372)</u>	<u>-</u>	<u>(6.400)</u>

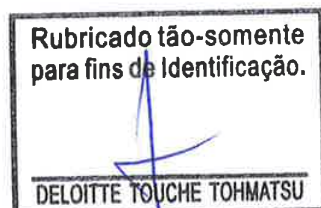
10. INTANGÍVEL

		<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	(25.044)	545.378
Software de terceiros (b)	582	(80)	502
	<u>571.004</u>	<u>(25.124)</u>	<u>545.880</u>

A movimentação do saldo no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>30.09.10</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	-	570.422
Software de terceiros (b)	581	1	582
	<u>571.003</u>	<u>1</u>	<u>571.004</u>



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Amortização:

	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>30.09.10</u>
Direito de outorga da concessão (a)	(20.094)	(4.950)	(25.044)
Software de terceiros (b)	<u>(51)</u>	<u>(29)</u>	<u>(80)</u>
	<u>(20.145)</u>	<u>(4.979)</u>	<u>(25.124)</u>

- (a) O valor de "Direito de outorga da concessão" está registrado a valor presente, pela taxa de 6,8% ao ano, similar à taxa referente à captação das notas promissórias em junho de 2009, descontado o IPCA. Em 30 de setembro de 2010, o valor residual do direito de outorga é de R\$550.328 e a amortização referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010 é de R\$4.950, registrada na rubrica "Custo dos serviços prestados".

O direito de outorga da concessão está sendo amortizado lineamente ao resultado pelo prazo de concessão, que ocorrerá até 2039.

- (a) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente ao resultado pelo prazo de cinco anos e registrados na rubrica "Custo dos serviços prestados".



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Ajuste a valor presente do credor pela concessão	9.568	2.362
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	3.963	6.422
Custos com emissão de notas promissórias	(726)	(1.598)
Outros	<u>795</u>	<u>49</u>
	13.600	7.235
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>4.624</u>	<u>2.460</u>
Classificados no ativo não circulante	4.990	3.296
Classificados no passivo não circulante	<u>(366)</u>	<u>(836)</u>
	<u>4.624</u>	<u>2.460</u>

A administração com base em estudos internos entende que os créditos fiscais diferidos serão realizados em até 3 anos, conforme segue:

	<u>30.09.10</u>
2011	3.643
2012	898
2013	<u>449</u>
	<u>4.990</u>



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

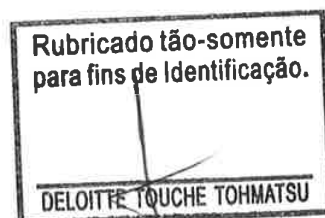
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social

	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Lucro/(Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	1.317	(9.121)
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(448)	3.101
Outros	<u>-</u>	<u>(12)</u>
(Despesa) Crédito de imposto de renda e contribuição social ao resultado do período	<u>(448)</u>	<u>3.089</u>

12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	722	653
Cofins	436	393
PIS	94	85
Outros	<u>377</u>	<u>306</u>
	<u>1.629</u>	<u>1.437</u>



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Itaú	Nacional	Dezembro de 2010	CDI + 1,2% a.a.	<u>361.382</u>	<u>350.213</u>

Em 28 de maio de 2010, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 35 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA dos últimos 12 meses e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,35 ponto. Em 30 de setembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR da transação está destacada a seguir:

	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas com emissão</u>	<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
Notas Promissórias	14/06/2010	<u>350.000</u>	<u>(1.743)</u>	<u>348.257</u>	1,20% + CDI	12%

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

14. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 30 de setembro de 2010, os saldos relativos a operações com empresas ligadas estão apresentados a seguir:

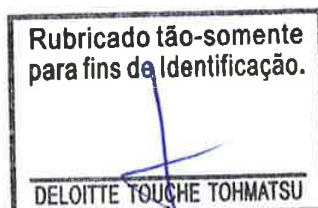
Balanco patrimonial:

<u>Empresa</u>	<u>Natureza</u>	<u>Aquisições do ativo imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u>
Consórcio Planalto (a)	Coligada	52.299	64
C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. (b)	Coligada	-	87
	Controladora		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.(c)	direta	-	557
Tótal em 30 de setembro de 2010		<u>52.299</u>	<u>708</u>
Total em 30 de junho de 2010		<u>46.771</u>	<u>708</u>

Demonstração do resultado:

<u>Empresa</u>	<u>Natureza</u>	<u>Custo dos serviços prestados</u>	<u>Despesas gerais e administrativa</u>
	Controladora		
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (c)	direta	<u>2.838</u>	<u>2.562</u>
Total em 30 de setembro de 2010		<u>2.838</u>	<u>2.562</u>
Total em 30 de setembro de 2009		<u>-</u>	<u>-</u>

- a) O Consórcio Planalto, formado pelos controladores indiretos da Companhia: Primav Construções e Comércio S.A. e Impregilo Internacional Infrastructures N.V. e pelas empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços de ampliação da "Nova" Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$63.642, incluindo o aditivo contratual. Em 30 de setembro de 2010, há um saldo de R\$5.598 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- b) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmando para execução dos serviços contratados é de R\$5.370, o término do contrato foi em fevereiro de 2010, os saldos em aberto referem-se a título de caução. Em 30 de setembro de 2010, há um saldo de R\$286 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- c) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$7.200, com vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- d) Em 30 de setembro de 2010 a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

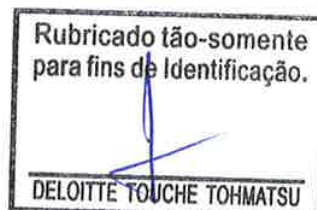
Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No trimestre findo em 30 de setembro de 2010, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia em R\$563. A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Salários e ordenados	271	176
Benefícios diretos e indiretos	<u>238</u>	-
	<u>509</u>	<u>176</u>



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Parcelas fixas	86.933	172.154
Parcelas variáveis	<u>436</u>	<u>393</u>
	<u>87.369</u>	<u>172.547</u>

De acordo com o contrato de concessão, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em 1 (uma) parcela à vista de 20% e o saldo em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE.

Em 30 de setembro de 2010, as parcelas liquidadas correspondem a 86% da dívida.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 6,8% ao ano, similar à captação de recursos ocorrida em 2009, descontado o índice de inflação acumulada do período de 12 meses - 2009. Em 30 de setembro de 2010 foi revertido ao resultado o ajuste de R\$5.539, que, somado à atualização monetária do direito de outorga no valor de R\$10.805, totaliza R\$16.344 de variações financeiras do direito de outorga, registrado como resultado financeiro.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o poder concedente e a Companhia, como co-segurados e possui prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30.09.10</u>
Trabalhista	-	13	1	14
	<u>-</u>	<u>13</u>	<u>1</u>	<u>14</u>

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 30 de setembro de 2010, o capital social subscrito e integralizado de R\$191.725 é representado por 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, a composição acionária é conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.	191.724.996
Marcelino Kafart Seras	1
Federico Botto	1
Roberto Koiti Nakagome	1
Marcelo Guidotti	1
Total	<u>191.725.000</u>



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondentes a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondente a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Todo capital subscrito foi integralizado.

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000, correspondente a 34.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

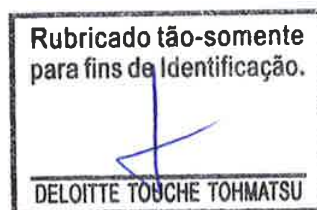
Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

b) Capital autorizado

Conforme artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e demais condições de emissão, subscrição e integralização dessas ações.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

18. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	30.09.10	30.09.09
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	59.465	18.177
Pedágio por equipamento eletrônico	56.350	13.437
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>3.192</u>	<u>773</u>
	119.007	32.387
Receitas acessórias (*)	<u>7.154</u>	<u>766</u>
Receita bruta	<u>126.161</u>	<u>33.153</u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessórias.

19. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	30.09.10			30.09.09		
	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	6.643	5.211	11.854	2.570	1.765	4.335
Conservação e manutenção	6.912	303	7.215	2.028	76	2.104
Serviços de terceiros (*)	8.182	5.281	13.463	1.927	4.146	6.073
Seguros	3.313	-	3.313	1.623	-	1.623
Poder Concedente	3.785	-	3.785	699	296	995
Depreciação e amortização	20.579	-	20.579	5.781	-	5.781
Outros	<u>4.331</u>	<u>2.791</u>	<u>7.122</u>	<u>1.066</u>	<u>433</u>	<u>1.499</u>
	<u>53.745</u>	<u>13.586</u>	<u>67.331</u>	<u>15.694</u>	<u>6.716</u>	<u>22.410</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	1.090	1.707
Outras	<u>97</u>	<u>-</u>
	<u>1.187</u>	<u>1.707</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre notas promissórias	(29.852)	(6.771)
Variação monetária sobre direito de outorga	(16.334)	(9.317)
Amortização de custos	(1.016)	(1.612)
Outras	<u>(411)</u>	<u>(1.021)</u>
	<u>(47.613)</u>	<u>(18.721)</u>
Resultado financeiro	<u>(46.426)</u>	<u>(17.014)</u>

21. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de setembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração.

Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2010.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como destinadas à negociação. Em 30 de setembro de 2010, as aplicações financeiras são formadas por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais acrescidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 13.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	7.872	7.872
Aplicações financeiras	2.687	2.687
Passivos:		
Notas promissórias	361.382	362.108
Credor pela concessão	87.369	88.347
Fornecedores	5.663	5.663

a) Considerações gerais

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices ("swaps") ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos e financiamentos contraídos em reais e IPCA em credor pela concessão.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, não existem clientes que correspondam a 5%.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratadas pela Companhia, e quanto à exposição à variação do IPCA sobre o saldo do credor pela concessão, uma vez que a dívida está descasada das receitas da Companhia, que são reajustadas anualmente.

Operação	Risco	Juros a incorrer		
		Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
Notas promissórias	Alta do CDI	8.119	9.761	11.443
Credor pela concessão	Alta do IPCA	739	821	902
		<u>8.858</u>	<u>10.582</u>	<u>12.345</u>

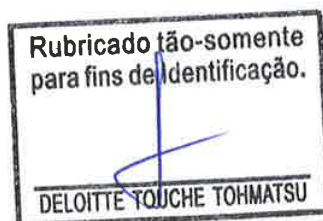
Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

Indicadores	Cenário I - provável	Cenário II - 25%	Cenário III - 50%
CDI (a)	10,64%	13,30%	15,96%
IPCA (b)	4,51%	5,63%	6,76%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2010.

(b) Refere-se ao índice do IPCA em 30 de setembro de 2010.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$74, registrada na rubrica "Despesas gerais e administrativas".

23. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 30 de setembro de 2010, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2010 a junho de 2011	150.506
Responsabilidade civil	Junho de 2010 a junho de 2011	55.334
Riscos de engenharia	Junho de 2010 a junho de 2011	89.897

24. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Caixa e equivalentes de caixa

- A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.
- Informações suplementares

Em 30 de setembro de 2010, existe transação sem efeito caixa, referente ao direito de outorga de R\$58.925, ainda não paga.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

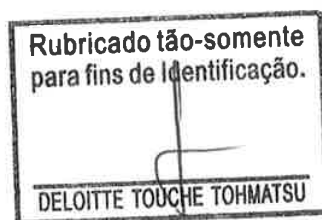
06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

25. EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 8 de outubro de 2010, foi aprovado em AGE a celebração de contrato de mútuo de até R\$150.000 a ser realizado por sua controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. em favor da Companhia.

26. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS -
ITR

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2010.



Ecopistas anuncia resultados do 3T10 e 9M10: *Margem EBITDA de 59,5%*

Itaquaquecetuba, 05 de novembro de 2010 – A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. anuncia seus resultados referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 (9M10) e terceiro trimestre de 2009 (3T10). As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 e terceiro trimestre de 2009 (3T10). O início das operações da concessionária se deu em 18 de junho de 2009.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 9M10 foi de R\$115.293.
- O EBITDA de R\$68.322 no 9M10, resultando na margem EBITDA de 59,5%.

Destaques (em milhares de reais – R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	18.598	8.401	n.m	50.087	1.175	n.m
Tarifa Média ¹	2,30	3,44	-33,2%	2,38	3,45	-31,1%
Receita líquida	40.774	27.110	50,4%	115.293	30.303	n.m
Lucro bruto	22.405	13.250	n.m	61.548	14.609	n.m
EBIT ²	18.226	7.012	n.m	47.962	7.893	n.m
Lucro líquido	2.801	(5.432)	-151,6%	869	(6.032)	-114,4%
EBITDA ³	25.354	12.078	n.m	68.322	13.674	n.m
Margem EBITDA	62,2%	44,5%	41,0%	59,5%	45%	14,3 p.p
Capex	16.245	8.975	81%	85.624	9.096	n.m
Dívida Líquida	-	-	-	357.895	-	n.a

99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

¹ Início das operações em 18 de junho de 2009.

² em Reais

³ EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas

⁴ EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

COMPANHIA

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Ecopistas" ou "Companhia"), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

A Ecopistas é responsável pela administração do corredor rodoviário Ayrton Senna-Carvalho Pinto, uma das mais importantes ligações entre a região metropolitana de São Paulo e Vale do Paraíba, Porto de São Sebastião, praias do litoral norte do Estado de São Paulo e estância turística de Campos de Jordão. Esta nova concessão está alinhada com a nossa estratégia de sermos um grupo atuante na área de infraestrutura logística.

ANÁLISE DO RESULTADO

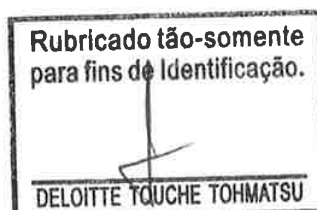
RECEITA BRUTA

A receita bruta com arrecadação de pedágios no 9M10 totalizou R\$ 126.161 mil, um crescimento de 280,5% em comparação aos R\$33.153 em 9M09.

Receita Bruta (R\$ milhares)	3T10	3T09	9M10	9M09
Receitas de Pedágio	42.749	28.923	119.007	32.387
Receitas Acessórias	1.872	735	7.154	766
Total	44.621	29.658	126.161	33.153

No 9M10, a receita com arrecadação de pedágio correspondeu a 94,3% da receita bruta.

As receitas acessórias das concessionárias de rodovias são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido na concessionária no 9M10.

Volume de Tráfego (nº de veículos pagantes)						
	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Passeio	12.540	4.678	168,1%	29.285	5.329	n.m
Comercial	1.734	1.067	62,5%	4.306	1.175	n.m
Total	14.274	5.745	148,5%	33.591	6.504	n.m
Eixos equivalentes (pagantes)						
Passeio	12.793	4.779	167,7%	33.063	5.442	n.m
Comercial	5.805	3.622	60,3%	17.024	3.949	n.m
Total	18.598	8.401	121,4%	50.087	9.391	n.m

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 66,0% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 34,0% corresponderam aos veículos leves no 9M10.

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente:

Tarifa Média (em RS/)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Ecopistas	2,30	3,44	-33,23%	2,38	3,45	-31,10%

Nota: o cálculo da Tarifa Média é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 9M10 totalizou R\$67.331, 58,4% sobre a receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas (milhares)						
	3T10	3T09	%	9M10	9M09	%
Pessoal	3.828	3.410	12,3%	11.854	4.335	n.m
Conservação e manutenção	2.179	1.991	9,4%	7.215	2.104	n.m
Serviços de terceiros	4.240	5.939	-28,6%	13.463	6.073	121,7%
Seguros	993	1.415	-29,8%	3.313	1.623	n.m
Poder Concedente	1.339	891	50,2%	3.785	995	n.m
Depreciação/Amortização	7.351	5.066	45,1%	20.579	5.781	n.m
Outros	2.618	1.386	116,9%	7.122	1.769	n.m
TOTAL	22.548	20.098	13,2%	67.331	22.680	200,5%

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no 9M10 atingiu R\$68.322 com margem de 59,5%.

EBTIDA (milhares de R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Lucro/Prejuízo do período	2.801	(5.432)	-180,1%	869	(6.032)	-114,4%
Imposto de Renda e Contrib.Social	1.242	2.762	-104,9%	448	3.089	-78,3%
Resultado Financeiro	13.960	15.206	-18,7%	46.426	17.014	172,9%
Depreciação e Amortização	7.351	5.066	45,1%	20.579	5.781	256,0%
EBTIDA	25.354	12.078	211,8%	68.322	13.674	401,3%
Margem EBITDA	62,7%	44,5%	18,2%	59,5%	45,1%	14,4%

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido no 9M10 foi negativo em R\$46.426, sendo que 65,8% referem-se aos juros apropriados e 35,2% referente à variação monetária sobre o direito de outorga.

Resultados financeiro						
(milhares de R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	%
Juros sobre debêntures	-	-	-	-	-	-
Juros sobre financiamentos	(10.558)	(6.113)	72,7%	(30.540)	(7.212)	n.m
Variação monetária debêntures e financiamentos	-	-	-	-	-	-
Variação monetária sobre direito de outorga	(2.460)	(8.856)	-72,2%	(16.334)	(9.317)	n.m
Receita sobre aplicação financeira	155	1.540	-89,9%	1.187	1.707	-30,4%
Outros efeitos financeiros	(1.097)	(1.777)	-128,2%	(739)	(2.192)	-66,3%
TOTAL	(13.960)	(15.206)	-18,7%	(46.426)	(17.014)	172,9%

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida da Companhia somou R\$357.895 superior em 89,9% comparado ao mesmo período anterior.

Credores				
(R\$)	9M10	9M09	Taxas Atuais	Vencimento
1ª Emissão de Notas Promissórias			CDI + 3,25% a.a.	dez-09
4ª Emissão de Notas Promissórias	361.382	199.077	CDI + 1,2% a.a.	dez-10
Dívida Total	361.382	199.077		
Caixa e equivalentes de caixa	3.487	10.590		
Aplicação financeira vinculada (**)	-	-		
Dívida Líquida	357.895	188.487		

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

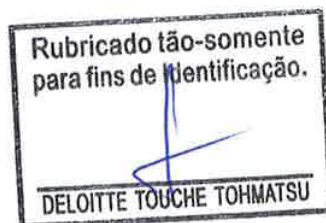
Os investimentos realizados na Companhia no 9M10 totalizaram R\$85.624, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pela concessionária.

CAPEX				
(milhares de R\$)	3T10	3T09	9M10	9M09
Capex	16.245	8.975	85.624	9.096

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria presta em 2010, serviços para a preparação de diagnóstico para a futura implementação do IFRS pela Companhia. Os honorários relativos a esse trabalho representaram, aproximadamente, 20% dos honorários anuais de auditoria.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.



99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA						
Companhia: Concessionária das Rod. Ayrton Senna e Carvalho Pinto S/A-Ecopistas					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A	191.725.000	100%	-	-	191.725.000	100%
Total	191.725.000	100,0	-	-	191.725.000	100,00

POSIÇÃO ACIONÁRIA						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A	435.669.000	100,00	-	-	435.669.000	100,00
Total	435.669.000	100,00	-	-	435.669.000	100

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	44,99	-	-	251.351.396	44,99
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.673	29,24	-	-	163.344.673	29,24
Free Float	144.003.000	25,77	-	-	144.003.000	25,77
Outros Acionistas	11	0,00	-	-	11	0,00
Total	558.699.080	100	-	-	558.699.080	100

* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Primav Construções e Serviços S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100	-	-	1.200.179.131	100

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

CR Almeida S.A. - Engenharia e Construções

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções						
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fuição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	18.130.003	70,0	-	-	6.370.000	70,000
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	7.769.994	30,0	-	-	2.730.000	30,0
Belmiro Valverde Jobim Castor	1	0,0	-	-	-	-
Francisco Henrique P. Fernandes	1	0,0	-	-	-	-
Marco Antonio Cassou	1	0,0	-	-	-	-
Cecílio do Rego Almeida	-	-	1	13	-	-
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	1	13	-	-
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	-
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	1	13	-	-
Total	25.900.000	100	8	100	9.100.000	100

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9

CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.

10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Participare Administração e Participações Ltda.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Participare Administração e Participações Ltda					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Espólio de Cecílio do Rego Almeida	2.115.602.218	34,63	-	-	2.115.602.218	34,6
Denise Beltrão de Almeida Cassou	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Roberto Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Cesar Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Marcelo Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Guilherme Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Ricardo Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,07	-	-	4.513.617	0,1
Total	6.108.777.791	100	-	-	6.108.777.791	100

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV FINTO S.A. 10.841.050/0001-55

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4,00	-	-	92.312.558	4,0
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

Rubricado tão-somente
para fins de identificação.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

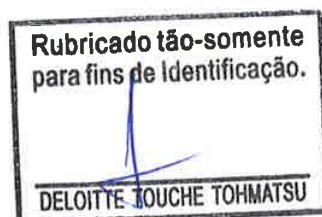
A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 30 de setembro de 2010.

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 30/09/2010					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.069	74,23	-	-	414.696.069	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	10	0,00	-	-	10	0,00
Diretoria	91.577	0,02	-	-	91.577	0,02
Conselho Fiscal ⁽¹⁾	-	0,00	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.911.424	25,76	-	-	143.911.424	25,76
Total	558.699.080		-		558.699.080	
Ações em Circulação	143.911.424	100	-	-	143.911.424	100

(1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.



21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da

Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas

São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e o relatório de desempenho e as notas explicativas elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.



99999-9 CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A. 10.841.050/0001-55

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 3, durante o exercício de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM diversos Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais - ITR utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 3 às ITR e a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

São Paulo, 5 de novembro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

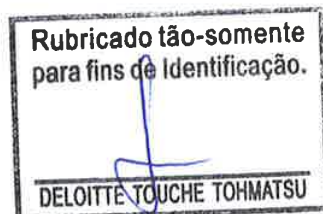
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura

Contador

CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.



01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
99999-9	CONC ROD AYRTON SENNA E CARV PINTO S.A.	10.841.050/0001-55

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	13
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	39
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	45
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	51/52



(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DA COMPANHIA RELATIVAS AO EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES
E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

***Concessionária das Rodovias Ayrton
Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas***

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Período de 27 de Abril a
31 de Dezembro de 2009 e
Parecer dos Auditores Independentes*

(Reapresentado)

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas
Itaquaquecetuba - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado, correspondentes ao período de 27 de abril (data da constituição da Companhia) a 31 de dezembro de 2009, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas em 31 de dezembro de 2009, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações correspondentes ao período de 27 de abril a 31 de dezembro de 2009, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, essas demonstrações financeiras, originalmente aprovadas pela Administração em 15 de janeiro de 2010, estão sendo reapresentadas para contemplar reclassificações contabilizadas retrospectivamente, assim como divulgações adicionais para adequá-las às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº 26, as demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para incorporar informações adicionais às notas explicativas.

São Paulo, 24 de setembro de 2010, exceto para a nota explicativa nº 26, cuja data é 16 de novembro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2009</u> (Reapresentado)	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2009</u> (Reapresentado)
CIRCULANTE			CIRCULANTE		
Caixa e equivalentes de caixa	5	80.667	Fornecedores		6.038
Clientes	6	6.678	Impostos, taxas e contribuições a recolher	11	1.573
Despesas antecipadas	7	3.036	Notas promissórias	12	351.756
Impostos a recuperar		804	Obrigações sociais		857
Outros créditos		<u>1.311</u>	Empresas ligadas	13	265
Total do ativo circulante		<u>92.496</u>	Credor pela concessão	14	308.499
			Outras contas a pagar		<u>1.581</u>
NÃO CIRCULANTE			Total do passivo circulante		<u>670.569</u>
Realizável a longo prazo-			PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10.b)	2.571	Capital social:		
Imobilizado	8	30.697	Subscrito	16.a)	85.946
Intangível	9	<u>560.547</u>	A integralizar	16.a)	(65.221)
Total do ativo não circulante		<u>593.815</u>	Prejuízos acumulados		<u>(4.983)</u>
			Total do patrimônio líquido		<u>15.742</u>
TOTAL DO ATIVO		<u>686.311</u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>686.311</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo por ação)

	Nota explicativa	2009 (Reapresentada)
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS		
Receita com arrecadação de pedágio	17	68.797
Receitas acessórias	17	<u>2.379</u>
		71.176
DEDUÇÕES DA RECEITA		
Impostos sobre arrecadação de pedágios e com receitas acessórias		(6.121)
		<u>65.055</u>
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	(29.857)
		<u>35.198</u>
LUCRO BRUTO		
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	18	(9.527)
Outras receitas, líquidas		<u>5</u>
		(9.522)
		<u>25.676</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		
RESULTADO FINANCEIRO		
Receitas financeiras	19	4.105
Despesas financeiras	19	<u>(37.335)</u>
		(33.230)
		<u></u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(7.554)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		
Diferidos	10.b)	<u>2.571</u>
		2.571
		<u></u>
PREJUÍZO DO PERÍODO		<u>(4.983)</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO PERÍODO (EM MILHARES)		<u>85.946</u>
PREJUÍZO POR AÇÃO NO FIM DO PERÍODO - R\$		<u>(0,06)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota</u>	<u>Capital social</u>		<u>Prejuízos</u>	
	<u>explicativa</u>	<u>Subscrito</u>	<u>A integralizar</u>	<u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Subscrição de capital	16.a)	85.946	(65.221)	-	20.725
Prejuízo do período		-	-	(4.983)	(4.983)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		<u>85.946</u>	<u>(65.221)</u>	<u>(4.983)</u>	<u>15.742</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u> (Reapresentada)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.554)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:	
Depreciação e amortização	10.945
Encargos financeiros e variação monetária sobre notas promissórias	19.842
Baixa do ativo imobilizado	5
Variação monetária sobre credor pela concessão	16.431
 Aumento nos ativos operacionais:	
Clientes	(6.678)
Impostos a recuperar	(804)
Despesas antecipadas	(3.036)
Outros créditos	(1.311)
 Aumento nos passivos operacionais:	
Fornecedores	6.038
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.573
Obrigações sociais	857
Empresas ligadas	265
Outras contas a pagar	1.581
Juros pagos	<u>(25.986)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>12.168</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Aquisição de bens para o ativo imobilizado	(31.442)
Aquisição de intangível	<u>(118.800)</u>
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	<u>(150.242)</u>
 FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Captação de notas promissórias	696.775
Integralização de capital	20.725
Pagamento de credor pela concessão	(151.984)
Pagamento de notas promissórias	<u>(346.775)</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	218.741
 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO PERÍODO	<u><u>80.667</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>2009</u>
RECEITAS	
Com arrecadação de pedágio	68.797
Outras receitas	<u>2.384</u>
	<u>71.181</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)	
Custo dos serviços prestados	(17.613)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(7.533)
Outros	<u>5</u>
	<u>(25.141)</u>
VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>46.040</u>
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(10.945)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>35.095</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	
Receitas financeiras	4.105
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	<u><u>39.200</u></u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	<u>39.200</u>
Pessoal	<u>5.854</u>
Remuneração direta	4.396
Benefícios	1.204
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	254
Impostos, taxas e contribuições	<u>4.524</u>
Federais	1.000
Municipais	3.524
Remuneração de capitais de terceiros	<u>33.805</u>
Juros	33.048
Aluguéis	757
Remuneração de capitais próprios	<u>(4.983)</u>
Prejuízo do período	(4.983)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA DAS RODOVIAS AYRTON SENNA E
CARVALHO PINTO S.A. - ECOPISTAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O PERÍODO DE 27 DE ABRIL A 31 DE DEZEMBRO DE 2009
(Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (“Ecopistas” ou “Companhia”), constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

- a) SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o km 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté - SP.
- b) SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.
- c) SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.
- d) SPI-035/056 - interligação Itaquaquecetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquecetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquecetuba - SP.
- e) SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.
- f) SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.
- g) Segmentos transversais, trechos, obras de artes e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Companhia possui a obrigação contratual para pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$595.157 (R\$570.422 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. Do total da obrigação, R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo está sendo pago em 18 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento final em dezembro de 2010.

Em 31 de dezembro de 2009, para atender aos compromissos de ampliações futuras conforme o contrato de concessão são estimados R\$828.000 até 2039.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A Companhia terá direito à indenização correspondente ao saldo não amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Insuficiência de capital circulante líquido

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia possui deficiência de capital circulante líquido de R\$578.073, substancialmente composta por notas promissórias captadas para o financiamento das operações, conforme mencionado na nota explicativa nº 12. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e nos recursos disponíveis na controladora e nos fluxos de caixa projetados para as operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras foram originalmente aprovadas pela Administração em 15 de janeiro de 2010 e divulgadas em 18 de fevereiro de 2010 e estão sendo reapresentadas para contemplar determinadas reclassificações.

As principais reclassificações foram as seguintes:

	Saldos originalmente <u>reportados</u>	<u>Reclassificações</u>	Saldos <u>reapresentados</u>
<u>Balanco patrimonial</u>			
Ativo circulante-			
Impostos a recuperar	14	790	804
Ativo não circulante-			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	4.261	(1.690)	2.571
Passivo circulante-			
Provisão para imposto de renda e contribuição social	900	(900)	-

	Saldos originalmente <u>reportados</u>	<u>Reclassificações</u>	Saldos <u>reapresentados</u>
<u>Demonstração do resultado</u>			
Imposto de renda e contribuição social - correntes	(1.690)	1.690	-
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	4.261	(1.690)	2.571
<u>Demonstração dos fluxos de caixa</u>			
Atividades operacionais-			
Juros pagos	(14.861)	(11.125)	(25.986)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	23.293	(11.125)	12.168
Atividades de investimento-			
Aquisição de intangível	(278.684)	159.884	(118.800)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(310.126)	159.884	(150.242)
Atividade de financiamento:			
Captação de notas promissórias	700.000	(3.225)	696.775
Pagamento de credor pela concessão	-	(151.984)	(151.984)
Pagamento de notas promissórias	(353.225)	6.450	(346.775)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	367.500	(148.759)	218.741

Adicionalmente, em virtude do processo de abertura de capital, a Administração da Companhia incluiu informações adicionais às notas explicativas para adequá-las às normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações e a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos na data de encerramento do período.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, trimestralmente.

3. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (“International Financial Reporting Standards - IFRS”), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, novos pronunciamentos, interpretações e orientações técnicos foram emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação em 2010. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, pelo Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10 e pela Resolução CFC nº 1.279/10, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos, interpretações e orientações na preparação das demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2009.

Os pronunciamentos (CPCs) e as interpretações (ICPCs) que poderão ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia, considerando-se suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
41	Resultado por Ação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a CPC 40
ICPC	Título
01	Contratos de Concessão
08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos e interpretações técnicos emitidos pelo CPC, razão pela qual ainda não os adotou na preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2009. A Companhia entende que os principais impactos ocorrerão pela forma de registro das concessões que será substancialmente alterada pela ICPC 01 - Contratos de Concessão. No entanto, devido à complexidade de alguns temas e às indefinições quanto aos critérios de reconhecimento dos contratos de concessão, ainda não foi possível estimar os efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio e os correspondentes ônus de 3% são reconhecidos quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Caixa e equivalentes de caixa

Representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, até a data de encerramento do período. As operações registradas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata.

- Instrumentos financeiros

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, deduzidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidas para negociação ou designadas pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do período.

- Outros instrumentos financeiros

Mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável (“impairment”).

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica “Custo dos serviços prestados”, na demonstração do resultado. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 8.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 30 anos e amortizados linearmente ao resultado por esse prazo.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda não tivesse sido registrada. A Companhia não identificou evidências de que o valor do ativo não seria recuperado e, portanto, não foi necessário estimar o valor recuperável em 31 de dezembro de 2009.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até a data do balanço patrimonial pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções para não ultrapassar o prazo de realização de dez anos.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta na demonstração do resultado.

- Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, deduzidos de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 12).

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço patrimonial.

e) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do período.

f) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 14).

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>2009</u>
Caixa	3
Bancos conta movimento	865
Numerário em trânsito (a)	954
Fundo de troco	<u>786</u>
	2.608
Aplicações financeiras-	
Recursos não vinculados (b)	<u>78.059</u>
	<u>80.667</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Referem-se, substancialmente, a aplicações financeiras em Certificados de Depósito Bancário - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média.

6. CLIENTES

	<u>2009</u>
Pedágio eletrônico	6.258
Cupons de pedágio	365
Outros	<u>55</u>
	<u>6.678</u>

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>2009</u>
A vencer	<u>6.678</u>

7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 31 de dezembro de 2009 é de R\$3.036 e é composto por prêmios de seguros a apropriar (vide nota explicativa nº 22).

8. IMOBILIZADO

	<u>2009</u>			
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	<u>Custo</u>	Depreciação acumulada	Valor líquido
Pavimentações e conservação especial	11,1	9.688	(120)	9.568
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5	1.865	(132)	1.733
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	9.962	(431)	9.531
Máquinas e equipamentos	10,0	79	(2)	77
Móveis e utensílios	10,0	446	(13)	433
Terrenos e edifícios	17,6	14	-	14
Demais melhorias e ampliações	8,0	7.445	(40)	7.405
Adiantamento a fornecedores e outros		<u>1.938</u>	<u>(2)</u>	<u>1.936</u>
		<u>31.437</u>	<u>(740)</u>	<u>30.697</u>

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

A movimentação do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>2009</u>
Pavimentações e conservação especial	9.688	-	-	9.688
Sinalização e dispositivos de segurança	1.870	(5)	-	1.865
Hardware e equipamentos de pedágio	9.981	-	(19)	9.962
Máquinas e equipamentos	79	-	-	79
Móveis e utensílios	446	-	-	446
Terrenos e edifícios	14	-	-	14
Demais melhorias e ampliações	7.445	-	-	7.445
Adiantamento a fornecedores e outros	<u>1.919</u>	<u>-</u>	<u>19</u>	<u>1.938</u>
	<u>31.442</u>	<u>(5)</u>	<u>-</u>	<u>31.437</u>

Depreciação acumulada:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Pavimentações e conservação especial	(120)	(120)
Sinalização e dispositivos de segurança	(132)	(132)
Hardware e equipamentos de pedágio	(431)	(431)
Máquinas e equipamentos	(2)	(2)
Móveis e utensílios	(13)	(13)
Demais melhorias e ampliações	(40)	(40)
Outros	<u>(2)</u>	<u>(2)</u>
	<u>(740)</u>	<u>(740)</u>

9. INTANGÍVEL

	2009		
	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Valor líquido</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	(10.194)	560.228
Software de terceiros (b)	<u>330</u>	<u>(11)</u>	<u>319</u>
	<u>570.752</u>	<u>(10.205)</u>	<u>560.547</u>

A movimentação do saldo no período findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Custo:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Direito de outorga da concessão (a)	570.422	570.422
Software de terceiros (b)	<u>330</u>	<u>330</u>
	<u>570.752</u>	<u>570.752</u>

Amortização:

	<u>Adições</u>	<u>2009</u>
Direito de outorga da concessão (a)	(10.194)	(10.194)
Software de terceiros (b)	<u>(11)</u>	<u>(11)</u>
	<u>(10.205)</u>	<u>(10.205)</u>

- (a) O valor de “Direito de outorga da concessão” está registrado a valor presente, pela taxa de 6,8% ao ano, similar à taxa referente à captação das notas promissórias em junho de 2009, descontado o IPCA dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, o valor residual acumulado do direito de outorga é de R\$560.228 e a amortização do período findo em 31 de dezembro de 2009 é de R\$10.194 e está registrada na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

O direito de outorga da concessão está sendo amortizado lineamente ao resultado pelo prazo de concessão, que ocorrerá até 2039.

- (b) Os softwares adquiridos de terceiros são amortizados linearmente ao resultado pelo prazo de cinco anos e registrados na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

A administração, com base em estudos internos, entende que os créditos fiscais diferidos serão realizados em até três anos, conforme segue:

	<u>2009</u>
2010	1.852
2011	444
2012	<u>275</u>
	<u>2.571</u>

b) Conciliação do crédito de imposto de renda e contribuição social

	<u>2009</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(7.554)
Alíquota	<u>34%</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	2.568
Outros	<u>3</u>
Crédito de imposto de renda e contribuição social ao resultado do período	<u>2.571</u>

11. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>2009</u>
Impostos sobre faturamento:	
ISS	842
Cofins	402
PIS	87
Outros	<u>242</u>
	<u>1.573</u>

12. NOTAS PROMISSÓRIAS

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa anual de juros</u>	<u>2009</u>
Itaú	Nacional	Junho de 2010	CDI + 3,25%	<u>351.756</u>

Em 16 de dezembro de 2009, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 350 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$1.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 3,25% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios. Nessa emissão não houve custos de captação.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora direta Primav EcoRodovias S.A.: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,9 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,4 ponto. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

13. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do Sistema Rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

Em 31 de dezembro de 2009, os saldos relativos a operações com empresas ligadas estão apresentados a seguir:

<u>Empresa</u>	<u>Natureza</u>	<u>Aquisições do ativo imobilizado</u>	<u>Passivo circulante</u>
Consórcio Planalto (a)	Coligada	1.995	100
C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A. (b)	Coligada	<u>1.732</u>	<u>165</u>
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>3.727</u>	<u>265</u>

- (a) O Consórcio Planalto, formado pelos controladores indiretos da Companhia: Primav Construções e Comércio S.A. e Impregilo Internacional Infrastructures N.V. e pelas empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$54.625, incluindo o aditivo contratual. O prazo previsto para a conclusão das obras é outubro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, há um saldo de R\$52.740 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A C.R Almeida Engenharia de Obras S.A., controladora indireta da Companhia, presta serviços de recuperação de pavimentos flexíveis nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$5.370. O prazo previsto para a conclusão das obras é fevereiro de 2010. Em 31 de dezembro de 2009, há um saldo de R\$1.643 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias e não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. é controladora direta da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 31 de dezembro de 2009, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

A remuneração paga aos administradores está demonstrada a seguir:

	<u>2009</u>
Salários e ordenados	177
Benefícios diretos e indiretos	<u>13</u>
	<u>190</u>

14. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>2009</u>
Parcelas fixas	308.097
Parcelas variáveis	<u>402</u>
	<u>308.499</u>

De acordo com o contrato de concessão, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo foi subdividido em 1 parcela à vista de 20% e o saldo em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE.

Em 31 de dezembro de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 47% da dívida.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 6,8% ao ano, similar à captação de recursos ocorrida em 2009, descontado o índice de inflação acumulada do período de 12 meses, totalizando R\$24.735 em 31 de dezembro de 2009. No período findo em 31 de dezembro de 2009, foi revertido ao resultado o ajuste de R\$12.954, que somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$3.477, totaliza R\$16.431 de variações financeiras do direito de outorga, registrado como resultado financeiro.

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação do pedágio.

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguro necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o poder concedente e a Companhia como cossegurados e possuem como prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, a Companhia contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

15. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2009, não foram identificados assuntos que requeiram a constituição de provisão para contingências.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social subscrito de R\$85.946 é representado por 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, cuja composição acionária é conforme segue:

<u>Acionista</u>	<u>Quantidade de ações</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.	85.945.996
Marcelino Kafart Seras	1
Federico Botto	1
Roberto Koiti Nakagome	1
Marcelo Guidotti	1
Total	<u>85.946.000</u>

Eventos societários

Em 27 de abril de 2009, quando da constituição da Companhia, o capital social foi integralizado em R\$1,00, correspondente a 1.000 ações ordinárias e sem valor nominal.

Em 4 de junho de 2009, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$85.945, correspondente a 85.945.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$85.946, correspondentes a 85.946.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Desse total, R\$20.725 foram integralizados em dinheiro, permanecendo o saldo de R\$65.221 pendente de integralização em 31 de dezembro de 2009. O saldo foi integralizado durante o período de 2010.

b) Capital autorizado

Conforme artigo 6º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar o capital social, até o limite de R\$350.000, por deliberação do Conselho de Administração, ao qual caberá fixar o preço de emissão e demais condições da emissão, subscrição e integralização dessas ações.

c) Dividendos

Aos acionistas é assegurada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da legislação societária.

17. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	<u>2009</u>
Receita com arrecadação de pedágio:	
Pedágio em numerário	37.155
Pedágio por equipamento eletrônico	30.048
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>1.594</u>
	68.797
Receitas acessórias (*)	<u>2.379</u>
Receita bruta	<u><u>71.176</u></u>

(*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, publicidade, implantação e concessão de acessos.

18. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>2009</u>		
	<u>Custo dos</u>	<u>Despesas</u>	
	<u>serviços</u>	<u>gerais e</u>	
	<u>prestados</u>	<u>administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	4.510	3.144	7.654
Conservação e manutenção	3.511	87	3.598
Serviços de terceiros (*)	3.377	5.402	8.779
Seguros	2.570	-	2.570
Poder concedente	2.135	-	2.135
Depreciação e amortização	10.945	-	10.945
Outros	<u>2.809</u>	<u>894</u>	<u>3.703</u>
	<u><u>29.857</u></u>	<u><u>9.527</u></u>	<u><u>39.384</u></u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, consultoria e limpeza.

19. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>2009</u>
Receitas financeiras-	
Receita de aplicações financeiras	<u>4.105</u>
Despesas financeiras:	
Juros sobre notas promissórias	(16.617)
Amortização de custos com emissão de notas promissórias (*)	(3.225)
Juros sobre direito de outorga	(16.431)
Outras	<u>(1.062)</u>
	<u>(37.335)</u>
Resultado financeiro	<u>(33.230)</u>

(*) Refere-se aos custos da 1ª e 2ª emissões de notas promissórias, já liquidadas.

20. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas e define limites percentuais de alocação de recursos e de valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como destinadas à negociação. Em 31 de dezembro de 2009, as aplicações financeiras são formadas por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado na data do balanço patrimonial.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.

- Notas promissórias: registradas como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais deduzidos dos custos das transações, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	6.678	6.678
Aplicações financeiras	78.059	78.059
Passivos:		
Notas promissórias	351.756	358.583
Credor pela concessão	308.499	320.282
Fornecedores	6.038	6.038

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI em empréstimos e financiamentos contraídos em reais e IPCA em credor pela concessão.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que potencialmente sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, não existindo clientes que correspondam a 5%.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, principal indicador das notas promissórias contratadas pela Companhia, e a exposição à variação do IPCA sobre o saldo do credor pela concessão, uma vez que a dívida está “descasada” das receitas da Companhia, que são reajustadas anualmente.

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Notas promissórias	Alta do CDI	18.285	21.510	24.693
Credor pela concessão	Alta do IPCA	<u>7.061</u>	<u>8.842</u>	<u>10.629</u>
		<u>25.346</u>	<u>30.352</u>	<u>35.322</u>

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

A taxa considerada foi:

<u>Indicador</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,55%	10,69%	12,83%
IPCA (b)	4,20%	5,25%	6,30%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se ao índice do IPCA em 31 de dezembro de 2009.

21. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia possui Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$41, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

22. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2009, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Junho de 2009 a dezembro de 2010	237.912
Seguro garantia	Junho de 2009 a junho de 2010	159.298
Responsabilidade civil	Junho de 2009 a junho de 2010	114.565
Riscos operacionais	Junho de 2009 a junho de 2010	1.858.112
Riscos de engenharia	Junho de 2009 a junho de 2010	62.271

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

Em 31 de dezembro de 2009, existe transação sem efeito de caixa, referente à parcela do direito de outorga de R\$292.068, ainda não paga.

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Emissão de notas promissórias

Em 28 de maio de 2010, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 35 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,35 ponto.

b) Aumento de capital

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$19.779, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$34.000, correspondente a 34.000.000 de ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$24.500, correspondente a 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$164.225, correspondente a 164.225.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 31 de agosto de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital em R\$27.500, correspondente a 27.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, de modo que o capital social passou a ser de R\$191.725, correspondente a 191.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Os aumentos de capital foram subscritos e totalmente integralizados pela acionista EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

25. APROVAÇÃO PARA DIVULGAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 23 de setembro de 2010.

26. REAPRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As presentes demonstrações financeiras estão sendo reapresentadas para contemplar informações adicionais às notas explicativas nº 13 e nº 20.d).

**INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS (ITR) DA GARANTIDORA REFERENTES AO PERÍODO DE NOVE MESES FINDO
EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E RESPECTIVO RELATÓRIO DE REVISÃO ESPECIAL DOS AUDITORES
INDEPENDENTE**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A e Controladas

*Relatório de Revisão dos
Auditores Independentes das
Informações Trimestrais - ITR
Terceiro Trimestre - 2010*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

1. Revisamos as informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais - ITR, individuais e consolidadas, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. ("Companhia") e controladas, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, as notas explicativas e o relatório de desempenho, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração.
2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, em conjunto com o Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e consistiu, principalmente, em: (a) indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da Companhia e de suas controladas quanto aos principais critérios adotados na elaboração das Informações Trimestrais; e (b) revisão das informações e dos eventos subsequentes que tenham, ou possam vir a ter, efeitos relevantes sobre a situação financeira e as operações da Companhia e de suas controladas.
3. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhuma modificação relevante que deva ser feita nas informações contábeis contidas nas Informações Trimestrais referidas no parágrafo 1 para que estas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.
4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante o exercício de 2009 foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.1 às Informações Trimestrais, bem como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa de seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela citada Deliberação.

São Paulo, 5 de novembro de 2010



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

2010-1578

"Deloitte" refere-se à sociedade limitada estabelecida no Reino Unido "Deloitte Touche Tohmatsu Limited" e sua rede de firmas-membro, cada qual constituindo uma pessoa jurídica independente. Acesse www.deloitte.com/about para uma descrição detalhada da estrutura jurídica da Deloitte Touche Tohmatsu Limited e de suas firmas-membro.

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02190-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 08.873.873/0001-10
4 - NIRE 35.300.366.166		

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO RODOVIAS DOS IMIGRANTES, KM 28,5				2 - BAIRRO OU DISTRITO JARDIM REPRESA	
3 - CEP 09845-000		4 - MUNICÍPIO S.B. DO CAMPO			5 - UF SP
6 - DDD 011	7 - TELEFONE 4359-6000	8 - TELEFONE 4359-6005	9 - TELEFONE 4359-6133	10 - TELEX 0000000	
11 - DDD 011	12 - FAX 4359-6056	13 - FAX 0000-0000	14 - FAX 0000-0000		
15 - E-MAIL ecorodovias@ecorodovias.com.br					

01.03 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME				
ROBERTO KOITI NAKAGOME				
2 - ENDEREÇO COMPLETO			3 - BAIRRO OU DISTRITO	
RODOVIAS DOS IMIGRANTES, KM 28,5			JARDIM REPRESA	
4 - CEP	5 - MUNICÍPIO			6 - UF
09845-000	S.B. DO CAMPO			SP
7 - DDD	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEX
011	4359-6000	4359-6005	4359-6133	0000000
12 - DDD	13 - FAX	14 - FAX	15 - FAX	
011	4359-6056	0000-0000	0000-0000	
16 - E-MAIL				
roberto.nakagome@ecorodovias.com.br				

01.04 - REFERÊNCIA / AUDITOR

EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO		TRIMESTRE ATUAL			TRIMESTRE ANTERIOR		
1 - INÍCIO	2 - TÉRMINO	3 - NÚMERO	4 - INÍCIO	5 - TÉRMINO	6 - NÚMERO	7 - INÍCIO	8 - TÉRMINO
01/01/2010	31/12/2010	3	01/07/2010	30/09/2010	2	01/04/2010	30/06/2010
9 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES					10 - CÓDIGO CVM 00385-9		
11 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO ISMAR DE MOURA					12 - CPF DO RESP. TÉCNICO 051.550.278-29		

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

01.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Número de Ações (Mil)	1 - TRIMESTRE ATUAL 30/09/2010	2 - TRIMESTRE ANTERIOR 30/06/2010	3 - IGUAL TRIMESTRE EX. ANTERIOR 30/09/2009
Do Capital Integralizado			
1 - Ordinárias	477.792	477.792	438.465
2 - Preferenciais	0	0	0
3 - Total	477.792	477.792	438.465
Em Tesouraria			
4 - Ordinárias	0	0	0
5 - Preferenciais	0	0	0
6 - Total	0	0	0

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - TIPO DE EMPRESA
Empresa Comercial, Industrial e Outras
2 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional
3 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Nacional Holding
4 - CÓDIGO ATIVIDADE
3140 - Emp. Adm. Part. - Serviços Transporte e Logística
5 - ATIVIDADE PRINCIPAL
SERVIÇOS DE APOIO ADMINISTRATIVO E DE ENGENHARIA, EXPLORAÇÃO DIRETA OU INDIRETA DE NEGÓCIOS DE CONCESSÃO DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS.
6 - TIPO DE CONSOLIDADO
Total
7 - TIPO DO RELATÓRIO DOS AUDITORES
Sem Ressalva

01.07 - SOCIEDADES NÃO INCLUÍDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

1 - ITEM	2 - CNPJ	3 - DENOMINAÇÃO SOCIAL
----------	----------	------------------------

01.08 - PROVENTOS EM DINHEIRO DELIBERADOS E/OU PAGOS DURANTE E APÓS O TRIMESTRE

1 - ITEM	2 - EVENTO	3 - APROVAÇÃO	4 - PROVENTO	5 - INÍCIO PGTO.	6 - ESPÉCIE E CLASSE DE AÇÃO	7 - VALOR DO PROVENTO P/ AÇÃO
----------	------------	---------------	--------------	------------------	------------------------------	-------------------------------

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

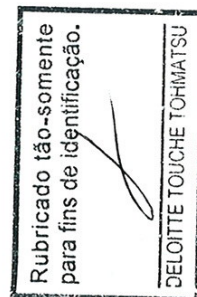
1 - CÓDIGO CVM 02190-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 08.873.873/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

01.09 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	20/01/2010	438.465	15.741	Subscrição em Bens ou Créditos	15.741	1,0000000000
02	26/01/2010	454.206	23.586	Subscrição em Bens ou Créditos	23.586	1,0000000000

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA 08/11/2010	2 - ASSINATURA 
------------------------	--



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Data-Base - 30/09/2010

Legislação Societária

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

02.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	1.295.910	1.205.852
1.01	Ativo Circulante	63.939	96.018
1.01.01	Disponibilidades	58.225	61.250
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	58.225	61.250
1.01.02	Créditos	5.447	34.435
1.01.02.01	Clientes	0	0
1.01.02.02	Créditos Diversos	5.447	34.435
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	4.656	3.438
1.01.02.02.02	Dividendos e JSCP a receber	791	30.997
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	267	333
1.01.04.01	Outros créditos	267	333
1.02	Ativo Não Circulante	1.231.971	1.109.834
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	35.594	8.498
1.02.01.01	Créditos Diversos	1.693	566
1.02.01.01.01	Imp de renda e contr social diferidos	1.693	566
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	33.901	7.932
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	32.820	7.820
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.081	112
1.02.01.03	Outros	0	0
1.02.02	Ativo Permanente	1.196.377	1.101.336
1.02.02.01	Investimentos	879.752	778.231
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações Coligadas/Equiparadas-Ágio	0	0
1.02.02.01.03	Participações em Controladas	803.259	699.864
1.02.02.01.04	Participações em Controladas - Ágio	76.493	78.367
1.02.02.01.05	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	2.060	1.765
1.02.02.03	Intangível	314.565	321.340
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	1.295.910	1.205.852
2.01	Passivo Circulante	129.758	111.982
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.01.02	Debêntures	121.207	104.787
2.01.03	Fornecedores	889	760
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	593	394
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.855	1.881
2.01.05.01	Dividendos a pagar e JSCP	0	0
2.01.05.02	Dividendos a pagar minoritários	0	26
2.01.05.03	Juros sobre capital próprio a pagar	1.855	1.855
2.01.06	Provisões	0	0
2.01.06.01	Prov Imposto renda e contrib social	0	0
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.01.08	Outros	5.214	4.160
2.01.08.01	Obrigações sociais	4.842	3.997
2.01.08.02	Outras contas a pagar	372	163
2.02	Passivo Não Circulante	509.383	507.912
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	509.383	507.912
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	0	0
2.02.01.02	Debêntures	509.383	507.912
2.02.01.03	Provisões	0	0
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	0	0
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.05	Patrimônio Líquido	656.769	585.958
2.05.01	Capital Social Realizado	477.792	477.792
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	4.110	4.110
2.05.04.01	Legal	4.110	4.110
2.05.04.02	Estatutária	0	0
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

02.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	174.867	104.056
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	26.833	78.433	8.256	8.256
3.01.01	Receitas de serviços	26.833	78.433	8.256	8.256
3.02	Deduções da Receita Bruta	(3.021)	(8.826)	(929)	(929)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	23.812	69.607	7.327	7.327
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(17.986)	(51.481)	(2.394)	(2.394)
3.05	Resultado Bruto	5.826	18.126	4.933	4.933
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	63.855	169.268	19.387	19.333
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	0	0	(8)	(95)
3.06.03	Financeiras	(15.808)	(44.809)	(8.968)	(8.935)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	2.125	9.627	3	3
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(17.933)	(54.436)	(8.971)	(8.938)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	0	0
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(1.874)	(5.632)	(5.775)	(5.775)
3.06.05.01	Amortização de investimentos	(1.874)	(5.623)	(5.775)	(5.775)
3.06.05.02	Outras Despesas	0	(9)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	81.537	219.709	34.138	34.138
3.07	Resultado Operacional	69.681	187.394	24.320	24.266
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	69.681	187.394	24.320	24.266
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	4	15	15	15
3.11	IR Diferido	1.126	1.692	(8)	(8)
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

03.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	70.811	189.101	24.327	24.273
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	477.792	477.792	438.465	438.465
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,14820	0,39578	0,05548	0,05536
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	(9.928)	(97)	3.195	3.136
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.867	50.266	5.093	5.039
4.01.01.01	Lucro antes do imp renda e contr social	69.681	187.394	24.320	24.266
4.01.01.02	Depreciação e amortização	7.859	23.424	198	198
4.01.01.03	Amortização de ágio em investimento	1.874	5.623	5.775	5.775
4.01.01.04	Enc financ e var monet s/ empr e debent	17.923	53.467	8.938	8.938
4.01.01.05	Equivalência Patrimonial	(81.537)	(219.709)	(34.138)	(34.138)
4.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado e intangível	67	67	0	0
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(25.795)	(50.363)	(3.567)	(3.572)
4.01.02.01	Clientes	0	0	(673)	(673)
4.01.02.02	Impostos a recuperar	(1.218)	(2.555)	(540)	(540)
4.01.02.03	Outros créditos	66	(111)	(3)	(3)
4.01.02.04	Fornecedores	129	149	200	200
4.01.02.05	Obrigações sociais	845	1.311	322	322
4.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolh	199	(590)	874	874
4.01.02.07	Outras contas a pagar	209	(760)	(156)	(156)
4.01.02.08	Juros pagos	(60)	(22.449)	(3.581)	(3.581)
4.01.02.09	Impostos de renda e contr social pagos	4	15	(10)	(10)
4.01.02.10	Empresas ligadas	(25.969)	(25.373)	0	(5)
4.01.02.11	Impostos diferidos	0	0	0	0
4.01.03	Outros	0	0	1.669	1.669
4.01.03.01	Efeito do caixa recebido na incorporação	0	0	1.669	1.669
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	6.903	(85.996)	4	4
4.02.01	Dividendos recebidos	60.349	88.242	462	462
4.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	(1.446)	(3.238)	(458)	(458)
4.02.03	Investimento em controladas - Ecopistas	(52.000)	(171.000)	0	0
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	0	(101.512)	(1.355)	145

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

04.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.03.01	Captação de empréstimos - terceiros	0	0	397.879	397.879
4.03.02	Comissão sobre captação de debêntures	0	0	(394.855)	(394.855)
4.03.03	Pagamento de dividendos e jscp	0	0	(4.379)	(4.379)
4.03.04	Aumento de capital	0	0	0	1.500
4.03.05	Comissão sobre captação de debentures	0	0	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(3.025)	(187.605)	1.844	3.285
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	61.250	245.830	1.443	2
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	58.225	58.225	3.287	3.287

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

05.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	477.792		0	0	104.056		585.958
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	477.792		0	0	104.056		585.958
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	70.811	0	70.811
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	477.792		0	0	174.867		656.769

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

05.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	438.465		0	0	4.110	0	442.575
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	438.465		0	0	4.110	0	442.575
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	189.101	0	189.101
5.05	Destinações	0	0	0	0	(14.234)	0	(14.234)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(5.503)	0	(5.503)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(8.731)	0	(8.731)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	39.327		0	0	0	0	39.327
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	477.792		0	0	4.110	174.867	656.769

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

08.01 - BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
1	Ativo Total	2.589.466	2.537.465
1.01	Ativo Circulante	316.099	280.764
1.01.01	Disponibilidades	178.327	193.272
1.01.01.01	Caixa e equivalentes de caixa	178.327	193.272
1.01.02	Créditos	134.131	82.782
1.01.02.01	Clientes	59.008	51.856
1.01.02.02	Créditos Diversos	75.123	30.926
1.01.02.02.01	Impostos a recuperar	6.284	6.247
1.01.02.02.02	Despesas antecipadas	5.875	3.363
1.01.02.02.03	Títulos e valores mobiliários	62.964	21.316
1.01.03	Estoques	0	0
1.01.04	Outros	3.641	4.710
1.01.04.01	Outros créditos	3.641	4.710
1.02	Ativo Não Circulante	2.273.367	2.256.701
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.055	19.588
1.02.01.01	Créditos Diversos	21.585	19.476
1.02.01.01.01	Imp renda e contrib social diferidos	20.386	18.738
1.02.01.01.02	Depósitos judiciais	1.199	738
1.02.01.02	Créditos com Pessoas Ligadas	1.081	112
1.02.01.02.01	Com Coligadas e Equiparadas	0	0
1.02.01.02.02	Com Controladas	0	0
1.02.01.02.03	Com Outras Pessoas Ligadas	1.081	112
1.02.01.03	Outros	389	0
1.02.01.03.01	Despesas antecipadas	389	0
1.02.02	Ativo Permanente	2.250.312	2.237.113
1.02.02.01	Investimentos	0	0
1.02.02.01.01	Participações Coligadas/Equiparadas	0	0
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	0	0
1.02.02.01.03	Outros Investimentos	0	0
1.02.02.02	Imobilizado	1.371.645	1.346.166
1.02.02.03	Intangível	878.667	890.947
1.02.02.04	Diferido	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 30/09/2010	4 - 30/06/2010
2	Passivo Total	2.589.466	2.537.465
2.01	Passivo Circulante	918.383	949.836
2.01.01	Empréstimos e Financiamentos	465.918	452.919
2.01.02	Debêntures	260.549	230.211
2.01.03	Fornecedores	27.741	23.296
2.01.04	Impostos, Taxas e Contribuições	12.577	10.935
2.01.05	Dividendos a Pagar	1.855	1.881
2.01.05.02	Dividendos a pagar minoritários	0	26
2.01.05.03	Juros sobre capital próprio a pagar	1.855	1.855
2.01.06	Provisões	17.074	13.536
2.01.06.01	Provisão para Imp renda e contr social	17.074	13.536
2.01.07	Dívidas com Pessoas Ligadas	2.381	2.869
2.01.08	Outros	130.288	214.189
2.01.08.01	Obrigações sociais	15.035	13.071
2.01.08.02	Credor pela concessão	99.416	186.457
2.01.08.03	Programa de parcelamento - PAES	261	271
2.01.08.04	Outras contas a pagar	15.576	14.390
2.02	Passivo Não Circulante	1.009.394	997.471
2.02.01	Passivo Exigível a Longo Prazo	1.009.394	997.471
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	41.048	39.895
2.02.01.02	Debêntures	871.828	864.083
2.02.01.03	Provisões	24.606	22.994
2.02.01.03.01	Provisão para contingências	24.606	22.994
2.02.01.04	Dívidas com Pessoas Ligadas	0	0
2.02.01.05	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0
2.02.01.06	Outros	71.912	70.499
2.02.01.06.01	Programa de parcelamento - PAES	862	866
2.02.01.06.02	Credor pela concessão	61.358	59.993
2.02.01.06.03	Imp renda e contr social diferidos	5.747	5.512
2.02.01.06.04	Outras contas a pagar	3.945	4.128
2.03	Resultados de Exercícios Futuros	0	0
2.04	Part. de Acionistas Não Controladores	4.920	4.200
2.05	Patrimônio Líquido	656.769	585.958
2.05.01	Capital Social Realizado	477.792	477.792
2.05.02	Reservas de Capital	0	0
2.05.03	Reservas de Reavaliação	0	0
2.05.03.01	Ativos Próprios	0	0
2.05.03.02	Controladas/Coligadas e Equiparadas	0	0
2.05.04	Reservas de Lucro	4.110	4.110
2.05.04.01	Legal	4.110	4.110
2.05.04.02	Estatutária	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

08.02 - BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 -30/09/2010	4 -30/06/2010
2.05.04.03	Para Contingências	0	0
2.05.04.04	De Lucros a Realizar	0	0
2.05.04.05	Retenção de Lucros	0	0
2.05.04.06	Especial p/ Dividendos Não Distribuídos	0	0
2.05.04.07	Outras Reservas de Lucro	0	0
2.05.05	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0
2.05.05.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0
2.05.05.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0
2.05.05.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0
2.05.06	Lucros/Prejuízos Acumulados	174.867	104.056
2.05.07	Adiantamento para Futuro Aumento Capital	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.01	Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	330.078	940.997	141.823	141.823
3.01.01	Receita com arrecadação de pedágio	316.918	903.082	135.143	135.143
3.01.02	Receitas acessórias	11.767	35.802	6.169	6.169
3.01.03	Receitas de serviços	1.393	2.113	511	511
3.02	Deduções da Receita Bruta	(23.892)	(66.238)	(8.361)	(8.361)
3.03	Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	306.186	874.759	133.462	133.462
3.04	Custo de Bens e/ou Serviços Vendidos	(122.621)	(350.720)	(59.760)	(59.760)
3.05	Resultado Bruto	183.565	524.039	73.702	73.702
3.06	Despesas/Receitas Operacionais	(70.839)	(225.041)	(32.844)	(32.898)
3.06.01	Com Vendas	0	0	0	0
3.06.02	Gerais e Administrativas	(19.658)	(54.563)	(10.246)	(10.333)
3.06.03	Financeiras	(51.555)	(170.749)	(22.775)	(22.742)
3.06.03.01	Receitas Financeiras	6.785	19.995	346	377
3.06.03.02	Despesas Financeiras	(58.340)	(190.744)	(23.121)	(23.119)
3.06.04	Outras Receitas Operacionais	452	506	177	177
3.06.05	Outras Despesas Operacionais	(78)	(235)	0	0
3.06.06	Resultado da Equivalência Patrimonial	0	0	0	0
3.07	Resultado Operacional	112.726	298.998	40.858	40.804
3.08	Resultado Não Operacional	0	0	0	0
3.08.01	Receitas	0	0	0	0
3.08.02	Despesas	0	0	0	0
3.09	Resultado Antes Tributação/Participações	112.726	298.998	40.858	40.804
3.10	Provisão para IR e Contribuição Social	(42.743)	(110.776)	(17.593)	(17.593)
3.11	IR Diferido	1.548	3.178	1.062	1.062
3.12	Participações/Contribuições Estatutárias	0	0	0	0
3.12.01	Participações	0	0	0	0
3.12.02	Contribuições	0	0	0	0

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

09.01 - DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
3.13	Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0
3.14	Part. de Acionistas Não Controladores	(720)	(2.299)	0	0
3.15	Lucro/Prejuízo do Período	70.811	189.101	24.327	24.273
	NÚMERO AÇÕES, EX-TESOURARIA (Mil)	477.792	477.792	438.465	438.465
	LUCRO POR AÇÃO (Reais)	0,14820	0,39578	0,05548	0,05536
	PREJUÍZO POR AÇÃO (Reais)				

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL

CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS

ITR - INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS Data-Base - 30/09/2010

EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	188.988	546.964	100.952	100.893
4.01.01	Caixa Gerado nas Operações	232.888	664.692	92.272	92.218
4.01.01.01	Lucro antes do imp renda e contr social	112.726	298.998	40.858	40.804
4.01.01.02	Depreciação e amortização acumulada	60.038	174.932	29.534	29.534
4.01.01.04	Encargos financeiros sobre empréstimos	52.916	160.212	19.304	19.304
4.01.01.05	Baixa de ativo imobilizado e intangível	311	1.979	(412)	(412)
4.01.01.06	Variação monetária com Poder Concedente	4.797	25.506	1.955	1.955
4.01.01.07	Constituição de provisão contingência	3.456	5.912	1.325	1.325
4.01.01.09	Receita finan, títulos e valores monet	(1.356)	(2.847)	(292)	(292)
4.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	(43.900)	(203.068)	(34.385)	(34.390)
4.01.02.01	Cilentes	(7.152)	(9.141)	(9.314)	(9.314)
4.01.02.02	Impostos a recuperar	(37)	(4.169)	(1.242)	(1.242)
4.01.02.03	Despesas antecipadas	(2.901)	(469)	(757)	(757)
4.01.02.04	Outros créditos e dep judiciais	608	677	4.870	4.870
4.01.02.05	Fornecedores	4.445	(2.502)	(1.669)	(1.669)
4.01.02.07	Obrigações sociais	1.964	3.383	1.173	1.173
4.01.02.08	Empresas ligadas	(1.457)	(2.590)	(1.791)	(1.796)
4.01.02.09	Impostos, taxas e contr a recolher	1.642	(1.098)	952	952
4.01.02.10	Provisão para contingências	(1.844)	(4.558)	(76)	(76)
4.01.02.11	Outras contas a pagar	1.003	(1.684)	(4.670)	(4.670)
4.01.02.12	Juros pagos	(1.101)	(73.742)	(4.162)	(4.162)
4.01.02.13	Imp de renda e contr social pagos	(39.205)	(107.489)	(17.699)	(17.699)
4.01.02.14	Impostos diferidos	135	314	0	0
4.01.03	Outros	0	85.340	43.065	43.065
4.01.03.01	Efeito do caixa recebido na incorporação	0	85.340	43.065	43.065
4.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	(73.547)	(213.767)	(24.798)	(24.798)
4.02.02	Aquisição de imobilizado e intangível	(73.547)	(213.767)	(24.798)	(24.798)

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO - METODO INDIRETO (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - 01/07/2010 a 30/09/2010	4 - 01/01/2010 a 30/09/2010	5 - 01/07/2009 a 30/09/2009	6 - 01/01/2009 a 30/09/2009
4.03	Caixa Líquido Atividades Financiamento	(130.386)	(432.779)	(56.701)	(55.201)
4.03.01	Captação de empréstimos - terceiros	594	351.204	397.879	397.879
4.03.02	Pagamento de empréstimos	(215)	(404.232)	(394.853)	(394.853)
4.03.03	Pagamento de dividendos e jscop	0	(100.391)	(46.500)	(46.500)
4.03.04	Aumento de capital	0	0	0	1.500
4.03.05	Títulos e valores mobiliários	(40.292)	(30.046)	(11.354)	(11.354)
4.03.06	Credor pela concessão	(90.473)	(246.512)	(1.873)	(1.873)
4.03.07	Comissão pela captação de debêntures	0	(2.802)	0	0
4.04	Variação Cambial s/ Caixa e Equivalentes	0	0	0	0
4.05	Aumento(Redução) de Caixa e Equivalentes	(14.945)	(99.582)	19.453	20.894
4.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	193.272	277.909	1.443	2
4.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	178.327	178.327	20.896	20.896

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

11.01 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	477.792		0	0	104.056	0	585.958
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	477.792		0	0	104.056	0	585.958
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	70.811	0	70.811
5.05	Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	0	0	0
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	0	0	0
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	0	0	0	0	0	0	0
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	477.792		0	0	174.867	0	656.769

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

11.02 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010 (Reais Mil)

1 - CÓDIGO	2 - DESCRIÇÃO	3 - CAPITAL SOCIAL	4 - RESERVAS DE CAPITAL	5 - RESERVAS DE REAVALIAÇÃO	6 - RESERVAS DE LUCRO	7 - LUCROS/PREJUÍZOS ACUMULADOS	8 - AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL	9 - TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO
5.01	Saldo Inicial	438.465	0	0	0	4.110	0	442.575
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldo Ajustado	438.465	0	0	0	4.110	0	442.575
5.04	Lucro / Prejuízo do Período	0	0	0	0	189.101	0	189.101
5.05	Destinações	0	0	0	0	(14.234)	0	(14.234)
5.05.01	Dividendos	0	0	0	0	(5.503)	0	(5.503)
5.05.02	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	0	(8.731)	0	(8.731)
5.05.03	Outras Destinações	0	0	0	0	0	0	0
5.06	Realização de Reservas de Lucros	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Ajustes de Avaliação Patrimonial	0	0	0	0	0	0	0
5.07.01	Ajustes de Títulos e Valores Mobiliários	0	0	0	0	0	0	0
5.07.02	Ajustes Acumulados de Conversão	0	0	0	0	0	0	0
5.07.03	Ajustes de Combinação de Negócios	0	0	0	0	0	0	0
5.08	Aumento/Redução do Capital Social	39.327	0	0	0	0	0	39.327
5.09	Constituição/Realização Reservas Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.10	Ações em Tesouraria	0	0	0	0	0	0	0
5.11	Outras Transações de Capital	0	0	0	0	0	0	0
5.12	Outros	0	0	0	0	0	0	0
5.13	Saldo Final	477.792	0	0	0	174.867	0	656.769

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, conforme nota explicativa nº 9, na qualidade de sócia ou acionista. Após a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

- A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.
- A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná.
- A Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas, constituída em 3 de novembro de 1997, tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.
- A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do contrato de concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.
- A Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (“Ecosul” ou “Companhia”) foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1º de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, de determinados trechos integrantes do denominado Polo de Pelotas.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 20 de janeiro de 2010, mediante processo de reestruturação societária, o controle direto da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas foi transferido à Companhia, por R\$15.741.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Em 26 de janeiro de 2010, mediante processo de reestruturação societária, o controle direto da Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul foi transferido à Companhia por R\$23.586. Os ativos e passivos das controladas recebidos em aumento de capital são como segue:

<u>Balancos patrimoniais</u>	<u>Ecopistas</u>	<u>Ecosul</u>
Ativo:		
Circulante:	<u>91.706</u>	<u>8.972</u>
Caixa e equivalentes de caixa	80.667	4.673
Clientes	6.678	3.242
Outros ativos	4.361	1.057
Não circulante:	<u>595.505</u>	<u>64.366</u>
Realizável a longo prazo	4.261	5.780
Imobilizado e intangível	<u>591.244</u>	<u>58.586</u>
Total do ativo	<u>687.211</u>	<u>73.338</u>
Passivo:		
Circulante:	<u>671.470</u>	<u>12.730</u>
Fornecedores	6.038	3.624
Empréstimos e financiamentos	351.756	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.573	940
Obrigações sociais	857	1.532
Empresas ligadas	265	1.665
Credor pela concessão	308.499	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	900	2.576
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	-	1.681
Programa especial de parcelamento - PAES	-	89
Outras contas a pagar	1.582	623
Não circulante:	<u>-</u>	<u>34.402</u>
Empréstimos e financiamentos	-	31.342
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	78
Provisão para contingências	-	2.828
Outras contas a pagar	<u>-</u>	<u>154</u>
Total do passivo	<u>671.470</u>	<u>47.132</u>
Minoritários	<u>-</u>	<u>2.620</u>
Acervo líquido	<u>15.741</u>	<u>23.586</u>

O contexto operacional das controladas está descrito na nota explicativa nº 9.

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

As informações trimestrais foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das informações trimestrais envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas informações trimestrais. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos períodos.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas informações trimestrais devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

As informações trimestrais consolidadas referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<u>Controladas</u>	<u>Participação direta</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas	100,00%
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A – Ecosul	90,00%
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A - Ecopistas	100,00%

As datas das informações trimestrais das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com a da controladora.

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital e das reservas de lucros acumulados nas empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas, bem como de lucros não realizados.
- Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas informações trimestrais consolidadas.

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos pelo CPC.

Até a data de preparação destas informações trimestrais, novos pronunciamentos técnicos foram emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM, para aplicação em 2010. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, Ofício-Circular CVM/SNC/SEP nº 01/10 e pela Resolução CFC 1.281/10, a Companhia optou por não adotar os novos pronunciamentos na preparação das Informações Trimestrais de 30 de setembro de 2010, utilizando em sua preparação as mesmas práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras findas em 31 de dezembro de 2009 e de reapresentar referidas informações trimestrais ajustadas pelos novos pronunciamentos quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício a findar em 31 de dezembro de 2010.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
23	Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26 (R1)	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36 (R1)	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo
ICPC 10	Imobilizado

523

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Ágio - direito de concessão

Sistemas

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

d) Passivos circulante e não circulante

- Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 18.

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, para a compensação dos prejuízos fiscais e da base negativa da contribuição social, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções para não ultrapassar o prazo de realização de 10 (dez) anos.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS, Cofins e ISS são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Caixa geral	16	12	38	41
Bancos conta movimento	-	285	1.245	4.764
Numerário em trânsito (a)	-	-	3.373	2.725
Fundo de troco	-	-	3.613	4.681
Recursos não vinculados (b)	<u>58.209</u>	<u>60.953</u>	<u>170.058</u>	<u>181.061</u>
	<u>58.225</u>	<u>61.250</u>	<u>178.327</u>	<u>193.272</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDB, remunerados a taxas que variam entre 100% e 104% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Recursos para liquidação e garantia de debêntures	<u>62.964</u>	<u>21.316</u>

Embora as aplicações mencionadas tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15). São formadas por CDB e remuneradas a taxas que variam entre 100% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

6. CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Pedágio eletrônico – concessionárias	46.188	37.373
Cupons de pedágio	9.161	11.158
Outras contas - receitas acessórias	<u>3.659</u>	<u>3.325</u>
	<u>59.008</u>	<u>51.856</u>

Em 30 de setembro de 2010, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
A vencer	<u>58.340</u>	<u>51.819</u>
Vencidos:		
Até 30 dias	648	26
De 31 a 90 dias	<u>20</u>	<u>11</u>
	<u>668</u>	<u>37</u>
	<u>59.008</u>	<u>51.856</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	3.872	3.434	5.144	4.203
Créditos federais – Imposto de renda				
Contribuição social	784	4	870	1.774
Outros	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>270</u>	<u>270</u>
	<u>4.656</u>	<u>3.438</u>	<u>6.284</u>	<u>6.247</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

8. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$5.875 (R\$3.363 em 30 de junho de 2010) é composto por prêmios de seguros. Vide nota explicativa nº 26.

9. INVESTIMENTOS

	Valores das investidas		Percentual de		Investimento		Equivalência
	30.09.10		Participação direta				patrimonial
	Patrimônio Líquido	Resultado do período	30.09.10	30.06.10	30.09.10	30.06.10	30.09.10
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (c)	445.652	129.661	100%	100%	445.652	420.877	129.661
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (c)	43.543	32.329	100%	100%	43.543	40.277	32.329
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (c)	82.173	36.155	100%	100%	82.173	69.158	36.155
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas (b)	187.611	869	100%	100%	187.611	131.755	869
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul (a)	49.200	22.994	90%	90%	44.280	37.797	20.695
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio (d)	-	-	-	-	<u>76.493</u>	<u>78.367</u>	-
					<u>879.752</u>	<u>778.231</u>	<u>219.709</u>

(a) Em 26 de janeiro de 2010, mediante processo de reestruturação societária, o controle direto da Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul foi transferido à Companhia por R\$23.586.

(b) Em 20 de janeiro de 2010, mediante processo de reestruturação societária, o controle direto da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto - Ecopistas foi transferido à Companhia por R\$15.741.

(c) Em agosto de 2009, a Companhia após o processo de reestruturação societária, passou a ser a controladora direta das Concessionárias Ecovias, Ecovia e Ecocataratas, sendo que o acervo líquido transferido reflete a posição patrimonial das concessionárias em 31 de julho de 2009.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(d) Em 30 de junho de 2008, a controlada Ecovias optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos, retroagindo os efeitos para o início do exercício. Os efeitos do estorno da reavaliação produziram acréscimo na rubrica "Ágio" no valor de R\$97.113, proveniente da mais-valia dos ativos em 1º de janeiro de 2008, suportado por laudos de especialistas contratados pela Administração à época. O saldo é amortizado em virtude do prazo de vida útil estimado dos bens da Ecovias, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão. No consolidado, o valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos está apresentado na rubrica "Imobilizado" e a amortização do ágio no resultado está apresentada na rubrica "Depreciação".

(e) Movimentação dos investimentos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010:

<u>Controlada</u>	<u>31.12.09</u>	<u>Adições</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Amortização do ágio</u>	<u>Transferência de controle acionário (*)</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>30.09.10</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	347.723	-	(31.732)	-	-	129.661	445.652
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	18.720	-	(7.506)	-	-	32.329	43.543
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	47.190	-	(1.172)	-	-	36.155	82.173
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	-	171.000	-	-	15.742	869	187.611
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	-	-	-	-	23.585	20.695	44.280
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>82.116</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(5.623)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>76.493</u>
	<u>495.749</u>	<u>171.000</u>	<u>(40.410)</u>	<u>(5.623)</u>	<u>39.327</u>	<u>219.709</u>	<u>879.752</u>

(*) Vide nota explicativa nº 1 para os principais eventos societários. O valor de R\$39.327 refere-se à transferência de controle acionário da Ecopistas e Ecosul.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(f) Movimentação dos investimentos no trimestre findo em 30 de setembro de 2010:

<u>Controlada</u>	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Dividendos</u>	<u>Amortização do ágio</u>	<u>Equivalência Patrimonial</u>	<u>30.09.10</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	420.877	-	(23.101)	-	47.876	445.652
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	40.277	-	(7.041)	-	10.307	43.543
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	69.158	-	-	-	13.015	82.173
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas	131.755	52.000	-	-	3.856	187.611
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul	37.797	-	-	-	6.483	44.280
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio	<u>78.367</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.874)</u>	<u>-</u>	<u>76.493</u>
	<u>778.231</u>	<u>52.000</u>	<u>(30.142)</u>	<u>(1.874)</u>	<u>81.537</u>	<u>879.752</u>

Contexto operacional das concessionárias de rodovias

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2006, através do termo aditivo e modificativo nº 10 do contrato de concessão, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

(a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

(b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Em 30 de setembro de 2010, os investimentos para atender aos compromissos de ampliações futuras conforme contrato de concessão estão estimados em R\$501.140 (R\$482.923 em 30 de junho de 2010).

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Ecovia foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano de R\$60 mensais e do 12º ano até o final do contrato de R\$66 mensais.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga até o 11º ano de R\$10 mensais e do 12º ano ao final do contrato de R\$11 mensais.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

536

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e têm por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Ecocataratas, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e os serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da concessão é de 24 anos referente a um trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento de verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais de R\$77, durante o período do contrato, reajustadas de acordo com os índices de reajuste das tarifas de pedágio. Em 30 de setembro de 2010, a parcela reajustada é de R\$205.
- b) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso conforme segue (exceto operação):
- 7,64 km da Rodovia PR-474, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Campo Bonito - PR.
 - 37,03 km da Rodovia PR-180, trecho de acesso entre a BR-277 e o distrito de Juvinópolis, município de Cascavel - PR.
 - 13,58 km da Rodovia PR-590, trecho de acesso entre a BR-277 e o município de Ramilândia - PR.
 - 13,59 km da Rodovia PR-874, trecho de acesso ao Terminal Turístico do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes a concessão:

Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – Ecosul

A Ecosul foi constituída em 19 de janeiro de 1998, com início de suas operações em 1 de março de 2001. A Ecosul tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, das seguintes rodovias e trechos integrantes do denominado Pólo de Pelotas:

Rodovia	Trecho	Extensão (km)
BR-116	Pelotas/Camaquã	123,4
BR-116	Pelotas/Jaguarão	137,1
BR-293	Pelotas/Bagé	161,1
BR-392	Pelotas/Rio Grande	73,8
BR-392	Pelotas/Santana da Boa Vista	128,4

A concessão, pelo prazo de 25 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, recuperação das rodovias existentes, conservações preventivas, implantação de sistemas de controles de tráfego e atendimento aos usuários. Ao término do exercício de concessão em março de 2026, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

		Controladora			
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	30.09.10	30.06.10
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	1.851	(877)	974	914
Máquinas e equipamentos	10,4	215	(70)	145	144
Móveis e utensílios	10,1	629	(196)	433	432
Terrenos e edificações	3,4	361	(4)	357	129
Outros	11,6	<u>181</u>	<u>(30)</u>	<u>151</u>	<u>146</u>
		<u>3.237</u>	<u>(1.177)</u>	<u>2.060</u>	<u>1.765</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado					
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	30.09.10	30.06.10
Construção e					
projetos/ampliação principal	4,9	1.049.441	(474.902)	574.539	524.021
Pavimentações e conservação					
especial	11,9	764.499	(379.285)	385.214	364.235
Sinalização e dispositivos de					
segurança	11,0	94.978	(38.670)	56.308	52.838
Hardware e equipamentos de					
pedágio	20,0	118.384	(79.213)	39.171	36.277
Praça de pedágio e bases					
operacionais	9,7	6.905	(4.014)	2.891	2.979
Drenagem e obras de artes					
correntes	12,5	15.583	(4.523)	11.060	11.361
Máquinas e equipamentos	10,4	16.261	(8.511)	7.750	8.069
Móveis e utensílios	10,1	7.616	(3.326)	4.290	4.262
Terrenos e edificações	3,4	27.608	(11.188)	16.420	16.391
Obras em andamento (*)	-	16.533	-	16.533	14.199
Demais melhorias e					
ampliações	8,7	366.212	(116.791)	249.421	304.206
Outros	11,6	<u>14.345</u>	<u>(6.297)</u>	<u>8.048</u>	<u>7.328</u>
		<u>2.498.365</u>	<u>(1.126.720)</u>	<u>1.371.645</u>	<u>1.346.166</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário em fase de execução. A depreciação iniciar-se-á após a conclusão.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o valor total capitalizado de R\$1.588, na rubrica “Imobilizado”, refere-se aos encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos de terceiros.

Consolidado

Em 30 de setembro de 2010, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

O valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos da controlada Ecovias, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(d), está apresentado no imobilizado, nas rubricas “Construção e projeto/ampliação principal” e “Hardware e equipamentos de pedágio”.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado em 21 de dezembro de 2007, com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimada dos bens.

A movimentação do saldo no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Controladora

Descrição	Custo			Depreciação acumulada		
	30.06.10	Adições	30.09.10	30.06.10	Adições	30.09.10
Hardware e equipamentos de pedágio	1.700	151	1.851	(786)	(91)	(877)
Máquinas e equipamentos	208	7	215	(64)	(6)	(70)
Móveis e utensílios	612	17	629	(180)	(16)	(196)
Terrenos e Edificações	130	231	361	(1)	(3)	(4)
Outros	<u>171</u>	<u>10</u>	<u>181</u>	<u>(25)</u>	<u>(5)</u>	<u>(30)</u>
	<u>2.821</u>	<u>416</u>	<u>3.237</u>	<u>(1.056)</u>	<u>(121)</u>	<u>(1.177)</u>

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
DATA-BASE - 30/09/2010

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado - custo:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Construção e projetos/ampliação principal	986.881	2.201	60.359	-	1.049.441
Pavimentações e conservação especial	723.405	39.223	1.874	(3)	764.499
Sinalização e dispositivos de segurança	87.830	6.907	241	-	94.978
Hardware e equipamentos de pedágio	113.116	5.396	36	(164)	118.384
Praças de pedágio e bases operacionais	6.868	37	-	-	6.905
Drenagem e obras de arte correntes	15.578	198	-	(193)	15.583
Máquinas e equipamentos	16.216	72	-	(27)	16.261
Móveis e utensílios	7.476	172	13	(45)	7.616
Terrenos e edificações	27.274	334	-	-	27.608
Obras em andamento	14.199	5.793	(3.459)	-	16.533
Demais melhorias e ampliações	414.341	10.885	(59.014)	-	366.212
Outros	<u>13.646</u>	<u>1.127</u>	<u>(13)</u>	<u>(415)</u>	<u>14.345</u>
	<u>2.426.830</u>	<u>72.345</u>	<u>37</u>	<u>(847)</u>	<u>2.498.365</u>

Consolidado - depreciação acumulada:

<u>Descrição</u>	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(462.860)	(11.523)	(519)	-	(474.902)
Pavimentações e conservação especial	(359.170)	(20.118)	-	3	(379.285)
Sinalização e dispositivos de segurança	(34.992)	(3.678)	-	-	(38.670)
Hardware e equipamentos de pedágio	(76.839)	(2.505)	(27)	158	(79.213)
Praça de pedágio e bases operacionais	(3.889)	(125)	-	-	(4.014)
Drenagem e obras de arte correntes	(4.217)	(309)	-	3	(4.523)
Máquinas e equipamentos	(8.147)	(377)	-	13	(8.511)
Móveis e utensílios	(3.214)	(154)	(1)	43	(3.326)
Terrenos e edificações	(10.883)	(305)	-	-	(11.188)
Demais melhorias e ampliações	(110.135)	(7.175)	519	-	(116.791)
Outros	<u>(6.318)</u>	<u>(363)</u>	<u>1</u>	<u>383</u>	<u>(6.297)</u>
	<u>(1.080.664)</u>	<u>(46.632)</u>	<u>(27)</u>	<u>603</u>	<u>(1.126.720)</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

11. INTANGÍVEL

Controladora

	Taxa média anual ponderada de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	30.09.10	30.06.10
Ágio - direito de concessão:					
Rodovia das Cataratas					
S.A. - Ecocataratas (a)	7,2	375.608	(72.406)	303.202	309.990
Software de terceiros (d)	20,0	<u>19.339</u>	<u>(7.976)</u>	<u>11.363</u>	<u>11.350</u>
		<u>394.947</u>	<u>(80.382)</u>	<u>314.565</u>	<u>321.340</u>

Consolidado

	Taxa média anual ponderada de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	30.09.10	30.06.10
Ágio - direito de concessão:					
Rodovia das Cataratas					
S.A. - Ecocataratas (a)	7,2	375.608	(72.406)	303.202	309.990
Direito de outorga da concessão - Ecovias (b)	6,5	44.857	(27.848)	17.009	17.570
Direito de outorga da concessão - Ecopista (c)	6,87	570.422	(25.044)	545.378	550.328
Software de terceiros (d)	20,0	26.168	(13.100)	13.068	13.045
Outros		<u>14</u>	<u>(4)</u>	<u>10</u>	<u>14</u>
		<u>1.017.069</u>	<u>(138.402)</u>	<u>878.667</u>	<u>890.947</u>

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A movimentação dos saldos no trimestre findo em 30 de setembro de 2010 está demonstrada a seguir:

Controladora - custo:

	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	375.608	-	-	375.608
Software de terceiros (a)	<u>18.385</u>	<u>1.030</u>	<u>(76)</u>	<u>19.339</u>
	<u>393.993</u>	<u>1.030</u>	<u>(76)</u>	<u>394.947</u>

Controladora - amortização acumulada:

	<u>30.06.10</u>	<u>Amortização</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	(65.618)	(6.788)	-	(72.406)
Software de terceiros (a)	<u>(7.035)</u>	<u>(950)</u>	<u>9</u>	<u>(7.976)</u>
	<u>(72.653)</u>	<u>(7.738)</u>	<u>9</u>	<u>(80.382)</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado - custo:

	<u>30.06.10</u>	<u>Adições</u>	<u>Transferências</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Ágio - direito de concessão					
-Ecocataratas	375.608	-	-	-	375.608
Direito de outorga da concessão - Ecovias	44.857	-	-	-	44.857
Direito de outorga da Concessão - Ecopistas	570.422	-	-	-	570.422
Software de terceiros (a)	25.074	1.202	(37)	(71)	26.168
Outros	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>14</u>
	<u>1.015.979</u>	<u>1.202</u>	<u>(37)</u>	<u>(75)</u>	<u>1.017.069</u>

Consolidado - amortização acumulada:

	<u>30.06.10</u>	<u>Amortização</u>	<u>Transferência</u>	<u>Baixas</u>	<u>30.09.10</u>
Ágio - direito de concessão -Ecocataratas	(65.618)	(6.788)	-	-	(72.406)
Direito de outorga da concessão - Ecovias	(27.287)	(561)	-	-	(27.848)
Direito de outorga da Concessão - Ecopistas	(20.094)	(4.950)	-	-	(25.044)
Software de terceiros (a)	(12.029)	(1.107)	27	9	(13.100)
Outros	<u>(4)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(4)</u>
	<u>(125.032)</u>	<u>(13.406)</u>	<u>27</u>	<u>9</u>	<u>(138.402)</u>

- (a) Os softwares foram substancialmente adquiridos de terceiros pelas empresas incorporadas e referem-se basicamente ao sistema de arrecadação e às licenças do Sistema SAP.

02190-3 ECRORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante os períodos pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos demais eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Provisão para contingências	27.749	26.156
Outros	(2.622)	(7.513)
Ágio incorporado, líquido das amortizações	13.403	13.619
Ajuste a valor presente do direito de outorga e ônus da concessão	<u>4.526</u>	<u>6.638</u>
	43.056	38.900
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>14.639</u>	<u>13.226</u>
Classificados no ativo não circulante	20.386	18.738
Classificados no passivo não circulante	<u>(5.747)</u>	<u>(5.512)</u>
	<u>14.639</u>	<u>13.226</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do trimestre os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Variação no:				
Imposto de renda e contribuição social correntes	15	15	(110.776)	(17.593)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.692</u>	<u>(8)</u>	<u>3.178</u>	<u>1.062</u>
	<u>1.707</u>	<u>7</u>	<u>(107.598)</u>	<u>(16.531)</u>

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita (despesa) calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	187.394	24.266	298.998	40.804
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(63.714)	(8.250)	(101.659)	(13.873)
Equivalência patrimonial	74.701	11.607	-	-
Juros sobre capital próprio	-	-	2.969	2.170
Amortização de ágio	(8.836)	(1.964)	(8.836)	(1.964)
Outros	<u>(444)</u>	<u>(1.386)</u>	<u>(72)</u>	<u>(2.864)</u>
Receita (Despesa) com imposto de renda e contribuição social	<u>1.707</u>	<u>7</u>	<u>(107.598)</u>	<u>(16.531)</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Impostos sobre faturamento:				
ISS	105	85	5.518	4.823
Cofins	315	218	3.621	3.129
PIS	69	48	785	678
ISS fonte	18	4	698	567
Impostos federais	<u>86</u>	<u>39</u>	<u>1.955</u>	<u>1.738</u>
	<u>593</u>	<u>394</u>	<u>12.577</u>	<u>10.935</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS – CONSOLIDADO

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Bradesco (a)	Real	Maio de 2012	107,70% do CDI	11.379	11.069
Santander (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,084% a.a.	46.154	44.749
BIC Banco (b)	Real	Setembro de 2012	1,45% a.m.	488	537
Itauleasing (b)	Real	Dezembro de 2012	1,34% a.m.	477	512
Itauleasing (b)	Real	Junho de 2013	1,19% a.m.	551	-
BV Leasing (b)	Real	Março de 2013	1,20% a.m.	585	632
Itaú BBA (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,5% a.a.	51.531	50.036
Itaú Leasing (b)	Real	Março de 2013	1,21% a.m.	457	495
Santander (a)	Real	Outubro de 2014	CDI + 2,032% a.a.	33.963	32.973
Itaú (c)	Real	Dezembro de 2010	CDI + 1,20% a.a.	<u>361.381</u>	<u>351.811</u>
				<u>506.966</u>	<u>492.814</u>
Circulante				<u>465.918</u>	<u>452.919</u>
Não circulante				<u>41.048</u>	<u>39.895</u>

(a) Empréstimos destinados ao capital de giro aplicado nas operações, para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

(b) Refere-se à compra de equipamentos operacionais, para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

(c) Em 14 de junho de 2010, a Ecopistas realizou a distribuição pública de notas promissórias comerciais, com subscrição e integralização de 35 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$10.000, perfazendo o valor total de R\$350.000, com vencimento em 180 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,20% ao ano. Em garantia das notas promissórias, a Ecopistas cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

A Taxa Interna de Retorno - TIR da transação está destacada a seguir:

		Valor	Despesas	Valor	Taxa de	
	<u>Data</u>	<u>nominal</u>	<u>com</u> <u>emissão</u>	<u>líquido</u>	<u>juros</u>	<u>TIR</u>
Notas promissórias	14.06.10	<u>350.000</u>	<u>(1.743)</u>	<u>348.257</u>	1,20% + CDI	12%

As taxas aplicáveis à remuneração das notas promissórias são conforme contrato. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as notas promissórias. As despesas com emissão serão amortizadas pelo prazo de 180 dias e registradas como resultado financeiro.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros que são avaliados através de sua avalista e controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800.000. Com relação à Ecopistas, a Companhia deverá manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,35 ponto. Em 30 de setembro de 2010, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
2011	262	418
2012	6.580	6.376
2013	244	127
2014	<u>33.962</u>	<u>32.974</u>
	<u>41.048</u>	<u>39.895</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Principal corrigido	605.775	605.188	1.083.308	1.075.245
Remuneração (juros)	31.192	14.422	59.763	30.571
Custos com emissão de debêntures	<u>(6.377)</u>	<u>(6.911)</u>	<u>(10.694)</u>	<u>(11.522)</u>
	<u>630.590</u>	<u>612.699</u>	<u>1.132.377</u>	<u>1.094.294</u>
Circulante	<u>121.207</u>	<u>104.787</u>	<u>260.549</u>	<u>230.211</u>
Não circulante	<u>509.383</u>	<u>507.912</u>	<u>871.828</u>	<u>864.083</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e do Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom de 8,75% ao ano, pagas anualmente nos mesmos prazos de vencimento do valor principal.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia efetuou pagamento de juros referente à primeira série das debêntures no montante de R\$22.981.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries no valor de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagos anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a controlada Ecovias efetuou pagamento de juros referente à primeira e segunda séries das debêntures, totalizando R\$30.577 e R\$48.375, referente ao valor principal da primeira e segunda séries.

Essa operação teve classificação de risco “AA-” da Standard & Poors.

As principais características das debêntures são:

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1,00	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2010	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,040 3ª série - R\$1,040	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$10,14 3ª série - R\$12,68
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15.05.10 a 15.05.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.07 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.08 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.07 a 01.11.14)

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15.05.11 a 15.11.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.13 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.11.13 a 15.11.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.10 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.10 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.10 a 01.11.14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLIC	CETIP e CBLIC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30.09.10			30.06.10		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2011	148.967	(1.268)	147.699	147.787	(1.409)	146.378
2012	298.473	(2.536)	295.937	296.756	(2.825)	293.931
2013	254.660	(2.154)	252.506	252.748	(2.394)	250.354
2014	128.760	(1.037)	127.723	126.849	(1.147)	125.702
2015	48.351	(388)	47.963	48.154	(436)	47.718
	<u>879.211</u>	<u>(7.383)</u>	<u>871.828</u>	<u>872.294</u>	<u>(8.211)</u>	<u>864.083</u>

O contrato da Companhia, referente à emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, tem como fiadora a controladora EcoRodovias Infraestrutura e Logística (base consolidada) e requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 3,0 (obtido pela razão entre dívida líquida consolidada e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) dos últimos 12 meses consolidado) e requer também a manutenção

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

pela Companhia dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior ou igual a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2010, a Administração entende que os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior que 1,3 pontos em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2010, a Administração entende que os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno- TIR das transações está demonstrada a seguir:

<u>Emissora</u>	<u>Data</u>	<u>Valor nominal</u>	<u>Despesas</u>		<u>Valor líquido</u>	<u>Taxa de juros</u>	<u>TIR</u>
			<u>com</u>	<u>emissão</u>			
EcoRodovias Concessões e Serviços	Debêntures – 1ª Série	21/12/09	460.750	(6.308)	454.442	CDI + 1,5% 8,75%+ IPCA	CDI + 2% 9,39%+ IPCA
	Debêntures – 2ª Série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37%+ IPCA
	Debêntures – 3ª Série	21/12/09	69.625	(953)	68.672	8,75%+ IPCA	9,37%+ IPCA
Ecovias	Debêntures – 1ª Série	01/11/06	135.000	(2.677)	132.323	104% CDI 9,5% +	107% CDI 10,32%+
	Debêntures – 2ª Série	01/11/06	157.500	(3.124)	154.376	IGPM 9,5% +	IGPM 10,35%+
	Debêntures – 3ª Série	01/11/06	<u>157.500</u>	<u>(3.124)</u>	<u>154.376</u>	IGPM	IGPM
			<u>1.050.000</u>	<u>(17.139)</u>	<u>1.032.861</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas acima foram determinadas através de procedimento de Bookbuilding, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM n.º 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados acima.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

16. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas ligadas estão apresentadas a seguir:

Controladora

		<u>Balanco</u> patrimonial Ativo não <u>circulante</u>	<u>Resultado</u> Receita de prestação de <u>serviços</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.(*)	Controlada direta	3.983	39.330
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.(*)	Controlada direta	1.338	12.870
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. – ECOSUL (*)	Controlada direta	340	3.312
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (*)	Controlada direta	1.601	15.408
Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A – Ecopistas (*)	Controlada direta	25.557	5.400
Elog Participação Ltda.	Ligada	259	-
EcoPátio Logística Cubatão Ltda.	Ligada	<u>823</u>	<u>1.839</u>
Total em 30 de setembro de 2010		<u>33.901</u>	<u>78.159</u>
Total em 30 de junho de 2010		<u>7.932</u>	
Total em 30 de setembro de 2009			<u>8.256</u>

(*) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços e as empresas controladas e ligadas é de aproximadamente R\$103.200, possuindo vigência de 12 meses, vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Consolidado

		<u>Balanco patrimonial</u>			<u>Resultado</u>
		Ativo		Passivo	Custos dos
		<u>Não</u>	Ativo	circulante	<u>serviços</u>
	<u>Natureza</u>	<u>Circulante</u>	<u>imobilizado</u>		<u>prestados</u>
Consórcio Serra do Mar (a)	Ligada	-	5.859	1.796	-
Consortio Planalto (b)	Ligada	-	52.299	64	-
SBS Engenharia e Construções Ltda (c)	Ligada	-	5.930	434	87
CR Almeida Engenharia de Obras (d)	Ligada	-	-	87	-
Elog Participações	Ligada	258	-	-	-
Ecopátio Cubatão Ltda.	Ligada	823	-	-	-
Em 30 de setembro de 2010		<u>1.081</u>	<u>64.088</u>	<u>2.381</u>	<u>87</u>
Em 30 de junho de 2010		<u>112</u>	<u>66.868</u>	<u>2.869</u>	
Em 30 de setembro de 2009					<u>-</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baías de emergência, travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$179.190.
- (b) O Consórcio Planalto, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços de ampliação da “Nova” Marginal Tietê e recuperação do pavimento flexível na Rodovia Ayrton Senna. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Planalto é de R\$63.642.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- Em 30 de setembro de 2010, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
Parcelas fixas	158.519	244.580
Parcelas variáveis	<u>2.255</u>	<u>1.870</u>
	<u>160.774</u>	<u>246.450</u>
Circulante	<u>99.416</u>	<u>186.457</u>
Não circulante	61.358	59.993

Conforme o contrato de concessão da controlada Ecopistas, firmado em 18 de junho de 2009, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 1 parcela à vista de 20% e o saldo restante em 18 parcelas fixas mensais, iguais e consecutivas, reajustáveis pela variação do IPCA-IBGE. Em 30 de setembro de 2010, restam 3 parcelas a vencer, e foi pago 86% do valor total (72% em 30 de junho de 2010).

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30.09.10</u>	<u>30.06.10</u>
2011	2.876	5.635
2012	11.256	10.781
2013	10.279	9.846
2014	9.388	8.992
Após 2014	<u>27.559</u>	<u>24.739</u>
	<u>61.358</u>	<u>59.993</u>

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

Natureza	30.06.10	Adições	Baixas	Atualização monetária	30.09.10
Cível (a)	14.123	2.255	(276)	650	16.752
Tributária (b)	1.367	165	-	-	1.532
Trabalhista (c)	<u>10.666</u>	<u>232</u>	<u>(1.924)</u>	<u>491</u>	<u>9.465</u>
	26.156	2.652	(2.200)	1.141	27.749
Depósitos judiciais (d)	<u>(3.162)</u>	<u>(286)</u>	<u>642</u>	<u>(337)</u>	<u>(3.143)</u>
	<u>22.994</u>	<u>2.366</u>	<u>(1.558)</u>	<u>804</u>	<u>24.606</u>

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2010, R\$9.122 (R\$10.230 em 30 de junho de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em junho de 2010, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

561

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

a) Capital social

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 20 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$438.465 para R\$454.206, mediante a emissão de 15.741.620 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, nos termos do Art. 8º da Lei n. 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela EcoRodovias, com tudo o que as mesmas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de janeiro de 2010, foi aprovado o aumento de capital de R\$454.206 para R\$477.792, mediante a emissão de 23.585.575 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, nos termos do Art. 8º da Lei n. 6.404/76, consistentes em ações ordinárias nominativas de emissão da Ecopistas detidas pela EcoRodovias, com tudo o que as mesmas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

Aos acionistas são garantidos um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do exercício ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da TJLP vigente no período, no montante de R\$8.731 - R\$1.310 de Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF, os quais foram contabilizados como despesas financeiras e estão demonstrados como distribuição de dividendos, não sendo apresentados, entretanto, na demonstração do resultado, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, o montante de juros sobre capital próprio a pagar é de R\$1.855 já líquido de IRRF (R\$1.855 em 30 de junho de 2010).

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$84.203 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, dos quais R\$78.700 referem-se aos dividendos propostos no exercício findo em 2009 e R\$5.503 aos dividendos intermediários de 2010. Adicionalmente foram pagos no mesmo período JSCP no montante de R\$ 13.197 (líquido de IRRF).

Aos acionistas é garantido o pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS
GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora

	30.09.10	30.09.09
	Custo dos serviços prestados	Custo dos serviços prestados e Despesas gerais e Administrativas
Pessoal	19.261	1.699
Conservação e manutenção	734	17
Serviços de terceiros	3.934	289
Depreciação e amortização	23.424	198
Outros	4.128	286
	<u>51.481</u>	<u>2.489</u>

Consolidado

	30.09.10			30.09.09
	Custo dos <u>serviços prestados</u>	Despesas gerais <u>e administrativas</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Pessoal	50.401	23.032	73.433	9.640
Conservação e manutenção	42.580	3.371	45.951	7.697
Serviços de terceiros (*)	22.971	16.169	39.140	13.337
Seguros	8.715	5	8.720	1.102
Depreciação e amortização	174.932	-	174.932	29.534
Poder Concedente	26.525	-	26.525	3.780
Outros	<u>24.596</u>	<u>11.986</u>	<u>36.582</u>	<u>5.003</u>
	<u>350.720</u>	<u>54.563</u>	<u>405.283</u>	<u>70.093</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

23. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>	<u>30.09.10</u>	<u>30.09.09</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	9.585	3	19.553	292
Outras	<u>42</u>	<u>-</u>	<u>442</u>	<u>85</u>
	<u>9.627</u>	<u>3</u>	<u>19.995</u>	<u>377</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(46.865)	-	(83.177)	(8.592)
Juros sobre financiamentos	-	(8.938)	(41.888)	(10.199)
Variações financeiras sobre o direito de outorga	-	-	(25.506)	(1.955)
Variação monetária sobre debêntures	(4.941)	-	(32.416)	(201)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.661)	-	(2.731)	(397)
Outras	<u>(969)</u>	<u>-</u>	<u>(5.026)</u>	<u>(1.775)</u>
	<u>(54.436)</u>	<u>(8.938)</u>	<u>(190.744)</u>	<u>(23.119)</u>
Resultado financeiro	<u>(44.809)</u>	<u>(8.935)</u>	<u>(170.749)</u>	<u>(22.742)</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS
FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 30 de setembro de 2010, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São classificadas como destinadas à negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 98% e 104% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2010 aproxima-se do valor de mercado.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 30 de setembro de 2010 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	59.008	59.008
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	233.022	233.022
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	506.966	561.443
Debêntures	1.132.377	1.175.831
Credor pela concessão	160.774	185.345

a) Considerações gerais

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 30 de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros e encargos financeiros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros e encargos financeiros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, do IPCA e do IGP-M em empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes (não existindo clientes que correspondam a 5%.), empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	36.554	41.489	46.365
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	109.379	123.113	136.830
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	164.669	190.404	215.902
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	590.823	622.166	644.756

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	10,64%	13,30%	15,96%
IGP-M (b)	8,23%	10,28%	12,34%
IPCA (c)	4,51%	5,63%	6,76%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2010.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

(c) Refere-se à taxa do IPCA em 30 de setembro de 2010.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2010.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$539, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Empresa</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	13.034
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	6.000
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	841
Ecocataratas	Seguro garantia	Fevereiro de 2010 a fevereiro de 2011	9.889
Ecocataratas	Equipamentos - frota leve	Julho de 2009 a julho de 2010	1.000
Ecocataratas	Equipamentos - frota leve	Julho de 2010 a julho de 2011	1.000
Ecocataratas	Equipamentos - frota pesada	Julho de 2009 a julho de 2010	1.000
Ecocataratas	Equipamentos - frota pesada	Julho de 2010 a julho de 2011	1.000
Ecopistas	Seguro garantia	Junho de 2010 a junho de 2011	80.631
Ecopistas	Seguro garantia	Junho de 2010 a junho de 2011	69.875
Ecopistas	Responsabilidade civil	Junho de 2010 a junho de 2011	55.334
Ecopistas	Riscos operacionais	Junho de 2010 a junho de 2011	89.898
Ecorodovias	Seguro R&O	Novembro de 2009 a novembro de 2010	50.000
Ecosul	Seguro garantia	Junho de 2010 a junho de 2011	39.175
Ecosul	Responsabilidade civil	Julho de 2009 a julho de 2010	1.999
Ecosul	Responsabilidade civil	Julho de 2010 a julho de 2011	1.999
Ecosul	Riscos operacionais	Julho de 2009 a julho de 2010	2.000

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

<u>Empresa</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Ecosul	Riscos operacionais	Julho de 2010 a julho de 2011	10.858
Ecosul	Seguro Sede	Maio de 2009 a maio de 2010	5.115
Ecosul	Seguro Sede	Maio de 2010 a maio de 2011	5.140
Ecosul	Veículos	Junho de 2010 a junho de 2011	150.000
Ecosul	Veículos	Janeiro de 2010 a janeiro de 2011	50
	All Risks (Riscos		
Ecovia	Operacionais)	Agosto de 2010 a agosto de 2011	17.294
Ecovia	Responsabilidade civil	Agosto de 2010 a agosto de 2011	3.000
Ecovia	Risco engenharia	Julho de 2009 a novembro de 2010	5.711
Ecovia	Seguro garantia	Dezembro de 2009 a novembro 2010	105.428
Ecovia	Seguro garantia	Dezembro de 2009 a novembro 2010	97.849
Ecovias	Seguro garantia	Maio de 2010 a maio de 2011	13.949
Ecovias	Seguro garantia	Maio de 2010 a maio de 2011	33.546
Ecovias	Seguro garantia	Maio de 2010 a maio de 2011	168.495
Ecovias	Responsabilidade civil	Maio de 2010 a maio de 2011	60.263
Ecovias	Riscos operacionais	Maio de 2010 a maio de 2011	57.698
Ecovias	Equipamentos	Março de 2010 a março de 2011	1.343
Ecovias	Painéis	Maio de 2010 a maio de 2011	113
Ecovias	Veículos	Junho de 2010 a junho de 2011	Tabela FIPE

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. A participação nos lucros e resultados foi de R\$1.310 referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2010, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

Os reajustes tarifários contratuais da Ecovia e Ecocataratas dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, atualmente aguardando eventuais recursos aos tribunais superiores. Tanto a Ecovia como a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

06.01 - NOTAS EXPLICATIVAS

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativa nº 1, 10 e 11.

Em 8 de outubro de 2010, foi aprovada pelo Conselho de Administração a celebração de contrato de mútuo de até R\$150.000 a ser realizado pela Companhia em favor de sua controlada direta Concessionária de Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas.

As informações trimestrais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia e autorizadas para emissão em 5 de novembro de 2010.

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

07.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. apresenta o desempenho do trimestre e período findo em 30 de setembro de 2010, consolidando a operação das controladas dedicadas à atividade de concessão rodoviária: **Ecovia Caminho do Mar S.A., Concessionária de Rodovias do Sul S.A., Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A., Rodovias da Cataratas S.A. – Ecocataratas e Concessionária Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas**. Os comentários sobre o desempenho das empresas do grupo, consolidado, encontram-se no quadro específico.

EcoRodovias Concessões e Serviços anuncia resultados do 9M10: *Margem EBITDA alcança 73,7%*

São Bernardo do Campo, 5 de novembro de 2010 – A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. divulga seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2010 (3T10) e ao período de nove meses de 2010 (9M10) findo em 30 de setembro de 2010.

As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de forma consolidada e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A EcoRodovias Concessões e Serviços, subholding do Grupo EcoRodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida no segundo semestre de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul (RS), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviços de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo EcoRodovias. Sendo assim, não existem operações no 9M09 a serem comparadas.
- O tráfego consolidado no 9M10 apresentou 131.479.994 veículos equivalentes.
- O EBITDA no 9M10 foi de R\$ 644.679 mil atingindo a expressiva margem de 73,7%.
- A companhia apresentou no 9M10 lucro líquido de R\$189.101 mil.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

Destaques (em milhares de reais – R\$)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Tráfego Total – milhares de veículos	30.089	7.802	n.m	84.252	7.802	n.m
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	46.513	12.864	n.m	131.480	12.864	n.m
Tarifa Média ¹	6,81	10,51	-35,2%	6,87	10,51	-34,6%
Receita líquida	306.186	133.462	n.m	874.759	133.462	n.m
Lucro bruto	183.565	73.202	n.m	524.039	73.202	n.m
EBIT ²	163.907	63.456	n.m	469.476	63.456	n.m
Lucro líquido	70.811	24.327	n.m	189.101	24.273	n.m
EBITDA ³	224.319	93.167	n.m	644.679	93.084	n.m
Margem EBITDA	73,3%	18,2%	55,1 p.p	73,7%	69,6%	4,1%
Capex	73,547	24,798	n.m	213,767	24,798	n.m
Dívida Líquida	-	-	-	1.398.052	985.536	42,0%

¹ em Reais

² EBIT = Receita Líquida - Custo dos Serviços Prestados - Desp. Gerais e Administrativas

³ EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

COMPANHIA

A Companhia foi constituída em 16 de maio de 2007, com o objetivo de ser a subholding controladora dos negócios de concessão rodoviária do Grupo EcoRodovias. A principal atividade da Companhia é a exploração de concessões de obras e serviços públicos, especificamente a prestação de serviços de operação de estradas de rodagem.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecopistas, Ecovia Caminho do Mar, Ecocataratas e Ecosul, das quais detém 100% do capital social, exceto Ecosul que detém 90% do capital social, a Companhia administra rodovias nos principais corredores de importação e exportação brasileiros, detendo concessões com extensão total de 1.459,3 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul, por onde passaram mais de 132 milhões de veículos equivalentes no 9M10.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TRÁFEGO

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido nas concessionárias referente ao período do 3T10 e 9M10, ambos consolidados na companhia.

Veículos equivalentes		
pagantes	3T10	9M10
Ecovias dos Imigrantes	13.525.417	39.140.826
Ecopistas	18.598.183	50.087.387
Ecovia Caminho do Mar	3.422.532	9.864.090
Ecocataratas	6.027.072	17.397.285
Ecosul	4.940.240	14.990.407
Total	46.513.443	131.479.994

Nota: Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de eixo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em eixos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 48,7% corresponderam ao tráfego de veículos comerciais e 51,3% corresponderam aos veículos leves.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

TARIFA

A tabela abaixo demonstra a tarifa média por veículo equivalente, consolidada e por concessionária.

Os últimos reajustes contratuais das tarifas básicas ocorridos nas concessionárias foram: 3,6% na Ecovias dos Imigrantes (em julho de 2009), 5,2% na Ecopistas (em julho de 2009), 1,4% na Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (em dezembro de 2009) e 9,7% na Ecosul (em janeiro de 2010).

Tarifa Média				
(em R\$/ eixo equivalentes)	3T10	3T09	9M10	9M09
Ecovias dos Imigrantes	12,10	11,63	11,77	11,63
Ecopistas	2,30	3,44	2,38	3,45
Ecovia Caminho do Mar	11,20	11,14	11,26	11,14
Ecocataratas	7,37	7,25	7,34	7,25
Ecosul	5,61	5,24	5,64	5,26
Consolidado	6,81	10,51	6,87	10,51

Nota: o cálculo da Tarifa Média Consolidada é realizado através da média ponderada das tarifas médias de cada concessionária.

CUSTOS OPERACIONAIS E DESPESAS

Os custos dos serviços prestados e despesas gerais e administrativas consolidadas totalizaram R\$405.283 mil no 9M10, representando 46,3% da receita líquida.

Custos operacionais e despesas administrativas		
(milhares)	3T10	9M10
Pessoal	22.838	73.433
Conservação e manutenção	16.544	45.951
Serviços de terceiros (*)	13.930	39.140
Seguros	2.715	8.720
Poder Concedente	11.680	26.525
Depreciação/Amortização	60.038	174.932
Outros	14.534	36.582
TOTAL	142.279	405.283

() Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.*

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EBITDA - AJUSTADO

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação + participação de acionistas não controladores) no 3T10 atingiu R\$ 224.319 milhões, com margem de 73,3%. Nos nove primeiros meses do ano atingiu R\$644.679 mil, com margem de 73,7%.

Destaques (em milhares de reais – R\$)	3T10	9M10
Lucro líquido	70.811	189.101
Imposto de Renda e Contrib.Social	41.195	107.598
Resultado Financeiro, líquido	51.555	170.749
Depreciação	60.038	174.932
Participação de minoritários	720	2.299
EBITDA	224.319	644.679
Margem EBITDA	73,3%	73,7%

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido consolidado no 9M10 foi negativo em R\$170.749 mil, sendo que 73,2% referem-se aos juros apropriados no período e 33,9% referente à variação monetária sobre debêntures, empréstimos e financiamentos e sobre o direito de outorga.

Efeito financeiro (milhares)	3T10	9M10
Juros sobre debêntures	(29.253)	(83.177)
Juros sobre Financiamentos	(14.773)	(41.888)
Variação monetária debêntures e financiamentos	(8.063)	(32.416)
Variação monetária sobre direito de outorga	(4.797)	(25.506)
Receita sobre aplicação financeira	7.085	19.995
Outros efeitos financeiros	(1.754)	(7.757)
TOTAL	(51.555)	(170.749)

LUCRO LÍQUIDO

O lucro líquido apresentado pela Companhia no 3T10 e 9M10 totalizaram R\$70.811 mil e R\$189.101, respectivamente.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2010, a dívida líquida consolidada da Companhia somou R\$1.398.052 mil.

Credores (R\$)	9M10	9M09	Taxas Atuais	Vencimento
Debêntures- Ecorodovias Concessões e Serviços	630.590	-	100,0% CDI+1,5% a.a /8,75% a.a	nov/2015
Debêntures- Ecovias	501.787	528.249	104,0% CDI/ 9,5% a.a	nov/2014
Notas Promissórias- Ecorodovias Concessões e Serviços	-	402.106	CDI + 4,50% a.a.	dez-2009
Notas Promissórias- Ecopistas	361.382	-	CDI + 1,2% a.a.	dez-2010
Bradesco- Ecovia	11.379	16.957	107,7% CDI	maio/2012
Bradesco- Ecovia	-	10.314	CDI + 3,70% a.a.	nov-2009
Bradesco- Ecovia	-	11.405	CDI + 5,50% a.a.	nov-2009
Santander- Ecovia	46.154	-	CDI+1,084% a.a	nov/2010
Itaú BBA- Ecocataratas	51.531	45.195	CDI+1,5% a.a	nov/2010
Itaú Leasing- Ecocataratas	456	-	1,21% a.m	mar/2013
Santander- Ecosul	33.963	-	CDI+2,032% a.a	out/2014
Bic Banco- Ecovias	488	-	1,45% a.m	set/2012
Itaú Leasing- Ecovias	477	-	1,34% a.m	dez/2012
Itaú Leasing-Ecovias	551	-	1,19% a.m	jun/2013
BV Leasing- Ecovias	585	-	1,20% a.m	mar/2013
Outros	-	212	-	-
Dívida Total	1.639.343	1.014.438		
Caixa e equivalentes de caixa	178.327	20.896		
Aplicação financeira vinculada ⁽¹⁾	62.964	23.137		
Dívida Líquida	1.398.052	970.405		

⁽¹⁾ Inclui as aplicações financeiras vinculadas à liquidação das debêntures, registradas na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

INVESTIMENTOS

Os investimentos realizados na EcoRodovias no 9M10 totalizou R\$213.767, e são representados principalmente por serviços de pavimento executados pelas concessionárias.

CAPEX		
(em milhões de R\$)	3T10	9M10
Ecorodovias Concessões e Serviços	1.447	3.239
Ecovias dos Imigrantes	28.893	57.734
Ecopistas	16.246	85.886
Ecovia Caminho do Mar	12.174	30.563
Ecocataratas	9.193	20.078
Ecosul	5.594	16.267
Total	73.547	213.767

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Ecoviver – O Ecoviver, programa de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, voltado à educação ambiental de crianças e jovens, já atendeu, desde 2006, 16 cidades, através de 901 escolas, 2.679 professores e 124.197 alunos. As atividades de 2010 tiveram início no mês de fevereiro e cerca de 800 professoras participaram de workshops de capacitação. Nos próximos meses, os alunos irão desenvolver trabalhos artísticos relacionados à temática da reciclagem de resíduos sólidos.

Semana do Meio Ambiente – O Grupo EcoRodovias desenvolveu, em suas unidades, diversas ações em comemoração a Semana do Meio Ambiente, tais como: limpeza dos rios Cascavel e Sanga Funda na Ecocataratas, lançamento da Campanha de Coleta Seletiva de Óleo na Ecovias dos Imigrantes e distribuição de sementes variadas na Ecosul.

Prêmios – A EcoRodovias recebeu, pelo 3º ano consecutivo, o prêmio das Melhores Empresas do Brasil no Indicador de Desenvolvimento Humano e Organizacional – IDHO, posicionada entre as 10 melhores empresas do Brasil.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE

EMPRESAS DO GRUPO



Responsável pelo Sistema Anchieta-Imigrantes (SAI), a Ecovias os Imigrantes é o principal corredor de exportação para o Porto de Santos, ligando a região metropolitana de São Paulo ao Pólo Petroquímico de Cubatão, às indústrias do ABCD e à Baixada Santista. Em seus 176,8 km de extensão, passam mais de 33 milhões de veículos todos os anos.



A Ecopistas é a concessionária que administra e opera o Corredor Ayrton Senna / Carvalho Pinto, ligação entre a Região Metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão, o Porto de São Sebastião e as praias do Litoral Norte. Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 20 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba.



A concessionária Ecovia Caminho do Mar é responsável pelo conjunto de rodovias federais e estaduais que formam o principal corredor de transporte de bens do Paraná e turismo para o litoral do estado, através da BR-277, PR-508 e PR-407, com extensão de 136,8 km.



Adquirida pela EcoRodovias em fevereiro de 2008, a Ecocataratas faz a ligação entre os municípios de Guarapuava e Foz do Iguaçu, através de 387,1 km da BR-277. O trecho, que passa pelo município de Cascavel, administra o Lote 03 do Anel de Integração do Paraná.

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

12.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE



RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Relacionamento com Auditores Independentes A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria presta em 2010, serviços para a preparação de diagnóstico para a futura implementação do IFRS pela Companhia. Os honorários relativos a esse trabalho representaram, aproximadamente, 20% dos honorários anuais de auditoria.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, EBITDA – AJUSTADO, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

09.01 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
7 - TIPO DE EMPRESA	8 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ATUAL	9 - NÚMERO DE AÇÕES DETIDAS NO TRIMESTRE ANTERIOR	(Mli)		
01	CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.509.491/0001-26	ABERTA CONTROLADA	63,32	71,31
			262.452		262.452
02	CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR SA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.221.155/0001-83	FECHADA CONTROLADA	3,27	6,82
			15.600		15.600
03	RODOVIA DAS CATARATAS - ECOCATARATAS SA EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.228.721/0001-89	FECHADA CONTROLADA	8,76	11,72
			41.849		41.849
04	EMPRESA CONC DE RODOV DO SUL S/A ECOSUL EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	02.511.048/0001-90	ABERTA CONTROLADA	3,72	7,12
			17.755		17.755
05	CONC RODOV Ayr Senna Carv Pinto SA ECOPI EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS	10.841.050/0001-55	FECHADA CONTROLADA	29,24	23,04
			85.946		85.946

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	01
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	135.000
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	13.500
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	13.500
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	02
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/05/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	157.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.750
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.750
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	03
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02039-7
4 - DATA DO REGISTRO CVM	18/12/2006
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	01/11/2006
9 - DATA DE VENCIMENTO	01/11/2014
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	10,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	157.500
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	15.750
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	15.750
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	04
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02190-3
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	1
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/11/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/05/2013
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	460.750
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	460.750
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	460.750
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	05
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02190-3
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	2
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/11/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/05/2015
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	69.625
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	69.625
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	69.625
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	08.873.873/0001-10

14.01 - CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES

1 - ITEM	06
2 - Nº ORDEM	01
3 - Nº REGISTRO NA CVM	02190-3
4 - DATA DO REGISTRO CVM	22/12/2009
5 - SÉRIE EMITIDA	3
6 - TIPO DE EMISSÃO	SIMPLES
7 - NATUREZA EMISSÃO	PÚBLICA
8 - DATA DA EMISSÃO	15/11/2009
9 - DATA DE VENCIMENTO	15/05/2011
10 - ESPÉCIE DA DEBÊNTURE	REAL
11 - CONDIÇÃO DE REMUNERAÇÃO VIGENTE	
12 - PRÊMIO/DESÁGIO	
13 - VALOR NOMINAL (Reais)	1,00
14 - MONTANTE EMITIDO (Reais Mil)	69.625
15 - Q. TÍTULOS EMITIDOS (UNIDADE)	69.625
16 - TÍTULO CIRCULAÇÃO (UNIDADE)	69.625
17 - TÍTULO TESOURARIA (UNIDADE)	0
18 - TÍTULO RESGATADO (UNIDADE)	0
19 - TÍTULO CONVERTIDO (UNIDADE)	0
20 - TÍTULO A COLOCAR (UNIDADE)	0
21 - DATA DA ÚLTIMA REPACTUAÇÃO	
22 - DATA DO PRÓXIMO EVENTO	

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

A seguir informações sobre a quantidade das ações ordinárias detidas por acionistas titulares de 5,0% ou mais de nossas ações, incluindo conselheiros e outros acionistas.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: EcoRodovias Concessões e Serviços S.A					Posição em 30/09/2010	
					(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
			-	-		
EcoRodovias InfraEstrutura e Logística S.A	435.669.000	100,0	-	-	435.669.000	100,0
			-	-		
Total	435.669.000	100,0%	-	-	435.669.000	100,0%

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Companhia: Ecorodovias InfraEstrutura e Logística S.A					Posição em 30/09/2010	
					(Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Primav Construções e Serviços S.A.	251.351.396	44,99	-	-	251.351.396	44,99
Impregilo International Infrastructures. N.V *	163.344.673	29,24	-	-	163.344.673	29,24
Free Float	144.003.000	25,77	-	-	144.003.000	25,77
Outros Acionistas	11	0,00	-	-	11	0,00
Total	558.699.080	100	-	-	558.699.080	100

* Companhia sediada no exterior item facultativo de abertura até o nível de pessoa física.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Primav Construções e Serviços S.A.					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções	1.200.178.639	99,0	-	-	1.200.178.639	99,0
Outros	492	1,0	-	-	492	1,00
Total	1.200.179.131	100	-	-	1.200.179.131	100

CR Almeida S.A. – Engenharia e Construções

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
CR Almeida S.A - Engenharia e Construções						
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Ações de Fruição	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Participare Administração e Participações Ltda.	18.130.003	70,0	-	-	6.370.000	70,000
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A.	7.769.994	30,0	-	-	2.730.000	30,0
Belmiro Valverde Jobim Castor	1	0,0	-	-	-	
Francisco Henrique P. Fernandes	1	0,0	-	-	-	
Marco Antonio Cassou	1	0,0	-	-	-	
Cecílio do Rego Almeida	-	-	1	13	-	
Cesar Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	
Denise Beltrão de Almeida Cassou	-	-	1	13	-	
Guilherme Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	
Marcelo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	
Ricardo Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	
Roberto Beltrão de Almeida	-	-	1	13	-	
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	-	-	1	13	-	
Total	25.900.000	100	8	100	9.100.000	100

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
DATA-BASE - 30/09/2010

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Participare Administração e Participações Ltda.

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Participare Administração e Participações Ltda					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Espólio de Cecílio do Rego Almeida	2.115.602.218	34,63	-	-	2.115.602.218	34,6
Denise Beltrão de Almeida Cassou	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Roberto Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Cesar Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Marcelo Beltrão de Almeida	997.165.426	16,32	-	-	997.165.426	16,3
Guilherme Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Ricardo Beltrão de Almeida	126	0,00	-	-	126	0,0
Fribourg Investments Corp.	4.513.617	0,07	-	-	4.513.617	0,1
Total	6.108.777.791	100	-	-	6.108.777.791	100

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
DATA-BASE - 30/09/2010

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A

POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS DETENTORES DE MAIS DE 5% DAS AÇÕES						
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S.A					Posição em 30/09/2010 (Em unidades de Ações)	
Acionista	Ações Ordinárias/Cotas		Ações Preferenciais/Cotas		Total	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
Rosa Maria Beltrão Rischbieter	92.312.558	4,00	-	-	92.312.558	4,0
Guilherme Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Denise Beltrão de Almeida Cassou	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Roberto Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Cesar Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Marcelo Beltrão de Almeida	184.625.191	8,00	-	-	184.625.191	8,0
Ricardo Beltrão de Almeida	738.500.539	32,00	-	-	738.500.539	32,0
Total	2.307.814.400	100	-	-	2.307.814.400	100

A seguir informações consolidadas sobre a participação direta e indireta dos grupos de Acionista Controlador, Membros do Conselho de Administração e Diretores posição 30 de setembro de 2010.

02190-3 ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A 08.873.873/0001-10

20.01 - OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES

POSIÇÃO ACIONÁRIA CONSOLIDADA DOS CONTROLADORES E ADMINISTRADORES E AÇÕES EM CIRCULAÇÃO						
Acionista	Posição em 30/09/2010					
	Quantidade de Ações Ordinárias/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade de Preferências/Cotas (Em Unidades)	%	Quantidade Total de Ações (Em Unidades)	%
Controlador	414.696.069	74,23	-	-	414.696.069	74,23
Administradores						
Conselho de Administração	10	0,00	-	-	10	0,00
Diretoria	91.577	0,02	-	-	91.577	0,02
Conselho Fiscal ⁽¹⁾	-	0,00	-	-	-	0,00
Outros Acionistas	143.911.424	25,76	-	-	143.911.424	25,76
Total	558.699.080		-		558.699.080	
Ações em Circulação	143.911.424	100,0%	-	-	143.911.424	100,0%

(1) O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembléia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei.

A seguir informações sobre a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de arbitragem:

A Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

02190-3	ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVICOS S/A	08.873.873/0001-10
---------	---------------------------------------	--------------------

21.01 - RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL - SEM RESSALVA

4. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2.1, durante o exercício de 2009 foram aprovados pela CVM diversos pronunciamentos técnicos, interpretações e orientações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas Informações Trimestrais utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela referida Deliberação, a Companhia divulgou esse fato na nota explicativa nº 2.1 às Informações Trimestrais, bem como a descrição das principais alterações que poderão ter impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa de seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela citada Deliberação.

São Paulo, 5 de novembro de 2010

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM 02190-3	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	3 - CNPJ 08.873.873/0001-10
---------------------------	---	--------------------------------

ÍNDICE

GRUPO	QUADRO	DESCRIÇÃO	PÁGINA
01	01	IDENTIFICAÇÃO	1
01	02	SEDE	1
01	03	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)	1
01	04	REFERÊNCIA DO ITR	1
01	05	COMPOSIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL	2
01	06	CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA	2
01	07	SOCIEDADES NÃO INCLUIDAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	2
01	08	PROVENTOS EM DINHEIRO	2
01	09	CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	3
01	10	DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	3
02	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO	4
02	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO	5
03	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO	7
04	01	04 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA	9
05	01	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	11
05	02	05 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	12
08	01	BALANÇO PATRIMONIAL ATIVO CONSOLIDADO	13
08	02	BALANÇO PATRIMONIAL PASSIVO CONSOLIDADO	14
09	01	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO CONSOLIDADO	16
10	01	10.01 - DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA CONSOLIDADO	18
11	01	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/07/2010 a 30/09/2010	20
11	02	11 - DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO DE 01/01/2010 a 30/09/2010	21
06	01	NOTAS EXPLICATIVAS	22
07	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE	78
12	01	COMENTÁRIO DO DESEMPENHO CONSOLIDADO NO TRIMESTRE	79
13	01	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS	89
14	01	CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO PÚBLICA OU PARTICULAR DE DEBÊNTURES	90
20	01	OUTRAS INFORMAÇÕES QUE A COMPANHIA ENTENDA RELEVANTES	96
21	01	RELATÓRIO DA REVISÃO ESPECIAL	101
		CONCESSIONÁRIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES SA	
		CONCESSIONÁRIA ECOVIA CAMINHO DO MAR SA	
		RODOVIA DAS CATARATAS - ECOCATARATAS SA	
		EMPRESA CONC DE RODOV DO SUL S/A ECOSUL	
		CONC RODOV AYR SENNA CARV PINTO SA ECOPI	/102

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADA DA GARANTIDORA RELATIVAS AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS
ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E 2008, RESPECTIVO PARECER DOS AUDITORES
INDEPENDENTES E RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e Controladas

*Demonstrações Financeiras
Referentes aos Exercícios Findos em
31 de Dezembro de 2009 e de 2008 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), levantados em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Examinamos, também, o balanço patrimonial consolidado da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e controladas, levantado em 31 de dezembro de 2009, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
3. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas nos parágrafos 1 e 2 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, controladora e consolidado, da EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. e controladas em 31 de dezembro de 2009 e de 2008, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e o valor adicionado (consumido) nas operações correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 15 de janeiro de 2010

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2009

Senhores Acionistas,

A Administração da **EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.**, em conformidade com as disposições estatutárias e legais, submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009, acompanhadas do parecer dos auditores independentes.

Mensagem da Administração

Com o objetivo de dar maior transparência aos negócios de concessões rodoviárias e logística, a Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A, realizou sua reorganização societária através da segregação dos negócios em duas sub-holdings: Ecorodovias Concessões e Serviços (concessões rodoviárias) e Elog (logística).

A crise financeira internacional ocorrida no final do ano de 2008, impactou o mercado ao longo de todo o ano 2009. No Brasil, a economia sofreu impactos de escassez de créditos, queda nos preços das commodities e, conseqüentemente, forte retração da atividade econômica na maioria dos setores. No segundo semestre de 2009, o mercado interno mostrou forte poder de recuperação, fechando o ano com crescimento próximo de zero.

No âmbito da EcoRodovias, esta recuperação do mercado foi percebida no crescimento do volume de tráfego de todas as concessionárias do grupo.

Em 2009, a EcoRodovias agiu de maneira rápida, adaptando e flexibilizando as suas operações, priorizando ainda mais o controle de seus custos e a preservação do seu caixa, garantindo assim o seu compromisso na manutenção dos seus indicadores de desempenho operacionais e econômico-financeiros, dentro deste novo cenário econômico global.

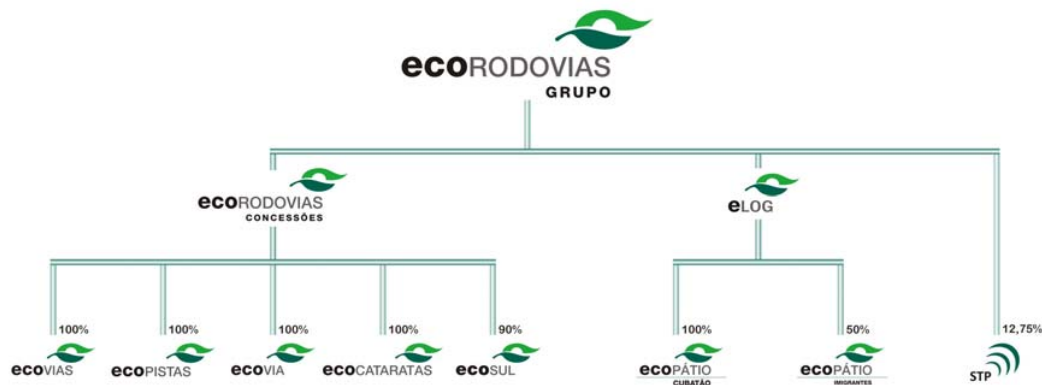
Conscientes da vocação do grupo para a prestação de serviços públicos e de suas responsabilidades sociais e ambientais, a EcoRodovias entra no ano de 2010 com solidez econômico-financeira, forte geração de caixa, compromisso com crescimento contínuo qualificado e sustentável.

Perfil

A Ecorodovias Concessões e Serviços, sub-holding do Grupo Ecorodovias no segmento de concessões de rodovias, iniciou suas atividades operacionais após a reorganização societária ocorrida entre os meses de agosto e setembro de 2009, através de transferência para a companhia das concessionárias de rodovias: Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR) e Ecocataratas (PR), além da incorporação das empresas de serviços ECSC Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresas estas prestadoras de serviço de apoio administrativo, financeiro, de tecnologia e engenharia às demais unidades do Grupo Ecorodovias. Sendo assim, não existem operações no ano 2008 a serem comparadas.

Atualmente, por meio de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes, Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas (das quais detém 100% do capital social), a Companhia administra rodovias nos principais corredores brasileiros de importação e exportação, detendo concessões com extensão total de 700,6 km de estradas de rodagem nos Estados de São Paulo e Paraná, por onde passaram aproximadamente 49 milhões de veículos em 2008 e mais de 50 milhões em 2009.

Abaixo, a estrutura atual dos negócios do Grupo Ecorodovias:



Principais Resultados Econômico-Financeiros

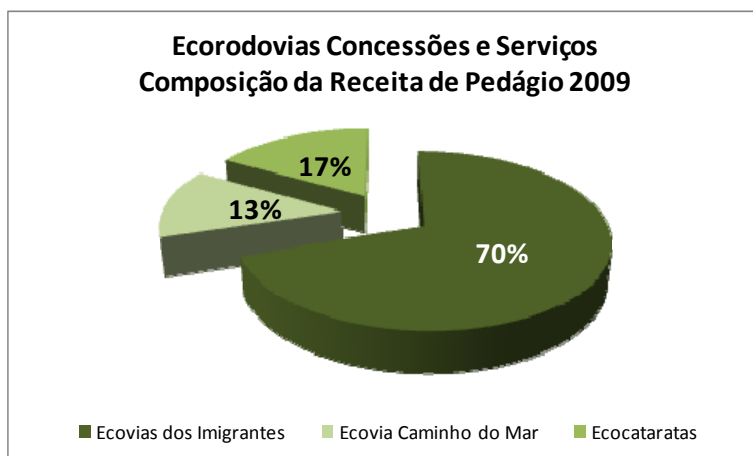
Receita

A receita bruta consolidada registrou o montante de R\$ 386.955 mil no ano de 2009, conforme quadro abaixo:

(em milhares de R\$)

Receita Bruta	2009
Receita Pedágio	368.434
Receitas Acessórias	16.478
Receitas Serviço	2.043
Total Receita Bruta	386.955

Apresentamos a seguir, a participação de cada concessionária na composição da arrecadação de pedágio da Ecorodovias Concessões e Serviços:



No ano de 2009, a EcoRodovias Concessões e Serviços registrou 34,6% dos pagamentos de pedágio por meio eletrônico.

As demais receitas (receitas acessórias e prestação de serviços) são provenientes do monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias e serviços de pagamento eletrônico.

A receita líquida consolidada apresentou o montante de R\$ 362.407 mil, no período.

Receita Líquida (em milhares de R\$)	2009
Receita Bruta de Vendas	386.955
Arrecadação de Pedágio	368.434
Acessórias e Serviços	18.521
Deduções de Vendas	(24.548)
Receita Operacional Líquida	362.407

Tráfego

Apresentamos abaixo a composição de tráfego, em quantidade de veículos e de eixos equivalentes, ocorrido nas concessionárias no período de agosto a dezembro de 2009.

Volume de Tráfego (em n° de veículos pagantes)	2009
Ecovias dos Imigrantes	14.882.994
Ecovia Caminho do Mar	2.128.355
Ecocataratas	4.891.589
TOTAL	21.902.938

Volume de Tráfego (em n° de eixos equivalentes pagantes)	2009
Ecovias dos Imigrantes	21.922.902
Ecovia Caminho do Mar	4.304.790
Ecocataratas	8.392.670
TOTAL	34.620.362

Em relação ao tráfego total em eixos equivalentes, 50,7% corresponderam ao tráfego de veículos leves e 49,3% corresponderam aos veículos comerciais.

Custos Operacionais e Despesas Administrativas

Os custos e despesas operacionais consolidados somaram R\$179.162 mil, no período, compostos da seguinte maneira:

- Os custos dos serviços prestados, composto basicamente por serviços de ambulância, resgates e remoções, serviços de consultoria e de limpeza, perfizeram o montante de R\$158.589 mil no período de agosto a dezembro 2009 e;
- As despesas gerais, administrativas e com vendas apresentaram o montante de R\$20.573 mil no período.

EBITDA

O EBITDA (receita líquida – custos dos serviços prestados – despesas gerais e administrativas + depreciação) no ano de 2009 atingiu R\$ 259.544 mil. A relação do EBITDA com a receita líquida, resultou em uma margem EBITDA de 71,6%.

Resultado Financeiro

Em 2009 o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi negativo em R\$ 52.481 mil, sendo que as receitas financeiras perfizeram o montante de R\$ 9.202 mil e as despesas financeiras somaram R\$ 61.683 mil, no período.

Lucro Líquido

O lucro líquido do período totalizou R\$ 82.200 mil.

Endividamento

Em 31 de dezembro de 2009, a dívida bruta da EcoRodovias Concessões e Serviços somou R\$ 1.227.799 mil, sendo R\$ 108.769 mil em empréstimos e financiamentos e R\$ 1.119.030 mil em debêntures. A dívida líquida apresentou-se em R\$ 949.890 mil, no período.

O quadro a seguir, demonstra as principais informações referentes aos financiamentos de 2009 na sub-holding de concessões:

<i>Em milhares de R\$</i>				
Credores	31/12/2009	Moeda	Vencimento	Taxas
Debêntures - Ecorodovias Concessões e Serviços	602.938	Real	nov/15	IPCA+8,75% / CDI+1,5%
Debêntures - Ecovias dos Imigrantes	516.092	Real	nov/14	IGP-M+9,5% / 104% CDI
Bradesco - Ecovia Caminho do Mar	17.337	Real	mai/12	107,70% do CDI
Santander - Ecovia Caminho do Mar	42.480	Real	nov/10	CDI + 1,084% a.a.
Itaú BBA - Ecocataratas	47.624	Real	nov/10	CDI + 1,50% a.a.
Outros	1.328	-	-	-
Dívida Total	1.227.799			
Caixa Disponível	277.909			
Dívida Líquida	949.890			

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$ 600 milhões em debêntures em três séries, utilizado para o pagamento da 2ª emissão de suas notas promissórias e para a capitalização da concessionária Ecopistas.

Os demais financiamentos apresentados referem-se a valores destinados a investimentos (inclusive equipamentos) e renovação de dívida de concessionárias de rodovias.

Investimentos

No ano de 2009, a EcoRodovias Concessões e Serviços e suas controladas realizaram R\$ 68.738 mil em investimentos.

Dividendos

No período de agosto a dezembro de 2009, a Ecorodovias Concessões e Serviços não realizou distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio. No período de janeiro a julho de 2009 as incorporadas ECSC e ECSE distribuíram dividendos no valor de R\$4 mil.

Governança Corporativa

A governança corporativa de todas as unidades do Grupo EcoRodovias está alinhadas às melhores práticas encontrados no mercado, com ênfase na transparência e obtenção de resultados através de normas e indicadores.

Dentro da gestão da EcoRodovias, destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas pela controlada Ecorodovias Concessões e Serviços e unidades de negócios, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

Gestão de Pessoas

Em 2009, o Grupo EcoRodovias novamente foi reconhecido entre as melhores empresas do Brasil em gestão de pessoas. Resultado ratificado com o prêmio “As 150 Melhores Empresas para se Trabalhar” da Revista Exame / Você S.A e pela classificação entre as 50 melhores empresas em IDHO – Indicador de Desenvolvimento Humano Organizacional 2009. A área de Recursos Humanos prioriza ações com objetivos que enfatizam o bem estar dos colaboradores, destacando-se, ainda, o Programa de Formação de Líderes para o desenvolvimento de competências dos colaboradores e o PPAECO – Programa Padrão de Atendimento EcoRodovias, que visa disseminar as informações e o conhecimento do Grupo aos colaboradores para que o atendimento aos usuários seja cada vez melhor.

Responsabilidade Socioambiental

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental, destaca-se o Ecoviver, voltado à educação ambiental de crianças e jovens e que encerrou o quarto ano de atividades com presença em 16 cidades dos estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e atendimento de mais de 120 mil alunos de escolas públicas desde o seu início. A campanha Papai Noel Existe, de doação de brinquedos a crianças carentes, presenteou, em 2009, 8.150 crianças de 73 instituições. O Grupo também mantém outros programas, tais como: de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários, Coleta Seletiva de lixo e incentivos ao esporte, como o projeto Virando o Jogo e o Festival de Surf Ecovias, realizado no município de Santos (SP). Além da usina de asfalto ecológico que utiliza pneus reciclados na composição da massa asfáltica.

Relacionamento com Auditores Independentes

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Primav Ecorodovias S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que essa empresa de auditoria externa não prestou, no período, serviços não relacionados à auditoria externa cujos honorários fossem superiores a 5% do total de honorários recebidos por esse serviço.

As informações no relatório de desempenho sobre EBTIDA, tráfego total de veículos e tráfego total de eixos equivalentes EBIT, margem EBTIDA, capex, número de veículos pagantes e margem EBIT não foram objeto de revisão especial pelos auditores independentes.

Conselho de Administração:

Marco Antônio Cassou - Presidente
César Beltrão Almeida (Efetivo)
João Alberto Gomes Bernacchio (Efetivo)
Massimo Villa (Efetivo)
Alessandro Rivano (Efetivo)
Giuseppe Quarta (Efetivo)
Gianfranco Catrini (Suplente)
Francisco Henrique Passos Fernandes (Suplente)

Composição da Diretoria:

Marcelino Rafart de Seras - Diretor Presidente
Federico Botto - Vice-Presidente Executivo
Marcello Guidotti - Diretor de Finanças
Roberto Koiti Nakagome - Diretor de Relações com Investidores
Dario Rais Lopes – Diretor de Desenvolvimento de Novos Negócios

São Paulo, 27 de janeiro de 2010.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado
		2009	2008	2009			2009	2008	2009
CIRCULANTE									
Caixa e equivalentes de caixa	4	245.830	2	277.909	Fornecedores		739	-	20.581
Títulos e valores mobiliários	5	-	-	30.070	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	96.912
Clientes	6	-	-	39.947	Debêntures	15	5.117	-	128.011
Impostos a recuperar	7	2.101	-	2.101	Impostos, taxas e contribuições a recolher	13	1.183	-	11.162
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		48.623	-	-	Obrigações sociais		3.531	-	9.534
Despesas antecipadas	8	-	-	2.379	Empresas ligadas	16	-	5	2.072
Outros créditos		156	-	2.491	Credor pela concessão	17	-	-	13.600
Total do ativo circulante		296.710	2	354.897	Provisão para imposto de renda e contribuição social		-	-	10.311
NÃO CIRCULANTE					Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar		86.357	-	86.357
Realizável a longo prazo:					Programa de Parcelamento Especial - PAES		-	-	349
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	-	-	6.876	Outras contas a pagar		542	-	14.384
Empresas ligadas	16	8.528	-	1.374	Total do passivo circulante		97.469	5	393.273
Depósitos judiciais		-	-	1.034	NÃO CIRCULANTE				
Investimentos	9	495.749	-	-	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	11.857
Imobilizado	10	1.357	-	1.208.433	Debêntures	15	597.821	-	991.019
Intangível	11	335.521	-	355.192	Programa de Parcelamento Especial - PAES		-	-	570
Total do ativo não circulante		841.155	-	1.572.909	Credor pela concessão	17	-	-	59.681
					Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.a	-	-	5.059
					Provisão para contingências	18	-	-	19.426
					Outras contas a pagar		-	-	4.346
					Total do passivo não circulante		597.821	-	1.091.958
					PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
					Capital social	19.a	438.465	1	438.465
					Reserva de lucros - legal		4.110	(4)	4.110
					Total do patrimônio líquido		442.575	(3)	442.575
TOTAL DO ATIVO		1.137.865	2	1.927.806	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.137.865	2	1.927.806

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)

	Nota explicativa	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
		<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS				
Receita com arrecadação de pedágio	21	-	-	368.434
Receitas acessórias e de prestação de serviços	21	<u>33.026</u>	<u>-</u>	<u>18.521</u>
		33.026	-	386.955
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA				
Impostos sobre arrecadação, receitas acessórias e prestação de serviços		(3.715)	-	(24.548)
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS		<u>29.311</u>	<u>-</u>	<u>362.407</u>
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	22	(23.151)	-	(158.589)
LUCRO BRUTO		<u>6.160</u>	<u>-</u>	<u>203.818</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS				
Despesas gerais e administrativas	22	(66)	(4)	(20.573)
Amortização de ágio de investimentos		(3.125)	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	9	102.251	-	-
Outras receitas, líquidas		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>182</u>
		99.060	(4)	(20.391)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>105.220</u>	<u>(4)</u>	<u>183.427</u>
RESULTADO FINANCEIRO				
Receitas financeiras	23	7.585	-	9.202
Despesas financeiras	23	<u>(30.620)</u>	<u>-</u>	<u>(61.683)</u>
		(23.035)	-	(52.481)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>82.185</u>	<u>(4)</u>	<u>130.946</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL				
Correntes	12.c	15	-	(49.894)
Diferidos	12.c	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>1.148</u>
		15	-	(48.746)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		<u>82.200</u>	<u>(4)</u>	<u>82.200</u>
QUANTIDADE DE AÇÕES NO FIM DO EXERCÍCIO (EM MILHARES)		<u>438.465</u>	<u>1</u>	
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) POR AÇÃO NO FIM DO EXERCÍCIO - R\$		<u>0,19</u>	<u>(4,00)</u>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$, exceto o valor por ação)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros - legal	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007		1	-	-	1
Prejuízo do exercício		-	-	(4)	(4)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008		1	-	(4)	(3)
Aumento de capital em dinheiro em 1º de abril de 2009	19.a	1.500	-	-	1.500
Aumento de capital com investimentos em 26 e 30 de agosto de 2009	19.a	434.168	-	-	434.168
Aumento de capital com incorporação em 1º de setembro de 2009		2.796	-	-	2.796
Lucro líquido do exercício		-	-	82.200	82.200
Destinação do lucro:					
Constituição da reserva legal		-	4.110	(4.110)	-
Juros sobre o capital próprio (R\$0,02 por ação)	19.d	-	-	(8.978)	(8.978)
Dividendos intermediários (R\$0,06 por ação)	19.d	-	-	(19.522)	(19.522)
Dividendos propostos (R\$0,12 por ação)	19.d	-	-	(49.586)	(49.586)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009		438.465	4.110	-	442.575

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008

(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	82.185	(4)	130.946
Ajustes para reconciliar o lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	9.422	-	76.117
Amortização de ágio em investimentos e direito de concessão	3.125	-	-
Encargos financeiros e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debênture	23.080	-	45.734
Variação monetária sobre credor pela concessão	-	-	2.916
Receita financeira com títulos e valores mobiliário:	-	-	(659)
Resultado de equivalência patrimonial	(102.251)	-	-
Baixa de bens do ativo imobilizado	12	-	(217)
Constituição de provisão para contingências e atualização monetária:	-	-	4.846
(Aumento) redução nos ativos operacionais:			
Clientes	-	-	(11.814)
Impostos a recuperar	(2.101)	-	(1.365)
Despesas antecipadas	-	-	439
Outros créditos e depósitos judiciais	(156)	-	393
Aumento (redução) nos passivos operacionais:			
Fornecedores	419	-	4.818
Provisão para contingências	3.170	-	(4.095)
Credor pela concessão	-	-	(3.659)
Obrigações sociais	152	-	334
Impostos, taxas e contribuições a recolher	939	-	2.997
Empresas ligadas	(1.094)	5	(523)
Outras contas a pagar	431	-	2.978
Juros pagos	(46.718)	-	(74.096)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.383)	-	(50.946)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:	<u>(30.768)</u>	<u>1</u>	<u>125.144</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Dividendos recebidos	51.066	-	-
Aquisição de bens do imobilizado	(167)	-	(68.738)
Recebimento na venda de imobilizado	-	-	275
Aquisição de intangível	(1.779)	-	(1.941)
Aumento de capital	1.500	-	1.500
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento	<u>50.620</u>	<u>-</u>	<u>(68.904)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Títulos e valores mobiliários	-	-	(17.920)
Captação de notas promissórias	765.879	-	816.136
Captação de debêntures, líquida de custos com emissão	602.191	-	602.191
Pagamento de notas promissórias	(1.138.416)	-	(1.158.416)
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(5.347)	-	(63.389)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>224.307</u>	<u>-</u>	<u>178.602</u>
Efeito do caixa e equivalentes de caixa de controladas recebido em aumento de capital	1.669	-	43.065
AUMENTO LÍQUIDO DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	<u>245.828</u>	<u>1</u>	<u>277.907</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2	1	2
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	<u>245.830</u>	<u>2</u>	<u>277.909</u>
	<u>245.828</u>	<u>1</u>	<u>277.907</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
RECEITAS			
Com arrecadação de pedágio	-	-	368.434
Outras receitas	33.026	-	18.703
	<u>33.026</u>	<u>-</u>	<u>387.137</u>
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS (inclui os valores dos impostos ICMS, IPI, PIS e Cofins)			
Custo dos serviços prestados	(4.421)	-	(59.554)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(2.634)	(4)	(9.753)
	<u>(7.055)</u>	<u>(4)</u>	<u>(69.307)</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) BRUTO	<u>25.971</u>	<u>(4)</u>	<u>317.830</u>
DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO	(12.547)	-	(76.117)
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA	<u>13.424</u>	<u>(4)</u>	<u>241.713</u>
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Receitas financeiras	7.585	-	9.202
Equivalência patrimonial	102.251	-	-
	<u>109.836</u>	<u>-</u>	<u>9.202</u>
VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO) TOTAL A DISTRIBUIR	<u>123.260</u>	<u>(4)</u>	<u>250.915</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)	<u>123.260</u>	<u>(4)</u>	<u>250.915</u>
Pessoal	<u>6.827</u>	<u>-</u>	<u>29.725</u>
Remuneração direta	5.889	-	25.004
Benefícios	637	-	3.266
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	301	-	1.455
Impostos, taxas e contribuições	<u>4.511</u>	<u>-</u>	<u>73.293</u>
Federais	3.851	-	65.993
Municipais	660	-	7.300
Remuneração de capitais de terceiros	<u>29.726</u>	<u>-</u>	<u>65.701</u>
Juros	29.285	-	54.461
Aluguéis	-	-	2.012
Outros	441	-	9.228
Remuneração de capitais próprios	<u>82.196</u>	<u>(4)</u>	<u>82.196</u>
Juros sobre o capital próprio	8.978	-	8.978
Dividendos	69.108	-	69.108
Lucro (prejuízo) do exercício retido	4.110	(4)	4.110

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009 E DE 2008 (Em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“Companhia”), anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias, conforme nota explicativa nº 9, na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. (“ECSC”) e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. (“ECSE”), os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

Em 3 de fevereiro de 2009, os sócios aprovaram a transformação de sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado.

Em 26 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, totalmente integralizadas pela Primav EcoRodovias S.A. (“Primav”), mediante a conferência de seus investimentos na Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (“Ecocataratas”) e na Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (“Ecovia”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009 e de notas promissórias a pagar no valor líquido total de R\$6.269.

Em 30 de agosto de 2009, os acionistas aprovaram o aumento de capital mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, integralizadas mediante conferência do investimento da Primav na Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias”), considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, no valor de R\$427.899.

Os ativos e passivos das controladas e controladora recebidos em aumento de capital são como segue:

	31.07.09			
	<u>Ecovia</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Notas promissórias e ágios</u>
<u>Balancos patrimoniais</u>				
Ativo:				
Circulante:				
Caixa e equivalentes de caixa	9.076	26.957	5.363	-
Títulos e valores mobiliários	-	11.491	-	-
Clientes	1.771	23.431	2.931	-
Outros ativos	751	4.300	598	-
Não circulante:				
Realizável a longo prazo	1.816	5.726	2.869	-
Investimentos	-	-	-	85.241
Imobilizado e intangível	<u>68.461</u>	<u>967.484</u>	<u>100.445</u>	<u>334.880</u>
Total do ativo	<u>81.875</u>	<u>1.039.389</u>	<u>112.206</u>	<u>420.121</u>

31.07.09				
<u>Balanços patrimoniais</u>	<u>Ecovia</u>	<u>Ecovias</u>	<u>Ecocataratas</u>	<u>Notas promissórias e ágios</u>
Passivo:				
Circulante:				
Fornecedores	3.550	8.587	3.306	-
Empréstimos e financiamentos	26.966	281	44.350	393.899
Debêntures	-	73.364	-	-
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1.227	5.174	1.520	-
Obrigações sociais	1.068	3.040	1.713	-
Empresas ligadas	1.696	5.261	1.644	-
Credor pela concessão	-	13.191	-	-
Provisão para imposto de renda e contribuição social	936	7.508	1.523	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar	10.996	39.749	7.297	-
Outras contas a pagar	2.280	9.218	483	-
Não circulante:				
Empréstimos e financiamentos	11.000	-	-	-
Debêntures	-	446.583	-	-
Credor pela concessão	-	60.833	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	206	5.179	332	-
Provisão para contingências	3.230	14.140	3.271	-
Outras contas a pagar	-	4.623	199	-
Total do passivo	<u>63.155</u>	<u>696.731</u>	<u>65.638</u>	<u>393.899</u>
Acervo líquido	<u>18.720</u>	<u>342.658</u>	<u>46.568</u>	<u>26.222</u>

A seguir, apresentamos o resumo dos valores que foram incorporados com base no laudo de avaliação a valores contábeis, com data-base 31 de agosto de 2009, preparado por avaliadores independentes:

	<u>ECSC</u>	<u>ECSE</u>
Ativo:		
Circulante	4.416	4.906
Não circulante:		
Realizável a longo prazo	7	8
Imobilizado e intangível	9.434	3.176
Passivo:		
Circulante	11.062	8.008
Não circulante	-	81
Acervo líquido	<u>2.795</u>	<u>1</u>

Em 22 de dezembro de 2009, foi concedido o registro de companhia aberta e, em 23 de dezembro de 2009, foi concluída a emissão de debêntures, conforme detalhado na nota explicativa nº 15.

O contexto operacional das controladas está descrito na nota explicativa nº 9.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis dos ativos imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, a análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como a análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências, e a avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas e premissas, pelo menos, anualmente.

As demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 incluem as operações da Companhia e das seguintes empresas controladas, cuja participação percentual na data do balanço é assim resumida:

<u>Controladas</u>	<u>Participação</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	100,00%
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	100,00%
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	100,00%

As datas das demonstrações financeiras das controladas incluídas na consolidação são coincidentes com as da controladora.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas, a partir de 31 de julho de 2009, de acordo com as práticas contábeis descritas na nota explicativa nº 3 e com os seguintes procedimentos de consolidação:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- Eliminação das participações no capital e das reservas de lucros acumulados nas empresas controladas.
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas, bem como de lucros não realizados.

Comparabilidade das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2009 incluem os resultados das controladas Ecovia, Ecocataratas e Ecovias para o período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2009 e de quatro meses das empresas incorporadas ECSE e ECSC, conforme mencionado na nota explicativa nº 1. Portanto, a leitura das demonstrações financeiras deve considerar esses fatos.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- As despesas são registradas quando incorridas.
- As receitas de serviços são reconhecidas com base na execução dos serviços, quando incorridos.
- As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do exercício à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.

b) Ativo circulante

- Instrumentos financeiros (inclui caixa e equivalentes de caixa)

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

– Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras e os títulos e valores mobiliários são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado se mantidos para negociação ou designados pela Companhia e por suas controladas no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do exercício.

- Títulos e valores mobiliários

Embora tenham liquidez imediata, foram classificados como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures, e estão registrados ao valor justo.

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir possíveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

c) Ativo não circulante

- Investimentos

Os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base o patrimônio líquido levantado na mesma data-base. O resultado dessa avaliação é contabilizado no resultado do exercício na rubrica “Resultado de equivalência patrimonial”.

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. As principais melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 10.

O ágio gerado pela mais-valia dos ativos na controlada direta Ecovias foi reclassificado para o ativo imobilizado para fins de consolidação.

Os encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento, de acordo com o CPC 20 - Custos de Empréstimos.

- Ágio sobre investimento

Controladora

Ágio da controlada direta Ecovias, proveniente da mais-valia de ativos na data de aquisição, amortizado em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitado ao prazo remanescente para o término do contrato de concessão, classificado no consolidado na rubrica “Imobilizado”.

- Intangível

Ágio - direito de concessão

Ágio advindo da aquisição das ações da Ecocataratas com base no direito de concessão, o qual é amortizado de forma linear pelo prazo da concessão (até novembro de 2021).

Sistemas

Registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de cinco anos de forma linear.

- “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução no valor recuperável é registrada ao resultado do exercício. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 31 de dezembro de 2009. A recuperação do ágio foi avaliada por avaliadores independentes em 31 de dezembro de 2008 e revisada pela Administração para 31 de dezembro de 2009 e nenhuma situação de provisão foi identificada.

d) Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, e apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza da provisão para contingências estão descritos na nota explicativa nº 18.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos, com base nas alíquotas vigentes, para as adições e exclusões, cuja dedutibilidade ou tributação ocorrerá em exercícios futuros. O reconhecimento dos créditos tributários está fundamentado em estudo de expectativa de lucros tributáveis futuros.

- Impostos sobre receita

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Esses tributos são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado.

- Empréstimos, financiamentos e debêntures

Reconhecidos inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

e) Juros sobre o capital próprio

Calculados de acordo com a legislação vigente, observando-se o limite de variação da Taxa de Juros a Longo Prazo - TJLP aplicada sobre o patrimônio líquido ajustado e demonstrada como distribuição de dividendos. Para fins fiscais, são tratados como despesas financeiras, reduzindo, respectivamente, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social dos exercícios.

f) Lucro líquido (prejuízo) por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação nas datas de encerramento dos exercícios.

g) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 31 de dezembro de 2009 (vide nota explicativa nº 17).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>
	<u>2009</u>	<u>2008</u>	<u>2009</u>
Caixa geral	11	2	27
Bancos conta movimento	615	-	6.433
Numerário em trânsito (a)	-	-	5.952
Fundo de troco	-	-	3.645
Recursos não vinculados (b)	<u>245.204</u>	<u>-</u>	<u>261.852</u>
	<u>245.830</u>	<u>2</u>	<u>277.909</u>

(a) Refere-se ao recebimento em dinheiro da arrecadação de pedágios realizada nos últimos dias do mês a ser depositado na rubrica “Bancos conta movimento”.

(b) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários - CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Os prazos de resgate variam entre um e dois meses em média.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Recursos para liquidação e garantia de debêntures	<u>30.070</u>

Embora as aplicações mencionadas tenham liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculados ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 15). São formadas por CDBs e remuneradas a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.

6. CLIENTES - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Pedágio eletrônico - concessionárias	30.263
Cupons de pedágio	6.391
Outras contas - receitas acessórias	<u>3.293</u>
	<u>39.947</u>

Em 31 de dezembro de 2009, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

Não há itens vencidos na composição do contas a receber.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (*)	1.771	1.771
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	<u>330</u>	<u>330</u>
	<u>2.101</u>	<u>2.101</u>

(*) Refere-se, substancialmente, aos valores retidos sobre aplicações financeiras.

8. DESPESAS ANTECIPADAS - CONSOLIDADO

O saldo de R\$2.379 é composto por prêmios de seguros (vide nota explicativa nº 26).

9. INVESTIMENTOS

	<u>Patrimônio líquido</u>	<u>Resultado do exercício</u>	<u>Percentual de participação</u>	<u>Saldo 31.12.09</u>	<u>Equivalência patrimonial</u>
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.	347.723	87.494	100%	347.723	87.494
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.	18.720	4.155	100%	18.720	4.155
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas	47.190	10.602	100%	47.190	10.602
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. - ágio (*)				<u>82.116</u>	-
				<u>495.749</u>	<u>102.251</u>

(*) Em 30 de junho de 2008, a Ecovias optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos, retroagindo os efeitos para o início do exercício. Na Primav, os efeitos do estorno da reavaliação produziram acréscimo na rubrica “Ágio” no valor de R\$97.113, proveniente da mais-valia dos ativos em 1º de janeiro de 2008, suportado por laudos de especialistas contratados pela Administração à época. O saldo é amortizado em virtude do prazo de vida útil estimado dos bens da Ecovias, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão. No consolidado, o valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos está apresentado na rubrica “Imobilizado” e a amortização do ágio no resultado está apresentada na rubrica “Depreciação”. Conforme definido em contrato, no caso da extinção da concessão haverá a imediata assunção dos serviços pelo Poder Concedente com a ocupação das instalações e a utilização de todos os bens reversíveis. Não são previstas indenizações ao término das concessões.

Nos casos de encampação, o Poder Concedente, antecipando-se à extinção da concessão, procederá aos levantamentos e às avaliações necessárias à determinação do montante da indenização que será devida à concessionária, mediante a prévia indenização das parcelas dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade dos serviços pertinentes à concessão, além da remuneração do capital pelo rompimento antecipado do contrato, calculada com base na proposta da concessionária, através da margem de receita líquida prevista para o prazo restante da concessão. Considerando que a Administração não julga provável a rescisão antecipada, não foi apurado o eventual valor de ressarcimento.

O resultado da equivalência patrimonial refere-se ao período de cinco meses, após a incorporação efetuada em 31 de agosto de 2009 (vide nota explicativa nº 1).

Contexto operacional das concessionárias de rodovias

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do termo aditivo e modificativo nº 10, a controlada obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro semestre de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A.

A Ecovia foi constituída em 21 de outubro de 1997 e tem como atividade principal a exploração, sob o regime de concessão, do Lote 006 do Programa de Concessão de Rodovias do Estado do Paraná, totalizando 136,7 km, constituídos por: (a) Rodovia BR-277, trecho entre a cidade de Curitiba e o Porto de Paranaguá, em uma extensão de 85,7 km; (b) Rodovia PR-508, trecho entre a BR-277 e o município de Matinhos, em uma extensão de 32,0 km; e (c) Rodovia PR-407, trecho desde a BR-277 até Praia de Leste, em uma extensão de 19 km. O objeto da concessão consiste na recuperação, no melhoramento, na manutenção, na operação e na exploração das rodovias, pelo período de 24 anos, mediante a cobrança de tarifas de pedágio e de fontes alternativas de receita que podem advir de atividades relativas à exploração da rodovia e de suas faixas marginais, acessos ou áreas de serviço e lazer, inclusive as decorrentes de publicidade e multas por excesso de peso.

A controlada assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

- a) Pagamento da verba anual de fiscalização em 12 parcelas mensais durante o período do contrato, sendo do início até o 11º ano de R\$60 mensais e do 12º ano até o final do contrato de R\$66 mensais.
- b) Pagamento da verba para aparelhamento da Polícia Rodoviária. A verba destina-se a aparelhamento e equipamentos de uso da Polícia Rodoviária e será paga até o 11º ano de R\$10 mensais e do 12º ano ao final do contrato de R\$11 mensais.
- c) Restauração, conservação de rotina e manutenção do pavimento dos trechos rodoviários de acesso, conforme a seguir (exceto operação):
 - 2,6 km da Rodovia PR-804, trecho entre a BR-277 e a PR-408.
 - 13,2 km da Rodovia PR-408, trecho entre Morretes e a BR-277.
 - 9,6 km da Rodovia PR-408, trecho entre a PR-340 e Morretes.
 - 13 km da Rodovia PR-411, trecho entre a PR-410 (São João da Graciosa) e Morretes.

Os valores anteriormente mencionados são corrigidos na mesma proporção e data do reajuste das tarifas de pedágio.

Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas

A Ecocataratas foi constituída em 3 de novembro de 1997 e tem por objeto social a exploração do Lote 003 da Rodovia BR-277, conforme disposto em contrato de concessão assinado em 14 de novembro de 1997, resultante de concorrência pública internacional nº 003/96 DER/PR, concedida pelo Estado do Paraná à Ecocataratas, mediante a cobrança de pedágio e a prestação de serviços inerentes, acessórias e complementares à concessão, incluindo, mas sem limitação, as obras e os serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, operação, expansão da capacidade de operação e exploração da rodovia principal e a recuperação, conservação e manutenção de trechos rodoviários de acesso do Lote 003, bem como o desenvolvimento e a aplicação de sistemas de sinalização, informação, comunicação, segurança, serviços de pesagem, atendimento mecânico, resgate e atendimento médico de primeiros socorros.

O prazo de duração da concessão é de 24 anos referente a um trecho de 387,1 km localizado entre o município de Guarapuava, na região central do Estado do Paraná, e o município de Foz do Iguaçu, no extremo oeste do mesmo Estado.

10. IMOBILIZADO

Controladora				
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2009
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	1.449	(774)	675
Máquinas e equipamentos	10,4	206	(54)	152
Móveis e utensílios	10,1	612	(150)	462
Outros	11,6	<u>86</u>	<u>(18)</u>	<u>68</u>
		<u>2.353</u>	<u>(996)</u>	<u>1.357</u>
Consolidado				
	Taxa média ponderada anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	2009
Construção e projetos/ampliação principal	4,9	984.004	(440.182)	543.822
Pavimentações e conservação especial	11,9	580.013	(269.989)	310.024
Sinalização e dispositivos de segurança	11,0	70.961	(22.759)	48.202
Hardware e equipamentos de pedágio	20,0	88.974	(68.770)	20.204
Máquinas e equipamentos	10,4	12.803	(6.329)	6.474
Móveis e utensílios	10,1	5.298	(2.735)	2.563
Terrenos e edificações	3,4	25.594	(10.291)	15.303
Obras em andamento (*)	-	944	-	944
Demais melhorias e ampliações	8,7	344.133	(95.836)	248.297
Outros	11,6	<u>18.038</u>	<u>(5.438)</u>	<u>12.600</u>
		<u>2.130.762</u>	<u>(922.329)</u>	<u>1.208.433</u>

(*) Referem-se a obras de melhoria no sistema rodoviário em fase de execução. A depreciação iniciará-se após a conclusão.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o valor total capitalizado de R\$205, na rubrica “Imobilizado”, refere-se aos encargos financeiros decorrentes de financiamentos obtidos de terceiros.

Consolidado

Em 31 de dezembro de 2009, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

O valor do ágio proveniente da mais-valia dos ativos da controlada Ecovias, conforme mencionado na nota explicativa nº 9.(*), está apresentado no imobilizado, nas rubricas “Construção e projeto/ampliação principal” e “Hardware e equipamentos de pedágio”.

Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.

Em 30 de junho de 2008, a Ecovias optou por estornar os efeitos da reavaliação de ativos.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado em 21 de dezembro de 2007, com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimada dos bens.

Em 31 de dezembro de 2009, a movimentação do saldo está demonstrada a seguir:

Controladora

<u>Descrição</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Custo</u>			<u>Depreciação acumulada</u>			<u>Saldo líquido em 2009</u>
		<u>Adições</u>	<u>Transferência (*)</u>	<u>Saldo em 2009</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Adição</u>	<u>Saldo em 2009</u>	
Hardware e equipamentos de pedágio	1.403	46	-	1.449	(533)	(241)	(774)	675
Máquinas e equipamentos	201	5	-	206	(47)	(7)	(54)	152
Móveis e utensílios	520	92	-	612	(132)	(18)	(150)	462
Obras em andamento	2.232		(2.232)	-	-	-	-	-
Outros	<u>62</u>	<u>24</u>	<u>-</u>	<u>86</u>	<u>(16)</u>	<u>(2)</u>	<u>(18)</u>	<u>68</u>
	<u>4.418</u>	<u>167</u>	<u>(2.232)</u>	<u>2.353</u>	<u>(728)</u>	<u>(268)</u>	<u>(996)</u>	<u>1.357</u>

(*) Reclassificação para o intangível.

Consolidado - custo:

<u>Descrição</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	984.004	-	-	-	-	984.004
Pavimentações e conservação especial	550.476	-	27.609	-	1.928	580.013
Sinalização e dispositivos de segurança	60.698	-	9.571	-	692	70.961
Hardware e equipamentos de pedágio	83.139	1.403	2.323	(59)	2.168	88.974
Máquinas e equipamentos	12.584	201	70	(52)	-	12.803
Móveis e utensílios	3.827	520	975	(24)	-	5.298
Terrenos e edificações	24.646	-	539	-	409	25.594
Obras em andamento	6.439	2.232	856	-	(8.583)	944
Demais melhorias e ampliações	320.621	-	22.783	-	729	344.133
Outros	13.570	62	4.012	(31)	425	18.038
	<u>2.060.004</u>	<u>4.418</u>	<u>68.738</u>	<u>(166)</u>	<u>(2.232)</u>	<u>2.130.762</u>

Consolidado - depreciação acumulada:

<u>Descrição</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Depreciação do período</u>	<u>Baixas</u>	<u>Saldo em 2009</u>
Construção e projetos/ampliação principal	(421.690)	-	(18.492)	-	(440.182)
Pavimentações e conservação especial	(244.946)	-	(25.043)	-	(269.989)
Sinalização e dispositivos de segurança	(18.992)	-	(3.767)	-	(22.759)
Hardware e equipamentos de pedágio	(65.898)	(533)	(2.390)	51	(68.770)
Máquinas e equipamentos	(5.815)	(47)	(494)	27	(6.329)
Móveis e utensílios	(2.481)	(132)	(138)	16	(2.735)
Terrenos e edificações	(9.841)	-	(450)	-	(10.291)
Demais melhorias e ampliações	(84.814)	-	(11.022)	-	(95.836)
Outros	<u>(4.816)</u>	<u>(16)</u>	<u>(632)</u>	<u>26</u>	<u>(5.438)</u>
	<u>(859.293)</u>	<u>(728)</u>	<u>(62.428)</u>	<u>120</u>	<u>(922.329)</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de setembro de 2009 as empresas ECSE e ECSC foram incorporadas pela Companhia.
- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com data-base 31 de julho de 2009, a Companhia recebeu os bens e direitos como integralização de capital.

11. INTANGÍVEL

Controladora

	<u>Taxa média anual ponderada de amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas				
(a)	7,2	375.608	(52.042)	323.566
Software	20,0	<u>17.061</u>	<u>(5.106)</u>	<u>11.955</u>
		<u>392.669</u>	<u>(57.148)</u>	<u>335.521</u>

Consolidado

	Taxa média anual ponderada de <u>amortização - %</u>	<u>Custo</u>	<u>Amortização acumulada</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas				
(a)	7,2	375.608	(52.042)	323.566
Direito de outorga da concessão - Ecovias (b)	6,5	44.857	(26.167)	18.690
Software	20,0	22.147	(9.224)	12.923
Outros		<u>18</u>	<u>(5)</u>	<u>13</u>
		<u>442.630</u>	<u>(87.438)</u>	<u>355.192</u>

(a) Em 7 de fevereiro de 2008, a controladora Primav adquiriu da Sideco Americana S.A., Momento Engenharia e Construção Ltda. e Roplano S.A. (empresas não relacionadas) a Ecocataratas por R\$425.000. O ágio gerado nessa aquisição, com fundamento em rentabilidade futura, é amortizado pelo prazo de concessão (até novembro de 2021). Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 26 de agosto de 2009, os acionistas da Companhia aprovaram o aumento de capital pela Primav por meio da conferência de seu investimento na Ecocataratas, considerando os saldos contábeis de 31 de julho de 2009, incluindo o ágio gerado na aquisição.

(b) O valor de “Direito de outorga da concessão” está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, o saldo é de R\$18.690 e a amortização referente ao período de cinco meses findo em 31 de dezembro de 2009 foi de R\$935.

O valor de “Direito de outorga da concessão” da controlada direta Ecovias está registrado a valor presente, pela taxa de 9,5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2009, a amortização acumulada do direito de outorga é de R\$18.690 e a amortização do exercício findo em 31 de dezembro de 2009 totalizou R\$2.243.

A amortização do ônus da concessão está sendo realizada linearmente ao resultado pelo prazo inicial da concessão até 2018, o ágio pelo direito de concessão está sendo amortizado lineamente ao resultado pelo prazo de concessão até 2021 e os softwares adquiridos de terceiros no prazo de cinco anos.

Na controladora, a amortização do ágio é contabilizada como despesa operacional na rubrica “Amortização de ágio em investimentos”. No consolidado, a amortização do ágio é contabilizada como despesa operacional na rubrica “Amortização de ágio em investimentos” e as amortizações do direito de outorga e de softwares são classificadas na rubrica “Custo dos serviços prestados”.

A movimentação dos saldos no exercício findo em 31 de dezembro de 2009 está demonstrada a seguir:

Controladora - custo:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	375.608	-	-	-	375.608
Software de terceiros (c)	<u>13.062</u>	<u>-</u>	<u>1.779</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>17.061</u>
	<u>13.062</u>	<u>375.608</u>	<u>1.779</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>392.669</u>

Controladora - amortização acumulada:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	(40.727)	(11.315)	(52.042)
Software de terceiros (c)	<u>(4.142)</u>	<u>-</u>	<u>(964)</u>	<u>(5.106)</u>
	<u>(4.142)</u>	<u>(40.727)</u>	<u>(12.279)</u>	<u>(57.148)</u>

Consolidado - custo:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Transferências</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	375.608	-	-	-	375.608
Direito de outorga da concessão - Ecovias	-	44.857	-	-	-	44.857
Software (c)	<u>13.062</u>	<u>4.924</u>	<u>1.941</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>22.147</u>
Outros	<u>-</u>	<u>18</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>18</u>
	<u>13.062</u>	<u>425.407</u>	<u>1.941</u>	<u>(12)</u>	<u>2.232</u>	<u>442.630</u>

Consolidado - amortização acumulada:

	<u>Incorporação de empresas (a)</u>	<u>Saldos recebidos como aporte de capital (b)</u>	<u>Amortização</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Ágio - direito de concessão - Ecocataratas	-	(40.727)	(11.315)	(52.042)
Direito de outorga da concessão - Ecovias	-	(25.232)	(935)	(26.167)
Software de terceiros (c)	<u>(4.142)</u>	<u>(3.644)</u>	<u>(1.438)</u>	<u>(9.224)</u>
Outros	<u>-</u>	<u>(4)</u>	<u>(1)</u>	<u>(5)</u>
	<u>(4.142)</u>	<u>(69.607)</u>	<u>(13.689)</u>	<u>(87.438)</u>

- (a) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 1º de setembro de 2009 as empresas ECSE e ECSC foram incorporadas pela Companhia.

- (b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, com data-base 31 de julho de 2009, a Companhia recebeu os bens e direitos como integralização de capital.
- (c) Os softwares foram substancialmente adquiridos de terceiros pelas empresas incorporadas e referem-se basicamente ao sistema de arrecadação e às licenças do Sistema SAP.

12. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - CONSOLIDADO

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

De acordo com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para contingências, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros sobre os empréstimos. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o exercício pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das contingências e dos eventos.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>2009</u>
Provisão para contingências	18.992
Outros	1.231
Ajuste a valor presente do direito de outorga, ônus da concessão e capitalização de juros sobre os empréstimos - Lei nº 11.638/07	(14.879)
	5.344
Alíquota de imposto de renda e contribuição social	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<u>1.817</u>
Classificados no ativo não circulante	6.876
Classificados no passivo não circulante	<u>5.059</u>
	<u>1.817</u>

b) Imposto de renda e contribuição social no resultado

Foram registrados no resultado do exercício os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Variação no:		
Imposto de renda corrente	11	(36.677)
Imposto de renda diferido	<u>-</u>	<u>850</u>
	<u>11</u>	<u>(35.827)</u>
Variação na:		
Contribuição social corrente	4	(13.217)
Contribuição social diferida	<u>-</u>	<u>298</u>
	<u>4</u>	<u>(12.919)</u>

c) Conciliação da receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social

A conciliação da receita (despesa) calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social registrada no resultado está demonstrada a seguir:

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	82.185	130.946
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(27.943)	(44.522)
Equivalência patrimonial	31.962	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos não constituídos sobre prejuízos fiscais da controladora	(5.708)	(5.708)
Juros sobre o capital próprio	3.053	3.053
Outros	<u>(1.349)</u>	<u>(1.569)</u>
Receita (despesa) com imposto de renda e contribuição social	<u>15</u>	<u>(48.746)</u>

13. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	81	4.514
Cofins	507	3.196
PIS	110	693
ISS fonte	6	447
Imposto de renda e contribuição social sobre juros sobre o capital próprio	335	643
Impostos federais	<u>144</u>	<u>1.669</u>
	<u>1.183</u>	<u>11.162</u>

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS - CONSOLIDADO

<u>Credores</u>	<u>Moeda</u>	<u>Vencimento final</u>	<u>Taxa média de juros</u>	<u>2009</u>
Bradesco (a)	Real	Maio de 2012	107,70% do CDI	17.337
Santander (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,084% a.a.	42.480
Unibanco (b)	Real	Março de 2010	TJLP + 6% a.a.	105
BIC Banco (b)	Real	Setembro de 2012	1,45% a.m.	630
Itauleasing (b)	Real	Dezembro de 2012	1,34% a.m.	592
Itaú BBA (a)	Real	Novembro de 2010	CDI + 1,5% a.a.	<u>47.625</u>
				<u>108.769</u>
Circulante				<u>96.912</u>
Não circulante				<u>11.857</u>

- (a) Os empréstimos são destinados para capital de giro aplicado nas operações para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).
- (b) Refere-se à compra de equipamentos operacionais, para os quais não há cláusula que exija a manutenção de índices financeiros (“covenants”).

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

2011	5.923
2012	<u>5.934</u>
	<u>11.857</u>

15. DEBÊNTURES

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>2009</u>	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Principal corrigido	600.834	1.106.110
Remuneração (juros)	7.260	23.463
Custos com emissão de debêntures	<u>(5.156)</u>	<u>(10.543)</u>
	<u>602.938</u>	<u>1.119.030</u>
Circulante	<u>5.117</u>	<u>128.011</u>
Não circulante	<u>597.821</u>	<u>991.019</u>

A Companhia concluiu, em 23 de dezembro de 2009, a emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no montante nominal de R\$460.750, com prazo de vencimento de 42 meses e vencimento final em 15 de maio de 2013, e a segunda e terceira séries no montante de R\$69.625 cada uma, com prazo de vencimento de 66 e 72 meses e vencimentos finais em 15 de maio e 15 de novembro de 2015, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 100% do CDI, acrescido de 1,5% ao ano, paga semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IPCA e do Comitê de Política Monetária do Banco Central - Copom de 8,75% ao ano, pagas anualmente nos mesmos prazos de vencimento do valor principal.

Essa operação teve classificação de risco brA+ da Standard & Poors.

A controlada Ecovias concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries no valor de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e cupom de 9,5% ao ano, pagos anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a controlada indireta Ecovias efetuou pagamento de juros referente à primeira, segunda e terceira séries das debêntures, totalizando R\$49.865.

Essa operação teve classificação de risco AA da Standard & Poors.

As principais características das debêntures são:

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	600.000 (em três séries)	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$1,00	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 31 de dezembro de 2009	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$1,01 3ª série - R\$1,01	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$11,75 3ª série - R\$11,75
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IPCA	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 100% do CDI + 1,5% ao ano 2ª e 3ª séries - 8,75% ao ano (252 dias) sobre valor nominal unitário atualizado	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (15.05.10 a 15.05.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.05.11 a 15.05.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.07 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.08 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.07 a 01.11.14)

Descrição	EcoRodovias	Ecovias
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (15.05.11 a 15.11.13) 2ª série: parcelas anuais (15.05.13 a 15.05.15) 3ª série: parcelas anuais (15.11.13 a 15.11.15)	1ª série: parcelas semestrais (01.05.10 a 01.11.13) 2ª série: parcelas anuais (01.05.10 a 01.05.14) 3ª série: parcelas anuais (01.11.10 a 01.11.14)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Não aplicável	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Itaú Corretora de Valores S.A.	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Não aplicável	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Pavarini Distrib. de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Oliveira Trust DTVM S.A.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	2009		
	<u>Parcela</u>	<u>Custo</u>	<u>Total</u>
2011	292.105	(2.328)	289.777
2012	292.105	(2.328)	289.777
2013	246.898	(2.041)	244.857
2014	120.998	(1.054)	119.944
2015	<u>46.956</u>	<u>(292)</u>	<u>46.664</u>
	<u>999.062</u>	<u>(8.043)</u>	<u>991.019</u>

O contrato da Companhia, referente à emissão de R\$600.000 em debêntures em três séries, tem como fiadora a controladora Primav (base consolidada) e requer a manutenção dos índices financeiros menores ou iguais a 3,0 (obtido pela razão entre dívida líquida consolidada e lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) dos últimos 12 meses consolidado). Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da controlada Ecovias requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,75 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e índice financeiro maior ou igual a 3,0 pontos em relação ao EBITDA e à despesa financeira líquida, tendo como base as demonstrações financeiras. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2009, a Administração entende que os índices financeiros exigidos foram atendidos.

16. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS LIGADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, além de serviços administrativos e financeiros.

As operações com empresas ligadas estão apresentadas a seguir:

Controladora

	<u>Natureza</u>	Balanco patrimonial	Resultado
		Ativo circulante	Receita de prestação de serviços
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (b)	Controlada direta	3.824	4.192
Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A. (b)	Controlada direta	1.686	1.799
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (b)	Ligada	359	385
Rodovia das Cataratas S.A. - Ecocataratas (b)	Controlada direta	1.644	1.754
EcoPátio Logística Cubatão Ltda. (b)	Ligada	1.015	126
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>8.528</u>	<u>8.256</u>

Consolidado

	<u>Natureza</u>	Balanco patrimonial			Resultado
		Ativo não circulante	Ativo imobilizado	Passivo circulante	Receita de prestação de serviços
Consórcio Serra do Mar (a)	Ligada	-	6.507	1.591	-
Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - ECOSUL (b)	Ligada	359	-	-	385
EcoPátio Logística Cubatão Ltda. (b)	Ligada	1.015	-	-	126
SBS Engenharia e Construções Ltda ©	Ligada	-	8.385	481	
Total em 31 de dezembro de 2009		<u>1.374</u>	<u>14.892</u>	<u>2.072</u>	<u>511</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas ligadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da 3ª faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$151.965.

- (b) Refere-se à prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. Esses serviços eram prestados até 31 de agosto de 2009 pelas empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda. Em 1º de setembro de 2009, essas empresas, conforme nota explicativa nº 1, foram incorporadas pela Companhia, passando essa última a ser a prestadora desses serviços a partir dessa data. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços e as empresas controladas e ligadas é de aproximadamente R\$95.950, possuindo vigência de 12 meses e vigorando de janeiro a dezembro de cada ano.
- (c) A SBS Engenharia e Construções Ltda., empresa ligada ao Grupo EcoRodovias, presta serviços de pavimentação e engenharia no complexo rodoviário e manutenções nas rodovias da controlada Ecovia Caminho do Mar. O preço global firmado para execução dos serviços contratados é de R\$ 14.000.

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.

17. CREDOR PELA CONCESSÃO - CONSOLIDADO

	<u>2009</u>
Parcelas fixas	71.392
Parcelas variáveis	<u>1.889</u>
	<u>73.281</u>
Circulante	<u>13.600</u>
Não circulante	<u>59.681</u>

O contrato de concessão rodoviária da controlada Ecovias, firmado em 27 de maio de 1998, subdivide-se em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M/FGV.

Em 31 de agosto de 2009, as parcelas liquidadas correspondem a 55,79% do saldo contratual.

Em conformidade com o CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M, captadas pela Ecovias para a liquidação de suas dívidas atreladas à concessão. Foi revertido ao resultado em 31 de dezembro de 2009 o desconto no valor de R\$5.990, que, somado à atualização monetária negativa do direito de outorga no período, no valor de R\$1.736, totalizou o valor líquido de R\$4.254 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação na controlada Ecovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>2009</u>
2011	10.664
2012	9.739
2013	8.894
2014	8.122
Após 2014	<u>22.262</u>
	<u>59.681</u>

18. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS - CONSOLIDADO

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia e de suas controladas. A respectiva provisão para contingências foi constituída para os processos cujas possibilidades de perda foram avaliadas como prováveis com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para contingências é o seguinte:

<u>Natureza</u>	<u>Saldos iniciais (*)</u>	<u>Adições</u>	<u>Baixas</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Saldos em 2009</u>
Cível (a)	11.284	1.840	(1.230)	507	12.401
Tributária (b)	3.365	284	(2.459)	149	1.339
Trabalhista (c)	<u>5.992</u>	<u>1.900</u>	<u>(128)</u>	<u>293</u>	<u>8.057</u>
	20.641	4.024	(3.817)	949	21.797
Depósitos judiciais (d)	<u>(2.583)</u>	<u>(308)</u>	<u>647</u>	<u>(127)</u>	<u>(2.371)</u>
	<u>18.058</u>	<u>3.716</u>	<u>(3.170)</u>	<u>822</u>	<u>19.426</u>

(*) Saldos recebidos como parte do aumento de capital, conforme nota explicativa nº 1.

(a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia e suas controladas possuem outras contingências de natureza cível que totalizam, em 31 de dezembro de 2009, R\$9.756, avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

Uma das principais demandas refere-se a processo administrativo fiscal da controlada direta Ecovias dos Imigrantes decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo - SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, restando o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.457, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

(b) Processos tributários

Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$13.560, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

(c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processos de valor individual relevante. Em 31 de dezembro de 2009, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$12.631, os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A controlada direta Ecocataratas possui uma ação de responsabilidade subsidiária referente à reclamação trabalhista contra a Qualix Serviços Ambientais S.A., empresa pertencente ao Grupo Sideco (ex-acionista da controlada). A ação foi julgada procedente em primeira instância contra as reclamadas, e o valor da condenação atualizado em 31 de dezembro de 2009 é de R\$5.000. Por força do contrato de compra e venda celebrado entre a Sideco S.A. e a controladora indireta Primav, há o dever de indenização por parte dos ex-acionistas em caso de materialização da perda. Os consultores legais e a Administração avaliam a causa como perda possível, razão pela qual não foi constituída provisão.

(d) Depósitos judiciais

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia e de suas controladas, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia, através de suas controladas.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2009, o capital social é de R\$438.465 e está representado por 435.669 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 1º de abril de 2009, foi aprovado pelos acionistas o aumento de capital de R\$1.500 (em dinheiro), correspondente a 1.500 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 26 de agosto de 2009, foi aprovado o aumento de capital da Companhia, passando de R\$1.501 para R\$7.770, mediante a emissão de 6.268.904 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela controladora Primav, mediante a conferência em ações ordinárias e nominativas de emissão da Ecocataratas e da Ecovia detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, e por notas promissórias a pagar de R\$393.895, conforme detalhado na nota explicativa nº 14.(a).

O aumento de capital foi integralizado mediante a contribuição do acervo líquido no valor total de R\$6.269.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 30 de agosto de 2009, foi aprovado o aumento de capital de R\$7.770 para R\$435.669, mediante a emissão de 427.899.017 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 (um real) por ação, as quais foram subscritas e integralizadas pela acionista Primav, mediante a conferência em ações ordinárias e nominativas de emissão da Ecovias detidas pela Primav, com tudo o que estas representam, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, no valor contábil total de R\$427.899.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 1º de setembro de 2009, foi aprovado o aumento de capital, passando de R\$435.669 para R\$438.465, mediante a emissão de 2.796.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de R\$1,00 (um real) por ação, integralizadas por meio da incorporação das empresas ECSC e ECSE.

b) Capital autorizado

Conforme Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social para até R\$1.000.000,00 (um bilhão de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o exercício do direito de preferência.

A Companhia poderá emitir ações, debêntures conversíveis em ações e bônus de subscrição, sem direito de preferência para os antigos acionistas, desde que destinados os valores mobiliários: (i) à venda em bolsa de valores ou subscrição pública; (ii) à permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle; ou (iii) nos termos de lei especial de incentivos fiscais. É vedada à Companhia a emissão de partes beneficiárias.

c) Reserva de lucros - legal

É constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício ajustado, limitada a 20% do capital social.

d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido o pagamento de dividendos de, no mínimo, 25% do lucro líquido do exercício ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

O montante de dividendos a pagar de R\$49.586 em 31 de dezembro de 2009 refere-se ao saldo de dividendos propostos do exercício de 2009, “ad referendum” da Assembleia Geral Ordinária.

	<u>2009</u>
Lucro líquido do exercício	82.200
Compensação de prejuízos acumulados	<u>(4)</u>
	82.196
Constituição da reserva legal - 5%	4.110
Proposta da Administração:	
Juros sobre o capital próprio	8.978
Dividendos obrigatórios	19.522
Dividendos propostos	49.586

20. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS - ISS

Ecovias

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano).

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e da aprovação pelo Poder Concedente, compensou, no exercício findo em 31 de dezembro de 2009, o valor de R\$26.131 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 31 de dezembro de 2009, o valor total compensado foi de R\$168.260.

21. RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receita com arrecadação de pedágio:		
Pedágio em numerário	-	203.973
Pedágio por equipamento eletrônico	-	133.142
Vale-pedágio e pedágio em cupons	-	30.106
Outras	<u>-</u>	<u>1.213</u>
	-	368.434
Receitas acessórias (a)	-	16.478
Receitas de serviços (b)	<u>33.026</u>	<u>2.043</u>
	<u>33.026</u>	<u>386.955</u>

(a) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

(b) Referem-se aos serviços de administração e consultoria para empresas do Grupo Primav EcoRodovias.

22. CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS E DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Controladora

	2009		
	Custo dos serviços <u>prestados</u>	Despesas gerais e <u>administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	6.857	-	6.857
Conservação e manutenção	486	-	486
Serviços de terceiros (*)	1.411	-	1.411
Depreciação e amortização	12.547	-	12.547
Outros	<u>1.850</u>	<u>66</u>	<u>1.916</u>
	<u>23.151</u>	<u>66</u>	<u>23.217</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de consultoria e assessoria jurídica, entre outros.

Consolidado

	2009		
	Custo dos serviços <u>prestados</u>	Despesas gerais e <u>administrativas</u>	<u>Total</u>
Pessoal	17.751	10.820	28.571
Conservação e manutenção	22.034	1.174	23.208
Serviços de terceiros (*)	19.698	2.540	15.914
Seguros	2.751	13	2.764
Depreciação e amortização	76.117	-	76.117
Poder Concedente	10.183	-	10.183
Outros	<u>10.055</u>	<u>6.026</u>	<u>22.405</u>
	<u>158.589</u>	<u>20.573</u>	<u>179.162</u>

(*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

23. RESULTADO FINANCEIRO

	2009	
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	237	1.669
Juros ativos	7.348	7.348
Outras	-	185
	<u>7.585</u>	<u>9.202</u>
Despesas financeiras:		
Juros sobre debêntures	(7.268)	(26.959)
Variação monetária sobre debêntures	(834)	(607)
Juros sobre financiamentos	(21.183)	(23.979)
Variações financeiras sobre o direito de outorga	-	(2.916)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(1.143)	(1.537)
Outras	(192)	(5.685)
	<u>(30.620)</u>	<u>(61.683)</u>
Resultado financeiro	<u>(23.035)</u>	<u>(52.481)</u>

24. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS
FINANCEIROS - CONSOLIDADO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 566, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento CPC 14 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação, e à Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, a Companhia e suas controladas efetuaram uma avaliação de seus instrumentos financeiros.

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias. No entanto, em 31 de dezembro de 2009, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para se produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia e de suas controladas.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores absolutos a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos disponíveis para venda.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDBs, remunerados a taxas que variam entre 100% e 106% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços patrimoniais.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 14 e nº 15.
- O valor contábil dos instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2009 aproxima-se do valor de mercado.

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2009 são como segue:

	<u>Contábil</u>	<u>Mercado</u>
Ativos:		
Clientes	39.947	39.947
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários	291.922	291.922
Passivos:		
Empréstimos e financiamentos	108.769	111.374
Debêntures	1.119.030	1.122.067
Credor pela concessão	73.281	73.281

a) Considerações gerais

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato de troca de índices (“swaps”) ou que envolvesse operações com instrumentos derivativos.

b) Ativos e passivos em moeda estrangeira

Em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas não tinham nenhum contrato denominado em moeda estrangeira.

c) Exposição a riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do CDI, da TJLP, do IPCA e do IGP-M em empréstimos, financiamentos e debêntures contraídos em reais.

d) Concentração de risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia e suas controladas à concentração de risco de crédito consistem primariamente em clientes, empréstimos, financiamentos e debêntures.

A Companhia e suas controladas vêm aplicando recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, da TJLP e do IGP-M, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia e por suas controladas:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	24.694	30.701	36.645
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IGP-M	97.223	98.738	100.274
Juros sobre a 1ª, 2ª e 3ª séries das debêntures	Alta do IPCA	173.307	197.753	222.029
Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	10.906	13.616	16.317
Empréstimos e financiamentos	Alta da TJLP	14	16	17

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia e suas controladas estão apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	8,55%	10,69%	12,83%
IGP-M (b)	2,90%	3,63%	4,35%
TJLP (c)	1,97%	2,45%	2,96%
IPCA (d)	4,20%	5,25%	6,30%

- (a) Refere-se à taxa do CDI em 31 de dezembro de 2009.
- (b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses, de acordo com a fonte da Consultoria Tendência.
- (c) Refere-se à TJLP em 31 de dezembro de 2009.
- (d) Refere-se à taxa do IPCA em 31 de dezembro de 2009.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2009.

25. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são perfeitamente previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual as empresas e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia e suas controladas contribuíram com a quantia de R\$354, registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

26. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia e suas controladas têm cobertura de seguros, em virtude dos riscos existentes em sua operação, para incêndio, raio, explosão, danos elétricos, despesas extraordinárias, riscos de engenharia e seguros obrigatórios devido ao cumprimento de cláusula específica do contrato de concessão, como segue:

<u>Controlada</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Ecovia	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	367.561
Ecovia	Risco engenharia - patrimoniais - perda da receita	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	12.000
Ecovias	Seguro garantia	Junho de 2009 a junho de 2010	2.793
Ecovias	Seguro garantia	Maio de 2009 a maio de 2010	216.470
Ecovias	Responsabilidade civil	Maio de 2009 a maio de 2010	578.510
Ecovias	Riscos operacionais/engenharia	Maio de 2009 a maio de 2010	1.898.203
Ecovias	Equipamentos	Maio de 2009 a maio de 2010	2.024
Ecovias	Outros	Indeterminado	2.067
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	156.411
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	671.058
Ecocataratas	All Risks	Dezembro de 2009 a dezembro de 2010	41.620
Ecocataratas	Seguro garantia	Fevereiro de 2009 a fevereiro de 2010	10.194
Ecocataratas	Equipamentos - frota leve	Julho de 2009 a julho de 2010	Tabela Fipe
Ecocataratas	Equipamentos - frota pesada	Julho de 2009 a julho de 2010	Tabela Fipe

27. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia e suas controladas têm como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a participação nos lucros e resultados foi de R\$986, a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

28. INFORMAÇÕES SOBRE O CONTRATO DE CONCESSÃO DAS CONTROLADAS ECOVIA E ECOCATARATAS

As controladas Ecovia e Ecocataratas fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, regularmente licitado e contratado em 1997, em conjunto com outras quatro concessionárias (o prazo final da concessão da Ecocataratas e Ecovia é novembro de 2021). A atual Administração do Governo do Estado do Paraná, que se findará em 31 de dezembro de 2010, busca atingir intento em reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado, através de ações administrativas e judiciais. O litígio estende-se pelas seguintes principais frentes: encampação das concessões, desapropriação das ações de controle, tentativa de caducidade dos contratos, negativa de reajuste de tarifa na data-base contratual nos anos 2003 a 2009, tentativa de nulidade de aditivos contratuais vigentes e consideração de dados contábeis em detrimento de dados contratuais regulares. Em todas as frentes de litígio restam, por ora, vitoriosas as concessionárias do Estado do Paraná, seja por decisões liminares, seja por sentenças ou também por recursos em instância superior. Ou seja, os contratos de concessão não foram atingidos.

Os reajustes tarifários contratuais da Ecovia e Ecocataratas dos anos 2003 a 2009, sistematicamente negados pelo Estado do Paraná, foram implementados e estão vigentes, parte deles por meio de liminar confirmada em todas as instâncias, parte já por meio de sentenças de mérito. Houve ainda, em 2007, a edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a categorias determinadas de usuários das rodovias. Tais leis foram consideradas, em sede de liminar, indevidas em primeira análise, atualmente aguardando eventuais recursos aos tribunais superiores. Tanto a Ecovia como a Ecocataratas buscam, por meio de ações judiciais na Justiça Federal, ter reconhecidos em seu favor eventos que desequilibraram os contratos de concessão de cada uma dessas concessionárias, mas que foram omitidos ou não reconhecidos pela atual Administração Estatal. Caso reconhecidos, tais eventos conduzirão ao direito de restabelecimento da dimensão original das equações econômico-financeiras dos contratos, seja por aumento de tarifa ou redução de obras, seja por aumento no prazo da concessão, ou seja, por compensação pecuniária direta do poder público, podendo ocorrer também a combinação dessas possibilidades.

A Administração avaliou esses assuntos detalhadamente e concluiu que, embora existam riscos associados ao julgamento final das ações em andamento, a probabilidade de esses eventos afetarem de forma relevante a situação patrimonial e financeira e o resultado das operações da Companhia e de suas controladas não é provável e que, no momento, não é possível prever o prazo para o encerramento das ações em andamento, não sendo esperadas, no entanto, decisões finais nos próximos 12 meses.

29. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de integralização de capital, incorporação de empresas e aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 1, nº 10 e nº 11.

30. COMPROMISSOS

A controlada Ecovias celebrou contratos de prestação de serviços de construção civil com o Consórcio Serra do Mar, formado pelas empresas C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., tendo por objeto:

- A prestação de serviços de construção civil consubstanciada na construção de faixas operacionais e de baias de emergência entre o km 275 e o km 291 da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170). Esse contrato foi celebrado em 6 de fevereiro de 2009 e vigorará até 31 de dezembro de 2009 (contrato encerrado em 31 de dezembro de 2009). Os serviços supracitados deverão ser integralmente executados e concluídos entre 2 de março e 30 de novembro de 2009. O preço global firmado entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$5.700, conforme o Primeiro Termo de Aditamento DS 1.069/09.
- A prestação de serviços de construção civil consubstanciada na construção de dispositivos de travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-55/170) situada no km 281 e no km 285, fornecendo, inclusive, material, equipamentos e mão-de-obra necessários para a execução dos serviços supracitados. Esse contrato foi celebrado em 10 de dezembro de 2007 e vigorará por 20 meses. Esse contrato foi celebrado em 10 de dezembro de 2007 e vigorará por 20 meses. O preço global firmado entre a Ecovias e o Consórcio Serra do Mar, pela integral execução dos serviços, é de R\$48.500. O valor pago mensalmente pela Ecovias ao Consórcio Serra do Mar, até o limite do preço, será apurado mediante a realização de medições mensais. A Ecovias pagou ao Consórcio Serra do Mar um adiantamento, a título de mobilização, de R\$2.400.

31. NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EDITADOS EM 2009 E QUE ENTRARÃO EM VIGOR A PARTIR DE 2010

Alterações nas práticas contábeis adotadas no Brasil

Com o advento da Lei nº 11.638/07, que atualizou a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS), novas normas e pronunciamentos técnicos contábeis vêm sendo expedidos em consonância com os padrões internacionais de contabilidade pelo CPC.

Até a data de preparação destas demonstrações financeiras, 37 (*) novos pronunciamentos técnicos haviam sido emitidos pelo CPC e aprovados por Deliberações da CVM para aplicação mandatória a partir de 2010. Os CPCs que poderão ser aplicáveis à Companhia e a suas controladas, considerando suas operações, são:

CPC	Título
17	Contratos de Construção
20	Custos de Empréstimos
21	Demonstração Intermediária
22	Informações por Segmento
24	Evento Subsequente
25	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
26	Apresentação das Demonstrações Contábeis
27	Ativo Imobilizado
30	Receitas
32	Tributos sobre o Lucro
33	Benefícios a Empregados
36	Demonstrações Contábeis Consolidadas
37	Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade
38	Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração
39	Instrumentos Financeiros: Apresentação
40	Instrumentos Financeiros: Evidenciação
43	Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40
ICPC 01	Contratos de Concessão
ICPC 08	Contabilização da Proposta de Pagamento de Dividendos
ICPC 10	Esclarecimentos sobre os Pronunciamentos Técnicos CPC 27 - Ativo Imobilizado e CPC 28 - Propriedade de Investimento

(*) Total de novos pronunciamentos técnicos emitidos até 31 de dezembro de 2009.

A Administração da Companhia e de suas controladas está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, uma vez que a forma de registro das concessões será substancialmente alterada pelo ICPC 01 - Contratos de Concessão.

Com relação à revisão da vida útil-econômica dos bens, a Administração efetuou uma análise preliminar e redefiniu as taxas que serão aplicadas a partir de 1º de janeiro de 2010, como segue:

	Vida útil atual (taxa média) (a)	Vida útil-econômica (taxa média anual) (b)
IMOBILIZADO		
Construção e projetos/ampliação principal	4,9%	De 6,6% a 9%
Pavimentações e conservação especial	11,1%	De 6,6% a 9%
Sinalização e dispositivos de segurança	9,5%	De 6,6% a 9%
Hardware e equipamentos de pedágio	20%	20%
Máquinas e equipamentos	10%	10%
Móveis e utensílios	10%	10%
Demais melhorias e ampliações	8%	De 6,6% a 9%
INTANGÍVEL		
Direito de outorga da concessão	5%	6,6%
Softwares de terceiros	20%	20%

(a) Refere-se à taxa de depreciação/amortização utilizada no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

(b) Refere-se à taxa de depreciação/amortização que será utilizada para o exercício de 2010 com base em estudos internos da Administração.

Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2008 e ao Período de
16 de Maio a 31 de Dezembro de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da
Ecorodovias Concessões e Serviços S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. ("Sociedade"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (consumido), correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e ao período de 16 de maio (data da constituição da Sociedade) a 31 de dezembro de 2007, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Sociedade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Sociedade, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações do patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e os valores adicionados (consumidos) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e ao período de 16 de maio a 31 de dezembro de 2007, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 3 de fevereiro de 2009



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Ismar de Moura
Contador
CRC nº 1 SP 179631/O-2

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

<u>ATIVO</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>	<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)</u>	<u>Nota explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e bancos		2.053	999	Partes relacionadas	3	5.101	-
Outros		-	<u>1</u>	Impostos a recolher		<u>60</u>	-
Total do ativo circulante		<u>2.053</u>	<u>1.000</u>	Total do passivo circulante		<u>5.161</u>	-
				PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)			
				Capital social	4	1.000	1.000
				Prejuízos acumulados		<u>(4.108)</u>	-
				Total do patrimônio líquido (passivo a descoberto)		<u>(3.108)</u>	<u>1.000</u>
TOTAL DO ATIVO		<u><u>2.053</u></u>	<u><u>1.000</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)		<u><u>2.053</u></u>	<u><u>1.000</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008

E PARA O PERÍODO DE 16 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007

(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto para o prejuízo por ação)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>2008</u>	<u>2007</u>
DESPESAS OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	5	(4.000)	-
Despesas financeiras		(108)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		<u>(4.108)</u>	<u>-</u>
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO		<u>(4,11)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (PASSIVO A DESCOBERTO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E PARA O PERÍODO DE 16 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>Nota</u> <u>explicativa</u>	<u>Capital</u> <u>social</u>	<u>Prejuízos</u> <u>acumulados</u>	<u>Total</u>
Constituição da Sociedade em 16 de maio de 2007		1.000	-	1.000
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007	4	<u>1.000</u>	<u>-</u>	<u>1.000</u>
Prejuízo do exercício		-	(4.108)	(4.108)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	4	<u>1.000</u>	<u>(4.108)</u>	<u>(3.108)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E PARA O PERÍODO DE 16 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Prejuízo do exercício	(4.108)	-
Ajuste por:		
Variação monetária	6	-
Variação patrimonial-		
Outros ativos	1	(1)
Impostos a recolher	60	-
Caixa líquido usado nas atividades operacionais	<u>(4.041)</u>	<u>(1)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Capital social inicial	-	1.000
Partes relacionadas	5.095	-
Caixa líquido originado das atividades de financiamento	5.095	1.000
	<u>1.054</u>	<u>999</u>
AUMENTO LÍQUIDO DE CAIXA E BANCOS		
	999	-
CAIXA E BANCOS NO INÍCIO DO EXERCÍCIO/PERÍODO		
	<u>2.053</u>	<u>999</u>
CAIXA E BANCOS NO FIM DO EXERCÍCIO/PERÍODO		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E PARA O PERÍODO DE 16 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em reais - R\$, centavos omitidos)

	<u>2008</u>	<u>2007</u>
VALOR CONSUMIDO PELA SOCIEDADE		
Insumos adquiridos de terceiros-		
Serviços de terceiros e outros	<u>(4.000)</u>	<u>-</u>
	<u>(4.000)</u>	<u>-</u>
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO (CONSUMIDO)		
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais	96	-
Outros	7	-
Remuneração de capital de terceiros-		
Juros	5	-
Remuneração de capital próprio-		
Prejuízo do exercício	<u>(4.108)</u>	<u>-</u>
	<u>(4.000)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008
E PARA O PERÍODO DE 16 DE MAIO A 31 DE DEZEMBRO DE 2007
(Em reais - R\$, centavos omitidos, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (“Sociedade”), anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras sociedades.

Em 3 de fevereiro de 2009, os sócios aprovaram a transformação da sociedade empresarial limitada para sociedade por ações de capital fechado.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras são:

a) Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o princípio contábil da competência.

b) Disponibilidades

São constituídas por caixa e bancos conta movimento registradas ao custo até as datas de encerramento do exercício/período.

c) Passivos circulantes

São demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos até as datas de encerramento do exercícios/período.

d) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações nas datas dos balanços.

3. PARTES RELACIONADAS

Em 31 de dezembro de 2008, refere-se a mútuo com a Primav Ecorodovias S.A., no valor inicial de R\$5.095, destinado a fomentar o início das operações da Sociedade. O mútuo tem vencimento em 15 de dezembro de 2009 e é atualizado com base na variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, acrescido de juros de 0,20% ao ano.

4. CAPITAL SOCIAL

O capital social integralizado de R\$1.000 é representado por 1.000 ações ordinárias no valor nominal unitário de R\$1,00.

5. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

São compostas substancialmente por prestação de serviços de assessores legais.

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Sociedade não possuía instrumentos financeiros derivativos.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA DA COMPANHIA

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Índice

1. Responsáveis pelo formulário

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis	A-1
---	-----

2. Auditores independentes

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores	A-2
2.3 - Outras informações relevantes	A-3

3. Informações financ. selecionadas

3.1 - Informações Financeiras	A-4
3.2 - Medições não contábeis	A-5
3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras	A-7
3.4 - Política de destinação dos resultados	A-8
3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas	A-10
3.7 - Nível de endividamento	A-11
3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento	A-12
3.9 - Outras informações relevantes	A-13

4. Fatores de risco

4.1 - Descrição dos fatores de risco	A-14
4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco	A-39
4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes	A-40
4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores	A-41
4.5 - Processos sigilosos relevantes	A-42
4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto	A-43
4.7 - Outras contingências relevantes	A-44
4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados	A-45

5. Risco de mercado

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado	A-46
5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado	A-54

Índice

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado	A-55
5.4 - Outras informações relevantes	A-56

6. Histórico do emissor

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM	A-57
6.3 - Breve histórico	A-58
6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas	A-60
6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial	A-66
6.7 - Outras informações relevantes	A-67

7. Atividades do emissor

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas	A-68
7.2 - Informações sobre segmentos operacionais	A-77
7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais	A-78
7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total	A-79
7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades	A-80
7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior	A-81
7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades	A-82
7.8 - Relações de longo prazo relevantes	A-83
7.9 - Outras informações relevantes	A-84

8. Grupo econômico

8.1 - Descrição do Grupo Econômico	A-85
8.2 - Organograma do Grupo Econômico	A-88
8.3 - Operações de reestruturação	A-89
8.4 - Outras informações relevantes	A-91

9. Ativos relevantes

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros	A-92
9.2 - Outras informações relevantes	A-93

Índice

10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais	A-94
10.2 - Resultado operacional e financeiro	A-120
10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras	A-123
10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor	A-124
10.5 - Políticas contábeis críticas	A-127
10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor	A-128
10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios	A-129
10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras	A-130
10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras	A-131
10.10 - Plano de negócios	A-132
10.11 - Outros fatores com influência relevante	A-134

11. Projeções

11.1 - Projeções divulgadas e premissas	A-135
11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas	A-136

12. Assembléia e administração

12.1 - Descrição da estrutura administrativa	A-137
12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais	A-143
12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76	A-144
12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração	A-145
12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem	A-146
12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal	A-147
12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração	A-150
12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores	A-151
12.12 - Outras informações relevantes	A-152

13. Remuneração dos administradores

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária	A-153
--	-------

Índice

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	A-154
13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal	A-155
13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária	A-156
13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão	A-158
13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	A-159
13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária	A-160
13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária	A-161
13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções	A-162
13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários	A-163
13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal	A-164
13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria	A-165
13.13 - Percentual na remuneração total detido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores	A-166
13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam	A-167
13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor	A-168
13.16 - Outras informações relevantes	A-169

14. Recursos humanos

14.1 - Descrição dos recursos humanos	A-170
14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos	A-171
14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados	A-172
14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos	A-173

15. Controle

15.1 / 15.2 - Posição acionária	A-174
15.3 - Distribuição de capital	A-189
15.4 - Organograma dos acionistas	A-190
15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte	A-191

Índice

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor	A-192
15.7 - Outras informações relevantes	A-193
16. Transações partes relacionadas	
16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas	A-194
16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas	A-195
16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado	A-197
17. Capital social	
17.1 - Informações sobre o capital social	A-198
17.5 - Outras informações relevantes	A-199
18. Valores mobiliários	
18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública	A-200
18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto	A-201
18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos	A-202
18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação	A-204
18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros	A-205
18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor	A-206
18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros	A-210
18.10 - Outras informações relevantes	A-211
19. Planos de recompra/tesouraria	
19.4 - Outras informações relevantes	A-212
20. Política de negociação	
20.2 - Outras informações relevantes	A-213

Índice

21. Política de divulgação

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações	A-214
21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas	A-215
21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações	A-216
21.4 - Outras informações relevantes	A-217

22. Negócios extraordinários

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor	A-218
22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor	A-219
22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais	A-220
22.4 - Outras informações relevantes	A-221

1.1 - Declaração e Identificação dos responsáveis**Nome do responsável pelo conteúdo do formulário****Federico Botto****Cargo do responsável**

Diretor Presidente

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário**Flavio Viana de Freitas****Cargo do responsável**

Diretor de Relações com Investidores

Os diretores acima qualificados, declaram que:

a. reviram o formulário de referência

b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto na Instrução CVM nº 480, em especial aos arts. 14 a 19

c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira do emissor e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ele emitidos

2.1/2.2 - Identificação e remuneração dos Auditores

Possui auditor?	SIM		
Código CVM	385-9		
Tipo auditor	Nacional		
Nome/Razão social	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes		
CPF/CNPJ	49.928.567/0001-11		
Período de prestação de serviço	30/06/2009		
Descrição do serviço contratado	<ul style="list-style-type: none">- Auditoria;- Revisão Limitada e Revisões Especiais dos ITR(s) da Companhia;- Auditoria Anual Balanço;- Emissão de carta conforto.		
Montante total da remuneração dos auditores independentes segregado por serviço	No último exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009, os auditores independentes receberam honorários que totalizaram o valor de R\$ 32 mil, exclusivamente relativos aos serviços de auditoria, não havendo quaisquer outros serviços prestados.		
Justificativa da substituição			
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa do emissor			
Nome responsável técnico	Período de prestação de serviço	CPF	Endereço
Ismar de Moura	30/06/2009	051.550.278-29	Rua José Guerra,127, Anexo 626, Chacara Sto. Antonio, São Paulo, SP, Brasil, CEP 04719-030, Telefone (011) 51861000, Fax (011) 51861000, e-mail: ismoura@deloitte.com

2.3 - Outras informações relevantes

2.3. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

3.1 - Informações Financeiras

(Reais)	Últ. Inf. Contábil (30/09/2010)	Exercício social (31/12/2009)	Exercício social (31/08/2008)	Exercício social (31/07/2007)
---------	---------------------------------	-------------------------------	-------------------------------	-------------------------------

3.2 - Medições não contábeis

3.2. Medições não contábeis, conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas e explicações sobre o motivo pelo qual a Companhia entende que tais medições são mais apropriadas para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações

a. Medições não contábeis

<i>Em milhares de R\$</i>				
EBTIDA e Margem EBTIDA	Período de nove meses encerrado em 30/09/2010	Exercício encerrado em 31/12/2009	Exercício encerrado em 31/12/2008	Exercício encerrado em 31/12/2007
EBITDA	68.322	36.621	Não aplicável, pois a Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009.
Margem EBITDA	59,3%	56,3%		

b. Conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas

<i>Em milhares de R\$</i>				
Reconciliação entre o EBTIDA e o lucro líquido (prejuízo) do período	Período de nove meses encerrado em 30/09/2010	Exercício encerrado em 31/12/2009	Exercício encerrado em 31/12/2008	Exercício encerrado em 31/12/2007
Lucro líquido (prejuízo) do período	869	(4.983)		
(+) Imposto de renda e contribuição social	448	(2.571)		
(+) Resultado financeiro líquido	46.426	33.230	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.
(+) Depreciação e amortização	20.579	10.945		
EBITDA	68.322	36.621		
Margem EBITDA	59,3%	56,3%		

3.2 - Medições não contábeis

- c. Motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações*

EBITDA

O EBITDA é utilizado como uma medida de desempenho por nossa Administração, motivo pelo qual entendemos ser importante a sua inclusão neste formulário. A administração da Companhia acredita que o EBITDA é uma medida prática para aferir seu desempenho operacional e permitir uma comparação com outras companhias do mesmo segmento.

Medição não contábil por nós elaborada, reconciliada observando uma das sugestões do Ofício Circular CVM nº 01/2007, que consiste no lucro líquido acrescido das participações de minoritários, do imposto de renda e da contribuição social, do resultado financeiro líquido (receitas e despesas financeiras), da depreciação e da amortização. O EBITDA não é uma linha de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e não representa o fluxo de caixa para os exercícios apresentados, não devendo ser considerado como alternativa para este ou para o lucro líquido ou como indicador do desempenho operacional ou de liquidez. O EBITDA não tem uma definição única e a definição de EBITDA pode não ser comparável ao EBITDA utilizado por outras companhias.

3.3 - Eventos subsequentes às últimas demonstrações financeiras

3.3. Evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente

Item facultativo conforme Instrução CVM 480/09.

3.4 - Política de destinação dos resultados**3.4. Descrição da política de destinação dos resultados dos 3 últimos exercícios sociais**

	Exercício Social encerrado em 31/12/2009	Exercício Social encerrado em 31/12/2008	Exercício Social encerrado em 31/12/2007
a) regras sobre retenção de lucros	A Companhia não possui regras para a retenção de lucros, além das hipóteses definidas em lei.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.
b) regras sobre distribuição de dividendos	É assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei 6.404/76. Maiores esclarecimentos, vide abaixo.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.
c) periodicidade das distribuições de dividendos	Conforme o Estatuto Social, em seus artigos 26 e 29, os dividendos podem ser intermediários (distribuídos mensal, trimestral ou semestralmente) ou distribuídos no exercício subsequente. A Companhia apurou prejuízo no exercício de 2009 portanto, não houve distribuição de dividendos nesse exercício	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.
d) restrições à distribuição de dividendos	A Companhia não possui regras para a retenção de lucros, além das hipóteses definidas em lei.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.

3.4 - Política de destinação dos resultados

b) Regras sobre distribuição de Dividendos

Exercício social encerrado em 31/12/2009:

Nos termos do Estatuto Social da Companhia, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido apurado na forma do artigo 202 da Lei 6.404/76. A Companhia poderá, por deliberação do Conselho de Administração, pagar juros sobre o capital, nos limites da lei, os quais serão imputados ao dividendo obrigatório referido no parágrafo anterior e reverterão em favor da Companhia os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da publicação da ata da Assembléia Geral que os declarou.

A Companhia poderá, mediante deliberação da totalidade dos membros do Conselho de Administração, levantar balanços mensais, bimestrais, trimestrais ou semestrais e distribuir os lucros neles evidenciados, os quais serão levados à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre não exceda o montante das reservas de capital de que trata o Parágrafo 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76.

3.6 - Declaração de dividendos à conta de lucros retidos ou reservas**3.6. Dividendos declarados a conta de lucros retidos ou reservas constituídas nos 3 últimos exercícios sociais:**

Período	Em milhares de R\$		
	Exercício Social encerrado em 31/12/2009	Exercício Social encerrado em 31/12/2008	Exercício Social encerrado em 31/12/2007
Lucros Retidos	Não houve	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.
Reservas Constituídas	Não houve	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril de 2009.

3.7 - Nível de endividamento

Exercício Social	Montante total da dívida, de qualquer natureza	Tipo de índice	Índice de endividamento	Descrição e motivo da utilização de outro índice
30/09/2010	486.952.000,00	Índice de Endividamento	259,55000000	
31/12/2009	670.569.000,00	Índice de Endividamento	4.259,74000000	

3.8 - Obrigações de acordo com a natureza e prazo de vencimento

Últ. Inf. Contábil (30/09/2010)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	361.382.000,00	0,00	0,00	0,00	361.382.000,00
Quirografárias	100.190.000,00	25.380.000,00	0,00	0,00	125.570.000,00
Total	461.572.000,00	25.380.000,00	0,00	0,00	486.952.000,00
Observação					

Exercício social (31/12/2009)					
Tipo de dívida	Inferior a um ano	Um a três anos	Três a cinco anos	Superior a cinco anos	Total
Garantia Real	351.756.000,00	0,00	0,00	0,00	351.756.000,00
Quirografárias	318.813.000,00	0,00	0,00	0,00	318.813.000,00
Total	670.569.000,00	0,00	0,00	0,00	670.569.000,00
Observação					

3.9 - Outras informações relevantes

3.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

4.1. Fatores de risco que possam influenciar a decisão de investimento, em especial, aqueles relacionados:

a. Da Companhia

A perda de membros da administração e/ou a incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito adverso relevante sobre as atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

A capacidade de manter nossa posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela nossa administração, principalmente devido ao modelo de negócios e de investimentos adotado pela Companhia. Nenhuma dessas pessoas está vinculada por um contrato de trabalho a longo prazo ou obrigação de não concorrência. Não podemos garantir que teremos sucesso em atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa administração e acompanhar nosso ritmo de crescimento. A perda de qualquer dos membros da nossa administração ou a nossa incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

As nossas ações encontram-se empenhadas e passarão a ser objeto de novo penhor.

Em 28 de maio de 2010 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia posteriormente retificada em 30 de novembro de 2010, a realização da quinta emissão de notas promissórias comerciais no montante de R\$371,0 milhões. Dentre outras, foi oferecido como garantia o penhor de 100% das ações de nossa emissão detidas pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (“EcoRodovias Concessões”), nos termos do instrumento particular de contrato de coordenação, colocação e distribuição, datado de 08 de dezembro de 2010 (“Notas Promissórias Ecopistas” e “5ª emissão de NPs”).

Adicionalmente, estamos realizando uma oferta pública de distribuição de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

debêntures (“Debêntures”), sendo que parte dos recursos líquidos captados será utilizada para resgate das Notas Promissórias Ecopistas. Como garantia do pagamento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures, e do financiamento a ser contratado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) as ações representativas do nosso capital social, detidas pela EcoRodovias Concessões, passarão a ser objeto de penhor compartilhado com o BNDES.

Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos documentos referentes às Notas Promissórias Ecopistas ou então das Debêntures e do contrato de financiamento com o BNDES, conforme o caso, os credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros, resultando na transferência de tais ações, e ocasionando a consequente mudança do controle acionário da Companhia. Na ocorrência de qualquer mudança de controle acionário acima mencionado, podemos ser adversamente afetados em nossas operações, resultados e situação financeira.

Parte significativa de nossas receitas está cedida fiduciariamente.

Ainda como garantia do pagamento das Notas Promissórias Ecopistas, cedemos fiduciariamente a totalidade dos direitos creditórios provenientes da arrecadação das tarifas de pedágio realizada nas praças de pedágio da concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Com o resgate das Notas Promissórias Ecopistas tais direitos creditórios passarão a ser cedidos fiduciariamente em garantia do cumprimento das obrigações das Debêntures, em conjunto com o penhor das ações. Tais garantias serão compartilhadas com o BNDES.

Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos documentos referentes à emissão das Notas Promissórias Ecopistas ou então das Debêntures e do contrato de financiamento com o BNDES, conforme o caso, os credores terão a faculdade de executar as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros, resultando na transferência de tais ações, e ocasionando a consequente mudança do controle acionário da Companhia. Na ocorrência de qualquer mudança

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de controle acionário acima mencionado, podemos ser adversamente afetados em nossas operações, resultados e situação financeira.

Nossas rodovias estão localizadas em algumas regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

Algumas das áreas por onde passam as nossas rodovias estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente nossos negócios.

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para Companhia.

Somos réus em processos judiciais e administrativos no curso normal de nossos negócios, em especial nas esferas cível, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos nossos interesses, que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos nossos negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso para nós.

A indenização devida na hipótese de caducidade da concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente, cujos créditos serão cedidos em garantia do cumprimento das obrigações das Debêntures, em compartilhamento com o BNDES, pode ser insuficiente.

Em caso de descumprimento do contrato de concessão ou da legislação aplicável, estamos sujeitos à caducidade da concessão, ou seja, a concessão poderá ser extinta por decreto do Órgão da Administração Pública Direta, outorgante da concessão à Companhia (“Poder Concedente”) e após instauração de processo administrativo e comprovação da inadimplência. A declaração da caducidade ocorre sem indenização prévia, havendo indenização apenas de parcelas dos investimentos

4.1 - Descrição dos fatores de risco

vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido, descontado o valor das multas contratuais e dos danos pela concessionária.

Declarada a caducidade, o Poder Concedente não é responsável por quaisquer encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou com nossos empregados.

Com o resgate das Notas Promissórias Ecopistas os créditos de indenização devidos pelo Poder Concedente também serão cedidos em garantia do cumprimento das obrigações das Debêntures, em compartilhamento com o BNDES. A indenização devida na hipótese de caducidade da concessão e reversão dos bens ao Poder Concedente pode ser insuficiente para honrarmos nossos compromissos com terceiros, com nossos empregados ou com nossos debenturistas.

Término Antecipado da Concessão.

O parágrafo 6º, do Artigo 38, da Lei de Concessões, dispõe que, declarada a caducidade da concessão, não resultará para o Poder Concedente qualquer espécie de responsabilidade em relação aos encargos, ônus, obrigações ou compromissos com terceiros ou empregados da respectiva concessionária, ademais, não há garantia de que as obrigações por nós assumidas serão consideradas oponíveis ao próximo concessionário. Portanto, não há como garantir que, ocorrido o término antecipado da concessão, os debenturistas receberão o pagamento dos direitos emergentes da Concessão.

Gastos ou investimentos acima do esperado ou inesperados podem afetar nossos projetos, operações e capacidade financeira.

Nossa capacidade de: (i) concluir adequadamente os projetos inacabados ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos pelos contratos de concessão; (ii) realizar a manutenção e conservação de nossas rodovias; e (iii) desenvolver e implementar projetos acessórios em nossas rodovias a custos adequados, depende de fatores alheios ao nosso controle.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O custo de mão-de-obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou prestação de serviço insatisfatória por parte de nossos contratados e subcontratados, negociações com o Poder Concedente, riscos políticos e interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis, podem ocasionar um aumento significativo em nossos custos de implementação, manutenção e construção de projetos. Se não formos capazes de repassar a terceiros tais custos adicionais, o nosso fluxo de caixa, a nossa condição financeira e nossos resultados poderão ser afetados material e adversamente.

Estamos sujeitos a obrigações específicas e a restrições de contrair dívidas adicionais a serem observadas por nós e pela EcoRodovias Concessões.

O instrumento de emissão das Notas Promissórias Ecopistas prevê que o vencimento antecipado poderá ocorrer, dentre outros, nos seguintes casos: (i) não observância pela EcoRodovias Concessões (como garantidora), dos seguintes índices financeiros,: (a) razão entre a dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor ou igual a 2,75, considerando os resultados apurados, conforme demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela EcoRodovias Concessões nos últimos 12 meses; e (b) limitação da dívida líquida máxima da EcoRodovias Concessões a R\$800 milhões; e (ii) não observância, por nós, das seguintes obrigações financeiras: (a) a razão entre dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor que 5,5 vezes; (b) nossa dívida líquida deve ser menor ou igual a R\$ 450 milhões; e (c) a razão entre nosso EBITDA e despesa financeira líquida deverá ser sempre maior que 1,35. Os covenants descritos em (i) e (ii) para a EcoRodovias Concessões e para a Companhia serão medidos após o encerramento do exercício social de 2010, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela EcoRodovias Concessões e pela Companhia. O instrumento de emissão das Debêntures prevê que o vencimento antecipado poderá ocorrer, caso a Companhia não observe os seguintes índices financeiros a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de março de 2011 (exceto para o item (iii) abaixo que somente será observado trimestralmente a partir do cancelamento da fiança concedida pela EcoRodovias

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Concessões no âmbito da emissão das Debêntures): (i) superior a 20%, obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das Demonstrações Financeiras da Companhia; (ii) índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,20; e (iii) menor a 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBTIDA Ajustado nos últimos 12 meses. Na ocorrência de vencimento antecipado, podemos ser adversamente afetados em nossas operações, resultados e situação financeira.

Parte significativa de nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos, os quais não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Parte significativa dos nossos bens está vinculada à prestação de serviços públicos. Em caso de falência ou penhora para garantir a execução de decisões judiciais, tais bens não estarão disponíveis, pois devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos da legislação aplicável. Essa limitação pode reduzir significativamente os valores disponíveis aos nossos credores em caso de falência, além de poderem ter um efeito negativo em nossa capacidade de obter financiamentos.

b. Do controlador da Companhia, direto ou indireto, ou grupo de controle

As ações de nossa controladora direta, EcoRodovias Concessões, encontram-se alienadas fiduciariamente.

Em dezembro de 2006, a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Ecovias dos Imigrantes"), controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e indiretamente controlada pela EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. ("EcoRodovias Infraestrutura"), efetuou a primeira emissão de 45.000 debêntures, em três séries, todas nominativas e escriturais, com valor de cada debênture, na data da emissão, de R\$10 mil, perfazendo o montante de R\$450 milhões. Dentre outras, foi oferecida como garantia real o penhor de 99,9% das ações da Ecovias dos Imigrantes de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

titularidade da EcoRodovias Concessões, nos termos da Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples Não Conversíveis em Ações, datada de 13 de dezembro de 2006 (“Escritura de Debêntures da Ecovias dos Imigrantes”).

Em dezembro de 2010, a Companhia, controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e indiretamente pela EcoRodovias Infraestrutura, realizou a emissão das Notas Promissórias Ecopistas, e atualmente está realizando uma oferta pública de distribuição de Debêntures, cujos recursos líquidos captados serão utilizados para o pagamento de parte do valor principal da dívida representada por tais notas promissórias. Como garantia do pagamento de todas as obrigações decorrentes das Debêntures, as ações da Companhia, detidas pela EcoRodovias Concessões, serão dadas em penhor aos debenturistas, compartilhado com o BNDES.

Na hipótese de descumprimento das obrigações estabelecidas nos documentos referentes às Debêntures da Ecovias dos Imigrantes, às Notas Promissórias Ecopistas ou então às Debêntures e ao financiamento do BNDES, os debenturistas e credores terão o direito de executar as garantias reais estabelecidas nos referidos instrumentos financeiros, resultando na transferência aos debenturistas ou a terceiros de tais ações, e ocasionando a conseqüente mudança do controle acionário da Ecovias dos Imigrantes ou da Companhia, conforme o caso. Na ocorrência de qualquer mudança de controle acionário acima mencionado, a Companhia pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

A nossa controladora indireta, EcoRodovias Infraestrutura, pode não ser capaz de manter, implementar sua atual estratégia nos setores em que atua, especialmente no ramo de infraestrutura logística, incluindo crescimento orgânico ou por meio de aquisições.

A EcoRodovias Infraestrutura teve recentemente rápido crescimento, bem como expansão geográfica de suas operações. A EcoRodovias Infraestrutura pretende continuar a expandir suas atividades nos setores e mercados em que atua, especialmente no ramo de infraestrutura logística, bem como em mercados de outras regiões ainda não exploradas, para aproveitar oportunidades de crescimento de

4.1 - Descrição dos fatores de risco

mercado existentes e potenciais. Entretanto, a EcoRodovias Infraestrutura pode não ser capaz de aumentar ou manter níveis similares de crescimento no futuro, e seus resultados operacionais nos últimos períodos ou exercícios sociais podem não ser indicativos de seu desempenho futuro. A EcoRodovias Infraestrutura pretende consolidar sua posição como empresa de infraestrutura logística, porém a EcoRodovias Infraestrutura não pode garantir que será capaz de expandir seus negócios e adquirir ativos em cada etapa da cadeia logística intermodal. Adicionalmente, a EcoRodovias Infraestrutura não pode garantir que quaisquer de suas metas e estratégias para o futuro serão integralmente realizadas. Caso a EcoRodovias Infraestrutura não seja capaz de crescer e manter um adequado índice composto de crescimento anual satisfatório, seus resultados financeiros poderão ser prejudicados.

O crescimento interno da EcoRodovias Infraestrutura exigiu, e espera-se que continue a exigir, considerável adaptação em seus negócios, especialmente em controles internos e em seus recursos administrativos, técnicos, operacionais e financeiros. O crescimento adicional e a expansão em mercados atuais da EcoRodovias Infraestrutura e em novos mercados poderão resultar na necessidade de novas adaptações de seus recursos e depender substancialmente da capacidade da EcoRodovias Infraestrutura de implementar e gerir a expansão desses recursos. Caso a EcoRodovias Infraestrutura não consiga implementar e gerir a expansão desses recursos, ou não seja bem sucedida no desenvolvimento de novos projetos e empreendimentos e em sua gestão, o direcionamento da política de negócios da EcoRodovias Infraestrutura será impactado, o que pode causar um efeito adverso em seus resultados operacionais.

Determinadas medidas governamentais em relação à Ecovia Caminho do Mar e Ecocataratas podem afetar negativamente os negócios da EcoRodovias Concessões e da EcoRodovias Infraestrutura.

A Concessionária Ecovia Caminho do Mar S.A (“Ecovia”) e a Rodovia das Cataratas S.A. – Ecocataratas (“Ecocataratas”) fazem parte do programa de concessões do Estado do Paraná, em conjunto com outras quatro concessionárias. A atual administração do Governo do Estado do Paraná adotou determinadas medidas que visam reduzir ou suprimir o programa de concessões rodoviárias no Estado. Tais medidas consistem, principalmente, em: (i) ações administrativas e judiciais com o

4.1 - Descrição dos fatores de risco

intuito de obter a encampação das concessões, a desapropriação das ações de controle, a caducidade de contratos, negativa de reajuste de tarifa nos anos 2003 a 2009 e nulidade de aditivos contratuais, dentre outros; e (ii) edição de leis estaduais para a concessão de isenções tarifárias a determinadas categorias de usuários das rodovias, quais sejam veículos emplacados nos mesmos municípios onde estão instaladas as praças de pedágio e motocicletas.

Caso uma destas ações judiciais seja julgada procedente e/ou a lei estadual que trata das isenções tarifárias não seja declarada inconstitucional no âmbito da ação promovida pela EcoRodovias Infraestrutura, ora em curso, (a qual naquela ocasião era a controladora direta das concessionárias em referência), e que suspende o efeito das referidas leis, as suas atividades, resultados operacionais e financeiros serão afetadas adversamente.

Gastos ou investimentos acima do esperado podem afetar os projetos, operações e capacidade financeira da EcoRodovias Infraestrutura.

A capacidade da EcoRodovias Infraestrutura de: (i) adquirir novas concessões, terminais logísticos, portos, retroáreas ou qualquer outro ativo ou sociedade relacionada com infraestrutura logística; e (ii) concluir adequadamente os projetos inacabados ou futuros projetos acessórios que possam ser exigidos por seus contratos de concessão ou contratos de concessão de suas controladas, está sujeita, dentre outros fatores, ao custo de mão-de-obra e de matéria-prima, mudanças na economia em geral, condições de crédito e negociais, inadimplência ou adimplência insatisfatória dos contratados e subcontratados, negociações com o Poder Concedente e riscos políticos, bem como interrupções resultantes de problemas de engenharia imprevisíveis. Esses fatores podem aumentar significativamente os custos da EcoRodovias Infraestrutura de implementação e construção de empreendimentos e, caso não seja possível repassar tais custos a terceiros, isto poderá afetar o seu fluxo de caixa e, consequentemente, a sua condição financeira e seus resultados.

A perda de membros da administração da EcoRodovias Infraestrutura e/ou sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado pode ter efeito

4.1 - Descrição dos fatores de risco

adverso relevante sobre as suas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A capacidade da EcoRodovias Infraestrutura de manter sua posição competitiva depende em larga escala dos serviços prestados pela sua administração, principalmente devido ao modelo de negócios de investimentos adotado pela EcoRodovias Infraestrutura. Nenhuma dessas pessoas está vinculada a contrato de trabalho por longo prazo ou a obrigação de não-concorrência. A perda de qualquer dos membros da administração da EcoRodovias Infraestrutura ou a sua incapacidade de atrair e manter pessoal qualificado para integrar a nossa administração e acompanhar nosso ritmo de crescimento pode causar um efeito adverso relevante nas atividades, situação financeira e resultados operacionais da EcoRodovias Infraestrutura.

Algumas das rodovias da EcoRodovias Concessões estão localizadas em regiões sujeitas a riscos de acidentes geológicos.

Algumas das áreas por onde passam algumas das rodovias da EcoRodovias Concessões estão sujeitas a riscos de acidentes geológicos decorrentes de chuvas intensas e irregularidades naturais do solo, dentre outros fatores, o que pode causar deslizamentos, desmoronamentos e quedas de barreiras e provocar a interdição da pista. A ocorrência de tais fatos resultaria em aumento de custos e diminuição de receita, o que pode afetar adversamente os negócios da EcoRodovias Concessões.

Os resultados da EcoRodovias Infraestrutura dependem dos resultados das suas controladas diretas ou indiretas, os quais não se pode assegurar que serão disponibilizados.

A capacidade da EcoRodovias Infraestrutura de cumprir com suas obrigações financeiras e de pagar dividendos aos seus acionistas, inclusive sobre a forma de juros sobre o capital próprio, depende da distribuição do fluxo de caixa e dos lucros de suas controladas. Algumas das controladas da EcoRodovias Infraestrutura estão, ou podem no futuro, estar sujeitas à necessidade de realizar novos investimentos originalmente não previstos bem como firmar contratos de empréstimo que proíbam ou limitem a

4.1 - Descrição dos fatores de risco

transferência de capital para a EcoRodovias Infraestrutura e/ou requeiram que as demais dívidas de suas controladas estejam subordinadas às dívidas incorridas em tais contratos de empréstimo. Inclusive, atualmente os dividendos, juros sobre capital próprio e qualquer outras distribuições declaradas ou pagas pela Concessionária Ecovia, Ecorocataratas, Empresa Concessionária de Rodovias do Sul (“Ecosul”) e a própria Companhia foram dadas em cessão fiduciária em contratos de investimentos das dívidas vigentes. Além disso, algumas das controladas diretas ou indiretas da EcoRodovias Infraestrutura, no caso EcoRodovias Concessões, a própria Companhia e a Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias dos Imigrantes”), celebraram contratos de empréstimo que limitam a distribuição de dividendos em caso de atraso no pagamento das obrigações estipuladas em referidos contratos.

Não há garantias de que suas controladas apresentarão lucros no futuro e/ou distribuirão dividendos ou juros sobre o capital próprio à EcoRodovias Infraestrutura, o que pode limitar ou restringir completamente a capacidade de a EcoRodovias Infraestrutura pagar dividendos a seus acionistas, bem como não há garantia de que esta terá capacidade, na qualidade de garantidora, para honrar as obrigações relativas às Debêntures na hipótese de inadimplemento da Companhia.

Parte significativa dos bens da EcoRodovias Infraestrutura está vinculada à prestação de serviços públicos, os quais não estarão disponíveis em caso de recuperação extrajudicial ou judicial ou falência, nem poderão ser objeto de penhora para garantir a execução de decisões judiciais.

Uma parte significativa dos bens da EcoRodovias Infraestrutura está vinculada às concessões outorgadas às suas controladas. Em caso de falência ou penhora, esses bens não estarão disponíveis para liquidação em e para garantir a execução de decisões judiciais, uma vez que devem ser revertidos ao Poder Concedente, de acordo com os termos das concessões e com a legislação. Essas limitações podem reduzir significativamente os valores disponíveis aos nossos acionistas em caso de liquidação, além de poderem ter um efeito negativo na capacidade de obtermos financiamentos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

As aquisições futuras da EcoRodovias Infraestrutura podem ser contestadas pelas autoridades concorrenciais brasileiras

De acordo com a Lei nº 8.884, de 11 de junho de 1994, conforme alterada, quaisquer operações que visem qualquer forma de concentração econômica, seja através de fusão ou incorporação de empresas, constituição de sociedade para exercer o controle de empresas ou qualquer forma de agrupamento societário que implique participação de empresa ou grupo de empresa resultante em 20% de um mercado relevante, ou em que qualquer dos participantes tenha registrado faturamento bruto anual no último balanço equivalente a R\$400,0 milhões, deve ser submetido para apreciação do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (“SBDC”). O SBDC determina se uma determinada operação teria um efeito negativo nas condições competitivas do mercado no qual a EcoRodovias Infraestrutura opera, ou mesmo nos consumidores de tal mercado. Nesse sentido, embora detentores de concessões públicas com tarifas reguladas, futuras aquisições podem não ser aprovadas ou podem ser sujeitas a condições com custos elevados, tais como restrições na forma que a EcoRodovias Infraestrutura opera no mercado e os seus serviços, o que poderia afetar negativamente seus resultados operacionais e financeiros.

Nos termos dos contratos financeiros da EcoRodovias Infraestrutura e da EcoRodovias Concessões, elas e suas concessionárias estão sujeitas a obrigações específicas, bem como restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais.

A EcoRodovias Infraestrutura, a EcoRodovias Concessões e suas concessionárias são parte em diversos contratos financeiros que exigem a manutenção de certos índices financeiros ou o cumprimento de determinadas obrigações. Por exemplo, as Notas Promissórias Ecopistas e as debêntures da subsidiária EcoRodovias Concessões e da concessionária Ecovias dos Imigrantes, estão sujeitas a certos covenants financeiros que obrigam as respectivas emissoras a manter certos níveis de dívida líquida, EBITDA, serviço da dívida e despesa financeira líquida, conforme o caso. No caso da Ecovias dos Imigrantes, nos termos da Escritura de Debêntures da Ecovias dos Imigrantes acarretará o vencimento antecipado das debêntures no caso de: não-manutenção, enquanto houver debêntures em circulação,

4.1 - Descrição dos fatores de risco

dos seguintes índices e limites, os quais deverão ser apurados no último dia de cada trimestre, tomando-se por base os últimos 12 (doze) meses anteriores à respectiva data de apuração: (a) o índice obtido pela divisão da dívida financeira líquida pelo EBITDA deverá ser igual ou inferior a 2,2; e (b) o índice obtido pela divisão entre EBITDA e serviço da dívida deverá ser igual ou superior a 1,3.

As debêntures emitidas pela EcoRodovias Concessões, nos termos da escritura da 1ª emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real de alienação fiduciária de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de dividendos e lucros sobre capital próprio e com garantia adicional (“Escritura de Debêntures da EcoRodovias Concessões” e “Debêntures da EcoRodovias Concessões”, respectivamente) serão antecipadamente vencidas nos caso de: (i) não observância aos seguintes índices financeiros, todos a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de dezembro de 2009, inclusive com base nas demonstrações da Ecorodovias Concessões e da EcoRodovias Infraestrutura (fiadora), conforme o caso: (a) referente à EcoRodovias Infraestrutura (base consolidada): menor ou igual à 3,0 (obtido pela razão entre a dívida líquida consolidada e EBITDA dos últimos 12 meses consolidado); (b) referente à EcoRodovias Concessões (base consolidada): (1) menor ou igual à 2,75 (obtido pela razão entre dívida líquida consolidada e EBITDA dos últimos 12 meses consolidado); (2) maior ou igual à 3,0 (obtido pela razão entre EBITDA e despesa financeira líquida dos últimos 12 meses consolidado); e (c) referente à EcoRodovias Concessões (base não-consolidada): dívida líquida menor ou igual à R\$800 milhões.

Quanto às Notas Promissórias Ecopistas, o vencimento antecipado poderá ocorrer, dentre outros, nos seguintes casos: (i) não observância pela EcoRodovias Concessões (como garantidora), dos seguintes índices financeiros: (a) razão entre a dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor ou igual a 2,75, considerando os resultados apurados, conforme demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela EcoRodovias Concessões nos últimos 12 meses; e (b) limitação da dívida líquida máxima da EcoRodovias Concessões a R\$800 milhões; e (ii) não observância, por nós, das seguintes obrigações financeiras: (a) a razão entre dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor que 5,5 vezes; (b) nossa dívida líquida deve ser menor ou igual a R\$ 450 milhões; e (c) a razão entre nosso EBITDA e despesa

4.1 - Descrição dos fatores de risco

financeira líquida deverá ser sempre maior que 1,35. Os covenants descritos em (i) e (ii) para a EcoRodovias Concessões e para a Companhia serão medidos após o encerramento do exercício social de 2010, com base nas demonstrações financeiras divulgadas pela EcoRodovias Concessões e pela Companhia. O instrumento de emissão das Debêntures prevê que o vencimento antecipado poderá ocorrer, caso a Companhia não observe os seguintes índices financeiros a serem apurados trimestralmente a partir de 31 de março de 2011 (exceto para o item (iii) abaixo que somente será observado trimestralmente a partir do cancelamento da fiança concedida pela EcoRodovias Concessões no âmbito da emissão das Debêntures): (i) superior a 20%, obtido pela razão entre Patrimônio Líquido e Passivo Total na data das Demonstrações Financeiras da Companhia; (ii) índice de cobertura do serviço da dívida igual ou superior a 1,20; e (iii) menor a 4,00, obtido pela razão entre Dívida Líquida e EBTIDA Ajustado nos últimos 12 meses. Na ocorrência de vencimento antecipado dos contratos acima mencionados, a EcoRodovias Infraestrutura pode ser adversamente afetada em suas operações, resultados e situação financeira.

Além disso, alguns dos contratos financeiros da EcoRodovias Infraestrutura impõem restrições à sua capacidade de contrair dívidas adicionais, tanto em reais quanto em moeda estrangeira. Note-se também que parte significativa das receitas e/ou direitos (tais como cessão fiduciária de recebíveis; cessão de direitos provenientes de eventual indenização do Poder Concedente em seus contratos de concessão; cessão fiduciária proveniente dos dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras distribuições declaradas ou pagas e cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios atuais e futuros provenientes de arrecadação das tarifas de pedágio) de alguns dos negócios da EcoRodovias Infraestrutura foram dadas em garantia de contratos financeiros celebrados no curso normal de seus negócios.

Adicionalmente, os editais de licitação para novas concessões que a EcoRodovias Infraestrutura vier a pleitear no futuro poderão exigir níveis máximos de endividamento, conter restrições para a participação dos candidatos. A EcoRodovias Infraestrutura não pode garantir que será capaz de cumprir tais requisitos e participar de processos de licitação que se mostrem atrativos ou vantajosos.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem causar efeitos adversos para a EcoRodovias Infraestrutura.

A EcoRodovias Infraestrutura é ré em processos judiciais e administrativos no curso normal de seus negócios, em especial nas esferas cível, tributária e trabalhista, cujos resultados podem ser desfavoráveis. Decisões contrárias aos interesses da EcoRodovias Infraestrutura, que eventualmente alcancem valores substanciais ou impeçam a realização dos seus negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso para a EcoRodovias Infraestrutura.

Desdobramento de determinadas ações judicial e administrativa em relação ao Ecopátio Cubatão podem afetar negativamente os negócios da EcoRodovias Infraestrutura.

A Ecopátio Logística Cubatão Ltda. (“Ecopátio Cubatão”), um dos negócios em terminais logísticos da EcoRodovias Infraestrutura, é ré, em conjunto com a antiga concessionária (Markom Comércio e Participações Ltda., “Markon”), o ex-Prefeito Municipal (Clermont Silveira Castor) e o Município de Cubatão, em ação civil pública movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, ora em trâmite perante a 2ª Vara Cível de Cubatão e tombada sob o nº 318/2007. No mérito da ação discute-se: (i) a declaração de inadimplemento contratual envolvendo as partes da concessão anterior, (ii) a declaração da necessidade de licitação no que se refere à transferência da concessão (Contrato Administrativo 077/2006 – Contrato de Concessão Real de Uso de Imóvel do Patrimônio Municipal de Cubatão, licitado nos termos do Edital 023/1999) da Markom para a Ecopátio Cubatão, e (iii) a declaração de nulidade do termo de transferência e aditamento de contrato de concessão dos direitos reais de uso do imóvel do Município de Cubatão. Em maio de 2007, foi deferida liminar para: (i) determinar a imediata cessação das atividades no local; bem como (ii) estabelecer, a título de multa (única e não diária), o valor de R\$10 milhões para o caso de não-cumprimento da determinação judicial. Contra essa decisão foi interposto recurso pela Ecopátio Cubatão e ajuizado um Pedido de Suspensão de Segurança pelo Município de Cubatão, perante o Supremo Tribunal Federal - STF, através dos quais se obteve decisão favorável para permitir o uso do terminal intermodal instalado pela Ecopátio Cubatão e a execução de obras essenciais ao empreendimento, tais como

4.1 - Descrição dos fatores de risco

pavimentação, drenagem e obras de segurança, entre outras, vedadas eventuais obras de ampliação e novos investimentos. A ação hoje está em fase de perícia judicial nas áreas de engenharia e contábil. Decisão judicial final desfavorável à Ecopátio Cubatão pode afetar negativamente os resultados financeiros da EcoRodovias Infraestrutura.

Encontra-se em curso perante o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo processo administrativo investigativo de supostas irregularidades no contrato de concessão real de uso firmado entre a Markom e a Prefeitura Municipal de Cubatão, posteriormente transferido à Ecopátio Cubatão, e na licitação que o precedeu. As irregularidades consistiriam na adoção do critério de melhor técnica e preço pela Prefeitura Municipal de Cubatão, quando no entendimento do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo deveria ter sido usado o critério de maior lance na determinação do vencedor da licitação. Em 18 de julho de 2007 foi proferido acórdão: (i) julgando irregular a licitação, o contrato de concessão e o ato administrativo determinador da despesa dele decorrente; bem como (ii) determinando a intimação da Câmara Municipal de Cubatão para que tome as medidas cabíveis. A Ecopátio Cubatão e os demais réus interpuseram recursos administrativos, que aguardam julgamento perante o Tribunal Pleno do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo desde 21 de dezembro de 2009. Decisão judicial final desfavorável à Ecopátio Cubatão pode afetar negativamente os resultados financeiros da EcoRodovias Infraestrutura.

Conflitos de interesse entre o acionista controlador e outros acionistas ou investidores.

Caso a EcoRodovias Infraestrutura venha a ter outros acionistas controladores, e estes votem como um bloco único, tais acionistas terão poderes para determinar o resultado das deliberações que exijam aprovação dos acionistas reunidos em assembleia, como o pagamento de dividendos, aprovação de reorganização societária e eleição da maioria dos membros do conselho de administração. Assim, o interesse dos acionistas controladores da EcoRodovias Infraestrutura, ou de seus eventuais sucessores, poderá ser diverso dos interesses de seus demais acionistas ou investidores.

c. Dos acionistas da Companhia

4.1 - Descrição dos fatores de risco

O principal acionista da Companhia é também seu controlador, sendo a reposta deste item análoga ao do item 4.1 .b.

d. Das controladas e coligadas da Companhia

A Companhia não possui empresas controladas ou coligadas.

e. Dos fornecedores da Companhia.

Terceirizamos parte de nossos serviços, expondo-nos a riscos relacionados à terceirização de serviços.

Terceirizamos certas atividades e, dessa forma, estamos sujeitos a riscos relacionados à terceirização. Nos termos da legislação aplicável, podemos responder, solidária ou subsidiariamente, por eventuais débitos previdenciários, fiscais ou trabalhistas relacionados aos terceiros alocados para seu atendimento.

Por outro lado, não temos controle sobre os processos internos das empresas prestadoras de serviços terceirizados e uma queda na qualidade ou uma eventual descontinuidade da prestação de serviços por tais empresas poderá impactar a qualidade e continuidade dos nossos negócios.

Caso qualquer dessas hipóteses ocorra, o nosso resultado poderá ser impactado adversamente.

f.Dos clientes da Companhia (investidores)

Dependemos em grande parte do volume de tráfego de carros em nossas rodovias e da receita de nossos pedágios.

No período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2010, 94,3% de nossa receita bruta foi oriunda de nossas praças de pedágios, as quais são

4.1 - Descrição dos fatores de risco

influenciadas diretamente por alterações no volume de tráfego em nossas rodovias e aumentos de preço. O tráfego nas rodovias está condicionado a diversos fatores, tais como qualidade das rodovias, conveniência e tempo de viagem em rodovias não pedagiadas ou rodovias pedagiadas fora de nossa malha viária, preços dos combustíveis, normas ambientais, concorrência de outros meios de transporte e mudanças no comportamento do consumidor, inclusive por conta de fatores econômicos, sócio-culturais e climáticos.

Adicionalmente, fator importante do tráfego em rodovias é o tráfego de veículos-equivalentes pesados, incluindo caminhões e ônibus. Essa parcela de tráfego de veículos pode ser afetada por mudanças na economia e pela disponibilidade de modais alternativos. Picos sazonais de tráfego, no inverno e no verão, podem variar significativamente dependendo do clima e as condições do mercado turístico. Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em caso de mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode impactar adversamente nossos negócios e condição financeira.

Não podemos garantir que seremos capazes de adaptar nossas operações em caso de mudanças abruptas no volume de tráfego e receita de pedágios, o que pode impactar adversamente nossos negócios e condição financeira.

A população pode reagir negativamente à cobrança de pedágio e aos reajustes periódicos de tarifas.

Com pouco mais de dez anos, a prática de operação de rodovias por concessionárias do setor privado é relativamente recente no Brasil. Antes da implementação dos programas de concessão de rodovias, os pedágios eram cobrados em poucas estradas brasileiras. Com a concessão do direito de explorar certas rodovias a empresas privadas, há um natural aumento do número de praças de pedágio e, conseqüentemente, a cobrança de tarifas, vem também aumentando. Em decorrência da disseminação da cobrança de tarifas, as reações negativas dos usuários também experimentou aumento nos últimos anos, inclusive mediante bloqueio de estradas na tentativa de pressionar o governo a reduzir as tarifas cobradas ou isentar determinados

4.1 - Descrição dos fatores de risco

usuários do pagamento de pedágio. Esses protestos podem afetar as decisões das autoridades concedentes no tocante às tarifas de pedágio, como também podem reduzir a receita, dispersando o tráfego de vias pedagiadas. Estes fatores podem afetar negativamente os resultados operacionais e financeiros da Companhia.

g. Dos setores da economia nos quais a Companhia atue.

Negócios da Companhia podem ter sua condição financeira e resultados operacionais afetados adversamente caso os mecanismos para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, em virtude de aumento de encargos e/ou de redução de tarifas, não gerem tempestivamente um aumento do nosso fluxo de caixa.

Em caso de; (i) modificação unilateral do contrato de concessão pelo Poder Concedente; (ii) caso fortuito ou força maior, nos termos do contrato de concessão; (iii) ocorrência de eventos excepcionais causadores de significativas alterações nos mercados financeiro e cambial, que resultem em alterações substanciais nas projeções financeiras adotadas pela concessionária; ou (iv) alterações normativas de caráter específico, que tenham impacto significativo e direto sobre as receitas de pedágio ou sobre os custos relacionados aos serviços vinculados à exploração da concessão ajustes nos contratos de concessão, devemos confiar num mecanismo previsto no contrato de concessão, que é o chamado equilíbrio econômico-financeiro. Esse mecanismo permite que tanto nós quanto o Poder Concedente possamos buscar ajustes para acomodar as alterações imprevistas subsequentes à assinatura do contrato de concessão, que afetariam os elementos econômicos acordados quando da outorga da concessão. Tais ajustes podem resultar na compensação por meio de alteração do valor das tarifas, ajuste no cronograma de investimentos, extensão do prazo da concessão, utilização do ônus fixo, emprego de verbas do tesouro, ou a combinação dos referidos mecanismos de compensação.

O procedimento para restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro pode ser demorado e está sujeito à discricionariedade do Poder Concedente, que costuma ser bastante criterioso ao analisar tal pleito. Dessa forma, caso o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não gere, tempestivamente, um

4.1 - Descrição dos fatores de risco

aumento de fluxo de caixa, como no caso de restabelecimento do equilíbrio econômico financeiro por meio de alteração do prazo da concessão, redução de investimentos futuros, aumento de valor nominal de tarifas, compensação direta por parte do Poder Concedente ou ainda a combinação destas alternativas, os negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia podem ser afetados adversamente.

Aumento na concorrência nos setores de atuação da Companhia poderá reduzir as receitas e a participação no mercado.

Nossos principais concorrentes são as rodovias sob administração direta do governo federal, dos governos estaduais e municipais, bem como outras sociedades ou grupos privados atuantes neste setor.

Com relação às rodovias administradas diretamente pelos governos federal, estaduais e municipais, verificamos que muitas delas não cobram pedágio e, dessa maneira, desviam parte do tráfego das rodovias que operamos. Por outro lado, a concorrência privada no setor de operação de rodovias por concessão tende a elevar as despesas realizadas pelas empresas concessionárias, como forma de tornar as rodovias mais atrativas aos usuários, diminuindo as margens praticadas.

A intensificação da concorrência, por parte do setor público ou do setor privado, poderá resultar na diminuição de veículos em nossas rodovias ou de nossas margens, impactando nosso resultado de forma adversa.

Nossas atividades estão concentradas na operação de rodovias no Estado de São Paulo e quaisquer mudanças que afetem a política governamental das rodovias nesse Estado poderão nos afetar significativamente.

Nossas atividades localizam-se no Estado de São Paulo, com a exploração das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Nossos contratos de concessão foram celebrados com o governo do Estado de São Paulo, cabendo à Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo a fiscalização e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

a regulamentação das atividades concedidas. Como consequência, qualquer medida tomada ou quaisquer regras mais rígidas implementadas por tal agência governamental ou pelo Estado poderão afetar adversamente as nossas atividades e, conseqüentemente, o nosso resultado operacional. Não podemos assegurar o êxito das negociações com o Poder Concedente para compensar a variação de condições decorrentes de tais ações governamentais.

Crises econômicas ou aumento do preço dos combustíveis podem causar redução no tráfego de veículos, impactando adversamente os nossos negócios condição econômico-financeira e resultado operacional.

Nossos negócios dependem principalmente do número de veículos comerciais e de passeio que trafegam nas nossas rodovias e da frequência com que circulam. O número de veículos comerciais e de passeio pode ser diretamente afetado por crises econômicas, redução da atividade econômica ou aumento do preço dos combustíveis. A redução do tráfego em decorrência dos fatores acima mencionados pode afetar adversamente os nossos negócios, condição financeira e resultados operacionais.

Efeitos da retração no nível da atividade econômica.

O volume de tráfego nas rodovias e a frequência dos veículos que nelas circulam normalmente tem correlação direta com o desempenho da economia nacional. Uma eventual redução do volume de investimentos estrangeiros no Brasil poderá ter impacto no balanço de pagamentos, o que poderá forçar o governo federal a ter maior necessidade de captações de recursos, tanto no mercado doméstico quanto no mercado internacional, a taxas de juros mais elevadas. Igualmente, eventual elevação significativa nos índices de inflação brasileiros e eventual desaceleração da economia americana podem trazer impacto negativo para a economia brasileira.

Eventual retração no nível de atividade da economia brasileira, ocasionada seja por crises internas ou crises externas, pode acarretar diminuição da circulação de veículos nas rodovias, afetando direta e negativamente os nossos resultados.

4.1 - Descrição dos fatores de risco

h. À regulação dos setores em que a Companhia atue

A discricionariedade do Poder Concedente pode afetar adversamente os nossos resultados operacionais.

A nossa atividade de exploração de sistema rodoviário é objeto de contrato de concessão firmado com o Poder Concedente, e dessa forma, estamos sujeitos a um ambiente altamente regulado. O contrato de concessão é contrato administrativo regido pelas leis brasileiras, as quais fornecem ao Poder Concedente certa discricionariedade para determinar, motivadamente, nos editais de licitação, os termos e condições aplicáveis às concessões. Caso sejam necessários investimentos adicionais como resultado de uma medida não prevista no contrato, como resultado de alterações unilaterais, nas hipóteses previstas na legislação, por parte do Poder Concedente, a condição financeira e os resultados operacionais podem ser afetados adversamente. Atitudes como essas ou a edição de normas ainda mais rígidas, em razão do interesse público, poderão afetar a capacidade de atender a todos os requisitos exigidos pela regulamentação alterada e os resultados operacionais poderão ser afetados de forma adversa.

A regulamentação governamental afeta as operações e podem aumentar o custo do negócio, restringir as operações e resultar em atrasos operacionais.

Nossas operações estão sujeitas a leis e normas que regem a relação de trabalho, saúde e segurança do trabalhador, saúde ocupacional, contratação, descarte de resíduos, proteção ao meio ambiente, transporte de substâncias perigosas e outras questões. É possível que mudanças futuras nas leis, normas e acordos ou mudanças na execução ou interpretação resultem em alterações nas exigências legais ou nos termos de alvarás, permissões, licenças e contratos existentes aplicáveis à Companhia, o que poderia ter impacto negativo significativo sobre seus negócios, resultados operacionais ou sua situação financeira. Quando exigida, a obtenção de alvarás e licenças necessárias para continuidade das operações pode significar um processo complexo e demorado e não há como garantir qualquer alvará, permissão, licença ou autorização necessária será obtida e, quando obtido, se mediante condições aceitáveis ou em momento oportuno. Os custos e atrasos associados à obtenção dos alvarás e

4.1 - Descrição dos fatores de risco

licenças poderiam interromper, atrasar significativamente ou até restringir algumas das nossas operações.

O descumprimento das leis, normas, alvarás ou licenças aplicáveis às operações da Companhia, mesmo que inadvertidamente, poderá resultar na interrupção ou término de determinadas operações, multas, penalidades ou outras obrigações significativas que poderiam ter um efeito significativo adverso sobre os nossos negócios, nossos resultados operacionais ou nossa situação financeira.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos ambientais que podem se tornar mais rígidos no futuro e resultar em maiores obrigações e maiores investimentos de capital.

Nossas operações estão sujeitas a extensa legislação federal, estadual e municipal relativa à proteção do meio ambiente. O cumprimento desta legislação é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, que podem impor sanções administrativas pela inobservância destas normas. Nossas rodovias não contam com licenças ambientais válidas, estando em processo de regularização. Assim, estão sujeitas a sanções que podem incluir, entre outras, a imposição de multas no valor de R\$500,00 a R\$50 milhões, e até mesmo a suspensão temporária ou definitiva das nossas atividades. A aprovação de leis e regulamentos de meio ambiente mais rigorosos podem nos forçar a destinar maiores investimentos de capital neste campo e, em consequência, alterar a destinação de recursos de investimentos já planejados. Tais alterações poderiam ter efeito adverso relevante sobre as nossas condições financeiras e sobre os nossos resultados.

Além disso, a inobservância da legislação relativa à proteção do meio ambiente, como por exemplo, no caso de ausência de licenças ambientais que sejam exigidas para nossas atividades, pode implicar a imposição de sanções penais, sem prejuízo das sanções administrativas e da obrigação civil de reparação dos danos que eventualmente tenham sido causados. As sanções no âmbito penal podem incluir, entre outras, a prisão dos responsáveis, bem como a perda ou restrição de incentivos fiscais e o cancelamento e a suspensão de linhas de financiamento de estabelecimentos oficiais

4.1 - Descrição dos fatores de risco

de crédito, assim como a proibição de contratar com o poder público, o que pode ter impacto negativo em nossas receitas ou, ainda, inviabilizar nossas captações de recursos junto ao mercado financeiro. As demoras ou indeferimentos, por parte dos órgãos ambientais licenciadores, na emissão ou renovação de licenças ambientais, assim como a eventual impossibilidade de atender às exigências estabelecidas por tais órgãos ambientais no curso do processo de licenciamento ambiental, poderão prejudicar, ou mesmo impedir, conforme o caso, a manutenção das nossas atividades. As exigências ambientais adicionais que venham a ser impostas no futuro em razão de alterações na legislação ambiental ou no impacto ambiental das nossas atividades, assim como a nossa incapacidade de obter as licenças ambientais necessárias, pode exigir que incorramos em custos adicionais significativos, que podem acarretar um efeito adverso relevante aos negócios, situação financeira e resultados operacionais da Companhia.

Estamos sujeitos à regulamentação ambiental, de saúde e segurança abrangentes, podendo ser responsabilizados pela reparação de danos ao meio ambiente e terceiros ou tendo de arcar com custos para cumprimento de exigências ambientais, de saúde e segurança.

Estamos sujeitos a diversas leis e regulamentos federais, estaduais e municipais brasileiros de proteção ambiental, saúde e segurança. Somos também obrigados a obter licenças de autoridades governamentais para determinadas atividades que desenvolvemos. Tais leis, regulamentos e licenças podem exigir que realizemos investimentos significativos e/ou adotemos mudanças operacionais, a fim de limitar danos efetivos ou potenciais sobre o meio ambiente e/ou a saúde de nossos empregados. A violação dessas leis, regulamentos ou licenças poderia acarretar multas, sanções penais, revogações de licenças operacionais, além da obrigação de reparar os danos causados ao meio ambiente e terceiros.

Poderemos não ser capazes de efetuar desembolsos de recursos suficientes para assegurar o cumprimento das leis e regulamentos ambientais. Além disso, se a regulamentação ambiental se tornar mais rigorosa, os valores e épocas de gastos ambientais futuros poderão variar substancialmente em relação às atuais previsões. De acordo com determinadas leis ambientais, poderemos ser responsabilizados

4.1 - Descrição dos fatores de risco

objetivamente por todos os custos relacionados a qualquer tipo de contaminação ocorrida em nossas instalações atuais e antigas e às de nossas antecessoras, bem como nas unidades de descarte de resíduos de terceiros. Não podemos assegurar que os gastos para cumprimento das atuais e futuras leis e regulamentos ambientais, de saúde e segurança, e responsabilidades decorrentes de emissões ou exposições a substâncias perigosas, futuras ou pregressas, não prejudicarão nossas atividades, resultados operacionais ou situação financeira.

i. Aos países estrangeiros onde a Companhia atue

Não aplicável, pois a Companhia não atua em outros países.

4.2 - Comentários sobre expectativas de alterações na exposição aos fatores de risco***4.2. Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes acima mencionados***

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa.

A Companhia não identifica, na presente data, qualquer cenário de aumento ou redução dos riscos mencionados acima.

4.3 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos e relevantes

4.3. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que a Companhia ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios da Companhia ou de suas controladas

A Companhia possui um processo trabalhista classificado como perda provável de R\$14 mil até a data da última divulgação em 30 de setembro de 2010 e outros processos classificados como possíveis, porém a Companhia julga que tais processos não são relevantes para seus negócios. A Companhia não possui controladas.

4.4 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais não sigilosos cujas partes contrárias sejam administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores

4.4. Processos judiciais, administrativos ou arbitrais, que não estejam sob sigilo, em que a Companhia ou suas controladas sejam parte e cujas partes contrárias sejam administradores ou ex-administradores, controladores ou ex-controladores ou investidores da Companhia ou de suas controladas

Em 30 de setembro de 2010 não havia contingências em que opunham, de um lado, a Companhia, e de outro, administradores, ex-administradores, controladores, ex-controladores ou investidores da Companhia. A Companhia não possui controladas.

4.5 - Processos sigilosos relevantes

4.5. Processos sigilosos relevantes em que a Companhia ou suas controladas fazem parte e que não foram divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima, análise do impacto em caso de perda e valores envolvidos

Em 30 de setembro de 2010 não havia processos sigilosos em que a Companhia fosse parte, não divulgados nos itens 4.3 e 4.4 acima. A Companhia não possui controladas.

4.6 - Processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, não sigilosos e relevantes em conjunto

4.6. Descrição dos processos judiciais, administrativos ou arbitrais repetitivos ou conexos, baseados em fatos e causas jurídicas semelhantes, que não estão sob sigilo e que em conjunto são relevantes, em que a Companhia ou suas controladas são parte, discriminado entre trabalhistas, tributários, cíveis e outros

Não há, além daqueles descritos no item 4.3 acima.

4.7 - Outras contingências relevantes

4.7. Descrição de outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores

Em 30 de setembro de 2010 não há outras contingências relevantes não abrangidas pelos itens anteriores.

4.8 - Regras do país de origem e do país em que os valores mobiliários estão custodiados

4.8. Regras do país de origem do emissor estrangeiro e às regras do país no qual os valores mobiliários do emissor estrangeiro estão custodiados

Não aplicável à Companhia.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

5.1. Descrição, quantitativa e qualitativamente, dos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, inclusive em relação a riscos cambiais e a taxas de juros

O governo federal exerceu e continua exercendo influência significativa sobre a economia brasileira. Essa influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, poderiam afetar adversamente as nossas atividades.

O governo federal intervém com frequência na economia brasileira e, ocasionalmente, faz mudanças significativas nas políticas, normas monetárias, fiscais, creditícias e tarifárias e regulamentos. As medidas do governo federal para controlar a inflação e implementar outras políticas e regulamentos muitas vezes envolvem, entre outras medidas, controles de preço e de salário, aumentos nas taxas de juros, mudanças nas políticas fiscais, controles de preço, desvalorizações de moeda, controles de capital, limites sobre importações e outras medidas. Não temos controle sobre quais medidas ou políticas o governo federal poderá adotar no futuro, e não podemos prevêê-las. Os nossos negócios, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais, podem ser adversamente afetados por mudanças nas políticas ou regulamentação que envolve ou afetam certos fatores, tais como:

- instabilidade econômica e social;
- inflação;
- controles cambiais e restrições a remessa para o exterior,

como os que foram impostos em 1989 e no início de 1990;

- eventos diplomáticos adversos;
- expansão ou contração da economia brasileira, de acordo

com as taxas de crescimento do PIB;

- racionamento de energia e emprego de combustíveis;
- política fiscal, monetária e alterações da legislação tributária;
- taxas de juros;
- liquidez dos mercados financeiros e de capitais domésticos;
- desapropriação de propriedades privadas;
- leis e regulamentos aplicáveis ao setor, inclusive ambientais e

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

sanitários;

- interpretação de leis trabalhistas e previdenciárias; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e

econômicos que venham a ocorrer no Brasil ou que o afetem.

A incerteza quanto à implementação de mudanças por parte do governo federal nas políticas ou normas que venham a afetar esses ou outros fatores no futuro pode contribuir para a incerteza econômica no Brasil. Sendo assim, tais incertezas e outros acontecimentos futuros na economia brasileira poderão prejudicar as nossas atividades e os nossos resultados operacionais.

A inflação e os esforços do governo federal de combate à inflação podem contribuir significativamente para a incerteza econômica no Brasil, podendo prejudicar nossas atividades e capacidade de pagamento.

No passado, o Brasil registrou índices de inflação extremamente altos. A inflação e algumas medidas tomadas pelo governo federal no intuito de controlá-la, combinada com a especulação sobre eventuais medidas governamentais a serem adotadas, tiveram efeito negativo significativo sobre a economia brasileira, contribuindo para a incerteza econômica existente no Brasil e para o aumento da volatilidade do mercado de valores mobiliários brasileiro. Mais recentemente, a taxa anual de inflação medida pelo IGP-M caiu de 20,10% em 1999 para - 1,7% em 2009. As medidas do governo federal para controle da inflação frequentemente têm incluído a manutenção de política monetária restritiva com altas taxas de juros, restringindo assim a disponibilidade de crédito e reduzindo o crescimento econômico. Como consequência, as taxas de juros têm flutuado de maneira significativa. Por exemplo, as taxas de juros oficiais no Brasil no final de 2007, 2008 e 2009 foram de 11,25%, 11,82% e 9,50%, respectivamente, conforme estabelecido pelo COPOM.

Futuras medidas do governo federal, inclusive redução das taxas de juros, intervenção no mercado de câmbio e ações para ajustar ou fixar o valor do Real poderão desencadear aumento de inflação. Se o Brasil experimentar inflação elevada no futuro,

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos da inflação sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de nossos custos e redução de nossa margem operacional líquida. Pressões inflacionárias podem levar a medidas de intervenção do governo federal sobre a economia, incluindo a implementação de políticas governamentais, que podem ter um efeito adverso nos negócios, condição financeira e resultados operacionais da Companhia.

A instabilidade cambial pode prejudicar a economia brasileira, bem como nossos negócios e nossos resultados operacionais.

Em decorrência de diversas pressões, a moeda brasileira tem sofrido desvalorizações recorrentes com relação ao dólar e outras moedas fortes ao longo das últimas quatro décadas. Durante todo esse período, o governo federal implementou diversos planos econômicos e utilizou diversas políticas cambiais, incluindo desvalorizações repentinas, minidesvalorizações periódicas (durante as quais a frequência dos ajustes variou de diária a mensal), sistemas de mercado de câmbio flutuante, controles cambiais e mercado de câmbio duplo. De tempos em tempos, houve flutuações significativas da taxa de câmbio entre o real e o dólar e outras moedas. Por exemplo, o real desvalorizou 18,7% em 2001 e 52,3% em 2002 frente ao dólar. Embora o real tenha valorizado 11,8%, 8,7% e 17,2% com relação ao dólar em 2005, 2006 e 2007, respectivamente, em 2008, em decorrência do agravamento da crise econômica mundial, o real se desvalorizou 32% frente ao dólar, tendo fechado em R\$2,337 por US\$1,00 em 31 de dezembro. Em 30 de dezembro de 2009, a taxa de câmbio entre o real e o dólar era de R\$1,74 por US\$1,00. Não se pode garantir que o real não sofrerá depreciação ou não será desvalorizado em relação ao dólar novamente. Além disso, a Companhia não pode assegurar que a desvalorização ou a valorização do real frente ao dólar e outras moedas não terá um efeito adverso nos seus negócios.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As desvalorizações do real em relação ao dólar podem criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por meio do aumento, de modo geral, dos preços, inclusive de combustíveis, sendo necessária, então, a adoção de políticas recessivas por parte do governo federal. Ainda, tais desvalorizações podem acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado de nossas operações além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Por outro lado, a valorização do Real frente ao Dólar pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. Como operamos rodovias que são os principais corredores de importação e exportação e ligam os maiores portos brasileiros, uma valorização ou desvalorização do real poderá impactar o volume de importações e exportações e, conseqüentemente, afetar o fluxo de transporte comercial em nossas rodovias.

Acontecimentos políticos, econômicos e sociais e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia emergente, podem prejudicar o valor de mercado dos valores mobiliários brasileiros.

O valor de mercado dos valores mobiliários de companhias brasileiras é afetado em diferentes níveis por condições econômicas e de mercado em outros países, especialmente países da América Latina e países de economia emergente. A reação dos investidores aos acontecimentos desses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado dos títulos e valores mobiliários emitidos pelas companhias brasileiras. Crises em outros países da América Latina e em outros países de economia emergente ou crises nas políticas econômicas de outros países, em especial as dos Estados Unidos e dos países da União Européia, poderão reduzir o interesse dos investidores por títulos e valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras, incluindo aqueles de emissão da Companhia. Isso poderia dificultar o acesso da Companhia ao mercado de capitais e ao financiamento de suas operações no futuro, em termos aceitáveis ou absolutos. Qualquer desses acontecimentos poderá afetar adversamente os negócios da Companhia.

No passado, o desenvolvimento de condições econômicas adversas em outros

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

países emergentes resultou, em geral, na saída de investimentos e, conseqüentemente, na redução de recursos externos investidos no Brasil.

A crise financeira originada nos Estados Unidos no terceiro trimestre de 2008 resultou em um cenário recessivo em escala global, com diversos reflexos que, direta ou indiretamente, afetaram de forma negativa o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como: oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, redução de gastos, desaceleração da economia, instabilidade cambial e pressão inflacionária.

As alterações nas práticas contábeis adotadas pelo Brasil podem afetar adversamente nossos resultados.

As nossas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009. Essas práticas não incluem diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários durante o exercício de 2009, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Instrução CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras intermediárias de 2010 utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010 na preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias. Essas demonstrações intermediárias deverão ser reapresentadas para refletir a aplicação das novas práticas contábeis, incluindo os respectivos comparativos para 2009.

Por conta disso, não serão possíveis as comparações entre os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2009 e 31 de dezembro de 2010.

A principal alteração que afetará as demonstrações financeiras da Companhia em 2010 com efeitos retrospectivos desde 01 de janeiro de 2009, refere-se à aplicação do ICPC0 1 – Contratos de Concessão.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

As mudanças nos princípios contábeis brasileiros poderão ter um efeito significativo sobre os resultados das operações, incluindo seus efeitos sobre o lucro líquido e os índices que os nossos credores utilizam para monitorar nosso desempenho em nossos instrumentos de dívida. Qualquer redução da nossa receita líquida pode, potencialmente, limitar a nossa capacidade de distribuir dividendos sobre nossas ações preferenciais e ordinárias. Além disso, um efeito adverso nos índices de nossos instrumentos de dívida decorrente das alterações introduzidas pelas Leis acima, pode afetar adversamente nossa capacidade para cumprir essas obrigações, afetar nossa capacidade de obtenção de financiamento para nossos planos de crescimento ou para refinarçar nossa dívida em condições satisfatórias.

Exposição a riscos de taxa de juros e inflação

As operações da Companhia estão sujeitas a alguns fatores de risco de mercado, sendo os riscos de taxas de juros e inflação os mais relevantes.

As receitas oriundas das concessões rodoviárias estão atreladas ao índice de Preços ao Consumidor Amplo (“IPCA”). Mudanças no cenário macro-econômico e setorial podem causar variações nas taxas de juros flutuantes o que pode impactar financeiramente nossas atividades.

Talvez não sejamos capazes de reajustar os preços que cobramos de nossos clientes para compensar os efeitos das oscilações do IPCA sobre a nossa estrutura de custos, o que poderá resultar em aumento de nossos custos e redução de nossa margem operacional líquida afetando nossos negócios.

Visando à redução do impacto causado pelas variações de tal índice busca-se, na medida do possível, realizar captações com indexadores semelhantes aos aplicados aos ativos, o que nem sempre é possível quando se consideram o custo e a liquidez de tais operações. Dessa forma, a Companhia possui também passivos financeiros com remuneração atrelada a taxas de juros como o CDI-over (operações de mercado como empréstimos e debêntures). A remuneração das aplicações financeiras é vinculada, quase que exclusivamente, ao CDI-over.

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

Alterações nas leis tributárias brasileiras poderão impactar adversamente os resultados operacionais da Companhia.

O governo federal regularmente implementa mudanças nas leis tributárias que, eventualmente, podem aumentar a carga tributária da Companhia e de seus usuários. Essas mudanças incluem ajustes na alíquota aplicável e imposição de tributos temporários. Os efeitos dessas medidas de reforma fiscal e quaisquer outras alterações decorrentes da promulgação de reformas fiscais adicionais não podem ser quantificados e/ou previstos.

Caso não haja repasse desses tributos adicionais às tarifas da Companhia em valores suficientes e em tempo hábil, os aumentos das obrigações fiscais da Companhia podem afetar adversamente o seu resultado operacional e sua condição econômico-financeira.

A instabilidade política pode prejudicar o resultado operacional da Companhia. O desempenho da economia brasileira tem sido historicamente influenciado pelo cenário político nacional. No passado as crises políticas afetaram a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia, o que prejudicou o preço de mercado das companhias listadas para negociação em bolsa de valores.

A eleição presidencial acontecerá em outubro de 2010. Durante as últimas eleições presidenciais, foi observada volatilidade nas taxas de câmbio e de juros, nos índices de inflação e nos preços de mercado dos valores mobiliários das companhias brasileiras. As incertezas sobre o resultado das eleições de 2010 e a especulação sobre as futuras medidas do governo federal podem influenciar a percepção dos investidores com relação ao risco no Brasil e poderão ter um efeito significativamente adverso sobre os negócios e/ou resultados operacionais da Companhia.

Acontecimentos e a percepção de riscos em outros países, sobretudo em países de economia em emergente e nos Estados Unidos, podem prejudicar a balança comercial e causar um impacto negativo aos resultados operacionais e na

5.1 - Descrição dos principais riscos de mercado

condição financeira.

Apesar de não atuarmos em outros países, a desvalorização da moeda brasileira com relação ao dólar e outras moedas fortes pode criar pressões inflacionárias adicionais no Brasil, por meio do aumento, de modo geral, dos preços, inclusive de combustíveis, sendo necessária, então, a adoção de políticas recessivas por parte do Governo Federal. Ainda, tais desvalorizações podem acarretar aumentos das taxas de juros, podendo afetar de modo negativo a economia brasileira como um todo, bem como o resultado das operações, além de restringir o acesso aos mercados financeiros internacionais e determinar intervenções governamentais, inclusive por meio de políticas recessivas. Por outro lado, a valorização do real frente ao dólar pode levar à deterioração das contas correntes do país e da balança de pagamentos, bem como a um enfraquecimento no crescimento do produto interno bruto gerado pela exportação. A operação das rodovias que são os principais corredores de importação e exportação e ligam os maiores portos brasileiros, uma valorização ou desvalorização do real poderá impactar o volume de importações e exportações e conseqüentemente afetar o fluxo de transporte comercial nas rodovias.

5.2 - Descrição da política de gerenciamento de riscos de mercado

5.2. Descrever a política de gerenciamento de riscos de mercado adotada pelo emissor, seus objetivos, estratégias e instrumentos:

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

5.3 - Alterações significativas nos principais riscos de mercado

5.3. Indicação de alterações significativas nos principais riscos de mercado a que a Companhia está exposta, relativos ao último exercício social.

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

5.4 - Outras informações relevantes

5.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

6.1 / 6.2 / 6.4 - Constituição do emissor, prazo de duração e data de registro na CVM

Data de Constituição do Emissor	27/04/2009
Forma de Constituição do Emissor	Constituída sob a forma de sociedade anônima de capital fechado
País de Constituição	Brasil
Prazo de Duração	Prazo de Duração Indeterminado
Data de Registro CVM	Registro Sendo Requerido

6.3 - Breve histórico

6.3. Breve histórico da Companhia

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. - Ecopistas foi constituída em 27 de abril de 2009 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, sob o regime de concessão pública, de serviços públicos rodoviários no Brasil outorgados pelo governo do Estado de São Paulo.

A Companhia é a concessionária que administra e opera o Sistema Ayrton Senna - Carvalho Pinto, ligação entre a região metropolitana de São Paulo com o Vale do Paraíba, a região serrana de Campos do Jordão e as praias do Litoral Norte- (“Sistema Rodoviário”). Com 134,9 km de extensão e movimento anual de aproximadamente 30 milhões de veículos, tornou-se uma das mais importantes vias para a distribuição da produção industrial das cerca de duas mil empresas instaladas na região do Vale do Paraíba, com destaque para a forte presença das indústrias do setor automobilístico, como Volkswagen e Ford, e siderúrgico, como a Mineração Usiminas S.A.

O conjunto de empresas controladas pela EcoRodovias Infraestrutura (“Grupo EcoRodovias”) foi o segundo colocado no leilão que concedia as rodovias estaduais Ayrton Senna e Carvalho Pinto à iniciativa privada, realizado em 2008. A primeira colocada foi homologada em janeiro de 2009, mas sem apresentar as garantias exigidas no edital de licitação, teve sua homologação cancelada pelo poder concedente que posteriormente confirmou o Grupo EcoRodovias como vencedor do leilão.

Em 17 de junho de 2009, o Estado de São Paulo, por meio da Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo (“ARTESP”), a Companhia e a EcoRodovias Infraestrutura firmaram o Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009- (“Contrato de Concessão”). A concessão é fruto de ter a Companhia sagrado-se vencedora da Concorrência nº 003/2008. Em 18 de junho de 2009, iniciaram-se as operações da Companhia, administrando o Sistema Rodoviário. O prazo contratual é de 30 (trinta) anos, estendendo-se até 18 de julho de 2039.

O Contrato de Concessão possui por objeto a exploração do atual conjunto de rolamento do Sistema Rodoviário, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nelas contidos, correspondente a: (i) SP 070 – Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto (início do trecho no km 11+190, no final da Marginal Tietê, São Paulo; final do trecho no km 130+400, no entroncamento com a BR 116, km 117+400, Taubaté); (ii) SP 019 (início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a

6.3 - Breve histórico

SP-070, km 19-300, Guarulhos; final do trecho no km 2+400 no início do sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos; (iii) SPI – 179/060 – interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra (início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a BR 116, km 179+000, Guararema; final do trecho no km 5+400, no entroncamento com a SP 070, km 60+300, Guararema); (iv) SPI 035/056 – Interligação Itaquaquecetuba (início do trecho no km 0+000, no entroncamento com a SP-056, km 35+700, Itaquaquecetuba; final do trecho no km 0+880, no entroncamento da SP 070, km 35+700, Itaquaquecetuba); (v) SP 099 – Rodovia dos Tamoios (início do trecho no km 4+500, São José dos Campos; final do trecho no km 11+500, São José dos Campos); (vi) SP 070 – Trecho rodoviário a ser construído de 6,800 km (prolongamento até SP 125, Taubaté); (vii) seguimentos transversais, trevos, obras de arte e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP 070 (Rodovia Ayrton Senna e Rodovia Carvalho Pinto), outorgados a Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2,000 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP 088) e no km 111 (intersecção com a SP 103) corresponde ao Lote 23 do Programa de Concessões Rodoviárias, compreendendo a execução, gestão e fiscalização e no futuro pelas ampliações decorrentes dos serviços correspondentes às Funções de Ampliação.

O Contrato de Concessão prevê: (i) um reajuste anual para compensar os efeitos da inflação; e (ii) revisão tarifária a qualquer tempo em que o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão for ameaçado.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

6.5. Principais eventos societários, tais como incorporações, fusões, cisões, incorporações de ações, alienações e aquisições de controle societário, aquisições e alienações de ativos importantes, pelos quais passaram a Companhia ou qualquer de suas controladas ou coligadas

Exercício social corrente em 2010

Em 29 de dezembro de 2010, foi aprovada pelas Assembleias Gerais Extraordinárias da EcoRodovias Concessões e da Ecocataratas, respectivamente, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, com a consequente incorporação do patrimônio líquido cindido pela Ecocataratas, nos termos e condições previstos no “Protocolo e Justificação de Cisão Parcial e Consequente Incorporação do Acervo Líquido Cindido”, celebrado na mesma data entre a EcoRodovias Concessões, a Ecocataratas e a EcoRodovias Infraestrutura, como inteveniente-anuente. A EcoRodovias Infraestrutura, holding do Grupo EcoRodovias, decidiu reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo EcoRodovias. O valor contábil do patrimônio líquido da EcoRodovias Concessões cindido e vertido para a Ecocataratas foi avaliado em R\$249.619.261,00, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.167.715,00, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.

Em decorrência da cisão parcial, o capital social da EcoRodovias Concessões foi reduzido para R\$205.005.066,00, mediante o cancelamento de 272.786.976 ações, que foi suportado exclusivamente por sua acionista majoritária, a EcoRodovias Infraestrutura. O capital social da Ecocataratas foi aumentado para R\$291.468.261,00, mediante a emissão de 249.619.261 novas ações representativas do capital social da Ecocataratas. Essas ações foram subscritas e integralizadas com o patrimônio cindido da EcoRodovias Concessões incorporado pela Ecocataratas e atribuídas exclusivamente à EcoRodovias Infraestrutura.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em razão da operação acima descrita, a Ecocataratas, então controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e indiretamente pela EcoRodovias Infraestrutura, passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura. O quadro societário representativo da estrutura atual do grupo econômico em que se insere a Companhia pode ser observado no item 8.2 deste Formulário de Referência.

Em 28 de maio de 2010 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e, posteriormente, em 30 de novembro de 2010, foi retificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 5ª Emissão de NPs, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada em 13 de dezembro de 2010, composta por 10 (dez) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$37,1 milhões, perfazendo o montante total de até R\$371,0 milhões, com prazo de vencimento de 120 dias a contar da data de emissão, ou seja, em 12 de abril de 2011, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da taxa média diária de juros dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extra grupo”, expressa na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”) no informativo diário, disponibilizado em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>), (“Taxa DI”) acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos na cartula da 5ª Emissão de NPs. Os recursos captados por meio da 5ª Emissão de NPs foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o refinanciamento das notas promissórias da 4ª emissão de notas promissórias da Companhia.

As notas promissórias da 5ª Emissão foram registradas no NOTA – Módulo de Notas Comerciais (“NOTA”), administrado e operacionalizado pela CETIP, para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, observado que, nos termos da Instrução CVM 476, somente podem ser negociadas no NOTA entre investidores qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e integralização.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

A partir de agosto de 2009, com o objetivo de segregar estrategicamente os negócios de concessões rodoviárias e de logística do Grupo EcoRodovias, foi realizada uma reorganização societária por meio da transferência de ativos e passivos: (i) das empresas de concessões rodoviárias da EcoRodovias Infraestrutura para uma das subholdings criadas em razão de tal reorganização, a EcoRodovias Concessões; (ii) das empresas de logística para a outra subholding, a Elog S.A.

Em razão de tal reorganização societária, a Ecovias dos Imigrantes, a Ecovia, a Ecocataratas, hoje controlada novamente pela EcoRodovias Infraestrutura conforme acima mencionado, a Ecosul e a própria Companhia, até então controladas diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura, passaram a ser controladas diretamente pela EcoRodovias Concessões, sendo esta, por sua vez, controlada pela EcoRodovias Infraestrutura.

A alteração do controle acionário da Companhia foi concluído em 20 de janeiro de 2010 por meio de um aumento de capital na EcoRodovias Concessões no valor de R\$15.741.620,00 representado por 15.741.620 ações, integralizadas pela EcoRodovias Infraestrutura mediante a contribuição do acervo líquido representado pela totalidade das ações de emissão da Companhia de titularidade da EcoRodovias Infraestrutura. A EcoRodovias Infraestrutura transferiu a totalidade de suas ações na Companhia para a EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Concessões, passou a ter o controle acionário da Companhia.

Em 28 de maio de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da quarta emissão de notas promissórias comerciais da Companhia (“4ª emissão”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”). A emissão foi realizada em 14 de junho de 2010, composta por 35 (trinta e cinco) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 milhões, perfazendo o montante total de até R\$350 milhões, com prazo de vencimento de 180 (cento e oitenta) dias a contar da data de emissão, ou seja, em 11 de dezembro de 2010, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas do NOTA, disponível para consulta na página da CETIP na Internet. Os recursos captados por meio da 4ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 3ª emissão de notas promissórias da Companhia.

As notas promissórias da 4ª Emissão foram registradas no NOTA, administrado e operacionalizado pela CETIP, para distribuição no mercado primário e negociação no mercado secundário, observado que, nos termos da Instrução CVM 476, somente podem ser negociadas no NOTA entre investidores qualificados e após decorridos 90 (noventa) dias da respectiva subscrição e integralização.

Em 31 de maio de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$19.779.000,00, correspondente a 19.779.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, totalmente subscrito e integralizado pela EcoRodovias Concessões, de modo que o capital social passou a ser de R\$105.725.000,00, correspondente a 105.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 11 de junho de 2010, foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento de capital de R\$34.000.000,00, correspondente a 34.000.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, totalmente subscrito e integralizado pela EcoRodovias Concessões, de modo que o capital social passou a ser de R\$139.725.000,00, correspondente a 139.725.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Em 29 de julho de 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$24.500.000,00, mediante a emissão de 24.500.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, totalmente subscrito e integralizado pela EcoRodovias Concessões, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R\$164.225.000,00.

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

Em 31 de agosto de 2010 foi aprovado pelo Conselho de Administração o aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$27.500.000,00, mediante a emissão, de 27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentas mil) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$1,00 por ação, totalmente subscrito e integralizado pela EcoRodovias Concessões e Serviços S.A, de modo que o capital social da Companhia passa a ser de R\$ 191.725.000,00.

Exercício Social corrente em 31/12/2009

Em 03 de junho de 2009, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 1ª emissão pública de notas promissórias comerciais (“1º Emissão”). A Emissão foi realizada em 19 de junho de 2009, composta por 200 (duzentas) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 1,0 milhão, perfazendo o montante total de até 200 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 1ª Emissão. Os recursos captados por meio da 1ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Em 03 de junho de 2009, foi também aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 2ª emissão pública de notas promissórias comerciais, (“2ª Emissão”). A 2ª Emissão foi realizada em 22 de setembro de 2009, composta por 150 (cento e cinquenta) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de até R\$150 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias

6.5 - Principais eventos societários ocorridos no emissor, controladas ou coligadas

úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 2ª Emissão. Os recursos captados por meio da 2ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Em 03 de junho de 2009, foi também aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 3ª emissão pública de notas promissórias comerciais (“3ª Emissão”). A 3ª Emissão foi realizada em 16 de dezembro de 2009, composta por 350 (trezentas e cinquenta) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de até R\$350 milhões, com vencimento em 14 de junho de 2010, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “*pro rata temporis*”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 3ª Emissão. Os recursos captados por meio da 3ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 1ª e da 2ª Emissões.

6.6 - Informações de pedido de falência fundado em valor relevante ou de recuperação judicial ou extrajudicial

6.6. Pedido de falência, desde que fundado em valor relevante, ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia, e o estado atual de tais pedidos

Até a data de publicação deste Formulário de Referência não houve pedido de falência ou de recuperação judicial ou extrajudicial da Companhia.

6.7 - Outras informações relevantes

6.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

7.1. Descrição sumária das atividades desenvolvidas pela Companhia e suas controladas

Nossas Atividades

A Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas, constituída em 27 de abril de 2009, iniciou suas atividades em 18 de junho de 2009 e tem como objeto social a operação, mediante percepção de tarifa de pedágio e de receitas acessórias nos termos e limites do Contrato de Concessão, do conjunto de pistas de rolamento do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, pelo regime de concessão com prazo de 30 anos, com previsão para encerramento em 18 de junho de 2039, suas respectivas faixas de domínio e edificações, instalações e equipamentos nele contidos de acordo com os termos de concessão outorgados pelo governo do Estado de São Paulo, compreendendo:

SP-070 - Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto: início do trecho entre o m 11 e o km 190, no final da Marginal Tietê, São Paulo - SP; e final do trecho entre o km 130 e o km 400, no entroncamento com a BR-116, entre o km 117 e o km 400, Taubaté- SP.

SP-019: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-070, entre o km 19 e o km 300, Guarulhos - SP; e final do trecho entre o km 2 e o km 400, início do Sítio do Aeroporto de Cumbica, Guarulhos - SP.

SPI-179/060 - interligação Ayrton Senna x Rodovia Presidente Dutra: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a BR-116, entre o km 179 e o km 000, Guararema - SP; e final do trecho entre o km 5 e o km 400, no entroncamento com a SP-070, entre o km 60 e o km 300, Guararema - SP.

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

SPI-035/056 - interligação Itaquaquetuba: início do trecho entre o km 0 e o km 000, no entroncamento com a SP-056, entre o km 35 e o km 000, Itaquaquetuba - SP; e final do trecho entre o km 0 e o km 880, no entroncamento com a SP-070, entre o km 35 e o km 700, Itaquaquetuba - SP.

SP-099 - Rodovia dos Tamoios: início do trecho entre o km 4 e o km 500, São José dos Campos - SP; e final do trecho entre o km 11 e o km 500, São José dos Campos - SP.

SP-070 - trecho rodoviário a ser construído, de 6,8 km: prolongamento até a SP-125, Taubaté - SP.

Segmentos transversais, trechos, obras de artes e instalações complementares do tipo urbano ou rodoviário da Rodovia SP-070 (Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto), outorgados à Dersa Desenvolvimento Rodoviário S.A. durante seu período de concessão, que totalizam aproximadamente 2 km e estão localizados no km 45 (intersecção com a SP-088) e no km 111 (intersecção com a SP-103).

A Companhia possui a obrigação contratual, decorrente do contrato de concessão de pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$595.157 mil (R\$570.422 mil ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística ("IBGE"). Do total da obrigação, R\$118.800 foram pagos em junho de 2009 e o saldo foi pago em 18 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento final em dezembro de 2010.

Nos meses de dezembro de 2009 a maio de 2010, a ARTESP autorizou que a Companhia efetuasse a retenção de 12,11% das parcelas dos ônus fixos vencíveis nesses meses, como parte do reequilíbrio econômico-financeiro reconhecido à

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

concessionária decorrente da inclusão no âmbito da concessão e da antecipação da execução do Projeto “Novas Marginais Tietê” pelo Poder Concedente. Ainda em decorrência desse projeto, foi celebrado o Termo Aditivo nº. 001/2010 ao contrato de concessão, que reconheceu a adequação do cronograma físico-financeiro e o desequilíbrio econômico financeiro deste, em valor equivalente a R\$ 3.911.937,00 (base – julho/2008), em favor da Companhia, cuja forma de restabelecimento ainda não foi determinada pela ARTESP.

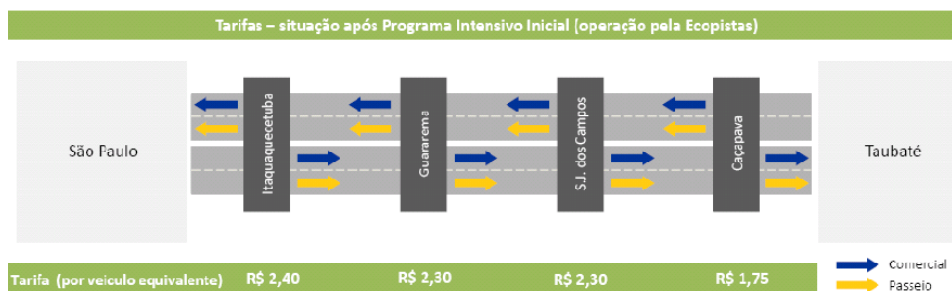
Nossas operações

Sistema Logístico Ayrton Senna/Carvalho Pinto (São Paulo-Vale do Paraíba).

No Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto liga a *Cidade de São Paulo* à região industrial do *Vale do Paraíba*, constituindo uma das mais importantes vias para a distribuição da produção das cerca de duas mil indústrias instaladas nessa região. Este sistema logístico dá acesso às praias do litoral norte de São Paulo, ao aeroporto internacional de Guarulhos, ao porto de *São Sebastião* e à região turística de *Campos do Jordão*, ponto turístico de intenso movimento no Estado de São Paulo. Planejamos instalar um terminal Ecopátio neste sistema logístico dentro dos próximos anos, e também a participação em terminais portuários. Os terminais logísticos ou condomínios logísticos são edificações destinadas a atender as demandas operacionais logísticas permitindo o transporte intermodal e propiciando redução de custos em função da pesada carga tributária inerente ao ramo, localização estratégica e facilidade de otimizar as operações com agendamento de entregas.

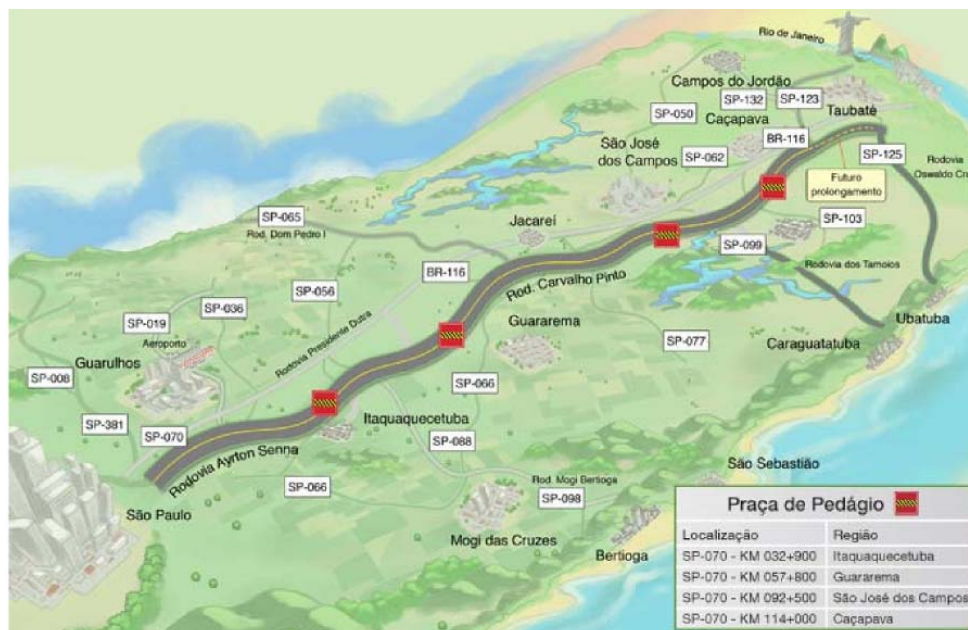
O mapa abaixo apresenta nosso portfólio, sua localização e informações relacionadas:

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



LOCALIZAÇÃO	KM
SP-070	km 032+900
SP-070 Guararema	km 057+800
SP-070 São José dos Campos	km 092+500
SP-070 Caçapava	km 114+000

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas



Acreditamos que nossas operações (atuais e futuras) se beneficiarão de forma mais acentuada das tendências favoráveis ao crescimento nacional econômico, populacional e à expansão dos setores em que atuamos. Dentre os fatores que devem nos beneficiar, podemos citar:

Fatores comuns aos setores onde atuamos: (1) aumento do poder aquisitivo da população, principalmente de média e baixa renda, e maior disponibilidade de crédito ao consumidor, o que deverá resultar em um aumento na frota de veículos; (2) tendência global de containerização de cargas (antes transportadas a granel), tanto no fluxo de comércio exterior, quanto no mercado interno, devido ao incremento do transporte por cabotagem e que demandam terminais e complexos logísticos intermodais localizados em rodovias e próximos a portos, oferecendo capacidade de armazenamento e tecnologia de ponta para prestar os mais variados serviços à cadeia logística; (3) ganhos de escala no transporte de carga por rodovias melhorando a viabilidade econômica e aumentando sua utilização, principalmente em distâncias inferiores a 200 km; e (4) natureza altamente pulverizada desses setores, com carência de centros logísticos abertos e de grande escala, administrados de maneira profissional;

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Fatores específicos relacionados às áreas geográficas de atuação da Companhia: Copa do Mundo de Futebol em 2014 e Jogos Olímpicos em 2016; (2) benefícios gerados pela implementação do Rodoanel no Estado de São Paulo, que diminuirá o tempo de locomoção de cargas e aumentará o fluxo de veículos; (3) aumento populacional em torno de regiões que receberão os investimentos acima mencionados.

Nossos Pontos Fortes

Nossos principais pontos fortes são:

Localização estratégica de nossos ativos. Os sistemas logísticos localizam-se em regiões estratégicas e economicamente privilegiadas no Estado de São Paulo. Nossos sistemas estão posicionados nos principais corredores de comércio exterior do Brasil e perto dos principais centros comerciais e de áreas portuárias, que atendem grandes centros de produção, consumo e circulação de bens e pessoas, gerando grandes fluxos de veículos de passageiros e de cargas e ainda contam com um grande fluxo de transporte de passageiros e de turismo.

Forte suporte dos acionistas. Nossos negócios se beneficiam de um total alinhamento de interesses entre nós e nossos acionistas controladores indiretos.

Nossos acionistas controladores indiretos possuem uma grande tradição na indústria de infraestrutura no Brasil e no exterior. O grupo de empresas controladas pela CR Almeida S.A. – Engenharia de Obras (“Grupo CR Almeida”) atua há mais de 50 anos no setor de infraestrutura brasileira, incluindo em seu portfólio, projetos em rodovias, ferrovias, metrô, aeroportos, centrais energéticas, além de áreas de saneamento e meio ambiente. O grupo Impregilo, maior empresa de engenharia e construção de capital aberto da Itália, atua nos cinco continentes e ocupa posição de destaque no mercado internacional na realização de grandes obras e gerenciamento de concessões públicas. Este alinhamento de interesses se reflete em maior flexibilidade para avaliarmos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

projetos e investir em uma gama melhor e diversificada de ativos, diferente da maioria de nossos concorrentes. Desta forma, criamos valores e sinergias para nosso portfólio de negócios, consolidando assim uma posição sólida nos setores em que atuamos.

Produtos e Serviços Prestados e Participação na Receita Total

Atualmente, quase toda nossa receita é advinda dos serviços de concessões de rodovias, por meio das tarifas cobradas nos pedágios.

A tabela abaixo ilustra a proporção entre a receita oriunda dos serviços de concessões de rodovias e a receita acessória nos últimos três exercícios sociais.

Receita de Pedágio e Assessoria (em milhares de reais)	2007	2008	2009
Receita de Pedágio	Não aplicável	Não aplicável	68.797
Receitas Acessórias	Não aplicável	Não aplicável	2.379
TOTAL	Não aplicável	Não aplicável	71.176

*A Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009

Sistemas Logísticos

Nossas operações são baseadas em sistemas logísticos, que combinam concessões de rodovias com plataformas logísticas e se encontram situados em áreas estratégicas do território brasileiro, conforme descrito a seguir.

Sistema Logístico Ayrton Senna/Carvalho Pinto (São Paulo-Vale do Paraíba)

Administramos o Corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto, que inclui a Rodovia Ayrton Senna e a Rodovia Carvalho Pinto, ligando a Cidade de São Paulo

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

à região industrial do Vale do Paraíba. Este corredor é uma das mais importantes vias para a distribuição da produção das cerca de duas mil indústrias instaladas nessa região. O Sistema Logístico Ayrton Senna/Carvalho Pinto dá acesso às praias do litoral norte de São Paulo, ao aeroporto internacional de Guarulhos, ao porto de São Sebastião e à região turística de Campos do Jordão, ponto turístico de intenso movimento no Estado de São Paulo. Planejamos instalar um terminal Ecopátio neste sistema logístico dentro dos próximos anos, e também a participação em terminais portuários.

Além do Ecopátio acima mencionado, o Grupo EcoRodovias tem planos para implantar dois novos Ecopátios na região de São Paulo e do Sistema Logístico Ayrton Senna/Carvalho Pinto. Primeiramente, já se encontra assegurada a opção de arrendamento, pelo prazo de 40 anos, renovável por períodos sucessivos de 10 anos, de uma área, de aproximadamente 1,5 milhões de m², na região da Grande Campinas, para o desenvolvimento e implantação de uma plataforma logística intermodal.

A região metropolitana de Campinas, além de representar 8,4% do PIB paulista e 1,0% do PIB brasileiro, de acordo com os dados do IBGE em 2006, é o mais importante entroncamento logístico do país, seja pela conexão de todas as bitolas ferroviárias, seja pela interligação das rodovias do Sistema Anhanguera-Bandeirantes com as Rodovias D. Pedro, Marechal Rondon, Santos Dumont e toda a região leste, norte e centro do Estado de São Paulo e suas ligações com os estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Goiás e Tocantins que, ao lado do próprio Estado de São Paulo e norte do Paraná, compõem a principal área de influência do Porto de Santos.

O quarto empreendimento logístico será o Ecopátio Vale do Paraíba a ser desenvolvido e implantado no eixo das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto que ligam a capital do Estado de São Paulo ao Vale do Paraíba e ao Porto de São Sebastião. O Ecopátio Vale do Paraíba servirá tanto de Plataforma Logística Intermodal conectando essa importante região industrial e de consumo com o Porto de Santos, bem como ao próprio Porto de São Sebastião, ora em processo de planejamento de sua expansão, interligando-se via Rodovia dos

7.1 - Descrição das atividades do emissor e suas controladas

Tamoios, futuramente a ser concedida, pelo Estado de São Paulo, à iniciativa privada.

Principais Índices históricos de desempenho operacional e de produtividade de 2007 a 2009

Tráfego

Volume de Tráfego (em nº de veículos pagantes)	2007	2008	2009
Companhia*	Não aplicável	Não aplicável	14.082.038
TOTAL	Não aplicável	Não aplicável	14.082.038

*A Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009

Volume de Tráfego (em nº de Equivalentes pagantes)	2007	2008	2009
Companhia*	Não aplicável	Não aplicável	19.975.106
TOTAL	Não aplicável	Não aplicável	19.975.106

*A Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009

Tarifa Média

Tarifa Média (em R\$/Eixo Equivalente Pagante)	2007	2008	2009
Companhia*	Não aplicável	Não aplicável	3,44
TOTAL	Não aplicável	Não aplicável	3,44

*A Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009

Em 17 de junho de 2009, o Estado de São Paulo, por meio da ARTESP, a Companhia e a EcoRodovias Infraestrutura firmou o Contrato de Concessão nº 006/ARTESP/2009. A concessão é fruto de ter a Concessionária sagrado-se vencedora da Concorrência nº 003/2008.

7.2 - Informações sobre segmentos operacionais

7.2. Em relação a cada segmento operacional integrantes das demonstrações financeiras consolidadas

a. Produtos e serviços comercializados

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.3 - Informações sobre produtos e serviços relativos aos segmentos operacionais

7.3. Em relação aos produtos e serviços que correspondam aos segmentos operacionais divulgados no item 7.2, descrevemos:

a. Características do processo de produção

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Características do processo de distribuição

Não aplicável à Companhia, tendo em vista que atuamos no mercado de Concessões Rodoviárias.

c. Características dos mercados de atuação, em especial:

i. participação em cada um dos mercados

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

ii. condições de competição nos mercados

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Eventual sazonalidade

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

e. Principais insumos e matérias primas, informando:

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.4 - Clientes responsáveis por mais de 10% da receita líquida total

7.4. Clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.5 - Efeitos relevantes da regulação estatal nas atividades

7.5. Descrição dos efeitos relevantes da regulação estatal sobre as atividades da Companhia, comentando especificamente:

- a. Necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

- b. Política ambiental da Companhia e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

- c. Dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.6 - Receitas relevantes provenientes do exterior

7.6. Em relação aos países dos quais a Companhia obtém receitas relevantes:

Item não aplicável à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.7 - Efeitos da regulação estrangeira nas atividades

7.7. Em relação ao item 7.6, informar em que medida a Companhia está sujeito à regulação desses países e de que modo tal sujeição afeta os negócios da Companhia

Item não aplicável à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.8 - Relações de longo prazo relevantes

7.8. Descrição das relações de longo prazo relevantes da Companhia que não figurem em outra parte deste formulário

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

7.9 - Outras informações relevantes

7.9. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Governança Corporativa

A governança corporativa de todas as unidades do Grupo EcoRodovias está alinhada às melhores práticas encontradas no mercado, com ênfase na transparência e obtenção de resultados através de normas e indicadores. Dentro da gestão do Grupo EcoRodovias, destaca-se o modelo de controle de custos e gestão por processos praticadas pela Ecorodovias Concessões, controladora da Companhia, e unidades de negócios, além das políticas de qualidade e adoção de indicadores como o BSC – Balanced Scorecard e EVA®.

Responsabilidade Socioambiental

Dentre os programas de responsabilidade socioambiental do Grupo EcoRodovias, destaca-se o Ecoviver, voltado à educação ambiental de crianças e jovens e que encerrou o quarto ano de atividades com presença em 16 cidades dos Estados de São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul e atendimento de mais de 120 mil alunos de escolas públicas desde o seu início. A campanha Papai Noel Existe, de doação de brinquedos a crianças carentes, presenteou, em 2009, 8.150 crianças de 73 instituições. O Grupo EcoRodovias também mantém outros programas, tais como: de Redução de Acidentes, de Saúde dos Usuários, Coleta Seletiva de lixo e incentivos ao esporte, como o projeto Virando o Jogo e o Festival de Surf Ecovias, realizado no município de Santos (SP), além da usina de asfalto ecológico que utiliza pneus reciclados na composição da massa asfáltica.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

8. GRUPO ECONÔMICO

8.1. Descrição do grupo econômico em que se insere a Companhia:

a. Controladores diretos e indiretos

A EcoRodovias Concessões é a controladora direta da Companhia e detém, atualmente, 191.724.995 ações ordinárias de sua emissão, representando aproximadamente 99,99% do capital social total da Companhia.

A EcoRodovias Concessões, anteriormente denominada EcoPorto Participações Ltda., foi constituída em 16 de maio de 2007 e tem por objetivo participar em outras companhias na qualidade de sócia ou acionista. Mediante a incorporação das empresas ECSC - Centro de Serviços Corporativos Ltda. e ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda., os seguintes serviços passaram a ser prestados: prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.

Em 3 de fevereiro de 2009, os sócios da EcoRodovias Infraestrutura, então controladores da EcoRodovias Concessões, aprovaram a transformação de sociedade empresarial limitada em sociedade por ações, cujo registro de companhia aberta foi concedido pela CVM em 22 de dezembro de 2009.

Indiretamente, a Companhia integra o grupo econômico da EcoRodovias Infraestrutura, pois esta detém 100% das ações da EcoRodovias Concessões.

A holding EcoRodovias Infraestrutura é resultado da união da brasileira Primav Construções e Comércio Ltda., (empresa do Grupo CR Almeida com 50 anos de atuação no setor de construção pesada e responsável por importantes projetos de infraestrutura no Brasil), que detém 44,99% de seu capital, e da europeia Impregilo International N.V., (do Grupo Impregilo S.p.A, maior construtora de capital aberto da Itália), detentora de 29,24% do capital da EcoRodovias Infraestrutura. Em 01 de abril de 2010, a EcoRodovias Infraestrutura realizou a oferta pública

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

inicial de suas ações fazendo com que 25,77% do seu capital esteja em circulação (*free float*) no mercado de valores mobiliários na data deste Formulário de Referência.

Grupo CR Almeida

O Grupo CR Almeida tem sido responsável pela introdução de novas tecnologias e equipamentos de ponta na indústria de construção pesada no país. Em seu portfólio estão projetos que em muito contribuíram para o desenvolvimento da infraestrutura no Brasil, com importantes obras rodoviárias, ferroviárias, metroviárias, aeroportuárias, e ainda nos setores de geração de energia e construção de barragens e hidrelétricas, além de saneamento e meio ambiente.

Desde 1995 o Grupo CR Almeida vem investindo no mercado de concessões rodoviárias aberto pela desestatização do setor de infraestrutura no Brasil. Em todas as suas ações, o Grupo CR Almeida se destaca por aliar alta tecnologia, investimento no ser humano e respeito ao meio ambiente.

Impregilo

Resultante da fusão de quatro empresas que desde 1900 faziam obras de construção civil e infraestrutura, a italiana Impregilo SpA atua nos cinco continentes desde 1959. Líder na área de construção na Itália, seu currículo inclui a execução de projetos e a construção de hidrelétricas, rodovias, ferrovias, metrô, portos, aeroportos, centrais termelétricas e nucleares, hospitais, obras de irrigação e de proteção ambiental.

Através de sua controlada Impregilo International Infrastructures N.V., o Grupo Impregilo vem atuando no setor de concessões em áreas como rodovias, água e saneamento, aeroportos e energia.

Em 2005, após um processo de reestruturação societária, os grupos italianos Autostrade, líder europeu no setor de concessão rodoviária, e Gavio, empresa de construção e gestora também de concessões rodoviárias, passaram a deter uma importante posição acionária do Grupo Impregilo.

8.1 - Descrição do Grupo Econômico

b. Controladas e coligadas

A Companhia não possui empresas controladas e/ou coligadas.

c. Participações da Companhia em sociedades do grupo

A Companhia não detém participação em outras sociedades.

d. Participações de sociedades do grupo na Companhia

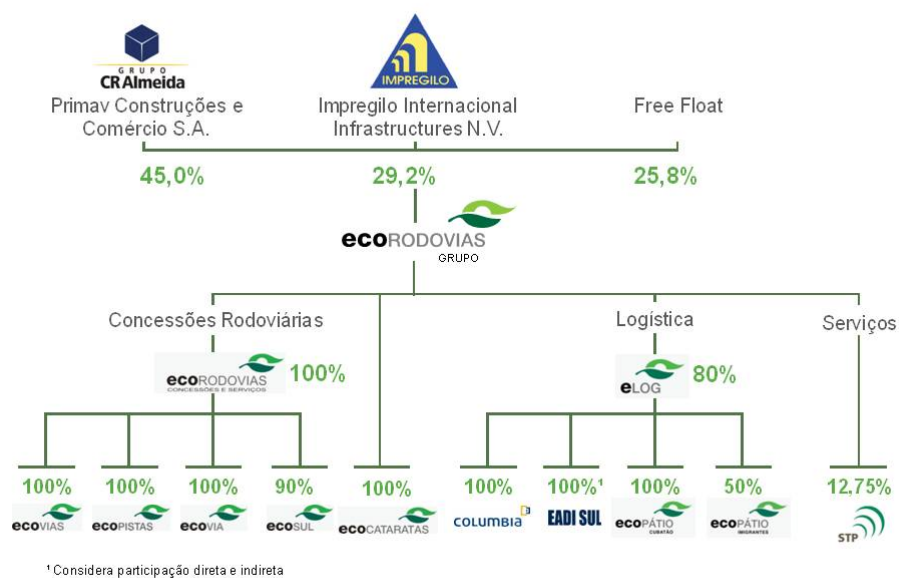
Não há participação de outras sociedades do grupo na Companhia.

e. Sociedades sob controle comum

A Companhia, a Ecovias, a Ecovia e a Ecosul são controladas pela EcoRodovias Concessões, conforme demonstrado no organograma do item 8.2.

8.2 - Organograma do Grupo Econômico

8.2. Organograma do grupo econômico em que se insere a Companhia



8.3 - Operações de reestruturação

Data da operação	29/12/2010
Evento societário	Cisão
Descrição da operação	<p>Em 29 de dezembro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo que visou reorganizar a gestão de seus ativos a fim de tornar mais eficiente e ágil a identificação de novas sinergias, alavancar a integração das suas áreas de atuação, proporcionar melhoria dos índices econômico-financeiros, possibilitar a otimização fiscal, consolidar o estágio diferenciado de maturidade e traduzir, na prática, a estratégia de atuação do Grupo EcoRodovias, foi aprovada em Assembleia Geral Extraordinária da EcoRodovias Concessões e da Ecocataratas, a cisão parcial da EcoRodovias Concessões, e consequente incorporação do patrimônio líquido cindido avaliado em R\$249.619.261,00 pela Ecocataratas, observada a dedução do conjunto de ações da Ecocataratas no valor de R\$23.167.715,00, anteriormente detidas pela EcoRodovias Concessões.</p> <p>Em razão dessa operação, a Ecocataratas, então controlada diretamente pela EcoRodovias Concessões e indiretamente pela EcoRodovias Infraestrutura, passou a ser controlada diretamente pela EcoRodovias Infraestrutura.</p>
Data da operação	07/05/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Reestruturação Societária
Descrição da operação	<p>Elog S.A. ("Elog") celebrou, em 07 de maio de 2010, em caráter de confidencialidade, conforme disposto na mesma instrução, Contrato de Compromisso de Compra e Venda de Participações Societárias de controle da Armazéns Gerais Columbia S.A e da EADI Sul Terminal de Cargas Ltda., sujeito a submissão da operação aos órgãos competentes e condições precedentes e outras avenças.</p> <p>O valor total base da aquisição é de R\$270 milhões, tendo sido depositado no ato da assinatura do Contrato o valor de R\$50 milhões e o restante a ser liquidado quando da finalização das condições precedentes, dentre eles, especialmente a aprovação por parte da Secretaria da Receita Federal do Brasil. O valor total base da transação está sujeito aos ajustes contratuais usuais.</p>
Data da operação	19/02/2010
Evento societário	Outro
Descrição do evento societário "Outro"	Firmou Parceria com Fundo de Invest.Imobiliarios
Descrição da operação	<p>Em 19 de fevereiro de 2010, a EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A celebrou o Acordo de Investimento e outras avenças da Elog ("Acordo de Investimentos"), tendo a Elog como interveniente anuente, com o Logística Brasil Fundo de Investimentos de Participações ("Logística FIP"), representada por sua gestora BRZ Investimento Ltda. O referido acordo prevê a assinatura de um "Acordo de Acionistas ", o qual em conjunto com o Acordo de Investimentos, visam regular os termos e condições por meio dos quais a EcoRodovias Infraestrutura e o Logística FIP, desenvolverão novos negócios na área de logística administrados pela Elog e, eventual integração de outros ativos pertencentes as partes. A Elog é a sociedade holding no setor de infraestrutura logística pertencente à EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A e, através do Acordo de Investimentos, o Logística FIP irá integralizar e subscrever novas ações ordinárias representativas de 20% do capital total e votante da Elog, representando um investimento total de R\$ 92.000.000,00. Este aumento de capital na ELOG tem como objetivo dar continuidade ao programa de investimentos no setor de infraestrutura logística, em especial nos sistemas logísticos administrados pela EcoRodovias nas regiões Sudeste e Sul do país.</p>
Data da operação	20/01/2010
Evento societário	Outro

8.3 - Operações de reestruturação

Descrição do evento societário Transferência de controle acionário
"Outro"

Descrição da operação Em 20 de janeiro de 2010, por meio de uma reestruturação societária no grupo, a EcoRodovias Infraestrutura transferiu suas ações na Companhia para a EcoRodovias Concessões. Após a conclusão desta reorganização societária, a Ecorodovias Concessões, passou a ter o controle acionário da Companhia. A ARTESP se pronunciou favoravelmente a reestruturação societária da Companhia, concluindo pela possibilidade da operação, independentemente de autorização da ARTESP, considerando que não houve alteração de controle acionário da Companhia, nos termos da deliberação do Conselho Diretor de 21 de agosto de 2009.

8.4 - Outras informações relevantes

8.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

9.1 - Bens do ativo não-circulante relevantes - outros**9.1. Descrição dos bens do ativo não-circulante, relevantes para o desenvolvimento das atividades da Companhia:***a. Ativos imobilizados.*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

*b. Patentes, marcas, licenças, concessões, franquias e contratos de transferência de tecnologia:**i) Duração*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

ii) Território Atingido

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

*c. As sociedades em que a Companhia detém participação:**viii. valor de mercado da participação conforme a cotação das ações na data de encerramento do exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados de valores mobiliários*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

ix. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor contábil

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

x. valorização ou desvalorização de tal participação, nos 3 últimos exercícios sociais, de acordo com o valor de mercado, conforme as cotações das ações na data de encerramento de cada exercício social, quando tais ações forem negociadas em mercados organizados

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

xi. montante de dividendos recebidos nos 3 últimos exercícios sociais

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

xii. razões para aquisição e manutenção de tal participação

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

9.2 - Outras informações relevantes

9.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

10. COMENTÁRIOS DOS DIRETORES

10.1. *Seguem comentários dos diretores sobre:*

a. Condições financeiras e patrimoniais gerais

Substancialmente todas as nossas operações são realizadas no Brasil, razão pela qual nossos resultados operacionais e situação financeira são diretamente afetados pelas condições econômicas gerais do Brasil, em especial, pelas taxas de inflação, taxas de juros, políticas governamentais, flutuações do câmbio e políticas tributárias. No entanto, como nossa concessão rodoviária atende a atividade de importação e exportação, também somos afetados pelo comércio internacional e condições econômicas globais.

Desde o início do Plano Real, em 1993, o Brasil tem evoluído para um quadro de estabilidade econômica, o que faz com que os agentes econômicos tenham expectativas favoráveis para o futuro do país. A manutenção da estabilidade monetária tem sido acompanhada pelo crescimento gradual, porém sustentado, da economia.

Nos anos recentes, o crescimento do Produto Interno Bruto (“PIB”) teve como principais fatores determinantes o bom desempenho do setor exportador e o aumento da demanda interna. O PIB brasileiro teve um aumento de 2,9% em 2005, 3,7% em 2006, 5,4% em 2007, de 5,1% em 2008 e uma queda de 0,2% em 2009, não obstante a conjuntura mundial adversa que levou a resultados bem mais negativos em outros países nesse ano. A taxa básica de juros em curto prazo (ajustada pelo Banco Central do Brasil (“BACEN”) em relação ao índice do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (“SELIC”)) reduziu, considerando o último dia de cada ano, de 18,1% em 2005, para 13,2% em 2006, 11,2% em 2007, 13,7% em 2008 e 8,7% em 2009.

De acordo com o contrato de concessão, firmado em 18 de junho de 2009, a Companhia possui a obrigação contratual para pagamento de direito de outorga, no valor total de R\$595.157 mil (R\$570.422 mil ajustados a valor presente), acrescido de atualização monetária com base na variação do IPCA do IBGE. Do total da obrigação, R\$118.800 mil foram pagos em junho de 2009 e o saldo está sendo pago em 18 parcelas iguais, mensais e consecutivas, com vencimento final em dezembro de 2010. Em 31 de

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

dezembro de 2009 e 30 de setembro de 2010 o saldo a pagar era de R\$308.499 mil e R\$87.369 mil, respectivamente.

A Companhia possuía deficiência de capital circulante líquido de R\$578.073 mil em 31 de dezembro de 2009 e de R\$ 447.556 mil em 30 de setembro de 2010, substancialmente composta por notas promissórias captadas para o financiamento das operações. A Administração, com base nas linhas de crédito disponíveis na Companhia e na EcoRodovias Concessões, bem como nos fluxos de caixa projetados das operações, não antecipa problemas para o cumprimento das obrigações de curto prazo.

A evolução do referido saldo comentado na seção 10.1, item h, deve-se principalmente ao saldo de credor pela concessão que totalizava R\$ 87.369 mil em 30 de setembro de 2010, 71,7% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2009, que era de R\$ 308.499 mil. Essa variação decorre do pagamento das nove parcelas mensais realizadas em 2010, no valor total de R\$ 237.481 mil, impacto parcialmente reduzido pelo efeito da variação monetária do direito de outorga registrada no período.

Continuamos a apresentar crescimento e lucratividade destacados no mercado em que atuamos, reflexo da capacidade geradora de valor de nossos ativos e do posicionamento estratégico destes ativos. Apesar da retração da atividade econômica e da variação da quantidade de meses de operação incluídos em cada um dos períodos, o tráfego de veículos em nossa concessionária, em eixos equivalentes, foi superior em 433,4% nos nove primeiros meses de 2010 e relação ao mesmo período de 2009. Este aumento deveu-se à localização estratégica de nossa concessionária, que está presente em uma região não só de intenso fluxo comercial, mas também de turismo.

b. Estrutura de capital e possibilidade de resgate de ações ou quotas, indicando:

i. hipóteses de resgate

ii. fórmula de cálculo do valor de resgate

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A Companhia não possui ações negociadas em bolsa e, portanto, não há hipótese de resgate de ações.

c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

O Contrato de Concessão da Companhia requereu a manutenção dos índices financeiros que foram avaliados através de sua avalista e controladora indireta, EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.: a manutenção dos índices financeiros menores que 2,9 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (“EBITDA”) e a manutenção da dívida líquida inferior a R\$800 milhões. Com relação à Companhia, esta deveria manter os índices financeiros maiores que 5,5 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o EBITDA e a relação do resultado financeiro líquido com o EBITDA menor que 1,4 ponto. Em 31 de dezembro de 2009, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

No terceiro trimestre de 2010 a Companhia efetuou dois aumentos de capital no montante global de R\$52,0 milhões destinados a cumprir obrigações de curto prazo, tais como: (i) 4ª emissão de Notas Promissórias; (ii) direito de outorga decorrente do contrato de concessão;. Adicionalmente, a Emissora, além da emissão de debêntures a serem emitidas e cujo pedido de registro foi protocolizado em 05 de outubro de 2010 na CVM, tomou as seguintes ações, abaixo descritas, para quitar alguns compromissos de curto prazo já assumidos. Em 13 de dezembro de 2010, realizou a 5ª Emissão de NPs, com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37,1 milhões perfazendo o valor total de R\$371,0 milhões, com vencimento em 120 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias da 5ª Emissão, a Companhia cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

Nos termos da 5ª Emissão de NPs, devem ser mantidos os seguintes índices financeiros pela avalista e controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura: (a) razão entre a dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor ou igual a 2,75, considerando os resultados apurados, conforme demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela EcoRodovias Concessões nos últimos 12 meses; e (b) limitação da dívida líquida

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

máxima da EcoRodovias Concessões a R\$800 milhões. Com relação à Companhia, esta deverá manter os índices financeiros (a) a razão entre dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor que 5,5 vezes, conforme demonstrações financeiras publicadas nos últimos 12 meses; (b) nossa dívida líquida deve ser menor ou igual a R\$ 450 milhões; e (c) a razão entre nosso EBITDA e despesa financeira líquida deverá ser sempre maior que 1,35, conforme demonstrações financeiras publicadas nos últimos 12 meses.

Em 27 de abril de 2009, a Companhia autorizou o aumento de capital social, até o limite de R\$ 350 milhões em seu Estatuto Social.

Em 02 de fevereiro de 2011 a Companhia celebrou junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) contrato de financiamento com a interveniência da EcoRodovias Concessões, sua controladora direta, no montante de R\$ 355,4 milhões.

d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizadas

Em 03 de junho de 2009, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 1ª Emissão de notas promissórias da Companhia. A 1ª Emissão foi realizada em 19 de junho de 2009, composta por 200 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de R\$200 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 1ª Emissão. Os recursos captados por meio da 1ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Em 03 de junho de 2009, foi também aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 2ª Emissão de notas promissórias da

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Companhia. A 2ª Emissão foi realizada em 22 de setembro de 2009, composta por 150 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de R\$150 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 2ª Emissão. Os recursos captados por meio da 2ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Em 15 de Novembro de 2009 ocorreu a 1ª emissão de debêntures da nossa controladora EcoRodovias Concessões, no valor de R\$ 600 milhões. Esta emissão de debêntures teve como objetivo o pagamento das notas promissórias da 2ª Emissão da EcoRodovias Concessões, no valor de R\$371.741 mil, e para capitalização da Companhia.

Em 16 de dezembro de 2009, a Companhia realizou a 3ª Emissão de Notas Promissórias Comerciais, com subscrição e integralização de 350 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o valor total de R\$350 milhões, com vencimento em 180 dias da data da emissão, remuneradas pela variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano. Em garantia das notas promissórias da 3ª Emissão, a Companhia cedeu fiduciariamente os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

Em 28 de maio de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 4ª Emissão pública de notas promissórias comerciais. A emissão foi realizada em 14 de junho de 2010, composta de 35 (trinta e cinco) notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$ 10 milhões, perfazendo o valor total de até R\$ 350 milhões, com vencimento em 180 (cento e oitenta) dias da data de emissão, ou seja, em 11 de dezembro de 2010, com juros remuneratórios estabelecidos com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,2% ao

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

ano. Em garantia das notas promissórias da 4ª Emissão, a Companhia cedeu fiduciariamente os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

Em 28 de maio de 2010 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e, posteriormente, em 30 de novembro de 2010, foi retificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 5ª Emissão de NPs, nos termos da Instrução CVM 476. A 5ª emissão de NPs foi realizada em 13 de dezembro de 2010 com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37,1 milhões perfazendo o valor total de R\$371,0 milhões, com vencimento em 120 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias da 5ª Emissão, a Companhia cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

Caso seja necessário para cobertura de deficiência de liquidez, tanto a Companhia quanto a EcoRodovias Concessões possuem relacionamentos e linhas de créditos pré-aprovadas por seus bancos de relacionamento: Banco Itaú BBA S.A., Banco Bradesco S.A., Banco BTG Pactual S.A. e Banco Santander S.A. A eventual emissão de notas promissórias e debêntures também é possível.

f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas:

Em milhões de R\$								
Individual	Encargos	30/9/2010	31/12/2009	31/12/2008	31/12/2007	Vencimento	Garantias	Credor
4ª Emissão de NPs da Ecopistas	CDI + 1,2% a.a.	361.382	-	Não aplicável	Não aplicável	dez/10	Aval + Cessão fiduciária + alienação fiduciária	Itaú BBA
Total 4ª Emissão		361.382	-	-	-			

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

3ª Emissão de NPs da Ecopistas	CDI + 3,25% a.a.	-	351.756	Não aplicável	Não aplicável	jun/10	Aval + Cessão fiduciária + alienação fiduciária	Itaú BBA
Total 3ª Emissão		-	351.756	-	-			

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

A Companhia não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras.

- iv. *restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário*

Na 5ª emissão da Companhia, foi oferecido como garantia real o penhor de 100% das ações detidas pela EcoRodovias Concessões na Companhia. Dessa forma, a Companhia está legalmente impedida de alienar as ações constituídas como garantia às Notas Promissórias Ecopistas.

Além disso, também enseja vencimento antecipado da 5ª Emissão de NPs: (i) a não observância pela EcoRodovias Concessões (como garantidora), dos seguintes índices financeiros: (a) razão entre a dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor ou igual a 2,75, considerando os resultados apurados, conforme demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela EcoRodovias Concessões nos últimos 12 meses; e (b) limitação da dívida líquida máxima da EcoRodovias Concessões a R\$800 milhões; e (ii) a não observância, pela Companhia, das seguintes obrigações financeiras: (a) a razão entre dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor que 5,5 vezes, conforme demonstrações financeiras publicadas nos últimos 12 meses; (b) nossa dívida líquida deve ser menor ou igual a R\$450 milhões; e (c) a razão entre nosso EBITDA e despesa financeira líquida deverá ser sempre maior que 1,35, conforme demonstrações financeiras publicadas nos últimos 12 meses.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Adicionalmente, nos termos do artigo 60, caput, da Lei 6.404/76 o valor total de emissões de debêntures não poderá ultrapassar o capital social da Companhia, salvo exceções previstas no referido artigo.

g. limites de utilização dos financiamentos já contratados

Os recursos provenientes da 1ª e da 2ª Emissão de notas promissórias da Companhia foram utilizados exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Os recursos provenientes da 3ª Emissão de notas promissórias da Companhia foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 1ª e da 2ª Emissões.

Os recursos provenientes da 4ª Emissão de notas promissórias da Companhia foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 3ª Emissão.

Ainda, os recursos provenientes da 5ª emissão de NP(s) foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o refinanciamento das notas promissórias da 4ª emissão.

Os recursos provenientes da emissão das Debêntures da EcoRodovias Concessões emitidas em dezembro de 2009, foram utilizados para a liquidação das notas promissórias da 2ª Emissão da EcoRodovias Concessões, emitidas em dezembro de 2008, para investimentos na Companhia.

h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.

Não há comparativos para os exercícios de 2008 e 2007, na medida em que a Companhia iniciou suas atividades operacionais em 18 de junho de 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e nossos resultados operacionais deve ser lida em conjunto com nossas demonstrações financeiras e notas explicativas correspondentes, incluídas no Prospecto.

Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis adotadas pela Companhia na elaboração das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

O processo de elaboração das demonstrações financeiras envolve a utilização de estimativas contábeis. Essas estimativas são baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e intangível e de sua recuperação pelas operações, análise do risco de crédito para determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa, assim como análise dos demais riscos para determinação de outras provisões, inclusive para contingências e avaliação dos instrumentos financeiros e demais ativos e passivos nas datas de encerramento dos exercícios.

Descrição das Principais Contas Patrimoniais

Ativo circulante

- Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por fundo fixo de caixa, recursos em contas bancárias de livre movimentação e por aplicações financeiras cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, até as datas de encerramento dos períodos. As operações registradas como caixa e equivalentes de caixa possuem liquidez imediata.

- Instrumentos financeiros

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Reconhecidos inicialmente ao valor justo e, para aqueles não classificados ao valor justo, por meio do resultado, acrescidos dos custos da transação diretamente atribuíveis. Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados conforme a seguir:

- Ativo financeiro ou passivo mensurado ao valor justo por meio do resultado

As aplicações financeiras são classificadas como mensuradas ao valor justo por meio do resultado se mantidas para negociação ou designadas pela Companhia no reconhecimento inicial. Esses instrumentos são mensurados ao valor justo e as oscilações subsequentes reconhecidas ao resultado do período.

- Outros instrumentos financeiros

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidos de perda do valor recuperável ("impairment").

- Clientes

Representados pelos respectivos valores de realização, podendo incluir, caso seja julgado necessário, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, cujo cálculo é baseado em estimativa suficiente para cobrir prováveis perdas na realização das contas a receber, considerando o histórico de recebimentos, a situação de cada cliente e as respectivas garantias oferecidas.

- Demais ativos

Apresentados pelos seus respectivos valores líquidos de realização.

Ativo não circulante

- Imobilizado

Os itens integrantes do ativo imobilizado estão registrados ao custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, a qual é calculada pelo método linear, em virtude do prazo de vida útil estimada dos bens, limitada ao prazo remanescente para término do contrato de concessão com o Poder Concedente. A depreciação desses bens é incluída na rubrica "Custo dos serviços prestados", na

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

demonstração do resultado. As melhorias são registradas no imobilizado e os gastos com manutenção e reparos são registrados ao resultado, quando incorridos. Os gastos com projetos de expansão, construção e melhorias, enquanto não terminados, são registrados na rubrica “Obras em andamento”.

A depreciação é calculada pelo método linear considerando a depreciação de cada ativo, de acordo com as taxas divulgadas na nota explicativa nº 9.

Os encargos financeiros decorrentes de notas promissórias obtidas com terceiros são capitalizados ao custo de construção de ativos imobilizados em andamento.

- Intangível

Ônus da concessão

Refere-se a ônus proveniente do direito de concessão do sistema rodoviário constituído pelas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo pelo período de 30 anos e amortizados linearmente ao resultado por esse prazo. “Impairment” sobre ativos não circulantes

Na elaboração das demonstrações financeiras intermediárias, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (i) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (ii) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo (“impairment” ou deterioração). A reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida, mas é limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a perda não tivesse sido registrada. A Companhia não identificou evidências de que o valor do ativo não seria recuperado e, portanto, não foi necessário estimar o valor recuperável em 30 de setembro de 2010.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Passivos circulante e não circulante

- Provisão para contingências

Atualizada até as datas dos balanços patrimoniais pelo montante estimado de perda provável, observada a natureza de cada contingência, apoiada na opinião dos consultores legais da Companhia.

- Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base na alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240, para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social. O Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ foi calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL foi calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda ajustado nos termos da legislação vigente.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis e sobre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável a geração de lucro tributável futuro, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração da Companhia revisa anualmente essas projeções para não ultrapassar o prazo de realização de 10 (dez) anos.

- Notas promissórias

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao exercício incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços patrimoniais.

- a) Prejuízo por ação

Calculado com base na quantidade de ações em circulação na data de encerramento do período.

- b) Ajuste a valor presente

Os direitos e as obrigações de longo prazo e relevantes de curto prazo foram ajustados a valor presente em 30 de setembro de 2010.

Descrição das Principais Contas da Demonstração de Resultado***Receita bruta de serviços***

Representada quase em sua totalidade pela receita da cobrança de pedágio da Companhia, além de receitas acessórias advindas de uso da faixa de domínio, tarifas de cargas especiais, concessão de acesso a estabelecimentos, publicidade e estadia de veículos em pátios de apreensão.

Deduções da receita bruta

Os impostos e contribuições incidentes sobre a receita operacional bruta são:

- Imposto sobre Serviços – ISS, aplicado sobre a receita operacional bruta à alíquota variável, dependendo de cada município, até o limite de 5,0%;
- Programa de Integração Social – PIS, praticada atualmente a alíquota de 0,65% (regime não cumulativo) para os serviços públicos

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

prestados pelas Concessionárias, e de 1,65% (regime cumulativo) para nossas demais controladas, incidente sobre a receita operacional bruta; e

- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, cuja alíquota corresponde atualmente a 3% (regime não cumulativo) para os serviços públicos prestados pelas Concessionárias, e de 7,6% (regime cumulativo) para nossas demais controladas, incidente sobre a receita operacional bruta.

Custos dos serviços prestados

Os custos dos serviços prestados consistem em despesas incorridas com manutenção, depreciação e amortização, despesa de concessão, salários e benefícios aos empregados da área operacional, seguros, eletricidade, combustíveis, telecomunicações e demais despesas. Tais custos são afetados por reajustes de contratos de acordo com índices neles estabelecidos, por dissídio coletivo, por investimentos, devido ao aumento da depreciação, e pelo aumento da receita (ônus variável).

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas correspondem, principalmente, a salários e benefícios concedidos à administração e aos empregados e a despesas com serviços de terceiros (segurança, consultorias administrativas, jurídicas e financeiras). Fatores como inflação e número de funcionários podem influenciar estas despesas.

Resultado financeiro

A conta de resultado financeiro líquido é composta pelas despesas e receitas financeiras, bem como o reconhecimento da variação cambial sobre empréstimos tomados em moeda estrangeira.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

As despesas financeiras consistem, basicamente, em juros incidentes sobre os endividamentos que estão contratados sob regime de taxas flutuantes de juros. Os juros incidentes aumentam de acordo com o crescimento do nível de endividamento e/ou taxas de juros.

As receitas financeiras são compostas por receitas auferidas a partir dos investimentos financeiros, geralmente atrelados ao CDI, os quais realizamos com os saldos de caixa, que varia em função do volume de recursos aplicados e/ou taxas de juros.

Resultados do período de nove meses encerrado em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2010

A tabela abaixo apresenta um resumo das demonstrações do resultado nos períodos indicados e as variações ocorridas entre os referidos exercícios sociais e em relação à receita líquida total:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Período de nove meses encerrado em 30 de setembro****em milhares de reais**

	2009	AV	2010	AV	10 / 09 %
Demonstração do resultado					
RECEITA BRUTA DE SERVIÇOS					
Receita com arrecadação de pedágio	32.387	106,9%	119.007	103,2%	267,5%
Receitas acessórias	766	2,5%	7.154	6,2%	833,9%
	33.153	109,4%	126.161	109,4%	280,5%
DEDUÇÕES DA RECEITA BRUTA					
Impostos sobre arrecadação	(2.850)	-9,4%	(10.868)	-9,4%	281,3%
RECEITA LÍQUIDA DE SERVIÇOS	30.303	100,0%	115.293	100,0%	280,5%
Custo dos serviços prestados	(15.694)	-51,8%	(53.745)	-46,6%	242,5%
LUCRO BRUTO	14.609	48,2%	61.548	53,4%	321,3%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Despesas gerais e administrativas	(6.716)	-22,2%	(13.586)	-11,8%	102,3%
Outras receitas, líquidas		0,0%	(219)	-0,2%	n.a
	(6.716)	-22,2%	(13.805)	-12,0%	105,6%
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO					
RESULTADO FINANCEIRO	7.893	26,0%	47.743	41,4%	504,9%
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	1.707	5,6%	1.187	1,0%	-30,5%
Despesas financeiras	(18.721)	-61,8%	(47.613)	-41,3%	154,3%
	(17.014)	-56,1%	(46.426)	-40,3%	172,9%
LUCRO(PREJUÍZO) OPERACIONAL					
ANTES DO IMPOSTO DE RENDA					
E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(9.121)	-30,1%	1.317	1,1%	-114,4%
SOCIAL					
Correntes	7	0,0%	(1.034)	-0,9%	n.a
Diferidos	3.082	10,2%	586	0,5%	-81,0%
	3.089	10,2%	(448)	-0,4%	-114,5%
LUCRO(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(6.032)	-19,9%	869	0,8%	-114,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Comparação das Contas de Resultado entre os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2009 e 30 de setembro de 2010

As informações relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 incluem nove meses completos de operação da Companhia, enquanto as informações relativas ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2009 incluem aproximadamente três meses de operação, em função da data de início da concessão em 18 de junho de 2009. Esse fator prejudica a comparação de algumas contas entre os períodos, no entanto estaremos demonstrando abaixo a evolução de algumas contas para melhor entendimento.

Receita bruta de serviços

Nossa receita bruta de serviços foi de R\$ 126.161 mil em 2010, um aumento de 280,5% em relação à receita bruta de serviços de R\$ 33.153 mil em 2009. Grande parte da variação deve-se à diferença de meses de operação incluídos em cada um dos períodos, no entanto nota-se evolução nas receitas de 2010 em relação à 2009, sendo aquela 3,8 vezes superior à esta.

Receita com arrecadação de pedágio

A receita com arrecadação de pedágio foi de R\$ 119.007 mil em 2010, um aumento de 267,5% em relação à receita de arrecadação de pedágios de R\$ 32.387 mil em 2009. Apesar da variação da quantidade de meses de operação incluídos em cada um dos períodos, a receita de arrecadação de pedágios de 2010 é 3,7 vezes superior à de 2009. Apresentamos abaixo o comparativo de tráfego em veículos equivalentes:

Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	9M10	9M09	Var.
Passeio	33.063	5.442	507,6%
Comercial	17.024	3.949	331,1%
Total	50.087	9.391	433,4%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas acessórias

As receitas acessórias somaram R\$ 7.154 mil em 2010, um aumento de 833,9% em relação aos R\$ 766 mil em 2009. Esse aumento é decorrente principalmente de novos contratos de utilização da faixa de domínio firmados no exercício de 2010. Em relação à receita líquida, as receitas acessórias representam 6,2% em 2010, sendo que em 2009 representavam 2,5%.

Impostos sobre arrecadação

Os impostos sobre arrecadação, ISS, PIS e COFINS, atingiram R\$ 10.868 mil em 2010, superior 281,3% em relação aos impostos sobre arrecadação de R\$ 2.850 mil em 2009. Tal aumento decorre da elevação da receita bruta, base para tributação de tais impostos. Em relação à receita líquida, os impostos sobre arrecadação mantêm-se no percentual de 9,4% tanto em 2010 quanto em 2009.

Receita líquida de serviços

Em decorrência das variações apuradas nas contas de receita bruta e deduções da receita, nossa receita líquida atingiu R\$ 115.293 mil em 2010, representando um aumento de 280,5% em relação à receita líquida em 2009, que foi de R\$ 30.303 mil.

Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados em 2010 foi de R\$ 53.745 mil, representando um aumento de 242,5% em relação aos custos dos serviços prestados de R\$ 15.694 mil verificados em 2009. Em relação à receita líquida, houve redução no percentual de participação, sendo que em 2009 a mesma era de 51,8% passando em 2010 para 46,6%, demonstrando melhor eficiência operacional da Companhia. Os principais motivos no aumento dos custos foram:

- Pessoal: O custo com pessoal passou de R\$ 2.570 mil em 2009 para R\$ 6.643 mil em 2010, uma variação de 158,5%, em decorrência principalmente da quantidade de meses de operação incluídos em cada um dos períodos.

- Conservação e Manutenção: Referem-se a custos com conservação e manutenção do sistema rodoviário e de instalações, como corte de grama, limpeza das rodovias, drenagem, sinalização, manutenção de equipamentos e edificações e outros. O valor com esses custos atingiu em 2010 o valor de R\$ 6.912 mil, superior em 240,8%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

em relação a 2009, que foi de R\$ 2.028 mil. Esta variação deve-se principalmente à quantidade de meses de operação incluídos em cada um dos períodos, e em razão de que grande parte desses serviços são diretamente relacionados à quantidade de tráfego ocorrida em cada período.

- Serviços de terceiros: Referem-se aos serviços operacionais contratados de ambulância, guinchos, inspeção de tráfego, manutenção de equipamentos e sistemas operacionais, recolhimento de arrecadação e outros. O valor desses custos em 2010 alcançou R\$ 8.182 mil, 324,6% superior aos R\$ 1.927 mil apurados em 2009. Esse aumento decorreu da quantidade de meses de operação incluídos nos dois períodos, bem como por maior volume de serviços ligados diretamente ao tráfego do período.

- Poder Concedente: Refere-se basicamente ao custo variável de outorga, que somou R\$ 3.785 mil em 2010, 441,5% superior ao valor de 2009, que foi de R\$ 699 mil. A variação desse custo acompanha variação ocorrida na Receita bruta de serviços, posto que corresponde a 3% da mesma.

- Depreciação e amortização: O valor de depreciação e amortização foi de R\$ 20.579 mil em 2010, um aumento de 256,0% sobre o valor de 2009, que foi de R\$ 5.781 mil. Este aumento deve-se basicamente à quantidade de meses de operação incluídos nos dois períodos, bem como à execução de obras de pavimentação e compras de equipamentos ocorridos em 2010.

- Outros: Os gastos mais representativos registrados nesta conta são: energia elétrica, combustíveis, manutenção e locação de veículos e equipamentos; telefonia; materiais de manutenção e subsídio sobre o meio de pagamento eletrônico. Esses custos sofreram aumento de 306,3%, passando de R\$ 1.066 mil em 2009 para R\$ 4.331 mil em 2010. Além da quantidade da diferença da quantidade de meses de operação incluídos em cada um dos períodos, houve variação significativa nos custos do subsídio sobre o meio de pagamento eletrônico, em função do grande volume de tráfego nessa modalidade de pagamento.

Lucro bruto

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro bruto atingiu R\$ 61.548 mil em 2010, representando um aumento de 321,3% em relação ao lucro bruto de R\$ 14.609 mil em 2009.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Receitas (despesas) operacionais

Despesas operacionais representaram R\$ 13.805 mil em 2010, um aumento de 105,6% quando comparado aos R\$ 6.716 mil apurados em 2009. As principais variações ocorreram nas despesas gerais e administrativas, conforme explicado abaixo.

Despesas gerais e administrativas

As despesas gerais e administrativas em 2010 foram de R\$ 13.586 mil, representando um aumento de 102,3% em relação aos R\$ 6.716 mil apresentados em 2009. Considerando a quantidade de meses de operação incluídos nos dois períodos, houve redução significativa nessa rubrica em 2010 quando comparada a 2009, em função de 2009 incluir despesas relativas ao início das operações, não recorrentes em 2010. Em relação à receita líquida, as despesas gerais e administrativas representaram 11,8% em 2010, uma redução significativa quanto comparada aos 22,2% de 2009.

Lucro operacional antes do resultado financeiro

O lucro operacional antes do resultado financeiro atingiu o valor de R\$ 47.743 mil em 2010, representando um aumento de 504,9% em relação ao lucro operacional de R\$ 7.893 mil verificado em 2009, como consequência da menor evolução dos custos operacionais e despesas administrativas em relação à evolução da receita líquida ocorrida nos dois períodos.

Resultado financeiro

Em 2010 o resultado financeiro (receitas financeiras menos despesas financeiras) foi negativo em R\$ 46.426 mil, 172,9% superior ao valor de R\$ 17.014 mil ocorrido em 2009. Em relação à receita líquida, o resultado financeiro (negativo) representou 40,3% em 2010, sendo que em 2009 o mesmo representava 56,1%. As principais variações foram decorrentes de:

- Juros sobre notas promissórias: As despesas com juros em 2010 foram de R\$ 29.852 mil, 340,9% superior em relação aos R\$ 6.771 mil apurados em 2009. Essa elevação foi devido ao maior valor de endividamento financeiro no período de 2010;

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

- Variação monetária sobre direito de outorga: As despesas de variação monetária sobre o direito de outorga em 2010 foram de R\$ 16.334 mil, 75,3% superior em relação aos R\$ 9.317 mil apurados em 2009. Considerando-se a diferença da quantidade de meses de operação incluídos nos dois períodos, observamos uma redução nessa despesa, em função dos pagamentos mensais do direito de outorga ao Poder Concedente; e

- Outros efeitos financeiros: representados basicamente por receitas de aplicação financeira, IOF, despesas bancárias e corretagens, somou em 2010 uma despesa financeira no valor de R\$ 240 mil, 74,1% inferior à despesa financeira apurada em 2009 no valor de R\$ 926 mil devido principalmente a diminuição de despesas bancárias.

Lucro(prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social

Como consequência das variações explicadas anteriormente, o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social atingiu o valor de R\$ 1.317 mil em 2010, enquanto em 2009 foi registrado prejuízo de R\$ 9.121 mil.

Imposto de renda e contribuição social

A despesa de imposto de renda e contribuição social atingiu R\$ 448 mil em 2010, enquanto em 2009 foi registrado crédito nessa rubrica, relativa ao diferimento desses impostos para utilização futura, no montante de R\$ 3.089 mil.

Lucro(prejuízo) líquido do período

Como consequência das variações explicadas anteriormente, em 2010 registramos lucro no período de R\$ 869 mil, enquanto no mesmo período para o exercício de 2009 foi registrado prejuízo de R\$ 6.032 mil.

Principais Contas Patrimoniais em 31 de dezembro de 2009 e 30 de setembro de 2010

A tabela abaixo apresenta o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2009 e 30 de setembro de 2010, com as correspondentes variações:

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009
e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010**

em milhares de reais					
Balanco Patrimonial					
Ativo	2009	AV	2010	AV	10/09 %
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	80.667	118%	3.487	0,5%	-95,7%
Clientes	6.678	10%	7.872	12%	17,9%
Impostos a recuperar	804	0,1%	213	0,0%	-73,5%
Despesas antecipadas	3.036	0,4%	2.030	0,3%	-33,1%
Outros créditos	1.311	0,2%	414	0,1%	-68,4%
Total do ativo circulante	92.496	13,5%	14.016	2,1%	-84,8%
NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo:					
Imposto de renda e contribuição					
social diferidos	2.571	0,4%	4.990	0,7%	94,1%
Outros créditos	-	0,0%	388	0,1%	n.a
Imobilizado	30.697	4,5%	109.289	16,2%	256,0%
Intangível	560.547	81,7%	545.880	80,9%	-2,6%
Total do ativo não circulante	593.815	86,5%	660.547	97,9%	11,2%
TOTAL DO ATIVO	686.311	100,0%	674.563	100,0%	-1,7%

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

**Exercício social findo em 31 de dezembro de 2009
e período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010**

em milhares de reais					
Balanco Patrimonial					
Passivo e Patrimônio Líquido	2009	AV	2010	AV	10/09
					%
CIRCULANTE					
Fornecedores	6.038	0,9%	5.663	0,8%	-6,2%
Empréstimos e financiamentos	351756	51,3%	361382	53,6%	2,7%
Impostos, taxas e contribuições a recolher	1573	0,2%	1629	0,2%	3,6%
Obrigações sociais	857	0,1%	1854	0,3%	116,3%
Empresas ligadas	265	0,0%	708	0,1%	167,2%
Credor pela concessão	308.499	45,0%	87.369	13,0%	-71,7%
Provisão para imposto de renda e contribuição social	-	0,0%	751	0,1%	n.a
Outras contas a pagar	1581	0,2%	2.216	0,3%	40,2%
Total do passivo circulante	670.569	97,7%	461.572	68,4%	-31,2%
NÃO CIRCULANTE					
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	0,0%	25.000	3,7%	n.a
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	0,0%	366	0,1%	n.a
Provisão para contingências	-	0,0%	14	0,0%	n.a
Total do passivo não circulante	-	0,0%	25.380	3,8%	n.a
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social integralizado	20.725	3,0%	191725	28,4%	825,1%
Prejuízos acumulados	(4.983)	-0,7%	(4.114)	-0,6%	-17,4%
Total do patrimônio líquido	15.742	2,3%	187.611	27,8%	1091,8%
TOTAL DO PASSIVO					
E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	686.311	100,0%	674.563	100,0%	-1,7%

Comparação das Principais Contas Patrimoniais em 30 de setembro de 2010 e 31 de dezembro de 2009

Ativo**Ativo circulante**

As variações do ativo circulante são decorrentes principalmente dos seguintes itens:

Caixa e equivalentes de caixa

Em 30 de setembro de 2010 o nosso saldo de caixa e equivalentes de caixa totalizava R\$ 3.487 mil, 95,7% inferior ao saldo de R\$ 80.667 mil em 31 de dezembro

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

de 2009. Essa variação ocorreu principalmente em função do pagamento de obras realizadas no sistema rodoviário, como também de parte do pagamento das parcelas devidas ao Poder Concedente, relativas ao direito de outorga. Parte desses pagamentos foram realizados com recursos provenientes da geração de caixa operacional realizada em 2010.

Clientes

Em 30 de setembro de 2010 o nosso saldo da conta de clientes, no valor de R\$ 7.872 mil, apresentou crescimento de 17,9% em relação ao saldo de R\$ 6.678 mil em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é decorrente do maior volume de clientes que utilizam o pedágio eletrônico, cujo recebimento é realizado em até 35 dias.

Despesas antecipadas

Em 30 de setembro de 2010, o nosso saldo de despesas antecipadas, que é constituída em sua totalidade por valores de seguros a apropriar, no valor de R\$ 2.030 mil, apresentou redução de 33,1% em relação ao saldo de R\$ 3.036 mil em 31 de dezembro de 2009. Essa variação é decorrente da negociação dos valores das apólices de seguros, sem qualquer prejuízo quanto aos bens assegurados.

Ativo não circulante

Em 30 de setembro de 2010, o nosso ativo não-circulante era de R\$ 660.547 mil, 11,2% superior ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2009, quando o nosso ativo não-circulante era de R\$ 593.815 mil. Essa variação foi proveniente principalmente dos seguintes itens:

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Em 30 de setembro de 2010 o saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos era de R\$ 4.990 mil, 94,1% superior ao saldo apresentado em 31 de dezembro de 2009, no valor de R\$ 2.571 mil. Essa variação é decorrente de impostos sobre diferenças temporárias relativas basicamente à realização de ajuste a valor presente, conceito introduzido pela Lei 11.638/07. O valor dos impostos diferidos será realizado no decorrer contrato de concessão, e em função da neutralidade tributária da Lei 11.638/07, não haverá impacto financeiro quando de sua realização.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais

Imobilizado

Nosso imobilizado em 30 de setembro de 2010 era de R\$ 109.289 mil, 256,0% superior ao saldo de R\$ 30.697 mil apresentado em 31 de dezembro de 2009. Esse aumento decorre principalmente da realização de obras no exercício de 2010, as quais foram destinadas a melhorias e manutenção dos sistemas rodoviários administrados pela concessionária, bem como da aquisição de equipamentos operacionais a serem utilizados pela concessionária. Dentre as principais obras realizadas, está a ampliação da Nova Marginal Tietê.

Intangível

Em 30 de setembro de 2010 o nosso saldo de intangível era de R\$ 545.880 mil, apresentando uma redução de 2,6% em relação ao saldo de R\$ 560.547 mil em 31 de dezembro de 2009. Essa variação decorreu principalmente da amortização do direito de uso da concessão realizada em 2010, no valor de R\$ 14.849 mil.

Passivo circulante

As variações do passivo circulante são decorrentes principalmente dos seguintes itens:

Empréstimos e Financiamentos

Em 30 de setembro de 2010, o nosso saldo de empréstimos e financiamentos totalizava R\$ 361.382 mil, 2,7% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2009, que era de R\$ 351.756 mil. Essa variação ocorreu em função da 4ª emissão de notas promissórias realizada pela Ecopistas em 14 de junho de 2010, no valor de R\$ 350.000 mil, e dos juros incorridos da data da emissão até 30 de setembro de 2010.

Credor pela concessão

Em 30 de setembro de 2010, o nosso saldo de credor pela concessão totalizava R\$ 87.369 mil, 71,7% inferior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2009, que era de R\$ 308.499 mil. Essa variação decorre do pagamento das nove parcelas mensais realizadas em 2010, no valor total de R\$ 237.481 mil, impacto parcialmente reduzido pelo efeito da variação monetária do direito de outorga registrada no período.

10.1 - Condições financeiras e patrimoniais gerais***Passivo não circulante******Adiantamento para futuro aumento de capital***

Em setembro de 2010 houve ingresso em nosso caixa no montante de R\$ 25.000 mil, relativo a adiantamento para futuro aumento de capital, realizado pela controladora EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. Esse valor foi utilizado basicamente para pagamento de obras realizadas no sistema rodoviário. Em 08 de outubro de 2010 esse valor foi convertido como contrato de mútuo a pagar à EcoRodovias Concessões.

Patrimônio Líquido

Em 30 de setembro de 2010 o nosso saldo de patrimônio líquido totalizava R\$ 187.611mil, 1.091,8% superior ao respectivo saldo em 31 de dezembro de 2009, que era de R\$ 15.742 mil. Essa variação decorre principalmente dos aportes de capital realizados em 2010, no montante de R\$ 171.000 mil, os quais foram utilizados para parte dos pagamentos das parcelas do direito de outorga devidas ao Poder Concedente.

10.2 - Resultado operacional e financeiro**10.2. Comentários dos Diretores sobre:***a. Resultados das operações da Companhia, em especial:**i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita*

As receitas da Companhia são constituídas basicamente pela cobrança de pedágios nas concessões de rodovias por nós administradas e pelas receitas acessórias. As tarifas de pedágio são anualmente corrigidas, conforme previsão contratual, com base IPCA.

A tabela abaixo ilustra a proporção entre a receita oriunda dos serviços de concessões de rodovias e a receita acessória nos últimos três exercícios sociais e do exercício corrente acumulado até setembro de 2010.

Receita de Pedágio e Assessoria (em milhares de reais)	2007	2008	2009	9M10
Receita de Pedágio	Não aplicável	Não aplicável	68.797	119.007
Receitas Acessórias	Não aplicável	Não aplicável	2.379	7.154
TOTAL	Não aplicável	Não aplicável	71.176	126.161

Nota: A Companhia iniciou suas operações em 18 de junho de 2009

Em relação a receita de pedágio, apresentamos abaixo a evolução do volume de tráfego referente ao terceiro trimestre de 2010 (3T10) comparativo com o terceiro trimestre de 2009 (3T09), bem como para os nove primeiros meses de 2010 (9M10) comparativamente aos nove primeiros meses de 2009 (9M09). Podemos notar um crescimento de 167,7% em veículos de passeio do 3T09 para o 3T10 e um crescimento de 60,3% para o mesmo período em relação aos veículos comerciais.

Volume de Tráfego (veículos equivalentes pagantes x mil)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Passeio	12.793	4.779	167,7%	33.063	5.442	n.a
Comercial	5.805	3.622	60,3%	17.024	3.949	n.a
Total	18.598	8.401	121,4%	50.087	9.391	n.a

10.2 - Resultado operacional e financeiro

Nota: Veículo equivalente pagante é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

Como consequência do aumento no volume de veículos, podemos observar abaixo a evolução da receita para o mesmo período. Além do reajuste contratual da tarifa básica de 5,2% ocorrido em julho/2010.

Receita Bruta (R\$ milhares)	3T10	3T09	Var.	9M10	9M09	Var.
Receitas de Pedágio	42.749	28.923	47,8%	119.007	32.387	n.a
Receitas Acessórias	1.872	735	154,7%	7.154	766	n.a
Total	44.621	29.658	50,5%	126.161	33.153	n.a

Quanto as receitas acessórias, são compostas principalmente por serviços de monitoramento de cargas especiais, painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços de utilização e exploração da faixa de domínio das concessões rodoviárias. Houve um aumento de 154,7% de 3T09 para 3T10.

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Não há comparativos para os exercícios de 2008 e 2007, na medida em que a Companhia iniciou suas atividades operacionais em 18 de junho de 2009.

A variação em nossas receitas, custos e despesas operacionais, para os períodos de 31.12.2009 e 30.09.2010, comentadas na seção 10.1, item h, pode afetar materialmente os resultados operacionais da Companhia.

b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

10.2 - Resultado operacional e financeiro

c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro da Companhia.

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

10.3 - Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras

10.3. *Comentário dos diretores sobre os efeitos relevantes que os eventos abaixo causaram ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras da Companhia e em seus resultados.*

a. Introdução ou alienação de segmento operacional

Não ocorreu qualquer introdução ou alienação operacional que não esteja considerada nas demonstrações financeiras da Companhia.

b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária

Não houve constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

c. Eventos ou operações não usuais

Não ocorreram eventos ou operação não usual que não foram refletidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**10.4. Comentário dos diretores sobre:***a. Mudanças significativas nas práticas contábeis*

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotados no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2009, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM vigentes para 2009. Essas práticas não incluem diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários durante o exercício de 2009, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Com relação as demonstrações financeiras intermediárias de 2010, conforme facultado pela Instrução CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010 na preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias. A principal alteração que afetará as demonstrações financeiras da Companhia em 2010, com efeitos retrospectivos desde janeiro de 2009, refere-se à aplicação do ICPC01 – Contratos de Concessão. Essas demonstrações intermediárias deverão ser reapresentadas para refletir a aplicação das novas práticas contábeis, incluindo os respectivos comparativos de 2009.

b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Com relação as demonstrações financeiras intermediárias de 2010, conforme facultado pela Instrução CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010 na preparação de suas demonstrações financeiras intermediárias. A principal alteração que afetará as demonstrações financeiras da Companhia em 2010, com efeitos retrospectivos desde janeiro de 2009, refere-se à aplicação do ICPC01 – Contratos de Concessão. Essas demonstrações intermediárias deverão ser reapresentadas para

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

refletir a aplicação das novas práticas contábeis, incluindo os respectivos comparativos de 2009.

A Administração da Companhia está analisando os impactos decorrentes da aplicação desses novos pronunciamentos técnicos emitidos pelo CPC, razão pela qual ainda não os adotou na preparação das demonstrações financeiras intermediárias de 30 de setembro de 2010. Conforme mencionado na alínea “a” acima, a Companhia entende que os principais impactos ocorrerão pela forma de registro das concessões que será substancialmente alterada pela ICPC 01 - Contratos de Concessão. No entanto, devido à complexibilidade de alguns temas e às indefinições quanto aos critérios de reconhecimento dos contratos de concessão, ainda não foi possível estimar os efeitos no patrimônio líquido e no resultado da Companhia.

c. Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor

Com relação as demonstrações financeiras referentes 31 de dezembro de 2009, nossos auditores mencionaram em parágrafo de ênfase que essas demonstrações financeiras, originalmente aprovadas pela administração em 15 de janeiro de 2010, estão sendo reapresentadas para contemplar reclassificações contabilizadas retrospectivamente, assim como divulgações adicionais para adequá-las às normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Quanto as demonstrações financeiras de 30 de setembro de 2010, nossos auditores incluíram em parágrafo de ênfase o comentário de que, durante o ano de 2009 foram aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM diversos Pronunciamentos, Interpretações e Orientações Técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, com vigência para 2010, que alteraram as práticas contábeis adotadas no Brasil. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº 603/09, a Administração da Companhia optou por apresentar suas demonstrações financeiras intermediárias utilizando as normas contábeis adotadas no Brasil até 31 de dezembro de 2009, ou seja, não aplicou esses normativos com vigência para 2010. Conforme requerido pela Deliberação CVM nº 603/09, a Companhia divulgou esse fato em nota explicativa, a descrição das principais alterações que poderão ter

10.4 - Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor

impacto sobre as suas demonstrações financeiras do encerramento do exercício e os esclarecimentos das razões que impedem a apresentação da estimativa dos seus possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado, como requerido pela Deliberação.

10.5 - Políticas contábeis críticas

10.5. Indicação e comentários dos diretores sobre as políticas contábeis críticas adotadas pela Companhia, explorando, em especial, estimativas contábeis feitas pela administração sobre questões incertas e relevantes para a descrição da situação financeira e dos resultados, que exijam julgamentos subjetivos ou complexos, tais como: provisões, contingências, reconhecimento da receita, créditos fiscais, ativos de longa duração, vida útil de ativos não-circulantes, planos de pensão, ajustes de conversão em moeda estrangeira, custos de recuperação ambiental, critérios para teste de recuperação de ativos e instrumentos financeiros

Conforme Instrução CVM 480/09 item facultativo à Companhia.

10.6 - Controles internos relativos à elaboração das demonstrações financeiras - Grau de eficiência e deficiência e recomendações presentes no relatório do auditor

10.6. Com relação aos controles internos adotados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, os diretores comentam:

- a. Grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e providências adotadas para corrigi-las*

Consideramos que os nossos controles internos adotados são adequados para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras quanto ao suporte, precisão e segurança das informações e transações contabilizadas. A base de controle de todas as informações é processada por um sistema de informação integrado, SAP, instalado e utilizado por todas as unidades de negócios da Companhia. Além destes, a Companhia possui outros sistemas de controles internos e de *compliance* a fim de reduzir os riscos da organização no não cumprimento de seus objetivos de negócio e na não aderência às leis, regulamentações e normas internas.

- b. Deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente*

Não foram reportados pelos auditores recomendações e pontos relevantes de deficiências, que possam impactar ou alterar significativamente as demonstrações financeiras da Companhia.

10.7 - Destinação de recursos de ofertas públicas de distribuição e eventuais desvios

10.7. *Com relação à oferta pública de distribuição de valores mobiliários, os diretores comentam:*

a. Como os recursos resultantes da oferta foram utilizados

Conforme Instrução CVM 480/09 item facultativo à Companhia.

b. Se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição

Conforme Instrução CVM 480/09 item facultativo à Companhia.

c. Caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios

Conforme Instrução CVM 480/09 item facultativo à Companhia.

10.8 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**10.8. Descrição dos diretores sobre os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras da Companhia:**

- a. *os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)*

Não aplicável à Companhia devido não haver os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*).

- b. *Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras*

Não aplicável à Companhia.

10.9 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras

10.9. Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 10.8, os diretores comentam:

a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

b. Natureza e o propósito da operação

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não apareçam no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação

Não aplicável à Companhia, pois não há ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (*off-balance sheet items*) ou outros itens não evidenciados nas Demonstrações Financeiras

10.10 - Plano de negócios**10.10. Indicação e comentários dos diretores sobre os principais elementos do plano de negócios da Companhia, explorando especificamente os seguintes tópicos:****a. Investimentos, incluindo:****i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Apresentamos abaixo quadro com os principais investimentos previstos no Contrato de Concessão da Companhia e sua evolução nos nove primeiros meses de 2010:

Investimentos	% Realizado até 30.09.2010	Previsão 2010	Previsão 2011	Previsão 2012	Previsão 2013	Previsão 2014	Descrição
Projetos - Estudos de Meio Ambiente	43,6%	7.293.913	2.677.357	-	-	-	São valores referente a execução dos projeto funcionais e executivos, licenças ambientais de todas as obras contempladas no contrato.
Nova Marginal Tietê	95,9%	63.705.287	-	-	-	-	Ampliação da capacidade da Marginal Tietê, entre os trechos do viaduto do Aricanduva e viaduto Imigrante Nordestino, contemplando faixas adicionais e melhoria de acessos.
Compensação Ambiental	88,9%	3.111.599	5.117.494	2.006.499	-	-	Este valor é um passivo ambiental herdado da DERSA, em virtude da construção da rodovias.
Obras nas Marginais da Rodovia Ayrton Senna	0,0%	46.649.348	93.298.697	46.649.348	-	-	Será implantada uma via marginal de aproximadamente 15 kms no sentido leste e 7 kms no sentido oeste. Segregando o tráfego local da via expressa.
Faixa Adicional - Rod. Helio Smith	0,0%	2.466.464	2.466.464	-	-	-	Será implantada uma faixa adicional do km 0 ao km 2,4 da SP 019 junto ao canteiro central, no sentido da pista norte. Melhorando o acesso ao aeroporto de Guarulhos.
Trevo dos Pimentas	0,0%	4.781.507	4.781.507	815.843	1.631.686	815.843	Este trevo visa melhorar a fluidez de acesso aos bairros, contemplando um novo viaduto.
Construção e Reforma de Postos de Pesagem	0,0%	2.605.123	6.659.541	6.659.541	-	-	Serão construídos dois postos de pesagem ao longo da Rodovia em trechos estratégicos para fiscalização e segurança
Prolongamento da Rod. Carvalho Pinto -Trecho: Taubaté / SP125	-	-	-	15.869.308	31.738.701	15.869.393	O Prolongamento da Rodovia Carvalho Pinto terá aproximadamente 6,8 Km de extensão, fazendo ligação com a SP-125 (Osvaldo Cruz).
Implantação de Faixa Adicional	-	-	-	2.647.480	5.294.960	5.294.960	Será implantada uma faixa adicional do km 45 ao 56 da SP 070, próxima a praça de pedágio de Guararema, melhorando a fluidez no local.
Implantação de Passarelas	-	-	657.436	1.314.873	1.314.873	657.436	Serão implantadas três passarelas, km 2, km 23 e km 38.
Total	51,3%	130.613.241	115.658.495	75.962.892	39.980.220	22.637.632	

* Estes investimentos foram postergados para 2011 conforme alinhamento entre a Companhia e o Poder Concedente.

10.10 - Plano de negócios*ii. fontes de financiamento dos investimentos*

A fonte de financiamento dos investimentos da Companhia é normalmente a emissão de dívida, preferencialmente de longo prazo.

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não existem desinvestimentos em andamento ou desinvestimentos previstos.

b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia

Até a data deste formulário, não há aquisição de plantas, equipamentos ou outros ativos que influenciem materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. Novos produtos e serviços:

A Companhia não possui novos produtos, serviços ou projetos em desenvolvimento.

10.11 - Outros fatores com influência relevante

10.11. Comentários sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Em 28 de maio de 2010 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e, posteriormente, em 30 de novembro de 2010, foi retificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 5ª Emissão de NPs, nos termos da Instrução CVM 476. A 5ª emissão de NPs foi realizada em 13 de dezembro de 2010 com subscrição e integralização de 10 notas promissórias, em série única, no valor nominal unitário de R\$37,1 milhões perfazendo o valor total de R\$371,0 milhões, com vencimento em 120 dias da emissão, remuneradas pela variação do CDI mais 1,2% ao ano. Em garantia das notas promissórias da 5ª Emissão, a Companhia cedeu os direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios.

11.1 - Projeções divulgadas e premissas

11.1. Projeções divulgadas e premissas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

11.2 - Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

11.2. Acompanhamento e alterações das projeções divulgadas

A Companhia não tem como prática divulgar projeções operacionais e financeiras.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

12.1. Descrição da estrutura administrativa da Companhia, conforme estabelecido no seu estatuto social e regimento interno

a. Atribuições de cada órgão e comitê

a.1. Conselho de Administração

Compete ao Conselho de Administração a orientação geral dos negócios da Companhia, devendo obrigatoriamente pronunciar-se sobre as seguintes matérias: (a) eleger ou destituir os membros da Diretoria e deliberar sobre a distribuição de honorários entre os Diretores; (b) aprovar: (i) atos ou contratos que impliquem obrigação para a Companhia em valor até R\$1 milhão e não previstos no Plano de Negócios; (ii) atos ou contratos que importem alienação ou oneração de bens imóveis ou bens do ativo permanente de valor até R\$500 mil, incluindo ações, quotas ou participações em outras sociedades; (iii) relatórios de acompanhamento dos Planos de Negócios da Companhia; (iv) a política de pessoal, inclusive remuneração e participação nos resultados, bem como o plano de previdência privada, assegurando a sua conformidade com as definições corporativas adotadas pela controladora; e (v) o Regimento Interno, assegurando a sua conformidade com o Estatuto Social da Companhia; (c) aprovar as emissões de ações até o limite estatutário permitido, inclusive suas colocações no mercado; (d) desde que previamente aprovada pela Assembleia Geral de Acionistas, deliberar sobre as emissões de debêntures, bônus de subscrição ou outros valores mobiliários; (e) fiscalizar a gestão da Diretoria, examinar, a qualquer tempo, os livros, documentos e papéis da Companhia, solicitar informações sobre contratos celebrados e/ou em vias de celebração, e sobre quaisquer outros fatos, aspectos e atos administrativos que julgar de interesse da Companhia; (f) escolher os auditores independentes da Companhia; e (g) aprovar a celebração de contratos, em valores de até R\$1 milhão, entre a Companhia e qualquer de seus acionistas ou controladores de seus acionistas ou empresas que sejam controladas ou coligadas dos acionistas da Companhia ou de seus controladores, sendo facultado a qualquer membro do Conselho de Administração solicitar, previamente e em tempo hábil, a elaboração de uma avaliação independente realizada por empresa especializada que revisará os termos e condições da proposta de contratação e a sua adequação às condições e práticas de mercado (*arms´ length*).

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

a.2. Diretoria

Compete à Diretoria: (a) administração dos negócios sociais em geral e a prática, para tanto, de todos os atos necessários ou convenientes, ressalvados aqueles para os quais seja por lei ou pelo Estatuto Social atribuída a competência à Assembleia Geral de Acionistas ou ao Conselho de Administração, observadas as competências específicas de cada Diretor, de acordo com o Regimento Interno; (b) execução das políticas comercial, administrativa, operacional e financeira da Companhia, a fim de assegurar seu bom funcionamento, de acordo com as orientações do Conselho de Administração ou da Assembleia Geral de Acionistas, através deste; (c) apresentação à Assembleia Geral de Acionistas, através do Conselho de Administração, do plano anual de trabalhos e investimentos a serem executados no próximo exercício, até o mês de novembro de cada ano, e seu respectivo acompanhamento mensal, juntamente com todos os relatórios da situação econômico-financeira e contábil da Companhia; (d) requisição, especificação, aprovação e acompanhamento dos serviços corporativos de compras e de subcontratações, durante a execução das obras e durante a exploração comercial da concessão objeto do Contrato de Concessão; (e) condução da administração da Companhia utilizando, através dos serviços corporativos, um sistema administrativo-contábil que assegure uma correta e adequada aplicação de recursos e a otimização dos resultados da Companhia, de acordo com a legislação aplicável e os princípios geralmente aceitos em contabilidade, facilitando a coleta de informações e dados e refletindo fielmente os atos e fatos que afetem a situação econômico-financeira da Companhia; (f) implementação da gestão da Companhia, de acordo com as diretrizes definidas pela Assembleia Geral de Acionistas e pelo Conselho de Administração e segundo as regras legais e do Estatuto Social; (g) representação da Companhia judicial ou extrajudicialmente, na forma prevista no Estatuto Social; (h) efetivação do cumprimento deste Regimento Interno, no âmbito da Companhia; e (i) cumprimento do Contrato de Concessão firmado pela Companhia com o Poder Concedente.

a.3. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal, constituído por 3 (três) membros e igual número de suplentes, funcionará apenas nos exercícios sociais em que for instalado por deliberação da Assembleia Geral ou a pedido de acionista, nos termos da lei. Na data deste Formulário de Referência, não há Conselho Fiscal instalado.

b. Data de instalação do conselho fiscal, se este não for permanente, e de criação dos comitês

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.1 - Descrição da estrutura administrativa*c. Mecanismos de avaliação de desempenho de cada órgão ou comitê*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Em relação aos membros da diretoria, suas atribuições e poderes individuais

Diretor Presidente:

Compete ao Diretor Presidente:

- (a) exercer a direção geral dos negócios da Companhia;
- (b) manter coordenação constante entre a Companhia e demais empresas do Sistema EcoRodovias, bem como entre a Companhia e o Conselho de Administração e, através deste, com a Assembleia Geral de Acionistas;
- (c) assegurar a existência do planejamento empresarial e seu acompanhamento sistemático, dirigindo e controlando as metas e orçamentos dos programas anuais e plurianuais da Companhia;
- (d) decidir sobre as questões jurídicas, judiciais ou extrajudiciais com a orientação da EcoRodovias Infraestrutura e a manifestação prévia do Conselho de Administração ou Assembleia Geral de Acionistas nas questões que envolvam matéria correlata à competência destes;
- (e) disponibilizar, com apoio dos serviços corporativos, as contas e os relatórios periódicos da Companhia;
- (f) em conjunto com o Diretor de Finanças da EcoRodovias Infraestrutura, promover a obtenção de financiamentos e empréstimos junto a instituições financeiras nacionais e internacionais, submetendo as operações à aprovação prévia da Assembleia Geral dos Acionistas, através do Conselho de Administração;
- (g) adequar a organização da Companhia às suas finalidades;
- (h) implementar o regimento interno e coordenar a elaboração do manual de organização da Companhia;
- (i) formular estratégias que assegurem o cumprimento dos objetivos da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração e/ou pela Assembleia Geral dos Acionistas;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

- (j) representar a Companhia, na forma de seu Estatuto Social, na celebração, distrato, denúncia ou rescisão de convênios e contratos, em conjunto com o Diretor Superintendente, observadas as disposições de seu Estatuto Social;
- (k) com exclusividade e de modo isolado, receber citações, intimações e notificações judiciais, podendo para tanto constituir procurador;
- (l) certificar-se de que a Companhia mantém adequadamente segurados, por seguradora renomada, todos os seus ativos passíveis de serem segurados;
- (m) imediatamente após o seu recebimento, entregar a cada membro do Conselho de Administração cópia de todo relatório ou correspondência submetidos à Diretoria pelos auditores da Companhia;
- (n) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos atinentes à sua área.

Diretor de Relações com Investidores

Compete ao Diretor de Relações com Investidores:

- (a) a divulgação de informações, para o mercado e entidades reguladoras;
- (b) a elaboração, revisão, atualização e divulgação dos principais instrumentos de comunicação com o mercado, apresentações a investidores, analistas e mídia financeira;
- (c) o relacionamento com o mercado, definição de prioridades, organização e participação de eventos no mercado de capitais, planejamento da atuação da Companhia nas conferências e eventos promovidos por bancos e outras instituições do mercado de capitais;
- (d) a análise das opiniões dos analistas e investidores sobre o desempenho das ações, estratégias e resultados da Companhia, realização de estudos comparativos de resultados e desempenho de ações com pares mercadológicos, acompanhamento e compilação dos principais relatórios de analistas sobre a empresa e seu mercado, incluindo as recomendações e disseminando os principais pontos internamente na Diretoria e Conselho de Administração;
- (e) a captação e organização das informações relevantes para o mercado, manutenção da administração atualizada sobre o desempenho da empresa e de seu mercado;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(f) a manutenção dos respectivos registros da Companhia junto às entidades reguladoras;

(g) a manutenção das políticas de divulgação de fatos relevantes e de negociação de valores mobiliários permanentemente atualizadas.

Diretor Superintendente

Compete ao Diretor Superintendente, em alinhamento com o Diretor Presidente, a gestão executiva do Contrato de Concessão, a representação institucional da Companhia e a garantia dos resultados pactuados com os acionistas, compreendendo:

(a) coordenar, orientar e controlar todas as ações necessárias para o fiel e tempestivo cumprimento do Contrato de Concessão, bem como, para o seu permanente equilíbrio econômico-financeiro;

(b) cumprir os programas de investimentos e de conservação rodoviária da Companhia, contando com apoios e serviços corporativos de engenharia;

(c) dirigir e controlar as inspeções das estruturas, dos pavimentos, drenagens, edificações e obras civis diversas;

(d) orientar e controlar ações de segurança em obras civis e serviços de conservação;

(e) administrar e gerenciar os orçamentos e custos das obras civis e serviços de ampliação e conservação rodoviária;

(f) dirigir, orientar e controlar as atividades operacionais do sistema rodoviário, conforme previstas no Contrato de Concessão;

(g) dirigir e controlar as inspeções de rotina para a preservação e guarda do sistema rodoviário, bem como as operações de apoio ao trânsito;

(h) orientar e controlar os serviços de limpeza de pista;

(i) orientar e controlar ações de segurança de tráfego e de arrecadação de pedágio;

(j) avaliar o equilíbrio entre eficiência e qualidade dos serviços operacionais;

(k) administrar e gerenciar os orçamentos e custos operacionais;

(l) orientar e controlar os serviços de assistência aos usuários;

(m) administrar a frota de viaturas e a manutenção do equipamento rodoviário;

12.1 - Descrição da estrutura administrativa

(n) dirigir, orientar e controlar as atividades de negociação, comercialização e marketing inerentes às receitas acessórias da Companhia, bem como identificar oportunidades de negócios logísticos;

(o) supervisionar a atuação da assessoria da qualidade e do meio ambiente;

(p) supervisionar a atuação das assessorias de comunicação e marketing;

(q) supervisionar o funcionamento da ouvidoria, assegurando sua independência;

(r) orientar os serviços administrativo-financeiros prestados pela estrutura corporativa;

(s) supervisionar os serviços jurídicos locais; e

(t) dirigir e orientar os serviços de biblioteca, documentação e arquivos de sua área.

e. Mecanismos de avaliação de desempenho dos membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.2 - Regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

12.2. Descrição das regras, políticas e práticas relativas às assembleias gerais

a. Prazos de convocação

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09..

b. Competências

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Endereços (físico ou eletrônico) nos quais os documentos relativos à assembleia geral estarão à disposição dos acionistas para análise

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Identificação e administração de conflitos de interesses

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

e. Solicitação de procurações pela administração para o exercício do direito de voto

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

f. Formalidades necessárias para aceitação de instrumentos de procuração outorgados por acionistas, indicando se a Companhia admite procurações outorgadas por acionistas por meio eletrônico

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

g. Manutenção de fóruns e páginas na rede mundial de computadores destinados a receber e compartilhar comentários dos acionistas sobre as pautas das assembléias

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

h. Transmissão ao vivo do vídeo e/ou do áudio das assembléias

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

i. Mecanismos destinados a permitir a inclusão, na ordem do dia, de propostas formuladas por acionistas

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.3 - Datas e jornais de publicação das informações exigidas pela Lei nº6.404/76

Exercício Social	Publicação	Jornal - UF	Datas
31/12/2009	Demonstrações Financeiras	Diário de Notícias - SP	18/02/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	18/02/2010
	Convocação da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de Notícias - SP	28/01/2010
			29/01/2010
			02/02/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	28/01/2010
			29/01/2010
			30/01/2010
	Ata da AGO que Apreciou as Demonstrações Financeiras	Diário de Notícias - SP	01/03/2010
		Diário Oficial do Estado - SP	01/03/2010

12.4 - Regras, políticas e práticas relativas ao Conselho de Administração

12.4. Descrição das regras, políticas e práticas relativas ao conselho de administração

a. Frequência das reuniões

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Disposições do acordo de acionistas que estabeleçam restrição ou vinculação ao exercício do direito de voto de membros do conselho

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Regras de identificação e administração de conflitos de interesses

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.5 - Descrição da cláusula compromissória para resolução de conflitos por meio de arbitragem

12.5. Descrição da cláusula compromissória inserida no estatuto para a resolução dos conflitos entre acionistas e entre estes e a Companhia por meio de arbitragem

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.6 / 8 - Composição e experiência profissional da administração e do conselho fiscal

Nome	Idade	Orgão administração	Data da eleição	Prazo do mandato
CPF	Profissão	Cargo eletivo ocupado	Data de posse	Foi eleito pelo controlador
Outros cargos e funções exercidas no emissor				
FLAVIO VIANA DE FREITAS	61	Pertence apenas à Diretoria	22/05/2009	22/05/2011
160.445.416-49	Engenheiro Civil	11 - Diretor Vice Presidente/ Superintendente	22/05/2009	Não
Diretor de Relações com Investidores				
Dario Rais Lopes	53	Pertence apenas ao Conselho de Administração	03/12/2010	01/03/2011
976.825.438-68	Engenheiro Aeronáutico	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	03/12/2010	Sim
MARCELINO RAFART DE SERAS	52	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/03/2010	01/03/2011
428.355.429-49	Engenheiro Civil	20 - Presidente do Conselho de Administração	01/03/2010	Sim
MARCELLO GUIDOTTI	40	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/03/2010	01/03/2011
837.310.750-91	Economista	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/03/2010	Sim
Roberto Koiti Nakagome	44	Pertence apenas ao Conselho de Administração	01/03/2010	01/03/2011
066.469.048-39	Administrador de Empresas	22 - Conselho de Administração (Efetivo)	01/03/2010	Sim
FEDERICO BOTTO	47	Pertence à Diretoria e ao Conselho de Administração	01/03/2010	01/03/2011
232.605.088-64	Engenheiro Civil	33 - Conselheiro(Efetivo) e Dir. Presidente	01/03/2010	Sim
Conselheiro Efetivo - Mandato de 01/03/2010 a 01/03/2011 - Posse 01/03/2010 - Eleito pelo controlador				
Diretor Presidente - Mandato de 22/05/2009 a 22/05/2011 - Posse 22/05/2009 - Não eleito pelo controlador				
Experiência profissional / Declaração de eventuais condenações				
FLAVIO VIANA DE FREITAS - 160.445.416-49				

Brasileiro, nascido em 08/08/1949. Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia da Universidade Federal de Minas Gerais. Mestrado em Finanças pelo IBMEC-BH, Turma X, concluído em 1999. Trabalhou em empresas de construção pesada; tais como: I) a Construtora Mendes Júnior S/A, empresa com atuação principal no ramo da construção pesada, na qual exerceu a função de coordenador de proposta, gerente de propostas e gerente de obras; II) Construtora Andrade Gutierrez S/A, empresa com atuação principal no ramo de construção pesada, onde exerceu a função de gerente de propostas e gerente de obras, e III) Skanska do Brasil S/A, empresa com atuação principal na área de obras de montagens eletromecânicas, na qual exerceu a função de gerente de propostas. No Grupo Ecorodovias desde 2004, iniciou sua carreira na empresa Primav Ecorodovias S/A, antiga denominação de Ecorodovias Infraestrutura e Logística S/A, holding com participação societária em empresas do ramo logístico e de concessões rodoviárias, onde atuou como gerente de propostas para licitações. Posteriormente, foi transferido para a empresa ECSE - Centro de Serviços de Engenharia Ltda., empresa atuante no ramo de elaboração de projetos de obras, propostas de licitações e compras de materiais, para as empresas do Grupo Ecorodovias, a qual foi incorporada pela Ecorodovias Concessões e Serviços S.A., na qual exerceu durante aproximadamente 02 (dois) anos a função de Diretor Superintendente. Desde junho de 2009 exerce a função de Diretor Superintendente da Ecopistas e é Diretor de Relações com Investidores da Companhia desde setembro de 2010. Não exerceu cargo de administração em companhias abertas. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

Dario Rais Lopes - 976.825.438-68

Brasileiro, nascido em 19/01/1957. Formação acadêmica em Engenharia Aeronáutica pelo ITA com mestrado pela mesma instituição e doutorado em Engenharia de Transportes pela Escola Politécnica da USP. Sempre trabalhou na área de transportes, no planejamento, implantação e operação de infra-estrutura e serviços de transportes - tanto na iniciativa privada como em empresas públicas. Entre 1994 e 2003 foi Professor Adjunto do Departamento de Transporte Aéreo do ITA e no período entre 1997 e 2006 ocupou os distintos cargos públicos, além de participar de diversos Conselhos de Administração de empresas, como a DERSA, CPTM e Nossa Caixa Capitalização. Atualmente é professor da Escola de Engenharia da Universidade Mackenzie. É ainda membro do Conselho Consultivo do Instituto de Engenharia e do Conselho Tecnológico do Sindicato dos Engenheiros do Estado de São Paulo. Atua como Diretor de Desenvolvimento de Negócios da EcoRodovias Concessões e da EcoRodovias Infraestrutura, desde dezembro de 2009. Ainda, desde dezembro de 2010 é membro do Conselho de Administração da Companhia. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

MARCELO RAFART DE SERAS - 428.355.429-49

Brasileiro, nascido em 15/02/1958. Formação acadêmica em Engenharia Civil pela Universidade Federal do Paraná (UFPR). Atuou na CR Almeida S.A. Engenharia e Construções de 1969 a 1997, onde ocupou cargos de estagiário a Engenheiro de Obras de diversas rodovias, ferrovias e metrô e diretor comercial na regional de São Paulo; diretor presidente da Primav Construções e Comércio - subsidiária da CR Almeida até 2003. Exerce a função de Diretor Presidente da EcoRodovias Concessões e Serviços desde fevereiro de 2009 e da EcoRodovias Infraestrutura desde novembro de 2000. É conselheiro da Companhia desde 27 de abril de 2009. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

MARCELLO GUIDOTTI - 837.310.750-91

Italiano, nascido em 14/04/1970. Formação acadêmica em Economia pela Università degli Studi di Bologna e MBA Executivo pelo Inspier (ex-IBMEC/SP). Trabalhou na Impregilo SpA (empresa italiana, com capital aberto na Bolsa de Milão) na área de administração e finanças em vários projetos de infraestrutura e concessões em países da América Latina, como Guatemala e Peru. No grupo econômico em que a Companhia está inserida, fazem parte a EcoRodovias Concessões e Serviços, controladora direta e a EcoRodovias Infraestrutura, controladora indireta onde atuou de outubro de 2002 a março de 2007 como Diretor Administrativo e Financeiro e de Relações com Investidores da Empresa Concessionária de Rodovias do Sul S.A. - Ecosul. De maio de 2005 a janeiro de 2007 foi Diretor de Finanças da Ecovias dos Imigrantes e Ecovia Caminho do Mar. Desde fevereiro de 2009 e maio de 2005 exerce a função de Diretor de Finanças da EcoRodovias Concessões e da EcoRodovias Infraestrutura, respectivamente. É conselheiro da Companhia desde 27 de abril de 2009. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

Roberto Kotli Nakagome - 066.469.048-39

Brasileiro, nascido em 14/10/65. Formação acadêmica em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie, Ciências Contábeis pela Universidade Paulista e MBA em Finanças e Relações com Investidores - USP Fipecati. Foi auditor pela PricewaterhouseCoopers, supervisor de Controladoria do Banco Barclays, gerente de controladoria da CBPO e CNO (Grupo Odebrecht) e controller da Cartepillar Financeira. No grupo econômico em que a Companhia está inserida, fazem parte a EcoRodovias Concessões e Serviços, controladora direta e a EcoRodovias Infraestrutura, controladora indireta onde atuou de agosto de 1998 a fevereiro de 2002 como Controller da Ecovias dos Imigrantes S.A. De março de 2002 a maio de 2005, foi Diretor de Finanças da referida companhia. Durante o período de maio de 2005 a agosto de 2009, atuou como Diretor do Centro de Serviços Compartilhados da EcoRodovias (ECSC - antiga denominação da empresa de serviços corporativos do Grupo EcoRodovias). Assumiu a Diretoria de Relações com Investidores da EcoRodovias Concessões em fevereiro de 2009 e da EcoRodovias Infraestrutura em janeiro de 2007. Por fim, tornou-se conselheiro da Companhia em 27 de abril de 2009. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou administrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

FEDERICO BOTTO - 232.605.088-64

Italiano, nascido em Florença em 16/05/1963, Formado em Engenharia Civil pela Universidade de Florença. Tem ampla experiência em realização de obras de construção através da Companhia Italiana "Itinera". Foi Diretor Técnico da Autostrade Torino-Milano S.p.A. e CEO da SATAP SpA – Concessionaria Autostradale até dezembro de 2006, e representante para Itália do Comitê Internacional de Segurança Rodoviária da Associação Mundial das Rodovias (PIARC). No grupo econômico em que a Companhia está inserida, atua como Vice-Presidente Executivo da EcoRodovias Concessões desde fevereiro de 2009 e na EcoRodovias Infraestrutura desde janeiro de 2007. É também conselheiro da Companhia desde 27 de abril de 2009, bem como Diretor Presidente, desde 22 de maio de 2009. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, transitada em julgado, na esfera judicial ou dministrativa, que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos.

A EcoRodovias Concessões e a EcoRodovias Infraestrutura fazem parte do grupo econômico da Companhia.

12.7 - Composição dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, financeiro e de remuneração

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há comitês institucionalizados na Companhia.

12.11 - Acordos, inclusive apólices de seguros, para pagamento ou reembolso de despesas suportadas pelos administradores

12.11. Descrição das disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou à Companhia, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

12.12 - Outras informações relevantes

12.12. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

13.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária**13. REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES**

13.1 Descrição da política ou prática de remuneração do conselho de administração, da diretoria estatutária e não estatutária, do conselho fiscal, dos comitês estatutários e dos comitês de auditoria, de risco, financeiro e de remuneração, abordando os seguintes aspectos:

a. Objetivos da política ou prática de remuneração

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Composição da remuneração, indicando:

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Principais indicadores de desempenho que são levados em consideração na determinação de cada elemento da remuneração

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Como a remuneração é estruturada para refletir a evolução dos indicadores de desempenho

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

e. Como a política ou prática de remuneração se alinha aos interesses da Companhia de curto, médio e longo prazo

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

f. Existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

g. Existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.2 - Remuneração total do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal**Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2010 - Valores Anuais**

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		391.000,00		391.000,00
Benefícios direto e indireto		53.768,64		53.768,64
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		238.397,90		238.397,90
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Total da remuneração		683.166,54		683.166,54

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2009 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº de membros		1,00		1,00
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore		176.850,00		176.850,00
Benefícios direto e indireto		12.960,00		12.960,00
Participações em comitês		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Remuneração variável				
Bônus		0,00		0,00
Participação de resultados		0,00		0,00
Participação em reuniões		0,00		0,00
Comissões		0,00		0,00
Outros		0,00		0,00
Pós-emprego		0,00		0,00
Cessação do cargo		0,00		0,00
Baseada em ações		0,00		0,00
Total da remuneração		189.810,00		189.810,00

13.3 - Remuneração variável do conselho de administração, diretoria estatutária e conselho fiscal

13.3. Remuneração variável dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

13.4 Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente:

a. Termos e condições gerais

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Principais objetivos do plano

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Forma como o plano contribui para esses objetivos

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Como o plano se insere na política de remuneração da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

e. Como o plano alinha os interesses dos administradores e da Companhia a curto, médio e longo prazo

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

f. Número máximo de ações abrangidas

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

g. Número máximo de opções a serem outorgadas

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

h. Condições de aquisição de ações

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

i. Critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

j. Critérios para fixação do prazo de exercício

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

k. Forma de liquidação

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.4 - Plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e diretoria estatutária

l. Restrições à transferência das ações

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

m. Critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

n. Efeitos da saída do administrador dos órgãos da Companhia sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.5 - Participações em ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis, detidas por administradores e conselheiros fiscais - por órgão

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.6 - Remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.5. Quantidade de ações ou cotas direta ou indiretamente detidas, no Brasil ou no exterior, e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, na data de encerramento do último exercício social

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.7 - Informações sobre as opções em aberto detidas pelo conselho de administração e pela diretoria estatutária

13.7. Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

a. órgão

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. número de membros

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. em relação às opções ainda não exercíveis

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. em relação às opções exercíveis

São facultados à Companhia os sub-itens: *i* a *v* conforme instrução CVM 480, sendo que o item *vi. valor justo do total das ações no último dia do exercício social* não se aplica à Companhia, pois a Companhia atualmente, não possui plano de opção de compra de ações.

13.8 - Opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária

13.8. Em relação às opções exercidas e ações entregues relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais:

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.9 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a**13.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções**

13.9. Descrição sumária das informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 13.6 a 13.8, tal como a explicação do método de precificação do valor das ações e das opções, indicando:

a. Modelo de precificação

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. Forma de determinação da volatilidade esperada

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

e. Se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.10 - Informações sobre planos de previdência conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

13.10. Planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.11 - Remuneração individual máxima, mínima e média do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Valores anuais

Nº de membros
Valor da maior remuneração(Reais)
Valor da menor remuneração(Reais)
Valor médio da remuneração(Reais)

13.12 - Mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria

13.12. Descrição dos arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para a Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.13 - Percentual na remuneração total devido por administradores e membros do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores

13.13. Percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado da Companhia referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto

Órgão	2009	2008	2007
Diretoria Estatutária	100,00%	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.
Conselho de Administração	-	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.
Conselho Fiscal	Não aplicável, pois a Companhia não possui Conselho Fiscal instalado.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.	Não aplicável, pois a Companhia foi constituída em 27 de abril 2009.

13.14 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal, agrupados por órgão, recebida por qualquer razão que não a função que ocupam

13.14. Valores reconhecidos no resultado da Companhia como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.15 - Remuneração de administradores e membros do conselho fiscal reconhecida no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor

13.15. Valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas da Companhia, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal da Companhia, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

13.16 - Outras informações relevantes

13.16. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

14.1 - Descrição dos recursos humanos

14. RECURSOS HUMANOS

14.1. *Descrição dos recursos humanos da Companhia*

a. número de empregados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. índice de rotatividade

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

d. exposição da Companhia a passivos e contingências trabalhistas

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

14.2 - Alterações relevantes - Recursos humanos

14.2. Comentários sobre as alterações relevantes ocorridas com relação aos números divulgados no item 14.1 acima

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

14.3 - Descrição da política de remuneração dos empregados

14.3. *Descrição das políticas de remuneração dos empregados da Companhia:*

a. Política de salários e remuneração variável

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

b. Política de benefícios

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

14.4 - Descrição das relações entre o emissor e sindicatos

14.4. Descrição das relações entre a Companhia e sindicatos

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Participa de acordo de acionistas				Acionista controlador		Última alteração	
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %		Qtde. total de ações (Unidades)	
Qtde. ações ordinárias (Unidades)									
Detalhamento por classes de ações (Unidades)									
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)			Ações %					
Roberto Kotti Nakagome									
066.469.048-39	Brasileira-SP	Não	Não	0	0,000000%	0,000000%	1	0,000001%	
FEDERICO BOTTO									
232.605.088-64	Italiana	Não	Não	0	0,000001%	0,000000%	1	0,000001%	
Dario Rais Lopes									
976.825.438-68		Sim	Sim	0	0,000001%	0,000000%	1	0,000001%	
EcoRodovias Concessões e Serviços S/A									
08.873.873/0001-10	Brasileira-SP	Sim	Sim	0	99,999995%	0,000000%	16/11/2006	191.724.995	99,999995%
MARCELINO RAFART DE SERAS									
428.355.429-49	Brasileira-PR	Não	Não	0	0,000001%	0,000000%	1	0,000001%	
MARCELLO GUIDOTTI									
837.310.750-91	Italiana	Não	Não	0	0,000001%	0,000000%	1	0,000001%	
OUTROS									
				0	0,000000%	0,000000%	0	0,000000%	
AÇÕES EM TESOURARIA									
				0	0,000000%	0,000000%	0	0,000000%	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

Acionista		Nacionalidade-UF		Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador		Última alteração		Total ações %
CPF/CNPJ acionista	Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)			
Detalhamento por classes de ações (Unidades)										
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)		Ações %							
TOTAL										
	191.725.000	100,0000000%	0	0,0000000%	191.725.000			100,0000000%		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista		Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas		Acionista controlador	Última alteração
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %		Qtde. ações preferenciais (Unidades)		Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)
Composição capital social						
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
EcoRodovias Concessões e Serviços S/A						
08.873.873/0001-10						
Alessandro Rivano						
228.642.428-42		SP	Sim		Sim	
1	0,000002		0	0,000000		1
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		0,000002
TOTAL		0		0,000000		
Cesar Beltrão de Almeida						
		PR	Sim		Sim	
1	0,000002		0	0,000000		1
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		0,000002
TOTAL		0		0,000000		
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A						
81.110.124/0001-21		Brasileira-SP	Sim		Sim	30/08/2009
391.283.116	99,999984		0	0,000000		391.283.116
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		99,999984
TOTAL		0		0,000000		
Francisco Henrique Passos Fernandes						
056.778.238-72		PR	Sim		Sim	
1	0,000002		0	0,000000		1
Classe ação		Qtde. de ações (Unidades)		Ações %		0,000002
TOTAL		0		0,000000		

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
EcoRodovias Concessões e Serviços S/A						
CPF/CNPJ acionista						
08.873.873/0001-10						
Composição capital social						
Gianfraco Catrini						
999.999.999-99		Sim	Sim			
1	0,000002	0	0,000000	1		0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Giuseppe Quarta						
999.999.999-99	SP	Sim	Sim			
1	0,000002	0	0,000000	1		0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
João Alberto Gomes Bernachio						
859.699.318-53	SP	Sim	Sim			
1	0,000002	0	0,000000	1		0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Marco Antonio Cassou						
348.548.359-15	PR	Sim	Sim			
1	0,000002	0	0,000000	1		0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
EcoRodovias Concessões e Serviços S/A						
CPF/CNPJ acionista						
08.873.873/0001-10						
Massimo Villa						
999.999.999-99		Sim	Sim			
1	0,000002	0	0,000000	1		0,000002
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0		0,000000
TOTAL	391.283.124	100,000000	0	0,000000	391.283.124	100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
EcoRodovias Infraestrutura e Logística S/A						
81.110.124/0001-21						
Composição capital social						
Impregio International Infrastructures N.V.						
	Holandesa	Sim	Sim	30/04/2010		
163.344.673	29,240000	0	0,000000	163.344.673	29,240000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Outros (free float)						
		Não	Não			
144.003.000	25,770000	0	0,000000	144.003.000	25,770000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Primav Construções e Comércio S/A						
04.149.454/0001-80	Brasileira-RJ	Sim	Sim	05/05/2010		
251.351.396	44,990000	0	0,000000	251.351.396	44,990000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
558.699.069	100,000000	0	0,000000	558.699.069	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
Composição capital social						
Impreglio International Infrastructures N.V.						
Impreglio SpA						
	Italiana	Sim	Sim	12/12/2008		
500.000	100.000000	0	0,000000	500.000	100.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
500.000	100.000000	0	0,000000	500.000	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
CPF/CNPJ acionista						
04.149.454/0001-80						
Primav Construções e Comércio S/A						
Cr Almeida S/A - Engenharia de Obras						
33.317.249/0001-84	Brasileira-PR	Sim	Sim	15/12/2003		
1.200.179.131	100.000000	0	0,000000	1.200.179.131	100.000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0.000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL	1.200.179.131	0	0,000000	1.200.179.131	100.000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
33.317.249/0001-84						
Cr Almeida S/A - Engenharia de Obras						
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Participare Administração e Participações Ltda.						
80.261.100/0001-00	Brasileira-PR	Sim	Sim	10/11/2003		
24.500.003	70,000000	0	0,000000	24.500.003	70,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Pio XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A						
28.982.148/0001-98	Brasileira-PR	Sim	Sim	10/11/2003		
10.499.994	30,000000	0	0,000000	10.499.994	30,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
34.999.997	100,000000	0	0,000000	34.999.997	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Impreglio SpA						
IGLI SpA						
	Italiana	Não	Não	12/12/2008		
120.680.570	29,870000	0	0,000000	120.680.570	29,870000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Outros						
		Não	Não			
283.392.858	70,130000	0	0,000000	283.392.858	70,130000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
404.073.428	100,000000	0	0,000000	404.073.428	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL						
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
IGLI SpA						
Outros						
24.120.000	100,000000	Não 0	Não 0,000000	24.120.000	100,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
24.120.000	100,000000	0	0,000000	24.120.000	100,000000	

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Composição capital social						
80.261.100/0001-00						
Participare Administração e Participações Ltda.						
Cesar Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
1.168.978.812	20,515808	0	0,000000	1.168.978.812	20,515808	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Denise Beltrao de Almeida Cassou						
		Não	Não			
1.168.978.812	20,515808	0	0,000000	1.168.978.812	20,515808	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Espólio de Roberto Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
1.168.978.812	20,515808	0	0,000000	1.168.978.812	20,515808	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Guilherme Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
508.756.528	8,928777	0	0,000000	508.756.528	8,928777	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
Participare Administração e Participações Ltda.						
CPF/CNPJ acionista						
80.261.100/0001-00						
Marcelo Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
1.168.978.812	20,515808	0	0,000000	1.168.978.812		20,515808
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
OUTROS						
4.513.617	0,079214	0	0,000000	4.513.617		0,079214
Ricardo Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
508.756.528	8,928777	0	0,000000	508.756.528		8,928777
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
TOTAL						
5.697.941.921	100,000000	0	0,000000	5.697.941.921		100,000000

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
28.982.148/0001-98						
Plo XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A						
Cesar Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
184.625.191	8,000000	0	0,000000	184.625.191	8,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Denise Beltrao de Almeida Cassou						
		Não	Não			
184.625.191	8,000000	0	0,000000	184.625.191	8,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Espólio de Roberto Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
184.625.191	8,000000	0	0,000000	184.625.191	8,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				
Guilherme Beltrao de Almeida						
		Não	Não			
738.500.539	32,000000	0	0,000000	738.500.539	32,000000	
Classe ação	Qtde. de ações (Unidades)	Ações %				
TOTAL	0	0,000000				

15.1 / 15.2 - Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Detalhamento de ações (Unidades)						
Qtde. ações ordinárias (Unidades)	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais (Unidades)	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações (Unidades)	Total ações %	
COMPOSIÇÃO CAPITAL SOCIAL						
CONTROLADORA / INVESTIDORA						
CPF/CNPJ acionista						
28.982.148/0001-98						
Plo XII Participações Societárias e Administração de Bens Próprios S/A						
Marcelo Beltrao de Almeida						
184.625.191	8,000000	Não	Não	184.625.191	8,000000	
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Ricardo Beltrao de Almeida						
738.500.539	32,000000	Não	Não	738.500.539	32,000000	
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
Rosa Maria Beltrao Rischbieter						
92.312.558	4,000000	Não	Não	92.312.558	4,000000	
0	0,000000	0	0,000000	0	0,000000	
TOTAL						
2.307.814.400	100,000000	0	0,000000	2.307.814.400	100,000000	

15.3 - Distribuição de capital

Data da última assembléia	01/03/2010
Quantidade acionistas pessoa física (Unidades)	4
Quantidade acionistas pessoa jurídica (Unidades)	1
Quantidade investidores institucionais (Unidades)	0

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias (Unidades)	0	0,000000%
Quantidade preferenciais (Unidades)	0	0,000000%
Preferencial Classe A	0	0,000000%
Total	0	0,000000%

15.4 - Organograma dos acionistas

15.4. *Organograma dos acionistas da Companhia, identificando todos os controladores diretos e indiretos bem como os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações, desde que compatível com as informações apresentadas nos itens 15.1 e 15.2*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

15.5 - Acordo de acionistas arquivado na sede do emissor ou do qual o controlador seja parte

15.5. Qualquer acordo de acionistas arquivado na sede da Companhia ou do qual o controlador seja parte, regulando o exercício do direito de voto ou a transferência de ações de emissão da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

15.6 - Alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores do emissor

15.6. Indicação das alterações relevantes nas participações dos membros do grupo de controle e administradores da Companhia

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

15.7 - Outras informações relevantes

15.7. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

16.1 - Descrição das regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas

16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

16.1. *Descrição das regras, políticas e práticas da Companhia quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto*

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
CONSÓRCIO PLANALTO	16/12/2009	56.116.088,00	R\$ 63.919,31	Impossível auferir	16/12/2009 a 16/12/2010	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Empresas Relacionadas						
Objeto contrato	Tem por objeto a prestação de serviços de construção civil.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de construção civil com o Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura: CR Almeida S.A. Engenharia de Obras e Cigla – Construtora Impregilo e Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura, cujo objeto é a prestação de serviços de construção civil tendo por finalidade a ampliação da Nova Marginal Tietê.						
CR ALMEIDA ENGENHARIA DE OBRAS S/A	13/08/2009	5.369.547,60	R\$ 86.601,60	Impossível auferir	13/08/2009 a 28/02/2010	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Empresas Relacionadas						
Objeto contrato	Tem por objeto a prestação de serviços de construção civil.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de construção civil com a CR Almeida S.A. Engenharia de Obras, empresa relacionada à controladora indireta da Companhia, cujo objeto é a prestação de serviços de construção civil tendo por finalidade recuperação do pavimento flexível nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto. Em 30 de novembro de 2009, foi celebrado o Primeiro Termo de Aditamento e Cessão ao Contrato EPDS - 039-09, cedendo todos os direitos e obrigações da CR Almeida S.A. Engenharia de Obras para o Consórcio Planalto.						
ECORODOVIAS CONCESSÕES E SERVIÇOS S/A	01/06/2010	7.200.000,00	R\$ 556.995,00	Impossível auferir	01/01/2010 a 31/12/2010	NÃO	0,000000
Relação com o emissor	Controladora direta						
Objeto contrato	Prestação de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						

16.2 - Informações sobre as transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido (Reais)	Saldo existente	Montante (Reais)	Duração	Empréstimo ou outro tipo de dívida	Taxa de juros cobrados
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação							
CONSORCIO PLANALTO	02/09/2010	2.147.000,00	R\$ 0,00	Impossível auferir	02/09/2010 a 02/03/2011	SIM	0,000000
Relação com o emissor	Outras Empresas Relacionadas						
Objeto contrato	Tem por objeto a prestação de serviços de construção civil.						
Garantia e seguros	Não Aplicável						
Rescisão ou extinção	Não Aplicável						
Natureza e razão para a operação	A Companhia celebrou contrato de prestação de serviços de construção civil com a Consórcio Planalto, formado pelas empresas relacionadas da controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A: CR Almeida S.A. Engenharia de Obras e Cigla – Construtora Impregilo e Associados S.A. e pela Impregilo SPA, controladora indireta da EcoRodovias Infraestrutura, cujo objeto é a prestação de serviços de construção civil tendo por finalidade serviços de fresagem e recuperação do pavimento flexível nas Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto.						

16.3 - Identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses e demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou do pagamento compensatório adequado

16.3. Em relação a cada uma das transações ou conjunto de transações mencionados no item 16.2 acima ocorridas no último exercício social:

(a) identificação das medidas tomadas para tratar de conflitos de interesses;

Quando necessário, o procedimento de tomada de decisões para a realização de operações com partes relacionadas seguirá os termos do artigo 115 da Lei 6.404/76, que determina que o acionista ou o administrador, conforme o caso, nas Assembleias Gerais ou nas Reuniões da Administração, abstenha-se de votar nas deliberações relativas: (i) ao laudo de avaliação de bens com que concorrer para a formação do capital social; (ii) à aprovação de suas contas como administrador; e (iii) a quaisquer matérias que possam beneficiá-lo de modo particular ou que seu interesse conflite com o da Companhia.

(b) demonstração do caráter estritamente comutativo das condições pactuadas ou o pagamento compensatório adequado

Realizamos operações comerciais com as nossas partes relacionadas para o desenvolvimento das nossas atividades de operação do corredor Ayrton Senna/Carvalho Pinto. Além de serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas, os quais são prestados pela nossa controladora direta.

As nossas operações e negócios com nossas partes relacionadas seguem os padrões comuns de mercado, portanto, não ocasionam qualquer benefício ou prejuízo para nós ou quaisquer outras partes e são amparadas pelas devidas avaliações prévias de suas condições e do estrito interesse da Companhia em sua realização.

17.1 - Informações sobre o capital social

Data da autorização ou aprovação	Valor do capital (Reais)	Prazo de integralização	Quantidade de ações ordinárias (Unidades)	Quantidade de ações preferenciais (Unidades)	Quantidade total de ações (Unidades)
Tipo de capital	Capital Emitido				
31/08/2010	191.725.000,00		191.725.000	0	191.725.000
Tipo de capital	Capital Subscrito				
31/08/2010	191.725.000,00		191.725.000	0	191.725.000
Tipo de capital	Capital Integralizado				
31/08/2010	191.725.000,00		191.725.000	0	191.725.000
Tipo de capital	Capital Autorizado				
27/04/2009	350.000.000,00		0	0	0

17.5 - Outras informações relevantes

17.5. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

18.2 - Descrição de eventuais regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

18.2. Descrição, das regras estatutárias que limitem o direito de voto de acionistas significativos ou que os obriguem a realizar oferta pública

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

18.3 - Descrição de exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

18.3. Descrição das exceções e cláusulas suspensivas relativas a direitos patrimoniais ou políticos previstos no estatuto

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos

Identificação do valor mobiliário	Notas Promissórias Comerciais da 5ª emissão
Data de emissão	13/12/2010
Data de vencimento	12/04/2011
Quantidade (Unidades)	10
Valor total (Reais)	371.000.000,00
Restrição a circulação	Não
Conversibilidade	Não
Possibilidade resgate	Sim
Hipótese e cálculo do valor de resgate	A Companhia poderá, a seu exclusivo critério, realizar a qualquer tempo, oferta de resgate antecipado das Notas Promissórias da 5ª Emissão, com o consequente cancelamento de tais notas promissórias, endereçada a todos os detentores das Notas Promissórias da 5ª Emissão, sem distinção, assegurado aos detentores das Notas Promissórias igualdade de condições para aceitar o resgate das Notas Promissórias da 5ª Emissão de que forem titulares. A oferta de resgate antecipado deverá descrever informações necessárias para tomada de decisão pelos detentores das Notas Promissórias da 5ª Emissão e será operacionalizada de acordo com os procedimentos da CETIP para as Notas Promissórias da 5ª Emissão custodiadas eletronicamente no Sistema NOTA.
Características dos valores mobiliários	<p>Os juros remuneratórios incidentes sobre seu valor nominal unitário, foram estabelecidos com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa "pro rata temporis", por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos na cartula da 5ª emissão. As notas promissórias da 5ª Emissão contam com garantia de: (i) aval da EcoRodovias Concessões; (ii) cessão fiduciária da totalidade dos direitos creditórios dos recebíveis dos pedágios da concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto; (iii) cessão fiduciária da totalidade de distribuições de dividendos, juros sobre capital próprio e quaisquer outras formas de distribuição de resultados relativos ao exercício social da Emissora devidos à Ecorodovias Concessões até a data de vencimento; e (iii) o penhor de 100% das ações detidas pela EcoRodovias Concessões na Companhia.</p> <p>Conforme previsto na Cártula das notas promissórias da 5ª Emissão, é hipótese de vencimento antecipado a venda, cessão, locação ou qualquer forma de alienação da totalidade ou parte relevante dos ativos da Companhia que afete substancialmente e de forma adversa a capacidade de pagamento da Companhia de suas obrigações relativas às notas promissórias, seja em uma única transação ou em uma série de transações. Além disso, também enseja vencimento antecipado: (i) a não observância pela EcoRodovias Concessões (como garantidora), dos seguintes índices financeiros: (a) razão entre a dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor ou igual a 2,75, considerando os resultados apurados, conforme demonstrações financeiras consolidadas publicadas pela EcoRodovias Concessões nos últimos 12 meses; e (b) limitação da dívida líquida máxima da EcoRodovias Concessões a R\$800 milhões; e (ii) a não observância, pela Companhia, das seguintes obrigações financeiras: (a) a razão entre dívida líquida e EBITDA deverá ser sempre menor que 5,5 vezes; (b) nossa dívida líquida deve ser menor ou igual a R\$ 450 milhões; e (c) a razão entre nosso EBITDA e despesa financeira líquida deverá ser sempre maior que 1,35.</p> <p>O agente fiduciário da 5ª Emissão é a Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários o contrato de prestação de serviços foi celebrado conforme as práticas usuais de mercado sendo sua remuneração mensal fixada em R\$1,6 mil, atualizado anualmente pelo IGPM.</p>
Condições para alteração dos direitos assegurados por tais valores mobiliários	Não Aplicável

18.5 - Descrição dos outros valores mobiliários emitidos**Outras características relevantes**

As Notas Promissórias da 5ª Emissão foram emitidas fisicamente e estão depositadas junto ao Banco Mandatário. As Notas Promissórias da 5ª Emissão são nominativas e circularão por endosso em preto, de mera transferência de titularidade. Para todos os fins de direito, a titularidade das Notas Promissórias da 5ª Emissão é comprovada pela cártula da nota promissória. Adicionalmente, para as Notas Promissórias da 5ª Emissão custodiadas na CETIP, foi expedido por esta, extrato em nome do detentor.

.....

18.6 - Mercados brasileiros em que valores mobiliários são admitidos à negociação

18.6. Indicação dos mercados brasileiros nos quais valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação

Os títulos de valores mobiliários da Companhia são admitidos à negociação na CETIP – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

18.7 - Informação sobre classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros

18.7. *Em relação a cada classe e espécie de valor mobiliário admitida à negociação em mercados estrangeiros, indicar:*

Não aplicável à Companhia.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor***18.8. Descrição das ofertas públicas de distribuição efetuadas pela Companhia ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários da Companhia***

Em 03 de junho de 2009, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 1ª Emissão de notas promissórias da Companhia. A 1ª Emissão foi realizada em 19 de junho de 2009, composta por 200 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de R\$200 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 1ª Emissão. Os recursos captados por meio da 1ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

Em 03 de junho de 2009, foi também aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 2ª Emissão de notas promissórias da Companhia. A 2ª Emissão foi realizada em 22 de setembro de 2009, composta por 150 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de R\$150 milhões, com vencimento em 16 de dezembro de 2009, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 2ª Emissão. Os recursos captados por meio da 2ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento parcial da outorga fixa decorrente do contrato de concessão rodoviária do Corredor Ayrton Senna e Carvalho Pinto.

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Em 03 de junho de 2009, foi também aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a realização da 3ª Emissão de notas promissórias da Companhia. A 3ª Emissão foi realizada em 16 de dezembro de 2009, composta por 350 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$1,0 milhão, perfazendo o montante total de R\$350 milhões, com vencimento em 14 de junho de 2010, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos trimestralmente ou na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 3,25% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros das notas promissórias da 3ª Emissão. Os recursos captados por meio da 3ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 1ª e da 2ª Emissões.

Em 28 de maio de 2010, foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 4ª Emissão de NPs da Companhia. A emissão foi realizada em 14 de junho de 2010, composta por 35 notas promissórias, em série única, com valor nominal unitário de R\$10 milhões, perfazendo o montante total de R\$350 milhões, com prazo de vencimento de 180 dias a contar da data de emissão, ou seja, em 11 de dezembro de 2010, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos no caderno de fórmulas do NOTA, disponível para consulta na página da CETIP na Internet. Os recursos captados por meio da 4ª Emissão foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o pagamento das obrigações financeiras decorrentes da 3ª Emissão.

Em 28 de maio de 2010 foi aprovada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia e, posteriormente, em 30 de novembro de 2010, foi retificada pela Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a realização da 5ª Emissão de NPs, nos termos da Instrução CVM 476. A emissão foi realizada em 13 de dezembro de 2010, composta por 10 (dez) notas promissórias, em série única, com valor nominal

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

unitário de R\$37,1 milhões, perfazendo o montante total de até R\$371,0 milhões, com prazo de vencimento de 120 dias a contar da data de emissão, ou seja, em 12 de abril de 2011, sendo o pagamento de juros remuneratórios devidos na data de vencimento das notas promissórias, incidentes sobre seu valor nominal unitário, estabelecido com base na variação da Taxa DI acrescido de uma sobretaxa de 1,20% ao ano, calculados de forma exponencial e cumulativa “pro rata temporis”, por dias úteis, desde a data de emissão até o pagamento dos juros remuneratórios calculados de acordo com os critérios definidos na cártula da 5ª Emissão de NPs. Os recursos captados por meio da 5ª Emissão de NPs foram utilizados pela Companhia exclusivamente para o refinanciamento das notas promissórias da 4ª Emissão da Companhia.

Adicionalmente, estamos realizando a primeira oferta pública de distribuição de 350 mil debêntures simples, não conversíveis em ações, sob o regime de garantia firme de subscrição e integralização, da espécie com garantia real representada por penhor de ações e cessão fiduciária de direitos creditórios, em quatro séries, da Companhia, com valor nominal unitário de R\$1,0 mil, na data de emissão, perfazendo o montante total de R\$350 milhões, podendo ser aumentado em até 5,71% tendo em vista as opções das debêntures adicionais, conforme termos e condições previstos na “Escritura da Primeira Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real Representada por Penhor de Ações e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, em quatro séries, da Concessionária das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A. – Ecopistas” (“Escritura de Debêntures Ecopistas”), cujos recursos líquidos serão integralmente destinados ao pagamento de parte do valor principal da dívida representada pelas notas promissórias da 5ª Emissão de NPs da Companhia. A Oferta será registrada na CVM, nos termos da Lei das Sociedades por Ações, da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, da Instrução CVM 400, e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

As Debêntures farão jus a uma remuneração correspondente a um spread máximo sobre o valor nominal unitário atualizado pelo IPCA (“Valor Nominal Unitário Atualizado”), a ser definida em procedimento de bookbuilding, que se iniciará com remuneração definida com base no cupom da NTN-B 2017, acrescida de um spread equivalente a, no máximo, 2,20% (dois e vinte por cento) ao ano, base 252 dias úteis, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário Atualizado ou saldo do Valor

18.8 - Ofertas públicas de distribuição efetuadas pelo emissor ou por terceiros, incluindo controladores e sociedades coligadas e controladas, relativas a valores mobiliários do emissor

Nominal Unitário Atualizado das Debêntures das respectivas séries, conforme o caso, a partir da data da emissão ou da data de pagamento da remuneração imediatamente anterior, conforme aplicável, e pagos anualmente.

18.9 - Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pelo emissor relativas a ações de emissão de terceiros

***18.9. Descrição das ofertas públicas de aquisição feitas pela Companhia
relativas a ações de emissão de terceiro***

Item facultativo à Companhia conforme Instrução CVM 480/09.

18.10 - Outras informações relevantes

18.10. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

19.4 - Outras informações relevantes

19.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

20.2 - Outras informações relevantes

20.2. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

21.1 - Descrição das normas, regimentos ou procedimentos internos relativos à divulgação de informações

21.1. *Descrição de normas, regimentos ou procedimentos internos adotados pela Companhia para assegurar que as informações a serem divulgadas publicamente sejam recolhidas, processadas e relatadas de maneira precisa e tempestiva*

A Companhia possui Política de Divulgação de Uso de Informações e de Divulgação de Ato ou Fato Relevante, conforme descrita no item 21.2 abaixo, que foi aprovada em Ata de Reunião do Conselho de Administração em 29 de setembro de 2010. Essa política deverá ser compulsoriamente observada por: (i) acionistas controladores; (ii) administradores; (iii) conselheiros fiscais; (iv) integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Companhia; e, ainda, (v) demais empregados e executivos do grupo EcoRodovias, definido como o grupo econômico formado pela EcoRodovias Infraestrutura, controladora indireta da Companhia, EcoRodovias Concessões, controladora direta da Companhia, e suas controladas, bem como prestadores de serviços com acesso a informação relevante.

21.2 - Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante e dos procedimentos relativos à manutenção de sigilo sobre informações relevantes não divulgadas***21.2. Descrição da política de divulgação de ato ou fato relevante adotada pela Companhia, indicando os procedimentos relativos à manutenção de sigilo acerca de informações relevantes não divulgadas***

Os acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Ecopistas e ainda demais empregados e executivos do grupo, bem como prestadores de serviços com acesso a informação relevante tem o dever de: guardar sigilo das informações relativas a Ato ou Fato Relevante às quais tenham acesso privilegiado até sua divulgação ao mercado e zelar para que subordinados e terceiros de sua confiança também o façam. Sempre que houver dúvida a respeito da relevância acerca do Ato ou Fato deve-se entrar em contato com o Diretor de Relações com Investidores da Companhia a fim de se esclarecer a dúvida.

Em casos excepcionais em que a divulgação indistinta de Ato ou Fato Relevante possa pôr em risco interesse legítimo da Companhia, a não divulgação será objeto de decisão dos Administradores e dos Acionistas Controladores da Companhia. Ainda que os Administradores e Acionistas Controladores decidam pela não divulgação de Ato ou Fato Relevante, é seu dever divulgar imediatamente o Ato ou Fato Relevante, diretamente ou através do Diretor de Relações com Investidores, na hipótese de a informação escapar ao controle ou na hipótese de oscilação atípica na cotação, preço ou quantidade negociada dos Valores Mobiliários da Companhia.

Os Acionistas Controladores ou Administradores poderão submeter à CVM a sua decisão de, excepcionalmente, manter em sigilo Atos ou Fatos Relevantes cuja divulgação entendam configurar manifesto risco a legítimos interesses da Companhia.

A Companhia orienta seus acionistas controladores, administradores, conselheiros fiscais, integrantes dos demais órgãos com funções técnicas ou consultivas da Ecopistas e ainda demais empregados e executivos do grupo a abster-se de discutir informações relevantes em lugares públicos, da mesma forma, somente deverão tratar de assuntos relacionados à Atos ou Fatos Relevantes com aqueles que dela tenham necessidade de ter conhecimento, principalmente quando se tratar de Atos ou Fatos Relevantes não divulgados.

21.3 - Administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações***21.3. Informar os administradores responsáveis pela implementação, manutenção, avaliação e fiscalização da política de divulgação de informações***

A responsabilidade primária pela comunicação e divulgação de Ato ou Fato Relevante à CVM, à BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA") e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, é do Diretor de Relações com Investidores da Companhia, observada a presente Política e a legislação vigente.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante deverá ocorrer, sempre que possível, antes do início ou após o encerramento dos negócios na BM&FBOVESPA e, se for o caso, nas Bolsas de Valores e Mercado de Balcão. Caso haja incompatibilidade de horários, prevalecerá o horário de funcionamento do mercado brasileiro.

O Diretor de Relações com Investidores, em alinhamento prévio com o Diretor de Finanças da EcoRodovias e o Presidente da Companhia deverá:

- o comunicar e divulgar o Ato ou Fato Relevante ocorrido ou relacionado aos negócios da Companhia imediatamente após a sua ocorrência;

- o divulgar concomitantemente a todo o mercado o Ato ou Fato Relevante a ser veiculado por qualquer meio de comunicação; e

- o avaliar a necessidade de solicitar, sempre simultaneamente, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, a suspensão da negociação dos Valores Mobiliários, pelo tempo necessário à adequada disseminação da Informação Relevante, caso seja imperativo que a divulgação de Ato ou Fato Relevante ocorra durante o horário de negociação.

A informação sobre Ato ou Fato Relevante deverá ser simultaneamente comunicada à CVM, à BM&FBOVESPA e às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão, se for o caso.

A divulgação de Ato ou Fato Relevante envolvendo a Companhia deverá dar-se por meio de publicação nos jornais de grande circulação habitualmente utilizados pela Companhia. A Companhia poderá, a cada divulgação de Ato ou Fato Relevante, optar por realizá-la de forma resumida nos jornais, contendo os elementos mínimos necessários para sua compreensão. Nesta hipótese, deverá(ão) estar indicado(s) nas publicações o endereço na rede mundial de computadores

- Internet onde a informação completa deverá estar disponível a todos os investidores, em teor no mínimo idêntico àquele remetido à CVM, à BM&FBOVESPA e, se for o caso, às Bolsas de Valores e Mercado de Balcão.

21.4 - Outras informações relevantes

21.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes foram divulgadas nos itens acima.

22.1 - Aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios do emissor

22.1. Indicar a aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia, pois não houve aquisição ou alienação de qualquer ativo relevante que não se enquadre como operação normal nos negócios da Companhia.

22.2 - Alterações significativas na forma de condução dos negócios do emissor

22.2. Indicar alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia

Não aplicável à Companhia, pois não houve alterações significativas na forma de condução dos negócios da Companhia.

22.3 - Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

22.3. Identificar os contratos relevantes celebrados pela Companhia e suas controladas não diretamente relacionados com suas atividades operacionais

Não aplicável à Companhia, pois não houve contratos relevantes celebrados pela Companhia não diretamente relacionados com suas atividades operacionais.

22.4 - Outras informações relevantes

22.4. Outras informações que a Companhia julga relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este item foram divulgadas nos itens acima.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)